

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES

**DESNUDANDO AS CARNES:
Representações dos Corpos e das Masculinidades nas Páginas d' O
Rio Nu (1898-1916)**

Marechal Cândido Rondon

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES

DESNUDANDO AS CARNES:
Representações dos Corpos e das Masculinidades nas Páginas d' O
***Rio Nu* (1898-1916)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração “História, Poder e Práticas Sociais”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

Linha de pesquisa: Cultura e Identidades.

Marechal Cândido Rondon

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Flores, Isadora Luiza Francisca Alves

DESNUDANDO AS CARNES: Representações dos Corpos e das Masculinidades nas Páginas d' O Rio Nu (1898-1916) / Isadora Luiza Francisca Alves Flores; orientadora Yonissa Marmitt Wadi. -- Marechal Cândido Rondon, 2025.

418 p.

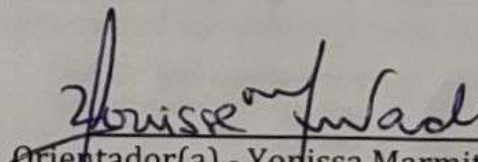
Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. História. 2. História do Brasil da Primeira República. 3. Masculinidades. 4. Pornografia. I. Wadi, Yonissa Marmitt, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

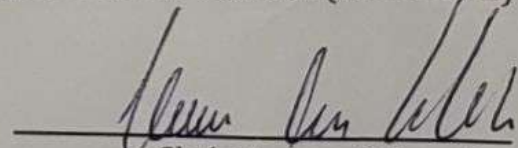
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE **ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 28 dia(s) do mês de março de 2025 às 13h30min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) **Isadora Luiza Francisca Alves Flores**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Yonissa Marmitt Wadi, Claércio Ivan Schneider, Carla Cristina Nacke Conradi, Rosângela de Jesus Silva, José Antonio Maya González. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Yonissa Marmitt Wadi. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "Desnudando as Carnes – Representações dos corpos e das masculinidades nas Páginas d' O Rio Nu (1898-1916)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Carla Cristina Nacke Conradi, Rosângela de Jesus Silva, José Antonio Maya González. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7º e § 8º do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.



Orientador(a) - Yonissa Marmitt Wadi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

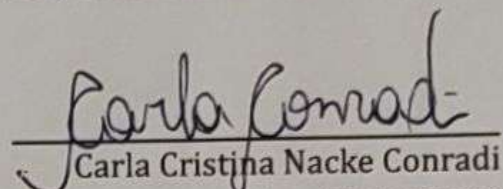


Claércio Ivan Schneider

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE **ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Carla Cristina Nacke Conradi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSANGELA DE JESUS SILVA
Data: 07/04/2025 09:03:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

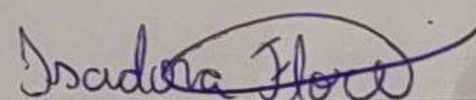
Rosangela de Jesus Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)



José Antonio Maya González

UAM - Universidad Autónoma Metropolitana (MX)



Isadora Luiza Francisca Alves Flores
Aluno(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCOS NESTOR STEIN
Data: 12/05/2025 16:34:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 1633/2023-GRE

Dedico esta tese à minha amada avó, que deixou saudades,

Amália Bennech Flores (*In memoriam*).

E à filha que hoje carrego no ventre e me traz esperança.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu companheiro de vida Bruno, um dos maiores presentes dessa minha jornada pelos caminhos de Clio.

À minha família e meus amigos que estiveram presentes — mesmo aqueles que moram geograficamente distantes — com palavras de encorajamento e suporte emocional.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, por viabilizar e acolher a realização dessa pesquisa.

À minha orientadora Dra. Yonissa, por sua orientação, dedicação e paciência durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), à qual agradeço o financiamento recebido.

Por fim, a todos os professores que cruzaram meu caminho desde a pré-escola e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação acadêmica e humana.

Muito obrigada!

RESUMO

A presente tese problematiza representações veiculadas pelo periódico humorístico ilustrado carioca O Rio Nu. Diante desse artefato tão obscuro quanto moderno, o principal objetivo desta tese é compreender as formas pelas quais diferentes masculinidades foram qualificadas nas páginas de O Rio Nu, bem como as articulações dessas representações com a complexa realidade social do Rio de Janeiro no início do século XX. Circulando por quase duas décadas, de 1898 a 1916, esse humorístico — que, na maior parte de sua trajetória, foi bissemanário — consagrou-se como o mais longo e bem-sucedido expoente da chamada “Imprensa de Gênero Alegre ou Livre” no Rio de Janeiro. Tratava-se de um nicho editorial caracterizado pela centralidade da temática sexual e pela cobertura das então chamadas “diversões alegres” (determinadas peças teatrais, livros proibidos, prostíbulos, cabarés etc.). Embora não recorresse a descrições explícitas de órgãos genitais, por meio de um humor sexual e de uma linguagem repleta de duplos sentidos, o periódico tratava dos corpos cariocas, suas sensações e prazeres, ambicionando não apenas divertir e entreter, mas também provocar apelo sexual nos corpos de seus leitores. Entre os historiadores culturais que incorporaram o conceito de representação, tomamos como referencial basilar a produção do pesquisador dos impressos Roger Chartier. Entende-se, portanto, a representação como um gesto criador que opera classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social, ao mesmo tempo em que o constitui e o molda (Chartier, 1990). No que diz respeito às masculinidades, recorre-se à produção da cientista social Raewyn Connell. Em seus trabalhos, Connell (1995; 2009; 2013; 2016) conceitua as masculinidades como configurações de práticas realizadas na ação social. Portanto, não se pode falar em masculinidade de forma singular — como uma entidade fixa encarnada nos corpos ou nas personalidades de indivíduos nascidos com falo. Em suma, este trabalho propõe um estudo historiográfico de gênero, evidenciando a concorrência de diferentes padrões de masculinidade na Capital Federal no alvorecer da modernidade — período permeado por transformações na experiência urbana carioca e pelo acirramento, nas esferas oficiais de poder, de debates sobre o futuro nacional.

Palavras-chave: Representação; Masculinidades; Pornografia; Primeira República Brasileira; O Rio Nu.

ABSTRACT

FLORES, Isadora Luiza Francisca Alves. **DISPLAYING THE FLESH:** Representations of Bodies and Masculinities in the pages of *O Rio Nu* (1898-1916). Doctoral Thesis – Postgraduate Program in History of the State University of Western Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2025.

The present thesis examines representations conveyed by the illustrated humoristic periodical *O Rio Nu*. In light of this artifact—both mischievous and modern—the main objective of this thesis is to understand the ways in which different masculinities were constructed in the pages of *O Rio Nu*, as well as how these representations were articulated with the complex social reality of early 20th-century Rio de Janeiro. Circulating for nearly two decades, from 1898 to 1916, this humor magazine—which, for most of its trajectory, was a biweekly publication—established itself as the longest-running and most successful exponent of the so-called "Cheerful or Free Press" in Rio de Janeiro. This periodical niche was characterized by a central focus on sexual themes and coverage of the so-called "cheerful amusements" (certain theater plays, banned books, brothels, cabarets, etc.). Although it did not resort to explicit descriptions of genitalia, through its sexual humor and language filled with double meanings, the periodical depicted the bodies of Rio's inhabitants, their sensations, and pleasures, aiming not only to entertain and amuse but also to provoke sexual appeal in the "flesh" of its readers. Among the cultural historians who have incorporated the concept of representation, we take the work of Roger Chartier as a foundational reference. Representation is understood here as a creative act that establishes classifications, divisions, and boundaries through which the social world is apprehended—while also shaping and constituting that very world (Chartier, 1990). In relation to masculinities, this study draws on the scholarship of sociologist Raewyn Connell. Across her works (1995; 2009; 2013; 2016), Connell conceptualizes masculinities as configurations of practice embedded in social action. As such, masculinity cannot be regarded as a singular, fixed entity embodied in the bodies or personalities of individuals assigned male at birth. In sum, this work undertakes a historiographical gender study, highlighting the competition between different models of masculinity in the Federal Capital at the dawn of modernity—a period marked by transformations in Rio's urban experience and by the intensification, in spheres of power, of debates about the nation's future.

Keywords: Representation; Masculinities; Pornography; First Brazilian Republic; *O Rio Nu*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: “Capa d'O Rio Nu”. O Rio Nu, ed. 1647, 15/05/1915, capa.	57
FIGURA 2: "Galeria Artística, 3 série, n.1". O Rio Nu, ed. 1647, 15/05/1915, p.7.	58
FIGURA 3: “Cabeçalho d'O Rio Nu”. O Rio Nu, ed.112, 02/08/1899, Capa.....	71
FIGURA 4: “Capa com imagem recortada”. O Rio Nu, ed. 1102, 30/01/1909, Capa.	76
FIGURA 5 : “Outra capa com imagem recortada”. O Rio Nu, ed. 1112, 10/03/1909, Capa...	77
FIGURA 6: “Definição”. O Rio Nu. ed. 630, 20/07/1904, Capa.	80
FIGURA 7: “Escabroso”. O MALHO. ed. 28, 28/03/1903, p.16.....	85
FIGURA 8: “Sem Dúvida!” O Rio Nu, ed. 1068, 03/10/1908, Capa.....	88
FIGURA 9: “Efeitos da Leitura”. O Rio Nu, ed. 989, 28/12/1907, p. 4.	92
FIGURA 10: “Desejo Natural”. O Rio Nu, ed. 555, 31/10/1903, p. 5.....	93
FIGURA 11: “Coisas!”. O Rio Nu, ed. 650, 28/09/1904, p. 4.	94
FIGURA 12: “Belo Encontro”. O Rio Nu, ed. 1221, 30/03/1910, Capa.....	103
FIGURA 13: “O Rio Nu - Profissão de Fé. A nossa adesão. Uma circular enquanto o pau vai e vem”. O Rio Nu, ed. 1222, 02/04/1910, p. 2.....	108
FIGURA 14: “Salada da Semana”. O MALHO, ed. 395, 09/04/1910, p. 36.....	110
FIGURA 15: “Caricatura francesa de René Berenger” de 1903	111
FIGURA 16: “Perseguição AO Rio Nu”. O Rio Nu, ed.1278, 15/10/1910, p. 8.	120
FIGURA 17: “O Vagabundo”. RIO NU, ed.1317, 04/03/1904, p.4.....	126
FIGURA 18: “Helena”. O Rio Nu, ed. 158, 10 /01/1900, p.2.....	138
FIGURA 19: "Na Rua Do Senhor". O Rio Nu, ed. 127, 23/09/1899, Capa.....	139
FIGURA 20: “Falta Imperdoável". O Rio Nu, ed. 715, 13/05/1905, Capa.....	141
FIGURA 21: "Um Marido Doente". O Rio Nu, ed. 674, 21/12/1904, Capa.....	142
FIGURA 22: O Beicinho do Guarda". O Rio Nu, ed. 670, 07/12/1904, Capa.....	143
FIGURA 23: “Seu Manduca e Sia Maria”. O Rio Nu, ed. 686, 01/02/1905, Capa.....	144
FIGURA 24: “Uma atração”. O Rio Nu, ed.1394, 29/11/1911, Capa.....	145
FIGURA 25: “Que lavadeira!”. O Rio Nu, ed. 646, 14 /09/1904, Capa.	146
FIGURA 26: “A Redação de Cam” por Modesto Brocos. Pintura à Óleo, 1895.....	184
FIGURA 27: “Invenções Modernas”. O Rio Nu, ed. 728, 28/06/1905, p.4.....	193
FIGURA 28: “Como é Moda”. O Rio Nu, 1316, 25/02/1911, p.4.....	194
FIGURA 29: "As Brejeirices do Tempo”. O Rio Nu, ed. 886, 02/01/1907.	195
FIGURA 30: “Maravilhosa e indiscreta aplicação dos raios X”. O Rio Nu, ed. 693, 25/02/1905, p, 4-5.....	196

FIGURA 31: “Máquina Famosa”. O Rio Nu, ed. 1412, 31/01/1912, p.4-5.....	197
FIGURA 32: "Art Nouveau". O Rio Nu, ed. 868, 31/10/1906, p.4.	198
FIGURA 33: “Profecia Ilustrada para 1906”. O Rio Nu, ed.789, 27/06/1906, p.4.....	199
FIGURA 34: “O Tempo ‘delas’”. O Rio Nu, ed.1386, 01/11/1911, capa.....	203
FIGURA 35: "Opiniões". O Rio Nu, ed. 189, 28/04/1900, p.2.....	220
FIGURA 36: “Efeitos do Progresso”. O Rio Nu, ed. 998, 01/08/1908, p.6.....	226
FIGURA 37: “Verso e Reverso”. O Rio Nu, 11/11/1908, ed.1079, Capa.	228
FIGURA 38: “Nem Assim?”. O Rio Nu, ed. 1119, 03/04/1909, p.1.	229
FIGURA 39: “Figurino Novo”. O Rio Nu, ed. 937, 29/06/1907, p.4.	232
FIGURA 40: “Melhoramentos do Porto”. O Rio Nu, ed. 506, 29/04/1903, capa.	234
FIGURA 41: La liberté guidant le peuple. DELACROIX, Eugène, 1831, (óleo sobre a tela).	235
FIGURA 42: “A República contempla o heroísmo”. REVISTA ILUSTRADA, Rio de Janeiro 1897, n.729.....	237
FIGURA 43: “Heroica Capital Federal”. DON QUIXOTE, ed.53, 20/02/1896, p.4-5.....	240
FIGURA 44: “Quadro comparativo e edificante oferecido ao Sr. Prefeito e intendentes municipais”. DON QUIXOTE, ed. 69, 08/08/1896, p.9.	241
FIGURA 45: Detalhe da figura 44, publicada em DON QUIXOTE, ed. 69, 08/08/1896, p.9.	243
FIGURA 46: “A bancarrota da Ciência”. O Rio Nu, 01/07/1903, ed.520 p.5	254
FIGURA 47: "Cavacos". O Rio Nu, ed.867, 27/10/1906, p.1.....	257
FIGURA 48: “Recursos Modernos”. O Rio Nu, ed.904, 06/03/1907, capa.....	270
FIGURA 49: “Visitas Higiênicas”. O Rio Nu, ed. 492, 25/03/1903, p.1.....	281
FIGURA 50: “Boa Receita”. O Rio Nu, ed.937, 29/06/1907, p.5.....	282
FIGURA 51: “Receita Nova”. O Rio Nu, ed.1068, 03/10/1908, p.8.	283
FIGURA 52: "O Médico". O Rio Nu, ed.1153, 31/07/1909, p.2	285
FIGURA 53: “O médico”. O Rio Nu, ed.1273, 28/09/1910, p.4-5.	286
FIGURA 54: "A Vacina". O Rio Nu, ed.661, 05/11/1904, p.8.	288
FIGURA 55: “Biblioteca do Solteirão”. O Rio Nu, ed.1033, 03/06/1908, p.8	317
FIGURA 56: “Anúncio do Menino do Gouveia”. O Rio Nu, ed.1581, 07/02/1914, p.3.	317
FIGURA 57: "Frescuras".O Rio Nu, ed. 869, 03/11/1906, p.5.....	324
FIGURA 58: "Versos Camoneanos". O Rio Nu, ed.1118, 31/03/1909, p.6.....	325
FIGURA 59: "Classificações Horizontais". O Rio Nu, ed.880, 12/12/1906, p.8.....	327
FIGURA 60: “Pergunta”. O Rio Nu, ed. 868, 31/10/1906, p.4.....	332

FIGURA 61: "Trocadilho". O Rio Nu, ed. 869, 03/11/1906, p.5.....	333
FIGURA 62: "Montado". O Rio Nu, ed.1124, 21/04/1909, p. 5.....	335
FIGURA 63: "Na Cartomante". O Rio Nu, ed. 842, 01/08/1906, p.5.	340
FIGURA 64: "Palerma". O Rio Nu, ed. 998, 29/01/1908, p.1.	341
FIGURA 65: "Quem Resiste?". O Rio Nu, ed.1097, 13 de janeiro de 1909, capa.....	342
FIGURA 66: "Que Beleza!". O Rio Nu, ed.1109, 27/02/1909, capa.	343
FIGURA 67: "Lacuna". O Rio Nu, ed.1317, 04/01/1911, p. 5.....	347
FIGURA 68: "Plantio de Milho". O Rio Nu, ed. 1624, 05/12/1912, p.5.	348
FIGURA 69: "Sempre Duro". O Rio Nu, ed.1102, 30/01/1909, p.4.....	351
FIGURA 70: "Ali no Duro". O Rio Nu, ed. 1413, 03/02/1912, p.4.....	3522
FIGURA 71: "Máximas Verdades". O Rio Nu, ed.1684, 29/01/1916, p.3.	375
FIGURA 72: "Desatino" O Rio Nu, ed. 781, 30/12/1905, p.6.	376
FIGURA 73: "Cotovelos". O Rio Nu, edição 746, 30/07/1905, p. 6.	376
FIGURA 74: "O Amor". O Rio Nu, ed.158, 10/01/1900, p.1.	377

SUMÁRIO

1 PRELIMINARES	12
1.1. <i>Homens: corpos que sangram, corpos que gozam... Carnes envolvidas em e produtoras de sociedade</i>	24
1.2. <i>O tido pornográfico O Rio Nu, um aporte para possível para a interrogação de representações de masculinidades?.....</i>	30
2- CAPÍTULO 1: “SE FOSSE N’O Rio Nu ERA PORNOGRAFIA...” - A IMPRENSA ALEGRE NO PERÍODO FINISSECLAR E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	42
2.1. <i>“Brotavam como cogumelos!” – Os esporos da pornografia impressa difundem-se no Rio de Janeiro.....</i>	51
2.2. <i>“Prolifera a imprensa pornográfica!”: diversificação da imprensa e a efervescência cultural da noite carioca</i>	65
2.3. <i>Os efeitos da leitura e os perigos da “imprensa despejadamente licenciosa” .</i>	81
2.4. <i>“Não façais distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas” – A proibição da remessa postal d’O Rio Nu</i>	96
3 CAPÍTULO 2: “UM CORPO DE MALANDROS DO DIABO!”	122
3.1 - <i>Através do “Buraco: Um Novo escândalo de Bock”: uma ficcionalização da homosociabilidade boêmia dos malandros redatores d’O Rio Nu</i>	131
3.1.1 – <i>Entres “Peixões” e “cadáveres” – As desejadas, desejantes e as indesejadas de O Buraco</i>	133
3.1.2 – <i>Em cena, a “Gente Imoral” d’O Rio Nu</i>	159
3.1.3 – <i>Brito/Black: Um homem marginal de “talento com as coisas do amor” ...</i>	172
4 CAPÍTULO 3: ENTRE MÁQUINAS MARAVILHOSAS, A “DITA DURA” DE PEREIRA PASSOS E AS LANCETAS DOS DOUTORES – O Rio Nu E O ALVORECER DA MODERNIDADE CARIOCA	187
4.1 – <i>“Eu que era inteiro, senti-me de repente, fracção”: A experiência urbana carioca e os chocantes aparatos modernos</i>	192
4.2. <i>O reverso era moderno? o “sistema moderno”, o duplo padrão moral sexual carioca e as ameaças impudicas do progresso</i>	209
4.3. – <i>O alargamento de Sebastiana: entre bota-abaxos e as injeções dos doutores.....</i>	233

4.3.1. – “A se o Passos aguentou e não gemeu, um recurso só tem, casar com ele!”: A “Ditadura” de Pereira Passos nas páginas d’O Rio Nu	233
4.3.2 – Os doutores penetram os lares cariocas.....	271
4.3.3 – As lancetas dos doutores, o mata-mosquito Oswaldo Cruz e Revolta da Vacina nas páginas d’O Rio Nu.....	287
5 CAPÍTULO 4: “EM TERRA DE CEGO QUEM TEM UM OLHO É REI” – DISSIDÊNCIA SEXUAL, O FALO E O DESEJO MASCULINO NAS PÁGINAS D’O Rio Nu.....	306
5.1 - “Se o Gouveia te seguras, perdes a fala menino!”: os frescos meninos bonitos do rócio, os fanchonos e os Gouveias.....	310
5.1.1 – A homopassividade abjeta e sedutora dos “frescos” “meninos bonitos” cariocas.....	318
5.1.2- “Quem não conhece o Gouveia?”	329
5.2. “Os homens não são iguais às mulheres. Existe entre uns e outras uma diferença de um palmo:” O falo e a dureza das rivalidades masculinas	345
5.2.1 – “Era com efeito um dote e tanto: um dote como se costuma dizer, de encher o olho!”	353
5.2.2- “A Coincidência”	363
5.2.3 – Quando a mulher alheia formalmente torna-se tua, finalmente a Vingança do Sapateiro.....	369
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	382
7 REFERÊNCIAS	390
8 APÊNDICES	412
Apêndice 1: Tabela de edições regulares consultadas na íntegra por ano de publicação Edições de Aniversário).....	412
Apêndice 2: Tabela de edições de aniversário consultadas na íntegra por ano de publicação.....	418

1 PRELIMINARES

Um sucesso enorme [...]. Foi um “mais a mim!” “mais a mim!”. Homens, mulheres, velhos, moços, moças, um delírio! Os velhos e as velhas, então parece que descobriram neste jornal caustico uma espécie de sequardina e não tiveram mãos a medir. Alguns velhos vi eu que compraram o jornal sexta-feira à noite e no sábado apela manhã acordaram com formidáveis olheiras. Excesso de leitura fora de horas. E venham para cá os moralistas, venham, que verão que troco que levam! (O Rio Nu, ed.2, 21/05/1898, p.1).

Comparando-se a um estimulante organoterápico extraído de secreções testiculares, já em sua segunda edição, o periódico humorístico ilustrado carioca *O Rio Nu* comemoraria o suposto sucesso dos efeitos de sua leitura mesmo entre os corpos envelhecidos da capital. Pintando um quadro um tanto hiperbólico sobre a sua estreia, figurado por velhos insones e leitores de ambos os sexos em delírio clamando por mais, o excerto citado expressa certo esforço de autopromoção, mas não somente.¹ Arrebatada com a promessa de troco a possíveis opositores, a passagem também evidencia a ciência de seu redator do caráter potencialmente ameaçador que poderia ser projetado à essa estimulante leitura entre aqueles preocupados com a moral e os bons costumes.

Muito embora não seja possível mensurar a quantidade precisa de leitores que sustentaram olheiras por sua causa, o fato é que *O Rio Nu* foi capaz de cativar uma fatia do público leitor carioca, mantendo-se em circulação por quase duas décadas, até 1916. Período em que não faltaram “moralistas” para divulgar como perniciosos os efeitos de sua leitura, acusando o bissemanário de obsceno, pornográfico. Isto é, para muitos um divertimento, para tantos outros, um material digno de interdição do olhar público, *O Rio Nu* serve a problematização historiográfica da pornografia periódica no início da Primeira República. Empreendimento intelectual a que a presente tese se dedica, indagando de maneira mais específica a representação dos corpos dispostos nas páginas do supracitado humorístico carioca, visando assim, caracterizar as maneiras pelas quais diferentes masculinidades então em concorrência foram qualificadas pelos colaboradores d’*O Rio Nu*.

¹A sequardina era um fluído testicular extraído de animais e que, em finais do XIX, foi divulgado pela então nascente organoterapia francesa como restaurador a jovialidade, deflagrador de maior disposição e sensação de bem-estar ampliado em homens. Para ver mais sobre a organoterapia no Brasil ler: Lima, Rodrigo Ramos. Hormônios, clínica e eugenia: a trajetória da organoterapia na endocrinologia brasileira (1893-1948), 2021, 387 f. Disponível em: <https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_rodrigo-ramos-lima.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

Tecer os caminhos que me levaram a tal empreendimento, significa em muitas instâncias revisitar minha história como leitora, assim como as interdições que permearam essa trajetória. Meu primeiro contato com as letras foi mediado pela minha mãe, então dona de casa e que, antes de eu atingir a idade escolar, resolveu me introduzir ao bê-á-bá usando uma lousa verde infantil. Graças a ela pude, um tanto prematuramente, entender as letrinhas miúdas nos balões das coloridas histórias em quadrinhos colecionadas pelo meu pai. Por forças da vida “peão” de fábrica, mas um desenhista talentoso, meu pai guardava sua coleção em grandes caixas de plástico sob a mesa na qual por vezes criava e ilustrava suas próprias histórias. Cresci aprendendo muitas lições com o conteúdo daquelas caixas plásticas.

Enquanto salvavam o mundo, homens e mulheres voadores em collants vibrantes me introduziriam ao encantamento da contação de histórias, me ensinando como o entretenimento, além de evocar emoções, podia transmitir mensagens, laurear alguns e vilanizar tantos outros. De maneira particular, uma daquelas caixas de plástico também me introduziria à noção do interdito. Embora transparente, uma delas me era proibida: a que reunia as histórias em quadrinhos julgadas, pelo meu pai, impróprias para minha leitura, pornográficas. Anos se passaram e nunca tive acesso as edições contidas naquela caixa. Hoje, em um esforço de rememoração das imagens que consegui vislumbrar através daquela barreira plástica, suponho que as revistas ali reunidas fossem obras de ilustradores como Milo Manara² e Richard Corben³ junto a edições brasileiras do selo Heavy Metal⁴.

Em 2019, poucos meses antes do mundo ser engolido por uma pandemia mundial, assisti pela televisão o, na época prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella brandar publicamente pela interdição de uma história em quadrinhos comercializada na Bienal do Livro do Rio de

² Milo Manara, redução do nome original Maurilio Manara, é um ilustrador italiano bastante conhecido pela vertente sexualmente mobilizadora das suas obras. Muito embora recorra a cenas explícitas em seu trabalho, no geral os trabalhos que ilustrou são tidos pela crítica especializada como eróticos. Dentre algumas das suas produções, destacam-se as novelas gráficas “Gullivera” (1996), “Click” (1983), “Borgia” (2004), etc. Ver mais em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/11/tenho-medo-de-frustrar-os-leitores-diz-mestre-da-hq-erotica-milo-manara.html> e <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/ao-lancar-biografia-sobre-caravaggio-milo-manara-defende-estado-laico-16249963>.

³ Richard Corben foi um ilustrador e roteirista estadunidense conhecido por suas histórias de fantasia e horror publicadas na revista Heavy Metal. Uma das mais conhecidas sagas foi “Den” de 1973 publicada na citada revista. Den foi a continuação de uma animação de Corben lançada em 1963 chamada *Neverwhere* e que ganhou o prêmio Cine Golden Eagle Award. Ver mais em: <https://www.latestnewssouthafrica.com/2020/12/10/american-illustrator-and-comic-book-artist-has-passed-away/>.

⁴ Lançado nos Estados Unidos em 1977, Heavy Metal foi uma publicação serial que reunia quadrinhos para adultos com temas como ficção científica e fantasia como fundo das suas histórias. Muitas das séries traduzidas e publicadas na revista tinham enredos bastante sexualmente apelativos, o caso, por exemplo de Druuna, do quadrinista italiano Paolo Eleuteri Serpieri. Com tiragem bimestral, “Heavy Metal – Versão Brasileira” começou a ser publicada no Brasil nos anos 1990.

Janeiro, acusando-a de pornografia⁵. Tratava-se de uma edição que eu conhecia, a tradução brasileira do primeiro número da saga *Vingadores: A Cruzada das Crianças* originalmente publicada nos Estados Unidos em 2012. Naquele número dois jovens super-heróis, Wiccan e Hukling, despidos de seus collants, mas completamente vestidos em suas roupas civis, protagonizaram uma única ilustração se beijando – diga-se de passagem, o primeiro beijo *on screen*⁶ do casal, muito embora seu envolvimento romântico fosse canônico desde 2005. Diante da representação imagética de um beijo que, a meu ver, não renderia à revista espaço na caixa proibida do meu pai, me vi questionando o que afinal seria o pornográfico? Que juízo era aquele operacionalizado tanto no nível doméstico da minha família, para o enclausuramento de determinadas histórias à caixa proibida, mas que também podia servir a gestão de Crivella para a censura de uma revista em um evento literário de projeção internacional?

Sabe-se que a palavra pornografia é um neologismo francês do Século XVIII provindo dos vocábulos gregos "*pornê*" (prostituta) e "*graphô*" (escrever, gravar) (Goulemot, 2000, p.23). No *Dicionário Michaelis Online* o termo é disposto como:

Qualquer coisa (arte, literatura etc.) que vise explorar o sexo de maneira vulgar e obscena [...]
 Tratado acerca da prostituição.
 Coleção de pinturas ou gravuras obscenas.
 Caráter obsceno de uma publicação.
 Atentado ou violação ao pudor, ao recato; devassidão, imoralidade, libertinagem (PORNOGRAFIA, 2023, s.n.)

A consulta ao dicionário é evidenciadora da, historicamente persistente, dificuldade em definir no que consiste a pornografia, afinal até hoje tal vocábulo pode referir a “qualquer coisa”, desde que se apresente “vulgar”, “obscena”, “imoral”, “devassa”, ou seja, ofensiva ao “recato”, o “pudor”.⁷ Todas estas são categorizações culturais, sociais e temporalmente bastante variáveis. Não por acaso, o antropólogo Bernard Arcand (1993, p. 28) afirma que não sendo o caráter pornográfico investido à toda e qualquer representação dos corpos ou da

⁵<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml>. Acesso em 08/08/2023.

⁶ Mais sobre a controvérsia que tomou o mercado norte-americano anos antes diante do primeiro beijo retratado do casal homoafetivo de adolescentes em: <https://comicsalliance.com/hukling-wiccan-first-kiss-young-avengers/>

⁷ Tal dificuldade não significa que não tenham existido produções autointituladas, autodeclaradas, como pornográficas. Desde o século XIX, mas, sobretudo, avançando no XX, conformaram-se mercados voltados para materiais que se propunham francamente pornográficos. De maneira que, entre os produtores do deliberadamente pornográfico também foram elaboradas convenções de gênero que suportassem a citada categorização mercadológica. Nada obstante, mesmo hoje, em face da existência de uma indústria que se anuncia em tais termos, materiais alegadamente idealizados fora desses circuitos, ainda podem ser percebidos ofensivos de certos pudores e entrincheirados pornográficos. Ao mesmo tempo, há outros que não são reconhecidos como tal, mesmo recorrendo a artifícios narrativos ou imagéticos convencionados à pornografia, como o registro audiovisual de sexo não simulado.

sexualidade, o mesmo configura-se, portanto, um fenômeno sociocultural, uma espécie de etiqueta coletiva, que pode variar em diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço.

Muito embora tenha enquadrado diferentes produções humanas ao longo dos séculos, de maneira geral, a partir do XIX, convencionou-se gradativamente o uso do vocábulo pornografia para designar coisas de maneira depreciativa (Arcand, 1993, p. 28; Cardoso, 2019, p. 19). Sendo, portanto, a pornografia um reconhecimento social muito atacado,

[...] – e até muito recentemente, pouquíssimas vezes defendido – a partir de pressupostos que antagonizam polos: belo/feio; alto/baixo; sujo/limpo; saudável/patológico. Da natureza social e historicamente instável de tais valências, como era de se esperar, resulta que indivíduos de outras épocas, sociedades ou dotados de sensibilidades dissonantes percebem a pornografia em lugares por vezes bastante distintos (Cardoso, 2019, p. 17-18).

Curiosa sobre os lugares tidos pornográficos na produção cultural carioca da virada para O Século XX, me vi resgatando passagens do livro *Atentados ao Pudor: Estudos sobre as aberrações do Instinto Sexual*, de Francisco José Viveiros de Castro, fonte consultado durante o meu mestrado. Originalmente publicado em 1894, o esquadrinhamento de práticas e orientações sexuais do jurista carioca visava discutir se os brasileiros já estavam na degenerescência, ou se apresentavam somente uma exuberância no instituto sexual.

Não tendo, todavia, conseguido chegar a uma resposta⁸, Viveiros de Castro se manteve receoso do “temperamento sexual” do brasileiro, supostamente possuidor de “caráter sensual, talvez pela influência do clima tropical, da alimentação forte, da hereditariedade de duas raças que se confundem na mestiçagem (Viveiros de Castro, 1934, p. 8-9). Segundo o jurista, não eram precisos grandes esforços para se constatar tal disposição, podendo “qualquer observador superficial” notar que como o tipo nacional era “propenso à sensualidade e ao amor”, visto como na capital federal

Os teatros representam peças de uma imoralidade revoltante, as atrizes exibem-se seminuas. Os jornais publicam contos e anedotas que tornam castas as histórias de Boccacio. Os livros pornográficos têm um consumo enorme e muitos negociantes enriquecem vendendo gravuras e objetos imorais. Prostitutas que aqui chegam quase andrajosas, em pouco tempo estão cobertas de sedas e brilhantes (Viveiros de Castro, 1934, p. 8).

Figurando entre supostas evidências da propensão exuberantemente sexual do brasileiro, junto à outras formas de entretenimento caracterizadas imoralmente revoltantes, a

⁸ Viveiros de Castro (1934, p. 8) atribui o insucesso do seu intento a dificuldade em coletar testemunhos: “Gustave Le Bon em uma obra recente diz que o povo brasileiro é uma raça sem energia, sem moralidade, sem vontade. É certo que as épocas de mestiçagem se distinguem pela corrupção dos costumes? Merecemos o conceito severo do escritor francês? Procurei verificar, colhendo factos sobre as aberrações do instinto sexual. Perdi tempo, fiz pesquisas, indagações, mas pouco pude colher. Supunham uns que eu tratava de assuntos obscenos e respondiam com anedotas picarescas. Outros mentiam tão cinicamente que não podiam merecer crédito. Alguns recusavam as informações, temendo que debaixo das iniciais fossem reconhecidas as pessoas”.

menção do caráter pornográfico de certos impressos cariocas denota como esse reconhecimento sociocultural pode também ter servido à demarcação do tido moralmente ameaçador no período histórico a que dedico os meus estudos, o início da Primeira República. Esse fenômeno foi anteriormente observado por Alessandra El Far (2004) em seu livro *Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. Em sua análise das dinâmicas do mercado livreiro carioca, a antropóloga sustentou, inclusive, que o citado vocábulo não teria servido no XIX apenas para qualificação de produtos:

Como no resto do mundo, a palavra pornografia, no Rio de Janeiro de finais do Século XIX, adquiriu sentido mais amplo, não se restringindo somente aos fatos ou temas relacionados à prostituição. No cotidiano da cidade ela era utilizada para qualificar encontros ou cenas amorosas que feriam o decoro público. Em nosso mercado editorial, de modo específico, ela foi emprestada às histórias que davam vez às sequências intermináveis de fornicações e cópulas, como também a todo e qualquer enredo que apresentasse em seu texto descrições corporais pouco sutis, namoros proibidos, menções de relações adúlteras ou prazeres que deveriam, em nome dos bons costumes, ter sido reprimidos ou mesmo interrompidos (El far, 2004, p. 194).

Corroborando a hipótese de El Far (2004), a historiadora Érika Natasha Cardoso (2019) em sua tese *“E Como Não Ser Pornográfico?”: Usos, Sentidos E Diálogos Transnacionais Em Torno Da Pornografia No Brasil (1880-1924)* verificaria, já a partir da década de 1880, o emprego da palavra pornografia em jornais diários brasileiros referindo depreciativamente à uma gama muito variada de materiais, discursos e comportamentos tidos então como adversos ao decoro e aos bons costumes (Cardoso, 2019, p. 36-62).

Como ocorreu também em outras partes do mundo, o processo de popularização das leituras compreendidas como pornográficas no Brasil relacionou-se ao crescimento do mercado livreiro (El far, 2004; Cardoso, 2019, p. 19). O que, em absoluto, não significou que as fronteiras entre as leituras socialmente aceitas e a pornografia, “noções amplamente compreendidas como incompatíveis, fossem tão nítidas quando vistas de perto” (Cardoso, 2019, p. 29). Um episódio rememorado por Viveiros de Castro (1934) também dá provas de que, objeto de disputas e mobilizados por diferentes sujeitos, o reconhecimento sociocultural da pornografia poderia ser dissonante mesmo entre aqueles publicamente consternados pelo seu comércio e circulação.

Tão intelectualmente cioso do ordenamento sexual sadio⁹, mesmo o jurista teria tido o seu inventário dos desvios do desejo acusado de pornográfico. No prólogo da segunda edição

⁹ De acordo com Martha de Abreu Esteves (1989, p. 35): “Cinco grandes juristas do final do século XIX e XX, Viveiros de Castro, Evaristo de Moraes, Macedo Soares, João Viera e Galdino Siqueira, se dedicaram, em suas obras, a aprofundar os conhecimentos sobre crimes sexuais, visando organizar uma jurisprudência orientadora das punições” tendo sido “Viveiros de Castro o primeiro a tentar delimitar e organizar esses conceitos e,

de *Atentados*, ao comentar a recepção inicial do livro, Viveiros de Castro (1934) afirmou que as suas descrições criteriosas em seu compilado das tidas aberrações sexuais teriam causado “escândalo” entre seus opositores: “Afirmavam que era um livro pornográfico, de uma obscenidade revoltante, escrito para o deleite dos devassos e excitação de velhos impotentes” (Viveiros de Castro, 1934, p.12).

Tendo filiando-se à intentos de homens da ciência do estrangeiro, Viveiros de Castro pôde se manter

Calmo, com a tranquilidade que me dava a consciência de haver escrito uma obra sob um critério rigorosamente científico e com um fim humanitário, pálida imitação, vago reflexo do que têm feito na Europa homens que se chamam Tardieu, Charcot, Krafft-Ebing, aguardei resignado a tardia reparação, certo de que a justiça ainda que demoradamente me seria feita. Com efeito, passada a gritaria levantada pela ignorância de muitos, pela inveja de outros, e pela hipocrisia dos que procuram ocultar sob as falsas aparências de um rigorismo pudico os mais torpes e abjectos vícios, o público que sofregamente leu o livro viu que não se tratava de uma obra imoral, escrita com um fim de escândalo ou de especulação mercantil, mas de um estudo médico-legal, uma apreciação de psicologia mórbida, tendo como suprema aspiração salvar a honra de infelizes vítimas de uma dessas numerosas enfermidades que afetam a vontade e a inteligência. A imprensa unanimemente em suas críticas aplaudiu o livro (Viveiros de Castro, 1934, p.12).

Em sua defesa do rigor científico de sua obra, Viveiros de Castro (1934) chamou minha atenção para aquelas que, naquele contexto, ao contrário de seu tratado “médico-legal”, versavam sobre práticas sexuais justamente para o “deleite dos devassos”. Isto é, para as produções que, propositalmente, tencionavam os limites do moralmente aceito com suas representações corpóreas e sexuais por motivos de “especulação mercantil”. Tendo até então, me dedicado à problematização historiográfica de experiências sociais daquele tempo e espaço a partir da análise de periódicos, fui à busca dos jornais cariocas cujos “contos e anedotas” tornavam “castas as histórias de Boccaccio”. Enquanto o mundo era tomado pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, o portal da Hemeroteca Digital me permitiu acesso à uma fonte instigante: o jornal *O Rio Nu* (1898-1916).

Fundado em 13 de maio de 1898 e publicado duas vezes por semana¹⁰, *O Rio Nu* foi o mais longo¹¹ periódico da imprensa humorística ilustrada carioca identificada de gênero

consequentemente, as imagens da mulher honesta. Para comprovar sedução, engano ou fraude, definidores da culpabilidade do réu, a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico” (Esteves, 1989, p.38).

¹⁰ Ainda em seu primeiro ano de circulação aumenta sua periodicidade tornando-se bissemanal, permanecendo assim até 1914, quando em decorrência de uma crise financeira volta a ser um semanário.

¹¹ O jornal, diferente de seus congêneres cariocas, ultrapassou a marca de dois anos existência (Schettini, 1997).

alegre ou livre¹², permanecendo em circulação por 18 anos, até 1916. No início do Século XX, utilizando-se dos termos gênero livre ou gênero alegre, produtores do mercado de impressos e do entretenimento sinalizavam ao público produtos e modalidades de diversão considerados sexualmente apelativos (Pereira, 1997; Schettini, 2011; Carvalho, 2018).¹³ Peças teatrais, cinematógrafos que exibiam fitas de cunho sexual, livros e, como no caso de *O Rio Nu*, periódicos, eram assim divulgados por tratarem de temas relacionados às diversões noturnas — prostíbulos, teatros, bares — e/ou por veicularem narrativas de teor indecoroso. O caráter sexualmente explícito desses produtos culturais variava. No caso dos periódicos, tendia-se, por exemplo, ao uso de duplos sentidos e linguagem conotativa (Pereira, 1997, p. 29).

Beneficiando-se de uma série de novidades técnicas que transformavam a produção dos impressos e o fazer jornalístico na capital (Barbosa, 2007; Pereira, 1994; Velloso, 2015), *O Rio Nu* se consagrou o mais bem-sucedido empreendimento periódico carioca de humor sexual da virada para O Século XX. Ele foi um periódico bem diagramado, cujo corpo editorial, impulsionado pelo rápido sucesso da folha, orgulhava-se de investimentos contínuos em tecnologia, buscando sempre incorporar as mais recentes inovações em impressão.

De 1898 a 1914, suas dimensões físicas permaneceram na casa dos 36,6 cm de altura por 26,6 cm de largura. No período de 1914 a 1916, no entanto, reduziram-se para 31,7 cm por 22,8 cm, provavelmente em decorrência da alta nos preços do papel causada pela Primeira Guerra Mundial. Vendido em boa parte de sua trajetória, por consideravelmente acessíveis 100 réis¹⁴, *O Rio Nu* publicou crônicas sobre o cotidiano carioca, ficções por meio de contos e

¹² Cf. PEREIRA, Cristiana Schettini. Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.29. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) História do corpo no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.317. SCHETTINI, Cristiana. Clichês Baratos, Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX. Editora da Unicamp; E-book, 2020e Cf. CARVALHO, Marina Vieira de. Leituras do prazer: a criação pornô-erótica na alvorada da modernidade carioca. 2018. 384 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

¹³ Explicitando o uso mercadológico da expressão gênero alegre no mercado carioca da época, *O Rio Nu* recorreu a ela em diversos momentos para divulgar seus romances e brochuras – como observado, por exemplo, nos anúncios do romance *O Donzel* em 1909 e dos outros livros à venda no escritório em 1911. Associando-se, por tabela, a esse rótulo, o bissemanário o periódico também empregou a expressão gênero alegre para se referir a outro periódico, *Mi-Mi*, humorístico argentino que mencionou elogiosamente como um “colega” (*O Rio Nu*, ed. 559, 14/11/1908, p. 2). Além disso, ao comemorar a chegada de um novo colaborador, Petrônio, referindo-se a ele como uma figura supostamente famosa por suas produções literárias ‘alegres’ (*O Rio Nu*, ed. 476, 28/01/1903, p. 2).

¹⁴ A partir de 1914, devido à crise de abastecimento causada pela Primeira Guerra Mundial, o periódico passaria ter seus números avulsos vendidos por 200 réis. A análise realizada por Alessandra El Far (2010, p.95-96) auxilia a conjecturar sobre a relativa acessibilidade do preço d’*O Rio Nu*: “Nessa época, um trabalhador especializado, como um ferreiro, ganhava por uma diária de serviço 3.333 réis, ao passo que um trabalhador sem nenhuma especialização recebia em torno de 1.400 réis. Os salários de serventes, contínuos e amanuenses empregados no funcionalismo municipal, eram maiores, indo de 60 mil réis a 100 mil réis por mês. Nos primeiros anos da

folhetins e, com a chegada do Século XX, passou a dar cada vez mais destaque às imagens, que ocupavam até dois terços de suas capas, incluindo-se aí fotografias de nus importadas da Europa.

Essa crescente infusão imagética, manteve-se, em geral, acompanhada sempre de porções textuais de humor conotativo. De acordo com Cristiana Schettini (2020, Posições do Kindle 117-124), muito embora a imprensa humorística daquele tempo, tenha valorizado o emprego de trocadilhos e de duplos sentidos para expressar suas críticas da política e dos costumes, o supracitado bissemanário e seus congêneres se diferenciam pela centralidade e constância da temática e das referências sexuais. De acordo a pesquisadora:

Tendo surgido em 1898, como um desprezioso jornal de humor "caústico" e apresentando o programam de "passear com seus sapatos trocistas por sobre as conveniências sociais", O Rio Nu, em pouco tempo afirmou-se com um estilo peculiar de humor malicioso. Simultaneamente, adquiriu uma consolidada estrutura empresarial. Em 1910, funcionava na movimentada rua da Carioca, "num amplo primeiro andar, com três sacadas de frente", possuindo iluminação elétrica, telefone, e principalmente, uma tabuleta de três metros e meio de extensão, cujas letras eram cobertas por lâmpadas elétricas, que causavam um inédito efeito à noite (Pereira, 1997, p. 11)

Apesar de seu sucesso — ou, como veremos, talvez justamente por causa dele — *O Rio Nu* não escapou do enquadramento pornográfico, do entrincheiramento sociocultural à um “gênero realmente condenável”.¹⁵ Se mesmo entre aqueles com ambições censoras, a pornografia não era vista sempre nos mesmos lugares (Cardoso, 2019, p. 160) não podia ser muito diferente entre os produtores de materiais sexualmente apelativos. Especialmente, quando assumir abertamente tal enquadramento poderia trazer prejuízos a seus empreendimentos comerciais.

Não por acaso, ainda que objeto da mobilização antipornográfica de grupos de orientação católica, *O Rio Nu* sustentaria a apregoação de que seu humor sexual era tão somente “malicioso” ou “brejeiro” e não pornográfico ou obsceno.¹⁶ Explicitando, assim, a tendência

República, as novas políticas econômicas postas em prática pelo governo provisório geraram uma significativa inflação e, por conseguinte, o aumento dos preços e salários. Quer dizer, um trabalhador pobre tinha de gastar em média um terço do que ganhava em um dia de serviço para comprar um romance de sucesso para “o povo” ou então algumas moedas de 100 ou 200 réis para obter um enredo de menor repercussão. O profissional mais bem qualificado possuía uma margem maior de gastos, podendo adquirir ao longo do mês bem mais do que um exemplar. Apesar das diferenças, as publicações impressas de baixo custo já se mostravam acessíveis a setores sociais bastante distintos” (EL FAR, 2010, p.96).

¹⁵ Palavras do Juiz federal da 1ª Vara, Dr. Raul de Souza Martins na ocasião do processo movido pelo proprietário d’*O Rio Nu* em função da proibição de sua circulação pelos correios (O SÉCULO, 06/08/1910, p. 2).

¹⁶ Mais sobre esses grupos e suas conexões como as ligas antipornográficas do além-mar será explorado no primeiro capítulo. Para ainda mais informações consultar também: STORA-LAMARRE, Annie. Le livre em question: La censure au Congrès international contre la pornographie (Paris, 1908). In: Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle, n° 7, 1989, p. 89. EL FAR, Alessandra. Páginas de Sensações: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. CARDOSO, Érika

observada por Susan Sontag (2015, p. 43), de que “tanto os libertários como os presumidos censores concordam em reduzir a pornografia a um sintoma patológico e a uma mercadoria social problemática”.

Historicamente enquadradora de produções tidas como infames, a pornografia foi investida de caráter ameaçador, pois quanto “mais perto do povo, mais longe da razão e mais próxima do corpo” (Carvalho, 2018, p. 78).¹⁷ Não por acaso, sua emergência na Europa como categoria sujeita a regulamentação no decorrer do Século XIX, respondeu as novas possibilidades de produção, circulação e exibição pública de artefatos culturais relativos ao sexo (Hunt, 1999, p. 13). Agravavam-se, então, os temores de autoridades eclesiásticas e seculares dos possíveis efeitos perniciosos do acesso à leitura, sobretudo, nos corpos de indivíduos tidos como perigosamente mais frágeis, impressionáveis ou pouco educados: os pobres, os jovens, as mulheres (Cardoso, 2019, p. 53). Isto é, aparelhada para traçar limites do visível ao público, a pornografia serviria para a vigilância de corpos passíveis de excitação, e como tal, potencialmente influenciáveis e em perigo de corrupção moral (Preciado, 2018, p. 27).

O Rio de Janeiro, capital do país e, em finais do XIX, também polo produtor e de circulação de artefatos relativos ao sexo (Schettini, 2020, posição no Kindle 1981; El Far, 2004.), também foi palco dessas disputas de visibilidade e controle do olhar público. O que, tal como já indicado pelos comentários de Viveiros de Castro (1934), também abarcaria a produção impressa periódica.

Defendida em 1997, a dissertação *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)* foi o primeiro trabalho historiográfico a tematizar de maneira mais específica a imprensa ilustrada de humor sexual carioca no início do Século XX. Na citada pesquisa, Cristiana Schettini interrogou dois periódicos, *O Rio Nu* e a *Sans Dessous*, visando problematizar a dimensão social das fantasias sexuais dispostas nas páginas dessas folhas (Pereira¹⁸, 1997, p. 9). Na sua perspectiva, partes integrantes do comércio de diversões então dirigidas ao público masculino, tais impressos teriam privilegiado a tematização de assuntos relacionados ao sexo e o meretrício (Pereira, 1997, p. 10). Precisamente as razões pelas quais

Natasaha. “E Como Não Ser Pornográfico?”: Usos, Sentidos E Diálogos Transnacionais Em Torno Da Pornografia No Brasil (1880-1924). Tese. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. E El FAR, Alessandra. EL FAR, Alessandra. Páginas de Sensações: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924).

¹⁷ Segundo Cardoso (2020, p. 52), no século XIX: “se fortalecia a premissa, já prenunciada por Pierre-Charles Levesque na França do século XVIII, de que eram necessárias hierarquias classificativas que permitissem distinguir a arte nobre da infame, o que amadurecia na ideia de bom gosto, amplamente difundida pelas sociedades burguesas. Baseados em tais preceitos, determinados segmentos sociais iriam distinguir as representações sublimes e ignóbeis, o que resultaria na ideia de erotismo, à qual a pornografia comumente se opõe nos debates públicos.

¹⁸ Na ocasião em que defendeu sua dissertação Cristiana Schettini assinava como Cristiana Schettini Pereira.

as tidas folhas alegres teriam sido consideradas ameaçadores por grupos de leigos católicos cariocas, que percebiam na noite e nos prostíbulos, focos de proliferação da imoralidade e do desregramento sexual (Pereira, 1997, p. 10).

Nesse trabalho, Schettini também sustentou a hipótese que, no gênero alegre, a “introjeção” de “códigos franceses de comportamento sexual não foi unívoca” e se misturou com outras projeções e práticas sexuais (Pereira, 1997, p. 198). Muito embora não se restringissem à apenas divulgar fantasias figurando prostitutas afrancesadas, para a pesquisadora

[...] as relações tematizadas por estes periódicos nada tinham de ‘permissivas’ no sentido de constituírem um universo que se oporia a um mundo cotidiano ‘normatizado’. Essas abordagens podem ser tomadas como a expressão de um certo entendimento das relações sociais ‘cotidianas’. De especial, esta forma de expressão parece ter a possibilidade de naturalizar as hierarquias e os lugares sociais, por representá-los através de identidades de gênero fixas e também naturalizadas. As transgressões morais tematizadas nos dois periódicos, neste sentido, podem ser lidas como uma forma de reafirmar algumas normas de gênero (Pereira, 1997, p. 199-200)

No citado trabalho, os periódicos alegres tidos como disseminadores de estereótipos (“as adúlteras, os homossexuais, os homens pobres e brutais”) veiculariam uma visão hierarquizada dos “lugares destinados a cada um na sociedade”, ao mesmo tempo, em que carregariam “ambiguidades que certamente ultrapassavam as intenções dos redatores para alcançar um público diversificado” (Pereira, 1997, p. 198). Isto é, apesar de toda a lógica naturalizante de desigualdades presente nas suas tematizações de relações e “identidades sexuais dos inferiorizados na hierarquização social”, para Schettini, o “mecanismo” de veiculação, por parte dos redatores, dessas fantasias seria significativo da pornografia também como uma alternativa para aqueles que não partilhavam de “uma certa identidade masculina construída (e pressuposta) a partir da posse da prostituta francesa” (Pereira, 1997, p. 198).

Em outra dissertação sobre a imprensa alegre, “*Regras de Civilidade*”: *Tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916)*” Natália Batista Peçanha (2013) se propôs a investigar como os protocolos de leitura d’*O Rio Nu* teriam forjado um modelo de masculinidade, o *smart*:

Este, além de ser elegante no modo como se vestia e nos lugares que frequentava, deveria ser um bom pai, marido e trabalhador. Àqueles que fugiam a este modelo eram condenados e estereotipados. Assim, a figura do homossexual como aquele efeminado afeito à pederastia e que poderia seduzir e corromper até mesmo crianças é apresentado pelo jornal de forma preconceituosa, assim como a figura do alcoólatra. Considerado uma “praga social”, o alcoolismo levaria o homem à “vagabundagem” e, conseqüentemente, à desestruturação da família. Por fim, o *smart*, não podia ser sexualmente impotente. Era da responsabilidade do homem mostrar, através das múltiplas gestações de sua esposa, sua virilidade. Desta forma, o

jornal ridicularizava esses homens, geralmente apresentados como idosos, e apresentava, também, soluções como remédios que eram anunciados em suas páginas, que prometiam a cura deste mal (Peçanha, 2013, p.21).

De acordo com a pesquisadora, a tematização dos redatores do bissemanário de relações e identificações sexuais marginalizadas teria servido “a uma política pedagógica assumida pelo jornal, no intuito de moralizar os padrões sexuais de seus leitores” (Peçanha, 2013, p.144). Em seu trabalho *O Rio Nu* figura como pretensão formador de uma masculinidade urbana de condutas elegantes, com missão provedora, sem vícios e adepta de um padrão sexual desejoso da mulher branca e europerizada e não da mulher racializada ou mesmo de outros homens.

Defendida em 2018, a tese *Leituras do prazer: a criação pornô-erótica na alvorada da modernidade carioca* de Marina Viera Carvalho (2018) se contraporia à percepção da pornografia da Primeira República como apenas um agente normatizador e reproduzidor de hierarquias de raça, gênero e classe. Para tanto, Carvalho (2018, p. 362) inscreveu a criação pornô-erótica¹⁹ daquele tempo como uma arena sociopolítica em que se chocavam as “potências pornô-eróticas masculinas” – representadas pelos periódicos de gênero alegre *O Rio Nu* e *Sans Dessous* – e “potências pornô-eróticas femininas” – os escritos de Gilka Machado, Albertina Bertha e Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos, segundo a historiadora a “tríade do erotismo feminino da Primeira República”.

Em sua análise comparativa dos tipos ficcionais femininos²⁰ dispostos por essas potências, Carvalho (2018) propôs a tese de que a criação pornô-erótica do Rio de Janeiro na alvorada de sua modernidade não teria sido apenas a reprodução dos discursos cientificistas, machistas, classistas e racistas. Sem negar que tais presenças estiveram nas páginas de periódicos alegres como “modalidades de modernização da cidade e de sua gente” (Carvalho, 2018, p. 365), a historiadora também visualiza n’*O Rio Nu* e nos *Sans Dessous* elementos transgressores: ocasionais vozes autorais femininas, o combate à tradição católico-portuguesa e à corrupção do conservadorismo oligárquico da política da Primeira República.

¹⁹ A autora opta por cunhar a categorização “pornô-erótica” para designar potências sexualmente mobilizadoras do social-histórico da Primeira República sem aderir ao julgamento moral que classifica um como sublime (erotismo) e outro como vulgar (pornografia).

²⁰ Trabalhando com diferentes documentos, a historiadora identificou dois tipos ficcionais de mulher em confronto: a mulher gentrificada, desejo da imaginação pornô-erótica do *O Rio Nu* e da *Sans Dessous* e a mulher vivificante, instaurada pela literatura pornô-erótica da criação pornô-erótica feminina. Reconhecendo eventuais entrecruzamento desses tipos ficcionais por meio da participação autoral de mulheres na imprensa alegre, Carvalho (2018) dispõe o tipo ficcional do desejo masculino com a figura de uma mulher embranquecida, fatal, refinada, afrancesada, isto é, tecedora de uma vinculação com Paris e informante de uma masculinidade colonizada em seu próprio desejo. Por sua vez, as mulheres vivificantes das literatas pornô-eróticas, deslocariam o feminino da condição de objeto para a de sujeito ativo em sua sexualidade e prazer, não restringindo-as à um ideal de *Femme Fatale* branca europeizada.

O principal argumento de Carvalho (2018) para sustentar sua tese sobre a matéria discursiva pornô-erótica do início do Século XX, firma-se no fato de que “as potências pornô-eróticas da Primeira República não foram compostas apenas pela discursividade masculina sendo também potencializadas por mulheres que atuaram na dimensão erótica da existência” (Carvalho, 2018, p. 365-366). Ou seja, é, principalmente, por meio da análise de elementos da mulher ficcional vivificante das potências pornô-eróticas femininas, que a pesquisadora visualiza rupturas com os laços tradicionais daquela sociedade. Nelas a “mobilização do imaginário de igualdade e liberdade iluminista” teria atuado para a “conquista da cidadania feminina por meio dos poderes do jogo ficcional; potencializando a esfera política e as transformações às performances de gênero” (Carvalho, 2018, p. 362).

Aproximados vinte anos depois da sua citada dissertação, Schettini (2020) publicizaria uma nova incursão historiográfica àquela que cunhou com imprensa de gênero alegre. No livro *Clichês Baratos: Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do Século XX*, a pesquisadora se propôs a acompanhar, em particular, a trajetória d’*O Rio Nu*, em um exame das conexões entre o processo de mercantilização das diversões, a sociabilidade noturna e o humor sexual no Rio de Janeiro que adentrava nO Século XX (Schettini, 2020, Posições no Kindle 252-253).

Subvertendo alguns aspectos de sua pregressa abordagem do jornalismo de gênero alegre, em que privilegiou sua dimensão naturalizadora e reprodutora de hierarquias, em seu livro mais recente, Schettini (2020, posições no Kindle, 4123-4126) sustenta que a participação nesse nicho da imprensa também teria sido para muitos homens uma forma de desafiar e mesmo reorganizar as relações sociais hierárquicas que os separavam “tanto por critérios raciais como por outras marcas menos observadas pelos historiadores, como os diferentes graus de domínio da expressão escrita e o acesso a outros bens culturais”.

Segundo Schettini (2020, posições no Kindle 4126-4129), nas últimas décadas, muitos estudos teriam abordado a imprensa ilustrada humorística carioca “com as ferramentas da história cultural, da história da arte e da crítica literária, identificando seus repertórios de recursos visuais, retóricos, literários, intelectuais e técnicos”. Nada obstante, para pesquisadora, se tratando especificamente da imprensa ilustrada de humor sexual, a mobilização desses recursos teria sido examinada majoritariamente em função apenas da “construção de um lugar de enunciação próprio: um olhar e uma perspectiva masculina sobre as mulheres e uma pedagogia sexual expressos através das hierarquias sociais” (Schettini, 2020, posições no Kindle 4130-4131). Muito embora reconheça que a imprensa ilustrada de humor sexual também foi um lugar de clichês sexistas e racistas, para Schettini (2020, posição no Kindle 4152-4153)

se limitar à essa constatação teria “impedido a identificação de seus sentidos para homens e mulheres, que a usaram para construir vínculos e relações de trabalho em um mundo cada vez mais mercantilizado e desigual”.

A historiadora sustenta que

[...] a opção por considerar a produção da imprensa ilustrada de humor sexual como uma arena de negociações e disputas, em vez de tomá-la como lugar de produção de representações, pedagogias ou projeções unilaterais, faz toda a diferença para identificar as experiências sociais das mulheres envolvidas nesse empreendimento. [...] Essas mulheres não se apresentavam nem como as “desventuradas vítimas da prostituição”, como havia comentado um escritor católico na imprensa, e tampouco eram sempre, ou somente, objetos do prazer sexual de outros. Elas foram alvos de violências simbólicas e físicas de todo tipo. Ao mesmo tempo, suas estratégias de vida, planos de mobilidade social e seu hábil posicionamento como organizadoras de um universo de relações a seu redor deixam entrever um repertório de estratégias de ação com o qual poucos homens puderam contar. (Schettini, Posições do Kindle 4132-4146).

Schettini argumenta que as prostitutas, as “madamas” e também os homens que as rodeavam, teriam sido ativos na conformação do universo mercantilizado da imprensa ilustrada de humor sexual – “entre outras coisas, porque eram parte imprescindível desse mundo, mesmo que não fossem redatores, desenhistas ou editores” (Schettini, posições no Kindle 2922-2924).

Ofensivo a grupos seus contemporâneos, por visibilizar para o olhar público práticas corporais e circuitos mercadológicos pouco condizentes com o ideal de ordenamento sexual monogâmico apregoado então garantidor tanto dos céus, quanto do progresso civilizatório europeu, *O Rio Nu* foi resgatado pela historiografia em função, justamente, dos aspectos normativos que também permearam a construção de algumas suas troças, imagens e ficções autorreferidas maliciosas. É sobre essa fonte marcada pela ambiguidade e pela polissemia, aberrante aos olhos de moralistas de seu tempo, todavia, em algumas instâncias articuladora de elementos oriundos de discursos normatizadores, que ambiciono empreender um estudo sobre masculinidades.

Pretendo, nesse sentido, agregar às análises já construídas sobre *O Rio Nu*, ampliando a problematização das formas como seus redatores representaram diferentes padrões de masculinidade, as complexas relações entre esses projetos de hombridade e, em última instância, com o próprio contexto histórico de transformações urbanas vivenciado pelos cariocas no início do Século XX.

1.1. Homens: corpos que sangram, corpos que gozam... Carnes envolvidas em e produtoras de sociedade

Todos os dias, milhares de brasileiros, tem acesso por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais a dezenas de páginas, grupos e fóruns online onde se opera uma sucessiva divulgação de narrativas de pânico morais alertando sobre os perigos dos novos tempos (Souza; Rosa; Camargo, 2023, p. 126). Se, historicamente, os setores religiosos se opuseram ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate ao que chamam de “ideologia de gênero” demonstra-se um desdobramento mais recente.²¹ Foi apenas depois de 2008, que em diversos países europeus, que se difundiu o alarde dos seus supostos perigos (Kováts; Poim, 2015).

Ganhando também notoriedade no debate público nacional, esse conceito serviu e ainda serve para a fabricação de narrativas sobre os tidos como oponentes da família e dos bons costumes. À “guisa de uma moral dita ‘cristã’, as mulheres feministas e as pessoas LGBT se transformaram, na visão de quem prega contra a ‘ideologia de gênero’, em uma força do mal, no inimigo, a ser combatido a qualquer custo” (Reis; Eggert, 2017, p. 19). Para alguns grupos reacionários, uma das estratégias para reverter a ruína societal colocada em curso por esses inimigos, são chamamentos para que homens ajam como “homens”²², leia-se, à exemplo dos de antigamente, esses sim, verdadeiras autoridades, viris, fortes, provedores, em uma tática operacionalizada apelando para a expressões de nostalgia coletiva.²³

²¹ Um dos maiores propagadores da falácia da ideologia de gênero, o advogado argentino Jorge Scala (2011 p. 8) a define como “um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de ‘impor uma nova antropologia’ a provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade”. O que para Scala (2011, p.14) se deve ao fato de “Segundo esta ideologia, a liberdade para ‘construir’ o próprio gênero deve ser interpretada como sinônimo de uma autonomia absoluta. E esta, em dois sentidos simultâneos: 1-) cada um interpreta o que é ser homem e o que é ser mulher como queira, interpretação que o sujeito, além disso, poderá variar quantas vezes achar conveniente; e 2-) cada pessoa pode escolher aqui e agora, se quer ser homem ou mulher - com o conteúdo subjetivo que ela mesma tenha dado a esses termos - e mudar de decisão quantas vezes quiser. Deve-se ressaltar que não somente cada um poderia definir sem limite algum o conteúdo da masculinidade e da feminilidade, como também poderia pô-lo em prática sem nenhum limite. Essa escolha absolutamente autônoma é denominada opção sexual”. Ver mais em: SCALA, Jorge. *A Ideologia de Gênero. O Neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katecheses, 2011.

²² Para exemplificar esses chamamentos podemos recorrer à Silva, Ferrari e Caetano (2022, p.4) que, em sua análise de textos e imagens divulgadas pela organização política de direita *Nova Resistência* no facebook, caracteriza o movimento como defensor da “tradição e a manutenção de valores, supostamente naturais, como substanciais para o equilíbrio da sociedade. Tais elementos nos mostram algumas aproximações desse modelo de ‘ser homem’ através de uma performatividade masculina, tradicional e autoritária”. Desde então removida do ar, a página do facebook da organização não está mais disponível, todavia, em uma consulta de seu site *novaresistencia.org* são de fácil acesso artigos contra a “ideologia de gênero”, assim como textos que apelam a narrativas sobre um passado idealizado. Na aba “Principiologia”, o grupo elege entre os seus princípios o Tradicionalismo “fundamentalmente, acreditamos que não é necessário modificar aquilo que deu certo ao longo de milênios e serviu como sustentáculo para civilizações. A História é o grande campo de testes das teorias, ideologias e instituições. O afã de realizar alterações bizarras nos costumes e tradições, em prol dos desejos de aglomerados de indivíduos, não passa de uma mania neurótica ocidental pós-moderna, liberal e globalista, atada ao projeto de poder da classe dominante mundial”. Ver mais em: DA SILVA, José Rodolfo Lopes; FERRARI, Anderson; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **MASCULINISMO, Neoconservadorismo E Pedagogias Culturais: Investimentos Em Tradições, Essencializações E Naturalizações**. Currículo sem Fronteiras, v. 22, p. e2189, 2022.

²³ Svetlana Boym (2017, p. 154), caracteriza a nostalgia como uma “emoção histórica” que “[...] parece ser a saudade de um lugar, mas é na realidade um anseio por um tempo diferente – o tempo de nossa infância, dos ritmos mais lentos de nossos sonhos. Em um sentido ainda mais amplo, a nostalgia é uma revolta contra a ideia moderna

Comumente reverberado em almoços de família, com máximas como “No meu tempo, as coisas não eram assim”, o apelo ao retorno a um suposto tempo da tradição não é uma particularidade local do reacionarismo brasileiro. Em nível global, movimentos de extrema direita têm feito uso político de expressões de nostalgia coletiva, propondo retornos idílicos à passados falseados como moralmente superiores, nos quais, dentre outras coisas, homens e mulheres supostamente agiriam alinhados a papéis tradicionais de gênero (Lammers; Baldwin, 2020, p. 943), bem ao estilo “menino veste azul, menina veste rosa”²⁴.

Essa espécie de negacionismo histórico, precisamente, por seus anacronismos e falseamentos também pode ser desmobilizado recorrendo-se à trabalhos que explorem as contradições e dissidências das dinâmicas sociais pregressas, servindo a problematização dos “lugares comuns” construídos pela nostalgia reacionária. Afinal, no passado, muitos meninos já foram vestidos de rosa, assim como meninas de azul²⁵. No tocante, por exemplo, as idealizações sobre as configurações familiares no passado, Stephanhie Coontz (2000) sustenta que enquanto aquilo que é hoje tido como transformação/reconfiguração nesses arranjos for “refratado pelas lentes da nostalgia do passado, não conseguiremos ver um caminho a frente”²⁶, apenas “aprendendo o quão complexa e multifacetada foi a experiência da vida familiar no passado”²⁷, seria possível combater os desejos “por um passado que nunca foi tão idílico ou descomplicado como às vezes imaginamos”²⁸ (Coontz, 2000, p. 87-88).

Visando um estudo de experiências sociais que certamente não foram idílicas ou muito menos descomplicadas, pretendo analisar representações de masculinidades pregressas por

de tempo, o tempo da história e do progresso. Os desejos nostálgicos de transformar a história em uma mitologia individual ou coletiva, de revistar os tempos como espaço, recusando render-se à irreversibilidade do tempo que atormenta a condição humana. Assim, o passado da nostalgia, parafraseando William Faulkner, não é sequer passado. Pode ser apenas um tempo melhor, ou um tempo mais lento – tempo fora do tempo, não sobrecarregado por agendas repletas de compromissos. [...] a nostalgia, a meu ver, nem sempre é retrospectiva; pode ser igualmente prospectiva. As fantasias sobre o passado, determinadas pelas necessidades do presente, têm um impacto direto nas realidades do futuro”. Ver mais em: BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 10, n. 23, 2017 e BOYM, Svetlana. **The Future of Nostalgia**. Moscou: Basic Books, 2002.

²⁴ Máxima de Damares Alves, ex Ministra da pasta da Mulher cuja e que também prometeu durante o seu mandato que menino seria “príncipe” e menina “princesa”. Ver < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. > Acesso em 03/08/2023.

²⁵ Jo B. Paoletti, professora emérita do Departamento de Estudos Estadunidenses da Universidade de Maryland, é um exemplo de trabalhos desafiadores de projeções nostálgicas e anacrônicas em relação a estereótipos de gênero. Em seu estudo sobre a história norte-americana do vestuário de bebês e crianças menores de três anos Paoletti (2012, p. 18) observou que há aproximados 100 anos os usos das cores rosa e azul para codificar visualmente “feminilidade” e “masculinidade” era invertido nos EUA, sendo o rosa associado com meninos por ser uma cor “mais decidida e forte”, enquanto o azul seria “mais delicado e gracioso” (PAOLETTI, 2012, p. 1-18). Ver mais em: Paoletti, Jo B. **Pink and Blue: Telling the Boys from the Girls in America**. Indiana University Press, 2012. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/j.ctt16gh7c4>. Acessado em 03/08/2023.

²⁶ No original: “[...] refracted through the lens of nostalgia for the past, we will not be able to see a way forward”.

²⁷ No original: “[...]by learning how complex and multifaceted the experience of family life has been in the past”?

²⁸ No original: “[...] for a past that was never as idyllic or uncomplicated as we sometimes imagine.”

meio de *O Rio Nu*. Em um olhar ao passado, não em busca de um homem de “verdade”, singular, másculo e viril, mas curiosa dos modos em que diferentes masculinidades, isto é, diferentes configurações de práticas, foram dadas a ver, representadas, assim como as relações entre elas. De acordo com a cientista social Raweyn Connell,

[...] A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250).

Historicizáveis e variantes de acordo com contextos sociais e culturais, as masculinidades podem se apresentar diversas e concorrentes: “diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade” (Connell, 1996, p. 189). Na perspectiva da autora, as relações de gênero não se limitam apenas a interações entre mulheres de um lado e homens no outro, “os relacionamentos entre homens, ou entre mulheres, ainda podem ser relações de gênero - assim como hierarquias de masculinidade entre homens”²⁹ (Connell, 2009, p.23). Isto é, para além da pluralidade, Connell (1995) também considera fundamental reconhecer que diferentes configurações de práticas, isto é, diferentes masculinidades, estabelecem relações inclusive hierárquicas entre si.

Mais do que uma diferença cultural entre homens e mulheres baseada na divisão biológica entre machos e fêmeas, o gênero apresenta-se, nesse sentido, como uma estrutura dentro das relações sociais³⁰ (Connell, 2009, p. 74-75) e que, também pode apresentar em outras ordens, não, por exemplo, necessariamente binárias³¹. Estruturas que não determinariam mecanicamente como pessoas ou grupos agem, embora seja inegável que possam condicionar possibilidades e consequências às suas ações (Connell, 2009, p. 75). Trazidas a realidade por

²⁹ No original: “Relationships among men, or among women, may still be gender relations - such as hierarchies of masculinity among men” (Connell, 2009, p.23).

³⁰ Connell (2009, p.79) distingue a estrutura de gênero pós-industrialização a partir de quatro dimensões: Relações de Poder, Relações de Produção e consumo, Relações Emocionais e Relações de Simbolismo e discurso. Não sendo instituições separadas, essas quatro dimensões podem, inclusive, se sustentar mutuamente, entrelaçando-se e se condicionando em diferentes contextos. A autora admite que essas quatro dimensões podem inclusive mudar, tendo em consideração que, historicamente e geograficamente, as estruturas mudam (Connell, p. 76). Outro ponto importante a se salientar é que o gênero não é a única estrutura de relações sociais, cabendo a cada análise examinar as interseções específicas dessa com outras estruturas como por exemplo de raça, classe, e geração, etc. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 236).

³¹ “Boa parte das pesquisas sobre gênero se baseia numa abordagem fundamentalmente estática e categórica. Segundo essa abordagem, o gênero envolve duas categorias, masculino e feminino, e falar em gênero é falar sobre a diferença entre essas categorias [...] é preciso que ultrapassemos concepções unitárias sobre o sujeito do feminismo.[...] O que as teorias do gênero ainda não compreendem bem é que as dinâmicas de gênero tomam formas específicas em contextos coloniais e pós-coloniais, pois, como aponta Lugones, estão entrelaçadas às dinâmicas de colonização e globalização” (Connell, 2016, p. 29-31).

comportamentos humanos e historicamente constituídas (Connell, 2009, p.74), estruturas sociais (gênero, raça, classe, etc.) podem desenvolver “tendências a crises”, contradições internas que minam os seus padrões atuais e forçam mudanças (Connell, 2009, p. 91). As ordens de gênero constituem-se, cultural e institucionalmente, também se relacionando com os corpos.

Sendo as relações sociais do gênero “realizadas e simbolizadas nas performances corporais”³² (Connell, 1995, p. 54), as masculinidades seriam incorporadas socialmente e em parte “como certas tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar e assim por diante” (Connell, 1995, p. 188). Isto é, também elaborado em processos sociais, o processo corporal integraria parte da história (tanto pessoal, como coletiva), naquilo que Connell (2009, p.67) designa a incorporação social,

Há muitas, muitas diferenças entre os 7.000 milhões de corpos humanos no mundo. Há velhos e jovens, doentes e saudáveis, gordos e famintos. Há diferenças de capacidade física e deficiência. [...] Cada corpo tem sua trajetória através do tempo, cada um muda à medida que envelhece. Alguns corpos enfrentam acidentes, partos traumáticos, violência, fome, doenças ou cirurgias, e precisam se reorganizar para continuar. Alguns não sobrevivem a esses encontros. No entanto, a tremenda multiplicidade de corpos não é, em nenhum sentido, um sortimento aleatório. Nossos corpos estão interligados através das práticas sociais, das coisas que as pessoas fazem no dia a dia. Os corpos são objetos da prática social e agentes da prática social. Os mesmos corpos, ao mesmo tempo, são os dois. As práticas em que os corpos estão envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais, que por sua vez fornecem as condições de novas práticas nas quais os corpos são abordados e envolvidos (Connell, 2009, p. 67).³³

Longe de interpretá-los como máquinas biologicamente produtoras das diferenças de gênero, em seu resgate a matéria das carnes (afinal, “Se você nos fura, nós não sangramos?!”) ³⁴ Connell (2009, p. 77) também não limita os corpos apenas a superfícies sobre as quais processo sociais são impressos, sejam eles simbólicos e/ou disciplinários. Os corpos participam do processo social, seja por meio de suas capacidades, estágios de desenvolvimentos, necessidades, das fricções de suas recalcitrâncias ou das direções dos seus prazeres, habilidades e dores (Connell, 2009, p. 57).

³²No original: “[...] both realized and symbolized in the bodily performances” (Connell, 1995, p. 54).

³³No original: “There are many, many differences among the 7,000 million human bodies in the world. There are old and young, sick and well, plump and starving. There are differences of physical ability and disability. [...] Each body has its trajectory through time, each changes as it grows older. Some bodies encounter accident, traumatic childbirth, violence, starvation, disease or surgery, and have to reorganize themselves to carry on. Some do not survive these encounters. Yet the tremendous multiplicity of bodies is in no sense a random assortment. Our bodies are interconnected through social practices, the things people do in daily life. Bodies are both objects of social practice and agents in social practice. The same bodies, at the same time, are both. The practices in which bodies are involved form social structures and personal trajectories, which in turn provide the conditions of new practices in which bodies are addressed and involved” (Connell, 2009, p. 67).

³⁴No original: “If you prick us, do we not bleed!?” (Connell, 2009, p.77).

O que não poderia ser diferente para os corpos daqueles generificados como homens, muito pelo contrário, eles também sangram e muito, alguns até mais que outros³⁵. Seus corpos também são diversos, mutáveis – suas carnes envelhecem, se machucam, sentem prazeres proibidos, brocham – podendo se apresentar recalcitrantes e, até mesmo, disruptivas ou subversoras de como foram propostas a participarem da vida social (Connell, 2005, p. 59). Razões pelas quais, Connell (2005, p. 60), estudiosa de masculinidades, defende uma posição teórica na qual “os corpos são vistos compartilhando agência social, na geração e moldagem dos cursos de conduta social.”³⁶:

Com os corpos sendo tanto objetos quanto agentes da prática, e a própria prática formando as estruturas nas quais os corpos são apropriados e definidos, nos deparamos com um padrão além das fórmulas da teoria social atual. Esse padrão pode ser chamado de práticas corporais reflexivas (Connell, 2005, p. 61)³⁷.

Se para Connell (2005, p. 58) os corpos importam³⁸ – uma vez que eles farão certas coisas e outras não – precisamente por isso, as carnes humanas desempenham papel objeto, mas também substantivo de práticas sociais, determinando trajetórias sexuais, laborais, esportivas, etc. (Connell, 2005; 2009). Reconhece-se, portanto, que não é apenas o social ou tão somente as suas instâncias disciplinadoras que condicionam as ações, as reações e sensações físicas, muito embora as práticas corpóreas reflexivas³⁹ se formem também a partir de entendimentos

³⁵ Como bem pontua Connell (2009, p.7) muito embora muitos homens se beneficiem das inequidades de gênero, eles não se beneficiam igualmente. Em um recente artigo publicado na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional observa-se, por exemplo, que a maior frequência de mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil “foram observadas em homens, entre 18 e 39 anos, negros (pretos mais pardos) e residentes na região Norte do país” (Menegon; Menegon; Kupek, 2021 p.2). Cf: MENEGON, L. DA S.; MENEGON, F. A.; KUPEK, E. Mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil: análise de tendência temporal, 2006-2015. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, p. e8, 2021.

³⁶ No original: “[...] bodies are seen as sharing in social agency, in generating and shaping courses of social conduct” (Connell, 2005, p. 61).

³⁷ No original: With bodies both objects and agents of practice, and the practice itself forming the structures within which bodies are appropriated and defined, we face a pattern beyond the formulae of current social theory. This pattern might be termed body-reflexive practice (Connell, 2005, p. 61).

³⁸ Posicionamento que Connell (2005, 45-46) localiza diante do que concebe como duas vertentes teóricas que tem nas últimas décadas teriam dominado as discussões sobre as relações entre os corpos e gênero – a biologicamente determinista e a pós-estruturalista. A primeira, de caráter mais reacionário, proporia o corpo como uma máquina natural que produz a diferença de gênero por meio de programação genética, diferenças hormonais e os diferentes papéis dos corpos na reprodução sexuada. Em contrapartida, na abordagem contrária, para a autora, mais comum as ciências humanas e sociais, o corpo é tido muitas vezes como uma superfície sobre a qual simbolismo social é impresso. Interpretações dicotômicas que, para Connell (2005, p.46) figurariam uma nova roupagem de velha controvérsia “natureza x criação”. Para a pesquisadora, tanto o determinismo biológico quanto o determinismo social estariam errados. Haveria, nesse sentido, uma co-construção do biológico e do social (Connell, 2009, p. 54). Isto é, a organização social dos gêneros refere aos corpos que convocam, mas não os determinam em sua completude. Semelhantemente, os corpos importam em sua materialidade, mas suas forças materiais não podem ser reduzidas às funções existentes da reprodução biológica (Connell, 2009, p. 46).

³⁹ As práticas corporais reflexivas seriam formadas em circuitos de experiências corporais ligados à interação corporal e a experiência corporal via entendimentos socialmente construídos. Circuitos que, por sua vez, podem motivar até novas interações corpóreas desafiadoras de convenções e normas de gênero e a recalibração de entendimentos. Por meio de seu conceito de práticas corporais reflexivas, Connell (2005) propõe os corpos, ao

de construções socioculturais (Connell, 2005, p. 51). Os corpos, não mais desconjuntados no dualismo cartesiano de mente e matéria, seria, portanto, produtor de práticas sociais e ao mesmo tempo produzido socialmente em circuitos acesos pela experiência carnal (Connell, 2005, 2009).

Nesse sentido, a incorporação de certas posturas, formas de transar ou não transar, e até mesmo certas dores, responderiam à projetos de configuração de masculinidades, que também podem ser transformadas a partir do que é sentido e experimentado pelos corpos via os seus entendimentos de significados sociais. Interrogar as representações dos corpos e suas práticas demonstra ser, portanto, uma possibilidade de problematização das masculinidades dispostas nas páginas d’*O Rio Nu*. Um periódico que, simultaneamente, versaria tanto sobre os corpos, sua materialidade, suas partes e circuitos, sensações e desejos, tudo isso, justamente ambicionando afetar os corpos dos seus leitores.

1.2. O tido pornográfico O Rio Nu, um aporte para possível para a interrogação de representações de masculinidades?

Designadoras do obsceno, tidas vulgarmente como sexualmente mobilizadoras, as produções consideradas pornográficas costumam se apresentar como exemplos particularmente profícuos de dinâmicas de dominação, pois dispõem de construções sobre o feminino e o masculino, representando-os de maneiras capazes de produzir e assinalar posições de poder assimétricas. Potencial, por sua vez, interpretado por teóricas feministas radicais de orientação antipornográfica⁴⁰, como Catherine Mackinnon, apenas pelo viés afirmador de uma hierarquia de gênero subjugadora das mulheres: “A violência contra as mulheres na pornografia é uma expressão da hierarquia de gênero, o extremo do abuso, que, por sua vez, produz o extremo da resposta sexual masculina”⁴¹. (Mackinnon, 1987, p. 19).

mesmo tempo, objetos e sujeitos da prática social. Isto é, influências sociais formam práticas corporais e a identificação de gênero, mas indivíduos também formam a prática de gênero ao relacionarem suas próprias experiências corpóreas as influências sociais.

⁴⁰ Teorizações feministas antipornográficas ganharam bastante força, sobretudo, a partir de finais da década de 1970, “momento particularmente significativo na história do ativismo feminista americano, cujos efeitos resultaram numa reconfiguração do campo teórico”. Segundo Maria Filomena Gregori (2016, p. 34-35) naquele contexto, em resposta ao desenvolvimento de um mercado audiovisual anunciadamente pornográfico, a categoria se viu objeto de debates bastante acalorados entre feministas. Tendo a vertente antipornográfica, contribuído para a divulgação do enquadramento da pornografia como apenas como uma “instituição heterossexual”, um exemplar de violência contra as mulheres.

⁴¹ No original: “La violencia contra las mujeres en la pornografía es una expresión de la jerarquía de género, el extremo del abuso, que, a su vez, produce el extremo de la respuesta sexual masculina” (MACKINNON, 1987, p. 19).

Segundo Maria Filomena Gregori este é um modo de interpretar o pornográfico que restringe o espaço de sentidos alternativos, bem como nega a possibilidade de que sejam materiais perpassados por “ironia, transgressão ou paródia” (Gregori, 2016, p. 35). Para a autora não se deve “queimar os materiais pornográficos”, pois “antes de ameaçar, eles expõem e registram tensões, ressignificações e fissuras das normas de gênero e de sexualidade” (Gregori, 2016, p. 35). Isto é, nas mercadorias pornográficas, representações de posições de poder assimétricas podem também ser deslocadas, “fissuradas”, visando apelar a desejos nem sempre contidos pelas prescrições dos discursos socialmente autorizados a agenciarem a sexualidade.

Os redatores d’*O Rio Nu* produziam conteúdos sexualmente apelativos para o entretenimento e deleite voyeurístico de seus leitores, em sua maioria, presumidos homens. Produções condicionadas, portanto, pela conjectura de seus criadores de alguma instância de identificação, ou pelo menos de reconhecimento de sentidos compartilhados sobre as masculinidades então em concorrência. Como sustenta Jesús Martín-Barbero (1997) ao refletir sobre a recepção de meios de comunicação, o processo comunicacional não se desdobra apenas de maneira impositiva. Isto é, o processo comunicativo, mais que a imposição de sentidos, implica também na partilha de elementos culturais do público que permitam que o consumidor em algum nível se reconheça naquilo que consome.

No caso específico d’*O Rio Nu*, a expectativa era de que o público idealizado como majoritariamente masculino fosse capaz de reconhecer seus desejos e fantasias sexuais e ocasionalmente, também aquelas pautadas por fissuras e deslocamentos em termos de normas de gênero. Afinal, as ficções do bissemanário contaram com homens desejosos, conquistadores, muito viris e chics, mas também os tímidos, os impotentes e mesmo os perigosamente atraentes.

Nas páginas d’*O Rio Nu*, registraram-se, portanto, juízos sobre diferentes masculinidades, inclusive no tocante aos seus padrões de subalternização e não somente em termos de gênero. Homens das letras depauperados pela sua boemia, estudantes dependentes de mirradas mesadas, também os desempregados, vagabundos, malandros e prostitutas, para além dos refinados e provedores *smarts*, um mosaico de homens circunstancialmente ou efetivamente relegados aos círculos de sociabilidade da arraia-miúda carioca também figuraram suas troças, motes e folhetins. No Rio de Janeiro, maior cidade brasileira no início do Século XX “ser homem” podia implicar incorporar padrões de masculinidade precariamente, mas também em um contexto de precariedade material.

Desde finais do XIX, o desejo da alçar o país a “uma civilização nos trópicos” teria sido gestado pelas nossas elites entre aspirações de progresso e temores de degeneração racial, ou

seja, projetou-se um Brasil “como construção futura”, em parte hostil ao seu passado, mas também à própria população, por muitos “temida como parte do que se queria superar” (Miskolci, 2012, p. 21). Em finais do XIX, à branca civilização europeia investia-se o caráter de estágio evolutivo superior. Inversamente, o povo brasileiro, etnicamente diverso, figurava no discurso de muitos intelectuais e autoridades como “um empecilho a ser embranquecido, higienizado, civilizado” (Miskolci, 2012, p. 24).

Passando de sede de um império para a de um governo republicano, a cidade do Rio de Janeiro também experimentava uma expansão demográfica expressiva, a despeito das sucessivas epidemias que a assolavam desde meados do Século XIX (Chalhoub, 1996: 29-30). Em 1872, constam em dados oficiais 274.972 pessoas morando na capital; em 1890, este número cresce para 522.551, atingindo 811.443 em 1906, ano em que foi a única a ultrapassar a marca de 500 mil habitantes, seguida por São Paulo e Salvador, com um pouco mais de 200 mil habitantes cada (Chalhoub, 2001, p.44).

Esse crescimento populacional, segundo Chalhoub (2008, p. 43), estava estreitamente vinculado à migração daqueles previamente escravizados na zona rural e a intensificação da imigração europeia. Ainda em 1890, a cidade já concentrava o maior contingente de pessoas não-brancas do Sudeste – dos 522.551 moradores registrados pelo censo de 1890, aproximadamente 180 mil ou 34% foram identificados como negros ou mestiços –, contando a cidade também com 155.202 habitantes de naturalidade estrangeira, aproximados 30% da sua população total e em sua maioria portugueses (Chalhoub, 2001, 43-44). População em concorrência devido a um cenário laboral com limitadas oportunidades. A oferta de mão de obra, era superior às colocações formais existentes, de modo que, rivalidades étnicas e nacionais expressavam e acirravam tensões provenientes da concorrência da força de trabalho nas condições bastante desfavoráveis de um mercado de trabalho capitalista em formação (Chalhoub, 2001, p.59).

Outra característica da demografia carioca nesse período foi o desequilíbrio entre os tidos sexos masculino e feminino visualizado nos levantamentos populacionais, o que implicou para os homens que preferissem a companhia das mulheres, uma concorrência acirrada também no âmbito sexual-afetivo:

Em 1890 havia na cidade 293.657 homens e 228.994 mulheres, representando respectivamente 56% e 44% da população total. Este desequilíbrio entre os sexos se explica pelo fato de que, dentre os 155.202 imigrantes estrangeiros que habitavam a cidade por ocasião do censo, nada menos do que 109.779, ou 71%, eram do sexo masculino. A situação permanecia praticamente a mesma em 1906, quando foram recenseados 463.453 homens e 347.990 mulheres, representando respectivamente 57% e 43% da população total. Dos 210.515

habitantes de nacionalidade estrangeira recenseados na ocasião, 150.880, ou 71%, eram do sexo masculino (Chalhoub, 2001, p. 44-45).

Em suma, dois anos depois da Proclamação da República, o Rio de Janeiro já se encontrava composto, majoritariamente, por muitos homens de vários sotaques e cores e que careciam, aos olhos daqueles poucos que administravam a cidade, de disciplina, de ordem, de “civilização”⁴² (Chalhoub, 2001, P. 47-50; Esteves, 1989. P. 26). Carências projetadas não somente sobre muitos dos costumes de sua gente, mas também sobre as suas edificações, aos contornos estreitos de suas ruas e até mesmo as irregularidades naturais da sua geografia, que passaram a ser modificadas por aterros e retificações “para que fosse possível surgir um traçado considerado mais objetivo” (Feijão, 2011, p. 27).

Distrito federal e maior porto do país, o Rio de Janeiro devia se transformar em uma “Europa possível” e, ao mesmo tempo, “corporificar um modelo de nacionalidade” (Velloso, 2015, p. 27). Gerava-se para a capital o “sonho da “cidade racional, higiênica e controlável” (Gomes, 2008, p. 115), o que, por sua vez, implicava em talhar mudanças também no seu tecido urbano. Segundo Renato Cordeiro Gomes (2008, p. 113) construiu-se então um “palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos” (Gomes, 2008, p. 113):

Tenta-se apagar a tradição da cidade colonial, para erguer uma cosmópolis que, ao fim, não passa de uma subcosmópolis que gravita em torno de Paris. Transforma-se a cidade numa “floresta de símbolos”, para que possa ser lida como “moderna”. Na linha evolutiva do progresso, a cidade será submetida a uma demolição permanente, que apaga o que vai se tornando velho na busca do sempre novo. Os novos significados estão sempre brotando e caindo das árvores construídas (Gomes, 2008, p.114).

Intento colocado em prática, primeiramente pelo governo federal de Rodrigues Alves, a partir de 1903, em função da modernização do porto, a iniciativa pautou-se por uma ideia de progresso na qual futuro deveria se “estabelecer pelo arrasamento do passado da cidade, de suas marcas de memória, que deveriam ser removidas como signo de um atraso rumo ao advir inexorável da modernidade”. (Azevedo, 2023, p.154) Paralelamente, a remodelação conduzida pelo governo municipal de Pereira Passos, embora não tão adversa ao passado simbolizado por edificações de arquitetura colonial, decididamente veiculava-se à anseios pela novidade, em

⁴² “Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa [...] Nota-se, ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho — isto é, da produção —, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação (CHALHOUB, 2001, p. 49- 50).

especial no tocante aos hábitos da população da cidade.⁴³ A reforma encabeçada por Pereira Passos ambicionava tornar o centro do Rio um espaço modelarmente civilizador (Azevedo, 2023, p. 176).⁴⁴ Nesse sentido, as normas decretadas pela municipalidade – que focaram de maneira especial, a ordenação de aspectos comportamentais dos cariocas – se vincularam a um entendimento de civilização alocado em referências exógenas, importadas de países europeus ocidentais (Azevedo, 2023, p.174).

Entrando pela área portuária em reforma, além de artigos importados para aqueles que quisessem desfilar⁴⁵ sofisticação e refinamento pelas novas avenidas do centro da cidade vinculando-se ao civilizado velho mundo, na época, também influíam produtos culturais relacionados ao sexo, inclusive, aqueles de intencionalidade masturbatória. Foi em finais do XIX e no começo do XX, que trazidas por navios do estrangeiro, novas tecnologias e técnicas permitiram aos tidos pornógrafos da imprensa carioca produzir, modificar e usar cada vez mais criativamente ilustrações e fotografias que, muitas vezes importadas, em suas páginas ganharam “sentidos específicos, históricos e contextuais” (Schettini, Posições do Kindle 249).

Modernos recursos iconográficos que compuseram a linguagem acessível pela qual *O Rio Nu*, segundo Peçanha (2013, p. 147), teria se servido para disseminar padrões de vida “civilizados”, sobretudo, europeus. Isto é, partes de um empreendimento pedagógico do jornal para “moralizar os padrões sexuais de seus leitores” (2013, p. 144). Como já aludido anteriormente, a historiadora localizou os padrões de masculinidades representados pelo bissemanário como artifícios forjadores/divulgadores de um modelo de masculinidade ideal,

Assim, este jornal demarcava uma diferenciação entre aquelas mulheres destinadas ao prazer sexual e às destinadas ao casamento, ao apresentar quais tipos de mulheres eles poderiam “bolinar” nas ruas, daquelas que se deveria respeitar. [...] Da mesma forma, este jornal demarcava a real função da família, ou seja, a procriação. A impotência sexual e as práticas sexuais que fugiam ao fim procriativo eram alvos de escárnio e depreciações por parte dos redatores do jornal. O sexo anal, por exemplo, era algo bem condenado. Nem mesmo as mulheres que se submetiam a tal prática eram isentas das críticas – as casadas não faziam isso, somente as prostitutas. Por fim, o homem “civilizado” além

⁴³ Entre iniciativas que em alguma instância valorizaram elementos da memória portuguesa da cidade, Passos teria primado por “não pôr abaixo o Convento D’Ajuda, de arquitetura colonial, do século XVIII, por não arrasar com o prédio neogótico Manuelino do Conselho Municipal, referência da presença portuguesa na cidade que a elite política republicana queria apagar do espaço urbano do Rio de Janeiro, salva as quatro estatuetas clássicas do Cais da Imperatriz, que seriam soterradas pela reforma urbana federal no porto carioca, reabilitando-as no jardim suspenso da Gamboa” (Azevedo, 2023, p. 174).

⁴⁴ André Nunes Azevedo (2023, p. 177) sustenta a hipótese que mais do que expulsar os pobres do centro da cidade, tal qual teria caracterizado a historiografia da década de 1890, a administração de Pereira Passos teria concebido as camadas populares como possíveis “objetos de sua ação civilizadora através do Estado”, tendo sua reforma urbana, procurado converter o centro “como espaço modelar da civilização, lugar da pedagogia daquilo que em seu horizonte conservador concebia como “ser civilizado”.

⁴⁵ Segundo Nicolou Sevckenko (1998, p. 26), na Avenida Central desfilavam “os rapazes no rigor *smart* dos trajes ingleses, as damas exibindo as últimas extravagâncias em tecidos, cortes e chapéus franceses”.

de seguir práticas sexuais bem definidas, também não poderia se render a outros vícios, como ao do alcoolismo. Este considerado uma “praga social”, que além de levar o homem à “vagabundagem” e, consequentemente desestruturar sua família, ainda era causadora de um dispêndio do dinheiro público (Peçanha, 2013, p. 61).

Todavia, um mergulho nessa fonte me desvelou elementos incoerentes a esse suposto projeto modelador/moralizador. Nas páginas d’*O Rio Nu* também me deparei com perspectivas bastante fatalistas sobre a instituição do casamento e da família, assim como representações de homens que preferiam as mulheres experientes, de rapazes muito *chics*, mas avessos ao trabalho formal, de outros desejosos de bundas bem talhadas (de mulheres, mas às vezes não somente) e daqueles que mesmo depois de uma noite fora de bebedeira ainda tinham vigor para fazer suas companheiras subir pelas paredes, etc. Em suas páginas muitos corpos figuraram recalcitrantes, subversivos e até disruptivos das formas pelas quais eram convidados a participarem da vida social. Todavia, ao fazê-los, nem sempre serviram narrativamente apenas para a codificação depreciativa de modos de vida não condizentes com aquilo que Peçanha (2013) definiu como o modelo de homem *smart*.

Como indicou Connell (2013, p. 236), relações estruturadas entre masculinidades existem em todos os lugares; no entanto, a motivação em direção a uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e tais versões locais de masculinidade inevitavelmente diferem entre si. Mais do que resumir as representações d’*O Rio Nu* à simples divulgação de um modelo que, em pouco parece diferir daquele apregoado pelos tratados médicos e jurídicos, nos parece interessante interrogar as motivações pelas quais os homens representados em suas páginas se vinculariam (ou ocasionalmente não) a determinados elementos associados ao projeto de masculinidade divulgado esses discursos dominantes.

Não há como negar a permeabilidade do bissemanário a alocuções racistas, machistas e classistas de seu tempo, todavia, como bem observou Carvalho (2018 p.13), *O Rio Nu* “foi isso, e muito mais”. Visando interrogar o que pode ter implicado esse “muito mais” tratando-se especificamente das relações de gênero, proponho como problema de pesquisa investigar de que maneiras os redatores d’*O Rio Nu* atribuíram significados para diferentes masculinidades em concorrência no contexto histórico do início da Primeira República. Correlatadamente, ambiciona-se, o estudo de como foram representadas as relações desses homens entre si e com mulheres, tal como os episódios de resistência dos corpos tidos masculinos às formas a que foram convocados a participarem da vida social. Isto, por sua vez, implica em dimensionar expressões de desacordo, até mesmo de ressentimento, por parte dos pornógrafos d’*O Rio Nu* em relação aos lugares sociais relegados ao seu gênero.

O recorte temporal estabelecido para nossa pesquisa é de 1898 a 1916, período de circulação do jornal. Por meio da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira foram baixadas todas as 1271 edições d'*O Rio Nu* disponíveis na Biblioteca Nacional, mas é preciso pontuar, que as edições dos anos de 1901 e 1902 não se encontravam disponíveis.

Foram separadas para a consulta na íntegra, um total de 245 edições do bissemanário⁴⁶. Diante do volume de números examinados, foram estabelecidos critérios para selecionar e categorizar composições textuais e/ou imagéticas do bissemanário a partir de 5 conjuntos temáticos interseccionáveis e em diálogo com o intento de pesquisa: **Representações de seus colaboradores, transformações editoriais e contendas**, demarcando aquelas que tratam do jornal, suas mudanças editoriais, seus colaboradores e também seus inimigos públicos e episódios de censura; **Representações dos Corpos, suas racializações e seus estágios de desenvolvimento**, sinalizando narrativas que tratam de diferentes porções das carnes humanas, os significados de seus aspectos em relação a saúde dos indivíduos, suas fase da vida e de enquadramentos racializantes (isto é, representações da pele, das pernas, da bunda, da vagina, do clítoris, do hímen, do ânus, do pênis, dos seios, dos nervos, da língua, das doenças; das infecções sexualmente transmissíveis, da puberdade, da velhice, da magreza, da corpulência, da feiura, do homem não branco e da mulher não branca); **Representações de Relações Conjugais/Afetivas**, referindo aquelas que versam sobre padrões relacionais afetivos e sexuais, assim como juízos sobre a conjugalidade (como diferenciavam-se os homens e mulheres casados, viúvos, solteiros, amasiados, como era caracterizada a infidelidade conjugal e os diferentes contratos de exclusividade sexual, seja por dinheiro ou não,); **Representações de Práticas sexuais**, elaborações que explicitam sentidos sociais para determinadas práticas sexuais (performances como sexo oral, o sexo anal, o sexo vaginal, a masturbação, o sexo com a mulher por cima, os orgasmos femininos, os orgasmos masculinos, as negociações de consentimento, o sexo à três, a zoofilia, o voyerismo, o exibicionismo, o sexo pago, o sexo entre homens e o sexo entre mulheres); e **Representações do Moderno, de esforços pela Modernização e de Médicos, políticos e Sanitaristas**: onde figuram sentidos atribuídos ao moderno, aos projetos de modernização e os seus agentes (práticas referidas como modernas, assim como referências à noção de progresso, à Reforma Urbana, ao prefeito Pereira Passos, as

⁴⁶ Entre as edições que continham 4 laudas, o padrão de 1898 a 1903, foram fichadas aproximadamente 2 edições de cada mês de publicação (com exceção dos anos de 1898 e 1899 que não tinham publicações de todos os meses). Entre os números publicados de 1904 a 1916, tendo as páginas das edições dobrado, optou-se pelo fichamento de uma edição por mês (com exceção do ano de 1906 que também não continha publicações de todos os meses). Ao montante desses 232 números consultados na íntegra, foram somadas as 13 edições de aniversário disponíveis na Hemeroteca Digital. Para consultar as edições levantadas nesse processo ver tabela no apêndice.

campanhas sanitárias, a médicos e a Revolta da Vacina). Para dimensionar acontecimentos referidos nas páginas d’*O Rio Nu* também foram consultados outros periódicos da época, tais como *A Gazeta de Notícias*, *O Correio da Manhã*, *O Jornal do Comércio*, *O Paiz*, *O Malho* etc.

Assim sendo, o presente trabalho se propõe a tratar diferentes composições textuais e/ou imagéticas dispostas nas páginas d’*O Rio Nu* – contos, folhetins, versos, gravuras, fotografias, crônicas, canções, monólogos, colunas de opinião etc. Para tanto, ambiciona-se o desenvolvimento de um estudo orientado pela Nova História Cultural e que, na medida do possível, tome as representações pregressas veiculadas nas páginas do bissemanário “na sua irreduzível especificidade” histórica (Chartier, 2002, p. 37.) Dentre a gama de historiadores culturais que buscaram incorporar o conceito de representação ao seu fazer histórico, tomamos como principal referencial a produção de Roger Chartier (1990; 1991; 2002; 2011, 2017).

Pesquisador dedicado a história cultural dos livros e das práticas de leitura, Chartier propõe o fazer historiográfico a partir de impressos por meio da interrogação das produções e apropriações de representações coletivas do mundo social (Chartier, 1991, p.180). Segundo o historiador francês, o objetivo da História Cultural consiste em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.8-9; 2002, p. 16). De modo que, a representação permitiria a articulação de três modalidades de relação com o mundo social:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (Chartier, 2011, p.20).

Não sendo de forma alguma discursos neutros, pelo contrário, as representações produziram e responderiam às estratégias e práticas sociais, escolares, políticas (Chartier, 1990, p.17). Isto é, ao tornarem presentes ausências⁴⁷, tais percepções do social operariam também como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social”, (Chartier, 1990, p. 24), também o constituindo e o moldando. Cabe assim, aos estudos

⁴⁷ Para Chartier (2002, p.20) a relação de representação pode ser entendida “como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente”.

de representações, as supor “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos, desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 1990, p. 17).

Evidentemente essas presentificações não se operam apenas em discursos escritos ou, diga-se de passagem, sequer somente naqueles tidos verbais. A construção do espaço de uma imagem e a organização entre as figuras que a compõe também nunca são neutras ou meramente ilustrativas⁴⁸: exprimem e produzem ao mesmo tempo uma classificação de valores, hierarquias, opções ideológicas (Schmitt, 2007). Com efeito, desde os Estudos Visuais, William John Thomas Mitchell (2009, p. 12) afirma ainda que não existiu uma dicotomia pura entre artes visuais e escritas, sendo a própria observação de textos, no geral, dependente da percepção visual do observador.

Nesse sentido, assumir O Rio Nu como meio visual misto (Mitchell, 2009, p. 12), implica admitir a heterogeneidade das suas representações, muitas delas, construídas também em imbricamentos particulares de elementos imagéticos e textuais. Afinal, tal como pontuou Schettini (2011, p. 320), um dos principais problemas que o jornal enfrentou ao longo de sua existência, e “que o obrigou algumas vezes a defender-se da acusação de ‘pornográfico’”, decorria exatamente de suas composições imagéticas “tão evidentes, principalmente na primeira e na última páginas, que se tornavam acessíveis a homens da classe trabalhadora e a mulher que circulavam pelos bondes ou que olhavam as vitrines das lojas de revistas” (Schettini, 2011, p. 320). Os imbricamentos textuais e imagéticos em suas capas implicaram, muitas vezes, em esforços “de controlar os significados com que jogavam” (Schettini, 2011, p. 320-321).

Sem embargo, dependentes dos recursos desiguais e dos interesses muitas vezes contrários que podem separar aqueles cujo poder legitimam, daqueles cuja submissão deveriam assegurar (Chartier, 2011, p. 23), nenhuma obra seria tão controlável, ou teria

[...] sentido estável, universal, imóvel. São investidas de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção, no encontro entre as formas e os motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou as expectativas dos públicos que delas se apropriam (Chartier, 2002, p.93)

⁴⁸ Segundo Jean-Claude Schmitt (2007, p. 33) não cabe à imagem a designação de mera ilustração de um texto “mesmo no caso de uma miniatura pintada tendo em vista um texto e em relação direta com seu conteúdo” (SCHMITT, 2007, p.34). Expressando e produzindo classificações, a estrutura da imagem compõe-se também de hierarquias entre o alto e o baixo, entre direita e a esquerda (às vezes do ponto de vista da imagem e às vezes do espectador), e sobretudo, em uma compartimentação, um ritmo, uma dinâmica interna produzida por meio de traços figurativos (por exemplo, os motivos arquitetônicos que contribuem para a organização de imagem solenizando o enquadramento de cada cena), mas também pelo sistema cromático próprio de cada imagem e à obra na qual se insere (SCHEMMIT, 2007, p.39). A imagem faz significados culturais, religiosos ideológicos serem como os percebemos, conferindo-lhes estrutura, forma e eficácia social (SCHMITT, 2007, p. 42).

Todo “gesto criador” inscreve em suas formas e seus temas uma relação com as estruturas fundamentais que, em um momento e um lugar dados, modelam a distribuição do poder, a organização da sociedade (Chartier, 2002, p.93-94). Considerando esses pontos, proponho *O Rio Nu*, como um aporte periódico de plurais “gestos criadores” de visibilidade ameaçadora e cuja problematização pode servir à interrogação das formas como as experiências de diferentes homens foram “dadas a ler” também em relação à estrutura de gênero de seu contexto sócio-histórico.

Para a resolução da problemática indicada, a tese está dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, me ocupo de apresentar meu objeto de pesquisa, *O Rio Nu*, tratando do seu entrincheiramento/enquadramento como material pornográfico e da relação estabelecida pelo seu corpo editorial com esse rótulo social. Segundo Walter Kendrick (1995) mais que uma coisa em si, a pornografia designaria um argumento. O historiador nos convida a pensar, portanto, naquilo que se pensou e disse sobre as produções pornográficas: “quais ameaças comunicaram, quais vítimas cobraram, quais redentores douraram e usualmente impuseram a si mesmos uma tarefa redentora” (Kendrick, 1995, p. 16).

Com esse propósito, nesse capítulo, inicialmente apresentamos uma breve história desse reconhecimento social, desde o seu surgimento no além-mar até os seus usos no Rio de Janeiro do período finissecular e início do Século XX. A seguir, caracterizamos o surgimento em finais do XIX da chamada Imprensa de Gênero Alegre ou Livre carioca. Este é um nicho do periodismo humorístico distinto dos demais por sua ênfase na temática sexual e a sua cobertura das diversões igualmente referidas “alegres” – isto é, aquelas na época consideradas, em demasia, sexualmente mobilizadoras (algumas peças teatro, os bares, os prostíbulos etc.). Em seguida, foram analisados os riscos divulgados por grupos católicos à exposição pública dos periódicos alegres, considerados por esses coletivos como pornográficos e, como tal, prejudiciais à moral, aos bons costumes e em última instância, até ao próprio futuro do país.

Apenas então, examinei a repercussão da medida que suspendeu a remessa postal d’*O Rio Nu*, o mais longo e bem-sucedido humorístico alegre carioca. Promulgada em 1910, a circular que proibiu o despacho do periódico em repartições públicas foi assinada por Joaquim Ignacio Tosta, figura que acumulava o cargo público de diretor geral dos Correios com a presidência do coletivo de orientação antipornográfica, O Círculo Católico. A ideia, neste capítulo, foi delinear as circunstâncias materiais e sociais que tornaram possível a emergência de periódicos cariocas de humor sexual e de apelo também masturbatório, bem como as formas pelas quais os redatores d’*O Rio Nu* tentaram negociar a existência mercadológica de seu produto moralmente desafiador.

O propósito do segundo capítulo foi problematizar o projeto de masculinidade hegemônica codificada pelo *O Rio Nu* para os seus próprios redatores. A principal fonte analisada nessa empreitada foi o folhetim “O Novo Escândalo de Bock – O Buraco”, publicado entre 21 de outubro 1899 e 12 de setembro de 1900, no *O Rio Nu*. Se valendo de um pseudônimo que aludia à cerveja preta⁴⁹, a assinatura Bock ocultava a identidade de José Ângelo Viera de Brito, um pornógrafo negro, “filho do norte” (*O Rio Nu*, ed.174, 07/03/1900, p.2) e importante autor do gênero alegre no início do XX. O folhetim “O Buraco” está recheado de personagens bastante corriqueiros na literatura obscena do período – uma viúva alegre, um padre devasso, uma mulata fogosa e uma donzela da alta sociedade desvirginada – além de contar com a representação de rapazes malandros, porém não quaisquer malandros, mas sim os três fundadores do bissemanário e também o próprio Brito que ficcionalizou a si mesmo no personagem de João Black.

Dividido sugestivamente em 69 partes, o enredo de “O Buraco” girou em torno de escândalos sexuais envolvendo figuras abastadas da sociedade carioca e das suas tentativas de evitar que tais indiscrições acabassem nas páginas de um certo “endiabrado jornal”, *O Rio Nu*. As condutas das personagens femininas do folhetim – diga-se de passagem as figuras mais ameaçadas pela publicização dos citados escândalos –, são importantes forças motrizes da trama, de maneira que a análise da narrativa contou também com a problematização de suas representações. Afinal, masculinidades e feminilidades são configurações de práticas intrinsecamente relacionais.

Examinadas as desejadas e também as indesejáveis de “O Buraco”, nos detemos de maneira mais específica nas representações da “cambada” d’*O Rio Nu*. A redação do bissemanário foi representada como um espaço restrito à frequência masculina, cuja participação demandava a performance de certos atributos naquele círculo positivados afirmadores de masculinidade. O ajuste homosocial representado entre os fundadores e proprietários do jornal, Heitor, Vaz e Gil, e Black, seu colaborador, com suas especificidades e assimetrias, também foi analisado no segundo capítulo. Eixo marginalizado dessa dinâmica, João Black, é o ponto focal da última parte do capítulo. Nesse segmento analisei o seu padrão de masculinidade e em que medida a vinculação àquele círculo de sociabilidade pode ter sido proposta útil também para afirmação máscula de um homem racializado não branco.

⁴⁹ As cervejas Bock são bebidas de baixa fermentação, coloração escura e que apresentam aromas e sabores intensos com notas de caramelo e toffee, além do tostado de casca de pão.

No terceiro capítulo, ocupei-me da análise das formas pelas quais os pornógrafos d’*O Rio Nu* registraram as transformações em curso na experiência urbana do Rio de Janeiro no alvorecer da modernidade. Afinal, tratando-se de um artefato tão moderno quanto obsceno, à sua maneira, — isto é, de forma humorística e apelativa —, *O Rio Nu* dialogou com diferentes reações a essa conjuntura de simultânea exaltação do progresso e desordem do mundo conhecido. O objetivo foi situar as representações desses homens — ora otimistas, ora ambivalentes, ora pessimistas — diante das mudanças, muitas vezes chocantes, instauradas na sua realidade social.

Com esse propósito, iniciei a análise pelas representações de invenções modernas que chegavam do exterior, buscando evidenciar as transformações na vida mental, subjetiva e sensorial experimentadas pelos cariocas no início do Século XX. O alvorecer da modernidade na Capital foi marcado tanto pela euforia com o progresso, o maravilhamento em relação às novas tecnologias e mercadorias, quanto pelo temor da desfiguração do mundo conhecido e da tradição. Por isso, em seguida, direcionei o foco de análise para as representações de práticas sexuais então comumente qualificadas como “modernas”. Esse exame permitiu a problematização de uma série de pânicos morais, bem como do duplo padrão moral que orientava a percepção de muitos sobre as novas possibilidades de sociabilidade urbana.

Entre 1898 e 1916, a urbanidade carioca também era transformada por intervenções no traçado da sua arquitetura e nos corpos dos seus habitantes. Assim, para arrematar o terceiro capítulo, analisei as representações d’*O Rio Nu* dos projetos de modernização e profilaxia do Distrito Federal durante a gestão de Rodrigues Alves (1902-1906). Examinei, em particular, as representações de Pereira Passos e sua frente de reforma urbanística, além das figuras de Oswaldo Cruz, da classe médica e dos impactos das suas campanhas sanitaristas.

No quarto e último capítulo, busquei investigar as representações d’*O Rio Nu* dos desejos sexuais masculinos e de alguns dos cerceamentos impostos a esse desejo pelos arranjos normativos próprios à ordem de gênero da época. O objetivo foi destacar os subterfúgios de transgressão, além das ambivalências e desidentificações geradas pelos próprios modelos heteronormativos, que, em tese, deveriam disciplinar as subjetividades e experiências eróticas masculinas.

Para isso, em um primeiro momento, investiguei como *O Rio Nu* representou comportamentos homoeróticos masculinos e tipificou os homens envolvidos em episódios de dissidência sexual com outros homens. Inicialmente essa investigação foi focada nas representações dos “frescos” e “meninos bonitos”, figuras geralmente associadas, no bissemanário, à prostituição e à homopassividade sexual. Depois, foi examinada a figura do

“Gouveia”, personagem consagrado no bissemanário como um aficionado pelo sexo anal, cuja performance sexual penetradora possibilitou tanto sua desqualificação monstruosa quanto sua ocasional consagração viril.

Dando continuidade às discussões sobre os sentidos culturais atribuídos à penetração sexual, analisei as representações dos pornógrafos de *O Rio Nu* sobre o pênis. Esse esforço interpretativo se desdobrou da problematização de outro folhetim de José Ângelo Vieira de Brito, “A Vingança de um Sapateiro”. A partir das representações dos corpos e das dinâmicas relacionais de seus protagonistas, discuti algumas das prerrogativas sociais então comumente associadas ao julgamento público da dignidade masculina. Por fim, a partir da análise do desfecho do folhetim — com a desforra de seu protagonista — e de uma série de aforismos e piadas sobre o casamento publicadas em *O Rio Nu*, refleti sobre o fatalismo masculino em relação ao matrimônio e aos ideais normativos de domesticidade burguesa da época.

Apresentados os caminhos escolhidos, mergulhemos, a seguir, nas troças de um bissemanário que provavelmente nunca foi escondido em caixas de plástico, mas cujos números certamente integraram as coleções interditas dos patriarcas de seu tempo!

2- CAPÍTULO 1: “SE FOSSE N’O *Rio Nu* ERA PORNOGRAFIA...”⁵⁰ - A IMPRENSA ALEGRE NO PERÍODO FINISSECLAR E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Em 1964, em meio ao julgamento da Suprema Corte Estadunidense a respeito da validade do banimento perpetuado pelo estado de Ohio contra a exibição do filme francês *Les Amants* (1958), o juiz Potter Stewart (1915-1985) elaboraria uma definição paradigmática sobre a pornografia *hardcore*:

Sob a Primeira e a Décima Quarta Emendas, as leis criminais nesta área são constitucionalmente limitadas à pornografia *hardcore*. Hoje não tentarei mais definir os tipos de material que entendo serem incluídos nessa breve descrição; e talvez eu nunca conseguisse fazê-lo de forma inteligível. **Mas eu sei quando a vejo**, e o filme em questão não é isso. (Estados Unidos Da América, Supreme Court Of The United States. *Jacobellis vs. Ohio* (378 U.S. 184, 1964). p. 197. Tradução e grifos nossos)⁵¹

⁵⁰ O Rio Nu, 01/04/1903, ed. 492, p. 2.

⁵¹ No original: “Under the First and Fourteenth Amendments criminal laws in this area are constitutionally limited to hard-core pornography. I shall not today attempt further to define the kinds of material I understand to be embraced within that shorthand description; and perhaps I could never succeed in intelligibly doing so. But I know it when I see it, and the motion picture involved in this case is not that” Estados Unidos Da América, Supreme Court Of The United States. *Jacobellis vs. Ohio* (378 U.S. 184, 1964). p. 197.

Natural de Jackson, cidade do estado norte-americano de Michigan, Stewart nasceu em 1915, aproximados dezessete anos depois do lançamento da primeira edição d'*O Rio Nu* (1898-1916), objeto de investigação da presente tese. Nascido há pouco mais de cinco mil e trezentos quilômetros de distância do Rio de Janeiro, muito provavelmente Stewart nunca teve acesso a uma edição do humorístico e ilustrado bissemanário *O Rio Nu*. Sem embargo, a paradigmática arguição do magistrado é reveladora de um dilema próprio de uma classe de palavras que, como adverte o historiador Walter Kendrick (1996, p.5), em *The Secret Museum: Pornography in Modern Culture*, causam problemas justamente em função das suas instáveis relações com as coisas que supostamente devem nomear: “O amor está no topo desta lista, mas a “pornografia” vem em segundo lugar”⁵².

Esse é um posicionamento reverberado pelo antropólogo Bernad Arcand (1993, p. 26) autor de *El jaguar y el oso hormiguero: antropología de la pornografía*, que qualifica a dificuldade das pessoas em descrever exatamente o pornográfico, pois este “como a beleza, a qualidade e o humor, pertence a essa classe de coisas curiosas que pensamos reconhecer o tempo todo sem nunca conseguir defini-las”⁵³. Nesse sentido, a incapacidade de sua excelência estadunidense em definir mesmo a convencionada gradação mais extrema da pornografia, a *hardcore*⁵⁴, exprime a manutenção, ao longo do século XX, de um impasse muito caro para as autoridades das porções ocidentais – e daquelas colonialmente ocidentalizadas – do globo: designar no que consiste a pornografia. Um rótulo que, nessas partes do mundo, historicamente, serviu para a demarcação das representações interditas dos corpos, dos desejos e das práticas sexuais.

Em *Das maravilhas e prodígios sexuais: A pornografia “bizarra” como entretenimento*, o sociólogo brasileiro Jorge Leite Júnior (2006, p. 101) estipula que, contemporaneamente, a pornografia designa toda a produção escrita, musical, plástica ou audiovisual voltada para um mercado próprio e que tem como principal objetivo lucrar com a excitação sexual de seu público. Definição que certamente abrange muitos dos produtos pornográficos com os quais um consumidor atual muito provavelmente já está intimamente

⁵² No original “Love ranks at the top of this list, but “pornography” comes in a close second”.

⁵³ No original: “[...] como la belleza, la cualidad e el humor, pertenece a esta clase de cosas curiosas que creemos reconocer todo el tiempo sin poder nunca definir las”.

⁵⁴ De acordo com Jorge Leite Júnior (2006, p. 33), *hardcore* foi um termo que surgiu no linguajar de comércio clandestino nos Estados Unidos para diferenciar os produtos em que os atos são sexuais eram exibidos com profusão de riqueza e detalhes. *Softcore* surgiu mais tarde, provavelmente por analogia, para referir-se as produções identificadas como mais “leves” (LEITE JÚNIOR, 2006, p. 32).

familiarizado. Com seus sites figurando nos históricos de milhares de navegadores (ou sigilosamente deles apagados),

A indústria pornográfica é hoje a grande propulsora da cibereconomia: há mais de 1,5 milhão de sites adultos que podem ser acessados em qualquer ponto do planeta. Dos 16 bilhões de dólares anuais gerados pela indústria do sexo, boa parte provém dos portais pornô. A cada dia, 350 novos portais se abrem a um número exponencialmente crescente de usuários (Preciado, 2018-b, p. 40-41).

Todavia, para além de apenas uma categoria mercadológica, a pornografia também responde a uma espécie de reconhecimento sociocultural. Até hoje artefatos que não foram idealizados com a finalidade mercadológica de lucrar com a excitação sexual de adultos continuam a ser acusados de pornográficos. Como no já citado episódio em que, no ano de 2019, utilizando como argumento o artigo 78 – que visa à proteção de crianças contra materiais com mensagens pornográficas –, do Estatuto da Criança e do Adolescente⁵⁵, o então prefeito Marcelo Crivella determinou que a organização da 19ª. edição da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro recolhesse uma história em quadrinhos originalmente publicada pela editora norte-americana *Marvel*, que desde 2009 é propriedade da multinacional *The Walt Disney Company*. O motivo da censura de uma propriedade intelectual da casa do Mickey Mouse era um beijo entre um casal homoafetivo de super-heróis.

Em um vídeo divulgado em seu *twitter*⁵⁶, no dia 5 de setembro de 2019, Crivella chegou a afirmar que “Livros assim precisam estar em um plástico preto, lacrado, avisando o conteúdo”. Em protesto ao posicionamento do prefeito e às subseqüentes operações de busca e apreensão perpetradas por fiscais da Secretaria da Ordem Pública, deflagraram-se manifestações de repúdio, tanto de parte da organização do evento, como de seus frequentadores e grupos ativistas das causas LGBTQIA+. Repercussão que, por sua vez, evidencia como o caráter pornográfico de materiais, discursos e comportamentos designa um reconhecimento sociocultural, nos termos de Arcand (1993) uma espécie de “etiqueta” que, como pôde ser observado, até hoje pode gerar dissenso entre os seus interlocutores.

Episódios como o citado, repetem-se ao longo da história. Não é à toa que, como salienta Kendrick (1996), uma série de obras que atualmente integram os conteúdos programáticos de

⁵⁵ Sessão I – Da informação Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos. Art.78 - As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo. Parágrafo único - As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca. ECA. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁵⁶ Postagem em vídeo do prefeito Marcelo Crivella em seu perfil oficial no Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/i/status/1169752491178831873>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

célebres cursos de literatura, como *Ulisses*, *O Amante de Lady Chatterley* e *Trópico de Câncer*, no passado, já foram objeto de proibições e de escrutínio jurídico,

Todas essas coisas já foram “pornográficas” e deixaram de sê-lo; agora o estigma vai para fotos, filmes e vídeos sexualmente explícitos. Seria ridiculamente autocentrado supor que nossos pais e avós chamavam as coisas erradas de “pornográficas” por cegueira ou estupidez. Seria igualmente estúpido pensar que finalmente encontramos em nossas imagens pornográficas a *real pornografia* (KENDRICK, 1996, p. 12)⁵⁷.

O fato de que aquilo que já foi considerado pornográfico por nossos tetravôs, avôs ou mesmo nossos pais, hoje integrar exposições públicas denota como em diferentes tempos e grupos humanos os limites da aceitabilidade das representações corpóreas, das práticas sexuais e dos desejos venéreos que foram disputados. Segundo sustenta Roger Chartier (1990), as representações são variáveis de acordo com as disposições dos grupos e classes sociais. Isto é, ainda que aspirem à universalidade, as representações são determinadas pelos interesses daqueles que as forjam e, longe de serem discursos neutros, produzem estratégias e práticas situadas em um campo de concorrências e lutas. Em jogo nas lutas de representações estariam justamente as concepções do mundo social, dos modos de vida e de existência (Chartier, 1990). Produzidas em toda sua diferença também pelas fraturas que correm através das sociedades, as representações podem, por sua vez, produzir ou reproduzir outras fraturas (Chartier, 2014).

Imbricadas em lutas de representação, estiveram as diferenciações historicamente estipuladas entre as representações enquadradas como eróticas e aquelas tidas como pornografias. Em um dos estudos pioneiros sobre o tema no Brasil, *O que é Pornografia*, Eliane Robert de Moraes e Sandra Maria Lapeiz (1985, p. 8) estipulam como muito difícil – senão impossível – traçar objetivamente os limites entre o pornográfico e o erótico. Cultiva-se popularmente a ideia de que a pornografia designa narrativas em que as práticas sexuais são explícitas e o erotismo, em que o sexo é insinuado e/ou velado (Moraes; Lapeiz, 1985).

Todavia, mesmo produções atuais, nada sugestivas e que contam inclusive com o registro audiovisual de sexo não simulado, pré-requisito que condiciona o que muitos hoje considerariam nos termos de Kendrick (1996, p. 12), “a real pornografia”, não são reconhecidas como tal⁵⁸. Enquadramentos demonstrativos da manutenção histórica de uma distinção na qual,

⁵⁷ No original: “All these things were “pornographic” once and have ceased to be so; now the stigma goes to sexually explicit pictures, films and videotapes. It would be laughably egotistical to suppose that our parents and grandparents called the wrong things “pornographic” out of blindness or stupidity. It would be equally stupid to think that we, at long last, have found in our X-rated images the *real pornography* (KENDRICK, 1996, p. 12).

⁵⁸ É o caso, por exemplo, dos longas-metragens *Romance X* (1999), *Le Pornographe* (2002) e *9 Songs* (2004), classificados pela crítica especializada não como pornográficos, mas eróticos (GERBASE, 2006, p. 39). Para saber mais sobre os usos das classificações erótica e pornográfica na indústria áudio visual consultar Gerbase, Carlos. *Imagens do sexo: as falsas fronteiras do erótico com o pornográfico*. In: *Revista FAMECOS*, 13(31), 39–46, 2008.

segundo Leite Júnior (2012, p. 101), habitam esforços de “legitimação de certas expressões socioculturais em detrimento de outras” visando a conquista, manutenção ou perda de capital cultural e social de seus produtores. Isto é, as posições de cada sujeito ou grupo nos arranjos sociais de seu tempo permitem, ou não, a elaboração das linhas divisórias entre o que é definido como erotismo e o que é definido como pornografia. Fronteiras que não são estanques e inflexíveis, nem mesmo consensuais, muito pelo contrário, em vários casos apresentam-se difusas, conflituosas.

Objeto de disputas simbólicas, ambas as categorizações surgiram no século XIX. A palavra “erotismo” deriva de “erótico”, adjetivo que remete a Eros, deus grego do amor e paixões carnis (Moraes; Lapeiz, 1985, p. 7-8). O adjetivo figurou na *Enciclopédia de Diderot e D’Alembert* relacionado ao amor e à galanteria, também filiado a uma condição médica, designando os delírios provocados pelo desregramento amoroso e pelo apetite corporal (Goulemot, 2000, p. 23). Nada obstante, ao longo dos séculos, o substantivo dele derivado, o erotismo, distanciou-se de suas conotações patológicas, sendo culturalmente aparelhado como um limite operativo legitimador do rechaço a toda uma gama de discursos sobre os corpos e as práticas sexuais:

O erotismo é precisamente o que permite distinguir um vencedor do prêmio Goncourt de uma revista como a *Penthouse*, mas também é um conceito particularmente vago que cria uma fronteira confusa e, por isso, ideal para reduzir o questionamento. A observação dos debates mostra muito claramente que a pornografia está em outro lugar e como disse André Breton, é sempre sobre o erotismo dos outros. Mas não de qualquer outro. A pornografia pertence ao vulgar, ao grosseiro, ao povo comum que não tem bom gosto nem meios para adquirir um erotismo cuja qualidade continua a ser a melhor desculpa” (Arcand, 1993, p. 64, tradução nossa).⁵⁹

Por sua vez, se hoje no senso comum a pornografia designa uma categorização do “vulgar”, do “grosseiro”, majoritariamente, aqueles intitulados pornógrafos, no século XVIII, foram comentaristas, médicos e oficiais da saúde pública dedicados à escrita a respeito dos perigos associados à prostituição (Kendrick, 1996, p. 17). Segundo Lynn Hunt (1999), em *A Invenção da Pornografia*, o termo é um neologismo francês cuja raiz etimológica grega significa “escrever sobre prostitutas”. Sua primeira aparição é atribuída ao tratado *Le*

Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3391>>. Acesso em: 20 de maio, 2023.

⁵⁹ No original: “El erotismo es justamente lo que permite distinguir a un laureado ganador del premio Goncourt de una revista como *Penthouse*, pero es también un concepto particularmente vago que crea una frontera confusa y por lo tanto ideal para disminuir el cuestionamiento. La observación de los debates muestra muy claramente que la pornografía está en otra parte y como lo decía André Breton, siempre se trata del erotismo de los otros. Pero no de cualquier otro. La pornografía pertenece a lo vulgar, a lo grosero, a la plebe que no tiene ni el buen gusto ni los medios de procurarse un erotismo cuya cualidad sigue siendo la mejor excusa” (Arcand, 1993, p. 64)

pornographe, publicado em 1769, por Nicolas Edme Restif de La Brettone, aludindo a textos sobre a prostituição como “*pornographique, pornographe e pornographie*” (Hunt, 1999, p. 14).

Conforme pondera Jean-Marie Goulemot (2000), em *Esses Livros que se Lêem com uma Mão Só*, o autorreferido pornógrafo Restif de La Brettone não visava, com seu tratado, mobilizar sensualmente seus leitores, mas arguir a favor da regulamentação e administração estatal dos prostíbulos visando tornar o meretrício uma prática social racionalizada pelas Luzes,

Lembremos, para acabar de uma vez por todas com o que se refere a este termo, que pornógrafo vem do grego *pornê*, que significa “prostituta”, que em seu primeiro sentido o pornógrafo é o autor de um tratado sobre a prostituição antes de ser um autor de escritos obscenos e que a pornografia tem por objeto a prostituição em seu aspecto social antes de ser a representação (por meio de escritos, desenhos, pinturas e fotos) de coisas obscenas destinadas a serem comunicadas ao público (Goulemot, 2000, p. 23).

Naturalmente, antes de Restif de La Bretone existiam obras que representavam coisas obscenas. Como bem observa Kendrick (1996), embora o século XIX tenha inventado a “pornografia”, não inventou o obsceno, tão somente fundou uma nova zona de batalha cultural para demarcá-lo: “Todas as culturas que conhecemos, mesmo as mais antigas, distinguem classes de atos e objetos segundo alguma oposição do público contra o privado, do próprio contra o impróprio” ⁶⁰(Kendrick, 1996, p. 33). O desejo, a sensualidade e, até mesmo, a representação explícita de genitais podem ser encontrados em muitos, senão todos os tempos e lugares (Hunt, 1999, p. 14). Muito antes do surgimento do citado neologismo, ainda no Século XVI, escritores renascentistas como Pietro Aretino já formulavam certos temas, técnicas e mesmo algumas das convenções narrativas voyeurísticas que influenciariam as representações obscenas dos corpos nos séculos seguintes (Findlen, 1999).

Nada obstante, a pornografia como categoria legal e artística só seria difundida a partir do Século XIX. Relacionadas à tal difusão, Kendrick (1999) visualiza dois movimentos que ocorreram entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Por um lado, o maior volume de empreendimentos intelectuais sanitaristas pela racionalização do meretrício, prática de corpos tidos como perigosos, impróprios para circular e empreender pública e livremente seus negócios, e de outro, os também crescentes esforços institucionais de catalogação visando segregar objetos perigosamente obscenos do livre acesso público⁶¹. Nesse

⁶⁰ No original: “All cultures known to us, even the most ancient, distinguish classes of acts and objects according some opposition of public against private, proper against improper” (Kendrick, 1996, p. 33).

⁶¹ Paradigmático desses esforços, em 1821, pode-se citar a criação do Gabinete Secreto, ou Museu Secreto em Nápoles, espaço utilizado para esconder do olhar público objetos oriundos das escavações das ruínas sob Vesúvio. Segundo Paul B. Preciado (2018-a), a escavação arqueológica das cidades enterradas abaixo do Vesúvio descobriu imagens e esculturas de corpos animais e humanos nus e enlaçados, e também inúmeros falos que não estavam, como se pensou em um primeiro momento, reservados aos prostíbulos ou às câmaras nupciais, mas que estavam dispersos por toda a cidade de Pompéia. “As ruínas, operando como um retorno do reprimido, desvelavam outro

sentido, como pontua Paul Preciado (2018), o surgimento da categoria classificatória pornografia respondeu a disputas de visibilidade, duplamente elaborado em meio a discussões de gestão do espaço público e mais particularmente, “[...] de controle do olhar, da vigilância do corpo excitado ou excitável” (Preciado, 2018-a, p. 27).

Não por coincidência, em sua tese “*E como não ser pornográfico?*”: *Usos, sentidos e Diálogos Transnacionais em Torno da Pornografia no Brasil (1880-1924)*, Erika Natasha Cardoso (2019, p. 20) pontua como no campo da história da arte o termo adquiriu caráter “depreciativo” desde os seus primeiros usos. De acordo com a historiadora, em um tomo dedicado às Belas Artes da *Encyclopédie méthodique ou par ordre de matieres. Beaux-arts*, publicado em Paris, entre 1788 e 1791, o verbete “degeneração na arte” referiu como “vis pornógrafos” os artistas que, sem pudor, expunham aos olhos do público cenas impuras (Cardoso, 2019, p. 20).

No tocante à literatura, Hunt (1999, p. 13) também se refere ao uso depreciativo do termo no *Dictionnaire Critique, littéraire e bibliographique des princaipax livres condamnés au feu, supprimés ou sensurés*, do bibliógrafo Etienne-Grabiell Peignot, publicado em Paris, em 1806. Na obra, Peignot buscava catalogar livros censurados, versando sobre as razões de suas condenações. Para tanto, o bibliógrafo francês estipulou três tipos de justificativa: de cunho religioso, político e moral (Hunt, 1999, p. 16). Na última categoria, incluiu livros que perturbavam a ordem social e transgrediam a boa moral, organizando-os em uma subdivisão entre aqueles que não eram obscenos, mas continham “opiniões bizarras e perigosas” como *Émile* de Rousseau e, de outro lado, as obras em prosa ou verso imorais, ali denominadas pornográficas (Hunt, 1999, p. 16).

Justificando o observado deslocamento da acepção do vocábulo criado por Le Brettone, Daniel Wanderson Ferreira (2011) sustenta que, em meados do século XIX, a inscrição da Europa em uma nova ordem industrial deflagrou transformações econômicas, materiais e socioculturais que configurariam um cenário próprio para a conformação da pornografia em suas relações mais definitivas com a mercadoria suja, vil, inapropriada e corrupta. Nos oitocentos, devido ao crescimento da urbanização, ao gradual aumento das taxas de alfabetização e às inovações tecnológicas que então permitiram o barateamento dos impressos, mercadorias obscenas tornaram-se cada vez mais acessíveis para a afetação de corpos outros, além dos aristocratas (Arcand, 1993; Hunt, 1999; Ferreira, 2011; Cardoso, 2019).

modelo de conhecimento e de organização dos corpos e dos prazeres na cidade pré-moderna e revelavam brutalmente uma topologia visual da sexualidade radicalmente distinta da que dominava a cultura europeia no século XVII” (Preciado, 2018-a, p. 27).

Em consequência dos desdobramentos da revolução científica-tecnológica, o problema da visibilidade do obsceno se tornaria mais agudo. Segundo Arcand (1993, p. 141), o século XIX, ainda que descrito como “[...] o período mais glorioso do puritanismo burguês, apesar dos altos e baixos, da censura”⁶², não pôde controlar a verdadeira explosão da produção pornográfica ou o princípio de seu consumo em escalas cada vez mais massivas. Simultaneamente às disputas de sentidos do pornográfico empreendidas por reformadores sociais, médicos, sanitaristas e críticos de arte, na Europa – de maneira bastante influente na França – também se disponibilizavam produtos culturais relacionados ao sexo, para um público cada vez mais amplo. Então novos enunciados ajudaram a compor o mundo das mercadorias, identificando-as com “[...] a degeneração física ou conduzindo-as para o campo dos desejos e do glamour” (Ferreira, 2011, p. 52). Aquelas identificadas com o obsceno, o devasso, tornaram-se, cada vez mais potencialmente pornográficas.

O alargamento do sentido da pornografia para além de tratados sobre prostituição desdobra-se também em países lusófonos (Ferreira, 2011). No léxico português⁶³ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua*, publicado em 1899, de autoria de António Pereira Cândido de Figueiredo, a palavra “Pornographia” é definida como “tratado acerca da prostituição; coleção de pinturas ou gravuras obscenas; devassidão” (Figueiredo, 1899-b, p. 345-346). Isto é, embora seja referido o sentido proposto por Restif de La Bretonne, a palavra também designava conjuntos de materiais obscenos e de uma maneira ainda mais generalista, a devassidão⁶⁴.

Em uma consulta aos vocábulos que derivam do substantivo pornografia no mesmo dicionário, percebe-se o prevalecimento de associações com a obscenidade:

Pornographicamente, adv. de modo pornográfico, de modo obsceno.
 Pornográfico, adj. Relativo à *pornografia*; obsceno; libidinoso.

⁶² No original: [...] el período más glorioso del puritanismo burgués, a pesar de los vaivenes, de la censura” (ARCAND, 1993, p. 141).

⁶³ Segundo José Horta Nunes (2010), desde meados do século XIX, verifica-se a existência de dicionários brasileiros que buscam complementar os dicionários portugueses como o *Vocabulário Brasileiro Para Servir De Complemento Aos Dicionários Da Língua Portuguesa*, de Brás da Costa Rubim (1853). Em finais do século, surgem os chamados dicionários de brasileirismos, dentre os quais se salientam o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888), publicado no Rio de Janeiro, e o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889), publicado também no Rio de Janeiro. Estas obras reúnem diversos dicionários parciais anteriores, compondo um conjunto maior das palavras utilizadas no Brasil e não em Portugal, ou de palavras que tomam significações específicas no território brasileiro, os “brasilismos”. A palavra Pornografia não figura nos citados dicionários, outro elemento que aponta para a voga oficial no Brasil dos sentidos atribuídos a esses termos por léxicos portugueses.

⁶⁴ A devassidão figura como “qualidade daquele ou daquilo que é devasso”. Por sua vez, o adjetivo devasso designa “libertino, licencioso, devassado, aquele que é devasso” (Figueiredo, 1899-a, p. 489).

Pornographismo, m. uso de descrições pornográficas ou obscenas (De *pornographia*).

Pornógrapho, m. aquele que trata de pornografia, o que descreve ou pinta coisas obscenas (Do gr. Porné + graphein.) (Figueireido, 1899-b, p. 345-346).

Sem referenciar a prostituição, os sentidos atribuídos a esses vocábulos explicitam o deslizamento semântico experimentado pelo neologismo criado por Restif Le Brettonne, ao longo do século XIX. “Pornograficamente”, “Pornográfico”, “Pornographismo” e “Pornógrafo” relacionam-se mais proeminentemente à produção de modo obsceno ou de coisas obscenas propriamente ditas. Vale notar que o obsceno no supracitado dicionário significa “torpe, oposto ao pudor, impuro, sensual, que diz ou escreve torpezas ou obscenidades.” (Figueireido, 1899-b, p. 205). O dicionário explicita, como em finais do século XIX, a pornografia adquiriu sentidos não mais restritos aos escritos a respeito do meretrício, servindo também para designar o próprio fazer obsceno e, assim sendo, alertando sobre a visibilidade de seus frutos.

Vêm a propósito as considerações de Moraes e Lapeiz (1985), em relação ao obsceno. As pesquisadoras recorrem à definição proposta por Henry Havelock Ellis, médico inglês, nascido no século XIX, um dos nomes pioneiros da sexologia, para quem a palavra seria uma corruptela ou modificação do vocábulo *scena* e que seu significado literal seria “fora de cena”, ou seja, aquilo que não se apresenta normalmente na cena da vida cotidiana (Moraes; Lapeiz, 1895). A partir dessa aproximação, Moraes; Lapeiz (1985) localizam a pornografia como o discurso por excelência veiculador do obsceno, ou seja, daquilo que se mostra, mas que deveria ser escondido. A exibição do indesejável, o sexo fora de lugar, “Espaço do proibido, do não-dizível, do censurado: daquilo que não deve ser, mas é. [...] É nesse jogo de esconde-esconde que encontramos o seu sentido” (Moraes; Lapeiz, 1985, p. 8-9).

Referindo-se aos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, recorte temporal privilegiado pelo presente trabalho, Carvalho (2018) localiza a estigmatização de toda uma gama da literatura e da produção periódica carioca delimitada ao “[...] lugar da *obs-cena*, ou seja, à sombra do palco iluminado da boa imprensa e literatura”. (Carvalho, 2018, p. 77). De acordo com a pesquisadora, uma série de periódicos foram “entrincheirados” a uma subclasse do periodismo - a tida imprensa alegre ou livre: “*O Rio Nu, A Maça, O Coió, Sans-Dessons, O Empata, O Pau, O Nu*” – todos, títulos que “Não eram vistos como imprensa e literatura de verdade e sim como subgêneros, devido ao conteúdo de suas páginas” (Carvalho, 2018, p. 77). Ao longo de suas trajetórias, narrativas dispostas nos periódicos do chamado gênero alegre foram identificadas com a pornografia, demarcação do lado obscurecido, o lado outro da cena

cultural, a sua face habitada pelo, então, nem sempre necessariamente ilegal, mas sempre moralmente desafiador e, portanto, potencial desestabilizador dos tidos bons costumes.

Sem embargo, na virada para o século XX os interlocutores dos materiais, discursos e mesmo de comportamentos nesse contexto entrincheirados para além dos holofotes do moralmente aceito, não necessariamente se identificavam com o citado reconhecimento sociocultural. Esta parece ser a razão pela qual, *O Rio Nu*, o mais longo dos citados periódicos alegres, reiteradamente, rejeitou a alcunha de pornográfico. O que, por sua vez, não impediu que o jornal assim fosse categorizado por setores temerosos dos possíveis efeitos perniciosos de seu consumo.

Muito antes de gradações como a pornografia *hardcore* sequer existirem, um juiz brasileiro se viu diante da difícil tarefa de julgar a validade do veto instaurado pelo diretor geral dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta, contra o trânsito de publicações obscenas em repartições postais. Foi o caso do Dr. Raul Martins, responsável pela apreciação da causa movida por Alfredo Velloso, então proprietário d'*O Rio Nu* contra a União Federal, em 1910, em função da proibição de remessas postais do seu bissemanário.

Mas antes de tratar desse imbróglio que alcançou proporções judiciais, revisitaremos, no tópico a seguir, a trajetória de um dos mais proeminentes exemplares da imprensa obscena do período finissecular e início do século XX. Nos demais tópicos deste capítulo apresentamos a difusão da pornografia impressa (Tópico 2.2); depois discutimos a relação entre a diversificação periódica de finais do XX e início do XX, o surgimento da Imprensa de Gênero Alegre e o desenvolvimento do mercado de entretenimentos noturnos no Rio de Janeiro (Tópico 2.3); para apenas então, finalmente, tratamos da suspensão da remessa postal d'*O Rio Nu* em 1910 (Tópico 2.4). O objetivo desse capítulo é apresentar *O Rio Nu*, bem como delinear as condições que propiciaram o surgimento do periodismo alegre carioca. Intento esse que se desdobra na caracterização de algumas estratégias adotadas pelos articulistas do bissemanário para resguardar a viabilidade comercial de um periódico de existência, por muitos, considerada desafiadora da moral e dos bons costumes.

2.1. “Brotavam como cogumelos!”⁶⁵ – Os esporos da pornografia impressa difundem-se no Rio de Janeiro

⁶⁵ Revista Ilustrada, 20/10/1883, ed. 358, p.3.

Em 12 de maio de 1899, em comemoração ao primeiro aniversário d'*O Rio Nu*, foi publicado, na segunda página do número 89, o texto “Como Se fez O Rio Nu”. O artigo rememorativo ocupou quase dois terços do layout, disposto de maneira semelhante a como, regularmente, os seus leitores encontravam fatias serializadas de ficções folhetinescas no bissemanário. O texto foi assinado por Bock, pseudônimo do alagoano José Ângelo Viera de Brito. Importante colaborador da folha, Brito foi responsável por uma das mais famosas ficções seriais publicadas pelo *O Rio Nu*: “A Vingança de um Sapateiro”, folhetim que será analisado em um capítulo posterior.

Embora despido do teor rocambolesco dos folhetins que habitualmente assinava, em “Como se Fez O Rio Nu”, Brito também tratou de investir aos seus protagonistas ares um tanto heroicos: três boêmios fanfarrões que, cansados da imprensa “murcha” do seu tempo, decidiriam fundar um jornal atrevido, desprendido das mordanças das redes de favores e influências de políticos e poderosos. Representação codificadora de uma então característica “rebeldia” dos jovens letrados em relação aos “novos tempos republicanos, percebidos como repletos de influências escusas e injustiças políticas” (Schettini, 2020, posições no Kindle 475-476). Essas são expressões de ressentimento condizentes com o humor que se configuraria no início da Belle Époque brasileira,

[...] um humor que almeja cultivar a bonomia, que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres, embora nem sempre esta imagem corresponda à realidade. Há, em princípio, a produção humorística que surge ligada, quase toda ela, ao sentimento da desilusão republicana que atinge a intelligentsia brasileira que passou pelos eventos da abolição e da República (Saliba, 2002, p. 66-67).

Tendo como cenário um dos pontos de encontro desses jovens, o texto remetia a um episódio ocorrido em abril do ano anterior, 1898, cerca de um mês antes do lançamento do primeiro número d'*O Rio Nu*. Na ocasião, os seus três criadores, ali referidos pelos pseudônimos Heitor Quintanilha (Demétrio Toledo), Gil Moreno e Vaz Simões (Alfredo Calainho), bebiam no Jardim do teatro Lucinda⁶⁶. Entediados, observando as mulheres que por lá transitavam, os rapazes discutiam amenidades até que um “rolo medonho” começou (*O Rio Nu*, ed.193, 12/05/1900, p. 2). Pivôs desse rolo, encontrava-se “uma bela mulher, alta e branca”,

⁶⁶ O Teatro Lucinda foi um teatro brasileiro, localizado na Rua do Espírito Santo, 24, hoje Rua Pedro I, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. O local contava com um jardim povoado de botequins e barracas, onde se reuniam espectadores, atores, atrizes, escritores, políticos, etc. Olavo Bilac, em versos sobre os teatros Cariocas cita-o: “Fui ao jardim do Apolo ao jardim do Recreio/E ao do Lucinda. Vi moças de farto seio;/Vi senhores de olhar cúvido e ardente; vi /Tanta gente passar, às tontas por ali!/Vi namoro, e chalaça, e farsas, e bebidas” (SIMÕES, 2007, p.254-255) In: Simões Junior, Álvaro Santos. *A Sátira do Parnaso: Estudo da Poesia Satírica de Olavo Bilac Publicada em Periódicos de 1894 a 1904*. UNESP, 2007, p. 254-255.

atriz de outro teatro, seu amante, um “guapo mancebo, filho do sul, possuidor de uns bigodes respeitáveis de uma fortuna mais respeitável que os bigodes” e aquela que se revelaria a outra ponta de um não acordado triângulo amoroso, uma curvilínea e “aparatosa⁶⁷ mulata toda de azul” (O Rio Nu, ed. 193, 12/05/1900, p. 2).

Para o desgosto da alva atriz, no jardim do teatro concorrente, ela descobriria que os bigodes respeitáveis do seu amante “andavam a beijar outra cara”. Empolgando os pais d’*O Rio Nu*, a revelação da infidelidade do filho do sul caminhou para uma briga. Entre “saías levantas” e “leques partidos”, a altercação tomou tal proporção que o bigodudo amante teria fugido, disfarçando “não ter visto nada e poupando-se do escândalo” (O RIO ed.193, NU, 12/05/1900, p. 2). Em sua saída à francesa, o bigodudo sulista interpelou Heitor, “cronista teatral d’*A Notícia*” (O Rio Nu, ed.193, 12/05/1900, p. 2) e que àquela altura tomava nota de tudo, lhe pedindo que não publicizasse o ocorrido e fingisse que não viu nada. Segundo relata Brito, na época era assim toda imprensa do Rio de Janeiro: “Bastava que um sujeito qualquer fosse conhecido de um amigo do amigo do irmão de um deputado para que conseguisse dar toda sorte de desfrute, sem receio de publicidade” (O Rio Nu, ed.193, 12/05/1900, p. 2). Diante desse impasse, e querendo mudar as coisas, pois a capital andava “murcha”, dado que “o melhor que aparecia não vinha nunca à tona” (O Rio Nu, ed.193, 12/05/1900, p. 2), os três decidem criar *O Rio Nu*, acreditando que “um jornaleco, metade d’*O Paíz*, bem impresso, bem malcriado, feito por eles havia de ir longe!” (O Rio Nu, ed.193, 12/05/1900, p. 2).

A proposição dessa espécie de mito fundador do humorístico fixando o seu local de nascimento no jardim do teatro Lucinda, batizado à cerveja e em meio a um escândalo protagonizado por mulheres que não viam problema em se esfregar em bigodes antes do casamento, é indicativa da maneira como *O Rio Nu* buscou se vincular com certos circuitos de diversões e as sociabilidades masculinas boêmias da noite carioca. Nada mais natural! Afinal, muitos dos elementos a que o bissemanário devia seu sucesso transpunham-se daquilo que era elaborado, consumido e vivido nos espaços de entretenimento e lazer que se multiplicariam na capital, em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX (Pereira, 1997, p. 63; Schettini, 2020, posição no Kindle 253). Circuitos esses que desfrutavam, em diferentes instâncias, sujeitos diversos, tendo muitos deles no consumo do *O Rio Nu*, mas também na colaboração com o jornal, uma das suas formas comuns de diversão (Pereira, 1997, p. 52).

⁶⁷ Tal como consta na edição de 1913, do Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua: “aparatoso adj. Em que há aparato. Magnificante” (FIGUEIREDO, 1898, p. 165).

Partindo de diferentes espaços de enunciação para tematizar seus prazeres, cotidianos e vivências na urbe carioca, o grupo de colaboradores *d'O Rio Nu* foi consideravelmente polissêmico. Protegidos, todos, sob pseudônimos, o humorístico contou com a participação de nomes da imprensa e alguns jornalistas de profissão ⁶⁸ e, ocasionalmente, também literatos de renome como Olavo Bilac⁶⁹ e Arthur de Azevedo⁷⁰. De acordo com Pereira (1997, p. 50-53), a maioria dos colaboradores do bissemanário foram homens que, embora alfabetizados, não tinham na pena o seu principal ganha pão. Letrados que, como pôde ser observado em notas obituárias, podem ter se dedicado às mais diversas atividades laborais: desde a função de ponto em companhias de teatro⁷¹, funcionários públicos, empregados postais⁷², professores⁷³, até trabalhadores do comércio e caixeiros⁷⁴, etc.

Não era tarefa fácil viver exclusivamente das letras na virada do século XIX para o século XX. A trajetórias de dois dos criadores do malcriado humorístico atesta isso. Aglutinados na ocasião do lançamento *d'O Rio Nu* pela *Gazeta de Notícias*, como “rapazes que estão no primeiro plano da nossa boemia literária” (Schettini, posições no Kindle 936-937), Demétrio Toledo e Alfredo Calainho acumulariam outros empregos às suas colaborações para a imprensa humorística e teatral. De acordo com Schettini (Schettini, 2020, posições 977-980), Demétrio de Toledo, o homem por trás do pseudônimo Heitor Quintanilha, na década de 1890, redigia canções e compunha obras teatrais de revista simultaneamente à sua participação na imprensa humorística, tendo chegado a tentar, infrutiferamente, iniciar uma carreira de ator. Com o avançar do século XX, Toledo encontrou no emprego público de funcionário consular o caminho para combinar a sobrevivência com a escrita (Schettini, 2020, posições no Kindle 984-985). Em 1911, há muito já tendo vendido *O Rio Nu*:

⁶⁸ É citado n'O Rio Nu um “emérito jornalista lisboense” por trás do pseudônimo “Dr. Cocaína” responsável pela seção “Coisas Santas (da santa Terra)” em *O Rio Nu*, (24/06/1903, ed.518, p. 2). Outro nome da imprensa citado foi Alfredo Boucher Filho, que colaborou sob o pseudônimo de “Arduíno Pimentel”, e depois se tornou redator-proprietário do jornal paulista *Ilustração Brasileira*, conforme consta em *O Rio Nu*, ed. 674, 21/12/1904, p. 3.

⁶⁹ Segundo informação de Orestes Barbosa (1993, p.92) e Cristiana Schettini Pereira (1997, p. 52).

⁷⁰ Sob o título “Arthur Azevedo”, o periódico prestou-lhe homenagem na ocasião de sua morte, em 1908. Na nota, o literato é referido como um “amigo” que “por muito tempo, sob o pseudônimo JUVENAL, brilhou nas colunas deste jornal” (*O Rio Nu*, 28/10/1908, ed. 1075, p. 2).

⁷¹ Também em uma nota de pesar, alude-se à figura de Demétrio Alves, um “rapaz modesto e preparado” que por sua passagem na cidade, teve o cargo de ponto na Companhia Dias Braga, dedicando-se “nas horas de lazer” ao “humorismo” sob o pseudônimo Dealino (*O Rio Nu*, 21/05/1904, ed. 613, p. 2).

⁷² O caso de José Ângelo Viera de Brito, por exemplo.

⁷³ Segundo consta em uma outra nota de falecimento publicada pelo jornal, Luiz Monteiro foi um professor público, tendo assinado colaborações sob os pseudônimos de “Mathusalém”, “L. Repórter” e “Petrônio” antes de sua repentina morte em 1914 (*O Rio Nu*, 10/10/1914, ed. 1616, p. 2).

⁷⁴ Em 1900, *O Rio Nu* dispôs da “Seção Caixeiral” na qual aceitava “colaboração de nossos leitores empregados no comércio” (*O Rio Nu*, 10/01/1900, ed. 158, p. 1). Também é citada a colaboração sob o pseudônimo “Braz Cubano” de um “moço empregado no comércio” (*O Rio Nu*, 18/07/1903, ed. 525, p. 2).

[...] foi correspondente do jornal *A Noite* na Europa. No mesmo ano, dirigiu o suplemento “Leituras para todos”, d’*O Malho*, dedicado às “ciências experimentais” e à crença em uma vertente do espiritismo conhecida como “espiritualismo científico”, descoberta em sua estada em Paris e que ocupou sua atenção pelo resto da vida. Quando morreu, em 1949, foi reconhecido tanto por suas atividades consulares como pela ampla atuação pública como astrólogo nos anos 1930. O *Rio Nu* parece ter ficado como uma experiência mais ignota de sua primeira juventude, fortemente associada à experiência de jornalista teatral (Schettini, 2020, posições no Kindle 985-990).

Também tendo circulado entre a imprensa humorística e teatral, Alfredo Calainho optou pelo pseudônimo Vaz Simões ao projetar seu malcriado jornaleco. Experiente editor de folhas esportivas e teatrais, Calainho colaborou com “*A Revista Teatral* e *O Binóculo*, em 1894, além da *Semana Teatral* e do *Almanach Teatral* nos anos finais do século XIX” (Schettini, posições no Kindle 997-998). Na edição de número 681, de janeiro de 1905, *O Rio Nu* lamentou a sua morte informando que depois de ter “passado para outras mãos a propriedade do jornal”, Calainho teria se dedicado ao seu trabalho no foro, onde desempenhava a função de solicitador (*O Rio Nu*, ed. 681, 14/01/1905, p. 3).

No tocante a Gil Moreno, o terceiro dos fundadores de *O Rio Nu*, não se tem muitas informações sobre a figura escondida sob seu pseudônimo. Em “O Buraco: o Novo Escândalo de Bock”, folhetim que ficcionalizou os três criadores, Moreno figura como “positivamente o mais malandro dos três”, um rapaz endinheirado que “só fazia uns sonetos de vez em quando” (*O Rio Nu*, ed.195, 19/05/1900, p. 3).

Tendo adotado um pseudônimo que referenciava à cerveja preta, implicitamente aludindo à sua condição de homem afro-descendente (Peçanha, 2013, p. 29), José Ângelo Viera de Brito, o Bock, autor de “Como se fez d’*O Rio Nu*” também contou com uma pena de atuação bastante plural nos circuitos letrados de seu tempo: colaborou para a imprensa teatral, o periodismo de humor sexual, a literatura para Homens e o teatro de revista, tudo isso enquanto sustentava uma longa carreira nos Correios⁷⁵. Foi também eleito para o cargo de deputado estadual em Alagoas, em 1913 (Schettini, 2020, posição no Kindle 1196). De acordo com Schettini (2020, posições no Kindle 1260-1261), longe de serem “um mero arroubo de juventude ou uma concessão artística para ganhar o pão”, os seus exercícios de humor de cunho sexual teriam permitido ao alagoano transitar por um mundo de sociabilidade masculina letrada, atravessado pelo racismo.

⁷⁵ De acordo Schettini (2020, posições no Kindle 1149-1152), aos 20 anos, em 1893, Brito era listado como “praticante de segunda classe” nos Correios, tendo a partir de 1901, ascendido à posição de amanuense e “No ano de sua morte, 1934, era 1º oficial da 3ª seção, dedicada à área ‘econômico-financeira’”.

O acúmulo de funções dos homens até aqui citados é demonstrativo da tese de Schettini (2020) de que o acesso ao humor erótico impresso, mais do que meio para garantir a sobrevivência, para muitos, representou, sobretudo, uma possibilidade de expressar comentários sobre o mundo em que viviam:

Como homens que não chegaram a ser reconhecidos como literatos, cuja produção escrita era circunstancial, e às vezes errática, eles podem ter encontrado no humor sexual uma forma de refletir sobre seus lugares sociais no Rio de Janeiro do pós-Abolição e da República (Schettini, 2020, Posições no Kindle 1138-1140).

Essa reflexão cômica da realidade podia apresentar interfaces com discursos bastante reacionários e racistas (Pereira, 1997; Peçanha, 2013; Carvalho, 2018). Todavia, por vezes, também revelava facetas críticas, especialmente em relação à corrupção política, à tradição católica (Carvalho, 2018, p. 325-336) e a certas convenções moralistas de recato e compostura da época. O humor desses homens continha altas doses de elementos sexualmente apelativos, afinal o objetivo primeiro do bissemanário em que colaboravam, era o entretenimento via o apelo sexual. Esta era uma fórmula perigosa, um possível estopim de reações em cadeia perniciosas ao ordenamento sexual, desafiadoras, perante os olhos de setores da sociedade carioca, das idealizações então apregoadas à sacralidade do lar monogâmico e eminentemente reprodutivo.

De maneira que, na sua trajetória de quase duas décadas, o malcriado jornaleco não passou ileso a repreendas e tentativas de censura. Contendas que seriam revisitadas na edição de aniversário d'*O Rio Nu* publicada em 15 de maio de 1915, quando o então “Semanário, Humorístico, Ilustrado” (*O Rio Nu*, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1) comemorava a entrada em seu 18º ano de circulação.⁷⁶

Na capa daquela que seria a sua penúltima edição de aniversário, o periódico foi representado imgeticamente como um jovem rapaz, cujo aspecto juvenil é demarcado pela ausência de pelos faciais e pelas finas canelas (Figura 1). Quem carrega o efebo *O Rio Nu* nos ombros é uma mulher completamente formada, de seios fartos, expostos e cujos trajes translúcidos destacam suas carnes brancas e arredondadas (Figura 1). Mesmo meninote, *O Rio Nu* dispunha para si, e como tal, também para o deleite voyeurístico de potenciais leitores, de uma amante de alva beleza e que, como pode ser observado a seguir, em muito lembrava os nus fotográficos importados da Europa publicados em sua *Galeria Artística*⁷⁷ (Figura 2).

⁷⁶ Devido às dificuldades financeiras deflagradas pela crise de abastecimento gerada pela Primeira Guerra mundial em seus anos finais, o periódico deixaria de ser bissemanal, voltando a ser lançado apenas 1 vez por semana.

⁷⁷ Seção na qual eram publicadas séries de fotografias de nus artísticos.

FIGURA 1: “Capa d'O Rio Nu”. O Rio Nu, ed. 1647, 15/05/1915, capa.⁷⁸



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1915_01647.pdf

⁷⁸ Legenda da Imagem: “Nascido em Noventa e Oito/ Este endiabrado rapaz/Vai entrando nos Dezoito, /Pois Dezesete ele faz./ Desde o nasceu foi danado, /Nunca esteve jururu.../De todos sympathizado/Sempre foi O Rio Nu/Nessa Carreira Brilhante/Só uma coisa o comove;/Falta ainda bastante/Para fazer sessenta e nove”

FIGURA 2: "Galeria Artística, 3 série, n.1". O Rio Nu, ed. 1647, 15/05/1915, p.7.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1915_01647.pdf

Celebrado também por um travesso cupido no canto direito da imagem, a composição da figura masculina d'*O Rio Nu* comunica refinamento, descontração e juventude. Vestido com um elegante smoking, camisa e gravata borboleta, mas despido de suas calças, o rapazote empunha seu chapéu em uma mão e uma taça de champagne na outra (Figura 1). Todavia, a despeito de sua festa, aquele que desde o nascimento “foi danado, nunca esteve jururu” (*O Rio Nu*, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1), não chegaria a alcançar duas décadas de vida, terminando no ano seguinte, em 1916, a sua “carreira brilhante” (*O Rio Nu*, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1).

Em comemoração a mais um ano de circulação da folha, foi disposta uma espécie de narrativa autobiográfica de boa parte dessa trajetória, um breve texto rememorativo intitulado “O aniversário do “Rio Nu” – Um Pouco de História”. Segundo o artigo, que não foi assinado por ninguém, em 13 de maio de 1898, de um “modesto quarto no segundo andar de um prédio da travessa do Ouvidor transformado em sala de redação” saiu o primeiro “número do Rio Nu ‘periódico semanal, caustico e humorístico’” (O Rio Nu, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1). Um sucesso,

[...] tão grande que no seu 16º número, isto é, no fim de três meses, já a ansiedade dos leitores não se contentava com uma edição semanal, e O Rio Nu passou a dar duas por semana. Não se sentindo por isso enfraquecido. Ao contrário: a sua prosperidade acentuou-se rapidamente e do modesto cômodo do 2º andar passou para uma loja da mesma travessa, onde abriu escritório. Daí por diante, desbravou o caminho com facilidade, e melhorando cada vez mais a sua confecção material, aumentando sempre o número de seus colaboradores literários e artísticos, apresentou-se um dia ilustrado, mudou o formato de quatro páginas para oito e atingiu os píncaros da popularidade, penetrando no interior do Brasil, indo mesmo ao estrangeiro (O Rio Nu, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1).

Em uma dessas idas, *O Rio Nu* teria acabado em Paris, ocasião na qual, em suas palavras, teve “a honra” de ser exibido em um congresso “contra as publicações livres” (O Rio Nu, 10/05/1915, ed. 1647, p. 1). E o teria feito, pelas mãos de não outro que o

[...] célebre senador Barenger [sic], que queria que às estatuas nuas dos museus fossem aplicadas tangas, foi quem nessa reunião puxou do bolso um exemplar deste jornal e mostrou aos seus assistentes para provar que no Brasil também havia daquelas publicações (O Rio Nu, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1)

O político francês referido, preocupado até com a nudez de objetos inanimados, não foi ninguém menos que o senador René Bérenger, presidente do Congresso Internacional contra a Pornografia, realizado na capital francesa em 21 de maio de 1908. O evento foi uma iniciativa da Sociedade de Protesto contra a Licença das Ruas, agremiação francesa fundada em 1894, pelo próprio Bérenger, junto com a Associação Suíça Contra a Literatura Imoral, fundada em Genebra, em 1883. Segundo Annie Stora-Lamarre (1989), nos dias 21 e 22 de maio, o congresso reuniu, na capital francesa, 86 entidades civis antipornográficas, sendo 46 delas associações de outros países europeus⁷⁹. Não por acaso, o citado encontro de agremiações ocorreu em Paris, realizado junto a uma agremiação de Genebra. Em finais do XIX, o movimento

⁷⁹ 14 da Alemanha; 1 da Inglaterra, a poderosa National Vigilance Association; 2 da Bélgica; 1 da Dinamarca; 5 da Holanda; 7 da Hungria; 8 da Itália; 1 da Noruega e 5 da Suíça (STORA-LAMARRE, 1989, p. 91).

antipornográfico europeu foi fortemente influenciado por grupos franceses e suíços⁸⁰ de orientação protestante, contrários à imoralidade literária (Stora-Lamarre 1989, p. 89).

As agremiações civis europeias antipornográficas ambicionavam combater a “literatura imunda” pressionando estadistas por leis mais severas, empreendendo boicotes a estabelecimentos comerciais e intimidando editores a excluírem de seus catálogos determinadas obras (Stora-Lamarre, 1989, p. 90). Com efeito, as ambições moralizadoras dessas ligas não se limitavam à Europa, de acordo com Cardoso,

Um aspecto interessante do processo de mobilização anti-pornográfica naquele momento diz respeito à sensação, partilhada por seus entusiastas, de que era necessário internacionalizar o debate, o que vinha sendo discutido desde o final do século XIX. Em 1893 o historiador suíço Eugène de Budé fundou o Bureau Internacional de Informações contra a Literatura Imoral, que propunha a unificação dos povos diante da ameaça pornográfica. Para ele, era importante que as associações de combate às publicações obscenas se multiplicassem pelo mundo afora e se mantivessem articuladas. No manifesto inicial, Budé afirmava que os Estados Nacionais deveriam se preocupar com “o flagelo devastador das almas” tanto quanto se preocupavam com os surtos de cólera e de peste bovina, comparando a disseminação pornográfica às epidemias de toda sorte (Cardoso, 2019, p. 231-232).

Ao incluir-se no rol de ameaças de que advertiu o Congresso Internacional contra a Pornografia, pela rememoração da sua suposta exibição pelas mãos de não outro que Béranger, presidente do evento, explicita certa identificação d’*O Rio Nu* com a modalidade de “publicações” por esses encontros depreciadas. Possivelmente, a distinção de se equiparar com publicações europeias, ainda que sob a acusação de pornografia, fizera com que a folha em certa instância até assumisse uma carapuça⁸¹ da qual, como veremos posteriormente, o seu corpo editorial, majoritariamente, tentou se desvencilhar ao longo de sua longa trajetória.

A sua suposta passagem pelas mãos de Béranger, não foi o único episódio em que *O Rio Nu* foi publicamente enquadrado como pornográfico remorado no artigo de aniversário publicado em 1915. No parágrafo seguinte a descrição da viagem de d’*O Rio Nu* pelo velho mundo, versou-se sobre a contenda envolvendo o periódico e o diretor geral dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta, importante nome da mobilização antipornográfica brasileira no início do século XX e que em 1910 proibiu o trânsito postal de publicações obs:

Depois, em março de 1910, um indivíduo que perdera a sua cadeira de deputado e não tinha como ganhar a vida e fora por misericórdia do governo nomeado diretor geral dos Correios, entendeu de proibir o trânsito do Rio Nu pelas repartições postais. Tinha o jornal, já nessa época DOZE ANOS de

⁸⁰ Fundadas em 1883, a Associação Suíça contra Literatura Imoral e francesa Liga Pela Recuperação da Moralidade Pública teriam sustentado importantes trocas também devido às boas relações da Igreja Protestante de Genebra e a Luterana de Paris (STORA-LAMARRE, 1989, p. 90).

⁸¹ “Assumir uma carapuça”, “vestir uma carapuça” são expressões que significam assumir uma culpa, responsabilidade ou caracterização/descrição.

existência ininterrupta, e tinha as suas oficinas montadas. Está visto que não nos conformamos com esta estúpida resolução e acionámos a União Federal, tendo obtido ganho de causa desde a primeira instância (O Rio Nu, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1).

Diante de percalços e apesar do “grande prejuízo que a proibição do diretor dos correios” supostamente causou, comemora-se que *O Rio Nu*, “impávido”, tenha chegado ao limiar do seu décimo oitavo ano, “lançando um olhar de desprezo aos seus inimigos gratuitos e saudando alegremente” os “bons leitores desta capital e dos Estados” (O Rio Nu, ed. 1647, 10/05/1915, p. 1). Em face da menção de seus “inimigos”, vem ao caso pontuar que, desde finais da década de 1900, a exemplo das agremiações europeias antipornográficas, muitos moralistas cariocas passaram a se organizar coletivamente.

A primeira Liga Antipornográfica do país foi fundada em 1912. Todavia, o seu projeto era mais antigo. Na cobertura feita pelo jornal *O Paiz* sobre o Segundo Congresso Católico, realizado no Rio de Janeiro, em 1908, e presidido por não outro que o próprio Joaquim Ignácio Tosta, consta a deliberação favorável tanto pela fundação “de uma liga antipornográfica, com sede na capital” quanto pelo envio de “uma moção de aplausos ao senador Berenger, pelo patriótico movimento antipornográfico que ora se opera na França, sob sua direção” (O PAIZ, ed. 8702, 21/07/1908, p. 4). Embora inspirados pelo movimento protestante antipornográfico do além-mares, a mobilização moralista brasileira apresentou uma forte orientação católica⁸² (Cardoso, 2019, p. 240).

Muito embora as mobilizações antipornográficas tenham gozado de mais estrutura apenas no século XX, em finais do XIX, discursos moralizadores já recorriam a etiqueta cultural da pornografia para demarcar uma gama de artefatos e práticas que consideravam ameaçadores da moral. Cardoso (2019, p. 36-75) identifica reclames na imprensa contra materiais e, até mesmo, comportamentos pornográficos desde pelo menos 1880. Ímpetos moralistas que expressavam os temores deflagrados pela presença do Brasil em intrincadas redes internacionais de comercialização de produtos culturais relacionados ao sexo.

Beneficiando-se de novidades técnicas de reprodução, os produtos obscenos alcançariam dimensões cada vez mais abrangentes, em finais do século XIX, tornando-se cada vez mais inconvenientemente visíveis, uma vez disponibilizados por aportes mais acessíveis: “Brochuras baratas, panfletos e fotos foram acompanhados por cartões postais, máquinas caça-

⁸² O que observou Cardoso (2020, p. 240) ao verificar no íterim entre a deliberação da criação da liga e a sua fundação, como grupos de fiéis da igreja romana protagonizariam iniciativas que visavam pressionar as autoridades pelo combate das tidas ameaças ao pudor público.

níqueis e filmes que encorajavam a circulação através da estrutura de classes”⁸³(Sigel, 2005, p. 14). Com efeito, o mercado carioca não passaria ileso a essa proliferação, integrando junto com outras grandes urbes latino-americanas, circuitos globais de produção e circulação de artefatos culturais pornográficos (Schettini, 2020; Cardoso, 2019; El Far, 2004).

Não por coincidência, em 1883, cinco anos antes do lançamento do primeiro número d’O Rio Nu, Alter, pseudônimo do responsável pela seção literária *Livros a Ler da Revista Ilustrada*, lamentou o sucesso de uma certa categoria suja de livros na capital: “A biblioteca imunda – Leitura para homens – enriquece-se cada dia; os livros sujos brotam como cogumelos” (REVISTA ILUSTRADA, ed. 358, 20/10/1883, p. 3). Sem expor detalhes a partir dos quais obteve acesso a uma dessas brochuras, Alter se recusa a citar seu nome:

Eu tenho sobre a mesa um livro, cuja torpeza começa logo no título – que eu prefiro calar, para lhe não fazer o anúncio. Indecente, porco, imoral, sem gramática, mentiroso, sem estilo, sem ortografia nem vergonha, criminoso, eu denunciá-lo ia a polícia, se polícia houvesse para essas coisas.

E por que não há de haver um castigo para essas infâmias de especulação?

Na parte da polícia da terça-feira vi eu esta semana que a ‘preta Joanna foi presa por estar a proferir palavras obscenas’. Por que não há de então haver uma pena para os que escrevem obscenidades se há para os que as proferem? O livro indecente é ainda mais perigoso do que a preta desbocada; a preta vai-se, o livro fica, as obscenidades de Joanna voam, esquecem-se, as obscenidades do livro ficam escritas. *Verba volant, scripta manent*.

A polícia é que devia julgar esses livros imorais, que sob pretexto de serem ‘Leitura para Homens’ não são senão – porcos, imorais, sem vergonha. O talento, o espírito, são completamente estranhos a essas publicações. Eu não os leio, atiro à cesta, para o lixo. Alter (Revista Ilustrada, ed. 358, 20/10/1883, p. 3).

Mesmo que enfático em sua recusa de ler tais “porcas” publicações, o autor tece ferrenhas críticas a aspectos formais do livro que, àquela altura, supostamente, jazia em sua lixeira. Depreciações que não apenas denunciam alguma instância de leitura do impresso, mas que consideradas em relação ao temor de Alter em nomear o livro, são reveladoras do seu receio de que, mesmo entre os leitores de sua seção, existissem aqueles que não seriam dissuadidos a evitá-la tão somente por seus deméritos ortográficos e/ou formais. Ao que tudo indica, a curiosidade a respeito das zonas obscuras e obscenas das letras poderia colocar em teste mesmo o apreço pelo estilo culto de entusiastas de colunas de crítica literária.

Temerário do apelo dessas leituras, Alter clamou em seu artigo, reiteradamente, o caráter criminoso dessas obras. Cabe pontuar, nesse sentido, que a Parte Quarta, Capítulo I, do ainda vigente Código Penal do Império do Brasil, referente às “Ofensas da religião, da moral e

⁸³ No original: “Inexpensive paperbacks, pamphlets, and photos were joined by postcards, penny-in-the-slot machines, and films encouraging circulation across the class structure” (Sigel, 2005, p. 14).

bons costumes” – e cujo artigo 280⁸⁴, provavelmente serviu como pretexto para a prisão de Joana –, também estipulava, em seu artigo 279, criminosa a venda pública ou distribuição de estampas, pinturas ou papeis impressos, litografados ou gravados que evidentemente ofendessem à moral pública. Porém, segundo El Far (2004, p. 190), nos anos finais do Império, salvo casos isolados, a polícia ainda se manteve “distante dessa literatura a despeito do seu crescente número de adeptos” visto como na década de 1880, essas obras ainda eram encontradas “somente nas livrarias da Rua Uruguaiana, de S. José, localizadas nas adjacências das ruas mais chiques e bem frequentadas do centro da cidade e entre caixeiros ambulantes”.

Quiçá para o terror de Alter, nas décadas finais do século XIX, a mesma imprensa carioca que registraria crescentes reclamações sobre os perigos de materiais e condutas pornográficas em suas colunas (Cardoso, 2019, p.36-75), também disporia de um progressivo acréscimo de anúncios publicitários listando em letras garrafais títulos que, muito provavelmente, lhes renderiam espaço garantido na lixeira do crítico literário. De acordo com El Far (2004, p. 189-190), se ao longo dos anos 1870, a importação e produção desses livros obscenos ainda apresentava escala tímida, nas décadas de 1880 e 1890, uma variedade significativa dessas obras passaram a ser disponibilizados aos leitores cariocas. De visibilidade incômoda, mas sucesso de público, obras como *O Aborto* e *A Mulata*, apesar da restrição moral aludida por sua categorização como “Romances para Homens”, chegaram a alcançar o feito de vender mais de 5 mil exemplares em poucos meses (El Far, 2004, p. 15).

Brotando cada vez mais pela capital carioca, os esporos da obscenidade impressa difundiram-se no *fin du siècle*, impulsionados também pelo desenvolvimento do mercado livreiro, que se transformava diante do apelo mercadológico dos livros acessíveis para um público mais amplo:

Profissionais liberais, funcionários do governo ou empresas privadas, burocratas, militares, clérigos, estudantes, comerciantes, mercadores, empregados das mais variadas funções fixas ou temporárias, dentre uma infinidade de outras ocupações, formavam uma complexa e diversificada faixa de pessoas, juntamente com suas esposas, filhos e agregados, que detinham a habilidade da leitura e algum dinheiro para entreterem com o consumo de livros de baixo custo. Uma população bem atraente aos olhos dos editores, que renunciavam ao comércio das edições de luxo, tão afeitas às circunscritas elites cariocas, para conquistar essa clientela cada vez mais abrangente (El Far, 2004, p. 71).

⁸⁴ Nele consta como crime “Praticar qualquer ação, que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público” sob as penas de “prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente à metade do tempo” (Código Penal Do Império Do Brasil, 1830).

Leitores⁸⁵ que, ao que tudo indica, foram seduzidos por outra modalidade de obscenidade impressa que floresceria no período finissecular carioca: a periódica. Motivo pelo qual mesmo antes da virada para o século XX, em 13 de maio de 1899, *O Rio Nu*, então “Bissemanal, Cáustico e Humorístico” já comemorava o seu primeiro aniversário. Em uma nota dedicada aos seus colaboradores e consumidores foi celebrada a estima do bissemanário entre “rapazes de bom gosto”, atribuindo-a ao cumprimento do seu programa de caminhar “com os seus sapatos trocistas sobre as conveniências sociais” e colher “apontamentos para a documentação futura do péssimo estado mental de tudo e de todos” (*O Rio Nu*, ed. 89, 13/05/1899, p. 1). O texto afirmaria ainda que o sucesso era tamanho, que mesmo “hipócritas” que “[...] com altas vozes o condenam, não se furtam ao prazer de lê-lo às escondidas para desopilar” (*O Rio Nu*, ed. 89, 13/05/1899, p. 1).

Trocista, o periódico carioca não somente documentaria estados mentais deflagrados pelos avanços da modernidade e seus estímulos⁸⁶. Perdurando pelos primeiros 16 anos do século XX, o jornal consagrou-se como o maior expoente da imprensa, então identificada com o “gênero alegre” e/ou “gênero livre”. Categorizações pelas quais se apreendiam os periódicos humorísticos que buscaram ofertar a “desopilação” de seus leitores, secretos ou não, por meio do riso e da mobilização sexual. Assim, a sua pretensão à leitura de bom gosto – estratégia de distinção para negociar sua existência sexualmente incitadora –, assim como a acusação de seu consumo em segredo por seus críticos, são reveladoras das negociações públicas dos limites morais tensionados pela sua circulação e de seus congêneres.

⁸⁵ Explicitando o quão fértil fora o citado contexto para a proliferação de impressos, El Far (2004) argumenta que o índice de analfabetismo no Rio de Janeiro era então o mais baixo do país. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal era de 522 mil habitantes. “Desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever” (EL FAR, 2004, p. 13). Avançando no século XX, o índice populacional cresceria vertiginosamente, porém o número de alfabetizados se manteria expressivo: “Em 1906, havia na cidade 811.443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil” (EL FAR, 2004, p. 13). Ainda que tais números possam contar com certas distorções, segundo constatou El Far (2004), o fato é que na capital federal os livreiros conseguiam superar a margem de mil exemplares por título, chegando a alcançar até quatro ou cinco vezes essa cifra.

⁸⁶ Ao descrever a urbe moderna, o sociólogo Georg Simmel (1979, p.12) caracteriza-a como recheada de novos estímulos e sensações: “[...] com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai”. A partir também das percepções de Simmel (1979), Ben Singer (2001) caracteriza a modernidade como hiperestimulante, tendo “revistas cômicas e jornais sensacionalistas observaram de perto o caos do ambiente moderno com um alarmismo despótico que, em graus variáveis, caracterizou muito do discurso do período sobre a vida moderna” (2001, p. 119). A respeito dos novos estímulos inaugurados no Rio de Janeiro em função de seus projetos de pretensões modernizadoras e os seus registros n’*O Rio Nu* ver capítulo 3.

2.2. “Prolifera a imprensa pornográfica!”⁸⁷: diversificação da imprensa e a efervescência cultural da noite carioca

Não incólume às transformações que afligiam de maneira geral a produção impressa na alvorada da modernidade carioca, o cenário periodista assistiu suas gráficas artesanais transfigurarem-se nas últimas três décadas do século XIX. Novos e mais eficientes recursos de impressão⁸⁸ invadiram as oficinas dos principais periódicos da cidade, barateando os custos e exigindo cada vez mais de seus redatores, ilustradores, profissionais gráficos, etc. Surgiram diversos jornais como *A Gazeta de Notícias* (1875), *Gazeta da Tarde* (1880), *O Paíz* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885) e *Cidade do Rio* (1888).

Desse modo, experimentava-se a construção de novos sentidos de temporalidade: a “Rapidez é mais do que uma palavra de ordem: dá sentido a uma ideia de tempo que espraia pela sociedade” (Barbosa, 2007, p. 27). Instaurado no Rio de Janeiro em 1874, um escritório da Agência de Notícias de Havas passou a prestar serviços telegráficos para a redação do *Jornal do Comércio*, em agosto de 1877 (Barbosa, 2007, p. 25). A possibilidade de saber o que se passava, sobretudo, em países longínquos, em questão de horas e não mais semanas ou meses, construía gradativamente novos sentidos de espacialização – o mundo parecia mais conectado (Barbosa, 2007, p. 23; Velloso, 2015, p. 15)

Pouco a pouco, os modos de produção e os discursos pelos quais os jornais da capital se autorreferenciam começam a mudar⁸⁹, assim como as dimensões do público por eles ambicionadas. Responsáveis por um dos periódicos mais bem-sucedidos em suas estratégias de alastramento do público, os fundadores de *A Gazeta de Notícias*, Ferreira Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes inauguraram na cidade “[...] o sistema de venda avulsa, através de pequenos jornaleiros, que passam a gritar por todos os cantos os nomes dos

⁸⁷ *Gazeta de Notícias*, 22/07/1904, ed. 204, p. 3.

⁸⁸ Segundo Marialva Barbosa, a possibilidade e compor o texto nas linotipos, que são introduzidas nos jornais cariocas a partir de 1892, traz profundas alterações no cotidiano profissional dos antigos compositores tipógrafos, que são gradativamente substituídos pelo novo profissional gráfico: o linotipista. Assim, “[...] os periódicos mais importantes da cidade implantam outros artefatos tecnológicos que mudam significativamente a maneira como se produzem jornais: máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito, métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores (Barbosa, 2007, p. 21-22).

⁸⁹ De acordo com Barbosa 2007, nesse período o jornalismo carioca dá os primeiros passos na sua projeção como lugar da informação atual e objetiva: “Constrói-se, pois, paulatinamente a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual. Se o telégrafo torna os acontecimentos visíveis, há que informar fatos que ocorrem próximos ao público. A opinião é, assim, gradativamente separada de uma ideia de informação isenta e, neste processo, os novos artefatos tecnológicos desempenham um papel fundamental (Barbosa, 2007, p. 28).

principais diários da cidade” (Barbosa, 2007, p. 27). Vendidos pelas ruas da cidade, os jornais experimentaram modificações em termos de conteúdo e forma, visando se tornarem atrativos para um público mais amplo. Como pontua Leonardo Affonso de Miranda Pereira:

Enquanto as antigas folhas "serviam a partidos políticos" e vendiam-se apenas por assinatura, sem preocupação de alcançar parcelas mais amplas da sociedade, o novo jornal teria na busca de novos leitores sua característica principal. De um lado, inaugurava a distribuição pelas ruas, com vendedores "berrando a notícia" pela cidade "com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca"; de outro, incorporava temas de interesse do público e seções leves destinadas à literatura e ao lazer, que conferiam a seus textos uma leveza já distante do aspecto sisudo dos outros jornais - adotando formas de diagramação e editoração que valorizavam a especialização das colunas, o noticiário sobre temas do interesse do público e a colaboração literária (Pereira, 2016, p. 3).

Como possível atividade a ser realizada inclusive em trânsito, quem sabe até mesmo nos bondes, cujos serviços foram ampliados a partir de meados do XIX, a leitura ia deixando de necessariamente “[...] se restringir ao gabinete de trabalho ou ao escritório doméstico, e ganha as ruas, misturando-se aos ruídos, movimentos e imagens da cidade” (Velloso, 2015, p. 88). A imprensa diversificava-se.

Em trânsito, em cafés ou na privacidade de suas casas, ao que tudo indica, os leitores cariocas interessavam-se também em rir desses tempos progressivamente mais frenéticos. Em *Raízes do Riso*, Elias Thomé Saliba (2002) pontua como a tradição da representação humorística que vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado se fortaleceu e aprofundou, devido ao desenvolvimento da imprensa, a consequente proliferação de revistas ilustradas e do reclame publicitário. Referindo-se aos editoriais dos periódicos humorísticos, Mônica Pimenta Velloso (2015) destaca, em *Modernismo no Rio de Janeiro*, que, de maneira geral, eles visaram impactar o público leitor de forma a obter sua simpatia imediata. Inspiradas no cotidiano, essas publicações proporcionavam jocosamente o acerto de contas com o dia a dia, a atualização e a renovação da linguagem (Velloso, 2015). Por meio da pilhéria, do trocadilho e das caricaturas, esses periódicos apelavam constantemente à ideia de novidade (Velloso, 2015, p. 88).

Importantes instrumentos de comunicação social perante uma modernidade almejada, mas em algumas instâncias temidas, os humorísticos periódicos teriam buscado criar elos identitários com o grande público, seja por tratarem de seus problemas cotidianos, satirizarem figuras impopulares da política ou mesmo por tornarem “risíveis situações de grande tensão social” (Velloso, 2015, p. 90). Sem embargo, a exemplo d’*O Rio Nu*, a virada para o século XX assistiria ao surgimento daqueles que também buscariam forjar vínculos com seus leitores

tematizando seus desejos e fantasias carnavais, em meio a pilhérias maliciosas, sexualmente provocativas.

Segundo Schettini (2020), nos primeiros 15 anos do século XX, uma parte da imprensa ilustrada humorística do Rio de Janeiro teria transitado entre um estilo de humor “satírico” e um “[...] estilo reconhecido com adjetivos como ‘malicioso’, ‘sugestivos’ e ‘alegre’ (Schettini, 2020, posições no Kindle 223-224). Parte da imprensa cujo surgimento Dino Preti (1984, p. 13), em *A Linguagem Proibida: Um Estudo Sobre A Linguagem Erótica*, relaciona à ampliação das secções cômicas e das caricaturas dos diários e a imitação de revistas obscenas francesas. Porém, não foram apenas os livros obscenos ou mesmo a inspiração de humorísticos europeus que contribuíram para o surgimento de periódicos como *O Rio Nu*. O seu surgimento relaciona-se também, ao apelo entre muitos, da cobertura dos escândalos e prazeres do submundo de um crescente mercado carioca de entretenimento e lazer, “[...] em uma cidade que vivia intensa reorganização da vida material e das relações sociais” (Schettini, 2020, posições no Kindle 485-488).

Em meados do século XIX, já estava em gestação uma maior estruturação do comércio carioca de luxos e de entretenimentos:

[...] é na capital, durante os anos de 1840 e 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses (Schwarcz, 2019, p. 111).

As atividades públicas de convivência e divertimentos, para além apenas das missas, confraternizações familiares e religiosas, estariam sendo ainda mais valorizadas, ou pelo menos era disso que reclamava José de Alencar na coluna “Ao Correr da Pena”, em 1 de outubro de 1854. De acordo o literato naqueles tempos, havia pouco tempo de descanso em função das obrigações sociais impostas pelos novos lazeres:

Se os antigos, que não tinham baile, nem teatros líricos, nem concertos, nem clubes, nem corridas, e que se contentavam com algum sarau de vez em quando, inventaram os dias santos para filarem assim dois dias de descanso, nós, que temos durante a semana todo esse enorme acréscimo de trabalho imposto pela sociedade, nós que já fomos privados dos dias santos, devemos em todo o rigor da justiça lograr mais um dia de descanso, e juntar a terça-feira à segunda, a fim de poder na quinta encerrar o trabalho, com o espírito calmo e o corpo bem disposto (CORREIO Mercantil, ed. 270, 01/10/1854, p. 2).

Viabilizando os compromissos que esgotavam o cansado autor, já no final do Segundo Reinado, a capital assistiria ao incremento gradual de artefatos tecnológicos que permitiram que o lazer pudesse avançar no período noturno (Góis, 2015, p. 45). Além do desenvolvimento da iluminação a gás, com a construção do gasômetro e a instalação de encanamentos em 1853,

em meados do século XIX, os sistemas de transportes também se expandiram. Segundo Feijó e Wagner (2014), o Rio de Janeiro foi uma das primeiras cidades latino-americanas a organizar um serviço de transporte coletivo sobre trilhos de ferro. Iniciado no fim da década de 1860, o serviço de bondes funcionava com tração animal e começou a se consolidar em direção à Zona Sul. Na década seguinte, a partir de 1870, a Estrada de Ferro D. Pedro II passaria a aumentar o número de seus trens suburbanos, visando atender à massa crescente de trabalhadores. Em 1892, inaugura-se “[...] a primeira linha latino-americana de bondes elétricos que fazia o trajeto Largo Carioca-Largo Machado” (Feijó; Wagner, 2014, p. 24).

Na esteira desses avanços dos meios de transportes e na rede de iluminação, ainda que em instâncias distintas para os abastados e os destituídos financeiramente, tais como homens e mulheres, brancos e não-brancos⁹⁰, começava-se a ofertar aos corpos cariocas mais e novas opções de lazer, movimento e diversão. Eram desde práticas esportivas e ginásticas (Melo, 2010; Melo, 2013; Melo, 2015a; Melo, 2015b), até o rodopiar dos bailes que se proliferaram entre as altas classes, mas também dos maxixes das classes populares (Melo, 2014). Havia também os espetáculos nos teatros, nos circos (Marzano, 2010) e nas peças rápidas das casas de Chopp (Feijó; Wagner, 2014). Com a virada para o século XX, havia ainda empreendimentos polivalentes, como as fábricas de cervejas (Melo; Karls, 2018) e os cafés-concertos, que dispunham de vários desses divertimentos, apresentações musicais, circenses e, inclusive, ginásticas. Segundo Andrea Marzano e Victor Andrade de Melo (2010), então, o lazer tornava-se

[...] cada vez mais, uma oportunidade de ganhar dinheiro, dando margem a um número crescente de empreendimentos – teatros, circos, salões de novidades, edições baratas, casas de jogos proibidos e de mulheres de má fama. Assim emergiam histórias de ascensão social e atualizavam-se conflitos em torno do sentido da arte, da literatura, da boa música, dos espetáculos e das diversões (Marzano; Melo, 2010, p. 14).

No período que caracterizaram como de uma “efervescência cultural do final do Século XIX e início do século XX”, Feijó e Wagner (2014, p. 43) postularam que O Rio de Janeiro já concentrava o maior núcleo de vida noturna do país, começando a avançar na noite, na qual “vários teatros funcionavam com programações de variedades”.

O Teatro foi um gênero de diversão que, no período finissecular e primeiras décadas do XX, se transforma e expande, importando modalidades populares que surgiram na Europa e

⁹⁰ Como pontuam Marzano e Melo (2010, p.13-14): “As práticas de lazer podiam ser oportunidades para ostentação do luxo, da riqueza e de um determinado lugar social, reforçando hierarquias. Mas também, não poucas vezes, foram uma afirmação de valores e escolhas dos subalternos, que eventualmente se espalharam por outros segmentos da sociedade, em uma aculturação de baixo para cima que, não se suspendia as hierarquias, parecia ameaçá-las”

que atingiram enorme sucesso na capital do Brasil: “[...] o teatro ligeiro, a opereta, a revista, o *vaudeville*, a mágica, o café cantante, a comédia musical, o cabaré, o *music hall* e o musical” (Carvalho, 2018, p. 72). Para tanto, os empreendimentos do imigrante italiano Paschoal Segreto foram fundamentais. Referido pelo famoso ator Procópio Ferreira como o “papa do teatro brasileiro” (Martins, 2004, p. 139), Paschoal foi proprietário de uma grande fatia do mercado carioca de diversões, no cinema e atribui-se a ele a primeira casa de projeções:

[...] no ramo dos cafés e de cervejaria, seu maior empreendimento foi a *Maison Moderne*, onde reuniu várias formas de empreendimento em um só lugar. O estabelecimento era um parque de diversões, que contava com galeria de tiro ao alvo, roda-gigante, montanha-russa e um pequeno teatro. Foram lá também disputados os célebres torneios de luta greco-romana, além de ser espaço para os apreciadores da bebida. No campo teatral inovou por perceber as possibilidades que o entretenimento poderia oferecer, inclusive para as camadas mais baixas da população, [...] incentivou o teatro ligeiro, além de popularizar o teatro por sessões, podendo assim baixar os preços dos ingressos (Martins, 2004, p. 28-29).

Foi nos arredores da Praça Tiradentes que o “papa do teatro” construiu seu império de diversões (Martins, 2004, p. 23). Lá localizava-se, por exemplo, o seu café-concerto *Maison Moderne*, local para desfrutar de música, dança, comédias leves e exibição de fitas. Na área também estava o Teatro Carlos Gomes, do qual Segreto era proprietário, além do Teatro São Pedro, um dos mais antigos da cidade, do qual era arrendatário (Martins, 2004, p. 26). O empresário italiano soube capitalizar a transformação do centro da cidade. Não por acaso, o centro recreativo carioca se conformou, a partir da década de 1870, no

[...] Largo do Rossio ponto de chegada e partida dos bondes. Quando esse meio de transporte coletivo era movido por tração animal, a lentidão no deslocamento estimulava a população, que saía do trabalho, a permanecer no centro até a hora do espetáculo. Durante esse intervalo, o público procurava locais para comer, beber e conversar. Em consequência, brotavam novos bares, cafés e casa de pasto no entorno. Em pouco tempo tornaram-se ponto de encontro de intelectuais, jornalistas, artistas de teatro, médicos, advogados, políticos, diversos atores sociais que, além de se divertirem coletivamente, discutiam seu tempo, se politizavam (Feijó; Wagner, 2014, p. 28, colchetes e informação neles contidas são nossas).⁹¹

A região da praça gradativamente se tornou o ponto de convergência das diversões cariocas, um espaço de lazer e referência da vida boêmia local (Feijó; Wagner, 2014, p. 52). Idealizado por letrados envolvidos com o mundo teatral e que se entretinham por aquelas bandas (Schettini, 2020, posições no Kindle 492-497), *O Rio Nu* relaciona-se intimamente com o cenário de expansão de diversões e lazeres que por lá brotavam, em especial os noturnos e

⁹¹ No século XVII foi fundada a atual praça Tiradentes. Nessa época, a Tiradentes se chamava Rossio Grande, em uma referência ao Largo do Rossio, de Lisboa, em Portugal. Como pode ser observado na citação, durante séculos a praça persistiu sendo referida como Largo do Rossio.

direcionados ao público masculino.⁹² As justaposições entre os frequentadores das diversões efervescentes da vida noturna carioca, os produtores da imprensa humorística e a parcela, sobretudo, masculina do público leitor, inspiraria determinados periódicos a tratarem de assuntos que, em nome da moral e dos bons costumes⁹³, não eram tão centrais em outros periódicos humorísticos.

Um dos mais bem-sucedidos desses empreendimentos, *O Rio Nu*, circulou por 18 anos, consagrando-se o mais longo⁹⁴ exemplar do nicho da imprensa humorística identificada com as diversões referidas como “livres” ou “alegres” (Schettini, 2020, posições no Kindle 142-148). O periódico que se nomeou, por anos, como um “Periódico Bissemanal, Cáustico, Humorístico e Ilustrado”, a partir de 1904, suprimiria o adjetivo cáustico de seu subtítulo. Seu registro humorístico, inicialmente identificado de maneira mais proeminentemente com “a imprensa satírica do século XIX, com seus sentidos de independência e crítica social” (Schettini, 2020, posições no Kindle, 1780- 1792), com o avançar no século XX, se diferenciaria, sobretudo, em função de alguns elementos que se consagraram como sua marca registrada, ou seja, a “centralidade e a constância da temática e de referências sexuais”. (Schettini, 2020, posições no Kindle, 121).

Isto é, em suas páginas, ao humor de duplo sentido que criticava a política e a sociedade, como o faziam outros periódicos, se somavam elaborações sobre os prazeres da carne, assim como sobre os circuitos que os comercializavam na noite carioca, o que o fazia distinto de seus congêneres. Nesse sentido, as diversões disponíveis na Praça Tiradentes e suas redondezas teriam sido

[...] emblemáticas das interações entre sociabilidade masculina, vida noturna e imprensa ilustrada que se intensificaram nos anos que se seguiram ao fim da escravidão. Dali surgiram alguns temas recorrentes e fontes de inspiração da

⁹² Apesar da ampliação dos circuitos de lazer e entretenimento, circular a noite poderia impactar negativamente a imagem de mulheres, sobretudo desacompanhadas. O que não significa em absoluto que esses estabelecimentos noturnos não tenham contado com a presença de corpos assim generificados, além do lazer, muitas trabalhadoras do sexo ou mesmo cantoras e atrizes de teatros tinham na noite carioca os seus meios de autonomia financeira e ascensão social. Todavia, aquelas que não eram empregadas nas diversões noturnas, caso fossem ciosas de manter o seu reconhecimento social de não-prostituídas segundo os padrões apregoados entre à elite da época, muito provavelmente, não frequentariam esses locais sem causar escândalo. Segundo pontua Esteves (1989, p. 52) médicos, juristas e pensadores sociais defendiam que “O ser prostituída envolvia então não só ter muitas relações sexuais, mas ter determinados comportamentos (como andar só, fantasiar-se e sair à noite) e até pensamentos (intenção de não voltar para dormir)”.

⁹³ Cabe a observação, no entanto, que mesmo periódicos que não se especializavam em cobrir os acontecimentos da vida noturna, ocasionalmente também podiam tensionar os limites do moralmente aceitável. A revista ilustrada *O Malho*, por exemplo, foi acusada de pornografia inclusive pelo *O Rio Nu*, por dispor de caricaturas representando dois homens buscando se relacionar sexualmente, algo que não cabia a uma folha que se propunha para toda família, conforme os editores d’*O Rio Nu*.

⁹⁴ Segundo Schettini (2020, Posições do Kindle 147-148), outros congêneres d’*O Rio Nu* tiveram existências breves, não ultrapassando as marcas de dois ou três anos.

imprensa ilustrada de humor sexual. Uma delas é o carnaval, e de modo mais específico a imprensa carnavalesca que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, especialmente a partir de 1870, associada aos homens que participavam das Grandes Sociedades, agremiações de notável popularidade nos carnavais de fins do século XIX. Em segundo lugar, as seções de humor criadas na imprensa diária carioca, em especial “O Filhote”, da Gazeta de Notícias, entre 1895 e 1896, testaram a produção de um humor sexual para um público consumidor mais amplo. Finalmente, as peças que foram encenadas nos palcos dos teatros da praça Tiradentes exibiram personagens, enredos, ditos e versos que se tornavam conhecidos e extravasavam para outros suportes (Schettini, 2020, posições no Kindle 492-497).

Além de tornar visíveis representações de corpos e práticas que feriam ao decoro cristão, a imprensa de humor sexual, de maneira mais ágil e dinâmica que outras modalidades pornográficas, pôde visibilizar os itinerários da obscenidade na noite carioca, promovendo semanal, ou como é caso d’*O Rio Nu*, até mesmo bissemanalmente, o acerto de contas com os seus prazeres e escândalos. Para tanto, *O Rio Nu* utilizava duplos sentidos, metáforas e demais figuras de linguagem nos textos publicados. A sua linguagem era, sobretudo, conotativa, daí sua opção por nunca descrever explicitamente órgãos sexuais. Nas porções textuais do humorístico, seu teor sexualmente apelativo era proposto, sobretudo, por meio de jogos de duplo sentido e figuras de linguagem.

Os arranjos de linguagem sugestiva que cativaram os leitores cariocas. De acordo com a edição de número 112, de 2 de agosto de 1898, *O Rio Nu* teria impresso a expressiva tiragem de 15.000 exemplares. Na mesma edição, um adjetivo foi acrescentado ao já citado subtítulo, e o periódico passa a ser também “ilustrado”.

FIGURA 3: “Cabeçalho d’O Rio Nu”. *O Rio Nu*, ed.112, 02/08/1899, Capa.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1899_00112.pdf

O Rio Nu se orgulhava de depender financeiramente exclusivamente do público e, para alcançá-lo, não ficou de fora da citada tendência das vendas avulsas inaugurada pela *Gazeta de Notícias*, anos antes. Os seus assinantes recebiam as edições no conforto das suas casas, pelos Correios, já compradores ocasionais poderiam adquirir de maneira avulsa em diferentes pontos da cidade. O jornal era exposto em vitrines e portas de estabelecimentos tradicionais de

sociabilidade masculina, como barbearias, casas de jogos de bilhar e junto a engraxates (Schettini, 2020, posição no Kindle 2750). Ainda havia outra possibilidade: caso um leitor ocasional não tivesse um sapato que precisasse lustrar ou não quisesse investir em um novo corte de cabelo, *O Rio Nu* também contava com a comercialização a todos os pulmões nos bondes, de São Cristóvão a Vila Isabel (Schettini, 2020, posição no Kindle 2751).

Em nota publicada em setembro de 1910, há a indicação da impressão de 50 mil exemplares (*O Rio Nu*, ed.1267, 07/09/1910, p. 2). Fato que, de acordo com Peçanha (2013, p. 54), pode ter representado uma estratégia de autopromoção do jornal, visto que no período de 1900 a 1908, mesmo jornais de grande circulação, como o *Jornal do Comércio*, *O Paiz* e o *Correio da Manhã*, publicavam em torno de 20 mil, 15 mil e 30 mil exemplares respectivamente. Outro fator que corrobora tal hipótese é o fato dessa ter sido a primeira edição publicada após a anulação da circular que estipulava a proibição da rua remessa fiscal. Embora tal tiragem possa ter sido inflada pelo seu corpo editorial, “[...] o que se tem certeza é que este jornal circulava e muito, não só pelo Rio de Janeiro” (Peçanha, 2013, p. 55). O que pode ser observado no trecho do informe a seguir.

AGENTES DO “RIO NU”

São nossos agentes, encarregados da venda avulsa, anúncios e assinaturas os srs.

Riant e C. — Bello Horizonte [MG]

Magalhães e C. — Santos [SP]

A. Guimarães — S. Paulo [SP]

Mariano Guarnieri — Ouro Preto [MG]

Gonçalves & Mattel — Campinas [SP]

M. Rosa Teixeira — Lafayette [MG]

Justiano José da Silveira — S. João Nepomuceno [MG]

Bfraim de Almeida — Estação de Figueiras [SP]

João Gomes França — Estação de Sta. Helena [MG]

Luiz Caruia — Estação do Sossego [RJ]

Antonio Fernandes Filho — Abadia de Pintaguy [MG]

Francisco Nerva — Boa Família de Muriaé [MG]

Antonio J. Carvalho Amarante — St. Antônio do Aventureiro [MG]

Antonio Ferreira Mendes — Macuco [RJ]

José H de Mello — Cidade de Oliveira [MG]

Francisco Ribeiro — Estação de Carlos Gomes [SP] (*O Rio Nu*, ed. 33, 26/10/1898, p. 3, informações entre os colchetes nossas).

Publicado em 26 de outubro de 1898, poucos meses após o lançamento do seu primeiro número, o excerto publiciza que o humorístico já dispunha de agentes que comercializavam *O Rio Nu* para fora do Estado. Ocasionais informes da inadimplência desses representantes comerciais também podem servir de evidência de que o jornal atingia localidades para além,

até mesmo, da região sudeste⁹⁵. Acusações de plágio de periódicos de outros estados demonstram a crença de seus colaboradores da influência d’*O Rio Nu* na produção periódica de outras regiões do país. O que pode ser observado na acusação publicada em março de 1903, contra o humorístico pernambucano *A Pimenta*. Sob o título “Pega!”, denunciou-se que a folha pernambucana havia plagiado seções inteiras, incluindo as gravuras, motivo pelo qual os redatores do bissemanário carioca pediam “[...] ao colega que seja menos escandaloso e que faça o que nós fazemos com uma dificuldade enorme - Cavações de coisas novas” (*O Rio Nu*, ed. 490, 18/03/1903, p. 6).

Referida como “Cavação de coisas novas”, a inventividade editorial dos realizadores d’*O Rio Nu* pôde ser observada também a partir das mudanças gráficas experimentadas pela folha ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, a assunção do caráter ilustrado referido pela mudança de seu subtítulo ainda em 1899, explicita o investimento de seus responsáveis que, em pouco tempo de existência do jornal, buscaram empregar tecnologias que permitissem a veiculação de imagens, tais como os clichês⁹⁶. Se até 1900, as principais estratégias mercadológicas d’*O Rio Nu* baseavam-se em diferenciar-se de outras publicações em função do seu humor sexualmente irreverente e suas interações com as diversões noturnas cariocas, a partir daí, somar-se-ia o apelo visual de imagens jocosas e picantes. De acordo com Pereira (1997):

O fato de os jornais ilustrados serem mais atrativos provavelmente explicava a razão da distribuição das ilustrações do *Rio Nu* pelas suas páginas: na primeira e na última página apareciam desenhos grandes, representando piadas que eram explicadas em legendas. As duas páginas centrais eram dedicadas a várias pequenas charges e gravuras. Não é por acaso que aquele fosse também o espaço em que mais apareciam os anunciantes, destacando-se a grande quantidade de reclames de medicamentos para doenças venéreas. A importância das ilustrações para venda avulsa era muito grande, além de chamar atenção já indicando o conteúdo do jornal, facilitava a sua compreensão possibilitando a inclusão a quem não lesse as legendas (Pereira, 1997, p. 55-56, grifos da autora).

Investido cada vez mais no apelo sedutor do imagético, *O Rio Nu* anunciaria no expediente da sua edição de número de 220, de 15 de agosto de 1900, as preparações para aumentar as laudas de suas edições:

[...] tendo oito páginas em vez de quatro como até hoje. A primeira e as duas páginas do centro serão ilustradas com boas gravuras, feitas por processos modernos de foto zinco, o mais bem aceito até hoje. Tendo contratado mais

⁹⁵ Além de outras localidades do Sudeste, como as cidades de Ouro Fino (MG) e Barretos (SP), havia referências a municípios de outras regiões do país, como Marcião (AL), Belém do Pará (PA), Fortaleza (CE) e Aracaju (SE) no Nordeste e também Curitiba (PR) no Sul (Pereira, 1997, p. 55-56).

⁹⁶ Placa de metal, geralmente zinco, gravada em relevo, obtida por meio de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, destinada à impressão de imagens e textos em prensa tipográfica.

um colaborador artístico, cujo nome como desenhista todos conhecem e acatam (O Rio Nu, ed.220, 15/08/1900, p. 1).

Esta seria a “Cara Nova” do jornal que pode ser verificada a partir da edição 225, publicada em agosto de 1900 (O Rio Nu, ed. 225, 01/09/1909, p.2). A partir daí, *O Rio Nu* não voltaria a publicar edições de apenas 4 páginas. Dispondo de no mínimo 8, mas ocasionalmente de números especiais com mais de 10 páginas, o humorístico ofertou entretenimento aos seus leitores por meio de uma variedade de seções: “Semana Despida”, “Nua e Crua”, “Semanatographo” (títulos sob os quais, em diferentes períodos, tratou-se do acerto dos acontecimentos recentes), “Cavação”, “Bolsa de Ouro”, “Bichinhos” (sobre o jogo do bicho), “Teatro d’O Rio Nu” (coluna que disponibilizava aos leitores canções e monólogos), “Rua do Ouvidor” e “Capadoçagens” (ambas vinculando as aventuras de malandros estetizados com trejeitos populares, protagonizadas, respectivamente, pelos personagens Vagabundo e o Capadócio Maluco), “Folhetim” (espaço no qual dispunha-se de narrativas folhetinescas seriadas), “Mote a Concurso” e “Concurso de Respostas” (seções que recebiam a colaboração de leitores, muitas vezes em torneios valendo prêmios), “Bastidores”, “Gambiarra” (cada uma, em sua época, dedicada às fofocas sobre Teatro), “Carteiras do Perú”, “Nas zonas” (seções em que se concentravam os comentários sobre as prostitutas, seus clientes e as indiscrições do comércio sexual carioca), “Caixinhas de Estalos” (na qual respondia-se correspondências e colaborações de leitores), etc.

Por meio desta ampla gama de seções, os articulistas d’*O Rio Nu* buscaram satisfazer as expectativas de entretenimento dos seus leitores. Público referido como “generoso” no já citado expediente publicado em 1900:

Assim procedendo O Rio Nú não poupa esforços nem sacrifício para dotar essa cidade com um jornal na altura: caustico, humorístico, bem-feito, um bocadinho atrevidote, correspondendo assim a expectativa do público, - desse mesmo público generoso que até hoje o tem amparado com a sua confiança, d’essa mocidade, que o lê e que o aplaude. Tem sido a olhos visto o progresso da folha - é justo que ela pouco a pouco vá fazendo alguma coisinha mais, melhorando d’aqui, enxertando um pouco de literatura acolá! E O Rio Nú sabe que isso lhe será compensado (O Rio Nu, ed.220, 15/08/1900, p. 1).

Apesar de anunciar o investimento em seu aprimoramento editorial de maneira otimista, associando tais avanços com o aplacamento de expectativas do mercado, vem observar que, no mesmo expediente, seria reiterada a contínua negociação dos limites de suas troças e malícias perante seus leitores:

Com a nova orientação o jornal será puramente humorístico, levemente cáustico, inocente quase... A experiência já tem demonstrado que se não deve ir com muita sede ao pote; e é natural que se vá cuidando um pouco de procurar as fraldas. Isso não quer dizer que O Rio Nú prometa ir confessar-se ou jejuar... ah! Não! Mas será de um doce humorístico, cáustico, com uma

pontinha de atrevimento para adoçar sem ofender nunca a moral e lido sempre pelas pessoas de bom gosto! (*O Rio Nu*, ed.220, 15/08/1900, p.1).

Como indicado pelos artigos comemorativos analisados no início do capítulo, os intentos em manter, de 1900 para frente, o seu atrevimento doce e inofensivo a moral, não foram tão bem-sucedidos aos olhos de certos setores da sociedade carioca. Neste sentido, é significativo que justo no expediente em que se anunciava o aumento de suas páginas e um ainda maior incremento imagético de suas futuras edições, *O Rio Nu* tenha feito uma espécie de *mea-culpa*, com promessas de moderação. Afinal, desde 1899, apesar de trazer em seu subtítulo o adjetivo ilustrado, foi partir de 1900 que o bissemanário passou a ofertar, em maior grau, elementos visuais ampliadores do seu alcance e apelo comercial diante do olhar público carioca (mas não somente deste, como indicado por suas listas de agentes fora do estado).

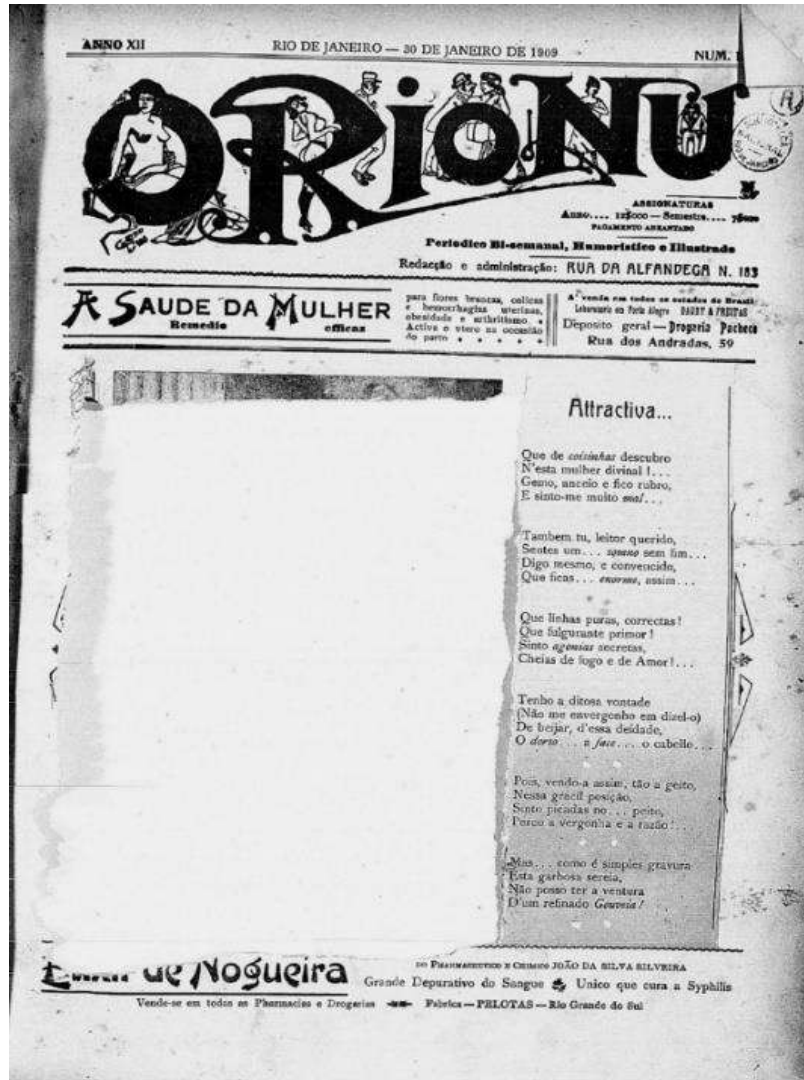
Decorrente de investimentos constantes em recursos técnicos voltados à produção e reprodução de imagens, *O Rio Nu* pôde deleitar com mais frequência seus compradores com caricaturas, ilustrações em preto e branco, ocasionalmente gravuras coloridas e, em poucos anos, até mesmo fotografias de nus artísticos. Esse esforço em ampliar o apelo visual do periódico era especialmente significativo em um contexto marcado por altos índices de analfabetismo. O uso estratégico de fotografias, ilustrações e uma diagramação atrativa podia transformar o impresso em um objeto de desejo mesmo para quem não sabia ler, ampliando, assim, seu potencial de circulação e recepção junto a um público diversificado.

Prova disso é que, ainda que tais imagens tenham sido, majoritariamente⁹⁷, veiculadas em diálogo com pequenas porções textuais que lhes acresciam sentidos – inserindo-as em narrativas de humor conotativo e/ou apelo voyeurístico –, tais arranjos de significados podem não ter sido tão imprescindíveis para todos aqueles que adquiriam o periódico. É possível conjecturar inclusive, que para alguns, as imagens fossem tão chamativas, que os versos que as acompanhavam ficavam em segundo plano. Nos exemplares que vemos nas Figuras 3 e 4, a seguir, disponíveis no sítio eletrônico da Hemeroteca, as imagens das capas das edições 1102 e 1112 foram recortadas. Porém, não as rimas e trocadilhos que as acompanhavam. Talvez este

⁹⁷ Há exceções. Como as estampas fotográficas da “Galeria Artística” que não eram acompanhadas de textos com que dialogassem na construção de uma narrativa que lhes investissem de sentido dentro de uma narrativa. O que pode estar relacionado com o fato de que “Galeria Artística” não parece ter sido uma sessão propriamente dita, mas um suplemento disponibilizado em algumas edições e que inclusive poderia ser removido delas sem sequer alterar sua paginação, pois não era numerado. Junto às fotografias da Galeria, constava somente o número e a série da estampa, muito provavelmente para que o leitor pudesse, de modo prático, organizar sua coleção ou mesmo comprar os exemplares d’*Rio Nu* que vinham com as estampas que lhe faltava. Sustentando tal hipótese, verificam-se anúncios em que o periódico afirmava disponíveis na sua redação todas as edições que continham essas estampas para que aqueles interessados pudessem adquiri-las e completar a sua coleção.

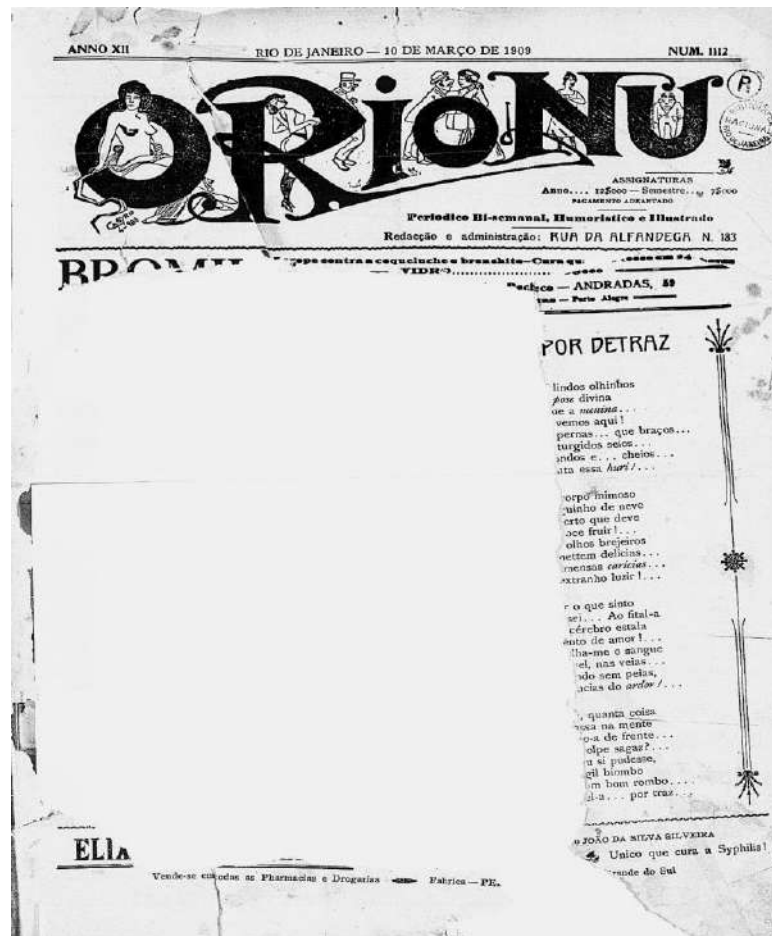
tenha sido o ato de alguém que colecionava este tipo de imagens para deleite pessoal e que dentre todas as gravuras provocativas disponíveis nesses números, escolheu as das capas:

FIGURA 4: “Capa com imagem recortada”. O Rio Nu, ed. 1102, 30/01/1909, Capa.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1909_01102.pdf

FIGURA 5 : “Outra capa com imagem recortada”. O Rio Nu, ed. 1112, 10/03/1909, Capa.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1909_01112.pdf

Parcelas do seu conteúdo, cujo apelo podia mais facilmente extrapolar as continências de visibilidade impostas pelo não-letramento, as imagens veiculadas pelo *O Rio Nu* potencializavam a afetação causada pelo periódico, mesmo entre os corpos daqueles destituídos da habilidade de decodificar o escrito. Afetações perniciosas, causadoras de males sociais incalculáveis, ou pelo menos isso era o que alegava Oliveira e Silva, colaborador da seção *Rabiscos d'A Gazeta de Notícias* e que, em 1904, consternava-se diante de uma suposta proliferante imprensa pornográfica.

Rabiscos

Prolifera a imprensa pornográfica. Isso é deveras uma calamidade. Até onde iremos parar, com essa liberdade que se deixa a periódicos, cuja ação deletéria é a mais perniciosa possível? Dirão que só os lê quem quer: essa razão não prevalece. Nós todos somos fatalmente atraídos para o mal, o menor incentivo, a mais leve provocação, o mais ligeiro estímulo despertam-nos sensações baixas que temos o dever de reprimir e regular. Se assim não fosse, essa imprensa a que me refiro não poderia viver. É da exploração dessa parte vegetativa, ínfima torpe de nossa animosidade que se alimentam as publicações obscenas [...] vão se quebrando pouco a pouco os diques que

contém as ondas devastadoras da libertinagem e da crápula (Gazeta de Notícias, ed. 204, 22/07/1904, p. 3).

Diante da menção da animosidade despertada pelas “licenças de linguagem” e a “audácia das gravuras” das publicações obscenas, vêm a propósito algumas considerações de Jeffrey Weeks (2000). No seu ensaio "Corpo e a Sexualidade", o historiador britânico indica que no período finissecular questões relativas ao comportamento sexual tornaram-se uma preocupação generalizada de especialistas da medicina e de profissionais e reformadores morais (Weeks, 2000, p.25). O tema teria, inclusive, ganhado a sua própria disciplina: a sexologia, que em seus primórdios foi marcada pela ênfase no sexo como algo instintivo, uma expressão de “necessidades fundamentais do corpo” (Weeks, 2000, p. 26). Para Weeks, isto refletia “uma preocupação pós-darwiniana do final do século XIX, em explicar todos os fenômenos humanos em termos de forças identificáveis, internas, biológicas” (Weeks, 2000, p. 26-27).

Localmente, a preocupação com os corpos, sua constituição biológica e sua possível degeneração integrou debates muito caros sobre o futuro do país. Desde pelo menos 1870, pautando-se em um "ideário cientificista difuso" (Schwarcz, 1993, p. 34), os nossos homens da ciência buscaram mensurar a viabilidade do Brasil, uma nação racialmente heterogênea e, precisamente por isso, condenada pelos critérios racistas de teóricos do além-mar como Thomas Buckle, Louis Agassiz e o Conde Joseph Arthur de Gobineau, entre outros (Schwarcz, 1993). Os esforços por projetar um futuro ao povo brasileiro que o incluísse em um *continuum* linear de progressiva evolução rumo à falaciosa civilização do homem branco europeu, acresceram novas camadas aos receios moralistas relativos à sexualidade.

A partir da ênfase do instinto/desejo como natural, portanto possivelmente primitivo e incivilizado, “[...] compreende-se porque, no contexto histórico em análise, a esfera da sexualidade passou a ser vista com crescente temor” (Miskolci, 2012, p. 43). Para muitos defensores da regulação dos instintos sexuais, o que estava em jogo era o próprio futuro do povo Brasileiro. Não por acaso, figuras como Oliveira e Silva alertavam sobre os efeitos da pornografia periódica nos mais jovens:

O moço inexperiente, mesmo a menina incauta, habitua-se a considerar a licença de linguagem, a audácia das gravuras, a insistência em só se reproduzir o nú, sob todas as suas formas, como a cousa mais natural do mundo. Ele adquire o péssimo costume de pronunciar toda a sorte de imoralidades, perde o respeito as coisas mais santas, desde a honra das famílias até o nome de Deus, cínico não há miséria que o faça recuar; ela perde o hábito de corar, perde, portanto, o que a mulher possui de mais delicado, que é o seu pudor. A sociedade vai pouco a pouco se relaxando, sob a continuidade de semelhantes atentados a moral, os bons costumes vão cedendo o lugar a toda sorte de licenças e quando as coisas chegam a tais extremos não

se precisa ser profeta para anunciar a liquidação de um povo (Gazeta de Notícias, ed. 204, 22/07/1904, p. 3).

Oliveira e Silva, que em questão de dois anos seria orador na 54ª conferência do Círculo Católico, organização presidida pelo então deputado Joaquim Ignácio Tosta (O SÉCULO, ed. 69, 07/11/1906, p. 2), já bradava, em 1904, por uma maior mobilização contra a pornografia periódica. Preocupado com o fim do povo brasileiro, o jornalista clamava entre os seus pares da imprensa diária,

[...] a tarefa de mostrar os males incalculáveis que resultam da propagação da imprensa pornográfica, a ela incumbe a generosa empresa de tolher os movimentos a essa chuva de periódicos maus, cujo único é fazer dinheiro, desapareça embora da face da terra o último vislumbre de vergonha.

A publicidade tem um limite imposto pela mesma vida de sociedade que não pode existir, sem determinadas condições de moralidade. A imprensa pornográfica ataca exatamente essas condições essenciais a vida social, destruindo o respeito, aniquilando o decoro, atentando contra o pudor.

Creio que não é preciso muita penetração para se perceber a verdade de tudo quanto avanço, e por isso concluo que os grandes diários têm o dever iniludível de abrir uma campanha generosa contra essa parte do jornalismo que vive da audácia com que traz a público aquilo que todo mundo que tem vergonha procura ocultar por todos os meios imagináveis (Gazeta de Notícias, ed. 204, 22/07/1904, p. 3).

Embora não cite os títulos daqueles que concebia como periódicos da imprensa pornográfica – possivelmente, pois também temesse lhes fazer propaganda, como Alter, Oliveira e Silva –, não seria um despropósito presumir que *O Rio Nu* integrasse sua lista. Afinal, apenas dois dias antes da publicação da súplica de Oliveira e Silva por uma grande campanha da imprensa diária contra as publicações obscenas, o bissemanário havia veiculado em sua capa a representação de uma mulher (Figura 6), que exibia ao olhar público atributos físicos e comportamentais que certamente o jornalista categorizaria dignos de “vergonha”, devendo ser ocultados por todos “os meios imagináveis”.

FIGURA 6: “Definição”. O Rio Nu. ed. 630, 20/07/1904, Capa.⁹⁸

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1904_00630.pdf

De postura lânguida, mas com o ventre inchado pelos primeiros meses de uma gravidez, a mulher no ponto focal da capa não parece envergonhada pela extensão de pele exposta na presença de uma figura masculina (Figura 6). É possível, inclusive, inferir a codificação visual de certa intimidade entre ambos. O homem, representado apoiado na cabeceira da cama, fuma, fitando os seios descobertos pelas alças caídas da camisola da grávida (Figura 6). A futura

⁹⁸ Legenda da Imagem: “— Mas afinal, como é que você compreende o amor? / — Muito simplesmente. O amor é uma árvore na qual as flores são para a mulher, os frutos, mesmo proibidos para o amante e os galhos para o marido.”

mamãe, por sua vez, não parece incomodada em ser observada com as aréolas escapando o decote. Pelo contrário, seus olhos semicerrados e seu discreto sorriso de canto de boca, comunicam relaxamento, possivelmente até gozo (Figura 6).

Representação de irreverência peculiar considerando que, de acordo com Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014), em *A História da Beleza no Brasil*, no início do século:

[...] a gravidez exigia não apenas alguns cuidados especiais, mas sobretudo uma boa dose de recato, como se sabe nem todas as épocas e culturas consideraram a gravidez algo belo digno de exposição. A tendência a associar a beleza feminina à função materna ganhou um novo alento a partir da década de 1920, mas a barriga da grávida ainda não era uma imagem valorizada. A mulher naquele estado mais tarde dito “interessante” deveria primar pela discrição. Os conselheiros preferiam associar a beleza da maternidade ao período posterior ao nascimento do filho e não aos 9 meses de espera (Sant’Anna, 2014, p. 41).

Na capa d’*O Rio Nu* estava exposta, não somente a representação de uma mulher durante os nove meses de gravidez, mas de uma nada recatada, aliás, bastante erotizada, ilustração de alguém naquele “interessante” estado. A legenda da imagem (figura 6) também contribuiu para representação impudica da futura mamãe. Em um breve diálogo lá disposto, o amor é definido como “[...] uma árvore na qual as flores são para a mulher, os frutos, mesmo proibidos, para o amante e os galhos para o marido” (*O Rio Nu*, ed. 630, 20/07/1904, p. 1). Desqualificando o sagrado laço do matrimônio, subentende-se que o fruto se desenvolvendo no ventre da mulher pode ser decorrência de uma indiscrição conjugal. Isto é, a lânguida grávida uma vez subentendida adúltera, e, aparentemente, sem vergonha de sua condição ou mesmo do estado de seus trajes, parece triplamente despida daquilo que Oliveira e Silva referiria como o que de mais delicado uma mulher pode possuir: o pudor.

2.3. Os efeitos da leitura e os perigos da “imprensa despejadamente licenciosa”⁹⁹

Utilizando-se do mecanismo de busca por termo na plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, pesquisou-se por diferentes grafias do termo “pornografia”, tal como “pornographia” e seus correlatos como “pornographico”, “Pornographica” e “pornographicamente”, nos números d’*O Rio Nu* lá digitalizados por iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional. A citada busca resultou em 50 ocorrências, 39 relativas ao termo pornographia, 10 a pornographico e 1 à pornographica. Uma análise dos usos desses termos revela aspectos peculiares da relação do periódico com tal etiqueta sociocultural. Nas páginas do bissemanário, tais termos não foram

⁹⁹ Gazeta de Notícias, 07/02/1910, ed. 38, ano XXXVI, p.4.

usados para referir ao *O Rio Nu* nem ao seu conteúdo. Majoritariamente, os citados vocábulos foram empregados em esforços do humorístico de se dissociar da categoria pornografia ou em usos depreciativos.

As primeiras duas ocorrências de “pornografia” e a única de “pornográfica”, datam de 17 de junho de 1903, na coluna “A Vida no Rio” que, na ocasião, comentava a estreia de uma companhia francesa no Teatro São Pedro. Supostamente tendo atraído muita atenção do público por suas origens francófonas, o espetáculo decepcionou o autor da coluna, que desqualificou a peça em questão como “[...] uma comédia obscena, pornográfica e porca capaz de fazer corar um preto! [sic]” (*O Rio Nu*, ed.519, 17/06/1903, p.2). De acordo com a coluna, uma das atrizes da companhia, a “quinquagenária” Blanche d’Orage, teria cantado no intervalo do 2º para o 3º ato umas canções “com pornografia”, “dignas de Café Cantante da rua Lavradio, aonde não vão famílias” (*O Rio Nu*, ed.519, 17/06/1903, p.2). Criticou-se, também a presença de mulheres na plateia, algo que não ocorreria nem em Paris. “cidade justamente que nos exporta a pornografia dramática” (*O Rio Nu*, ed.519, 17/06/1903, p.2).

Assinando como X, o autor da coluna chegou a reconhecer a possível incoerência de seu arroubo moralista, considerando o periódico para que escrevia. Sem embargo, X o justificaria diante da falha da “imprensa séria”:

Não estou pregando moral, nem o lugar de fazê-lo seria num periódico alegre, brejeiro e irreverente como *O Rio Nu*; mas pesa me, como brasileiro, que esses empresários gananciosos e artistas audaciosos sejam os primeiros a rir da patetice e da ingenuidade das nossas famílias. É de lastimar também que parte da imprensa que se diz honesta e séria, por causa de um simples anúncio de 10 ou 20\$000 iluda o público ou pelo menos não tenha coragem de dizer aos seus leitores que aquilo é espetáculo só para homens. X. (*O Rio Nu*, ed.519, 17/06/1903, p.2).

Isto é, apesar de reconhecer certa incongruência em questionar a apresentação de um espetáculo obsceno nas páginas de um jornal alegre, X ainda lastima a visibilidade de que teria gozado o malfadado espetáculo devido ao seu suposto teor inapropriado para as famílias. Subentendidos na crítica teatral em questão, percebe-se, concomitantemente, o reconhecimento do seu colaborador da afiliação d’*O Rio Nu* a uma vertente periódica desafiadora da moral, mas também o rechaço à pornografia que, no texto, figura depreciativamente associada à obscenidade. O que, por sua vez, é ilustrativo da concepção de uma espécie de espectro de gradações entre o moralmente aceito e o pornográfico, a partir do qual o corpo editorial d’*O Rio Nu* tentou qualificar e negociar a sua existência. Estratégia que, por sua vez, reverberava uma hierarquia de modos de visibilizar as práticas sexuais e os corpos, percebendo as mais eminentemente explícitas como mais baixas e vulgares.

Em uma portaria repetida em suas primeiras edições, seus idealizadores apelavam que: “Àquelas pessoas que nos distinguem com sua colaboração fazemos nota outra vez que só nos serve o que tiver malícia sem obscenidade” (O Rio Nu, ed. 33, 20/10/1898, p. 4). Para o corpo editorial, o caráter obsceno não decorria, necessariamente da opção pelas temáticas sexuais, desde que tais temáticas fossem tratadas de modo malicioso, o que, em grande parte, significou o uso de uma linguagem de duplo sentido. Ainda que os produtores d’*O Rio Nu* tenham ambicionado dispor na publicação conteúdos com um caráter malicioso, as diretrizes que asseguravam tal enquadramento podem não ter sempre transparecido claramente. Um exemplo disto é o soneto de A. M. Sadino, que foi rechaçado para publicação na sessão “Caixinha de Estalos”, em 1914:

A. M. Sadino - Diz você que é “leitor assíduo” e constante d’O Rio Nu. Pois mentiu, seu aquele, mentiu descaradamente. Você parece até que nunca leu o nosso periódico, senão era impossível que nos enviasse um soneto relismente pornográfico para publicarmos. Humorismo não é indecência e ter graça não é ser imoral e com esta fica você reduzido ao mesmo que o seu lençol do último verso... *espirrado* (O Rio Nu, ed. 1599, 13/06/1914, p. 7).¹⁰⁰

Sadino não foi o único a não conseguir adequar sua escrita aos parâmetros pelos quais *O Rio Nu* buscou propor o seu humor sexual como não pornográfico. Outros esforços pelo contingenciamento da imoralidade dos textos enviados ao bissemanário exprimem tentativas de prevenir o escalamento da sua malícia, de sua brejeirice, para a pornografia. Razão pela qual, em um aviso de 1906, a respeito de um de seus torneios, “Mote a Concurso”, advertiu-se: “Mais uma vez pedimos aos glosadores menos pornografia... se querem ver publicadas suas glosas” (O Rio Nu, ed. 806, 28/03/1906, p. 3).¹⁰¹ Semelhantemente, outras 20 ocorrências do termo também figuraram em rogos de que seus leitores enviassem para os torneios e concursos apenas glosas “sem pornografia”.¹⁰²

Não identificado com as produções voltadas para o consumo da família, o bissemanário buscava se associar a um tipo de modalidade intermediária do moralmente desafiador, autorreferida como brejeira, maliciosa, mas não pornográfica. Para tanto, o humor d’*O Rio Nu* recorreu, textualmente, a duplos sentidos e figuras de linguagem de maneira a visibilizar o potencialmente imoral, mas, ao mesmo tempo, não o fazer. Uma espécie de jogo de sombras,

¹⁰⁰ O termo “relismente” é um neologismo oriundo da palavra “reles”, adjetivo que quer dizer “sem valor, ordinário”, “simples”. Ou seja, o soneto é referido “relismente” pornográfico no sentido de “ordinariamente” “simplesmente” pornográfico.

¹⁰¹ Algumas sessões d’*O Rio Nu* propunham concursos para os quais leitores podiam submeter textos. Alguns desses torneios até valiam prêmios, mas no geral, as melhores colaborações, segundo o julgamento do corpo editorial do bissemanário, costumavam ser laureadas somente com a publicação no humorístico.

¹⁰² No jornal chamavam-se glosas os conjuntos de versos que leitor deveria submeter para o Mote a Concurso a partir de uma breve sentença previamente disponibilizada (mote).

no qual deixava os encargos dos seus licenciosos sentidos, aos seus decifradadores, ainda que os objetos projetados fossem, em certos casos, muito mal disfarçadamente fálicos.

Com efeito, se para o corpo editorial d'*O Rio Nu* não lhe cabia dispor do explícito, aos humorísticos não entrincheirados no gênero alegre caberia menos ainda, segundo indica a crítica feita a outro humorístico, na edição de número 552 de 21 de outubro de 1903. Na ocasião *O Rio Nu*, que pouco menos de um ano depois apresentaria em uma de suas capas a imagem de uma grávida adúltera e com seios expostos, repreendeu outro humorístico por jocosamente remeter ao ânus¹⁰³ e, assim sendo, em alguma instância ao sexo anal, em meio a um diálogo sobre parto.

Malhadas

O Malho de sábado último publicou uma anedota em que uma senhora conta a outra as dificuldades do parto de uma terceira:

“— Imagina você a complicação foi tal, dizia uma, que a pobrezinha, teve que pôr a nova alma em pé

— Isto é sistema velho e nada extraordinário, volveu a outra: há muitos anos Colombo pôs um ovo de pé”

Que é isso, colega? Pois você um *jornal para famílias*, sai-se com uma pornografia descabelada assim? (*O Rio Nu*, ed. 552, 21/10/1903, p. 2).

Essa não foi a primeira vez que *O Malho* foi repreendido nas páginas d'*O Rio Nu*. Alguns meses antes, a revista ilustrada já havia sido acusada pelo bissemanário de “querer enveredar por outro caminho”:

O Malho de sábado último trouxe uma gravura que representava um velhote conversando com um pequeno todo catita, todo apertadinho, com ares de sinhazinha (dos tais do largo do Rócio) e com este texto: “Mas que calor tem feito! Não há cajuada, nem refrescos que cheguem... seu comendador! Calcule que todas as noites *levo*... a procura de algum lugar que possa haver fresco.

- O Largo do Rocio não serve?”

Ora seu Malho, você que tem pretensão de jornal sério e que diz que as famílias o lêem, publica inocências como essa? Se fosse n'*O Rio Nu* era pornografia, nO Malho é humorismo. Quem sabe se o colega está vendo as coisas um tanto ruins e quer enveredar por outro caminho! Não pega... (*O Rio Nu*, ed. 494, 01/04/1903, p. 2).

A crítica se refere à composição “Escabroso” publicada na edição de número 28 d'*O Malho* conforme mostra a Figura 7 a seguir. Nesta está representado “um comendador” sendo abordado por um rapaz visivelmente mais jovem, vestido em um terno justo, aludido na legenda como alguém “que toda noite levava” e mostrava-se ávido por um lugar onde haveria “fresco”. Na época, “Fresco” era uma gíria muito utilizada para designar homens que se relacionavam sexualmente com outros homens.

¹⁰³ O “sistema velho” referia ao sexo tradicional, ou a via pela qual o mesmo era consumado por meio da penetração(vaginal). Por sua vez, dizeres relativos a “sistema novo” ou “sistema moderno”, designavam o ânus, o sexo anal. As implicações de sentidos a partir da associação da prática anal com a modernidade serão exploradas no Capítulo 3.

FIGURA 7: “Escabroso”. O MALHO. ed. 28, 28/03/1903, p.16.¹⁰⁴



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1903_00028.pdf

Rebatizado oficialmente como Praça Tiradentes desde 1890, o citado Largo do Rocio era um ponto privilegiado para os encontros e o comércio sexual entre homens na noite carioca. Inaugurada em 1862, a estátua equestre de Dom Pedro I, que adornava a praça, testemunhou uma mudança no local que passou a desempenhar "uma função diferente, 'menos patriótica', sendo um local para interações homossexuais". (Green, 2000, p. 64). Segundo James Green (2000, p. 64), em *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*, a proporção dos encontros clandestinos ali engendrados era tamanha que, ainda em 1870, a administração da Intendência Municipal escreveria ao presidente preocupado com o que “garotos” e “gente má intencionada” ali faziam escondidos pelas sombras dos seus jardins. Intitulada “Escabroso”, a gravura de Calixto Cordeiro publicada pel’*O Malho* (Figura 7) servia

¹⁰⁴ Legenda da Imagem: “— Mas que calor tem feito! Não há cajuada nem refresco que cheguem...*seu* Comendador! Calcule que todas as noites levo.... à procura de algum lugar em que possar haver fresco. / — O Largo do Rocio não serve?”

para a abjeção daqueles que transgrediam regimes de normatividade sexual nas sombras do “Largo do Rocio”.

Em *Powers of Horror: An Essay on Abjection*, Julia Kristeva (1980) conceitua a abjeção como um processo fundante das fronteiras entre o “eu” e o “outro”, sendo o abjeto “aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Aquilo que não respeita os limites, os lugares, as regras” (Kristeva, 1982, p. 12). De acordo com a pesquisadora não é possível dissociar por completo o tido abjeto daquele que por ele é ameaçado, pois o senso de si e o de adequação à uma ordem depende do reconhecimento de um perigo constante (Kristeva, 1982, p.9).

Judith Butler (2019) aplica tal conceito a partir de sua teoria sobre a matriz heteronormativa. Em *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, a filósofa norte-americana propõe que as normas de inteligibilidade dos sujeitos ocidentais são socialmente instituídas também com base na imposição de uma performática coerência entre sexo/gênero/desejo no âmbito da heteronormatividade (Butler, 2019). Na leitura butleriana, os abjetos também servem como “espectros ameaçadores” (Butler, 2019, p.19) cuja reiterada recusa tem papel constitutivo no próprio reconhecimento social daqueles tidos não-abjetos.

Como vemos mais detidamente no quarto capítulo, *O Rio Nu* não se furtou de representar os “espectros ameaçadores” frequentadores do Largo do Rossio. Nada obstante, a sua repreensão ao colega humorístico indica que, para o corpo editorial do bissemanário, nem mesmo o enquadramento preconceituoso/moralizante da composição veiculada pelo *O Malho* tornava cabível, que um periódico de “pretensões sérias”, mostrasse para um suposto público familiar as práticas sexuais desses corpos ou mesmo seu ponto de encontro, no itinerário dos prazeres da noite carioca. Se o assim quisesse, caberia ao *O Malho* enveredar por outro “caminho”, dissociando-se do consumo das “famílias”. O que, na opinião do alegre *O Rio Nu* poderia limitar a visibilidade da revista. Nesse sentido, sua crítica toca justamente naquilo que Schettini (2020) refere como uma questão fundamental, a

[...] da segmentação de um mercado em expansão para aquele tipo de produto cultural específico: não era só o conteúdo que definia a moralidade do que se publicava, já que o traço cômico e crítico de Calixto aparecia em muitos outros periódicos ilustrados do Rio de Janeiro. O problema era que o lugar em que aparecia também incidia em seus sentidos (Schettini, 2020, Posições no Kindle 1829-1832).

Explicita-se, portanto, que a despeito de seus intentos em se safar da categorização de pornográfico, *O Rio Nu* se consagraria mercadologicamente representativo de um segmento periódico visibilizador de certas instâncias do imoral. E ainda que tenha buscado se promover como uma leitura de bom gosto, veículo de uma licenciosidade de tipo elevado, não grosseira,

mas maliciosa, a gradação concebida por seus responsáveis para o seu potencial imoral não salvaguardaria o bissemanário de acusações de pornografia e obscenidade.

Muito embora a mobilização sexual ofertada pelo *O Rio Nu* não recorresse às descrições explícitas de órgãos genitais – como apelavam alguns dos “quentes” livros que anunciavam à venda na sua redação¹⁰⁵ ou mesmo as coleções de brochuras e álbuns ilustrados produzidos em sua tipografia¹⁰⁶ –, o fato é que o periódico alegre ambicionou a afetação erótica de seus leitores. Muitas das imagens que seus colaboradores dispunham em suas capas, como mostra a Figura 8, versavam textualmente sobre tal afetação, propondo-se como cúmplices do deleite voyeurístico de seu leitor:

¹⁰⁵ *O Rio Nu*, 1899, 26/09/1899, ed. 119, p. 4.

¹⁰⁶ *O Rio Nu*, 02/09/1911, ed. 1360, p. 3.

FIGURA 8: “Sem Dúvida!” O Rio Nu, ed. 1068, 03/10/1908, Capa.¹⁰⁷

ANNO XI RIO DE JANEIRO — 2 DE OUTUBRO DE 1908 NUM. 1068

O RIO NU

ASSIGNATURAS
ANNO.... 12\$000 — SEMESTRE.... 7\$000
PAGAMENTO ADEANTADO

Periodico Bi-semanal, Humorístico e Ilustrado
Redacção e administração, *Rua da Alfandega n. 173*

Boro Boracica
Fomada milagrosa para darlhres, eczemas, empingona, etc.

DEPOSITO GERAL
DROGARIA PACHECO
59, RUA DOS ANDRADAS, 59
Laboratorio em Porto Alegre—DAUDT & FREITAS



SEM DUVIDA!...

Essa pequena que ahí vêz
N'esse *traje* tentador...
E' a linda e galante Ignez
Talhada só para o amor...

E' divina! é sublime!
Possue fogo até mais não...
Seu todo, bem isso exprime
Desde os pés ao *co...* *ração...*

Outra não ha, que, em pericia...
Leval-a vá de vencida
E' de facto uma delicia
Tel-a junto assim despida.

Vestir um corpo tão bello,
Tão bem talhado, é uma asneira:
— E' de metter o martello
Na casa costureira!

Pois, certo o leitor se inflamma
Ao vel-a. E si não desmaia,
Febri!, extatico, exclama:
— Que bello rabo... de saia!

ELIXIR DE NOGUEIRA
DO PHARMACEUTICO E QUIMICO JOÃO DA SILVA SILVEIRA
Grande Depurativo do Sangue & Unico que cura a Syphilis!
Vende-se em todas as Pharmacias e Drogarias — Fabrica — PELOTAS — Rio Grande do Sul

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1908_01068.pdf

Referida nos versos que acompanham a imagem como Ignez, a mulher que de costas exhibia as suas formas é aludida como “talhada para amor” (O Rio Nu, ed. 1068, 03/10/1908).

¹⁰⁷ Legenda da Imagem: “Essa pequena que aí vêz/ Nesse traje tentador.../ É linda e galante Ignez/ Talhada só para o amor.../ É divina! É sublime! / Possui fogo até mais não.../ Seu todo, bem isso exprime/ Desde os pés ao co...ração.../ Outra não há, que em perícia.../ Levá-la vá de vencida/ É de fato uma delícia/ Tê-la junto assim

Segundo o texto, a musa de “Sem dúvida!”, exprimia sua fogueira em seu “todo”, desde os seus pés até o orifício anal, implícito pelas reticências entre o substantivo “co...ração” (*O Rio Nu*, ed. 1068, 03/10/1908). Descrevendo o corpo ali apresentado como tão bem talhado que seria uma asneira vesti-lo, os arranjos de rimas que acompanham a imagem dialogam com um presumido leitor masculino, visando atizar ainda mais o seu desejo diante da impossibilidade de consumir a “delícia”, o que faria caso tivesse aquela mulher “despida” em carne e osso, e não apenas sua reprodução em tinta e papel.

A composição apresentada na Figura 8 é demonstrativa de como, além de abordar as dinâmicas da noite e do comércio dos prazeres e entretenimentos sexuais na capital, *O Rio Nu* também apresentava composições que visavam “inflamar” o corpo do leitor/observador, torná-lo “febril” e “extático” (*O Rio Nu*, ed. 1068, 03/10/1908). Ou seja, com as devidas proporções, ao ofertar conteúdos sexualmente mobilizadores, *O Rio Nu* foi um artigo desse comércio e assim como os mais explícitos romances de homens, obras referidas em seus anúncios como “escaldantes”, o bissemanário também foi acusado de pornográfico em razão dos efeitos atribuídos à sua leitura na moral e nos corpos perigosamente excitáveis do público carioca. Ainda mais acessível que algumas das citadas brochuras, o público podia adquirir números avulsos do bissemanário pelo relativamente módico valor de 100 réis.¹⁰⁸

Não é à toa que os debates relativos à obscenidade e que recorriam também a categoria pornografia ganharam força na arena pública carioca ao passo que a cidade experimentou um maior barateamento e diversificação dos impressos. Hunt (1999, p.13) localiza o surgimento da pornografia como categoria regulamentada na Europa como uma resposta a um gradual processo de “democratização da cultura”. À medida que, no XIX, materiais licenciosos começam a ser tornar mais acessíveis para afetar um público mais amplo e diverso, também se tornou mais latente entre as autoridades o imperativo pelo controle da visibilidade desses materiais. Nas palavras da pesquisadora: “A pornografia começou a aparecer como gênero distinto de representação quando a cultura impressa possibilitou às massas a obtenção de escritos e ilustrações” (Hunt, 1999, p. 13). Todavia, entre essas massas, havia aqueles corpos tidos como especialmente impressionáveis diante de certos produtos e formas de entretenimento.

despida. / Vestir um corpo tão belo, / Tão bem talhado, é uma asneira: — É de meter o martelo/ Na casa costureira! / Pois, certo o leitor se inflama/ Ao vê-la. E se não desmaia, / Febril, estático, exclama:/ — Que belo rabo... de saia!”

¹⁰⁸ Segundo Alessandra El Far (2010, p. 95-96) “Um trabalhador pobre tinha que gastar em média um terço do que ganhava em um dia de serviço para comprar um romance de sucesso”, sendo as brochuras com enredos de menor repercussão que custavam 100 ou 200 réis (EL FAR, 2010, p. 96).

Segundo El Far (2004, p. 185), em resposta à ascensão do romance na Europa e, posteriormente, em outras localidades do globo, vários pensadores teriam atinado o mau exemplo dado pelas heroínas das histórias de ficção, cujas aventuras geralmente incluíam algum nível de transgressão das prescrições do regramento social. Entre pensadores sociais, religiosos, sanitaristas, educadores e até mesmo literatos repercutia-se o temor de que mulheres de carne e osso tivessem acesso às narrativas ficcionais que lhes tornassem desejosas de sensações desafiadoras do recato (El Far, 2004).

Corroborando cientificamente tais temores, tratados e teses médicas do período alertavam sobre os possíveis prejuízos morais e fisiológicos de leituras demasiadamente sensacionais, sobretudo entre as mais jovens. Fabíola Rohden (2004, p. 222), em seu estudo de teses de medicina brasileiras, do século XIX, pontua como a instrução exagerada e a leitura de romances figuravam como possíveis perigos corrompedores da natureza feminina, podendo impedir o perfeito desenvolvimento das moças, “o que se traduzia, sobretudo, na capacidade de ser mãe”. Posicionamento sustentado, por exemplo, pelo Dr. João de Oliveira Fausto que, em 1846, a despeito do caráter então bastante restrito da escolarização feminina¹⁰⁹ afirmava:

[...] maior utilidade tirar dos colégios as moças que têm tocado a puberdade, a fim de exercer sobre elas uma contínua vigilância: deve-se ter todo o cuidado de privá-las de emoções fortes, que resultam das leituras licenciosas, dos romances apaixonados, que são tanto mais funestos, quanto todas as faculdades se acham então dominadas pela necessidade de experimentar o sentimento que estas obras representam de um modo exagerado (Fausto, 1846, p. 18).

Em 1848, em sua tese *Algumas Considerações Médicos Legais sobre o casamento e seus casos de nulidade*, o Dr. Laurindo Marques Attaíde Moncorvo também defendeu a retirada das moças dos colégios quando elas se aproximassem da puberdade, buscando evitar o seu contato com leituras “em que as paixões são representadas no seu mais alto grau de exageração” exaltando a “sua fraca imaginação” (Moncorvo, 1848, p. 6). Segundo o médico, “Se faz preciso, procurar distrações fortes, sociedades agradáveis”, afastando as moças “da solidão como meios capazes de enfraquecer o agulhão da voluptuosidade” (Moncorvo, 1848, p. 6).

Como já apontado em um trabalho anterior (Flores, 2022), registros de observações de viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil, em meados do século XIX, reforçam a hipótese

¹⁰⁹ Mônica Yumi Jinzenji (2011, p. 371) sustenta que a resistência das famílias sob argumentos morais foi um dos fatores que contribui para a desproporção do público feminino nas escolas no século XIX. Segundo a autora, o acesso do público feminino foi permitido nas escolas públicas somente em 1814, tendo as meninas constituído então apenas 8% do total de alunos matriculados, sendo que, no final do século, em 1889, a proporção foi para 35% (JINZENJI, 2011, p. 371). Ver mais em: JINZENJI, Mônica Yumi. *Leitura e escrita femininas no século XIX*. Cadernos Pagu, n. 38, 2012, p. 367-394. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000100013>>. Epub 24 jul. 2012. Acesso em: 22 ago. 2022.

de que a leitura naquele contexto podia ser vista como notadamente perigosa para as mulheres. Charles Expilly, por exemplo, em seu livro *Mulheres e Costumes do Brasil*, de 1863, afirma que vigorava nos lares brasileiros o seguinte provérbio português: “Uma mulher já é bastante instruída, quando lê correntemente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar!” (Expilly, 1935, p. 401). No livro que escreveu junto ao seu marido, *Viagem ao Brasil: 1865-1866*, a naturalista Elizabeth Cabot Agassiz corrobora a percepção de restrições à leitura feminina no país. Visitando uma família, Agassiz (2000, p. 437) teria sido apresentada pelo patriarca ao livro que ele permitia a leitura para sua esposa e as filhas, segundo a norte-americana, “[...] uma espécie de tratado de moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina”.

Diante desses relatos, não é de se surpreender que, no Brasil, o conteúdo tido pornográfico de um livro de finais do XIX rendia-lhe a alcunha de Romance ou Leitura para Homens. Embora a eficácia dessa demarcação seja questionável, afinal não se pode desconsiderar que as leitoras utilizassem de estratégias e astúcia¹¹⁰ (Certeau, 2012) para burlá-la, tal interdição é demonstrativa de um contexto social permeado por temores do acesso daquelas generificadas como mulheres às obras que lhes pudessem despertar sensações licenciosas.

Temia-se então, que tais sentimentos pudessem incitar a degeneração moral dessas moças, que não apenas podiam aprender os mistérios do corpo nas suas páginas, mas também podiam ser tentadas a experimentá-los despudoramente:

O célebre clínico carioca Pires de Almeida, diante do diversificado mercado editorial carioca que se formava no Rio de Janeiro, alertava em um dos seus estudos que as meninas tomavam conhecimento das práticas sexuais através de “leitura de imprudentes romances”. Viveiros de Castro, conhecido professor de direito criminal em Atentados ao Pudor defendia um argumento semelhante. Na sua perspectiva, determinadas obras despertavam nas mulheres “curiosidades terríveis”. Para exemplificar seu pensamento, o jurista justificava a proliferação do lesbianismo nas sociedades modernas por meio do ensaio de descrições imorais contidas em certos livros. [...] O advogado Gilberto Saboia também ressaltava, como Pires de Almeida e Viveiros de Castro, os perigos provenientes da leitura feminina. “Imagine-se” dizia ele “o que não farão as mulheres de cérebro fraco entregando se desordenadamente a leitura de romances de um erotismo perfumado e traiçoeiro?” (El Far, 2004, p. 185-186).

¹¹⁰ Michel de Certeau defende que os sujeitos podem não obedecer às regras de produção e de consumo oficiais. Não limitados ao consumo passivo, puro e simples, mas também consumindo com astúcia os sujeitos podem fabricar formas alternativas de uso, manipulando, ao seu modo, os produtos e as regras, mesmo que de modo invisível e marginal (CERTEAU, 2012, p. 94).

Sem embargo, se tratados médicos e jurídicos propunham às mulheres como perigosamente excitáveis pela leitura, divulgando os seus efeitos perniciosos na frágil constituição feminina, *O Rio Nu* representaria a suposta sugestionabilidade desses corpos para o prazer voyeurístico dos seus leitores (Flores, 2022). Em uma estratégia de autopromoção, o bissemanário não se furtou de representar a excitação que sua leitura podia causar mesmo nos corpos então tidos como mais perniciosamente vulneráveis (Flores, 2022), como é possível ver na Figura 9:

FIGURA 9: “Efeitos da Leitura”. *O Rio Nu*, ed. 989, 28/12/1907, p. 4.¹¹¹



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1907_00989.pdf

Sob o título “Efeitos da Leitura”, veiculou-se a representação de uma seminua moça branca que trazia os braços sobre os ombros de uma figura masculina completamente vestida. A despeito de suas vestes bastante reveladoras, a linguagem corporal da moça em questão não codificava vergonha alguma. Um aparente despudor agravado pela forma como os seus seios escapavam do seu decote. Ainda segundo acresce a legenda da imagem aquela loira beldade de

¹¹¹ Legenda da Imagem: “— Ainda bem que chegaste, meu querido! / — Olá, estavas assim com tantas saudades minhas? Mas ainda não há duas horas que saí daqui... / — Sim ..., mas é que estive lendo *O Rio Nu* e comecei logo a sentir... uma falta de ti!”

seios fartos e quadris bastante avantajados encontrava-se tão receptiva devido às sensações causadas pela leitura d'*O Rio Nu*.

Mas e se o seu querido não chegasse? É possível conjecturar que a protagonista de “efeitos da leitura” talvez recorresse ao então temido prazer da masturbação¹¹², prática representada na composição “Desejo Natural” (Figura 10).

FIGURA 10: “Desejo Natural”. *O Rio Nu*, ed. 555, 31/10/1903, p. 5.¹¹³



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1907_00989.pdf

Esta composição publicada anos antes, em 1903, representa outra jovem branca, loira, também com os seios expostos, e com a sua mão direita entre as pernas, estrategicamente escondida sob um jornal no qual se lê o título do bissemanário (Figura 10). Embora tivesse a mão ocupada, semelhantemente à protagonista de “Efeitos de Leitura” (Figura 9), a bela de

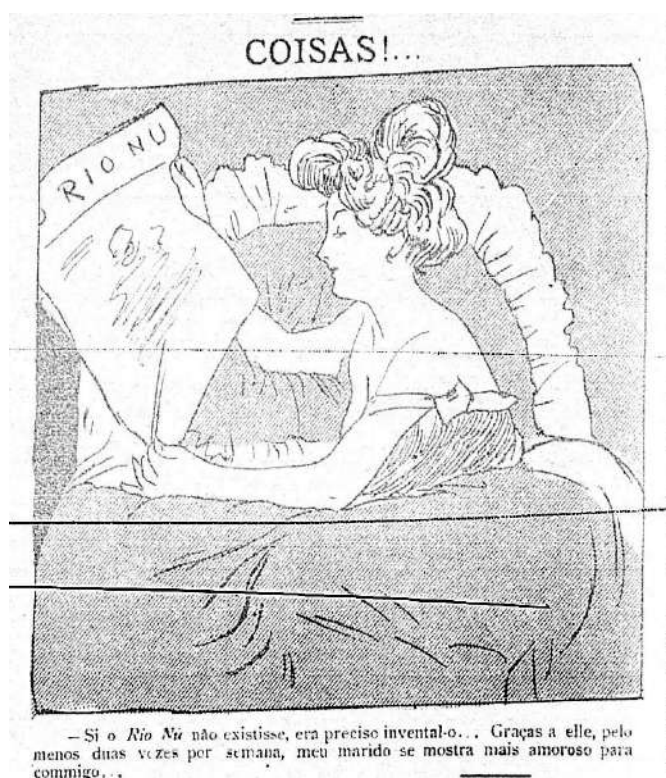
¹¹² De maneira geral, as práticas sexuais orientadas ao prazer venéreo que não tivessem fins eminentemente reprodutivos podiam ser categorizadas pelas ciências médicas como formas de onanismo, um dos mais perniciosos males que poderiam afligir a saúde. Dentre essas práticas, o estímulo clitoriano então figurou em teses médicas como um risco à saúde e à moral, uma prática que podia incitar ao desregramento sexual e, em casos mais extremos, levar inclusive ao óbito prematuro: “Os efeitos do clitorismo são, entre outros, murchar todos os encantos de uma moça, destruindo lhe ao mesmo tempo todos os principais elementos da beleza. E não raro, como final desenlace destes significativos sintomas, a morte lenta põe remate ao clitorismo” (ALMEIDA, 1906, p. 198).

¹¹³ Legenda da Imagem: “— Se, ao acabar esta leitura, chegasse o Alfredo, caia mesmo a sopa no mel”

“Desejo Natural” (Figura 10) que parecia deliciar-se com a leitura, também ansiava por um homem para aplacar sua excitação conforme indica a legenda (Flores, 2021).

Outro elemento em comum nas composições d’*O Rio Nu* são suas representações imagéticas de corpos femininos excitados, jovens e brancos (Flores, 2021, p. 10). Percebe-se, nesse sentido, um padrão representativo, primeiramente observado por Schettini (2011) e, posteriormente, corroborado também pelos trabalhos de Peçanha (2014) e Carvalho (2018): enquanto nos textos do *O Rio Nu* até foram representados corpos não-brancos como objeto de desejo, por sua vez, as suas imagens se limitavam a, de forma geral, veicularam um modelo bastante etarista e embranquecido de desejabilidade feminina (Schettini, 2011). Padrão que podemos observar na imagem da Figura 11:

FIGURA 11: “Coisas!”. *O Rio Nu*, ed. 650, 28/09/1904, p. 4.¹¹⁴



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1904_00650.pdf

Também representada como uma mulher de carnes alvas, a leitora protagonista de “Coisas...!”, não apenas excitava-se com a leitura d’*O Rio Nu*, mas, segundo a legenda, a disponibilidade dessa leitura bissemanal fazia com que, pelo menos duas vezes por semana, o marido fosse mais “amoroso” com ela (Figura 11). Ou seja, servindo até mesmo para reparar

¹¹⁴ Legenda da Imagem: “— Se *O Rio Nu* não existisse, era preciso inventá-lo... Graças a ele, pelo menos duas vezes por semana, meu marido se mostra mais amoroso para comigo”

“casamentos frios, *O Rio Nu* propunha-se como um afrodisíaco poderoso” (Flores, 2021, p.11). Remédio utilizado também pela protagonista de “O Efeito da Leitura” (Flores, 2021), breve ficção publicada em 28 de agosto de 1909, na qual uma bela senhora sexualmente frustrada com a indiferença do marido adquire um exemplar d’*O Rio Nu* e o deixa exposto sobre a mesa para o esposo aprender “[...] a utilidade das mulheres em geral e especialmente daquela que ele tinha ali” (*O Rio Nu*, ed. 1161, 28/08/1909, p. 3).

Representado nas mãos de mulheres, por ele excitadas e/ou que dele se utilizariam para reascender o fogo dos seus parceiros – isto é, tanto como de artifício de gratificação sexual solitária ou de viabilização dessa gratificação com outros –, *O Rio Nu*, assumiu irreverentemente sua intencionalidade provocativa. Essas representações também disponibilizavam para os seus leitores o acesso erotizado às mulheres tomadas por “curiosidades terríveis” que habitavam as advertências relativas ao acesso feminino a materiais licenciosos (Flores, 2021).

Isto é, nas zonas obscenas da produção cultural carioca (Carvalho, 2018), *O Rio Nu* visibilizou, fetichizadas, figuras que demonstravam disposições sexuais, para muitos discursos moralistas e abjetificadores. Algo que não foi particular do bissemanário, pois como observa Cardoso (2020, p. 141) a literatura considerada como pornográfica “[...] explorou amplamente o imaginário de mulheres que se entretinham com leituras obscenas”. Nesse sentido, longe de pretender deslocar as leitoras de sexualidade despudorada do plano da abjeção, a escolha d’*O Rio Nu* em perpetuar tal clichê como estratégia de autopromoção, é reveladora da sensibilidade do seu corpo editorial às fantasias que escapavam as prescrições de sexualidade higiênica. Afinal, é bastante crível que houvesse aqueles que, justamente em função desses discursos normativos, nutrissem suas próprias terríveis curiosidades a respeito das desordeiras leitoras destituídas do hábito de corar.

Em seu tratado sobre o horror Kristeva (1982) associa as respostas corporais a abjeção, em especial à repulsa, a náusea. Todavia, diante da representação de desordeiras leitoras e em interlocução com Gregori (2016) visualizamos que o perigo da abjeção pode também deflagrar o tesão, isto é, seu componente ameaçador pode servir a erotização. Muito embora haja “uma tendência a dissociar o prazer do perigo” (Gregori, 2016, p.36) ambos podem se combinar nos erotismos,

expressando assimetrias de poder relacionadas não apenas a gênero, mas idade, raça, etnia, nacionalidade e classe social. Hierarquias permanecem marcadas pelos mesmos eixos que produzem a desigualdade social, econômica e política (Gregori, 2016, p. 148).

De maneira a dimensionar o perigo que *O Rio Nu* podia representar aos olhos de organizações moralizadoras, inclusive por reverberar a erotização dos perigosos espectros de desordem divulgados por seus discursos, vêm também a propósito pontuar que seus idealizadores não necessariamente almejaram excluir potenciais leitoras. Muito embora a verve criativa do bissemanário tenha privilegiado a interlocução com o público masculino, constantemente referindo seu público em tais termos, *O Rio Nu* comemoraria, em sua segunda edição, o “enorme sucesso” de que gozara entre “Homens, mulheres, velhos, moços, moças, um delírio! Os velhos e as velhas parecem que descobriram nesse jornal cáustico uma espécie de sequardina e não tiveram mãos a medir!” (*O Rio Nu*, ed. 2, 21/05/1898, p. 1).¹¹⁵ Prática que o diferenciava de outros produtores de leituras consideradas obscenas, tais como os dos famosos “Romances para Homens”¹¹⁶. O fato do *O Rio Nu* não necessariamente aderir a tais restrições, apenas acirrava o problema da sua inconveniente visibilidade. Nesse contexto, mesmo as prescrições de outros produtores do obsceno pelo cerceamento do acesso feminino às suas obras, podiam ser consideradas insuficientes entre aqueles preocupados com os malefícios do incremento da pornografia na capital.

2.4. “Não façais distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas”¹¹⁷ – A proibição da remessa postal d’*O Rio Nu*

Em novembro de 1909, uma carta “[...] contra a exibição pública de coisas pornográficas na capital” assinada por várias associações católicas da cidade a convite do Círculo Católico do Rio de Janeiro, foi escrita e endereçada ao então presidente Nilo Peçanha, em nome da causa “da moral e do poder pudor público” (*Gazeta de Notícias*, ed. 38, 07/02/1910, p. 4). Posteriormente publicada na *Gazeta de Notícias*, o documento não poupou críticas, mesmo, às exposições teatrais e fílmicas que não admitiam senhoritas e menores:

Como única satisfação aos brios do povo e à vigilância quase cega das autoridades anuncia-se que a tais espetáculos não serão admitidos menores nem senhoritas parecendo com isso inculcar-se que apenas a pessoa de pouca

¹¹⁵ Flúido testicular extraído de animais e que, em finais do XIX, foi divulgado pela então nascente organoterapia francesa como restaurador a jovialidade, deflagrador de maior disposição e sensação de bem-estar ampliado em homens. Para ver mais sobre a organoterapia no Brasil ler: Lima, Rodrigo Ramos. **Hormônios, clínica e eugenia: a trajetória da organoterapia na endocrinologia brasileira (1893-1948)**, 2021, 387 f. Disponível em: <https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_rodrigo-ramos-lima.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

¹¹⁶ El Far (2004) pontua que anunciar obras sobre alcinhas que aludiam a proibição da leitura feminina, além de servir aos livreiros da época como advertência de conteúdos que podiam deflagrar sentimentos não condizentes com os bons costumes nesse público, também podia se configurar em uma estratégia de venda justamente para atrair a parcela do público interessado em representações desafiadoras do regramento social.

¹¹⁷ *O Século*, 24/03/1910, 1100, p. 1

idade pode prejudicar o desbrío e infâmia de tais exhibições. Entra, porém, nesses antros de perdição o adolescente, em cujo organismo refervem paixões violentas e que assim, tristemente desvairam e viciam; entra um homem do povo, que lá desaprende a pureza do lar doméstico e por malsões apetites é atirado aos gozos ilícitos; entra, finalmente, o estrangeiro, curioso dos nossos costumes e que lá fora irá dizer que no Brasil as escancaradas se pratica o que outras cidades só por abuso e escondidamente se perpetra (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4).

Na perspectiva dos signatários da carta, as restrições a menores e mulheres não seriam suficientes para garantir que a visibilidade do pornográfico não compromettesse, em diferentes instâncias, a própria nação brasileira. Na carta, tentou-se conferir “relevância social” para o problema da pornografia (PEREIRA, 1997, p. 83). Em jogo na sua cruzada moral, propunha-se tanto a imagem do país no cenário internacional, ameaçada pelas más impressões que mostras pornográficas poderiam causar em visitantes estrangeiros, mas também o comprometimento do próprio tipo nacional, cujos tecidos orgânicos figuraram no documento perigosamente vulneráveis aos estímulos deturpadores da pornografia. A apreciação pela pureza do lar familiar – e, implicitamente, o gosto pela domesticidade, pela monogamia e pela parentalidade – figuram como um aprendizado, uma espécie de adestramento, de eficácia ameaçada pela visibilidade de tudo aquilo que escapasse esse ordenamento sexual e, portanto, considerado por esses grupos como corruptivo, imoral e pornográfico). Segundo Miskolci (2012, p.52), o discurso de regeneração e moralidade que ganhou força entre as elites com a troca de regime forjou e divulgou uma

[...] associação entre Estado e masculinidade que coloca à prova a capacidade de autodomínio de nossos homens de elite. Apenas aqueles que provassem seu autocontrole – uma vida regrada pelo casamento e a criação de uma família – poderiam ter reconhecido seu status de verdadeiro cidadão nacional (Miskolci, 2012, p. 53).

Eram investidas de importância teorias sobre a necessidade do controle da hereditariedade humana e, principalmente, sobre suas supostas ameaças (Miskolci, 2012, p. 39). À prática sexual projetava-se um papel decisivo para a reprodução, não somente dos indivíduos, mas do próprio social e, portanto, do futuro da nação (Esteves, 1989, p. 27; Miskolci, 2012, p. 43). Com efeito os signatários da supracitada representação, reivindicavam ao mais alto escalão do executivo que, a exemplo de países “zelosos dos seus bons costumes”, o Brasil proscrevesse tais exhibições “imoralíssimas” deflagradoras em seu público de apetites malsões¹¹⁸, isto é, doentios. Para esses grupos católicos, era, então,

¹¹⁸ Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua definiu-se “Malsão, adj, doentio; convalescente; mal curado. (de mal...+ são) (Figuereido, 1899, p. 81).

[...] de pública notoriedade, Exmo. Sr., o incremento que entre nós, e principalmente nesta cidade, vão se tomando as exibições teatrais e outras congêneres, e bem assim a imprensa despejadamente licenciosa, quer no livro, quer ainda com maior perigo nos semanários e jornais (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, ano XXXVI, p. 4).

Embora o regramento sexual figure um aprendizado que deve ser incutido em corpos propensos às disposições viciosas, semelhantemente a como o homem é considerado enviesado ao pecado nos dogmas cristãos¹¹⁹, os signatários da representação buscaram desvencilhar suas denúncias de atribuições de “rigorismo” e “puritanismo” tentando evitar que seus “preceitos religiosos” tirassem “a razão de ser” dos perigos que tentavam comunicar (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4). Como observou Schettini (Pereira, 1997, p.84) buscou-se dar uma forma laica ao problema, para que não fosse tratado como apenas uma questão religiosa. Não caberia, portanto, a espera pelas punições no além-vida para aqueles que, então, incrementavam a sociedade com pornografia, mas fazer valer a justiça dos homens, a exemplo das sociedades “bem constituídas” onde vigoravam “leis e regulamentos” que zelavam pelos “bons costumes e com justas penas” castigavam “os seus infratores” (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4),

Descabido aqui seria, Exmo. Sr., o desenvolvimento comprobatório de tão intuitivo asserto, mormente quando os signatários dessa representação a encaminham a um concidadão amplamente provido da ciência do direito; e, por isto, não mais farão os ditos signatários do que apenas recordar a disposição de uma lei nossa, em pleno vigor teórico. O Código Penal, promulgado pelo decreto n.847, de 11 de outubro de 1890, e no qual o título VIII se inscreve: Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do “ultraje público ao pudor”. De um artigo único, o de n.282, se compõe o capítulo V, referente aos crimes ultrajosos do pudor, mas na sua brevidade e concisão ele tudo abrange, no tocante às imoralidades contra as quais reclamamos a V. Ex. solicitamos as indispensáveis providencias.

“Ofender – diz o código – os bons costumes com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade:

“Pena – de prisão celular por um a seis meses” (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4).

¹¹⁹A teologia Paulina da Epístola aos Romanos, sexto livro do Novo Testamento, é um importante pano de fundo doutrinário para a comunidade cristã. Em seus escritos, o apóstolo Paulo reflete sobre a disposição do homem ao pecado; “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, visto que todos pecaram” (Rom. 5: 12-12). A carne humana, cuja substância foi herdada de Adão, não seria composta apenas de bondade: “Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto. Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum: pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. [...] De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado” (Rom. 7: 15-25).

Como veremos a seguir, essa não seria a última vez que o citado artigo seria invocado por aqueles empenhados em combater o que era considerado como pornográfico na Primeira República. Segundo Armando Zenon da Silveira (1997, p. 287), o Código Penal republicano, de 1890, teria “englobado” dois artigos contravencionais do Código de 1830 (art. 279 e art. 280) em apenas um (o art. 282), porém, “com feições mais liberais”. Ao fazê-lo, suprimiram-se as menções diretas aos materiais que poderiam conter elementos potencialmente ofensivos ao pudor, tais como os “papéis impressos”, “litografados” e “estampas e pinturas” referenciados no Código do Império.

Assim como seu predecessor, o Código Penal de 1890 não especificou no que exatamente consistia o teor ofensivo de atos, gestos ou exhibições atentatórias ao pudor, bem como se omitiu de vedar explicitamente a comercialização de materiais ofensivos sem exibição pública. Como bem observou Cardoso (2020, p. 228), o enquadramento contravencional de exhibições públicas ofensivas ao pudor do artigo 282 contava com termos centrais de natureza vaga e, juridicamente, pouco precisas, “tais como ‘ofensa’, ‘impudicas’, ‘obscenidade’, ‘bons costumes’, ‘honestidade’, ‘ultraje’ e ‘escândalo’”.

Isto permitia, nas contendas em que tal artigo fosse invocado, o embate de interpretações muito variadas dos citados vocábulos, que podiam ser “[...] percebidos por alguns em determinado lugar, mas não por outros” (Cardoso, 2019, p. 229). Imprecisões das quais era possível tirar proveito, uma vez que determinadas produções podiam não ser consideradas obscenas, mas maliciosas ou brejeiras. Muito provavelmente esta foi a razão pela qual “amorais relativistas” foram criticados pelos signatários católicos da supracitada carta, muito embora eles mesmos não tenham especificado ao que equivalia “o ideal pudor público” de que eram tão ciosos,

Basta, Exmo. Sr. A citação deste artigo de lei, para plenamente se evidenciar que na mente do legislador estava, de acordo, aliás, com os códigos das demais nações cultas, um ideal do “pudor público” que só pode ser desconhecido pelos amorais relativistas, para quem nada existe de fixo, nem pela religião, nem pelas tradições, nem mesmo pelos ditames da razão, ainda quando infelizmente desamparada pela fé (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4).

Na visão ali disposta, qualquer um munido de religião, ciente das tradições ou, até mesmo, de razão desamparada pela fé, sabia do que se tratava o pudor público, cabendo, portanto, às autoridades recorrer ao artigo 282, para frear os avanços daqueles que insistiam em maculá-lo. A despeito da inexistência de normativas que regulamentassem especificamente as publicações obscenas, os cruzados antipornográficos brasileiros viam no Art. 282 do Código

Penal, pretexto suficiente para exigir que o estado coibisse o avanço da imoralidade. Apelavam também que

As leis e regulamentos aduaneiros e postais, mandando inutilizar nas alfândegas e correios as mercadorias, cartões e impressos evidentemente obscenos e imorais, conformam-se com a disposição do código penal, acautelando a população contra os venenos da corrupção e da imoralidade. (Gazeta de Notícias, ed. 38, 07/02/1910, p. 4).

A representação clamorosa do Círculo Católico pela intervenção das autoridades pelo combate à pornografia não ficou sem resposta nas páginas d'*O Rio Nu*. Mais uma vez, implicitamente vestindo uma carapuça que geralmente rechaçava, em 19 de fevereiro de 1910, pouco antes de ter sua remessa postal proibida, *O Rio Nu* publicou um artigo. Renunciando aos seus habituais jogos de duplo sentido, na sua resposta o bissemanário, propôs-se a sair “da sua habitual e costumada linha trocista” e envergar naquele dia “o grave traje das grandes ocasiões”, para assim “falar a sério” (*O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2).

Dito isso, logo no segundo parágrafo da nota intitulada “A sério”, apelou-se ao suposto pertencimento d'*O Rio Nu* a uma vertente despretensiosa da imprensa, afirmando que o periódico teria unicamente

[...] por escopo trocar de tudo, rindo e fazendo rir, sem nos preocuparmos com as magnas questões, em cuja discussão tanto se empenham os nossos colegas sérios quando não nos invadem a seara, fazendo publicar nas suas colunas umas coisas... cuja linguagem não foi ainda considerada “despejadamente licenciosa” ... apesar de todos os pesares (*O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2).

Ao que tudo indica, para os seus redatores o costumeiro “traje trocista” do bissemanário tornava admissível que em suas páginas se expusesse mais pele do que nas de seus colegas sérios. Pesar mesmo, era quando os seus colegas sérios, “invadiam” a “seara” do jornalismo alegre.

Segundo Pereira (1997) observou em sua dissertação, os momentos de boa aceitação d'*O Rio Nu* por parte de seus colegas menos apimentados, em muito deviam à maneira como, reiteradamente, o bissemanário buscou se diferenciar dos jornais com pretensão à seriedade. A costumeira estratégia “de viabilização do seu programa inicial e de garantir um lugar no mercado” (Pereira, 1997, p. 44), em “À Sério” foi novamente mobilizada, dessa vez, almejando minimizar o “perigo” atribuído à licenciosidade periódica pela representação do Círculo Católico. Relativizava-se, assim, a inconveniência de sua visibilidade, afinal, *O Rio Nu* seria integrante de uma imprensa menos importante, despretensiosa, um segmento voltado ao entretenimento, ao riso, e como tal, despido do alcance de que gozavam as folhas que versavam sobre “magnas questões”, essas sim, devedoras de maior cuidado com “coisas” que publicavam.

Ainda segundo os articulistas d’*O Rio Nu*, os periódicos humorísticos alegres não eram os maiores perigos ao ordenamento sexual ambicionado pelos setores moralistas. Muito mais preocupante que a “imprensa presumidamente licenciosa” seriam os “lupanares e casas de tolerância”

Por que razão o círculo católico antes de representar contra a imprensa *presumidamente licenciosa* não lançam as suas vistas com maior rigor para os lupanares e as casas de *tolerância*... que, dia a dia se alastram por essa imensa Capital com o beneplácito da Polícia e onde, sem que para isso tenha concorrido “a licenciosidade dos livros da imprensa” se praticam os maiores escândalos à luz do dia; a honra de muitos maridos é atassalhada vergonhosamente; onde muitas senhoras honestas, com ciência, às vezes, dos próprios maridos, vão rojar pela lama da devassidão os títulos de *virtuosas* e *exemplares* esposas que a sociedade lhes tributa; onde, ainda, são levadas pelas *próprias mães*, pobres raparigas destinadas a servirem de pasto libidinoso a um *endinheirado* qualquer, conseguindo assim, com o negociar infame da carne de sua própria carne, uma subsistência relativamente pouco trabalhosa; e onde, finalmente, costumam ser encontradas em flagrante delito de adultério, mas... ‘*no exercício da sua profissão*’... senhoras portadoras de pergaminhos e nomes respeitáveis? (*O Rio Nu*, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2).

Muito embora *O Rio Nu* recorrentemente dispusesse de ficções tematizando o adultério e a prostituição, também veiculando seções voltadas às fofocas do meretrício carioca, em “A sério” a representação das carnes das trabalhadoras sexuais não servia à bisbilhotice ou ao prazer voyeurístico do leitor, mas ao argumento de que havia males piores na sociedade. Para Pereira (1997, p. 109), essa tentativa de deslocamento de foco seria reveladora da intenção d’*O Rio Nu* de ser reconhecido apenas como um periódico alegre: “[...] aproveitando-se da liberdade de linguagem permitida por causa do seu estilo, o jornal fala do que não se deve dizer para condenar”. Nada obstante, sob o pretexto de condenar humoristicamente aquilo que não se devia dizer, o presente trabalho visualiza a possibilidade de que falar sobre interditos era também uma forma de capitalizar a curiosidade de leitores em relação a tudo aquilo que eles, em nome dos bons costumes, não deveriam experimentar; ou, até mesmo, versar sobre aquilo que eles já experimentavam longe dos holofotes do moralmente aceito. Experiências que muito provavelmente tinham como cenário justamente os espaços depreciados em “A Sério”.

Na tentativa d’*O Rio Nu* rebater as acusações de que deflagraria a degeneração social, seus redatores afirmaram que a imprensa tida licenciosa não concorria para os verdadeiros escândalos, pois esses se davam em espaços físicos da cidade, locais concretos de adoecimento dos tecidos sociais cariocas:

Para isto, sim; para isto devia o ‘Círculo’ lançar as suas vistas, abrindo uma campanha sem tréguas, uma luta titânica, até que se exterminassem essas verdadeiras pústulas que são as casas de tolerância, o cancro que aos poucos vai corroendo grande parte da nossa sociedade, sem que até hoje tenha

aparecido medida eficaz para combatê-lo (O Rio Nu, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2).

Talvez já temerosos da possível execução de regulamentos postais que poderiam impactar sua entrega aos assinantes, o artigo d'*O Rio Nu* criticou a menção na carta do Círculo Católico das normas de inutilização de mercadorias, impressos e cartões obscenos pelas alfândegas e pelos Correios. De acordo com seus redatores, no país já circulava um “sem número de jornais, livros e revistas francesas bastante licenciosos” e que, no mercado local, encontravam “venda extraordinária” (O Rio Nu, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2). Circulação que *O Rio Nu* afirmava ter contado, até então, com o consentimento do “digno Diretor Geral dos Correios e não menos digno presidente do Círculo dos Católicos” (O Rio Nu, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2). Sendo que,

Se do estrangeiro nos podem vir esses impressos, cuja leitura não pode ser facultada a uma menina donzela, não será demais que aqui se façam jornais humorísticos, maliciosos mesmo, mas que não constituindo gênero de primeira necessidade, são apenas adquiridos por quem os quer, como *em toda a parte*, e não tão somente no Brasil, como se infere da ‘Representação’ do “Círculo Católico” (O Rio Nu, ed. 1210, 19/02/1910, p. 2).

Para *O Rio Nu*, a sua humorística malícia não comunicava uma ameaça que justificasse a atenção das autoridades, tal qual clamavam os signatários da representação apresentada a Nilo Peçanha. Arguia-se que a publicação só era adquirida por aqueles que assim o quisessem, havendo espaços e materiais mais, perigosamente, imorais. Contudo, recorrendo justamente aos regulamentos postais, de que *O Rio Nu* acusou o diretor geral dos Correios, Joaquim Ignácio Tosta de não se valer para frear a circulação de periódicos franceses licenciosos no Brasil, três dias depois, em 21 em março de 1910, aquele lançaria uma circular proibindo a sua remessa postal, enquadrando-o como um notório exemplo de publicação obscena.

Avesso as apregoações dos redatores do bissemanário de que seu conteúdo era atrevido, mas sem ofender a moral, a circular de Tosta foi categórica ao classificar *O Rio Nu*, assim como a revista congênere *Sans Dessous*, notavelmente obscenas. O que pode ser observado na transcrição da circular publicada pelo diário vespertino *O Século*, em 24 de março de 1910:

Chamo a vossa atenção para o fiel cumprimento da circular desta Diretoria n. 39, de 28 de abril de 1903, e recomendo-vos que, nos termos do n.5 do art. 5º do regulamento atual, não façais distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos “Rio Nu” e “Sans dessous”, publicados nesta capital e outros semelhantes impressos nos Estados. Tais publicações, quando por descuido ou negligência dos empregados do Correio, chegarem a transitar em qualquer repartição postal devem, logo que forem apreendidas, ser imediatamente inutilizadas, de acordo com o n. 2 do art. 143 do regulamento. O não cumprimento desta ordem por parte de qualquer empregado dará lugar à pena de suspensão instituída no n.9 do art.496, do Regulamento vigente.

Saúde e fraternidade. – O diretor geral, Joaquim Ignácio Tosta (O Século, ed. 1100, 24/03/1910, p. 1).

Em resposta, o número d'O Rio Nu publicado em 30 de março de 1910, trouxe em sua capa uma composição especialmente anticlerical:

FIGURA 12: “Belo Encontro”. O Rio Nu, ed. 1221, 30/03/1910, Capa.¹²⁰



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1910_01221.pdf

Na imagem disposta representa-se um “belo encontro” entre um padre e uma mulher de meia idade que, bem-vestida, traz um vistoso anel de brilhante no dedo indicador da mão

¹²⁰ Legenda da Imagem: “— Então, padre Inácio, que é isso? Deixou a França e veio para o Brasil? / — Que queres, Suzanna? Nós não valemos mais nada na Europa, onde todos já nos conhecem, e então corremos para o o

esquerda. Segundo informa a porção textual da composição, o padre ali representado está carregando uma mala pelo fato de ter acabado de chegar no Brasil. Questionado o motivo do seu regresso aos trópicos, o padre Ignácio justificou à mulher referida como Suzanna que “Nós não valemos mais nada na Europa, onde todos já nos conhecem, e então corremos para o Brasil o *Paraíso dos Padres*. Dizem que aqui a gente passa um vidão: come, bebe e... fuma sem ter dinheiro” (O Rio Nu, ed. 1221, 30/03/1910, p. 1). Afirmação com a qual Suzanna não apenas concorda, mas aproveita para reclamar que muitos colegas do sacerdote frequentavam o seu “colégio” sem deixar no local sequer um vintém (O Rio Nu, ed. 1221, 30/03/1910, p. 1).

O colégio, destacado no texto em itálico, muito provavelmente não se tratava de um estabelecimento onde se ensinava o bê-á-bá ou a tabuada, mas de um prostíbulo. Tal se pressupõe, tendo em vista que a gestora do “colégio” ali representada como Suzana, era o nome artístico da famosa cafetina Tina Tatti¹²¹. Aludindo a uma ilustre figura do meretrício carioca, a resposta anticlerical d’*O Rio Nu* à circular de Tosta, atacava flagrantemente à fé da agremiação que era presidida pelo diretor dos correios. Na capa analisada, representa-se os sacerdotes da Igreja Católica como homens corruptos, que presavam estar no Brasil em virtude do conforto de não arcar com os custos de sua comida, bebida e, mais escandalosamente, sequer das prostitutas com quem quebravam os votos de celibato.

Apesar da acidez dos ataques que a instituição católica sofreu após a proibição postal capitaneada por ela, vem ao caso pontuar que as representações anticlericais não foram inauguradas no bissemanário em função da circular de Tosta. Nas ficções d’*O Rio Nu*, freiras, monges e padres não estiveram imunes à rompantes de luxúria, também entregando-se aos prazeres da carne, seja entre si ou mesmo com membros de seus rebanhos de fiéis. Uma herança temática da literatura libertina europeia.

Tendo por séculos a instituição católica contribuído decisivamente para definir as fronteiras entre o sexualmente “lícito e ilícito” (Carvalho, 2018, p. 24), os escritores libertinos do XVIII, utilizaram-se de representações do celibato corrompido de seus sacerdotes justamente para minar a autoridade exercida pelo Clero no Antigo Regime (DARNTON, 1998, p. 23).

Brasil, o Paraíso dos Padres. Dizem que aqui a gente passa um vidão; come, bebe e... fuma sem ter dinheiro/ — Lá isso é verdade. Quando eu tinha uma colégio na rua Catete, iam lá muitos colegas seus e não deixavam um vintém...”

¹²¹ Segundo Carvalho (2018, p. 321), “Tina Tatti, nome verdadeiro de Suzana Castera, era uma presença constante nas potências pornô-eróticas masculinas. [...] Conhecida desde o Império, pois foi uma das famosas dançarinas do Alcazar, se tornou uma prestigiada cortesã. Seu rendez-vous no Flamengo era frequentado por figurões da política e da intelectualidade da capital do país, formando assim, uma rede de sociabilidade de prestígio, na qual se articulavam política, letras e sexo”.

Em seu capítulo *The Bachelor's Library: Pornographic Books on the Brazil - Europe Circuit in the Late Nineteenth Century*, Leonardo Mendes (2017) pontua como os textos de certos escritores libertinos serviram para macular a Igreja e a organização monárquica do Estado Francês, sendo a representação sexual utilizada para chocar e criticar autoridades:

Apenas no meio do Século XIX é que a pornografia se tornou uma categoria distinta ou um fim em si mesma. Apesar de escreverem livros obscenos, os escritores libertinos viam seu trabalho como comentário político e social. Os libertinos investigaram a sexualidade humana em um momento em que a literatura era o principal veículo para disseminar informações sobre sexo, abrangendo tanto a pornografia quanto a filosofia (Mendes, 2017, p. 90).¹²²

Não obstante as tentativas de coibir a circulação dessas obras, tais escritos difundiram-se, impactando os modos de representação obscena em níveis transnacionais. Como reflete Chartier (1999, p. 7), “os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas e subverter as lições impostas são infinitos”. De maneira que, também aplacando os desejos de leitores por enredos proibidos que lhes permitissem, ainda que no plano ficcional, o acesso aos corpos interditos de padres, monges e freiras, o circuito livreiro que se desenvolveu no século XIX, entre Paris, Lisboa e o Rio de Janeiro (EL FAR, 2004), também serviu para circulação de histórias protagonizadas por representantes do clero católico nada celibatários.

Demonstrativa dessas dinâmicas transnacionais foi a primeira tradução para a língua portuguesa de *Histoire de Dom B... portier des Chartreux*, obra emblemática da literatura francesa pré-revolucionária. Com seu potente anticlericalismo, expresso tanto pelas suas críticas aos dogmas da Igreja, quanto pela representação de uma variedade de atos sexuais envolvendo membros do clero, o livro foi publicado originalmente entre 1740 e 1741 (Darnton, 1998, p. 88). De acordo com Márcia Abreu e Charlotte Gaves (2007, p. 109-125), quase um século depois, em 1842, a primeira tradução/adaptação lusófona do clássico francês teria sido publicada em Lisboa, sob o título *Saturnino, Porteiro dos Frades Bentos*, então assinada por um “Anônimo Brasileiro”.

Anunciada em reclames cariocas do período finissecular como “escaldante” (Mendes, 2017, p.90), as brochuras contendo as aventuras de Saturnino persistiriam ofertadas ao público junto a outros títulos consideravelmente anticlericais, como o fenômeno editorial português Os

¹²² No original: It was not until the mid-nineteenth century that pornography became a distinct category or an end in itself. Despite writing obscene books, the libertine writers saw their work as political and social commentary. The libertines investigated human sexuality at a time when literature was the main vehicle to disseminate information about sex, encompassing both pornography and philosophy (MENDES, 2017, p. 90).

Serões do Convento. Comercialização indicativa da manutenção, naquele contexto, do apelo entre leitores cariocas de narrativas contendo figuras sacerdotais tomadas pela luxúria:

Estes livros pertenciam a uma classe popular de pornografia especializada no insaciável apetite sexual de padres e freiras. Eles divulgavam a visão de uma Igreja imoral e corrupta. Mosteiros eram transformados em cenários de orgias e locais religiosos eram profanados, colocando sob suspeita a legitimidade das hierarquias da Igreja e do pensamento religioso. Ao longo do século XIX, o tema da Igreja corrupta continuou a provocar crítica e a curiosidade pública. O padre sem fé seria um dos personagens paradigmáticos da ficção naturalista, como no pornográfico *O Crime do Padre Amaro*, mas também em *La Faute de l'Abbé Mouret* (1875) de Zola, em *O Missionário* (1888) do escritor brasileiro Inglês de Sousa (1853-1918), e no obscuro romance *Padre Eusébio* (1897), publicado por um tal Antonio Celestino no Rio de Janeiro, que contava "a história eterna de jovens padres ricos" (Mendes, 2017, p. 93, tradução nossa).¹²³

Povoando os enredos de outros impressos obscenos cariocas, *O Rio Nu* também recorreu licenciosamente às representações de figuras ligadas à Igreja para entreter e mobilizar sexualmente seus leitores. Segundo Carvalho (2018, p. 237) remetendo ao imaginário do iluminismo libertino europeu, a produção obscena local frequentemente tematizou transgressões à moralidade católica: “Padres, monges e freiras aparecem tomados por uma volúpia incontrolável, marcando a continuidade de uma tradição pornô-erótica, na pornografia produzida no Brasil no século XIX”. Ainda de acordo com a pesquisadora, a recorrência de tais temas na imprensa alegre do período finissecular expressaria uma defesa de ambições modernizadoras por parte dos seus redatores pela “laicidade sociopolítica” (Carvalho, 2018, p. 329).

Não por acaso, diante da proibição da sua remessa postal, os redatores d’*O Rio Nu* se mostrariam defensores, especialmente fervorosos, do caráter laico do estado. Em um país em que dois meses após a declaração da república extinguiu-se oficialmente o padroado¹²⁴ e se

¹²³ No original: These books belonged to a popular class of pornography that specialised in the insatiable sexual appetite of priests and nuns. They publicised the view of an immoral and corrupt Church. Monasteries were turned into orgy settings and religious sites were desecrated, putting under suspicion the legitimacy of Church hierarchies and religious thought. Throughout the nineteenth century the theme of the corrupt Church continued to invite criticism and public curiosity. The faithless priest would be one of naturalist fiction’s paradigmatic characters, as in the pornographic *O crime do Padre Amaro*, but also in Zola’s *La faute de l’abbé Mouret* (1875), in Brazilian writer Inglês de Sousa’s (1853–1918) *O Missionário* (1888), and in the obscure novel *Padre Eusébio* (1897), published by one Antonio Celestino in Rio de Janeiro, which told “the eternal story of young rich priests” (MENDES, 2017, p. 93).

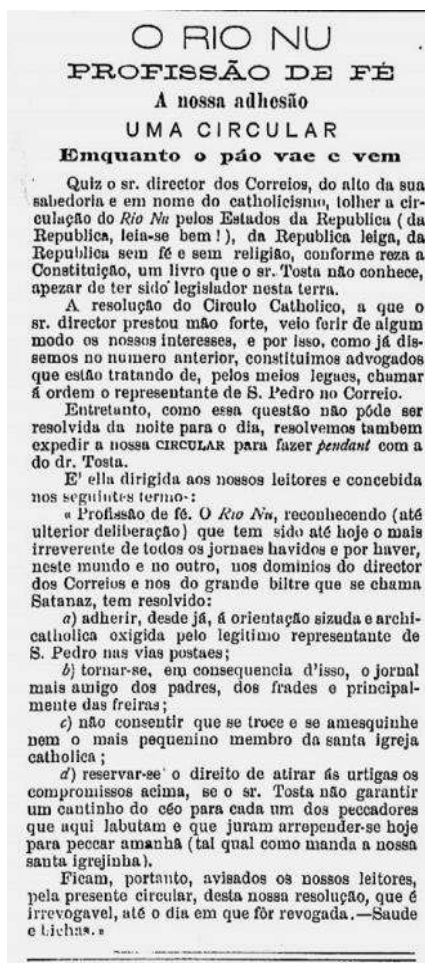
¹²⁴ Durante séculos, a Igreja Católica Romana atuou junto aos empreendimentos coloniais e, depois, na administração imperial foi proclamada religião oficial. O que não significa que não tenham existido conflitos entre a Igreja Católica e os governantes locais, vide a proibição de 1864, de Dom Pedro II, da aplicação no Brasil, da Bula *Syllabus* que tratava sobre o ultramontanismo. Todavia, apenas com a Proclamação da República, em 7 de janeiro de 1890, que o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, assinou o Decreto 119-A, proibindo a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrando a plena liberdade de cultos e extinguindo o padroado. Para consulta, o decreto está disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em 09 jun. 2023.

estabeleceu, pelo menos no papel, a liberdade de culto religioso e outras providências secularizantes¹²⁵, acusar Tosta de intervir em nome de seu catolicismo nas remessas postais, expressava um esforço dos editores do bissemanário de desqualificar a citada circular. Estratégia que pode ser observada no texto a seguir, na qual o corpo editorial d’*O Rio Nu* publica uma circular própria para “fazer *pendant*¹²⁶” com a “do dr. Tosta”:

¹²⁵ Embora tenha previsto no Decreto 119-A a liberdade de culto religioso, o Estado não definiu o que era considerado religião e, portanto, com direito à proteção legal, das práticas consideradas antissociais e crime contra a tranquilidade pública. Religiões mediúnicas, como o espiritismo e os cultos afro-brasileiros continuaram alvos de perseguições de agentes da segurança pública, por exemplo, sob argumento de exercício ilegal da medicina até, pelo menos, a década de 1950 (Oro, 2005, p. 441). Suas celebrações e cultos permaneceram reprimidos pela polícia civil, que atuava seguindo o artigo 157 do Código Penal de 1890, que previa punição para “o espiritismo, a magia e seus sortilégios”. Para saber mais, consultar: ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. **Ciências & Letras**, n. 37, p. 433-447, 2005.

¹²⁶ Expressão que designa “fazer par com”.

FIGURA 13: “O Rio Nu - Profissão de Fé. A nossa adesão. Uma Circular enquanto o pau vai e vem”. O Rio Nu, ed. 1222, 02/04/1910, p. 2.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1910_01222.pdf

Na sua satírica circular, publicada “enquanto o pau vai e vem”, ou seja, ao passo que o imbróglio não era resolvido judicialmente, a proibição de remessa postal d’*O Rio Nu* foi enquadrada como “uma medida do Círculo Católico” e, como tal, uma afronta à Constituição que estabelecia “uma República leiga”, “uma República sem fé e sem religião”¹²⁷ (Figura 13). A circular é demonstrativa da maneira como *O Rio Nu* recorreria, em sua defesa, à acusação de que Tosta havia expedido a supracitada circular aparelhando o seu cargo em função dos interesses da agremiação que presidia, o Círculo Católico.

Referido pelo bissemanário como “o legítimo representante de São Pedro nas vias postais” (O Rio Nu, ed. 1222, 02/04/1910, p. 2), Tosta pautava sua resolução no regulamento interno¹²⁸ dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 2.230, de 10 de fevereiro de 1896, cujo Art.

¹²⁷ Em seu artigo 11, a Constituição de 1891 vedava tanto aos Estados, como à União “estabelecer, subvencionar ou embarçar o exercício de cultos religiosos”.

¹²⁸ Para consultar o Decreto, acesse: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2230-10-fevereiro-1896-518912-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

5º proibia a expedição ou distribuição de “artefatos, desenhos e publicações obscenas”. Isto que colocava o corpo editorial d’*O Rio Nu* em uma posição difícil. Até que ponto era possível se opor publicamente ao seu próprio posicionamento em relação a obscenidade? Tratava-se de uma publicação cujas 23 capas publicadas naquele ano, antes da circular, vincularam gravuras representando mulheres semi ou completamente nuas. Isto posto, mais do que disputar o seu enquadramento como publicação obscena em si, a defesa d’*O Rio Nu* centrou-se, por meio de suas páginas, em questionar as motivações e o procedimento pelo qual tal qualificação foi estabelecida.

De acordo com os redatores d’*O Rio Nu*, as motivações do Diretor dos Correios só podiam estar relacionados ao seu puritanismo religioso, e não rigor em relação às normativas da repartição em que trabalhava, pois àquela altura, Tosta já ocupava o cargo de diretor geral há aproximadamente um ano, tendo apenas então lembrado “de baixar o *ukase*¹²⁹ ridículo” (*O Rio Nu*, ed. 1221, 30/03/1910, p. 2). Argumentou-se também que durante os doze anos no quais o humorístico já havia circulado, o bissemanário passou por outros diretores de Correios, não constando “que homens como Betim Paes Leme, Aarão Reis, Victorio da Costa, Antônio Pires, Miranda e Horta, bem como Clodomiro Silva fossem menos moralizadores que o Sr. Tosta”, não tendo nenhum o “desplante de atentar contra a liberdade de um jornal” (*O Rio Nu*, ed. 1221, 30/03/1910, p. 2).

Proposto como uma ameaça à liberdade da imprensa, Tosta foi aludido como alguém de “clericalismo intolerante” (*O Rio Nu*, ed. 1221, 30/03/1910, p. 5), ora referido no feminino, como uma “religiosa”; ora atribuído de encargos sacerdotais, chamado de “Frei Ignácio”, “Padre Tosta” ou “Frei Tosta”. Entretanto, *O Rio Nu* não foi o único periódico crítico ao suposto puritanismo do diretor dos Correios. No passado acusado de invadir a seara de jornais alegres, em 9 de abril daquele ano, *O Malho* publicaria em sua seção *Salada da Semana* uma caricatura de Tosta nu, cobrindo-se apenas com uma folha de parreira na qual estava escrito “Pudicícia Postal”.

¹²⁹ Na terminologia do Direito Romano, o *ukaze* equivaleria ao édito ou decreto.

FIGURA 14: “Salada da Semana”. O MALHO, ed. 395, 09/04/1910, p. 36.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/116300/per116300_1910_00395.pdf

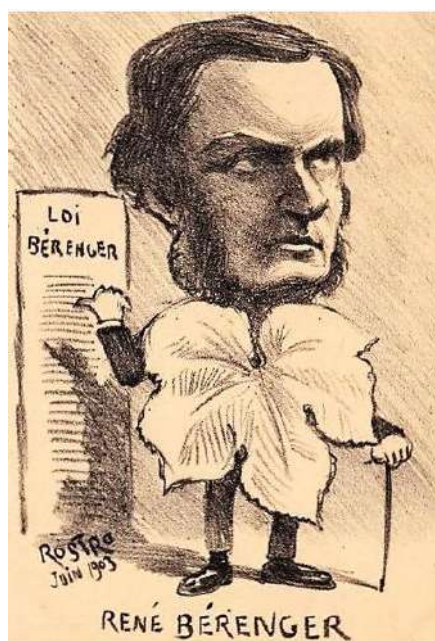
Vexatória, a disposição corporal pela qual se representou o diretor dos Correios codificava visualmente vergonha, diante da nudez com que fora exposto em um pedestal. Um contraste com a figura do expectador que, no canto esquerdo da imagem, encontra-se muito bem-vestido, coberto com várias camadas de tecido, trazendo, até mesmo, um chapéu sobre sua cabeça. Justificando tal representação, dispõe-se de uma pequena porção textual:

O dr. Ignácio Tosta, diretor dos Correios, acaba de dar mais uma nota essencialmente...pudica: proibiu a circulação de coisas obscenas. Mas isto é muito...bonito e nada prático, pois continuamos a importar tudo quanto há de mais imoral por essa *Europa* civilizada, sem contar os *cinemas-livres* que infestam a cidade. Estes atos isolados sempre dão direito a uma consagração em vida, obrigada a estátua com folha de parreira (O Malho, ed. 395, 09/04/1910, p. 36).

Os redatores de *O Malho* utilizam argumentos semelhantes àqueles com os quais o corpo editorial d'*O Rio Nu* se contrapôs à representação do Círculo Católico contra a imprensa “despejadamente licenciosa”: a de que existiam imoralidades piores pelas ruas da capital, inclusive sendo entregues pelos próprios Correios, importadas da “civilizada” Europa. Qualificada pela revista ilustrada como ineficaz, a proibição da remessa postal de publicações obscenas foi ali atribuída a um mero rompante de pudicícia de Tosta. Razão pela qual a figura do Diretor dos Correios foi relegada a humilhação de cobrir-se apenas com a folha da parreira, tal qual, historicamente, censores cobriram as vergonhas de esculturas no além-mar.

Escolha que, como pontuou Schettini (2020, posições 2380-2384), guardava uma notória semelhança com a forma como a imprensa ilustrada parisiense anos antes representou o senador e líder do movimento antipornográfico francês, René Bérenger:

FIGURA 15: “Caricatura francesa de René Berenger” de 1903



Fonte: Retirada de SCHETTINI, Cristiana (2020, Posição no Kindle 2384).

A possível associação imagética entre as figuras não é de todo impossível. René Bérenger projetava-se internacionalmente como uma liderança paradigmática das campanhas contra a imoralidade na Europa. Naquele mesmo ano, o senador representou oficialmente seu país de origem na *Conferência Diplomática Internacional*, sediada pelo governo francês, na sua capital, em 18 de abril de 1910. Dois anos após o *Congresso Internacional Contra a Pornografia*, os esforços das agremiações europeias pela internacionalização do debate antipornográfico se desdobravam em uma conferência que reuniu não somente ligas civis, mas

representantes oficiais de Estado, como o diplomata brasileiro João Carneiro de Sousa Bandeira (Sotang; Botelho, 2021, p. 295).

Entre as resoluções propostas no encontro previu-se que os países signatários regulamentassem a pornografia “a partir de leis que puniriam a produção, o comércio e a divulgação de obscenidades em seus territórios” (Cardoso, 2019, p. 234). Todavia, no Brasil, apenas na década de 1920 seriam promulgadas as primeiras leis republicanas destinadas a combater de maneira específica a “obscenidade” nas diversões públicas¹³⁰ e na imprensa¹³¹. De forma que, o nosso Béranger abrigado, Joaquim Ignácio Tosta, logo perceberia que as imprecisões e lacunas da legislação de que dispunha, em 1910, dificultariam a manutenção da circular pela qual proibiu a remessa postal das publicações por ele tidas como “notadamente” obscenas, *O Rio Nu* e a *San Dessous*.

Diante de um contexto ainda ausente de estatutos oficiais que estipulassem mais precisamente os parâmetros para o enquadramento legal da obscenidade de publicações periódicas, a proibição do trânsito postal d’*O Rio Nu* e a *San Dessous* foi vista com desconfiança por boa parte dos seus “colegas sérios” da imprensa carioca (Pereira, 1997; Carvalho, 2018; Cardoso; 2020). Ceticismo, que não se tratou de uma defesa do gênero alegre. *A Gazeta de Notícias*, em um mesmo número em que dedicou suas duas primeiras páginas a uma massiva reportagem fotográfica dos atos da semana santa, na terceira, veiculou um texto em que ponderou sobre a proibição do trânsito d’*O Rio Nu* e da *Sans Dessous*, considerando isto um precedente “absurdo e perigosíssimo” (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3). Posicionamento que, nas palavras do próprio redator da *Gazeta*, não se tratava “[...] de fazer campanha pela divulgação da obscenidade” (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3). Mas sim, de esclarecer para os mesmos leitores, que se entretinham com fotografias da “Procissão de Todos os Santos”, que o que estava em discussão ali não era o caráter obsceno das citadas publicações, mas o meio pelo qual se buscou coibir a sua circulação nas repartições postais:

É bem verdade que o art. 5º§5º do Regulamento dos Correios o proíbe de transportar “desenhos e publicações obscenas”. Mas há também no art.72 da Constituição um parágrafo que assegura a inviolabilidade da correspondência. Se, portanto, sem que se viole a correspondência exterior e aparentemente há obscenidade, o Correio pode legalmente se recusar a transportá-las. Mas se a publicação está convenientemente dobrada, o Correio não tem o direito de

¹³⁰ Cap. II, Art. 8º, § 5º. Decreto nº 14.529, de 9 de dezembro de 1920: Dá novo regulamento às casas de diversões e espetáculos públicos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

¹³¹ DECRETO nº 4.743, DE 31 DE OUTUBRO DE 1923: Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

abrir e violar, para depois declarar-se indignado e rasgá-la (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3).

A oposição à medida não era, portanto, uma “defesa do *O Rio Nu* nem o *San-Dessous*”, “dois jornais que ninguém se gaba que é leitor”, mas expressava o temor pela possibilidade de “censura prévia aplicada a imprensa” (Gazeta de Notícias, 31/03/1910, ed. 90, p. 3). Deslocava-se o debate em torno da circular de Tosta dos supostos perigos da obscenidade, para a questão de a quem cabia decretar o obsceno. Para a *Gazeta*, isso não competia a Tosta, ou, diga-se de passagem, a nenhum diretor de correios:

Não se compreende que um jornal se instale, pagando para isso os direitos à municipalidade e à União, que a polícia o deixe vender livremente e que só o Correio o proíba. Há então uma moralidade postal, diferente da moralidade policial e da moralidade municipal? (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3).

Alertava-se que, caso Tosta pudesse decretar “previamente a imoralidade de todos os números ainda não publicados de dois jornais, amanhã pode estender arbitrariamente a proibição a outros e outros” (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3):

Um jornal fala mal do governo? É imoral: proíba-se o trânsito no Correio. Uma revista estampa a caricatura do sr. Pinheiro Machado com corpo de galo? É ofensivo à moral: não pode transitar. E assim por diante. E assim por diante (Gazeta de Notícias, ed. 90, 31/03/1910, p. 3).

Mais do que defender as publicações enquadradas por Tosta como exemplos notavelmente imorais, o debate então deflagrado na imprensa desdobrava-se no questionamento de a quem cabia salvaguardar o olhar público da obscenidade (Pereira, 1997, p. 83; Cardoso, 2019, p.253). Na opinião do articulista d’*O Século*, autor do texto “Censura Postal”, também era inadmissível que a moral fosse “um monopólio dos correios” (*O Século*, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1)

Ao contrário, as questões que se prendem à moralidade pública são de competência imediata da polícia. Se esta permite a circulação de jornais de gênero daqueles que o diretor dos correios citou em sua circular, é porque, ou os acha inofensivos, ou julgando-os imorais entende, que diante dos termos da Constituição, não pode impedir que eles circulem (*O Século*, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1).

A respeito das modalidades de circulação de que gozava o gênero alegre, *O Século* advertiu que, sendo *O Rio Nu* e o *Sans Dessous* “perniciosos” e “inconvenientes”, de “maior inconveniência” seria a sua exibição pública “nas portas dos engraxates e nas mãos dos vendedores, do que na sua passagem pelas malas postais desde que quem os recebe já sabe de antemão o que está recebendo” (*O Século*, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1). Ou seja, muito melhor que tais publicações fossem enclausuradas do olhar público por envelopes, limitadas ao consumo daqueles com poder aquisitivo, para anual ou semestralmente assiná-las, do que

expostas em estabelecimentos ou nas ruas por vendedores, podendo seduzir toda sorte de transeunte.

Referida n’*O Século* como impraticável “já porque não se estriba em texto legal algum claro e expresso” (*O Século*, ed. 1098, 22/03/1910, p. 1), a circular também foi criticada no *Correio da Manhã*. Na opinião expressa no jornal matutino, “O pessoal dos Correios, com encargos mais urgentes”, não devia “atrasar os seus serviços metendo o bedelho em coisas para o julgamento das quais lhes falta necessariamente a capacidade administrativa” (*Correio da Manhã*, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1). A medida de Tosta figurou no diário como “uma tática insidiosa e má, que traz em si o gérmen de perseguições odiosas e facilita os abusos”, sendo que a repressão à “má semente da pornografia” seria por eles aceita se “fosse imaginada por meios livres, sem o auxílio do trabalhinho inquisitorial” (*Correio da Manhã*, ed. 3171, 23/03/1910, p. 1).

Em seu prognóstico da situação, V.F., colaborador d’*O Paíz*, afirmou inegavelmente que seria “ótimo e excelente opor barreiras a pornografia”, citando, inclusive, a figura de Bérenger como “um apóstolo incansável dessa cruzada moralizadora”. Advertiu ser

[...] preciso escolher, porém, sensatamente, os meios de fazê-lo. Não é, bem se vê, proibindo que essas ou aquelas publicações obscenas penetrem nas malas do correio e recebam o seu carimbo límpido e evangélico que se terá dado combate a esta moléstia. Foi sempre de boa lógica não semear produtos maus. Não se deixa, tampouco, crescer uma árvore daninha, pensando que só em lhe aparar os galhos a árvore perderá sua nocividade. Pega-se em um machado, racha-se lhe o tronco e põe-se abaixo, cava-se o solo e arrancam-lhe as raízes (*O Paíz*, ed. 9317, 09/04/1910, p. 2).

Na opinião expressa no jornal, “Começar pelo fim é sempre pouco inteligente”. Isto é, se em 1883, Alter – o responsável pela seção literária “Livros a Ler” da *Revista Ilustrada* – horrorizava-se com o brotar “como cogumelos” dos livros imundos, quase trinta anos depois, V. F. constatou imoralidade muito bem desenvolvida e com profundas raízes na capital, sendo a imprensa alegre apenas um dos seus ramos: “É mesma história das armas, dos venenos, do álcool de mil coisas”. Na sua visão, de nada adiantava a proibição da remessa postal das publicações obscenas, se elas persistiam em penetrar “de mil maneiras, quase em toda a parte, se elas andam pelas esquinas, pelas portas, livremente expostas aos olhares e tostões do respeitável público” (*O Paíz*, ed. 9317, 09/04/1910, p. 2). Para V.F., o problema não eram os princípios que motivavam a medida de Tosta, mas os meios “Meu Deus; pois se há publicações obscenas, que não podem transitar pelo correio, essas publicações não devem ser, de modo algum, mantidas” (*O Paíz*, ed. 9317, 09/04/1910, p. 2).

Exceção entre os grandes jornais da época, *O Jornal do Comércio* não somente considerava apropriado que tais publicações deixassem de existir, como também aplaudia sem

restrições a “tão salutar medida” pela qual Tosta proibiu a sua circulação nas repartições postais. Em suas páginas, *O Rio Nu e o Sans Dessous* foram acusados de oferecerem desenhos com “exibições impudicas” e servirem como “órgãos oficiais da prostituição” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3). O que, segundo o jornal, justificaria a proibição da remessa postal desses periódicos de acordo com o regulamento postal e o código penal, mas não somente por isso, mas também porque a medida estava em conformidade com as diretrizes de comunicações oficiais da União Postal Universal (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3).

Isto é, em nome da boa “moral e educação artística do povo”, julgava-se mais que conveniente a proibição de Tosta. Na visão dos redatores do jornal, a medida era um passo importante para a imposição de “sólidas barreiras à onda avassaladora das publicações obscenas”, o começo de “uma cruzada tão bela, tão digna do amparo do Governo” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3). Não obstante tenha sido implicitamente referido como um cruzado, o artigo “O Correio e as Publicações Imorais” buscou isentar Tosta da acusação de ter utilizado de seu cargo em nome da agremiação católica que presidia. A razão? De acordo com o redator, “todas as crenças entre nós professadas” haviam se “manifestado, por seus mais prestigiosos representantes, contra as imoralidades que vem publicamente ultrajando o pudor público” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3).

Buscando se contrapor aos temores de censura que reverberaram em outros diários, o artigo afirmou descabido que a circular de Tosta fosse acusada de ir “de encontro ao princípio de liberdade de imprensa” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p.3). Em uma repreensão nada velada àqueles que publicizaram tal hipótese, afirmou-se, ali, que a “liberdade de imprensa não podia acobertar um crime, ou, pelo menos, servir-lhe de incentivo”, não podendo, portanto, “haver solidariedade entre um jornalista que se presa de honesto e outro que apenas viva de apoteosar as tristes heroínas da vida lupanar” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3). Tendo *O Rio Nu*, no passado, recorrido a representações de prostitutas para se propor uma imoralidade menor, em seu artigo *O Jornal Do Comércio* o acusava, assim como ao *Sans Dessous*, justamente de lucrar com a publicidade das misérias dessas mulheres.

O Jornal do Comércio também se contrapôs à acusação de que a circular infringia o princípio da inviolabilidade postal, pois:

[...] quando se suscitarem suspeitas sobre o conteúdo, O Correio, de acordo com o regulamento, pode chamar o destinatário à repartição respectiva, a fim de que esta abra, em presença de funcionário, a carta suspeitada de trazer [...] tudo aquilo que vem discriminado no art.5, ns. 1 a 10 (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3).

Esses foram argumentos com o quais o redator acreditava “haver respondido vantajosamente os dois cavalos de batalha dos que viram sua especulação indigna entravada pela benfazeja e salutar providência do diretor dos Correios” (O Jornal do Comércio, ed. 94, 04/04/1910, p. 3). Ambicionou-se, então, o enquadramento da medida de Tosta como legal, uma ação condizente com as normativas vigentes e que visava, sobretudo, a proteção da ordem, não tendo sido tomada em razão da fé ou de interesses pessoais. Intento semelhante ao que levou Tosta a, no mesmo mês, publicizar no jornal o seu agradecimento ao apoio recebido pela “Comissão de Associação Cristã de Moços” (O Jornal do Comércio, ed. 118, 26/04/1910, p. 3). Afirmou-se não ser necessário “católico ou cristão” para reprovar e combater a “dissolução dos costumes”, bastando “ser medianamente moralizado para se interessar contra a pornografia” (O Jornal do Comércio, ed. 118, 26/04/1910, p. 3).

Embora reiterasse continuamente o caráter não religioso da sua medida, cerca de um mês depois, Tosta novamente levaria à imprensa agradecimentos pelo apoio recebido por uma agremiação católica. Na seção de “Queixas” do jornal *O Paíz*, publicizou-se que, em assembleia, a União Popular de São João d’El-Rei decidiu felicitar o diretor dos Correios pela sua circular. Medida louvável aos olhos de seus membros “considerando que pornografia é um dos maiores males que arruinam a moralidade de um povo”, contrária à “verdadeira civilização”, por sua capacidade de “enervar e afeminar o caráter dos cidadãos” (O Paíz, ed. 9362, 24/05/1910, p. 5). Reverberavam-se temores em relação à degeneração do povo semelhantes àqueles dispostos por Oliveira e Silva, quase seis anos antes em sua coluna *Rabiscos*, só que nesse caso, acrescidos da ameaça da possível afeminação dos cidadãos.

No mesmo jornal, em junho daquele ano, Tosta mais uma vez viria a público para expressar que estava “muito grato” pelas “congratulações e protestos de adesão” favoráveis à sua medida. Demonstrações de apoio, segundo o diretor dos Correios, “tanto mais significativas e confortantes” quanto “ferinos foram os ataques irônicos, insultuosos e pornográficos” que estariam sendo a ele dirigidos por seus opositores (O Paíz, ed. 9392, 23/06/1910, p. 5). Contando com “a lei, o direito e moral” como escudos contra os golpes de “injúria pornográfica”, Tosta clamava que se unissem à sua luta as pessoas honestas (O Paíz, ed. 9392, 23/06/1910, p. 5), fazendo um convite por meio das palavras supostamente proferidas por René Bérenger, no texto que proferiu como “presidente das Sociedades contra a Pornografia na França” (O Paíz, ed. 9392, 23/06/1910, p. 5):

Façamos a greve das pessoas honestas contra os empresários da lubricidade. É o interesse que os guia, tomemo-los pelo interesse: o livro que não se vende, o espetáculo que não dá receita, desaparecem por si mesmos (O Paíz, ed. 9392, 23/06/1910, p. 5).

Todo esse movimento investia de caráter nocivo o pornográfico, ao mesmo tempo em que reconhecia a demanda mercadológica que lhe garantia a reprodução e circulação. Assim sendo, não era suficiente apenas parar sua circulação, sendo imperativo interromper sua procura, caso contrário, o povo e o próprio destino da nação estariam condenados. Ou, pelo menos, é o que alegava o ofício recebido por Tosta em nome do Dr. Sebastião Antonio Soalheiro, presidente do grupo católico mineiro São Vicente de Paulo, também transcrito para reforçar o convite do diretor dos Correios pela mobilização das pessoas honestas contra a pornografia:

A livre circulação e a exibição de desenhos, gravuras, pinturas, impressos, emblemas ou imagens obscenas nas ruas, nas lojas e em lugares públicos constituem uma verdadeira calamidade social; e um povo que não se comove e não se indigna diante da obscenidade insolente afrontando cinicamente os costumes públicos, invadindo o lar das famílias e enlameando a pureza das crianças, é um povo grangrenado, condenado a perecer de morte asquerosa (O Paíz, ed. 9392, 23/06/1910, p. 5).

A despeito de crer que a lei e o direito integravam o escudo com o qual resistiria em sua cruzada antipornográfica, em questão de pouco tempo, Tosta amargaria a notícia da anulação da circular que promulgou em 21 março daquele ano, em conformidade com a sentença proferida pelo juiz federal da 1ª Vara, Dr. Raul de Souza Martins. Expondo que talvez a lei não compusesse a indumentária paladina do Diretor dos Correios, o representante da justiça deliberou favoravelmente aqueles referidos em O Paiz como os “empresários da lubricidade” (O Paíz, 23/06/1910, ed. 9392, p. 5). Foi o resultado de um processo contra a União anunciado n’*O Rio Nu*, já na primeira edição que se seguiu a publicação da circular que proibiu sua remessa postal:

Comunicado

O Rio Nu já passou procuração e entregou os documentos necessários a dois distintos advogados do nosso foro, para o fim de anular, perante a Justiça Federal, o ato impensado do Sr. Joaquim Ignácio Tosta. Veremos se o carolismo de s.s. vale mais do que o espírito reto esclarecido e livre de hipocrisias dos nossos juizes (O Rio Nu, ed. 1221, 30/03/1910, p. 1).

O empreendimento que foi levado a cabo pelos advogados Pedro Jatahy e Castro Nunes, representantes de Alfredo Velloso, então proprietário e diretor d’*O Rio Nu* propôs à União Federal uma ação sumária em que fosse

[...] declarada nula e sem efeito, por ilegal, a parte da circular da Diretoria Geral dos Correios, de 21 de março do corrente ano, que proibiu, sob o fundamento de obscena a distribuição e expedição da referida publicação nas repartições postais. (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2).

Embora o “carolismo” de Tosta não tenha figurado entre as justificativas da sentença favorável ao *O Rio Nu*, a deliberação do magistrado explicitou o seu entendimento de que não

pertencia à alçada do diretor dos Correios designar como obscenas publicações que estivessem apropriadamente resguardadas por invólucros ou cintas no momento de sua postagem:

Considerando que o art.5 n.5 do dec. 7.653 de 11 de novembro de 1909, que aprovou o regulamento vigente dos Correios da República, determinando que essa repartição não expede nem distribui desenho e publicações obscenas, só se pôde referir às correspondências que tenham obscenidades exteriormente visíveis e não às resguardadas por envoltórios e cintos ou apenas dobradas e amarradas de modo a não patentearem semelhante conteúdo senão depois de abertos e examinados;

Considerando que o contrário seria não só infringir os arts. 76§18 da Constituição, que assegura a inviolabilidade do sigilo da correspondência e 194 do Código Penal que pune a autoridade transgressora dessa garantia qualquer que seja o seu intuito, embora o da descoberta ou prova de um crime, como o contrapor a outros dispositivos terminantes do próprio regulamento postal, como o art. 15 -A obrigação de guardar e fazer guardar o sigilo das correspondências é o primeiro e mais sagrado dever dos empregados dos Correios, sem distinção de classes ou de categorias, no desempenho das suas funções, são obrigados, dentro dos limites da competência de cada um a tomar toda a providências para que seja efetiva aquela garantia constitucional; (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2).

Em suas alegações finais, os advogados da ré, a União, tentaram sustentar a legitimidade do ato em face do regulamento dos Correios e do art. 282 do código penal (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2). Todavia, a perspectiva de possivelmente arrogar ao Diretor dos Correios prerrogativas “judiciárias” fez com que o Dr. Raul Martins anulasse a circular da Diretoria dos Correios

[...] a circular de 21 de março do corrente ano do Diretor Geral dos Correios, por certidão afis. 26 proibindo o trânsito da aludida publicação, ainda mais insustentável se torna desde que não se limite sequer aos exemplares que revistam no seu conceito o caráter de obscenidade, mas condena de antemão e indeterminadamente toda e qualquer edição independentemente do que possa de futuro conter, arrogando-se, pois, função judiciárias. E para arbitrária aplicação do art. 282 do Código Penal como pretende a ré na sua defesa, com a substituição que faz da respectiva penalidade de menagem na Capital da República quando é de igual modo categórica a Constituição no § 15 do já citado art. 72, não permitindo que ninguém seja sentenciado senão pela autoridade competente em virtude de lei anterior e na forma por ela regulada; Julgo procedente a ação proposta para, anulando a aludida circular do diretor dos Correios na parte que proibiu a distribuição e expedição do periódico O Rio Nu, assegurar a essa publicação o direito de livre circulação nas repartições postais desde que, preenchendo as demais disposições regulamentares, não ofereça exteriormente patentes obscenidades, e condenar a ré nas custas (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2).

Segundo consta na sentença expedida pelo juiz carioca, embora fosse *O Rio Nu* “de gênero realmente condenável”, o periódico detinha autorização da chefia de polícia para circular pela Capital, estando também adimplente com os impostos “competentes” de topografia pagos a Recebedoria do Tesouro Nacional e os de redação e tabuleta à Prefeitura Municipal (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2). De maneira que, desde que as suas edições

não oferecessem, exteriormente, “patentes obscenidades” (O Século, ed. 1215, 06/08/1910, p. 2), o art.5, nº 5 do regulamento dos Correios demonstrava-se inepto para sustentar a proibição da remessa postal d’*O Rio Nu* e seus congêneres.

Embora amplamente celebrada pelo bissemanário como uma arrebatadora vitória contra seus adversários, o fato é que *O Rio Nu* garantiu a manutenção do seu trânsito postal, desde que escondesse seu conteúdo dos olhos dos agentes postais. Isto é, sua autorreferida malícia não foi, necessariamente, absolvida do enquadramento de imoral, e como tal, pornográfica. Persistiria entre muitos a impressão, compartilhada pelo juiz Dr. Martins, de que o periódico autointitulado alegre pertencia a um gênero “realmente condenável”. Faltavam, todavia, regulamentações oficiais para fundamentar alguma condenação penal para aqueles que viabilizavam esse produto ao público leitor carioca.

Os debates sobre as possibilidades de existência e apresentação pública d’*O Rio Nu* remetem a um contexto em que, embora temores relativos à desestabilização do ordenamento sexual sadio, leia-se doméstico, reprodutivo e monogâmico reverberassem entre muitos, todavia, a máquina republicana não dispunha de normativas específicas para regulamentação de materiais impressos sobre o sexo. Isto é, se por um lado havia aqueles que bradavam publicamente pelo enrijecimento das barreiras de visibilidade do obsceno; por outro, havia a inventividade de muitos em capitalizar os buracos das parcas barreiras já existentes, atentos à demanda de leitores ávidos por espionar práticas e condutas não condizentes com a sacralidade do doce lar higiênico. De fato, como veremos a seguir, o desejo pela experimentação de prazeres então apregoados como desregrados podia servir também como um elemento afirmador de certas masculinidades.

Em outubro de 1910, já circulando livremente pelas repartições postais, *O Rio Nu* na contracapa da edição 1278, veiculada no dia 15 do referido mês, referiu-se àqueles que persistiam em condenar o seu humor sexual, ironizando-os:

FIGURA 16: “Perseguição AO Rio Nu”. O Rio Nu, ed.1278, 15/10/1910, p. 8.¹³²



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1910_01278.pdf

Na composição, dispõe-se da representação imagética de uma branca beldade sorridente e que fitava diretamente o observador ao descobrir-se, apenas para revelar suas curvilíneas carnes inacessíveis ao olhar em função de uma “roupa de meia”. Interlocutora das críticas d’O *Rio Nu* aos seus opositores, ela convida que:

Sem medo, podem olhar
Os homens os mais pudicos
Sem receios de fanicos
Sem terem do que corar...
Preferia os meus encantos
Mostrar em plena nudez
Mas agora há tantos santos

¹³² Legenda da Imagem: “Sem medo, podem olhar/ Os homens os mais pudicos/Sem receios de fanicos/Sem terem do que corar.../Preferia os meus encantos/Mostrar em plena nudez/Mas agora há tantos santos/Que querem matar de vez/O bom gosto dos rapazes, / Metida em roupa de meia! / Eu sou capaz de fazer/ Ainda assim, uma aposta:/ Que em maio me vendo, o Tosta/ Há de ainda enrubescer...”

Que querem matar de vez
O bom gosto dos rapazes,
[...] (O Rio Nu, ed.1278, 15/10/1910, p.8).

Em “Perseguição ao Rio Nu”, ridicularizava-se os temores daqueles preocupados como os efeitos da visibilidade do periódico. O ato de corar, geralmente atribuído a uma expressão de recato de donzelas, foi então associado de maneira emasculadora à figura dos “homens pudicos”, representados como passíveis de chilikues, fanicos. Tido por seus opositores como ameaçador em função justamente dos seus efeitos sobre os corpos requerentes de disciplina do povo, *O Rio Nu* debochava das denúncias de seus adversários, representando-os desproporcionalmente afetados pela nudez feminina.

Os efeitos das imagens que dispunham, tão celebrados em outros momentos, foram subvertidos para pintar os pudores dos seus críticos como exagerados. Não por acaso, o diretor dos Correios, o mais célebre antagonista d’*O Rio Nu*, naquele ano, foi proposto como um caso ainda mais sério, estando a protagonista da composição disposta a fazer “Ainda assim, uma aposta/ Que em *maillot* me vendo, o Tosta/ Há de ainda se enrubescer...”. Muito diferente daqueles capazes de apreciar a figura descoberta da mulher ali representada, sem fanicos, eram os rapazes de “bom gosto” a que o bissemanário ambicionava deleitar com suas crônicas, gravuras e ficções.

Mas e quanto aos rapazes do seu corpo editorial? Se esses relegavam aos seus adversários à imagem de homens afetados, demasiadamente pudicos, como representavam a si, seus gostos e generificação?

Bom, digamos que o *buraco* era mais embaixo...

3 CAPÍTULO 2: “UM CORPO DE MALANDROS DO DIABO!”¹³³

*Malandro é malandro
E mané é mané
Diz aí!
Podes crer que é...
Malandro é o cara
Que sabe das coisas
Malandro é aquele
Que sabe o que quer
Malandro é o cara
Que tá com dinheiro
E não se compara
Com um Zé Mané
Malandro de fato
É um cara maneiro
Que não se amarra
Em uma só mulher...*

- Bezerra da Silva, “Malandro é Malandro e Mané é Mané”¹³⁴

Apesar de resguardados por pseudônimos, os colaboradores e até proprietários do bissemanário foram objeto de representação nas páginas d’O Rio Nu. Em edições comemorativas dos aniversários do periódico era bastante corriqueiro que fossem citados, seja prestando eles próprios as suas felicitações e/ou incluídos na segunda pessoa do plural costumeiramente empregada para reiterar nessas ocasiões, coletivamente, o compromisso do jornal de divertir seus leitores:

O nosso único intuito, o nosso programa essencial é fazer rir. Parece pouco, simples, frívolo...engano. É um encargo espinhoso e difícil, porque as coisas dessas terras muitas vezes dão vontade de chorar, é missão nobre e louvável porque a alegria é a saúde da alma, porque o homem que ri, manifesta coração, independência, liberdade, todas as qualidades, que nobilitam. Porque o Riso necessário e benéfico, é o único traço, que distingue e eleva o Homem, sobre todos os entre vivos. (O Rio Nu, ed. 819, 12/05/1906, p.2).

Em nome dessa incumbência tão louvável quanto difícil, nem sequer os próprios colaboradores escaparam de troças e zombarias para alegrar o público leitor. No caso da edição de número 715, publicada em 13 de maio de 1905, a achincalhação com o “pessoal da casa” ficou a cargo de ninguém menos que o Vagabundo – pseudônimo de um suposto “filho de um padre com uma preta” (O Rio Nu, ed. 715, 13/05/1905, p.2) – cujas colunas “Na Rua do

¹³³ O Rio Nu, 13/05/1905, ed. 715, p.2

¹³⁴ Disponível em: <https://youtu.be/HUcJv1-oFEg?si=sWRvYsdI9YrWWQtt>.

Ouvidor” e, posteriormente, “Na Avenida Central”¹³⁵ parodiavam as de cronistas elegantes da época (Schettini, *Posições do Kindle* 1335-1402). Autointitulando-se um representante d’*O Rio Nu*, o Vagabundo era descrito andando pelas ruas da capital geralmente um pouco embriagado e, muitas vezes, acompanhado de sua amásia, a “mulata” Filopância. Schettini (2011, p. 339) caracteriza o Vagabundo como uma espécie de “flâneur popular”, todavia, nos parece mais apropriado caracterizá-lo um flâneur desordeiro.¹³⁶ Normalmente, as suas andanças pela cidade resultavam em algum tipo de confusão, que em geral terminava com o Vagabundo fugindo ou mesmo sendo arremessado (muitas vezes aos chutes) de volta para a rua do Ouvidor ou a Avenida Central, onde aproveitava para comentar sobre os transeuntes que por lá circulavam.

Expressando-se com uma linguagem pouco culta, repleta de gírias, erros de concordância e muitas doses de irreverência sexual, o Vagabundo exemplifica o recurso da imprensa humorística da época — talvez com um pouquinho mais de pimenta — de estetizar trejeitos projetados ao tipo popular, na construção de interlocutores que enunciassem suas críticas, em especial as mais ferinas e livres (Schettini, *Posições do Kindle*, 1405-1406). Em uma bem-humorada inversão, o citado personagem, que sempre serviu para a zombaria alheia, na edição de aniversário de sete anos d’*O Rio Nu*, caçoaria também o próprio corpo editorial do bissemanário no artigo “História Geral do ‘Rio Nu’ – Primeira Edição – INCORRETA E DESAUMENTADA”.

Em 1905, os fundadores do bissemanário, — que naquela época já o haviam vendido há muito tempo —, também foram recordados pelo Vagabundo em sua peculiar versão da história d’*O Rio Nu*.¹³⁷ No relato do Vagabundo, os três pais da folha foram referidos como “boêmios que tinham muito talento”, mas “pouco arame” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2), ou seja,

¹³⁵ A Rua do Ouvidor e posteriormente, Avenida Central, foram as duas colunas que, de maneira geral, concentraram as peripécias do Vagabundo. Escritas em primeira pessoa essas colunas eram assinadas pelo Vagabundo e descreviam suas aventuras, confusões e conquistas sexuais.

¹³⁶ O flâneur é um personagem que dedica seu tempo a perambular pela cidade para observar o cenário urbano, registrando as suas impressões e observações. O personagem tem sua origem na Paris do século XIX, quando entre 1800 e 1850 foram construídas galerias que proporcionavam a experiência de um caminhar observador da vida urbana. O flâneur dessa época era o especialista cultural, o jornalista, o artista, o intelectual, o cientista social, o detetive. Ver mais em: FEATHERSTONE, Mike. *O Flâneur, a cidade e a vida pública virtual*. In: Arantes, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

¹³⁷ Heitor Quintanilha, Vaz Simões e Gil Moreno foram creditados, juntos, como diretores e proprietários do periódico até fevereiro de 1899 (25/02/1899, ed. 67, p. 1). A partir de março daquele ano, Heitor Quintanilha para de ser creditado como diretor, mas Vaz Simões e Gil Moreno continuam na direção d’*O Rio Nu* até pelo menos maio daquele ano. Não há edições disponíveis dos meses de junho e julho, mas na edição de 112, publicada em 2 de agosto daquele ano, anuncia-se que “O Rio Nu passa hoje a novos proprietários e por consequência a nova direção”. Já sob propriedade de Cepê, Carlos Eduardo e F. Guerra foram creditados diretores até março de 1900, quando o próprio Cepê assumiu a direção. Depois de sua saída oficial não foram encontradas mais colaborações assinadas com os pseudônimos dos fundadores do jornal, o que indica a possibilidade de que os três tenham se afastado d’*O Rio Nu* após vendê-lo.

eram bons com a pena, mas sem dinheiro. Em sua justificativa da saída dos “três pândegos” da direção e propriedade do jornal, o malandro foi particularmente ácido, naquela que talvez tenha sido a menos favorável representação publicada n’*O Rio Nu* sobre seus idealizadores. Estes, de acordo com o Vagabundo, depois do sucesso d’*O Rio Nu*, “diariamente” queimaram tanto “arame” que “as finanças ficaram abaixo de zero” e “os três malandros” passaram a andar “com os dedos fora das botas” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).

Diante dessa situação deplorável, “Torrar o jornal” tornou-se “um ato de urgente necessidade!”, tendo sido o humorístico vendido para J. Cepê, um “moço alto” que parecia “cossaco” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).¹³⁸ Embora fosse “meio careca” não teria faltado à Cepê “cabelo a penca nas ventas”, tendo sido o “cara de cossaco” o responsável por colocar as contas do bissemanário nos eixos (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).¹³⁹ Sob sua administração os lucros teriam ido às alturas, fazendo com que Cepê tanto gemesse “de gosto que até parecia um italiano quando metia o arco na rabeca” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).

Foi apenas depois que o valente “careca” assumiu a propriedade, que o Vagabundo alega ter se apresentado na redação “meio mamado”, armando como de costume um “sarilho” medonho, mas proposto a escrever uma “seção de vagabundagem” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).¹⁴⁰ Àquela altura da narrativa, já estava anunciado ao leitor que, se nem o Vagabundo ou mesmo o proprietário do bissemanário foram poupados de avacalhações, tal cortesia espirituosa também seria estendida para a gente que na redação “começou a aparecer para competente escrevinhação”, isto é os colaboradores da folha, no texto aludidos como “um corpo de malandros levados do diabo!” (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2).

Foram distribuídas chacotas de várias ordens aos, na época, habituais colaboradores do jornal. Uns foram acusados de fofoqueiros (o caso de Dr. Lucy Cascavel Jararaca Navalhinha, chamado de “falador da vida alheia”), outros de beber demais (o próprio Vagabundo; Ali Pio “inventor do alcoômetro”; e Chopp “um que só não bebia chumbo derretido) (*O Rio Nu*, ed. 715, 13/05/1905, p.2). Houve aqueles depreciativamente referidos por seus aspectos físicos (J. Pimentão “um tipo cor de bicho cabeludo” Ludoro, “cara de judeu errante”; e Barriguinha de Macado, “figura exótica de sagui de óculos”), aqueles insinuados pobres ou criminosos (Villaflor, “fidalgo do morro da Favela”; Morcego, “ladrão de galinhas, [...] sem domicílio e

¹³⁸ Cossaco denomina uma etnia comum na região hoje abrangida pela Ucrânia e Rússia. Era um termo usado para referir pessoas oriundas do leste europeu.

¹³⁹ Ter cabelos ou pelos nas ventas (isto é, bigode sob o nariz), era uma expressão usada para denominar pessoas bravas, valentes e/ou de comportamento agressivo, assertivo.

¹⁴⁰ “Mamado” significa bêbado, alcoolizado e “sarilho” significa confusão, bagunça, desordem.

frequentador do xadrez”; Chico Fixa, “jogador de profissão”) e até mesmo os aludidos brochas, sexualmente viciados ou sob suspeita de terem outra preferencial sexual, que não o tido sexo oposto (Cypriano Canabrava, “velho órfão brocha”; Job Olina, “moço doente e incapaz de levantar o carvalho”; Lulú Manhoso, “menino ingênuo em beira condições de ser alisado”; Malandrão, “chupador de ovos quentes”; e K. Britinho, “moleque escovado no manejo de cilindros”) (O Rio Nu, ed. 715, 13/05/1905, p.2).

Há pouquíssima informação a respeito dos homens por trás dos citados pseudônimos, sendo virtualmente impossível saber a exata medida de verdade dessas brincadeiras ou se mesmo se havia alguma, para começo de conversa. É possível até que as representações sejam completamente ficcionais. Tomemos, como exemplo, o próprio Vagabundo. Nas colunas que concentraram a maioria das suas aventuras (“Na Rua do Ouvidor” e depois, “Na Avenida Central”), ele foi representado como um tipo popular, mestiço, malandro e geralmente acompanhado por uma mulher negra aludida como uma “mulata”. Entretanto, na edição de 4 de março de 1911, aquele referido na legenda como “O Vagabundo” foi imagetivamente, representado como um homem branco, um tanto gordinho:

FIGURA 17: “O Vagabundo”. RIO NU, ed.1317, 04/03/1904, p.4.¹⁴¹

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1911_01317.pdf

Com os cabelos escuros divididos com pomada e um bigode farto sobre os lábios, a figura masculina identificada pela legenda como “O Vagabundo” parece ser alguém refinado (Figura 17). O homem foi representado vestindo uma sobreposição de camadas: uma camisa clara, uma gravata no pescoço, um colete quadriculado e, sobre tudo isso, arrematando o visual, um paletó escuro (Figura 17). No início do século XX, ainda era polêmica a substituição do paletó escuro pela sobrecasaca clara, visto como na moda masculina europeia as cores claras eram prescritas para as férias de versão, e, deste modo, associadas à despretenhiosidade e ao ócio (Feijão, 2011, p.106). Representado portando um paletó de cor escura, o que o conferia ares mais sérios, o Vagabundo ilustrado na composição tampouco parece ter como companhia a mulata Filopância. Em seu lugar, representou-se uma mulher de aspecto bastante embranquecido, referida na legenda apenas como “Ela”, que portava um chapéu sob os cabelos

¹⁴¹ Legenda da Imagem: “Ela — Estamos em plena quaresma, Vagabundo! Começou para nós o jejum.../ O Vagabundo — Oh filha, isso é coisa que se quebra à toa! Estou às tuas ordens”.

castanhos e exibia um vestido que lhe conferia a silhueta de “S” da última moda feminina (Feijão, 2011, p. 115).

Longe das paisagens prediletas relatadas nas ficções das aventuras d’O Vagabundo, ou seja, as ruas da cidade, o casal discutia a quaresma na redação d’O *Rio Nu*. O cenário está adornado por elementos visuais cujos intrincados detalhes reforçam uma percepção de distinção: o quadro emoldurado ao fundo, a mesa de madeira ricamente talhada com laureis e o delicado o abajur sob o móvel (Figura 17). Tudo indica que aquela era uma representação, não do personagem, mas do criador do Vagabundo. Representação que, de quebra, ainda afirmava esse criador como um homem viril, um conquistador prestes a “quebrar a quaresma” com uma bela e elegante mulher branca de longos cabelos negros. De acordo com Giovanna Dealtry (2022, p. 106), no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX, poucos teriam sido os escritores oriundos das camadas populares que elaboraram narrativas sem intermediários: “A prática usual é a elaboração de personagens populares, marginalizados, pela voz do ‘dono’, do escritor branco, agindo como ficcionalista ou jornalista” (Dealtry, 2022, p. 106).

Se no início do XX, para o literato Lima Barreto, a imprensa diária era um “engenhoso aparelho de aparições e eclipses”, uma “espécie complicada de tablado de magia e espelho prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações” (Barreto, 2008, 192-193), o que dizer da sua vertente humorística e alegre, com todas as suas omissões, duplos sentidos e pseudônimos que tornavam ainda mais eclípticos os seus colaboradores? Sem embargo, uma coisa é certa, a magia particular do periodismo alegre, decorrente justamente do seu “nobre” intento de provocar seja o riso, seja o desejo de seus leitores, em grande medida, só foi possível devido ao mistério de que se valiam os seus jornalistas para escrever suas brejeirices.

Foi na cadência do dialeto popular do Vagabundo que o seu, possivelmente refinado, autor pode escrever brejeirices picantes sobre seus colegas. Por meio de suas ridicularizações, registrou também juízos de valor sobre a suposta aderência de alguns desses homens ao projeto de masculinidade construído naquele círculo de sociabilidade. De acordo com Henri Bergson (2001, p.99-100) “a comicidade” pode exprimir “certa inadaptação particular” de uma pessoa “à sociedade”. Isto é, o uso cômico de um registro difamatório pode colocar em questão o aparente ajuste de um indivíduo à uma classe social, status hierárquico ou mesmo à uma determinada generificação. Como pontuou Didier Eribon (2004, p. 16) em seu tratado sobre os efeitos de insultos na formação de indivíduos de minorias sexuais, há uma assimetria implícita evocada por tais atos linguísticos e que pode despertar no insultado a consciência da inconformidade de certas condutas as expectativas de gênero.

Evidentemente, algumas das inferiorizações listadas pelo Vagabundo no supracitado artigo figuraram mais prescritivas que outras. As próprias hipérboles utilizadas para enfatizar a feiura de certos colegas acabaram por caracterizá-los quase que irremediavelmente disformes. Afinal, o que se pode fazer a respeito de uma cara de sagui? Já o mesmo não pode ser dito em relação a maioria dos chistes relativos a expectativas de gênero ou a conduta sexual. Ridicularizações estas, que foram mais efetivamente delimitadoras de práticas projetadas idealmente como másculas, a saber: ser apto a brandir uma ereção, não manusear objetos cilíndricos (leia-se outros pênis) e se manter esperto o suficiente para evitar certos alisamentos (o toque sexual por parte de outros homens).

Nada obstante, mesmo os feios, os pobretões ou até aqueles que careciam aprender a se defender da bolinagem alheia, todo o “pessoal da casa” – incluindo seus criadores que a muito já a haviam deixado – figuraram na narrativa do Vagabundo compartilhando pelo menos duas características: o talento com a escrita e a malandragem (O Rio Nu, ed. 715, 13/05/1905, p.2). Isto é, os leitores d’*O Rio Nu* que se divertiam em função da miríade de insultos bastante específicos proferidos, foram convidados à, nesses dois aspectos, generalizarem a respeito desse coletivo.

Tratando-se de um humorístico periódico, uma mídia escrita, a opção por elogiar a competência escrita não é exatamente surpreendente, mas e quanto a identificação com a malandragem? Isto parece, no mínimo, curioso, afinal o período finissecular e início do século XX foi um contexto historicamente marcado por debates públicos de autoridades preocupadas em disciplinar vadios e combater a ociosidade (Chalhoub, 2001, p. 47; Esteves, 1989, p. 29).

Em um dicionário *online* contemporâneo, a palavra malandro é definida como:

1. Que ou aquele que é dado a preguiça; indolente.
2. Que ou aquele que leva a vida sem trabalho; vadio.
3. Que ou aquele que tem o hábito de furtar; gatuno.
4. Que ou aquele que age de forma irresponsável inconsequente.
5. Que ou aquele que costuma agir com astúcia ou malícia; finório (Malandro, 2023, s.n).

Estas acepções são muito parecidas com as propostas enunciadas, pouco mais de cem anos atrás, em 1899, no supracitado “*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*” em que o vocábulo é definido como: “Malandro, m (pleb.) Vadio, indivíduo de ínfima extração; patife/gatuno; adj. (prov. Alg.) preguiçoso. (De mau + ladrão)” (Figueiredo, 1899-b, p.78). Percebe-se, portanto, que através de décadas o adjetivo manteve o seu sentido oficial ligado a juízos pejorativos sobre o caráter de sujeitos adversos ao regime de trabalho organizado e suas disciplinas, incluindo criminosos propriamente ditos, tais como gatunos e ladrões.

Entretanto, como bem cantou Bezerra da Silva no samba clássico de finais do XX, ao longo da história desse país estruturalmente desigual, houve muitos que preferiram a vida de malandro a de mané, mesmo porque a malandragem não necessariamente leva para a criminalidade¹⁴². Ela se manifestaria também por meio do chamado *jeitinho*¹⁴³. Conforme o cientista social Roberto da Matta (1997, p. 269): o “campo da malandragem vai, numa gradação, da malandragem socialmente aprovada e vista entre nós como esperteza e vivacidade, ao ponto mais pesado do gesto francamente desonesto”.

Também explicitando a ambivalência semântica que parece escapar às definições de malandro dos citados léxicos, Dealtry (2022) sustenta que o malandro não é uma categoria rígida:

O termo malandro se torna volátil e depende muito mais da entonação de quem o diz, do contexto que é dito. Malandro pode ser o sujeito que foi esperto no momento certo, aproveitou uma boa oportunidade e, assim confere um caráter elogioso; ou pelo contrário, pode ser o sujeito trapaceiro, beirando a criminalidade (Dealtry, 2022, p. 16).

A autora sustenta que a malandragem mesmo em suas nuances ligadas as trapagens, “artimanhas e os aproveitamentos”, não se restringiu apenas aos populares cariocas do século XX, sendo “fundamental” romper com essa visão estereotipada. (Dealtry, 2022, p.16-17). Como anunciado pelas achincalhções do Vagabundo, mesmo na redação de um periódico que se propunha uma “elegante” leitura “de bom gosto” (O Rio Nu, ed. 89, 13/05/1899, p. 1), havia homens cuja projeção masculina estava, em alguma medida, ligada à malandragem.

Tomando como ponto de partida a análise de uma obra oitocentista, *Memórias de um Sargento de Milícias*, Antônio Cândido (1970) caracteriza a malandragem como uma espécie de hábil trânsito entre dois polos da sociedade: a “Ordem” — vinculada ao institucional, lícito e o ordinário — e a “Desordem” — associada ao subversivo e ao avesso às normas. Nesse sentido, o malandro seria uma figura reconhecida pela sua capacidade de circular entre esses

¹⁴² Mané significa um indivíduo pouco inteligente; bobó, paspalhão, tolo, alguém facilmente enganado, manipulado, explorado.

¹⁴³ Em sua perspectiva, Livia Barbosa (1992, 32-33) caracteriza o *jeitinho* como de “[...] grosso modo, o *jeitinho* é sempre uma forma ‘especial’ de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Portanto, para que uma determinada situação seja considerada *jeito* necessita-se de um acontecimento imprevisto e adverso aos objetivos do indivíduo. Para resolvê-la, é necessária uma maneira especial, isto é, eficiente e rápida para tratar do ‘problema’. Não serve qualquer estratégia. A que for adotada tem que produzir os resultados desejados a curtíssimo prazo. E mais, a não ser estas qualificações, nenhuma outra se faz necessária para se caracterizar o *jeito*. Não importa se a solução encontrada for definitiva ou não, ideal ou provisória, legal ou ilegal”. Contrariando a visão de que o “*jeitinho*” é algo exclusivo ao Brasil, Barbosa (1992) defende que ainda que seja um elemento bastante conhecido e debatido na sociedade brasileira, o *jeitinho* não é fenômeno exclusivo de nenhuma classe específica ou mesmo algo que só ocorre só do Brasil.

extremos. Ele experimentaria, portanto, a liminaridade entre ordem e desordem, ora de um lado, ora de outro, em resposta à uma sociedade organizada de maneira profundamente oligárquica e desigual, no qual as relações pessoais e subjetivas frequentemente preponderam sobre as formais e objetivas previstas pela lei (Cândido, 1970, p.73).

Não por acaso, o tipo social do malandro foi construído no imaginário nacional em diferentes graus de oposição, subversão e/ou burla à burocracia, à rigidez da lei e ao ascetismo abnegado da fé cristã (Da Matta, 1997, p. 213). Sua resistência em submeter-se por completo à arranjos normativos pode, inclusive, estender-se a outras imposições castradoras da sociedade, como as convenções de compostura e recato. Como pontua Maria Ângela Borges Salvadori (1990, p. 175), em especial no caso do malandro carioca, essa figura esteve historicamente associada à busca pela realização pessoal na cidade, na noite, e não na função de provedor do lar.

Daí que a identificação com a malandragem podia tanto assinalar a disposição para a subversão da burocracia e do trabalho organizado quanto demarcar uma postura menos austera, irreverente e mais hedonista diante dos próprios prazeres.

Representados malandros, os fundadores da folha e seu colaborador Bock foram presentificados em “O Novo Escândalo de Bock – O Buraco”, folhetim publicado entre 21 de outubro de 1899 e 12 de setembro de 1900. Mais extensa narrativa levantada que ficcionalizou o jornalismo alegre e os bastidores d’*O Rio Nu*, o citado folhetim é a principal fonte analisada para problematizar o projeto de masculinidade hegemônica codificada pelo *O Rio Nu* para os seus próprios articulistas. Em outras palavras, recorrendo a “O Buraco”, visamos a análise da configuração de práticas (incluindo as estratégias de malandragem) codificada à gentrificação do corpo editorial do bissemanário.

O subcapítulo em que analisaremos esse escandaloso folhetim, se desdobra em 3 seções terciárias. Na primeira (3.1.1), são enfocadas as representações das personagens femininas do folhetim. Entender os parâmetros de um projeto de masculinidade em uma sociedade com uma ordem de gênero binária, demanda também visualizar padrões de feminilidade e esse é o objetivo dessa parte. Na seguinte (3.1.2), examinamos de maneira mais específica as representações dos rapazes d’*O Rio Nu* e das dinâmicas de sua camaradagem. Investigamos, portanto, o caráter homosocial, narrativamente, investido aos bastidores do bissemanário, bem como delineamos os atributos afirmadores de masculinidade naquele círculo. Na parte final do subcapítulo (3.1.3), privilegiamos a investigação do padrão de masculinidade do personagem referido “mulato” João Black. O intento é refletir sobre como a vinculação àquele círculo de

sociabilidade foi representada em “O Buraco”, como útil também para afirmação máscula de um homem racializado negro.

3.1 - *Através do “Buraco: Um Novo escândalo de Bock”¹⁴⁴: uma ficcionalização da homosociabilidade boêmia dos malandros redatores d’O Rio Nu*

Publicada entre 21 de outubro de 1899 e 12 de setembro de 1900, a serialização do folhetim *O Buraco: Um novo Escândalo de Bock* se estendeu durante 69 capítulos em um período de importantes transformações d’O Rio Nu. Se na ocasião do seu primeiro capítulo, em 1899, os números do bissemanário ainda contavam com apenas 4 páginas, os últimos capítulos do folhetim integrariam um novo formato, dispostos em edições compostas por 8 laudas. Aproximadamente dois meses antes da publicação do primeiro episódio do folhetim, em 2 de agosto de 1899, foi anunciado que o bissemanário tinha um novo proprietário e “por consequência” uma “nova direção”. No cabeçalho da edição 122 passaram a ser creditados como diretores Carlos Eduardo e F. Guerra (O Rio Nu, ed. 112, 02/08/1899, p. 1). Acabava ali um ciclo, Heitor Quintanilha, Gil Moreno e Vaz Simões, os fundadores da folha, haviam vendido o seu “malcriado jornaleco” para um homem referido como J. Cepê.

Pouco tempo depois, o próprio J. Cepê assumiu a direção, os colaboradores Carlos Eduardo e F. Guerra foram referidos como diretores somente até março de 1900 (O Rio Nu, ed.175, 01/03/1900, p. 1). Todavia, o proprietário d’O Rio Nu não permaneceu no posto sozinho por muito tempo, seis meses depois Cepê passou a dividir os créditos da direção com José Fino (O Rio Nu, ed.229, 15/09/1900, p.1).¹⁴⁵ A despeito das sucessivas mudanças na organização do seu corpo editorial, na entrada para o novo século o humorístico levou avante uma expressiva renovação gráfica, apresentando-se, em 1900 “de cara nova”, diga-se de passagem, “uma carinha bem chic” com mais gravuras e melhor diagramação (O Rio Nu, ed.225, 01/09/1900, p.1).

Muito embora publicado em um contexto de nova propriedade, mudanças de direção e renovação gráfica, alguns elementos do folhetim de José Ângelo Viera de Brito, o Bock, denotam um particular esforço pela celebração das origens do humorístico alegre. Este parece ter sido um dos acenos aos leitores do compromisso da nova direção com os atributos que até

¹⁴⁴ O Rio Nu, ed.174, 07/03/1900, p.2

¹⁴⁵ Nos anos que se seguiram outros homens foram creditados nos cabeçalhos como diretores: J. Moraes & C. (O Rio Nu, 03/01/1903, ed.469, p.1), Armando Sacramento (O Rio Nu, 09/07/1904, p. 1, ed. 627), Cypriano Cannabrava (O Rio Nu, 02/11/1904, ed. 660, p.1) e, por fim, Alfredo Velloso (O Rio Nu, 02/01/1907, ed. 886, p. 1).

ali os tinha cativado, a despeito das mudanças anunciadas visando elevar a qualidade do bissemanário.¹⁴⁶ Recorreu-se, não por casualidade, a um outro folhetim do autor do sucesso “A Vingança de um Sapateiro”, algo aludido pelo próprio título da nova narrativa.¹⁴⁷ Recheado de personagens bastante corriqueiros na literatura obscena do período – uma viúva alegre, um padre devasso, uma mulata fogosa e uma donzela da alta sociedade eventualmente desvirginada –, o enredo de “O Buraco: o novo Escândalo de Bock” também contou com a representação de jovens artistas, mas não quaisquer artistas, mas sim os três criadores d’O Rio Nu, além do próprio Bock.

Desenrolando-se das tentativas de personagens da alta sociedade em proteger suas reputações das fofocas do bissemanário, o folhetim propôs uma ficcionalização do jornalismo alegre d’O Rio Nu e como tal, também de seus alcoviteiros colaboradores. As representações veiculadas pelo folhetim “O Buraco” desvelam atributos a que Bock foi então autorizado a, publicamente, relacionar ao projeto de masculinidade hegemônico naquele círculo de produtores do obsceno.¹⁴⁸ Projetos de poucos e para pouquíssimos, as masculinidades hegemônicas vinculam-se ao legado do patriarcalismo, “uma estrutura de longo termo da subordinação das mulheres” na busca de solucionar, localmente, “às tensões das arenas de gênero” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 254).

Entende-se que os projetos de masculinidades hegemônicas localizam dentro de determinados grupos, padrões de práticas consideradas ideais no tocante tanto as interações entre homens, quanto aquelas entre homens e mulheres:

[...] as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim

¹⁴⁶ “A nova administração espera continuar a merecer do público toda a aceitação e todo o acolhimento que até aqui tem sobejamente dispensado a O Rio Nu. Os melhoramentos indispensáveis serão feitos, já e seguidamente todos os outros precisos, não se poupando esforços nem despesas para apresentar ao público um jornal bem-feito, [...]. Em breve O Rio Nu inaugurará as suas gravuras, as quais, acompanhando os melhores contos e historietas publicadas vão constituir a deliciosa ilustração da Troça” (O Rio Nu, 02/08/1899, ed. 112, p. 1).

¹⁴⁷ Ao que tudo indica a repercussão do enredo de “A Vingança” foi significativa, tendo inclusive rendido ao folhetim a compilação de seus episódios em uma brochura ilustrada que contaria com sucessivas reedições. Brochuras ainda eram anunciadas em 1910, quase 11 anos depois de sua publicação original, pela quantia de 2 mil réis cada para aqueles que comprassem na redação e 2500 réis para os que desejassem receber o livro via Correios (O Rio Nu, 20/09/1910, p.2).

¹⁴⁸ Em relação à autorização, recorremos algumas considerações de Luis Carlos dos Passos Martins (2018). Segundo o autor, é preciso considerar que a despeito de uma aparente pluralidade de autores, o corpo editorial de um periódico não deixa de se organizar por meio de um arranjo hierárquico, de maneira que, mesmo na ausência de intervenção aberta de donos e financiadores, o material a ser produzido não deixa de sofrer cerceamentos (MARTINS, 2018, p.64-65). MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53-74.

esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas (Connell; Messerschmidt, p.253).

Em diálogo com Osmundo Pinho (2004, p. 65-66), apreende-se que o indivíduo masculino pode apresentar alinhamento aparente com uma posição hegemônica em dada situação e, em outra, estar colocado em situação subordinada. Percepção fundamental para compreender como se produzem e sustentam identidades masculinas marginais como um lugar da contradição entre sistemas de poder diferentes – a estrutura das classes, “o sistema dimórfico dos gêneros, as práticas e discursos racializantes – que, ao se combinarem interseccionalmente, produzem novas diferenças, desigualdades e vulnerabilidades” (Pinho, 2004, p.66).

Do mesmo modo, o status “hegemônico” tampouco condiciona de forma absoluta alguma vivência masculina, afinal um corpo dificilmente é restrito à apenas um círculo de sociabilidade e mesmo que o fosse, as próprias carnes humanas são tudo, menos estanques e imutáveis. Temporal e socialmente localizado, um padrão de práticas “(isto é, uma versão de masculinidade) que forneceu soluções as tensões de gênero em condições anteriores, mas não em novas situações, é aberto ao questionamento - ele, de fato, será contestado” (Connell; Messerschmidt, 2013, p.272). As estruturas sociais de gênero são sempre abertas à transformação histórica, assim como os projetos que as sustentam em níveis locais.

Projetos esses, elaborados localmente também pela significação como máscara de determinados protocolos de tratamento dos corpos considerados passíveis do desejo afetivo/sexual virilizante. No caso, de “O Buraco” os corpos generificados como mulheres. Debrucemo-nos, portanto, na diversidade de mulheres representadas movimentando o enredo do folhetim.

3.1.1 – *Entres “Peixões” e “cadáveres” – As desejadas, desejantes e as indesejadas de O Buraco*

Sendo as masculinidades e as feminilidades configurações de práticas inerentemente relacionais, ou seja, que têm significado também em relação um ao outro (Connell, 2005, p. 44), não seria apropriado não analisar as representações das personagens femininas, cujas carnes deflagraram, ao longo de “O Buraco”, fantasias e, pontualmente, a repulsa, entre as versões ficcionais dos redatores d’*O Rio Nu*. Começemos, deste modo, pelas personagens representadas mulheres, seus corpos, dores e caprichos, à exemplo da primeira fatia da ficção seriada de Brito que se centrou na descrição do sofrimento solitário de uma mulher de posses.

Casada, “média e gorda” chegando aos “quarenta e cinco anos, abandonada pela beleza de outrora” (O Rio Nu, ed. 135, 21/10/1899, p.2), Dona Affonsa é o ponto focal do primeiro capítulo do folhetim, dedicado todo a descrevê-la: chorando sozinha diante de um espelho, rememorando sua juventude, frustrada com o seu presente. Envelhecida e triste, diante do seu reflexo, a matriarca chega a nutrir ideias suicidas, desolada por uma “vergonha na família”, àquela altura da ficção, ainda desconhecida do leitor (O Rio Nu, ed. 135, 21/10/1899, p.2). Propunha-se aí uma isca para captar o público? Afinal, o que poderia ter trazido tamanha vergonha à Dona Affonsa?

Para além de tentar cativar os leitores com um escândalo misterioso, a forma como Brito caracterizou a consternação da matriarca frente a sua imagem no espelho, também informa parâmetros de apreensão da desejabilidade feminina naquele contexto histórico. Desejabilidade representada no folhetim como um predicado finito, eventualmente deteriorado pela passagem do tempo e a transformação natural dos tecidos do corpo:

Ah! Belos tempos! Como se tinham ido! Bela mocidade cheia de esperanças e sonhos... que era feito dela? Como o mundo era enganador e vão! Ali estava, sem aquela alegria que fora o encanto da mocidade, a mirar-se desoladamente no seu antigo espelho – o mesmo que vira seu sorriso dos quinze anos, e que via agora sua angústia, povoada de rugas e de cabelos brancos! Pobre espelho! (O Rio Nu, ed. 135, 21/10/1899, p.2).

Na narrativa, a mocidade, a beleza e uma reputação familiar ilibada foram propostas como elementos de distinção social para uma mulher de alta classe. No entanto, os dois primeiros atributos figuram perecíveis, efêmeros. Tratava-se de uma sociedade bastante etarista (Sant’Anna, 2014, p. 42), o que talvez justifique por que, em “O Buraco”, manter uma boa reputação familiar seja apresentado como o principal recurso afirmador de distinção social para uma mulher de meia-idade como Dona Affonsa. Não é coincidência que todos esses predicados - juventude, beleza e uma boa reputação familiar - estejam vinculados às expectativas reprodutivas consideradas desejáveis para as mulheres na época: seja a capacidade física de atrair parceiros ou a competência para gerar uma descendência saudável. Segundo a literatura voltada para a experiência feminina nesse período (Soihet, 1989, p.40; Engel, 2004, p.42; Martins, 2004, p.177), projetos de correção dos desvios de conduta e a medicalização do comportamento sexual incidiram primeiramente nas mulheres das elites, tendo a aparente aderência a esses disciplinamentos servido também como “insígnia” de diferenciação social (Esteves, 1989, p. 27).

A opção narrativa de salientar a vergonha atual da personagem retomando a sua vida desde a juventude, sugere que o misterioso drama familiar de Dona Affonsa era disruptivo da trajetória sexual/reprodutiva então considerada como ideal para as mulheres de sua condição.

Qual trajetória? Privar-se de experiências sexuais prévias ao matrimônio, casar-se em um ajuste monogâmico e estável que originasse uma prole saudável e de agir ordeiro, leia-se, capaz de reproduzir a boa conduta sexual/afetiva modelada pelos seus pais (Esteves, 1989; Soihet, 1989; Engel, 2004; Martins, 2004). Em outras palavras, a representação do sofrimento de Dona Affonsa qualifica a conduta de algum dos seus parentes como deterioradora da percepção social da respeitabilidade daquele núcleo familiar e, conseqüentemente, também da matriarca. Porém, caso o leitor quisesse desvendar quem e por que, seria preciso comprar os próximos números do bissemanário.

Dispondo dos 100 réis necessários ou talvez mesmo da oportunidade de surripiar a próxima edição d'*O Rio Nu*, no segundo capítulo o leitor seria apresentado a primeira peça desse quebra-cabeça: um vislumbre da família de “D. Affonsa”. Descreveu-se então um jantar oferecido por D. Affonsa e o seu marido, Ambrósio, dias antes da matriarca ser informada do infortúnio que acometia o seu lar. Desfrutando dessa refeição encontrava-se Olga, também referida como Olgazinha, a filha do casal, o seu pretendente Albino, a vizinha viúva Helena e por fim, Padre Faustino, rapaz que Ambrósio havia conhecido quando fazia doações à seminários católicos (*O Rio Nu*, ed. 136, 25/10/1899, p.2).

À mesa conversava-se sobre a cobertura jornalística do caso de uma jovem que, supostamente, havia fingido ter sido deflorada para forçar um empregado da Estrada de Ferro a se casar com ela. A notícia comovia profundamente Olga que, entristecida, tentava conter o choro. Inversamente, a vizinha Helena repercutia o caso de uma maneira narrativamente qualificada como delatora de sua disposição de mulher de “temperamento exaltado”, isto é, não se privando de narrar as “cenas realistas” do caso ou mesmo de verbalizar sua insatisfação com os jornais por não terem descrito em detalhes o exame de delito no qual teria sido descoberto intacto o hímen da suposta desvirginada (*O Rio Nu*, ed.136, 25/10/1899, p.2). “Ah! Se fosse *O Rio Nu* que desse a notícia, hein, Padre Faustino, se fosse *O Rio Nu* é que era um gosto a gente ler” (*O Rio Nu*, ed.136, 25/10/1899, p.2), afirmou despididamente a viúva, causando certo estranhamento entre os presentes. Quando questionada pelo patriarca Ambrósio se lia o jornal, Helena não tardou a engatar sua defesa do humorístico:

– E que tem isso? É uma folha como outra qualquer...como outra qualquer e com mais graça... Fique o senhor sabendo que eu sou uma grande apreciadora d'*O Rio Nu*!

Na verdade, a viúva era sempre uma das primeiras pessoas que liam *O Rio Nu* às terças e sextas, pelas 10 horas da manhã. N'estes dias, antes do almoço, ela expedia a Benedita, preta da casa, até o Largo de São Francisco. Ali Benedita esperava que os pequenos comesçassem a apreçoar o jornal às 11 horas já. Helena, metida no seu amplo robe de fustão, deitada no divã da sala, regulava-

se com as troças do jornalzinho humorístico (O Rio Nu, ed.136, 25/10/1899, p.2).¹⁴⁹

Relativista da imoralidade do bissemanário, o posicionamento da personagem figura outro exemplo de como o “jornalzinho humorístico” recorreria à representação da leitura feminina e dos seus efeitos nos corpos de atraentes mulheres como uma estratégia de autopromoção. Contudo, Helena não foi apenas uma ávida leitora. De acordo com o segundo capítulo do folhetim, a viúva chegou a publicar alguns versos no bissemanário depois de se tornar íntima de um “rapaz de pincenê e nariz cumprido, que escrevia n’O Rio Nu” (O Rio Nu, ed.136, 25/10/1899, p.2).¹⁵⁰ Tamanha era sua estima pelo periódico, que uma vez apresentada ao colaborador em uma festa no Maracanã

[...]Helena ficou radiante; ofereceu-lhe logo a casa, falou-lhe do jornal, disse ser admiradora da bela troça, e daí a pouco conversavam livremente sobre as coisas picantes que o jornal havia publicado na véspera. Depois o redator aparecera pela casa de Helena, fazendo-lhe o grande encanto de mostrar as provas das coisas mais duras que saíram no dia seguinte. Era uma delícia para a viúva saber com doze horas de antecedência o que outros só leriam no dia seguinte (O Rio Nu, ed.136, 25/10/1899, p.2).

Referido então de maneira muito breve, o rapaz de pincenês e nariz cumprido que mostrou “coisas duras” à Helena, se revelaria, nos capítulos seguintes, uma ficcionalização do próprio José Ângelo Viera de Brito, o Bock, autor do folhetim. Sob o nome de João Black, a persona ficcional de Brito seria descrita como “um mulato” (O Rio Nu, ed.199, 02/06/1900, p.2) “filho do norte” (O Rio Nu, 07/03/1900, ed.174, p.2) e creditado como autor de um ficcional folhetim chamado “A Vingança de um Alfaiate” (O Rio Nu, ed.205, 23/06/1900, p.2), cujo título remeteria aquele do sucesso “A Vingança de um Sapateiro”, assinado por Bock, meses antes.

Embora pontual, a menção ao encontro de Helena com Black já anunciava alguns padrões representativos pelos quais o folhetim de Brito presentificaria os colaboradores d’O *Rio Nu*: homens talentosos com a pena e ambiciosos pela conquista sexual. Outro elemento também anunciado nesse capítulo do folhetim e aprofundado nos seguintes, foi a superioridade intelectual que esses boêmios tinham em relação às mulheres de seu convívio. Condescendência estendida, inclusive, ao tratamento daquelas com quem se relacionavam intimamente. Não por acaso, os versos que Helena endereçaria ao *O Rio Nu* figurariam como um dos artifícios de Black para bajulá-la e conseguir a estima da vaidosa viúva que as insistências do poeta, fez-se colaboradora:

¹⁴⁹ “Regular-se” era um eufemismo comum no periódico para referir a masturbação.

¹⁵⁰ Pincenê é um modelo de óculos usado do século XV até o início do século XX cuja estrutura era desprovida de hastes. Sua fixação era feita apenas fixando-o sobre o nariz.

Fazia uns versos regulares que assinava com um pseudônimo masculino. O engrossador achava que os versos estavam *magníficos*, metia-os no bolso com elogios para a exímia poetisa, e depois, em casa, consertava-os e ia pedir ao secretário da redação a publicação deles num lugarzinho chic. No primeiro dia em que Helena viu verso seu na primeira página do jornal foi uma festa. O poeta viera jantar e como surpresa lhe trouxera um exemplar impresso em cetim branco, que arranjará com alguns engraçamentos [...]. A viúva quase morrera de alegria e desse dia em diante O Rio Nu ficara sendo para ela o suprasumo do chic (O Rio Nu, ed.136, 25/10/1899, p.2).

Ao longo da trajetória d’O Rio Nu, não foram poucos os puxões de orelhas publicizados em suas páginas destinado aqueles cujos envios continham erros, fossem por sua pouca inspiração ou mesmo porque os versos não se adequassem as métricas estipuladas para os concursos e/ou motes.¹⁵¹ Poupada de semelhante vexame, não pela qualidade de seus versos, mas porque contava com um amante talentoso para consertá-los, Helena também dependeu da influência de Black para que suas colaborações fossem publicadas em um local de destaque, um lugarzinho “chic” (O Rio Nu, ed.136, 25/10/1899, p.2).

Sexualmente voraz, mas de pouco talento com a pena, a viúva foi a personagem mais desejada do folhetim. De arrebatadora beleza, a órfã paulista foi cobiçada sexualmente por quase todos os personagens referidos homens na trama (Padre Faustino, Black, Heitor, Vaz, Gil etc.) e até por duas moças (Olga e Amelita). “O corpo amorenado” de Helena tinha as “saliências do colo fartas”, as “cadeiras provocantes” (O Rio Nu, 29/11/1899, p. 2), os seus braços eram “roliços”, a sua cintura “fina” e os seus cabelos longos adornavam um rosto “belo”, com dentes “clarões e certos” de que “davam uma ideia de um fio de pérolas ali posto e com arte na sua boca mimosa” (O Rio Nu, ed.139, 04/09/1899, p.2). Apesar de não ter sido descrita como branca, Helena tampouco foi referida como “negra”, “mulata” e/ou “preta”, tal qual outras personagens do folhetim.

No único capítulo disponível do folhetim com uma imagem integrada no texto (Figura 18), o episódio 22, fatia da narrativa dedicada a rememoração das infidelidades da personagem quando o seu marido ainda era vivo, a representação imagética de Helena é bastante embranquecida, pouco remetendo a figura amorenada e de “amplo arredondamento das cadeiras” (O Rio Nu, ed. 163, 27/01/1899, p.24) textualmente descrita por Brito:

¹⁵¹Por exemplo, em outubro 1900 os editores reclamavam que submissões enviadas à seção “Mote à Concurso”: “Os senhores colaboradores que honram esta seção com seus trabalhos tem-se afastado, sem exceção de um só, da norma estabelecida há tempos para as glosas dos motes por nós oferecidos [...] De hoje em diante, nos poupem o desgosto de inutilizar os trabalhos que não obedeçam à metrificação, ao número de versos e à colocação das rimas do referido modelo” (O Rio Nu, 06/10/1900, ed.235, p.5). Os puxões de orelhas à pretensos colaboradores também podiam vir de maneira mais individualizada, algo recorrente na seção Caixinha de Estalos, como na publicada no número 972 em 1907, onde lê-se o seguinte comentário adereçado à B. G. de Araújo “Recebemos a modinha, mas se fossemos concertá-la ficávamos de cabelos brancos” (O Rio Nu, 30/10/1907, ed. 971, p. 5).

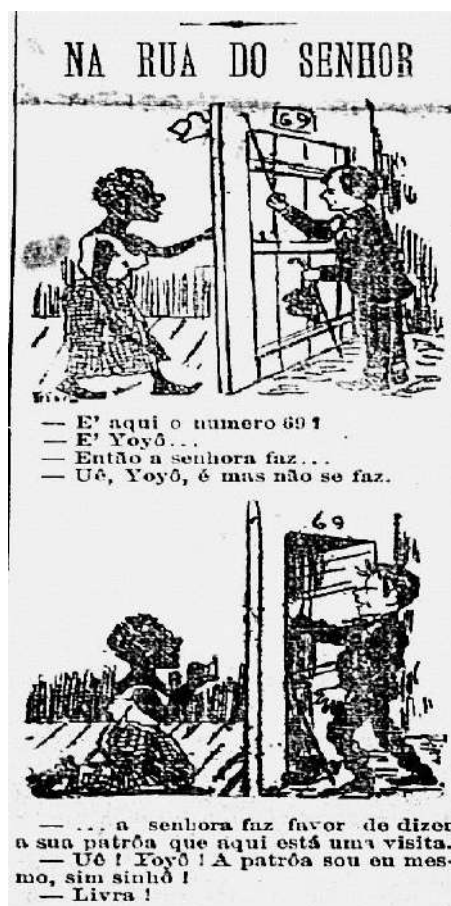
FIGURA 18: “Helena”. *O Rio Nu*, ed. 158, 10 /01/1900, p.2.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1900_00158.pdf

A mulher representada de costas na imagem parece ter o corpo esguio, os seus braços não parecem tão roliços e o seu quadril tampouco aparenta um grande arredondamento (Figura 18). Menos curvilínea na figura 18 Helena também parece mais branca. Se nas porções escritas do folhetim seu corpo foi descrito amorenado, imageticamente, sua morenidade parece ter ficado restrita aos seus longos cabelos escuros. Dentre as possíveis justificativas para aparente brancura dessa representação de Helena é possível conjecturar as próprias limitações técnicas para a reprodução imagética de uma pele “morena”. Depois da aquisição d’*O Rio Nu* por J. Cepê, foi anunciado que se investiria mais na produção de gravuras para “a deliciosa ilustração da troça” (*O Rio Nu*, ed. 112, 02/09/1900, p. 2). Entretanto, em janeiro de 1900, o bissemanário ainda não dispunha dos meios que, nos anos seguintes, lhe garantiriam a vinculação de imagens em maior escala e com maior qualidade.

Sem embargo, tais limitações não foram obstáculo para que, em agosto daquele mesmo ano *O Rio Nu* publicasse uma composição bastante depreciativa da figura de uma mulher negra retinta:

FIGURA 19: "Na Rua Do Senhor". *O Rio Nu*, ed. 127, 23/09/1899, Capa.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1899_00127.pdf

Publicada na primeira página da edição 127, a figura 19 exhibe um homem branco, de paletó escuro e bengala na mão e que bate à porta de uma mulher negra de cabelos curtos, tom de pele retinto e que traz os pés descalços e vestes simples, apenas uma saia e uma blusa. As porções textuais da composição contextualizam o encontro retratado: o homem procurava a casa 69, atrás de uma profissional do sexo (Figura 19). Todavia, ao se deparar com uma mulher negra, ele enfaticamente requisita “a senhora faz favor de dizer a sua patroa que aqui está uma visita” (Figura 19). Diante da afirmação da moça de que “Uê! Yoyô! A patroa sou eu mesma, sim sinhô!”, o homem aparenta espanto incrédulo que aquela na sua frente era prostituta que procurava, chegando a berrar “Livra!” (Figura 19.)

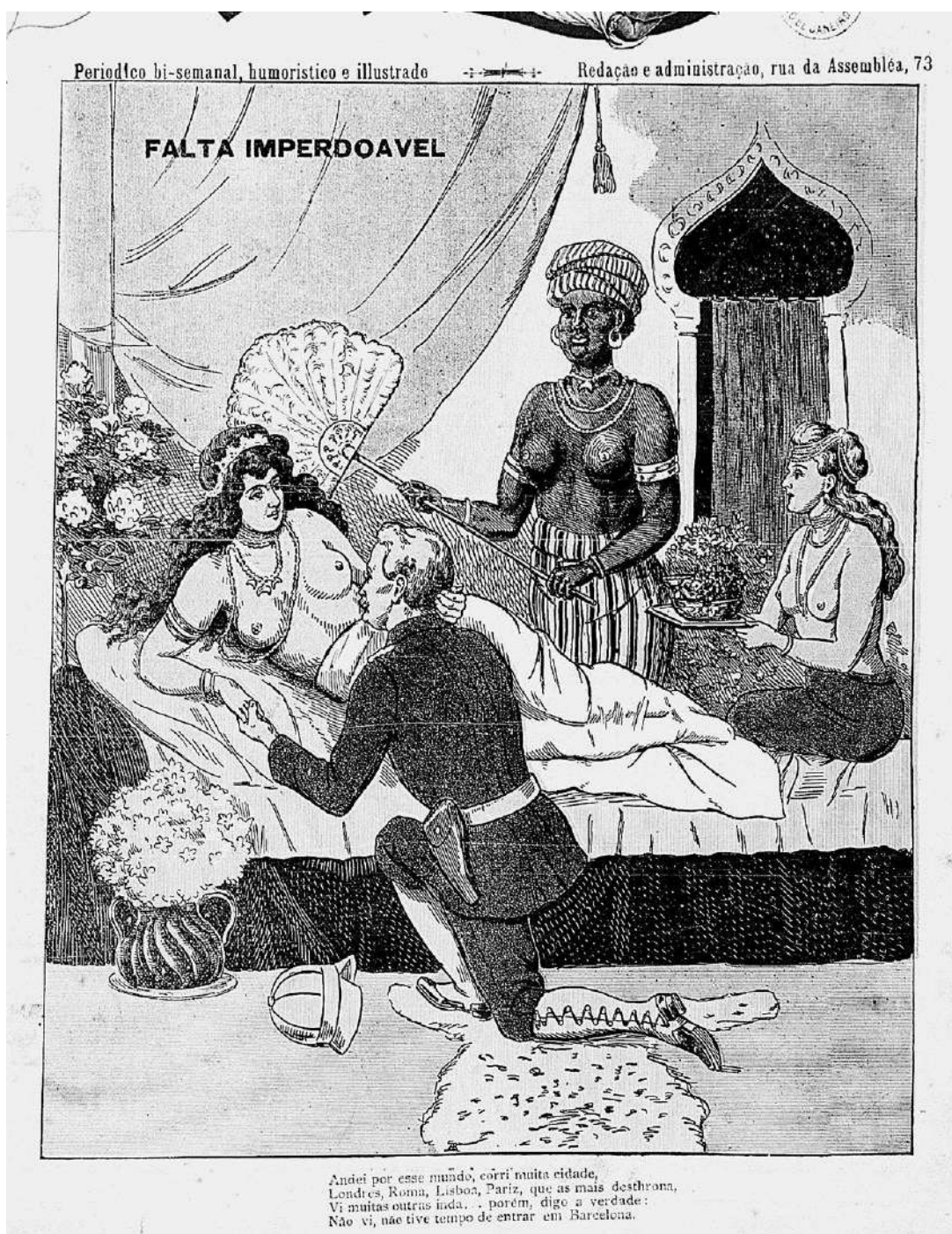
A historieta ilustrada (Figura 19) codifica como indesejável a mulher negra que a protagoniza, representando-a como causa de repulsa e espanto de um potencial cliente branco

e de aparente refinamento. Conforme já observado por trabalhos anteriores (Schettini, 2011; Peçanha, 2013; Carvalho, 2018), as representações iconográficas de pessoas racializadas negras n’*O Rio Nu* foram bastante esparsas e abjetificantes. Tais pesquisas demonstraram que o padrão de beleza feminina que predominou nas ilustrações e fotografias do bissemanário propunha como mais desejáveis as mulheres jovens, brancas, com traços finos, a pele sem cicatrizes e os cabelos longos e no máximo, levemente ondulados. Padrão afinado como o chamado ideal de “beleza helênica” inspirado por estátuas da Grécia Antiga e divulgado na primeira metade do século XX por eugenistas (Goellner, 1999; Sant’Anna, 2014;). De acordo Sant’Anna (2014, p. 62) o “padrão helênico” propunha como belas e sadias as mulheres brancas, com seios e pernas firmes, pele lisa, sem marcas de doença e que também não apresentassem fenótipos comumente associados à descendência “mestiça” (por exemplo, pele escura, olhos monólidos, cabelos crespos, lábios carnudos, nariz largo com a ponte nasal baixa, etc.).

Nesse sentido, mesmo que assumíssemos que em 1900 fosse de fato tecnicamente desafiador ilustrar o tom mais intermediário das carnes de Helena, tal dificuldade pode não ter sido o único motivo por trás da escolha de compô-la daquela maneira e naquela posição específica (Figura 7). Os cabelos da personagem foram descritos como longos (*O Rio Nu*, ed.145, 23/11/1899, p.2), nunca referidos lisos, o que permitiria, por exemplo, que fossem ilustrados com uma outra textura. Também é possível que outro enquadramento da figura de Helena permitisse a representação de traços fenotípicos de beleza mais comumente associados a populações não-brancas.

Não obstante, como indica a série de composições a seguir (Figura 20, Figura 21, Figura 22, Figura 23, Figura 24, Figura 25) – todas retiradas de capas do bissemanário, nos anos que *O Rio Nu* já contava com melhores condições técnicas de reprodução – as características fenotípicas que escapavam ao padrão de beleza helênica só eram enfatizadas imagetivamente sob condições muito específicas:

FIGURA 20: “Falta Imperdoável”. O Rio Nu, ed. 715, 13/05/1905, Capa.¹⁵²



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1905_00715.pdf

¹⁵² Legenda da Imagem: “Andei por esse mundo, corri muita cidade, / Londres, Roma, Lisboa, Paris, que as mais destrona, / Vi muitas outras ainda..., porém, digo a verdade/ Não vi, não tive tempo de entrar em Barcelona”.

FIGURA 21: "Um Marido Doente". O Rio Nu, ed. 674, 21/12/1904, Capa.¹⁵³



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1904_00674.pdf

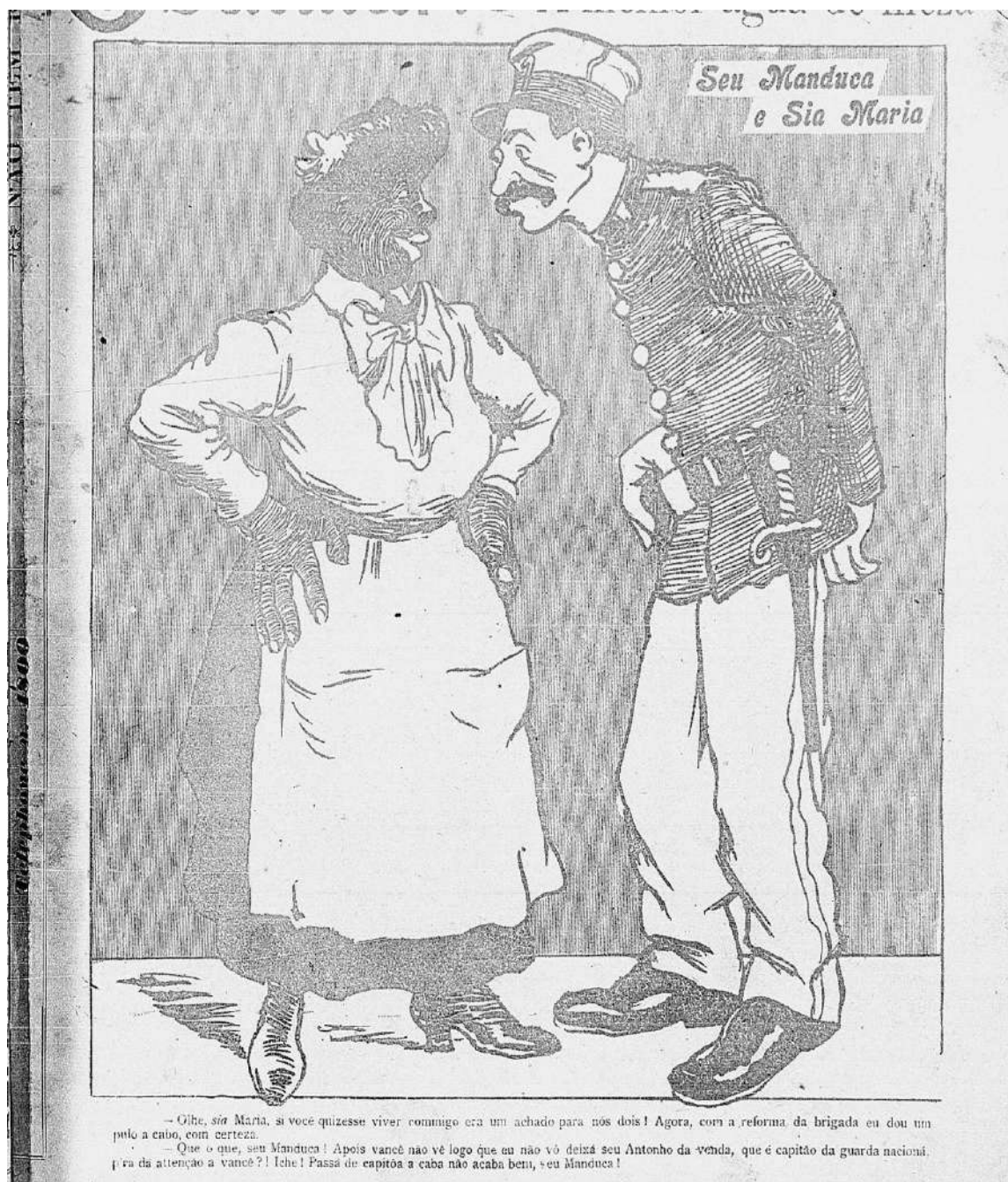
¹⁵³ Legenda da Imagem: “— Tá aqui, meu sinhô, o seu remédio. Tome que vosmice há de levantar pra patrôa ficar satisfeita/ — Diz bem, Genoveva, se eu não levantar quanto antes, minha mulher é capaz de descer... a um acto menos digno”

FIGURA 22: "O Beicinho do Guarda". O Rio Nu, ed. 670, 07/12/1904, Capa.¹⁵⁴



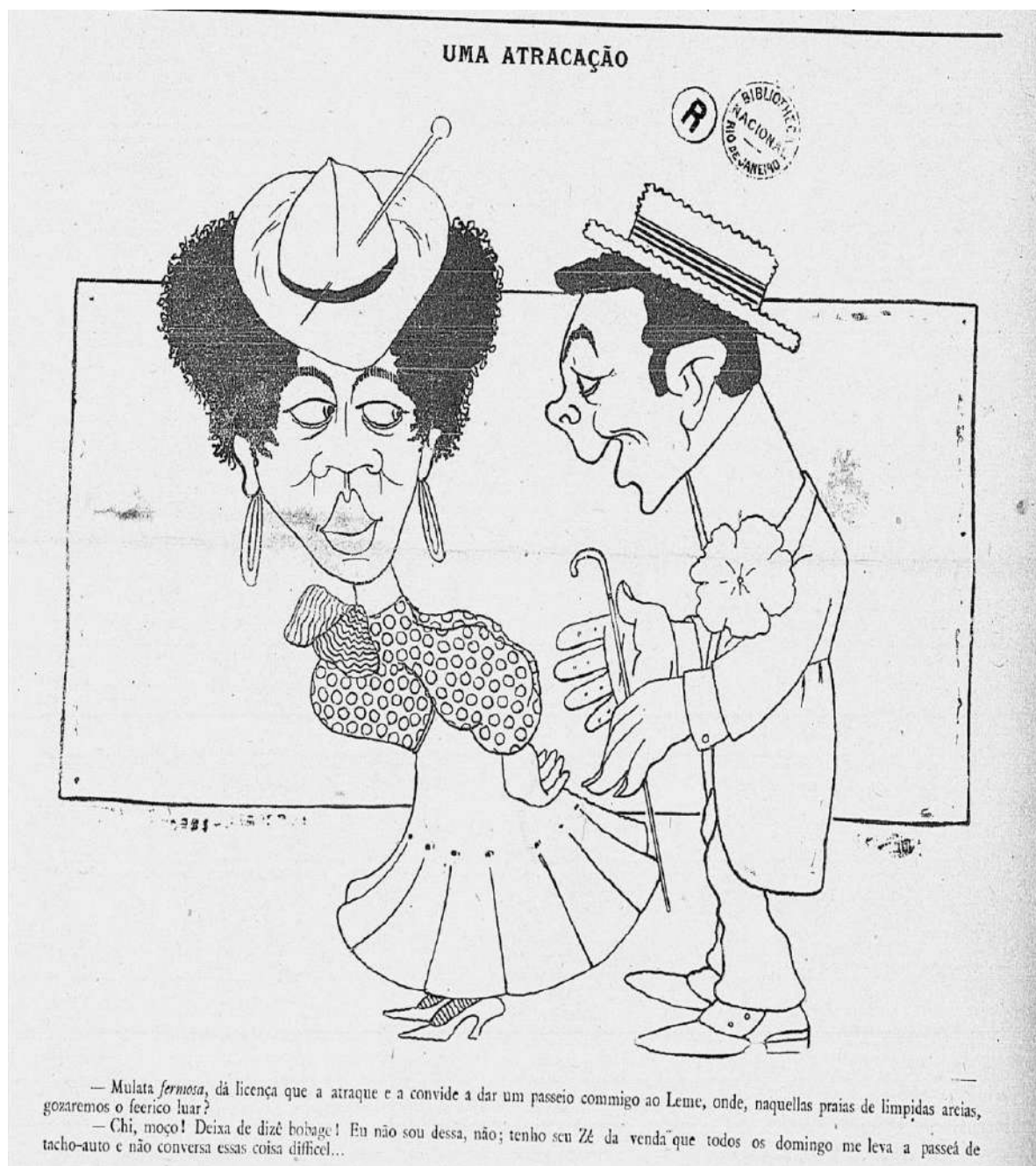
Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1904_00670.pdf

¹⁵⁴ Legenda da Imagem: “Esteja presa moça! A senhora não pode andar assim com tanta coisa a mostra, ofendendo a imoralidade pública! / — Ora, seu guarda, você é tão bonitinho, que não acho difícil sair-lhe o trunfo às avessas e você, em vez de me prender, vai ficar preso pelo beicinho...”

FIGURA 23: “Seu Manduca e Sia Maria”. O Rio Nu, ed. 686, 01/02/1905, Capa.¹⁵⁵

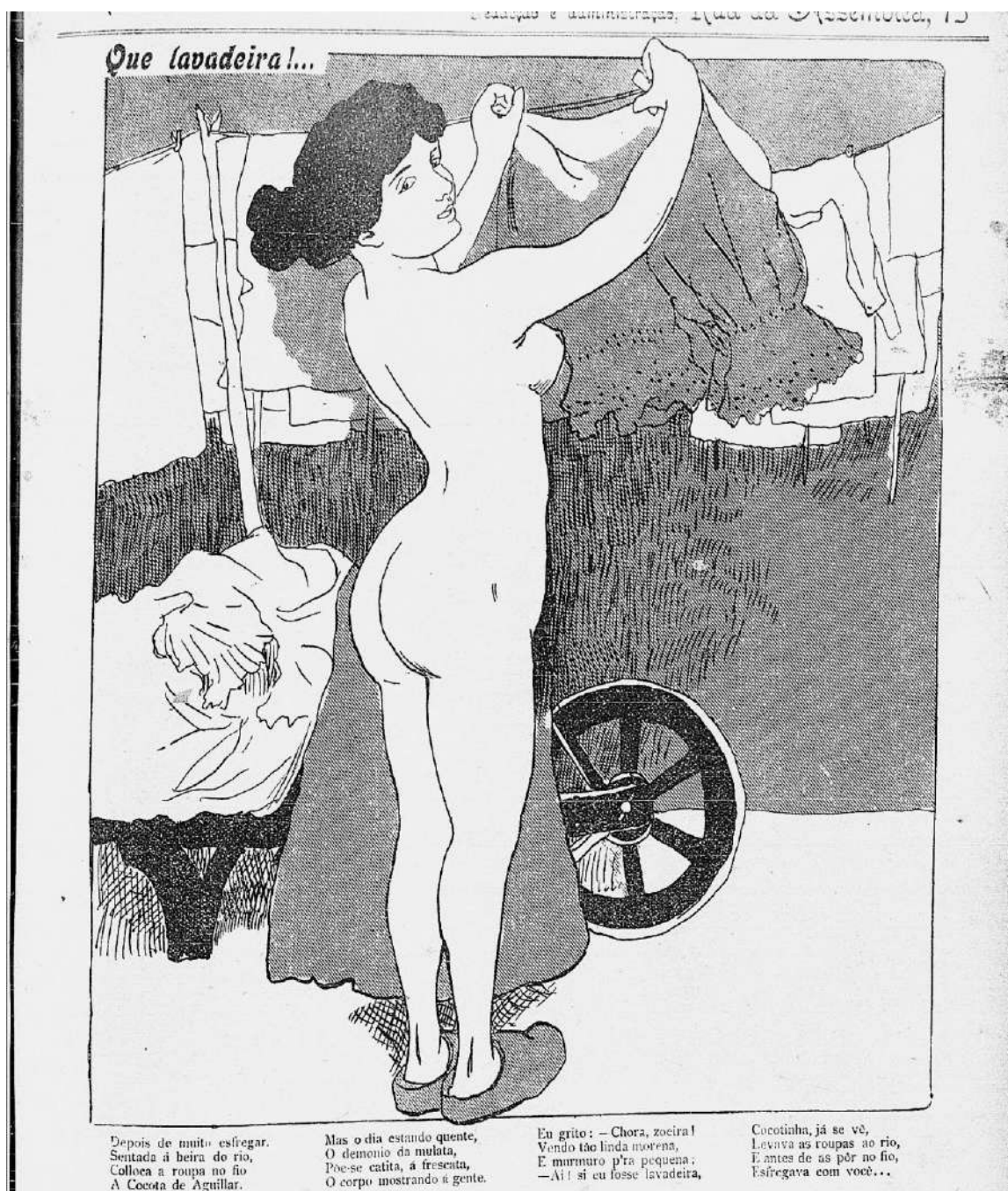
Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1905_00686.pdf

¹⁵⁵ Legenda da Imagem: “— Olhe, sia Maria, se você quisesse viver comigo era um achado para nós dois! Agora, com reforma da brigada eu dou um pulo a cabo, com certeza. / — Que o que, seu Manduca! Apois vancê não vê logo que eu não vou deixar seu Antonho da venda, que é capitão da guarda nacional para dar atenção a vancê? Iche! Passá de capitão a cabo não acaba bem, seu Manduca!”

FIGURA 24: “Uma atração”. O Rio Nu, ed.1394, 29/11/1911, Capa.¹⁵⁶

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1911_01394.pdf

¹⁵⁶ Legenda da Imagem: “— Mulata *fermosa*, dá licença que atraque e a convide a dar um passeio comigo ao Leme, onde naquelas praias de límpidas areias, gozaremos o feérico amor? / — Chi, moço! Deixa de dizê bobagem! Eu não sou dessa, não; tenho seu Zé da venda que todos os domingos me leva a passeá de tacho-autor e não conversa essas coisa difícil..”

FIGURA 25: “Que lavadeira!”. O Rio Nu, ed. 646, 14 /09/1904, Capa.¹⁵⁷

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em https://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1904_00646.pdf

Na figura 20, foram representadas três mulheres. Em um cenário que remete aos fetichistas retratos ocidentais dos haréns do oriente, a mulher negra de pele retinta e seios expostos abana uma odalisca deitada, ação que a codifica servente (Figura 20). Condição de

¹⁵⁷ Legenda da Imagem: “Depois de muito esfregar/ Sentada à beira do rio, /Coloca a roupa no fio/ A cocota de Aguillar/ Mas o dia estando quente, / O demônio da mulata/ Põe-se a catita, à frescata/ O corpo mostrando a gente/ Eu grito: — Chora, zoeira! / Vendo tão linda morena, / E murmuro para pequena:/ — Ai! Se eu fosse lavadeira/ Cocotinha, já se vê,/ Levava as roupas ao rio,/ E antes de as pôr no fio,/ Esfregava com você...”

que compartilha a mulher representada na figura 21. Citada na legenda como “Gênoveva” a mulher negra entrega um remédio para um homem que refere como “Sinhô” (Figura 21) Apesar de não ter tido a pele escurecida, Genoveva tem características fenotípicas negras bastante proeminentes, dos lábios fartos aos cabelos cacheados. Em comum com Genovena (Figura 21), Sia Maria, protagonista da figura 23, também traz um avental amarrado na cintura, peça de vestimenta que também a implica uma empregada doméstica.

Único homem negro representado nessa série de imagens, o guarda da figura 22 traz as proporções do seu corpo bastante distorcidas em comparação a mocinha branca que aborda por atentando ao pudor: suas mãos são do tamanho cabeça dela e sua boca parece capazes de engoli-la. Disformidade essa, que é ironizada pela despuorada moça na legenda: “Ora seu guarda você é tão *bonitinho* que não acho difícil sair-lhe o trunfo às avessas e você em vez de me prender, vai ficar preso” (O Rio Nu, ed. 670, 07/12/1904, p.1).

A abordagem policial retratada na figura 22 parece ter sido tão malsucedida quanto a do moço que tentou com galanteios rebuscados conquistar a mulher aludida como “mulata” na figura 24. Esta retrata uma personagem feminina que também apresenta características afrodescendentes bem-marcadas e que colabora para a comicidade da publicação justamente não entendendo a “conversa difícil” do homem que a abordava (Figura 24). Já a lavadeira da figura 25, também referida “mulata” foi, todavia, retratada com a pele branquíssima, mesmo tendo outros elementos da imagem compostos a partir de tons intermediários de cinza que poderiam servir para escurecê-la de uma maneira intermediária. Proposta objeto de desejo na legenda, a lavadeira que gostava de se colocar a “fresca” durante sua lida, tampouco apresenta as feições utilizadas nas outras capas para caracterizar seus personagens afrodescendente (Figura 25).

Em suma, a partir da série de figuras levantadas é possível inferir que nas composições que codificavam esses indivíduos em posições serventes – seja por estarem de fato servindo alguém (Figura 20, Figura 21) ou com roupas de empregada (Figura 23) –, e naquelas, cuja comicidade se pautava na sua ridicularização – seja física (Figura 22), seja intelectual (Figura 24) –, as características fenotípicas associadas a negritude eram visualmente enfatizadas, até mesmo desproporcionalmente (Figura 22). Por sua vez, no caso do “demônio da mulata” da figura 9, mulher proposta na legenda como objeto de desejo voyeurístico, optou-se pelo seu embranquecimento. Explicita-se, portanto, a tendência, já observada por Schettini (2011, p. 336), de que as imagens mesmo quando referem a figuras de desejo tratadas no texto como não brancas, “parecem tender a anular, pelo menos na representação dos corpos, a diversidade racial e social que aparece na parte escrita”.

Tendência que pode ter justificado a composição da representação imagética de Helena. Isto é, ainda que, textualmente, descrita não-branca, viúva alegre, a personagem mais desejada do folhetim “O Buraco” conteve a ambiguidade racial necessária para garantir algum nível de proximidade com o ideal helênico de beleza à que recorriam tão frequentemente as gravuras veiculadas pelo *O Rio Nu*.

Ao longo da trama, os maiores méritos dessa personagem seriam associados à sua beleza, não a seu intelecto. Potência sedutora tão arrebatadora que nem a própria Helena esteve imune, chegando a se masturbar excitada pelo próprio reflexo (*O Rio Nu*, ed. 160, 17/01/1900, p. 2). Vaidosa, Helena reunia atributos psicológicos e físicos de uma *Femme Fatale*: atraente, “de temperamento exaltado” (*O Rio Nu*, ed.139, 04/09/1899, p.2) sedutora, arrogante, de sexualidade voraz e pulsante. Tal qual pontua Carvalho, uma codificação bastante recorrente na imprensa alegre:

[...] na imprensa séria o apelo moral ao recato é constante devido aos interditos sobre a sexualidade da mulher, na imprensa pornô-erótica sua sexualidade traduz a sensação de provocação e enfeitiçamento que a lasciva e pérfida mulher moderna provocava (Carvalho, 2018, p.278)

Segundo Mireille Dottin-Orsini (1996) no *fin-de-siècle*, a mulher fatal que habitava a imaginação misógina de literatos, dramaturgos e artistas visuais ocidentais não era apenas a assassina, havia também as megeras, espectros controladores e as tidas devassas, que, por sua vez, estragavam a vida de homens com sua depravação e imoralidades contagiosas. Entretanto, em o “O Buraco: O novo Escândalo de Bock” a devassa Helena não arruinaria nenhuma figura masculina. O orgulho e apetite sexual da viúva fatal serviriam como forças motrizes para a decadência moral da “meiga e bela” Olga.

Na ocasião em que foi apresentada à viúva, Olga “tinha 19 anos”, era uma moça passiva e solitária devido a sua “extrema timidez” (*O Rio Nu*, ed.138, 01/11/1899, p.1). Esta foi a razão pela qual D. Affonsa não pôde se opor a sua aproximação com a vizinha, muito embora achasse Helena “muito alegre” para uma “viúva”, julgando o seu “modo de pensar muito livre” e suas falas muito “realistas” (*O Rio Nu*, ed.138, 01/11/1899, p.1). Perceptiva das desconfianças da matriarca, Helena sentiu seu orgulho ferido e acreditando que a mãe de Olga julgava a filha de alguma maneira superior, boa demais para o seu convívio, a viúva resolveu “vingar-se terrivelmente da velha” (*O Rio Nu*, ed.138, 01/11/1899, p.1). Este foi o motivo pelo qual Helena fez questão de colocar Olga completamente a par

[...] de todos os segredos que as moças solteiras desconhecem e mesmo em dados momentos, entregando-se as duas a um extremo de carícias e afagos que deixavam a pobre menina extenuada, vermelhinha, a respirar apressadamente e a comprimir lhe fortemente nas suas as mãos da viúva (*O Rio Nu*, ed.138, 01/11/1899, p.1).

Abrindo Olga para um mundo de prazeres desconhecidos, Helena não compartilharia com a jovem apenas a leitura d'*O Rio Nu*, mas também a própria cama, despertando na virgem moça a curiosidade em relação aos prazeres sexuais. Curiosidade que culminaria no desfecho infeliz da tímida Olga grávida, todavia, antes do casamento. Condição corporal que a jovem confessaria a mãe apenas no sexto capítulo do folhetim. Resolvia-se então o mistério da desgraça familiar de Dona Affonsa, mas se anunciava um novo suspense para segurar o leitor: afinal, quem a havia engravidado?

Encerrando o sexto capítulo, tal revelação só pôde ser operacionalizada como gancho narrativo devido ao caráter sexualmente escandaloso que aquele estado corporal constituía para uma moça solteira de seu status. Segundo observa Gilberto Freye (2004) a valorização da virgindade feminina era tamanha entre os brasileiros que nos tempos do Império, entre aqueles que tinham os meios para custear, era comum um tratamento funerário especial aos cadáveres de moças virgens:

Tinha direito a capela de flor de laranja, véu de noiva, bouquet de cravos, caixão azul-claro ou branco. Foi outra idealização mórbida, baseada, sem dúvida, nos mesmos motivos que a idealização do anjo: a compensação psíquica, sob forma teológica, da perda do valor social representado pela moça morta (Freye, 2004, p. 236).

Ficcionalmente nascida no fim do Império, a personagem de Olga também tem o reconhecimento do seu valor perante a sociedade proposto no folhetim atrelado à sua conduta sexual, daí o desespero de sua mãe ao descobrir a sua gravidez. O seu estatuto de moça “inocente”, figura na narrativa condicionado à sua ignorância dos “segredos que as moças solteiras desconhecem” (*O Rio Nu*, ed.138, 01/11/1899, p.1). Representação que explicita a interlocução do folhetim com um contexto histórico, no qual, o conhecimento sobre o funcionamento sexual dos corpos podia corroborar juízos positivos ou pejorativos sobre as condutas daquelas genericadas como mulheres, sobretudo, no tocante as mocinhas da alta sociedade¹⁵⁸. Parâmetros que, quando considerados em relação ao status civil das mulheres, justificava, para muitos, a depreciação de determinados modos de estar no mundo.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Esteves (1989), em sua análise de 99 processos de defloração, estupro e atentados ao pudor, percebe a existência de concepções culturais diferentes sobre honestidade, o namoro, a virgindade e mesmo o casamento, sobretudo, entre as camadas populares: “para muitas moças pobres, e isto é importante, a relação sexual não vinha precedida de maiores formalidades “morais”, como num namoro cheio de regras. Não passava necessariamente, na prática e no discurso, pela noção de casamento difundida pela higiene, embora elas constantemente declarassem que só cederam porque “eles pretendiam casar”. Por mais que tenham declarado a justificativa da “promessa de casamento” com sinceridade e sem pressão dos funcionários das delegacias, o significado e o sentido do casamento apresentavam especificidades” (Esteves, 1989, P. 164-165). Nesse sentido, a historiadora também chama atenção na proeminência entre as camadas populares dos amasiamentos, “opções reais de vida conjunta, e a virgindade não era sua condição fundamental” (Esteves, 1989, p. 182).

¹⁵⁹ Como bem observou Esteves (1989, p.165) então entre os setores médios, mas sobretudo as elites o casamento tinha que significar para a mulher “o ponto intermediário entre uma série de comportamentos morais, papéis

Em outras palavras, a credibilidade da performance de recato de moças solteiras dependia, muitas vezes, de aparentar desconhecimento e imperícia em relação aos usos sexuais dos seus corpos, assim como em relação aos de seus potenciais parceiros. Por certo, tal associação da pureza feminina a um estado prévio à primeira relação sexual penetrativa, podia incutir em alguns tanto à predileção sexual e afetiva por aquelas tidas imaculadas, isto é, o fetiche de exercer papel de maculador, mas também deflagrar entre outros o desejo socialmente interdito por mulheres maculadas¹⁶⁰. Diferentes fantasias as quais “O Buraco: O novo Escândalo de Bock”, ofertava acesso aos seus leitores. Voyeuristicamente, é claro. Afinal, ao longo de seus capítulos acompanhou-se tanto à ruína moral de Olga – processo que culminaria na descrição do seu desvirginamento no último capítulo do folhetim –, quanto os encontros escaldantes de mulheres sexualmente desregradas, com a lavadeira Laura, a viúva Helena e sua pálida amiga Rozalina que, ao longo da ficção, se relacionariam com múltiplos parceiros.

Temas como virgindade e casamento eram intensamente explorados por médicos, criminologistas, mas também por jornalistas e literatos (Esteves, 1989; Soihet, 1989). Desde finais do século XIX, livreiros cariocas lucravam com romances de sensação cujos enredos de sucesso tratavam melodramaticamente das trajetórias de mocinhas desgraçadas por seus encontros sexuais, consensuais ou não.¹⁶¹ Isto é, a tematização do desvirginamento e do desregramento sexual feminino não teria sido uma exclusividade das produções folhetinescas socialmente ligadas ao obsceno, ao pornográfico. Todavia, mais do que servir a um enredo recheado de embates morais que só terminavam diante “do reconhecimento e do restabelecimento da ordem e dos princípios morais” (El Far, 2004, p.137), nas páginas d’*O Rio Nu*, a mobilização dessas temáticas visava, notadamente, o deleite sexual de seus leitores.

Se em grande parte dos enredos populares folhetinescos, que se pretendiam não-pornográficos, o acesso de seus leitores a episódios de transgressão sexual (raptos, defloramentos, infidelidades conjugais etc.) era condicionado pelo eventual reestabelecimento simbólico da ordem (isto é a punição dos transgressores), tal condicionamento narrativo não era imperativo aos folhetins publicados nas páginas d’*O Rio Nu*. No caso específico de o “O

aprendidos anteriormente a sua prática enquanto esposa e futura mãe encarregada de repassar aqueles mesmos comportamentos e papéis”.

¹⁶⁰ Predileções que serão exploradas mais detidamente no capítulo 4.

¹⁶¹ A temática da menina “desgraçada” por uma cruel fatalidade do destino foi bastante popular em todo século XIX. [...]. Incontáveis páginas de literatura oitocentista aludiram à trágica vida de moças que tiveram sua virtude imolada e perseguida pelo capricho e tirania de pessoas vis e criminosas. Em muitos casos, ludibriadas pelos encantos de um conquistador, perdiam a virgindade, em outros conferiam sua desgraça ao fato de estarem sozinhas no mundo, órfãs de família, da solidariedade alheia e de um futuro promissor. Eram, em resumo, vítimas inocentes de um destino injusto, impelidas, portanto, a verdadeiros tormentos e aflições que apenas cessavam com a morte (El Far, 2004, P.146)

Buraco”, as transgressões sexuais serviriam também para a valorização do projeto de masculinidade dos pornógrafos d’*O Rio Nu*, em detrimento a de seus críticos.

Esta parece ter sido a razão pela qual, muito embora se relacione sexualmente com múltiplos parceiros e parceiras ao longo da trama, eventualmente cedendo até mesmo aos encantos de um padre, Helena não termina o folhetim tragicamente punida pelo destino. Por sua vez, a tímida Olga acaba grávida, traindo seu pretendente Albino, o personagem do folhetim mais crítico ao *O Rio Nu* e seus colaboradores. O rapaz foi o único a enfurecer-se com a mocinha ao ouvi-la perguntar à Helena sobre João Black:

– O que? Mimi? Tu também querer ler O Rio Nu?
 – Eu, não senhor, mas D. Lena disse que o moço é tão amável que...
 O Albino fez uma cara feia como todos os diabos! Não lhe faltava mais nada!
 Perguntar a moça, ali nas suas barbas, por gente d’*O Rio Nu*, uma cambada,
 uma gente imoral! Não lhe faltava mais nada! (*O Rio Nu*, ed.219, 11/08/1900, p.2).

Mal sabia Albino que àquela altura, a mocinha não somente já lia o bissemanário, como inclusive já havia sido apresentada à Black. Depois de conhecer Helena, frequentar a sua cama¹⁶² e servir de cúmplice para as indiscrições da viúva com seus amantes, dentre eles Black, Olga não tardaria a se enfastiar com a “marcha regular de seu namoro” com o sério Albino. Enquanto o trabalhador rapaz esperava uma promoção para oficializar o enlace, Olga tornava-se esquiva, julgando Albino “tolo, frio, mole” interrogando-se “muitas vezes como é que se deixará levar por aquele desenhado”, esperando “unicamente o primeiro pretexto para romper” (*O Rio Nu*, ed.219, 11/08/1900, p.2). Ao que tudo indica, faltava ao respeitoso Albino justamente a graça e dureza que sobrava à “gente imoral” d’*O Rio Nu* (*O Rio Nu*, ed.219, 11/08/1900, p.2).

Cambada essa, que acabou orbitando a vizinhança de Olga e Helena muito antes da escandalosa gravidez da jovem, engrossando, portanto, a lista de possíveis suspeitos de engravidá-la. O fuxico que os atraiu para as proximidades da rua Formosa ocorreu na festa em que, recém-chegada no bairro, Helena foi formalmente introduzida para a vizinhança. Na confraternização realizada na residência de D. Affonsa e Seu Ambrósio desdobrou-se um “escândalo formidável” demais para ser ignorado pelas páginas do “endiabrado jornal” (*O Rio Nu*, ed.216, 02/08/1900, p.2). Isto é, fazendo jus à missão que anunciou meses antes, em seu artigo comemorativo “Como se Fez O Rio Nu” – a de “trazer à tona” o “melhor” das

¹⁶² No folhetim, as relações sexuais entre Helena e Olga não são referidas como os atos que teriam desvirginado Olga. Tais episódios são, narrativamente, propostos a partir de uma perspectiva bastante falocêntrica do sexo. Mesmo o gozo sexual decorrente desses momentos figura como algo incompleto, menor que aquele alcançado com parceiros masculinos. Evidencia-se, portanto, noções de virgindade e verdadeiro prazer sexual femininos dependentes do sexo penetrativo por um falo.

indiscrições da capital (O Rio Nu, 12/05/1900, p. 2) –, em seu folhetim, Brito também reiterou a imagem do humorístico como um veículo privilegiado para consumo de fofocas da sociedade carioca.

À certa altura da festa, Helena que já havia encantado a todos tocando o piano, foi convidada insistentemente por Olga a participar de uma brincadeira junto com os outros convidados (O Rio Nu, ed.166, 07/02/1900, p.2). Armou-se então, uma espécie de jogo das cadeiras chamado “Correios” no qual uma pessoa previamente vendada deveria roubar o lugar de outro jogador quando este fosse convocado a se levantar e correr para trocar de assento com um terceiro participante (O Rio Nu, ed.166, 07/02/1900, p.2). Se nesse processo, a pessoa vendada acabasse sentando-se no colo de alguém, caberia a ela adivinhar sobre quem havia se sentado, para apenas então, poder se levantar (O Rio Nu, ed.166, 07/02/1900, p.2). Depois de muita insistência, Helena aceitou participar, permitindo que lhe vendassem, mas acabou no colo de ninguém menos que o Padre Faustino que, a despeito de seus votos de celibato, participava da brincadeira justamente na esperança de tirar uma casquinha da nova vizinha (O Rio Nu, ed.166, 07/02/1900, p.2).

Como se a animação do padre em participar da brincadeira já não fosse escandalosa o suficiente, esta ampliou-se, pois o sacerdote não conseguiu controlar a excitação de suas carnes quando a viúva se sentou em seu colo, despontando uma ereção (O Rio Nu, ed.166, 07/02/1900, p.2). Por sua vez, certa de que havia sentado sob alguém que vestia saias, Helena julgava estar sentada sobre outra convidada, D. Manuela, pois, mais cedo, a moça havia reclamado que uma barbatana do seu colete havia quebrado e a viúva sentia sob si uma protuberância ereta (O Rio Nu, ed.168, 14/02/1900, p.2). Apesar da negativa de todos ao seu redor persistir, Helena insistia em sua hipótese, a razão pela qual, irritando-se, resolveu tomar nas mãos o que julgava ser a tal barbatana para provar o seu ponto:

Mergulhou a mão e segurou na saliência que se elevava. Na sala o riso cessou de repente. Os elegantes torciam-se e voltavam o rosto abafando a gargalhada no lenço. As mocinhas foram disfarçando e se internando pela alcova; apenas a de sardas, muito saliente e muito espevitada, arregalava os olhos desmesuradamente, com as mãos abertas no ar solenemente intrigada com aquela coisa que ela não sabia o que era (O Rio Nu, ed.168, 14/02/1900, p.2).

Revelando a todos o pênis ereto de um padre, em meio a uma festa da alta sociedade, Helena, que apesar de todas as suas indiscrições, havia até ali escapado da desonra, se viu no centro de um escândalo. O episódio agravou-se por envolver um clérigo daquela localidade, já um tanto afamado por convocar mulheres atraentes e casadas para “servi-lo no altar” (O Rio Nu, ed.171, 24/02/1900, p.2). A fofoca do episódio não tardaria a se espalhar para além dos convidados daquela confraternização e em pouco tempo, Joaquina, a mulher “negra, quase

preta” (O Rio Nu, ed.202, 13/06/1900, p.2) que trabalhava como lavadeira para Helena, comunicaria a sua patroa que o escândalo havia chegado nos ouvidos de colaboradores d’O Rio Nu.¹⁶³

Fã do bissemanário, mas desesperada com a perspectiva de que a publicação do ocorrido manchasse sua reputação, Helena tentava bolar um plano para abafar o caso, quando Joaquina lembrou que já havia lavado as roupas de “um moço do norte, sem família aqui...” (O Rio Nu, ed.174, 07/03/1900, p.2) e que trabalhava na folha: João Black, a persona ficcional de Brito. Embora àquela altura já não prestasse mais serviços à Black, a fiel escudeira de Helena conhecia a sua atual lavadeira, Laura, moça referida como “mulata” e com quem Joaquina acreditava que o redator tinha um caso.

Crente que a seu pedido Laura podia intervir junto a Black e evitar o vazamento do escândalo, a

[...] Sinhá Joaquina contou todas as relações existentes entre a amiga Laura o redator da folha. Que ela lavava para o “bicho” já ela o dissera. Lavava e mais “alguma coisa” até onde ia... Ia longe! E as patroas podiam ficar certas de uma coisa: a Laura era trunfo para a tal gentinha da folha! [...] A Laura dava-se muito com o “bicho” dava-se muito, lavava e mais alguma coisa. Ora justamente para “mais alguma coisa” ele iria essa noite a casa de Laura... A Laura fazia-lhe muita festa, derretia-se muito, pedia-lhe que não publicasse aquilo e dava-lhe dois beijos; ele babava-se todo, punha a outra nos joelhos, prometia tudo e dava dois beijos na Laura. E pronto! Aí estavam como se arranjaría tudo: entre beijos e nos joelhos. Acabava bem, sim senhores! O diabo da história acabava bem, entre beijos e joelhos (O Rio Nu, ed.174, 07/03/1900, p.2).

Estabelecia-se aí o emaranhando narrativo que conectaria as trajetórias de Helena, Laura e Joaquina, as três mulheres não-brancas mais proeminentemente representadas na história. Mulheres de tonalidades e status sociais bastante distintos e não por acaso, cada qual ocupando um lugar bem diferente na cadência de desejabilidade feminina disposta pelo folhetim. Dentre as três, a amorenada Helena, a mais desejada e não porventura a mais clara e mais rica, inspiraria entre vários homens, planos e artimanhas para levá-la para cama. Por sua vez, representando o outro extremo desse espectro, não evocando arroubos conquistadores em personagem algum, estava Joaquina, mulher mais velha, lavadeira e presumidamente retinta, a única descrita “quase preta” (O Rio Nu, ed.202, 13/06/1900, p.2).

¹⁶³“Uma tarde, pouco depois de três horas, achava-se os três de palestra, quando entrou um dos colaboradores da folha, espantado e risonho, parecendo trazer consigo um mundo de pilherias. Os outros perguntaram logo o que diabo trazia ele além daquela cara tão feia. –Trago escândalo! Mas que escândalo, rapazes! Uma coisa deliciosa! É fato. Deu-se ontem a noite, na rua Formosa. Da um Nú E Crú esplêndido.Os outros interessam-se logo. Um escândalo! E levantaram-se em redor do recém-chegado.

– Vamos seu Black, desembuche! Disse o Gil.” (O Rio Nu, 23/05/1900, ed.196, p.2)”.

Chegando a ser fisicamente depreciada por Black que, ao vê-la pela primeira vez, referiria Joaquina como um “cadáver” (O Rio Nu, ed.206, 27/06/1900, p. 2), a lavadeira tampouco se demonstraria interessada em viver suas próprias indiscrições sexuais, infinitamente mais preocupada com a imagem de sua patroa. Isto é, proposta indesejável, Joaquina também não desejava: um corpo em todas as instâncias possíveis, dessexualizado. A serventia narrativa de Joaquina se relaciona justamente a maneira como seu ímpeto de *servir* a sua patroa causaria à intersecção das trajetórias de diferentes personagens no folhetim. Na missão de defender a viúva, a lavadeira circularia pelas ruas e espaços, nos quais uma mulher da sociedade não deveria circular, inclusive na redação d’*O Rio Nu*, onde seria engabelada por ninguém menos que o proprietário-diretor da folha Heitor Quintanilha.

O paralelo entre as preocupações de D. Affonsa com a honra de sua filha Olga e os vários esforços desprendidos por Joaquina para proteger a imagem de Helena, permitem a leitura de que o zelo da lavadeira por sua patroa tinha contornos um tanto maternais. Na história, Helena não teve que recorrer sequer a promessa de compensações financeiras para convencer Joaquina, mulher que lhe prestava serviços, sua sênior, sem filhos ou companheiro afetivos, a mover mundos e fundos para tentar resguardar a sua reputação.

A afetividade nutrida por Joaquina não é, entretanto, recíproca em mesma escala. Embora a lavadeira demonstre grande lealdade para com Helena, a relação entre ambas se mantém separada em dois polos, criada e patroa, com status hierárquicos distintos. Em nenhum momento Helena refere a lavadeira como amiga, mas sim “sua lavadeira” (O Rio Nu, ed.212, 18/07/1900, p.2), ênfase no pronome possessivo. Quando Black caçoa da lavadeira que conheceu na redação d’*O Rio Nu* em uma festa da sociedade, a viúva se diverte, tendo naquilo “um prazer especial” (O Rio Nu, ed.212, 18/07/1900, p.2).

Na contramão das campanhas higienistas contrárias ao emprego de serviçais negras, especialmente amas-de-leite e lavadeiras, que ganhavam força no final do século XIX (Roncador, 2014, p.39-40), a figura da “velha” “negra, quase preta” Joaquina, não é, necessariamente, um fator de contágio moral.¹⁶⁴ Embora Joaquina até goste de beber e fofocar,

¹⁶⁴ De acordo com Sônia Roncador (2014) no final do século XIX higienistas associariam as trabalhadoras do serviço negras e pobres com noções de perigo e contágio, sobretudo as lavadeiras e ama-de-leite: “These experts made use of print popular culture (most notably, newspapers, medical guides, and housekeeping manuals) to scare the population, alluding to the infected water from the slums where laundresses normally worked and lived, as well as the impure milk from black and mulatta “mercenary” wet nurses. In a way, these women served in public discourse to assuage the doctors’ and urban authorities’ predicament before the nineteenth century’s tragic epidemic eruptions of yellow fever, cholera, and syphilis. Related to this image is the fact that these servants’ work defied the traditional location of domestic service, as some arrangements allowed breastfeeding to be done in the wet nurses’ impoverished houses and vicinity; and before treated water arrived in the bourgeois households, laundering was done in public fountains or in shared tubs in slums” (Roncador, 2014, p. 39) Em Tradução Livre:

a lavadeira não causa a decaída moral de sua patroa. Helena, muito antes de conhecê-la, já tinha o temperamento voluptuoso, algo informado por uma série de capítulos contendo *flashbacks* de sua trajetória antes de se mudar para a rua Formosa. Bastante moça, ainda no internato, Helena já sentia seu “sangue” “picar ferozmente” sentindo um “gozo” especial na forma como um rapaz alourado frequentador da “Igreja do Largo do Machado” (O Rio Nu, ed.145, 23/11/1899, p.2) a olhava com desejo. Seu fogo era tamanho, que para aliviar-se das sensações de “facadas” que sentia, Helena recorria à sua pálida colega de quarto, Amelita, quem de tempos em tempos, a órfã amorenada conseguia arrastar ao banheiro onde “com furor de leoa” beijava-a, despi-a, apertando-se contra ela em um “estorrecimento de nervos” (O Rio Nu, ed. 146, 29/11/1899, p.2).

De tez mais escura, corpo envelhecido e desprovido de picadas ferozes, Joaquina é fiel, convencida por Helena a defender a sua honra mesmo que isso lhe custasse tempo e certas doses de humilhação. Longe do estereótipo de criada perversa, demônio familiar, a lavadeira aproxima-se muito mais do tropo da “mãe-preta”, tipificação codificadora do mito da escravizada fiel e obediente, mais frequente na literatura do início dos oitocentos¹⁶⁵ (Roncador, 2014, p.82) e depois revigorada, a partir dos anos 1920 (Muaze, 2019, p.100-103).

No Brasil, as construções socioculturais das “mãe-pretas” exprimiram esforços de significação daquilo que Rita Segato (2021) designa como o caráter duplo do vínculo materno

“Esses especialistas fizeram uso da cultura popular impressa (principalmente jornais, guias médicos e manuais de boas maneiras domésticas) para assustar a população, fazendo referência à água contaminada das favelas onde as lavadeiras normalmente trabalhavam e viviam, assim como ao leite impuro das amas-de-leite “mercenárias” negras e mulatas. De certa forma, essas mulheres serviram no discurso público para amenizar o dilema dos médicos e das autoridades urbanas antes das erupções trágicas das epidemias de febre amarela, cólera e sífilis no século XIX. Relacionado a essa imagem está o fato de que o trabalho dessas servas desafiava o local tradicional do serviço doméstico, já que alguns arranjos permitiam a amamentação fosse feita nas casas empobrecidas das amas-de-leite e nas proximidades; e antes da chegada da água tratada nas residências burguesas, a lavagem de roupas era feita em fontes públicas ou em tanques compartilhados nas favelas (Roncador, 2014, p. 39)”.

¹⁶⁵ Em razão das campanhas higienistas previamente referidas, Roncador (2014, p. 82) observa já no final do período escravagista “The gradual eviction of caring wet nurse figures, or incarnations of the stereotypical mammy character from such renderings of intrafamilial bonds of love is not a phenomenon exclusive to Belle Époque photography. Their erratic and discreet appearances or, worse, their disrepute are equally noteworthy in the literary production of that period. To begin with, late nineteenth-century abolitionists’ use of either dishonorable or victimized female domestic slaves to instill a sense of respective fear or guilt among their slave-owning readers had surely competed against the traditional loving mammy”. O que não significa em absoluto que essas figuras tenham desaparecido, como pode ser observado, por exemplo, na personagem Mãe Maria do livro infantil Contos Pátrios de Olavo Bilac e Coelho Neto de 1894 e com reedição em 1906. A despeito da existência desse tropo na literatura da “mãe-preta” como figura dócil e nada insurgente, cabe a observação da antropóloga Lélia González (2020, p. 64-65) de que, para além das representações que foram produzidas ao seu respeito, mucamas e amas também operavam resistência “Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai-joão têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil.[...]. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos “fideis” de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência”.

fundado pelo fenômeno da escravidão no psiquismo e na sociedade brasileira. Segundo a antropóloga, haveria uma “diferença histórica e sociológica entre a mãe branca da Casa Grande e a babá negra, criadeira dos filhos brancos e ‘legítimos’” (Segato, 2021, p. 151). Em muitas instâncias, a figura mãe-preta contribuiria para a relativização da crueldade do processo escravista¹⁶⁶ (Muaze, 2019, p. 100, González, 2020, p. 64) que, no país, também implicou na transferência de maternidade para as amas-de-leite e amas-secas escravizadas.¹⁶⁷ Mulheres racializadas não-brancas e cujos corpos mesmo após a escravidão permaneceram flagrantemente empregados no cuidado dos herdeiros da família patriarcal brasileira.¹⁶⁸

A escolha de Brito por representar Joaquina, a mais retinta das personagens, com contornos de mãe-preta, ou seja, velha, dessexualizada, cegamente fiel à sua patroa; enquanto Laura, referida “mulata” e lavadeira apresenta-se como “faceira”, mas todavia, menos desejável que a amorenada e rica Helena, explicita o enredamento da ficção com uma doxa patriarcal e colonial que, até os dias de hoje contribui para a inscrição das mulheres racializadas em uma hierarquia de desejabilidade/conjugabilidade: “branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” (Freyre, 2000, p. 36). Não por acaso, no folhetim, os corpos das personagens são alocados em numa escala de caráter colorista¹⁶⁹, para qual concorrem também outras

¹⁶⁶ Por exemplo, no contexto das disputas simbólicas e ideológicas sobre a nação brasileira decorridas entre as décadas de 1920 e 1930, recorreu-se também a figura da “Mãe Preta” como representação do hibridismo racial e cultural brasileiro. De acordo com Mariane Muaze (2019, p.100-101) em *Da ama de Leite à Mãe Preta: arte, literatura, História e Memória*: “Tamanhas as atrocidades da escravidão, era enorme o desafio de trazer a herança africana de forma palatável, que trouxesse um diálogo seguro com o passado. A representação vitoriosa valorizava a mulher negra, que não se insurgia contra a sua posição subalterna, pelo contrário, mantinha-se fiel, dócil, amorosa e respeitando o seu lugar da hierarquia social. A mulher escolhida era a “mãe preta”, “ama de leite de todos os brasileiros”.

¹⁶⁷ Suely Gomes Costa (2002) situa o conceito de maternidade transferida como a delegação de mulheres para outras mulheres da administração doméstica, isto é, o cuidado de casa, que engloba o cuidado de coisas e de pessoas em circunstâncias diversas. Segundo pesquisadora, essa transferência “atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas” (Costa, 2002, p. 303).

¹⁶⁸ Em muitas instâncias mulheres racializadas não brancas continuam majoritariamente empregadas em contextos de maternidade transferida. Em uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicada em 2016 com base em na análise de dados referentes a atividade laboral das mulheres brasileiras no período entre 2004 e 2014, a mulher negra figura na base do sistema remuneratório, sujeito preferencial das piores ocupações: nada menos que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%). Desdobrando-se do nosso mal superado passado escravocrata, o trabalho doméstico figura na pesquisa como a sua principal ocupação: 17,7% das mulheres negras eram trabalhadoras domésticas, ao passo que, entre as brancas, 10% estavam no emprego doméstico, que há décadas não constitui o setor de atividade econômica que mais emprega brancas, ficando atrás do comércio e da indústria. Ainda que delegadas as tarefas domésticas, cuidado de crianças e até mesmo adultos dependentes por famílias de classe média e alta, em 2014, menos de um terço das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada. Isto significa que espantosos 70% da categoria não tem garantidos direitos básicos, como licença maternidade, licença médica, férias remuneradas, 13º salário ou aposentadoria. Nesse grupo as mulheres negras figuram como aquelas com menos acesso à proteção social, com apenas 28,6% contando com carteira assinada.

¹⁶⁹ Segundo Alessandra Devulsky (2012), processo social complexo interligado ao racismo, o colorismo exprime “um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidades e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da implantação do projeto colonial português quando da invasão do território. Um sistema de valoração

classificações sociais, mas que, de maneira geral, as localizam como mais ou menos próximas a um polo de feminilidade branca de alta classe e como tal mais ou menos desejáveis. Segundo a pesquisadora feminista negra Alessandra Devulsky (2021):

Durante séculos, da África após o contato com o homem branco até o Brasil-colônia e pós-republicano, a pele negra mais clara ficou submetida ao critério etnocêntrico daquilo que, embora não branco, é considerado mais palatável, mais próximo da bondade ou da graça. Em contrapartida, a pele negra mais escura, especialmente para as mulheres, continua sendo relacionada à crueldade e à repulsa. (Devulsky, 2021, p. 39)

Com efeito, tendo à Joaquina – a mais velha e retinta das três mulheres não-brancas – competido o papel de fiel servente assexual e repulsiva, sua colega de profissão, “a mulata” Laura, foi caracterizada faceira o suficiente para se deixar levar pelo tipo “atrevidote” do “pelintra” João Black, muito embora já tivesse um amásio oficial – “um guarda noturno, rapaz direito, dava-lhe boa vida” (O Rio Nu, ed.194, 16/05/1900, p. 2). Mais claros e jovens que Joaquina, os corpos de Laura e Helena são investidos de erotismo e de temperamentos voluptuosos. Codificação que certamente contemplou aqueles leitores desejosos pelo consumo do tipo ficcional da “mulata irresistível”, representação pela qual, historicamente, se reconstrói a herança escravista brasileira de “relação de dominação, racial e sexual, enquanto resultado de atributos naturais da própria mulher negra/mulata” (Giacomini, 1994, p. 223).

Nesse ponto, é interessante observar que, em “O Buraco”, Brito não apelou apenas ao fetiche colonialmente fundado pelas carnes de mulheres não-brancas. O autor também representou pálidas voluptuosas para o deleite de seus leitores. O caso, por exemplo, da adúltera Rozalina, alva mulher de posses e que se aproveitava da ausência do marido para fazer de sua casa refúgio para as suas indiscrições sexuais e de sua amiga Helena. Nada obstante, a diversidade de tonalidades das carnes femininas representadas pulsantes com desejo em “O Buraco”, não isenta as específicas representações de Helena, Laura e Joaquina da complacência com lógicas colonializadas, fetichizadoras de corpos racializados não-brancos por um viés sexual, mas também laboral.

Um enviesamento que torna cabível que relacionar-se com Helena, a mais clara de todas, seja, narrativamente, positivado devido a sua beleza e ao seu status como mulher da sociedade. Enquanto isto, à valorização da disponibilidade sexual da lavadeira Laura, somam-se

que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. Seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quanto um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco [...] ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca, sua razão de fundo atende aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história. De um polo a outro, seja ao preterir os traços fenotípicos e a cultura associada à africanidade, ou ao privilegiar a ordem imagética da europeidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelevelmente, ao capitalismo” (Devulsky, 2021, p. 22).

comentários sobre a conveniência dos serviços domésticos à que Black não precisou mais pagar ao se tornar seu amante. Razão pela qual o chefe do nordestino, Heitor, quando soube do caso de Black com a lavadeira, se impressionou com seu redator por ter, também, “providenciado para ter a roupa engomada de graça. Não havia dúvida que esse diabo de Black tinha um jeito tremendo para arranjar a vida!” (O Rio Nu, ed.205, 23/06/1900, p.2).

Para providenciar o mesmo, Heitor que não era dado a “frequentar as lavadeiras, mas que apenas lhes permitia, por essa generosidade das almas superiores, que as gajas lhe lavassem as meias” teve que enganar Joaquina quando a senhora visitou a redação da folha. Prometeu, assim, à lavadeira o cargo de auxiliar da “Regeneração das Artes”, quando na verdade queria apenas garantir as calças de linho branco limpas de graça (O Rio Nu, ed.205, 23/06/1900, p.2). Oferta que deslumbrou a lavadeira, não o suficiente para distraí-la da sua missão de tentar proteger sua patroa, mas a animando com a perspectiva de poder se gabar entre os seus colegas de estalagem que justo ela, uma mulher das “tinas”, agora colaborava com a missão de um letrado diretor de um periódico:

Ah! Como Laura ia morder de inveja! Enquanto essa mandava no pelintra de São Cristóvão porque lavava e “mais alguma coisa”, ela mandava no seu Heitor que mandava no pelintra. [...] Começava a nascer um desprezo pela tina. Não tinha mais que ver! Ela um auxiliar poderoso na regeneração da arte, voltar a esfregar as fraldas dos filhos dos outros? [...] Não! Nunca! Adeus tina! (O Rio Nu, ed.204, 20/06/1900, p.2).

Mal sabia ela que, com a conivência de Black, o que chegaria na estalagem onde Joaquina vivia não seria a notícia de sua fama, mas as ceroulas de um “gênio” que careciam de uma lavagem mais cuidadosa:

Onde mora? Perguntou o outro [Black].

– Na rua do senado.

– Ah! Sei já. Na estalagem, não é? Ah! Vá descansada. O Heitor lá mandará a roupa. Não tenha receio, senhora Joaquina! Nós havemos de fazer uma regeneração a valer! Agora é sempre bom ter cuidado e não esfregar muito as ceroulas aqui do gênio, porque elas andam excessivamente constipadas. [...] A senhora entendia bem o que eram essas coisas. O amigo comprara roupa branca antes mesmo de Adão ter comido a maçã. Coisas de boêmios, coisas de artistas (O Rio Nu, ed.209, 07/07/1900, p.2).

De lavadeiras a moças da sociedade, as mulheres de “O Buraco” foram representadas, todas, manipuláveis – seja em função de sua beleza, o seu status social, ou mesmo a perspectiva de reconhecimento artístico. Dentre elas, algumas poucas dispõem de seus próprios estratagemas, como era o caso de Helena, que manipulava Joaquina, Olga e até mesmo a desconfiada Dona Affonsa. Todavia, mesmo a mais esperta das personagens femininas ainda não era páreo para os boêmios malandros d’O Rio Nu.

3.1.2 – Em cena, a “Gente Imoral”¹⁷⁰ d’O Rio Nu

Se na vida real, sabe-se que os fundadores d’O Rio Nu acumularam outras ocupações à sua empreitada periódica de humor sexual (Schettini, 2020, Posições 936-985), é notório que em *O Buraco*, Brito tenha optado por representá-los consideravelmente mais indolentes, rapazes “despreocupados, boêmios legítimos, que nada mais tendo o que fazer faziam pilherias” (O Rio Nu, ed.195, 19/05/1900, p.2). Mais do que apenas proteger as identidades dos homens que, sob pseudônimos criaram a folha, a redução de suas trajetórias à uma ociosidade produtiva de brejeirices anuncia um projeto de masculinidade malandra, afirmado pelas conquistas sexuais, mas também pela aparência de elegância, despretensiosidade e de recusa ao trabalho organizado.¹⁷¹

Trocista, talentoso e um tanto golpista, Heitor, líder da cambada d’O Rio Nu foi o fundador da folha mais proeminentemente representado no folhetim. Em grande medida, suas peripécias e desejos deflagraram situações que evidenciam muitos dos atributos do modelo de masculinidade boêmia, representado hegemônico entre os redatores d’O Rio Nu, em “O Buraco”. Sua primeira aparição foi no capítulo 37, episódio em que a antiga sede da folha foi descrita:

A redação d’O Rio Nu era a esse tempo em 2º andar da travessa do Ouvidor. A folha nadava em maré de felicidade, tendo a testa três rapazes despreocupados, boêmios legítimos, que nada mais tendo o que fazer faziam pilherias. O Redator-chefe, era Heitor Quintanilha; Vaz Simão, o gerente e Gil Moreno, redator de conquistas, que pouco aparecia. Heitor acumulava: - era redator, secretário, revisor e mordida ainda por cima. Era ainda crítico teatral d’A Notícia e correspondente da Tribuna do Povo, de Santos. Vaz Simão administrava a folha, fazendo uma propaganda bruta e remetendo o jornal até para localidades - que nunca existiram.

Gil Moreno era positivamente o mais malandro dos três. Cheio de dinheiro, andava-se metendo em empresas arriscadas e gastando com a Mathilde um rol de dinheiro. Apenas fazia uns sonetitos de vez em quando (O Rio Nu, ed.195, 19/05/1900, p.2).

A rua do Ouvidor, endereço da antiga redação, foi uma das principais artérias da cidade do Rio de Janeiro em finais do XIX. O que não foi sempre o caso, pois antes da chegada da família real portuguesa em 1808, ali se encontrava uma viela que não gozava de grandes status, na época designada de Desvio do Mar. Nas palavras de Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha*, “O Desvio teve por primeiros moradores, gente pobre, no trabalho, porém ativa;

¹⁷⁰ (O Rio Nu, 11/08/1900, ed.219, p.2).

¹⁷¹ “A aparência é, em si, o jogo constitutivo de uma identidade pontual que existe porque se relaciona com o outro e com as condições culturais e históricas que a cercam” (DEALTRY, 2022: 43).

peões que exerciam misteres, operários, e um cirurgião que era barbeiro dos nobres” (Macedo, 2005, p. 9). Foi com a abertura dos portos decorrente da vinda de Dom João VI e sua corte para o Rio de Janeiro que mercadores passaram a se instalar naquela localidade, transformando-a em um ponto importante para o comércio e a socialização carioca.

Em 1870, rebatizada como Rua do Ouvidor, a rua já era famosa pela circulação de pessoas em busca de novas mercadorias, mas que também queriam ver e serem vistas, trocar bisbilhotices, socializar: “A mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas” (Macedo, 2005, p. 9). Nascida “de um desvio, e desvio da Rua Direita, ou do caminho direito”, o que para Macedo (2005, p.11) “não era de bom agouro”, a Rua do Ouvidor, além do local circulava-se na busca de produtos afrancesados, também foi espaço privilegiado de sociabilidade dos desviantes boêmios e sede de um jornal alegre. Desviantes e não desviados, pois a boêmia, mais que uma atributo, podia implicar um estado, uma condição limiar que, para muitos, não fora perpétua.

Vocábulo originado de uma gíria francesa que referia aos povos romanis¹⁷², o termo boemia se popularizou no século XIX, a partir de produções de Henri Murger (Siegel, 1992, p. 39). O literato francês produziu uma série de ficções sobre as vidas precárias de quatro jovens artistas: Rodolphe, Marcel, Mimi e Musette, cujas aventuras e rebeldia foram posteriormente transformadas em uma peça de grande sucesso¹⁷³, em 1849, e depois reunidas em um livro, intitulado *Cenas da Vida Boêmia*, de 1851. Segundo Elizabeth Wilson (2000, p. 15) em *Bohemians: The glamorous outcasts* a figura do boêmio ascendeu na cultura europeia relacionada com as mudanças provocadas pelas Revoluções Francesa e Industrial no final do século XVIII “A modernidade industrial inaugurou um período de mudança, cuja rapidez e escala eram surpreendentes e desconhecidas”¹⁷⁴. De acordo com a pesquisadora, com a derrocada da aristocracia, ascensão burguesa e a transição para o capitalismo industrial, o boêmio teria passado a simbolizar o antagonismo com a nova classe dominante:

Ele não apenas personificou o status modificado e incerto da arte na era industrial, mas tornou-se o oponente de todos os aspectos da sociedade

¹⁷² O termo *bohémien* origina-se de uma atribuição errônea do local de origem dessa etnia à Boémia, atual República Tcheca. Os estereótipos de vida inconstante, marginal e errante atribuídos a grupos romanis contribuíram para que a gíria, no século XIX, passasse a referir de uma maneira mais ampla aqueles vistos com desconfiança pela sociedade por não terem ocupação fixa (SIEGEL, 1992, p. 31).

¹⁷³ Segundo Siegel (1992, p. 39) “Murger foi bastante conhecido no século dezenove. Sua peça teve pelo menos cinco reencenações em 1890 e a coleção de suas histórias e diálogos originais teve várias edições”. Em 1895 um busto foi inaugurado em sua memória nos Jardins de Luxemburgo.

¹⁷⁴ No original: “[...] related to the changes brought about by the French and industrial revolutions at the end of the eighteenth century. Industrial modernity ushered in a period of change, the rapidity and scale of which was startling and unfamiliar” (WILSON, 2000, p. 16).

burguesa e encenou uma crítica integral dos valores sociais, políticos e morais da modernidade – ou melhor, de sua ausência” (Wilson, 2000, p. 18)¹⁷⁵.

Todavia, como bem observa Jarrold Seigel (1992, p.16) embora a boemia tenha tomado forma no imaginário francês em um contraste com a imagem da vida burguesa, essa oposição, tão exportada ao restante do globo, se demonstraria um tanto ilusória, podendo ter implicado em “uma forma de separação e hostilidade intensa, frequentemente desmentida pela experiência”. Para o historiador norte-americano, o reconhecimento social e cultural de “boêmio”, que tomava forma no início do século XIX, em muitas instâncias serviu para delinear justamente a imagem da própria burguesia,

A boemia não era um reino exterior à vida burguesa, mas a expressão de um conflito que surgiu bem no seu âmago. O progresso burguês reivindicava a dissolução das restrições tradicionais ao desenvolvimento pessoal: a harmonia e a estabilidade requeriam que alguns limites novos e diferentes fossem erguidos no seu lugar. Onde deveriam ser traçados esses limites? Em que ponto o cultivo pessoal deixa de ser benéfico ou aceitável para a sociedade que o patrocinou? A boemia expandiu-se onde os limites da existência burguesa eram obscuros e incertos. Era um espaço dentro do qual as energias recém liberadas eram continuamente lançadas de encontro às barreiras que iam sendo construídas para contê-las, em que as margens e as fronteiras sociais eram provadas e testadas (Seigel, 1992, p. 19).

De acordo com o pesquisador, os próprios limites que separavam então a vida burguesa da vida boêmia artística, teriam sido bastante tênues. Nesse sentido, para Seigel (1992, p. 19-20), a boêmia pode ter sido experimentada também como a apropriação dos estilos de vida marginais¹⁷⁶ por alguns burgueses jovens e não tão jovens, “para a dramatização da ambivalência em relação às suas próprias identidades e destinos sociais”. Se mesmo na Europa a identificação com boemia não implicava em uma sentença perpétua para um modo de vida alternativo, uma vez importado do além-mar, o reconhecimento de boêmio também pode ter sido útil para a dramatização de inconformidades circunstanciais de rapazes brasileiros a certas convecções sociais e morais, em especial aquelas que limitavam o seu fazer artístico e/ou aventuras afetivo-sexuais.

Possibilidade representada como crível, por exemplo, na passagem de “O Buraco” em que Helena tenta convencer Olga que Black, apesar de tudo que fizera “solteiro”, um dia poderia “dar um bom marido” (O Rio Nu, ed.195, 19/05/1900, p.2). A própria imprensa alegre podia

¹⁷⁵No original: “He not only personified the changed and uncertain status of art in the industrial age but became the opponent of every aspect of bourgeois society, and acted out a wholesale critique of the social, political and moral values of modernity – or rather their absence” (WILSON, 2000, p.18).

¹⁷⁶Roupas extravagantes, cabelos longos, viver o momento, não ter residência fixa, liberdade sexual, entusiasmos políticos radicais, bebida, ingestão de drogas, padrões irregulares de trabalho, hábitos de vida noturna [...] os sinais externos da Boêmia eram importantes, mas nunca foram suficientes para a delimitação de suas fronteiras. Essa incerteza era essencial, adaptando a Boêmia à sua tarefa de testar e aprovar os limites da vida burguesa, não os aceitando como algo já conferido nem procurando aboli-los (Siegel, 1992, p.20).

não ser um espaço de tanta despretensiosidade, quanto representada no folhetim, servindo também para a projeção social de seus redatores, que muito embora protegidos por pseudônimos, cultivavam entre eles redes de favores e oportunidades. Segundo Schettini (2020, Posições do Kindle 1022-1023) nessa época, o periodismo de humor sexual – no folhetim representada como uma empreitada de “legítimos boêmios” que “mais nada tinham a fazer” –, podia servir como entrada de letrados¹⁷⁷ para circuitos de “solidariedade, apoio e favor que sustentaram seu acionar político”.

Tendo muitas pessoas não-boêmias experimentado ambivalências com suas identidades e destinos sociais, mas não tendo dedicado suas vidas a expressá-las artisticamente, tal reconhecimento demonstrava-se, dependente, em especial, das possibilidades de expressar publicamente e “da intensidade na qual partes de suas vidas dramatizavam essas tensões e conflitos para elas próprias e para os outros, tornando-os visíveis e exigindo que fossem confrontados” (Seigel, 1992, p. 20). No caso dos “legítimos boêmios” d’*O Rio Nu* representados em “O Buraco”, as ambivalências dramatizadas por esses personagens em relação ao ideal de domesticidade burguês parecem desvelar recalcitrâncias de seus corpos, sobretudo, às expectativas sociais que recaíam em seu gênero relativas ao trabalho organizado e o autocontrole sexual.

Para homens das classes altas ou mesmo médias, mas aspirantes de ascensão social¹⁷⁸, ao mesmo tempo em que se casar oficialmente tornava-se ainda mais socialmente imperativo, contrair matrimônio implicava também em algum grau de adesão à um rito de passagem para um universo de responsabilidade sociais que impeliavam o abandono, ou pelo menos uma frequência mais discreta a certos círculos de sociabilidades e divertimentos, em especial os noturnos, *alegres*. Perspectivas essas, no mínimo, sexualmente limitantes¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Homens que “Muitas vezes sem dinheiro, mas cheios de pretensões de distinção social, que produziram esse tipo de histórias e personagens expressaram, através do humor sexual, suas visões sobre as hierarquias que organizavam a vida social na capital republicana. Estavam convencidos de que mereciam ocupar um lugar privilegiado naquele mundo, assegurado precisamente graças às suas marcas de juventude, masculinidade, empreendedorismo e domínio da escritura. (Schettini, Posições no Kindle 1059-1062).

¹⁷⁸ Ver: FLANDRIN, Jean Louis. *Families in former times; kinship, household and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. _____. *O sexo e o Ocidente; evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988. SHORTER, Edward. “Illegitimacy, sexual revolution and social change in modern Europe”. *Journal of interdisciplinary History*, v. II, n. 02, pp. 237-272, 1971. _____. *Naissance de la famille moderne*. Paris: Seuil, 1977, COONTZ, Stephanie. *Marriage, a history: How love conquered marriage*. New York: Viking Press, 2006.

¹⁷⁹ O que em absoluto, não significa que homens casados tenham sido impossibilitados de manter relacionamentos extraconjugais, apenas que isso poderia implicar em certos constrangimentos ou mesmo em despende de certa condição financeira para que pudessem sustentar esses hábitos sem necessariamente comprometer a renda familiar e a sua imagem de provedor. O próprio jornal caçoa de anúncios de homens casados a procura de moças de boa aparência para “protegerem”, isto é, manterem financeiramente em segredo em troca de favores sexuais,

[...] Homens construía sua figura pública respeitável e bem-sucedida a partir do controle da mulher na esfera doméstica, a do suposto acolhimento e segurança do lar. Um verdadeiro homem era um pater familias, incontestável cabeça do casal, formado por uma mulher tão dependente quanto seus filhos (Miskolci, 2012, p. 157).

O Decreto de nº 181, promulgado em 24 de janeiro de 1890, definiu que o marido era a autoridade familiar, não podendo, teoricamente, *a sua* mulher sequer trabalhar sem a permissão do esposo¹⁸⁰. Ao mesmo tempo, tratados de médicos, juristas e de pensadores sociais e até mesmo a própria lei idealizava ao homem o papel de trabalhador/provedor, veiculando, publicamente, que a frustração desses predicados correspondia a frustração da própria masculinidade (Priore, 2005, p. 205; Chalhoub, 2001, p. 228; Miskolci, 2012, p. 156-157).¹⁸¹

Não obstante, o modelo de marido provedor e monogâmico, um dos cernes da unidade familiar burguesa ideal, apregoada por médicos e higienistas da época, em nada condiz com os arroubos conquistadores codificados nas representações dos “despreocupados” e “boêmios” pornógrafos d’*O Rio Nu* em “O Buraco”. Heitor e Black, por exemplo, são inicialmente referidos como mantendo relacionamentos fora do sagrado laço do matrimônio, respectivamente, com uma atriz italiana e uma lavadeira afroascendente, ambas de ocupações laborais frequentemente representadas no bissemanário de maneira sexualizada (Peçanha, 2013, p. 40 e 107; Carvalho, 2018, p. 311). Por sua vez, Gil o mais rico e “malandro” d’*O Rio Nu* gastava muito dinheiro com uma tal de Mathilde, mulher de ocupação laboral não mencionada, mas tampouco referida como esposa, logo, uma possível amante por ele mantida financeiramente.

Na ficção, ainda que não seja explicitado se o passageiro relacionamento de Heitor com a sua “endiabrada italiana” tenha sido pautado por algum acordo de exclusividade sexual da sua parte, certamente os correntes *affairs* dos outros dois bôemios não eram. Caso o fossem, não eram por pactos que Black e Gil faziam muita questão de cumprir. Isto é perceptível no episódio

certamente uma das maneiras que homens de boa posição encontraram para assegurarem a extraconjugalidade de forma mais discreta.

¹⁸⁰ No decreto, em seu art. 56. constam efeitos do casamento:

“§ 1º Constituir família legítima e legitimar os filhos anteriormente havidos de um dos contraentes com o outro, salvo si um destes ao tempo do nascimento, ou da concepção dos mesmos filhos, estiver casado com outra pessoa.

§ 2º Investir o marido da representação legal da família e da administração dos bens comuns, e daqueles que, por contrato antenupcial, devam ser administrados por ele.

§ 3º Investir o marido do direito de fixar o domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos.

§ 4º Conferir a mulher o direito de usar do nome da família do marido e gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brasileira se possam comunicar a ela” (BRASIL, 1890, s.n.)

¹⁸¹ Também no supracitado decreto estipula-se como efeito do casamento: “§ 5º Obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos” (Brasil, Código Penal de 1890, s.n.)

em que ambos celebraram Heitor pela ideia de, ao invés de publicar o escândalo da festa da Rua Formosa, utilizar desse furo para tentar conquistar Helena:

Heitor esmurrou a mesa, com uma autoridade fingida.

– Nada, meus senhores! Aqui não se escreve uma palavra sobre isso, sem que eu primeiro veja essa mulher!

– Mas Heitor... – aventurou Vaz Simão.

– Qual Heitor, qual nada! Não se escreve, já disse! Aqui quem manda sou eu! Mas venham cá rapazes! Vocês são umas cavalgadas! Então uma coisa dessas vai-se espantando assim? O Gil disse que a viúva é bonita, em vez de procurarmos agarrar o peixão pelos cabelos – vamos lhe sapear uma troça tremenda? Não, nunca! Eu primeiro quero ver essa coisa, depois, sim. Onde que mora essa mulher?

Os outros pensavam. Heitor não deixava de ter razão. Era espantar o peixe. E Gil foi o primeiro a proclamar que o redator-chefe da folha era despidamente um gênio.

– Pois, bebamos à saúde do gênio, berrou Black, por troça, encaminhando-se ao armário. Beberam de novo e o redator lisonjeado com o dito do outro, recostou-se solenemente em sua cadeira de braço, acendendo um cigarro.

– É verdade vocês disso não entendem anda! Que o diabo lucrávamos nós em proclamar aí a toda gente que uma mulher bonita aqui na rua Formosa fez isto e aquilo, se podemos, sem publicar a coisa e só com a ameaça de o fazer, cair nos braços dessa mulher?

Os outros bateram as palmas. Não havia dúvida que eles tinham ali uma cabeça de primeira ordem. Mas, uma vez que se não publicava a coisa, o que cumpria fazer? [...] O jornalista esticou bem as pernas por baixo da mesa cerrou os olhos e disse num tom afetado de languidez e volúpia:

– O que nos cumpre fazer? Gozar! Gozar, meus amigos! Cair como bêbado entre os dois braços roliços dessa adorável filha de Eva... E isto vem mesmo a calhar! Ora imaginem vocês que ontem rompi com o diabo da italiana.

Os outros, porém, não queriam saber da italiana de Heitor, queriam saber apenas o que lhes cumpria fazer.

- Gozar, já disse! Berrou Heitor (O Rio Nu, ed.196, 23/05/1900, p.2).

A chantagem idealizada por Heitor sequer é planejada visando o desfrute exclusivo de diretor, daí o plural utilizado quando ele refere os sujeitos passíveis de se utilizarem do escândalo para “cair nos braços” da viúva. Isto soa como demonstrativo de como alguns modelos de masculinidade podiam até mesmo admitir a possibilidade da não exclusividade sexual de uma parceira, dependendo de fatores como o status conferido à mulher em questão, o seu relacionamento com os envolvidos e também as dinâmicas homossociais estabelecidas entre eles. Não representada como amásia exclusiva, esposa ou mesmo parente de nenhum deles, nesse contexto, torna-se admissível que a conduta sexual de Helena fosse concebida como um fator que dificilmente acarretaria a desonra para os homens em questão.

De acordo com Rachel Soihet (1989, p. 303), no período em discussão, mas não só nele, a honra da mulher esteve vinculada a defesa da virgindade ou da fidelidade conjugal, “[...] sendo um conceito sexualmente localizado, da qual o homem é o legitimador, já que esta é dada pela sua ausência através da virgindade ou pela sua presença legítima com o casamento”. Essa ideia

foi tão poderosa que extrapolava a própria mulher, abrangendo toda a família (Soihet, 1989, p. 303). Na época os crimes sexuais eram apreendidos no código penal como “Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, estando a integridade física das ofendidas em segundo plano (Brasil, Código Penal de 1890, Título VIII, Capítulo I).

Em função de seu estado civil, o envolvimento sexual com Helena também dificilmente ocasionaria a imposição de um casamento ou mesmo uma reparação financeira¹⁸² devido a alegações de defloração¹⁸³. Riscos que corriam, por exemplo, aqueles que se relacionavam com moças solteiras. Naquele tempo, as mulheres, sobretudo das camadas altas e médias, eram frequentemente referenciadas pela presença de uma figura masculina em suas vidas (pai, irmão, marido), procedimento social, muitas vezes, impossibilitado pela viuvez¹⁸⁴. Na ficção, este era o caso de Helena, que além de viúva era órfã.

Naquele tempo, embora houvesse expectativas de que uma viúva prestasse “respeito” à “honra” do falecido, para todos os efeitos, o seu tutor legal estava morto, não podendo mais intervir na sua conduta (Brandão, 2012, p.151). O que, por sua vez, podia oportunizar a essas mulheres uma maior liberdade para administrar a própria rotina e até mesmo gerir as próprias finanças (Silva, 2015, p. 115; Brandão, 2013, p. 31). Havia a possibilidade de subversões da ordem patriarcal que, em contrapartida, contribuíram para a elaboração do arquétipo abjeto da viúva alegre, uma demarcação cotidianamente depreciativa da autonomia feminina, sintomática da forma como a sociedade “sempre esteve atenta para cobranças às mulheres que, uma vez sozinhas, isto é, fora da companhia ou do alcance do poder masculino ‘saíssem da linha’ dos estreitos traçados normativos da moral familiar” (Motta, 2005, p. 8).

¹⁸² O temor masculino de consequências financeiras para encontros sexuais, isto é de possíveis usos especulativos do corpo por parte das temíveis mulheres sedutoras, permeou mesmo a produção jurídica da época. Na primeira jurisdição brasileira sobre crimes sexuais, de 1897, *Crimes Contra a Honra da Mulher*, o supracitado jurista Viveiros de Castro recomenda o interrogatório de ofendidas em casos de crimes sexuais, sobretudo, caso os acusados fossem senhores de “fortuna” e “boa posição social”, fatores que para o jurista tornavam os homens mais suscetíveis aos “laços” da “especulação” e de “chantagem” (Viveiros de Castro, 1936, p.88-89).

¹⁸³ Também em *Crimes Contra a honra da Mulher*, Viveiros de Castro conceitua-se o defloração como “[...] a copula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo na grande maioria dos casos, como consequência o rompimento da membrana hímen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano. (1897, p. 37). Para o jurista, a virgindade seria uma condição física, material. “A própria palavra está indicando a necessidade deste elemento do crime, deflorar, desfolhar, arrancar a flor. Se a mulher não era mais virgem, se livremente consentiu, não existe criminalidade. A palavra virgem tem aqui uma significação física, anatômica. É a mulher que não está poluída pela copula, em cuja cavidade vaginal ainda não penetrou completa ou incompletamente o membro viril (Idem, p. 43).”

¹⁸⁴ Para análises mais detidas sobre a viuvez feminina nesse período consultar: BRANDÃO, Silmária Souza. Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920). *Tese* (doutorado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013, 247f e SILVA, Jaqueline Padovani da. **“Desta para a melhor”: a presença das viúvas machadianas no Jornal das Famílias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Com efeito, como já vimos no caso das temíveis leitoras de livros sujos, as figuras abjetas também podiam deflagrar fantasias, fetiches, especialmente se a sua periculosidade fosse fundada em temores de descontrole/excesso sexual. De acordo com Carvalho (2018), a viúva alegre foi um tipo ficcional bastante comum no periodismo alegre da época:

A viúva alegre, mobilizada pelo imaginário pornô-erótico atrelado à natureza do “recato” e “mistério” femininos, é aquela que largou o luto para desfrutar de sua nova condição social, na qual ela oferece prazer sem “sustos”, pois não está sob tutela de nenhuma figura masculina (pai, irmão ou marido). Sua possível liberdade sexual é o que fascina as potências pornô-eróticas masculinas, não pela valorização da autonomia feminina – bandeira feminista, contra a qual tais escritas se chocam – mas por poder fazer sexo “sem compromisso”, pois não haveria nenhum homem que fosse “defender” a “honra” das viúvas alegres (Carvalho, 2018, p. 306).

Nesse sentido, a postura dos redatores d’*O Rio Nu* diante da possibilidade de partilha das carnes de uma formosa viúva, tornar passível acreditar que naquele contexto a perspectiva da satisfação sexual sem riscos de um matrimônio de pretoria¹⁸⁵, pudesse ser mais valorizada entre rapazes boêmios, do que a exclusividade sexual de certas parceiras. Torna-se patente, assim, que aquilo que Heitor propõe para Vaz Gil e Black é uma espécie de pacto de natureza homossocial. Segundo Eve Kosofsky Sedgwick (1985, p.1-11), a homossociabilidade descreve o vínculo social, a “liga” socialmente estabelecida entre aqueles generificados do mesmo sexo, ainda que a partir de posições assimétricas devido a fatores como raça, classe, etc.

A proximidade etimológica entre as palavras homossocial e homossexual não é coincidência, visto que Sedgwick concebe as relações entre pessoas tidas do mesmo sexo estruturadas em um continuum de arranjos historicizáveis, formatados por interdições que, em cada tempo e sociedade, diferenciaram práticas socialmente tidas como platônicas entre os sexos, daquelas tidas como sexuais e/ou românticas: ¹⁸⁶:

“Homossocial” é uma palavra usada ocasionalmente na história e nas ciências sociais, que descreve laços entre pessoas do mesmo sexo; é um neologismo, obviamente destinado a se distinguir de ‘homossexual’. De fato, essa palavra se aplica a atividades de “vínculo masculino”, que pode, tal como em nossa sociedade, ser caracterizado por intensa homofobia, medo e ódio à homossexualidade. Trazer o “homossocial” de volta à órbita do “desejo”, do potencialmente erótico, então, é levantar a hipótese da ininterruptividade potencial de um continuum entre homossocial e homossexual – um continuum

¹⁸⁵ Casamento civil forçado em reparação a uma desonra sexual.

¹⁸⁶ A pesquisadora defende que em diferentes tempos e grupos sociais as formas desse continuum apresentaram-se distintas. Nesse sentido, Sedgwick (1985) recorre ao exemplo de certos arranjos homossociais da Grécia Antiga demonstrando, por exemplo, como então a homofobia contra homens não era necessária para a manutenção do patriarcado “In fact, for the Greeks, the continuum between “men loving men” and “men promoting the interests of men” appears to have been quite seamless” (Sedgwick, 1985, p.4). Em tradução livre: “De fato, para os gregos, o continuum entre ‘homens amando homens’ e ‘homens promovendo os interesses de homens’ parece ter sido bastante ininterrupto (Sedgwick, 1985, p.4)”

cuja visibilidade, para os homens, em nossa sociedade, é radicalmente interrompido (Sedgwick, 1985, p. 1-2, tradução livre)¹⁸⁷

Recorrendo a noção de continuum de Sedgwick (1985), Nils Hammarén e Thomas Johansson (2014, p. 2) pontuam que a moderna descontinuidade entre a homosociabilidade e a homossexualidade impeliu que as relações masculinas fossem, simultaneamente, condicionadas tanto pelo desejo homosocial pela atenção, validação e até mesmo certas instâncias de intimidade com outros homens, quanto pelo pânico do “deslize”, desse desejo social para um de ordem sexual, erótica e/ou romântica. Em outras palavras, a ordem patriarcal sustentada pela homosociabilidade proíbe formas de emoção, apego e prazer que a própria ordem social oportuniza “ao promover instituições homosociais e, ao mesmo tempo, proibir o afeto homossexual” (Connell, 2009, p. 86).

Sede de uma empreitada jornalística que visava lucrar mobilizando os desejos masculinos, a redação d’*O Rio Nu* foi representada por Brito como um espaço eminentemente homosocial. Com exceção talvez de Joaquina, que visitou o local algumas vezes em nome de sua patroa, na ficção, nenhuma outra personagem feminina frequenta o segundo andar daquele conspicuo endereço da rua Ouvidor. Opção narrativa afinada com a condescendência misógina com que os personagens frequentadores daquele espaço trataram as mulheres de seu convívio durante o folhetim.

A redação é representada como um local para homens talentosos com a pena, habilidade codificada ausente mesmo daquelas personagens femininas animadas em colaborar com a folha. Os fundadores desse espaço, Heitor, Vaz e Gil, os proprietários do jornal e Black, seu colaborador, foram representados, portanto, como em um relacionamento homosocial, de certa cumplicidade não nomeada. Isto de forma alguma suprimia as assimetrias entre eles ou era indelével, afinal, Heitor é quem branda: “aqui quem manda sou eu!”. Entretanto, a homosociabilidade torna concebível a partilha de uma conquista sexual inconsequente. O gozo sexual é uma das práticas de reiteração do modelo de masculinidade conquistador vinculado a esses homens no folhetim. Não por acaso, na proposição de Heitor existe uma expectativa implícita de dominação (recorrendo, se preciso, até a chantagem) sobre um polo feminino, Helena. Esta tem o seu corpo narrativamente mobilizado tanto como objeto de desejo (um

¹⁸⁷ No original: “Homosocial” is a word occasionally used in history and social sciences, where it describes social bonds between persons of the same sex; it is a neologism, obviously meant to be distinguished from “homosexual”. In fact, it applies to such activities as “male bonding”, which may, as in our society, be characterized by intense homophobia, fear and hatred of homosexuality. To draw the “homosocial” back into the orbit of “desire,” of the potentially erotic, then, is to hypothesize the potential unbrokenness of a continuum between homosocial and homosexual—a continuum whose visibility, for men, in our society, is radically disrupted (Sedgwick, 1985, p. 1-2).

“peixão”), quanto como um bem simbólico de desfrute potencialmente afirmador da masculinidade dos envolvidos e da camaradagem masculina naquela redação (“O que nos cumpre fazer? Gozar! Gozar, meus amigos!”).

Em contextos marcados pelo domínio masculino, ocidentais ou colonialmente ocidentalizados, estabeleceu-se uma relação especial em relação a homosociabilidade e as estruturas que visam o controle sobre as mulheres (Miskolci, 2012, p. 128). Os laços homosociais – amizades, mentorias, titulagens e até rivalidades – funcionam como uma das ligas que mantém culturas patriarcais, sustentando redes, discursos e até mesmo espaços e instituições excludentes daquelas pessoas generificadas como fêmeas (Sedgwick, 1985; Miskolci, 2012). Mesmo em suas instâncias mais íntimas, as dinâmicas relacionais entre pessoas tidas como homens ou como mulheres podem ser diretamente impactadas pela homosociabilidade, vista como parâmetro para atitudes e comportamentos afetivos/sexuais. (Flood, 2008, p. 355)

Os parâmetros publicamente vinculados aos camaradas d’*O Rio Nu* em *O Buraco*, não necessariamente eram os mesmos publicizados por outros círculos masculinos daquele tempo. Exemplos são os centros de saberes médicos e jurídicos, flagrantemente e restritamente frequentados por homens, que oficial e publicamente se posicionam como defensores do imperativo do autocontrole sexual masculino (Cararra, 1996, p. 293; Miskolci, 2012, p. 128). Pode-se citar também as cruzadas morais de grupos como a Associação Cristã de Moços, ferrenha apoiadora da proibição da remessa postal d’*O Rio Nu*. Diferentes espaços homosociais posicionavam-se publicamente em função de distintos projetos de masculinidade. De forma que, a apologia a partilha inconsequente e camarada de uma amorenada viúva, muito embora narrativamente calcada por um arranjo que previa implícita a dominação feminina, podia soar particularmente perturbadora a certos projetos de masculinidade e branquitude vinculados:

[...] o agenciamento do desejo em direção ao casamento e à família se deparava com “perigos” e “desvios”, dentre os quais se destacavam as aspirações de autonomia feminina e os desejos masculinos por outras mulheres e homens. Os saberes hegemônicos, principalmente médicos e criminológicos, assumiram progressivamente a função de polícia moral que antes coubera à religião, de forma a analisar e condenar os comportamentos femininos que consideravam danosos para a coletividade, assim como os masculinos, expostos aos perigos venéreos, ou os ainda mais preocupantes desejos por outros homens (Miskolci, 2012, p. 150).

Se historicamente, a camaradagem masculina tendeu a se revelar uma combinação “ambígua e até conflituosa”, em fins do XIX, as relações entre homens passaram a ser socialmente mais controladas, “de forma a levar a uma diminuição da intimidade entre eles e a

uma reestruturação da amizade como periférica à relação com a mulher dentro da família nuclear” (Miskolci, 2012, p. 128). No folhetim, a cambada d’O *Rio Nu* sequer parecia preocupada em estabelecer, que dirá priorizar, um núcleo familiar. Em uma postura potencialmente perturbadora de modelos de masculinidades divulgadas por intelectuais, médicos e juristas, tais personagens pouco demonstraram disposições provedoras.

Dinheiro não era uma preocupação para Gil, que talvez precisamente por esse motivo, não parecia disposto a deixar seus modos malandros. Já Heitor, embora à certa altura do folhetim seja representado como aborrecido por sua condição financeira, o faz por razões consideravelmente mais supérfluas que digamos as de Albino, personagem ansioso por casar-se. Na passagem em que manda um rapazote que ficava na recepção do bissemanário ir atrás de Vaz Simão para lhe pedir dinheiro, Heitor é descrito como estando frustrado, pois não podia pagar nem um “chope” (O *Rio Nu*, ed.201, 09/06/1900, p.2).

Vejamos bem, um chope, bebida alcóolica símbolo da modernidade na *belle époque* (Marques, 2014) e não, a mais acessível água-ardente. Mais conhecida como *parati*, seu baixo custo contribuía para a hipérbole da pindaíba de Heitor. O consumo da cachaça era vinculado às classes populares daqueles tempos, tida como uma bebida menos apurada, menos *chic*¹⁸⁸. A lavadeira Joaquina foi, inclusive, representada consumindo água ardente na estalagem em que vivia (O *Rio Nu*, ed.142, 14/11/1899, p.2). Já na redação do bissemanário ansiava-se por chope e os novos furos eram brindados com vinho do porto, “o único que ali se bebia” (O *Rio Nu*, ed.195, 19/05/1900, p. 2).

O estilo de vida desses homens foi representado por distanciamento, mas também por proximidade com certos elementos da experiência popular, como, por exemplo, a falta de dinheiro e a opção por formatos de relacionamentos amorosos menos rígidos e não oficialmente reconhecidos¹⁸⁹. Nada obstante, muitos de seus gostos, anseios e hábitos denunciavam pretensões de distinção social e até dissociação das classes baixas, como a menção ao desejo de

¹⁸⁸ Até 1950, a cachaça não era tão conhecida por esse nome, mais comumente referida como *parati*, *paraty*, *januária* e *salinas*. Por ser barata e amplamente consumida entre os populares foi estereotipada como produto de qualidade inferior, menos refinado, uma bebida dos pobres. A elite do país preferia adotar costumes e consumir produtos de origem europeia. O que perduraria até pelo menos 1920, período em que a água-ardente passou a ser revalorizada como uma iguaria tipicamente brasileira. Ver mais sobre a bebida e os estereótipos a respeito dos seus consumidores em: GUERRA, I. A. F. de. O reconhecimento da marca “cachaça” como um produto exclusivo brasileiro: um estudo aplicado ao mercado da união europeia. 2005. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Comércio Exterior e Relações Internacionais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005; FEITOSA, P. C. L. A cachaça como identidade cultural. 2005. 70 f. **Monografia** (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

¹⁸⁹ Como bem pontua Esteves (1989, 179-180) com exceção da elite, amancebar-se era a opção de vida conjunta para a maioria dos cariocas. Nesse período, no geral o casamento de “papel passado”, enquanto “norma, não regulava a sexualidade das camadas populares” (Esteves, 1989, p. 167). Diante do desequilíbrio demográfico entre os sexos, Sidney Chalhoub (2001, p. 231) chega a sustentar que “Os fatos da competição pelas mulheres e da “rotatividade dos amásios” vêm apenas confirmar o papel ativo que a mulher pobre assume nos destinos de uma relação amorosa, sendo ela consciente de que pode a qualquer momento desviar o rumo ou menos romper uma relação que não mais a satisfaz afetivamente (Chalhoub, 2001, p. 231).

conquista de Helena, uma mulher da sociedade; a alusão a riqueza de Gil, às intenções de Vaz Simões em se lançar na política (O Rio Nu, ed.204, 20/06/1900, p. 2), até a enfática recusa de Heitor de não “frequentar as lavadeiras”, não permitindo a essas mulheres nada mais que o manuseio de sua roupa suja (O Rio Nu, ed.202, 13/06/1900, p. 2). Serviço, aliás, que o diretor se recusava a pagar:

Eu nunca paguei lavadeiras! Um Boêmio que se preza não desce a tão pequeninas materialidades! Os artistas, como nós, apenas consentem por uma larga condescendência que a gente das tinas lhe toque nos linhos claros! Pagar, nunca! É uma falta de espírito! (O Rio Nu, ed.202, 13/06/1900, p. 2).

Segundo constatou Giovana Dealtry (Dealtry, 2022, p. 134-125), nesse contexto, este tipo de malandragem não esteve presente só entre os cariocas vulneráveis socioeconomicamente. Entre os “refinados malandros” cariocas, com suas belas casacas e modos dândis, a individualidade era positivada “pela aparência, a frivolidade, as amantes, festas, os *sports*” e não o “cotidiano decadente do mundo do trabalho” (Dealtry, 2022, p. 156). Tais rapazes dispunham de heranças, conexões com gente importante ou, no mínimo, de um aparente refinamento que lhes permitisse escapar ao tratamento reservado pelas forças policiais aos vadios. Na época, uns malandros iam “para Europa”, outros “para os seringais do Acre” (Dealtry, 2022, p. 169). Compartilhando desajustes à certos disciplinamentos, os malandros cariocas podiam ser apartados pelo “racismo, territórios e classe social” (Dealtry, 2022, p. 169-170).

No folhetim “O Buraco”, a boêmia “legítima” é representada permeada por estratégias de malandragem. Um modo de vida viável para jovens artistas de aparente refinamento e que, a despeito de suas dramáticas alegações de desapego das “pequeninas materialidades”, não se mostravam adversos as trapaças ou pequenos golpes para garantir o “arame” necessário para o sustento dos seus jogos de aparências. Aquilo tido fútil – “a preocupação com a aparência, o gosto pelas frivolidades da civilização” – parecia ser “útil” para a manutenção do modo de vida de certos malandros de casaca (Dealtry, 2022, p. 156). No folhetim de Brito, à lista dessas aparentes (f)utilidades foi acrescida também a inventividade para a escrita brejeira.

Como bem demonstra Heitor que, muito embora figure ocasionalmente como atormentado pela perspectiva de desperdício de seu talento artístico na escrita de um jornal de brejeirices¹⁹⁰, não hesitou em se utilizar de sua aparente sofisticação e autoridade, como diretor

¹⁹⁰ “Sem dinheiro, sem assunto. O outro [Vaz Simões] lá andava, não sei por onde, flanando, tratando de eleições, e ele que zurrasse ali, como uma besta de carga! E redigisse a folha, e dirigisse a folha, e enchesse a folha! [...] Era só trabalho e prisão, viciando-se, acostumando a pena aqueles versos de troça, quando a podia ocupar em coisas mais sérias, em preparar o seu livro, em versar os versos sublimes que sentia agasalhando o cérebro. – Esses muitos e sonoros versos que haviam de deixar o seu nome como o de um grande e fecundo poeta... Mas não! Mas não!” (O Rio Nu, 09/06/1900, ed.201, p.2, informações em negrito nos colchetes nossas).

do citado periódico, para engabelar Joaquina¹⁹¹ (O Rio Nu, ed.202, 16/06/1900, p. 2) ou tampouco vacilou em se aproveitar da fama escandalosa d’*O Rio Nu* para tentar extorquir o Padre Faustino¹⁹² (O Rio Nu, ed.216, 02/08/1900, p. 2).

É possível inferir que, durante o seu convívio com Brito, a conduta de Demétrio Toledo, homem por trás do pseudônimo de Heitor Quintanilha, possa ter inspirado os contornos malandros que o alagoano conferiu à sua ficcionalização. Sem embargo, reconstruções literárias do passado sempre admitem espaço para edições, floreios e imprecisões, sejam elas propositas ou não. Como pontua José Saramago (2000, p. 15) a literatura que refere a tempos pregressos produz uma espécie de “jogo” no qual o leitor participa diretamente, levado a percepção de uma “dispersão contínua da matéria histórica na matéria ficcional, o que, não significa desorganização de uma e outra, pretende ser, pelo contrário, uma reorganização de ambas”.

Não é diferente o caso de “O Buraco”, em especial por se tratar de uma narrativa protagonizada por figuras já conhecidas pelo público sob pseudônimos, ou seja, de trajetórias desde sempre lacunares, constituídas de mistério e, portanto, ainda mais maleáveis às reorganizações de um autor que optasse por evocá-las ficcionalmente. Sendo a representação, a prática humana de “re-apresentar” algo ao mundo social, isto é, “dar a ver” e ao mesmo tempo, remeter “a uma ausência” (Pesavento, 2006, p. 49), a opção de Brito em presentificar como boêmios os criadores d’*O Rio Nu* torna plausível pensar que o retrato de certas instâncias de malandragem masculina pudesse ser positivamente apreendido pelo público leitor d’*O Rio Nu*.

Positivação que, evidentemente, não podia ser generalizada de maneira irrestrita à toda sociedade carioca. Afinal, Brito optou pela manutenção do uso dos pseudônimos dos criadores do bissemanário, dois deles àquela altura já empregados em cargos públicos. Nos jogos de aparências nos quais estavam imersos os malandros encasacados cariocas, era preciso esperteza para reconhecer os círculos em que aparentar seriedade e decoro podia funcionar como uma estratégia de malandragem que permitisse a manutenção dos seus modos de vida.

¹⁹¹ “– Isso não impede, entretanto, a nossa amiga Joaquina de colaborar na regeneração da Arte Nacional ‘Sinhá’ Joaquina arregalou os olhos. Colaborar na arte! Santo Deus, o que seria aquilo? Não podia atinar. A sua educação e gíria de estalagem não a habilitavam a empreender aquela coisa complicada em que o outro falava. Mas podia sempre ver que o resultado, qualquer que ele fosse, dar-lhe-ia mais um pouco de importância entre a gente humilde do seu meio. E quase esquecida do Heitor dissera sobre as lavadeiras, sorriu-lhe acanhadamente como querer dizer que se a Arte Nacional não tivesse lá muito despreza de ser regenerada, ela Joaquina a regeneraria. Vendo-lhe a vaidade estampada naquele sorriso acanhado, o jornalista concebeu logo o plano de não pagar mais lavadeiras daí em diante, e insistiu na pilheira: – E estou bem certo de que se havia de fazer uma regeneração a valer” (O Rio Nu, 16/06/1900, ed.202, p. 2)

¹⁹² Em determinada altura do folhetim Heitor tenta extorquir “morder” o Padre Faustino, que “informado também que aquele fato em que tomara parte ia ser publicado n’*O Rio Nu*, lembrou-se de procurar o redator para impedir a publicação – e Heitor que viu no sacerdote uma pessoa mordível, faz-se de duro, garantindo que a publicação era certa” nisso, tentou arrancar quinhentos mil réis do padre, mas sua chantagem foi atrapalhada pela chegada de Joaquina, cuja presença fez com o que o padre deixasse o local (O Rio Nu, 02/08/1900, ed. 216, p.2).

3.1.3 – Brito/Black: Um homem marginal de “talento com as coisas do amor”¹⁹³

Tendo ficcionalizado também a si mesmo, Brito optou por não atrelar a narração dos acontecimentos da trama de “O Buraco” ao personagem de João Black, preferindo a neutralidade de um narrador onisciente. Caso fossem desatentos à semelhança entre o título da obra ficcional no folhetim atribuída à Black, “A Vingança de um Alfaiate” (O Rio Nu, ed.205, 23/06/1900, p.2) e o sucesso d’ “A Vingança de um Sapateiro” de Bock, a maioria dos leitores do folhetim provavelmente não ligaria os pontos de que ambos os pseudônimos referiam a um mesmo colaborador. A autoinserção de José Ângelo Viera de Brito no seu folhetim só seria desvendada para conhecedores da condição nordestino e afrodescendente do homem por trás do pseudônimo Bock.

Referido por Heitor como “um janota”, gíria que na época referia-se a malandros elegantes (Carvalho, 2018, p. 300), João Black também não é mencionado compartilhando da carreira na máquina pública, o que de fato garantia a Brito a subsistência na época em que colaborou com *O Rio Nu*.¹⁹⁴ O alagoano

[...] foi parte da imigração de jovens estudantes e aspirantes a escritores que deixavam os estados do Norte rumo ao Rio de Janeiro no fim do século XIX. Brito combinou suas pretensões literárias com uma sólida carreira como empregado postal. Desde 1893, aos 20 anos, ele era um “praticante de segunda classe” nos Correios; a partir de 1901, ascendeu à posição de amanuense. No ano de sua morte, 1934, era 1º oficial da 3ª seção, dedicada à área “econômico-financeira” (Schettini, 2020, Posições do Kindle 1147-1152).

Embora não seja citado como alguém que se dedicava ao periodismo alegre pois não tinha nada melhor para fazer, Black só é representado no folhetim em contextos de implícita ociosidade. Quando longe da rua do Ouvidor, o nordestino janota é descrito ora em uma festa de aniversário regada a vinho, ora visitando suas amantes nos vários encontros diurnos e/ou noturnos que o poeta protagonizou ao longo da trama. Em suas passadas pela redação d’*O Rio Nu*, Black tampouco parece atarefado, fofocando e bebendo no meio do dia com os fundadores da folha.

Tendo uma atitude laboralmente despretensiosa, o que figura na narrativa como um dos elementos performáticos do projeto de masculinidade hegemônico naquele grupo, as aparições de Black o alinham ao descompromisso com que os redatores da folha encaravam a missão provedora atribuída ao seu sexo. Quase hermeticamente, em “O Buraco”, Black é representado

¹⁹³ O Rio Nu, 04/07/1900, ed. 208

¹⁹⁴ Num breve e intenso período de três ou quatro anos, entre 1899 e 1902, Brito colaborou ativamente n’*O Rio Nu* e em outros jornais humorísticos mais efêmeros, como *O Coió* e *Tagarela*. (SCHETTINI, 2020, Posições no Kindle 1157-1159).

também veiculando-se aos parâmetros do projeto de masculinidade hegemônica dos frequentadores da redação d'*O Rio Nu*. Conquistador, o nordestino também é descrito como bastante malandro, talentoso com a pena e intelectualmente condescendente com suas parceiras. Esta reunião de atributos, todavia, não o alça a superar a clivagem entre um colaborador nordestino e os pais do bissemanário.

Em certo ponto da história, Joaquina delata que Black havia mencionado Heitor e seus planos de chantagear Helena para Laura. Até este momento da trama Heitor havia aparecido encenando vários ataques coléricos para divertir seus colegas, e agora, pela primeira vez, é representado como estando verdadeiramente enfurecido, transtornado por seu nome estar na boca de lavadeiras: “Não me falta mais nada! Não há lavadeira nenhuma que não ande com a boca cheia de *seu Heitor*. Que tal ouvisse havia de pensar que *Seu Heitor* era alguma marca de sabão da terra!” (O Rio Nu, ed. 208, 04/07/1900, p.2). Crente que Black havia se “servido do seu nome” de uma maneira inapropriada, tornando-o mal afamado entre as reles gentes das tinas, por pouco Heitor não rompeu com a assimétrica camaradagem que os unia (O Rio Nu, ed. 208, 04/07/1900, p.2). O nordestino, dois capítulos antes, referido pelo diretor como “um amigo” e “belo talento” (O Rio Nu, ed. 205, 23/06/1900, p.2), rapidamente passa para um péssimo “auxiliar”, agrupado à Joaquina como “gente” potencialmente ameaçadora do bom nome de Heitor, não precisando *O Rio Nu* “[...] de auxiliares dessa ordem! Auxiliares que andavam a comprometer a probidade dos diretores...nada! nada! O jornal não precisava dessa gente. Era arrumar a trouxa! Rua!” (O Rio Nu, ed. 208, 04/07/1900, p.2).

Por mais que Black ridicularize Joaquina por suas pretensões de colaborar com *O Rio Nu*, em meio ao acesso de raiva do seu diretor, tanto o poeta nordestino como a reles lavadeira parecem de semelhante descartabilidade para Heitor, pois apesar de serem corpos distintos em seus níveis de letramento e gênero, ambos são racializados como negros. Tentando prevenir a “rua”, Black, que inicialmente até achou certa graça nos arroubos coléricos de Heitor, tratou logo de pedir perdão, tentando se afirmar digno daquele espaço:

– A Laura, tomara-se de um ciúme medonho, a dizer que eu lhe não pagava o rol e o Seu Justino [amásio dela] já tinha desconfiado e mais ainda: que me amarrava a lata [o matava] pelo meu desaforo [...]. Eu estava irremediavelmente perdido, sem mulher e sem roupa lavada. O que fazer então? O que fazia um rapaz do meu talento em coisas de amor? Fazia o que eu fiz. Disse que a coisa não era para mim. E como Heitor fosse o homem que dirigia *O Rio Nu*, e como o pedido se relacionava com coisas d'*O Rio Nu*, nada mais natural do que dizer que a sinagoga era para o seu Heitor. Disse mais que o meu amigo era um gênio, como é realmente, falei no rompimento com a italiana (nisso de “gaja” é que não falei) e Laura comeu tudo bem comidinho, e ainda me deu vinho do Porto e ainda...ainda eu soprei a vela... (O Rio Nu, ed. 208, 04/07/1900, p.2, informações entre colchetes nossas)

Em sua explicação, Black reiterou-se conjugador de atributos idealmente másculos naquele espaço – um conquistador viril com “talento em coisas de amor” (afinal soprou a vela) e janota (tendo manipulado Laura a continuar o satisfazendo sexualmente e lavando a sua roupa de graça) – ao mesmo tempo em que se submeteu à corrente hierarquia daquela redação (Heitor é o diretor, o líder, um gênio). Demonstração aparentemente satisfatória para o ego de Heitor que concedeu à Black seu perdão:

Antes que a coisa se comprometesse mais, o redator lançou o perdão implorado. Estava bem. Ali eram todos amigos, amigos e aliados, não devendo, portanto, pairar a mínima nuvem sobre o céu de felicidades que iam habitar. Ele sancionava, como se fosse obra sua, tudo quanto João Black fizera – e declarava, diante da futura imortal da Academia, que o amigo fora sempre, era ainda, e continuaria a ser por toda a vida, um belo camarada e auxiliar a valer!

– Obrigado mestre!

– Um auxiliar a valer... o que não lhe impede aliás de me morder de vez em quando e de arranjar lavadeiras grátis primeiro que eu (O Rio Nu, ed. 20804/07/1900, p.3).

Black é novamente sancionado um “auxiliar a valer” por seu “mestre”, todavia há uma repreensão velada no indulto de Heitor, que menciona dois comportamentos do nordestino aparentemente um tanto adversos a sua posição. Naquela dinâmica homossocial, Black é até representado como digno de gozar das mesmas conquistas inconsequentes de seu patrão. Porém já havia, no passado, “mordido” o seu “mestre”¹⁹⁵; bem como demonstrara mais esperteza, “arrumando a vida” antes dele (O Rio Nu, ed. 208, 04/07/1900, p.3). Atitudes essas, que figuram como ameaçadoras da superioridade com que Heitor idealizava a si mesmo, o “gênio” líder daquela redação. Se frequentar aquele espaço pode ter servido ao personagem de Black na afirmação de sua masculinidade, a sua marginalização também servia aos seus patrões – representados pela figura de Heitor – para se afirmarem superiores.

Historicamente, padrões coloniais de “apropriação social das desigualdades e das hierarquias”, construíram sujeitos “racializados e de gênero”, dentre estes, o homem negro (Pinho, 2022, p. 145). Tendo as mulheres negras historicamente se configurado o outro do outro (Kilomba, 2018) – subsumidas tanto pelo machismo quanto pelo racismo e consequentemente o classismo –, a dicotomia fundada pela gentrificação colonial não redimiu os homens negros da outroridade. Pelo contrário, justificou a sua exploração, fetichização e mutilação, infiltrando,

¹⁹⁵ Morder significa pedir ou extorquir alguém de uma quantia expressiva de dinheiro.

todavia, também entre eles o desejo de “ser um homem entre outros homens” (Fanon, 2008, p. 106).¹⁹⁶

Segundo sustenta Bell Hooks¹⁹⁷ (2022, p.123) os homens negros em diáspora foram historicamente encurralados à dor da masculinidade patriarcal, condição agonística, pois foram socializados, desde o nascimento, a abraçar a noção que sua masculinidade é determinada pela “possibilidade de domínio sobre outros” e, ao mesmo tempo, impedidos do “acesso de posições socialmente aceitáveis de poder e dominação”. Corpos carentes do reconhecimento como parte da “humanidade genérica” (Lobo, 2018, p. 95) e, ao mesmo tempo, prescritos a aspirarem o enquadramento social masculino, leia-se, oposto a tudo aquilo convencionado feminilizante (Hooks, 2022, p. 44; Lobo, 2018, p. 35).

Na sua luta cotidiana por reconhecimento, para aqueles assim generificados e racializados, identificar-se com a posição masculina em uma ordem de gênero patriarcal colonizada, foi uma estratégia precária de afirmação de si, no duplo sentido da palavra homem, isto é, como humanos e “machos”.¹⁹⁸ Todavia, a tentativa de plantear hombridade a partir de valores dominantes é um projeto de poder desde o seu princípio frustrado – tendo inclusive servido à histórica maior exploração laboral das carnes dos tidos homens não-brancos (hooks, 2022; Lobo, 2018). Afinal homem que é homem não chora, mas trabalha, aguenta a dor, a exaustão e o subemprego. Como define Lugones (2007, p. 200, tradução livre): “O colonizador branco construiu uma poderosa força interior quando o homem colonizado foi cooptado em papéis patriarcais”¹⁹⁹.

Dentre seus estratagemas de validação existencial, o recurso à sexualidade por homens negros perante sociedades colonialmente estruturadas, responde também a histórica hipervirilização projetada às suas carnes, distorcidas em:

[...] seu porte físico (ultrarresistente), força (sobre-humana), moralidade (degenerada) e sexualidade (desenfreada), aproximando-o do reino animal, tornando-o um perigo que precisaria ser domesticado. O tamanho de seu pênis seria o ápice desta fetichização. Este último seria um atributo tido como tendo um perigoso potencial para atrair mulheres (principalmente as brancas) curiosas pelos prováveis prazeres que estes poderiam proporcionar a elas (Restier, 2019, p. 42).

¹⁹⁶ O corpo negro masculino é visto fundamentalmente como um corpo-para-trabalho e corpo sexuado, fragmentado em pele, marcas corporais de raça, músculos e o sexo, genitalizado com o pênis, símbolo plus de sexualidade, que serve de fetiche ao olhar branco (Pinho, 2004, p. 64-70).

¹⁹⁷ A pesquisadora norte-americana Gloria Jean Watkins assinava seus trabalhos sob o pseudônimo bell hooks, sempre grafado em letra minúscula, escolha que será acatada na presente tese.

¹⁹⁸ “Para muitos homens negros, o que falta é o potente senso de masculinidade que eles dizem ser a única forma de poder que podem possuir” (hooks, 2022, p.145).

¹⁹⁹ No original: “The White colonizer constructed a powerful inside force as colonized men were co-opted into patriarchal roles” (Lugones, 2007, p. 200).

Tendo a aptidão para as conquistas sexuais figurado como um dos parâmetros afirmadores da masculinidade entre a “gente imoral” d’*O Rio Nu* em “O Buraco”, não nos parece absolutamente casual que o “mulato” Black, ficcionalização do próprio autor do folhetim, apesar de representado como marginal e “auxiliar”, também tenha sido o personagem masculino que mais manteve relações sexuais durante a trama. Black não se limitou apenas as visitas noturnas à Laura, também levando para cama Helena, sua amiga adúltera Rozalina e por fim, despertando um desejo não consumado até mesmo na jovem Olga.

Conforme argumentaram Peçanha (2013) e Schettini (2020), as contribuições de Brito aos circuitos culturais alegres cariocas teriam possibilitado sua inserção em círculos restritos, e ainda bastante racistas, de sociabilidade masculina letrada. Não é de se admirar, nesse sentido, que representando a si mesmo e ao próprio jornalismo alegre, Brito tenha construído Black como apto a operacionalizar a sua posição marginal em seu benefício. Na trama, o vínculo com os seus “mestres”, “legítimos boêmios”, corrobora que em certos círculos Black possa, apesar de sua despreocupação laboral, se propor distinto, chic, isto é, de ociosidade produtiva. Reconhecimento conveniente, inclusive, para conquistar beldades.

De talento para “coisas do amor” (*O Rio Nu*, ed. 208, 04/07/1900, p.3), o janota, muito embora, “franzino” e referido por Joaquina com “cara de fuinha” (*O Rio Nu*, ed.204, 20/06/1900, p.2), é representado como um conquistador proficiente. Proeza que Black emplaca por aparentar elegância e saber o momento certo para evocar o seu talento com a pena. Artifícios que, muito antes de servirem para o encantamento da sofisticada Helena, garantiram ao nordestino suas roupas lavadas de graça e o afeto de Laura, que “depois que soube que o homem fazia versos, nunca mais deixou de ter um grande stock de rosas sobre a cômoda e de se perfumar escandalosamente (*O Rio Nu*, ed.198, 30/05/1900, p. 2).

Enroscando-se com Black em um quarto perfumado a rosas, Laura também foi convencida de que fazia arte lustrando colarinhos:

– [...] Eu nunca tive lavadeiras boçais! Ora lavar para mim! Que mentira...! Ora lavar para mim... Se ela [Joaquina] lavasse para mim pelo menos já fazia sonetos!

Laura estava espantada. Nunca se julgou tão adiantada – pelo que o homem dizia, ela Laura já fazia sonetos! E sabendo ler e escrever pessimamente os róis do janota, ela calculava que fazer soneto, seria uma coisa assim como um peitinho bem lustroso ou um colarinho reluzente (*O Rio Nu*, ed.199, 02/06/1900, p. 2).

Única das aspirantes a poetisas de “O Buraco” escolarizada, Helena conheceu o colaborador, que garantiria a publicação dos seus versos n’*O Rio Nu*, em uma festa de aniversário. Por mais que tenha arquitetado vários planos para tentar armar esse encontro, foi por obra do acaso que Black teve finalmente a oportunidade de conhecer pessoalmente a bela

viúva da rua formosa (O Rio Nu, ed.211, 14/07/1900, p. 2). Abordado pela própria Helena, que prontamente o procurou quando soube que na confraternização havia um colaborador do bissemanário, Black a comoveu garantindo-lhe que nada seria publicado a seu respeito n’*O Rio Nu* (O Rio Nu, ed.211, 14/07/1900, p. 2).

Percebendo a vantagem de, ao invés de chantageá-la, posar como seu salvador, Black, rapidamente, sobe na estima da viúva e diante do fascínio da beldade com a sua participação na imprensa, consegue a façanha de monopolizar a atenção de Helena com histórias dos bastidores d’*O Rio Nu*, citando inclusive, os louros dos seus patrões:

A dona da casa [Rozalina] foi buscar o vinho enquanto o janota e Helena conversaram sobre coisas do jornal. Agora Black fazia elogios a Heitor, tratando-o de gênio, aludia à tenacidade de Vaz Simão, às conquistas de Gil Moreno” (O Rio Nu, ed. 211, 14/07/1900, p. 2).

Propondo-se uma espécie de aprendiz de grandes homens, gênios, isto é, operacionalizando sua sujeição àqueles boêmios a seu favor, paradoxalmente, Black assegura primeiramente para si e não para os seus mestres, o gozo das carnes da viúva:

Black julgava ter meio caminho andado – e a viúva de André Camargo, já um pouco excitada pelo vinho e pelo olhar enternecido daquele rapaz elegante, sentia um começo de uma crise nervosa, um doce arrepio de leite que lhe punha calafrios pelo dorso, minando-a de sensações agradáveis, como se da cadeira em que estava sentada se estivesse levantando um doce formigueiro que lhe invadissem todo o organismo, amorosamente sensualmente, pondo-lhe estremecimentos em todo o corpo, numa sensação doce suave e prolongada – com aquelas que outrora sentia quando fechada com Amélia no banheiro, entregava-se as fantasias da donzela ardente que fora.

O janota percebia bem o leite da sua gentil interlocutora, e já animado pela grande quantidade de Macedo que havia ingerido, pegou-lhe na mão, docemente à princípio, comprimindo-a depois, numa carícia longa, com os olhos fixos nela, sem uma palavra, sem um gesto, comendo-a com o olhar em fogo (O Rio Nu, ed.213, 18/07/1900, p.2).

Helena é representada como seduzida pela projeção da masculinidade boêmia do janota²⁰⁰. Para ser percebido por ela como um homem elegante, Black não precisou recorrer a seriedade, ao autocontrole ou ao decoro, que outros projetos de masculinidade propunham como características distintivas da conduta masculina ideal. Chegando a afirmar com todas as letras à viúva que “poetas” como ele não queriam se casar – “achamos o casamento estúpido” (O Rio Nu, ed.213, 18/07/1900, p.2) –, o jornalista tampouco apresentaria alguma objeção em, posteriormente, auxiliar Rozalina, amiga de Helena e adúltera serial, a com um novo parceiro transgredir o seu contrato matrimonial.

²⁰⁰ “– Senhor ama a bela troça!

– E as mulheres bonitas também! Disse com força.

– Mas principalmente a troça!

– Principalmente as mulheres!” (O Rio Nu, 18/07/1900, ed.212, p.2)

Passando a se encontrar com Helena na residência de Rozalina depois da festa do Maracanã, não tardaria muito para que a elegância e despreocupação do janota também cativasse a sua anfitriã,

Abandonada como fora pelo rapaz barbeiro, que se casará e não querendo dar entrada no açougueiro que ela achava forte, mas imundo, a amiga de Helena, não sendo procurada pelo marido, sentiu a necessidade de procurar alguém. E alguém não podia ser outro senão João Black. Era ele o único rapaz que vinha à sua casa, trazido por aquela paixão com Helena: era um rapaz limpo, forte, volúvel, que muitas vezes chegava primeiro do que a viúva – e enquanto esperava a outra bem lhe podia dar a ela a sua esmolinha de amor. Demais Rozalina não era nenhum peixe podre, era moça, bem-feita e acreditava ainda esconder no seu corpo encantos incompreendidos. Pensava às vezes em Black. Achava-o elegante e despreocupado e dali a volubilidade ia pouco. Por muito apaixonado que o rapaz estivesse havia um dia de enfasiar do corpo moreno de Helena, havia de querer variar. E quem melhor do que ela, com aquela pele de jaspe e sua sede de amor, poderia servir à variedade do rapaz? Assim, sempre que o janota chegava primeiro que a amante, Rozalina deitava-lhe um olho terno, convidativo, tinha um certo maneio nas cadeiras fartas, suspirava de vez em quando a ponto de saber João que aquilo era uma “praça rendida” quando ele quizesse variar. E [João] sensual e fino, ia alimentado aquela outra coisinha que via como um requinte deixado na sua vida de aventuras (O Rio Nu, ed.222, 22/08/1900, p.2, informações entre colchetes nossas).

Se os tabus relativos às mulheres sexualmente desordeiras se provariam nas páginas d’O Rio Nu evocativos de fetiches masculinos, é possível observar a opção de Brito de também representar o contrário em seu folhetim. Em “O Buraco” propõe-se concebível que, naquele contexto histórico, também as mulheres pudessem nutrir suas próprias fantasias a respeito de sujeitos considerados desviantes. Retrato crível, pois talvez justamente para sustentar sua despreocupação laboral, muitos malandros daquela época fossem notadamente preocupados em aparentar “limpeza” e “elegância”. Daí os elogios ao porte de Black e seus mestres, ou mesmo os cuidados que o nordestino prescreveu à Joaquina para a lavagem das roupas de seu patrão, peças velhas e que, portanto, careciam de certos procedimentos para se manterem brancas, “coisas de boêmio, coisas de artista” (O Rio Nu, ed.209, 07/07/1900, p.2).

Naturalmente, a elegância pela qual os desviantes d’O Rio Nu foram percebidos pelas personagens femininas, a despeito de suas reais condições financeiras – visto como Heitor reclama da falta de dinheiro e Black foge de credores –, pode ter sido outro artifício narrativo empregado na trama para positivar a masculinidade dessa “cambada”, cujos integrantes, mesmo na pindaíba, conseguiam mostrar distinção e refinamento. Entretanto, os boêmios não foram únicos desviantes a despertarem terríveis curiosidades entre elas no folhetim. Mesmo vitimada pela conduta indiscreta do padre Faustino, Helena também se vê fascinada pelo sacerdote ao descobrir que uma das fiéis da paróquia “ajudava na missa como Eva no Paraíso”:

– Nua? Perguntou Olgazinha, admirada.

– Sim, nua, respondeu Joaquina.

– Na vista dele?

– Ora pois não havia de ser! Se era para ajudar a missa!

Olga escandalizou-se com aquela nudez e voltou-se para Helena a clamar que essa D. Amelia era de fato muito sem vergonha. A viúva riu. A menina não sabia bem o que isso era. Havia coisas que só davam um prazer imenso quando eram completas. Essa era uma delas, esse ajudamento de missa só feito assim com todos os rituais como Eva. [...] Deixasse lá que essa tal D. Amelia não tinha mal gosto. Então como Eva hein?...E com aquele padre! Com aquele soberbo Padre! Ah mulher feliz! (O Rio Nu, ed. 221, 18/08/1900, p.2).

A partir daí e com auxílio de Rozalina, àquela altura já encantada por Black, a viúva marcou com o Padre na casa da amiga, que mais do que tudo queria que Helena se ocupasse com outro. Levando consigo Olga, “toda trêmula e assustada” para servir como álibi²⁰¹, Helena se deleitou com o padre enquanto a jovem se escondia na sala de estar e sua amiga Rozalina seduzia Black na sala de estar:

Rozalina que sabia o dia marcado por Helena para a “estada” com o padre, prepararia também as suas coisas de modo que Black ali aparecesse no momento psicológico [...] Não encontrando a viúva na sala e vendo a alcova fechada, o janota desconcertou. Rozalina dissera, entretanto que Helena, já farta de esperar, se retirara. Olga se refugiara na sala de jantar, ouviu então toda a veia desesperada do janota, os insultos todos que ele atirara sobre Helena [...] Rozalina falando baixo ia lhe “fazendo o olho” [...]. João apesar de amolado, reparou naqueles modos ternos da amiga de sua amante, e como pensasse que Helena tinha mesmo ido, julgou azada aquela ocasião para exercer a variedade do seu espírito (O Rio Nu, ed. 223, 24/08/1900, p. 2).

Desse dia em diante, Rozalina “conseguiu repartir João Black entre ela e Helena, que por sua vez se repartia entre João e o Padre” (O Rio Nu, ed. 223, 24/08/1900, p. 2). O que se prologou até o fatídico dia em que a viúva, a caminho do Maracanã, encontrou um antigo funcionário, José, um jardineiro por quem nutriu uma paixão secreta quando o seu marido ainda era vivo: “Pedi então a Olga que saltasse e esperasse enquanto ela tratava com aquele homem umas mudas de rosas” (O Rio Nu, ed. 223, 24/08/1900, p. 2). Todavia, a filha de D. Affonsa seguiu sozinha para a casa de Rozalina e ao chegar no local, ao invés de se esconder na cozinha como sempre, vendo o quarto da sala de jantar fechado “teve uma ideia própria do seu sexo: espreitar pelo buraco da fechadura”:

Descalçou-se na cozinha, e de meais, pé ante pé, veio até a porta onde aplicou o olho. Dentro a cena era por demais realista. Rozalina, em camisa, deixava ver toda a fartura do seu corpo redondo. O leito, amplo e alvo, estendia-se ali, convidativo como dois braços que se abriam na penumbra morna do quarto, os lençóis eram de um branco mais alvo, como de um branco mais alvo era o pedaço de coxa roliça de Rozalina, que agora, numa volta que dera, ela propositalmente deixada a vista. João Black despia-se vagarosamente com

²⁰¹ “Olga acompanhava Helena todos os dias, com o consentimento de D. Affonsa que julgava ambas frequentando as aulas da Escola Normal – quando a menina ali se vinha martirizar com aquelas cenas de história natural” (O Rio Nu, 24/08/1900, ed.223, p.2).

arte, entre ditos alegres e beijos chupados na boca da outra que se erguia toda (O Rio Nu, 24/08/1900, ed. 223, p. 2).

O vislumbre voyeur da relação sexual de Black e Rozalina é representado espetacularmente afrodisíaco para Olga, alçando-a em uma espécie de transe²⁰². Primeira vez em que via um homem nu, a imagem do “janota nu em pelo ansioso e teso” entorpeceu os sentidos de Olga, preenchendo-a com o desejo de substituir Rozalina nos braços de Black: “Oh que prazer intenso não sentiria aquela mulher assim branca e nua, toda de uma nudez redonda e farta nos braços daquele mancebo [...]” (O Rio Nu, ed. 223, 24/08/1900, p. 2). Nas divagações febris da jovem, há uma especial ênfase na brancura de Rozalina, explicitando um componente racial ao tesão de Olga, excitada por conjecturas do sentia uma mulher branca nos braços de Black, um homem negro (O Rio Nu, ed. 223, 24/08/1900, p. 2).

De acordo com Fanon (2008) a histórica desqualificação do homem negro teve como critério fundante a vinculação direta entre o negro e a potência corpórea, principalmente no quesito sexual. Se, secularmente, o homem branco se construiu referencial de humanidade e racionalidade, tal caracterização exigiu a inversa construção de alteridades não-civilizadas, consideradas reféns dos seus impulsos mais bestiais: certamente mais agressivos, fortes e sexualmente impulsivos (Fanon, 2008, p. 135-140). Como pontua Suely Carneiro, no Brasil, “O monstro sexual, de fato, invariavelmente está associado à figura de um ‘negão’. Aliás, no imaginário social a maioria dos negros são ‘negrões’ tenham o tamanho que tiverem” (Carneiro, 2023, p. 118). Hipervilirizado, representado como um “símbolo fálico”, a categoria do homem negro se projetou uma “potência sexual alucinante” (Fanon, 2008, p. 138).

Alucinante é uma palavra-chave para descrever o efeito corporal atribuído ao mero vislumbre da potência sexual de Black em Olga, no folhetim. Movida à um devaneio sensual, a moça se vê incapaz de discernir suas fantasias da realidade. Razão pela qual enebriada com pensamentos em Black, Olga continuaria a se masturbar despida diante de uma figura masculina que entrava no quarto, incapaz de perceber que o homem que a tomava nos braços aplacando o seu desejo não era o nordestino, mas ninguém outro que o Padre Faustino.

Revelava-se aí o mistério da paternidade da gravidez que Olga confessou a sua mãe 63 capítulos antes:

E ali como em sonho a donzelinha via a repetição da cena de pouco antes. Agora, porém não era pelo buraco da fechadura, era ali mesmo, à sua vista,

²⁰² “Olgazinha tinha as pernas a tremer e toda ela suava, vendo essas coisas tremenda. Quase não podia ter em pé, apoiando-se no portal, com a respiração ofegante, o colo num ondear constante [...] já com a vista embaçada viu os dois corpos fundirem-se num só, como suas bestas ciosas – e escureceu-lhe de todo a vista. Franquearam-lhe as pernas e agarrando-se pelas paredes procurou o quarto da sala de visitas em cuja cama pudesse descansar aquela estranha sensação” (O Rio Nu, 24/08/1900, ed. 223, p. 2).

impudicamente... Um homem.... Era João Black que se abeirava e beijava Rozalina. Unicamente ela não via Rozalina agora, via apenas o amante beijá-la, amorosamente demoradamente [...] Olgazinha olhava em volta como procurando João Black, Rozalia, o buraco da fechadura... Mas nada na penumbra acentuada da alcova, ela apenas distinguia um vulto de homem. Sentia um prazer novo, languido, que lhe quebrava as forças que a impedia de reagir, entregando-se, chegando-se mais, procurando a boca a boca daquele homem que, ali junto dela, beijava uma pessoa que ela não via quem era. [...] Notava agora que João Black parecia mais crescido, mais corpulento, mais moreno. Achava impossível que o perfil franzino de João fosse aquele que ela via ali (O Rio Nu, ed. 227, 08/09/1900, p.2).

Em retrospectiva, o desfecho escandaloso da brincadeira de “Correios” até pareceria pouco difamante se comparada àquilo que aguardava Olga e sua família caso sua transgressão sexual viesse a público. E como poderia ser diferente se a jovem estava se entregando a um padre, no quarto ao lado no qual estava um jornalista de um “endiabrado jornal” que lucrava publicizando indiscrições? Não à toa, no capítulo em que a jovem se preparava para revelar a sua gravidez à mãe, Olga aventou a possibilidade de pedir a Helena que intervisse em seu nome. Mal sabia a moça que estava superestimando muito o papel de “colaboradora” da amiga:

E se ela também tivesse de ir à polícia...Que vergonha meu Deus! E a notícias que os jornais não dariam, os comentários que não faria o povo; e o próprio O Rio Nu, esse endiabrado jornal em que ela tanto gostada de ler as troças feitas às infelicidades das outras – o próprio O Rio Nu, o que não diria de sua decaída?! Mas nisso lembrou-se que Helena também escrevia n’O Rio Nu, que havia de conhecer o redator e que, por intermédio dela, talvez conseguisse que o jornal não troçasse (O Rio Nu, ed. 137, 28/10/1899, p.3).

Os prévios receios de Helena sobre as possíveis repercussões sociais de um episódio vexatório envolvendo o mesmo padre, apenas reforçam a representação do desespero de Olga e Dona Affonsa diante da “decaída” da jovem. Afinal, a moça não apenas teve o seu destino reprodutor ideal frustrado, mas o fez com um padre, amigo do seu pai e já mal afamado, havendo ainda outro possível agravante: as carnes do Padre Faustino, foram enfatizadas “morenas”, enquadrando o sacerdote como não-branco, mais escuro até mesmo que o “mulato” João Black:

O rapaz corpulento e moreno que ela via ali na sua presença, todo empinado e teso, nu da cabeça aos pés, não podia ser outro senão João Black, era com João Black que ela sonhava – entretanto nem parecia. Era outro, muito outro, mais gordo, mais moreno, muito mais avantajado e sem aquelas maneiras chics do janota. [...] esse Black de agora parecia outro (O Rio Nu, ed. 227, 08/09/1900, p.2).

A racialização não branca de Padre Faustino soma mais um, a sucessão de tabus que Brito quebraria para o deleite dos seus leitores nos últimos quatro capítulos de seu folhetim. Fazendo jus a promessa no título do folhetim, a de um “novo escândalo”, Brito arremataria sua mais nova história com o subversivo retrato de dois homens de pele escura, um padre e um janota, que sob o mesmo teto, gozavam freneticamente das carnes de duas mulheres brancas da

sociedade, uma delas casada (Rozalina) e outra uma virgem (Olga). Lembremos que o folhetim começou a ser publicado em 1899, sendo concluído em 1900, aproximados 11 anos após a Lei Áurea, promulgada em 13 maio de 1888. O classismo, a instituição do casamento, o imperativo pela virgindade e o controle sexual feminino, até mesmo a fé católica, todos componentes da engrenagem social que deveria assegurar o domínio masculino branco, cada um à sua maneira, foram pervertidos nos parágrafos de “O Buraco” que antecederam o costumeiro “FIM” com que Brito demarcava como concluídos seus folhetins. Uma afronta ao pacto narcísico da branquitude brasileira, fundado também no recalque sexual.²⁰³

Dois meses depois da Abolição, na Câmara dos Deputados unanimemente votava-se a favor de um projeto de repressão a ociosidade, defendido por seu proponente como uma maneira de “opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado” (Chalhoub, 2001, p. 68). Em seus debates sobre a vadiagem, os ilustres deputados evocavam os recém-libertos como indivíduos que viviam em “depravação” de “costumes”, “cheios de vícios” e com baixos padrões morais (Esteves, 1989, p. 29). A abjeção desses corpos ganhava uma nova roupagem, evocada na preocupação de formar bons trabalhadores, mantendo-se, todavia, manifesta por medos sugestivos de projeções fantasiosas de permissividade sexual aos corpos negros.

No país, a sexualidade de indivíduos racializados não-brancos foi tão temida quanto fetichizada (Pinho, 2022; Carneiro, 2023). Sendo “raça e sexualidade entretrecidas” à “própria lógica de poder na América Latina, como conformação das estruturas formas para significação social” (Pinho, 2022, p. 147), a erotização do contato interracial também se desdobrou da transposição de interdições culturalmente fundadas pela assimetria de posições sociais para uma arena de prazeres proibidos. Isto impôs “uma circularidade libidinal perigosa à existência, perpassada por doses de poder e perigo” (Moutinho, 2004, p. 167). De especial perigo era o contato sexual do homem negro com a mulher branca, “invariavelmente poluidor” do “domínio masculino branco”, essencial à ideia de nação em jogo na época (Moutinho, 2004, p. 166). Um projeto político que era embranquecedor, assentado no desejo pela produção do futuro, em todos os sentidos, inclusive o biológico, protagonizada pelo homem branco (Moutinho, 2004, p. 166; Miskolci, 2012, p. 24).

²⁰³ Cida Bento (2014) conceitua os pactos narcísicos da branquitude caracterizados silenciamento, omissão dos brancos em relação as mazelas e desigualdades sociais causadas pelo racismo. São alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela interdição de posições de poder à negros e pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social (BENTO, 2014).

Historicamente, as mulheres negras foram investidas de uma hipersexualidade inata, mobilizadas no imaginário nacional como corpos de libido “desenfreada” (Carvalho, 2018, p. 199). Em finais do XIX e início do XX, a interação sexual de homens brancos de boa posição social, com esses corpos objetificados até era admitida desde que representasse uma extensão do seu domínio viril e, preferencialmente, em dinâmicas relacionais cuja formalidade não ameaçasse o *status* desses homens: o amasiamento, o concubinato e a prostituição (Moutinho, 2003; Giacomini, 1994). O próprio Brito recorreu em “O Buraco” a representações de faceirice e temperamentos exaltados de personagens não brancas, para excitar leitores que cultivassem fetiches relativos a suposta lubricidade da mulher negra.

Contudo, no mesmo folhetim, o alagoano também dispôs do corpo branco de Olga, desvirginado e fecundado por um homem negro e como tal, irreversivelmente maculado para o apropriado “domínio masculino branco” de seu pretendente, que dentre todos os nomes possíveis, chamava-se Albino²⁰⁴:

De repente deu um grito que nem beijo longo abafou e viu então numa volta brusca, que o branco do lençol da cama de Rozalina ainda há pouco de uma alvura imaculada achava-se agora todo salpicado de manchas indeléveis e rubras...

FIM (O Rio Nu, ed. 227, 08/09/1900, p.2).

Comum em narrativas sobre a perda da virgindade feminina, a noção de mácula que figura no final de “O Buraco” é oposta à uma condição prévia, caracterizada pela “alvura”, como se à exemplo dos lençóis, a própria branquitude de Olga tivesse sido, naquele momento, manchada. De acordo com Miskolci (2012, p. 106), na época a branquitude “era sinônimo de moralidade, uma capacidade superior de resistir ou controlar o desejo, então compreendido como instintivo, natural e tão poderoso, quanto perigoso, para a sociedade”. Em sua fraqueza de controlar seus instintos, Olga deslegitimaria sua própria pertença a uma categoria que se concebia inclusive moralmente superior à de “outros seres” (Kilomba, 2019).

Helena pode até ter sido a figura feminina representada como a mais desejada e sedutora do folhetim, todavia Olga sempre foi aquela que concentrou mais marcadores de distinção social: virgem, de boa família, mais jovem e mais branca. Deflagrar o desejo dessas duas personagens era virilizante de formas diferentes. Definitivamente, a conquista de Helena contribuiu para a afirmação viril de Black, afinal mesmo o seu “mestre” a desejava. Porém, a aptidão do janota em mesmo sem querer, deflagrar também o desejo de Olga, o propunha – e em certa instância também o autor da obra, afinal Black era sua extensão ficcional – irresistível

²⁰⁴ O adjetivo Albino figura no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de 1899 referindo a um “Indivíduo que tem albinismo”, por sua vez, a condição albinismo figura como uma “anomalia orgânica, característica pela diminuição ou ausência da matéria corante da pele, cabelo e olhos” (FIGUEIREDO, 1899, p. 48).

e não somente aos olhos daquelas tidas naturalmente mais dispostas à luxúria, mas até mesmo para uma donzela de “boa família”. Isto é, Black, ainda que de masculinidade marginal no espaço homosocial d’*O Rio Nu*, com suas conquistas sexuais em certa medida transgredia o domínio branco.

Nesse contexto, à mulher mestiça hipersexualizada arrojava-se “a possibilidade do branqueamento da nação”, sendo o seu útero um “lugar privilegiado do melhoramento da raça” (Moutinho, 2004, p. 166). Por sua vez, da mulher branca da elite era esperado a manutenção da “espécie”, leia-se, o autocontrole e submissão necessários para reproduzir tão somente uma prole de sua cor (Moutinho, 2004, p.168). Das moças de alta sociedade esperava-se o apreço pela manutenção de uma endocromia monogâmica, enquanto as mulheres racializadas não-brancas deveriam ambicionar regenerar sua sucessão aos moldes do quadro “A redenção de Cam”:

FIGURA 26: “A Redação de Cam” por Modesto Brocos. Pintura à Óleo, 1895.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Red%C3%A7%C3%A3o_de_Cam#/media/Ficheiro:Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg

Atualmente objeto de muitas críticas, de acordo com Tatiana Lotierzo (2013, p. 24) o rechaço presente à tela é inverso “à sua exaltação no passado”.²⁰⁵ De autoria de Modesto Brocos, professor de artes galego naturalizado brasileiro, a pintura a óleo foi lançada em 1895 em uma Exposição Geral de Belas Artes, ocasião em que rendeu uma medalha de ouro para o seu criador (Lotierzo, 2013, p.23).

Segundo Tatiana Lotierzo e Lilia Schwarcz (2013, p. 17), “A redenção de Cam” é uma composição que “preserva um sistema de notação realista em chave alegórica”, ou seja, de “um realismo que anuncia significados secundários através de uma elaborada simbolização que não deve ser vista como fortuita”. Na composição de Brocos, representa-se imagetivamente um encontro multigeracional, presumivelmente, familiar, no qual uma idosa retinta traz as mãos em posição de graças diante de um bebê branco sustentado no colo de uma mulher negra de pele mais clara. Ao lado da mãe e do bebê, com uma postura relaxada que o codifica íntimo das figuras à sua esquerda, há um homem branco, que orgulhoso, fita a sua prole. O título da obra remete a teorias cristãs empregadas na justificação da secular violência escravocrata²⁰⁶.

Afinado com a apropriação *a la* brasileira do racismo científico importado do além-mar, o pintor europeu naturalizado brasileiro propôs em sua premiada pintura a miscigenação como uma saída possível para a marca de Cam, leia-se, para a negritude dos povos, no passado, considerados descendentes do personagem Bíblico. Tendo em vista que as personagens da tela foram representadas como “mais claras no correr das gerações” a pintura pode ser “entendida como uma mensagem em defesa da mescla racial orientada ao embranquecimento” (Lotierzo, 2013, p. 25). Nesse sentido, para além apenas do reconhecimento de seus atributos técnicos, a premiação da pintura na ocasião do seu lançamento, explicita sua bem-sucedida interlocução com as esperanças das elites, que projetavam que “por meio da imigração e/ou da miscigenação

²⁰⁵ Segundo informa Tatiana Lotierzo (2013) a pintura figura em dicionários de arte contemporâneos elogiada pelo seu caráter técnico, mas reconhecida como uma obra preconceituosa. No ano de 2023, o documentário “Redenção” tematizando o racismo da obra foi o único projeto brasileiro selecionado para a categoria de documentários imersivos do Festival Internacional de Documentário de Amsterdã. Ver mais sobre o documentário: <https://midianinja.org/news/obra-redencao-de-mariana-luiza-e-selecionada-para-o-idfa-2023-que-acontece-em-novembro/>.

²⁰⁶ O título da obra faz referência as teorizações medievais europeias de que as populações africanas seriam descendentes de Cam, personagem bíblico e filho de Noé que tendo ridicularizado o pai publicamente, foi condenado pelo patriarca a ser escravo dos seus irmãos: “Num momento de expansão da Cristandade ocidental rumo à África, à Ásia e, posteriormente, às Américas, a passagem passa a ser utilizada como justificativa para a escravidão dos africanos, vista como ‘natural’ pelos europeus. O mecanismo que permite tal modificação estrutural é que a pele de Cam (e seus descendentes) se torna, nessas interpretações, negra” (Lotierzo & Schwarcz, 2013, p. 7).

branqueadora, no futuro alcançaríamos uma melhor condição na ordem mundial” (Miskolci, 2012, p. 37).

Eram estas esperanças compartilhadas pelo diretor do Museu Nacional e delegado escolhido pelo governo brasileiro, em 1911, para o *I Congresso Universal das Raças* em Londres, o médico João Batista de Lacerda, que incorporou o quadro “A Redenção de Cam” à sua comunicação (Lotierzo, 2013, p. 24). Representante de um país tido como “mestiço”, Lacerda defendeu a tese de que aquela condição em breve seria superada e “por efeito da evolução e da entrada de imigrantes europeus, levaria três gerações ou um século para que o país se tornasse evidentemente branco” (Lotierzo; Schwarcz, 2013, p. 18). Anseio miscigenador que, como no quadro de Brocos, implicou na exclusão da figura do homem negro, pois “o desejo desejável” deveria ser hierarquizado alçando “ao topo o masculino, branco e heterossexual”. Neste sentido, devia a reprodução estar sob o “controle masculino, pois o homem – e apenas ele – era visto como o verdadeiro portador da branquitude e do progresso” (Miskolci, 2012, p. 54), mantendo-se, portanto, o “continuum” entre o colonizador europeu e “seus descendentes brasileiros” (Moutinho, 2004, p. 167).

A escandalosa opção por representar o desejo alucinado de Olga, donzela de boa posição social, por um corpo negro; seguida pela descrição do seu desvirginamento e gravidez por um homem ainda mais retinto, contradizia, portanto, o ideal de miscigenação admitido e disseminado naquele contexto viabilizador da nação (Moutinho, 2004; Miskolci, 2012). Cabe, todavia, observar que essa mesma posituação, conforme Moutinho (2004, p. 359), paradoxalmente, teria fomentado a própria erotização do contato sexual com um homem negro, “ao aproximar o homem ‘negro’ da natureza, animalizá-lo e supererotizá-lo para desenhá-lo em oposição a civilidade ‘branca’”. Um fetiche, no início do XX ainda bastante socialmente interdito. Como a própria Moutinho (2003) sublinhou, mesmo que este tipo de erotização marque até os dias de hoje muitas experiências sexuais interracialis, no tocante a literatura do século passado, majoritariamente, o homem negro esteve ausente: “no plano das representações, a configuração escolhida para a ‘decantada miscigenação brasileira’ foi composta pelo homem ‘branco’ com sua esposa ‘branca’ e a amante ‘negra’/ ‘mestiça’” (Moutinho, 2003, p.168).

Recorrendo, portanto, a um fetiche interdito, Brito mobiliza em sua literatura de escândalo o tesão pelo contato interracial. Representação proposta de maneira a servir a afirmação de sua masculinidade, mas, ao mesmo tempo, eximir sua ficcionalização da responsabilidade sobre o ocorrido. Se por um lado o fascínio causado por Black significa sua performance irresistivelmente viril até mesmo aos olhos de uma branca donzela da sociedade. De outro, essa não é uma afetação propositalmente causada pelo janota. Ao longo da trama,

Black sequer demonstra uma predileção em se relacionar com mulheres brancas: quando cede à pálida Rozalina, mais clara que Helena, é por conveniência e somente quando a morena viúva não está disponível.

Em um contexto permeado pelo temor da perversidade sexual e da própria reprodução do homem negro, Brito pode até ter recorrido à essa erotização interdita do homem negro para o ápice de seu folhetim, entretanto, circunscreveu à Olga, os efeitos afrodisíacos do histórico aviltamento do homem negro. Enquanto a donzela é descrita como delirante, conjecturando sobre o prazer que Black causava no corpo branco de Rozalina. Nem mesmo o libertino Padre Faustino, o homem que de fato desvirgina Olga, é descrito com o seu desejo aumentado pela perspectiva de transar com uma moça branca. O teor erótico do fator interracial é confessado apenas por Olga, o polo branco dessa triangulação, ficando a responsabilidade pelo desejo daquela transgressão a cargo da personagem e é claro, do leitor que em sua leitura solitária admitisse, mesmo que intimamente ou involuntariamente o apelo que aquela cena causava em suas próprias carnes.

4 CAPÍTULO 3: ENTRE MÁQUINAS MARAVILHOSAS, A “DITA DURA” DE PEREIRA PASSOS E AS LANCETAS DOS DOUTORES – O Rio Nu E O ALVORECER DA MODERNIDADE CARIOCA

Os processos de colonialismo e desestabilização de comunidades tradicionais nas regiões periféricas, acirrados pelas revoluções ocidentais dos séculos XVIII e XIX, promoveram, até o final da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) uma nova fase de hegemonia europeia. Inúmeras regiões do mundo tiveram seus modos de vida, seus costumes, formas de pensar, ver e agir novamente justapostos e/ou rearranjados pela ascensão de padrões burgueses de sociabilidade e produção. Sob o apelo do progresso, divulgou-se, paulatina e globalmente, um novo ideal civilizatório que buscou desconsiderar o que havia de ameaçador e disruptivo nas transformações socioculturais e materiais em curso “[...] em nome de uma fáustica ética social, burguesa e de inspiração universalista” (Carvalho, 1994, p.18).

Nascido em 1861, no berço da Revolução Industrial, John Bagnell Burry viveu até 1927 e foi um dos primeiros historiadores a refletir sobre a gênese do conceito de progresso. Em seu livro *The Idea of Progress*, primeiramente publicado em 1920, Bury sustentou que a concepção de progresso humano entre os seus apologistas na época envolvia "uma síntese do passado e uma profecia do futuro" baseada em uma interpretação da "história que vê os homens como

avançando lentamente — *pedetentim progredientes* — em uma direção definida e desejada”²⁰⁷ (Bury, 1932, p. 5). Essa concepção implicava uma percepção da história como uma linha reta, progressiva, cumulativa, rumo ao máximo desenvolvimento humano.

Por essa razão, entre muitos dos contemporâneos de Bury, o progresso representou um ideal de civilização futura, a ser alcançada por meio da progressiva evolução humana (Bury, 1932, p.5). Evolução, diga-se de passagem, divulgada à imagem de uma Europa Ocidental transformada pelo industrialismo e pela crescente massificação do consumo (Carvalho, 1994, p. 16).

A ideia de um crescimento e de um desenvolvimento do gênero humano, a noção do *advancement of learning*, foi se transformando no final do século XVIII numa verdadeira e própria teoria na qual entravam em jogo: a noção de perfectibilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável; a ideia de uma história unitária ou “universal” do gênero humano; os discursos sobre a passagem da “barbárie” à “civilização”, sobretudo a afirmação de constantes ou “leis” operando no processo histórico. Entre a metade do século XVIII e a metade do XIX, a ideia de progresso acabará por coincidir — no limite — com a de uma ordem providencial, imanente ao devir da história. Passou-se a teorizar sobre uma possível lei do progresso presente no processo histórico e a identificá-lo com o desenvolvimento da ciência e da técnica (Rossi, 2000, p. 95).

A noção de um *continuum* progressivo, um encadeamento unilinear do desenvolvimento humano permeou os escritos de importantes intelectuais, a exemplo de Anne Robert Jacques Turgot, Marquês Condorcet, Auguste Comte e mais tarde, dos expoentes do darwinismo social, como Herbert Spencer e Edward Tylor. Trata-se de um arcabouço teórico cujas ramificações não estiveram limitadas ao norte da linha do equador, tendo se irradiado para os centros de produção científica de países do sul global (Abbagnano, 2000, p.776).

No Brasil, já a partir de 1870, a imaginação política e as grandes cidades também começavam a se render a discursos que propunham como imperativo acelerar o passo do progresso nacional (Carvalho, 1994, p. 16; Chalhoub, 2001, p.113-114). Não por acaso, a bandeira adotada quatro dias depois da Proclamação da República estampa em seu centro o dizer “Ordem e Progresso”.

Dotados de um equipamento intelectual herdado das linhagens ideológicas evolucionistas, grande parte da intelligentsia brasileira nutria ambições de modernizar o país, ordená-lo e colocá-lo nos trilhos do progresso europeu. Todavia, oscilava entre a apropriação de modelos deterministas e a reflexão pessimista sobre as próprias implicações dessas teorias

²⁰⁷ No original: “The idea of human progress then is a theory which involves a synthesis of the past a prophecy of the future. It is based on an interpretation of history which regards men as slowly advancing — *pedetentim progredientes* — in a definite and desirable direction, and infers that this progress will continue indefinitely” (BURY, 1932, p. 5)

frente a realidade nacional (Saliba, 2002, p. 34-35; Schwarcz, 2017, p.50; Miskolei, 2012, p. 22). Muitos fatores figuravam dentre os obstáculos potencialmente enunciadores da frustração do projeto nacional, desde o clima tropical, a constituição racial da população — supostamente acarretadora de uma exuberância sexual e pouca disciplina laboral —, até a própria arquitetura das nossas cidades, a começar pela capital, com suas vielas estreitas e seu porto de águas rasas.

No início do século XX, planejadores urbanos e sanitaristas apreendiam a capital federal como um lugar cuja mobilidade e ordenamento estavam obstaculizados por uma cidade arcaica, com ruas tortuosas e becos estreitos polvilhados por habitações precárias coletivas como estalagens, casas de cômodos e cortiços (Carvalho, 1994). De acordo com Lilian Fessler Vaz (1994, p.583) tradicionalmente, as estalagens cariocas eram grupos de minúsculas “casas térreas enfileiradas — os quartos ou casinhas —, de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo, que surgiram por volta de 1850”.

Já as casas-de-alugar-cômodos, ou casas-de-cômodos, “eram casas subdivididas internamente que se multiplicaram no período republicano. Estas eram as formas possíveis de aproveitamento do restrito espaço disponível nas antigas freguesias centrais. Assim, os quintais e terrenos livres foram cobertos de frágeis casinhas e, posteriormente, casas foram desocupadas e subdivididas em cômodos” (Vaz, 1994, p 583). Em finais do XIX, lucrando com demanda popular por moradia

Lotes e casas eram encortiçados e transformados em estalagens e casas-de-cômodos. Apesar de serem objetos arquitetônicos de formas diferentes, são iguais em sua essência, não apenas por serem indistintamente chamados de cortiços, nem por terem os mesmos elementos de uso coletivo — w.c, banheiro, tanque, pátio ou corredor —, mas também por serem todos produtos resultantes de um mesmo sistema de produção de moradias. Neste sistema, proprietários cediam seus imóveis (casas, quintais, terrenos) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão das edificações existentes. Os aluguéis eram considerados exorbitantes e os rendimentos fabulosos. Construir pequenos cortiços tornou-se uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis; na virada do século estavam presentes por toda a cidade, abrigando considerável parcela da população (Vaz, 1994, p.583-584).

Mobilidade, saneamento e ordenamento, condições tidas como fundamentais para o crescimento e o progresso da cidade moderna, eram percebidos obstruídos por um espaço urbano visto como obsoleto e perigosamente desordenado (Vaz, 1994).

Não por acaso, em janeiro de 1903, no começo do mandato do prefeito Francisco Pereira Passos, indicado pelo então presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) sob promessas de reformar a cidade, *O Rio Nu* questionava se finalmente estava entrando “o Distrito Federal a passos largos na senda do progresso?” (*O Rio Nu*, ed. 469, 03/01/1903, p.2). O trocadilho com o sobrenome do engenheiro reverberava certa esperança perante a determinação

política oficial de tornar a capital da República um cartão de visitas de uma nação digna de integrar o rol de países tidos como civilizados.

A apologia oficial de um progresso europeizante e embraquecedor não foi, contudo, capaz de suprimir por completo os problemas sociais agravados pelas empreitadas regeneradoras que assolaram o Rio no início do século XX, nem mesmo eliminar o medo da dissolução do passado ou da possível decadência social e moral daquele “mundo revirado” (Carvalho, 1994, p. 38). Os projetos de modernização no Rio de Janeiro demandaram de seus idealizadores, por um lado, intentos (nem sempre bem-sucedidos) de acomodação de elementos do passado e do futuro, “reabilitando valores integrativos que vigiam sob o Império”; por outro lado, o “bota-abaixo” do velho centro “parecia varrer o cenário propício a essa reabilitação” (Carvalho, 1994, p. 19). O progresso urbano prometido não engendrou uma totalidade: “Cria-se com o projeto do ‘Rio civiliza-se’ uma cidade que se quer moderna, mas superposta a outra” (Gomes, 1994, p.115). Aqueles foram tempos em que o antigo e o moderno, o Império e a República foram sentidos como camadas pouco sedimentadas, numa sobreposição de ritmos temporais diversos (Saliba, 2002, p.68).

Então os temores em relação ao futuro não foram exclusivos aos homens da ciência e seus prognósticos deterministas, especialmente porque o futuro também chegava aos cariocas através de bota-abaios, novas experiências e locais de sociabilidade e uma miríade vertiginosa de inovações tecnológicas, muitas tidas como maravilhas, mas tantas outras sentidas como “corpos estranhos”, verdadeiros “desafios para o imaginário da época” (Velloso, 2015, 35). O alvorecer da modernidade²⁰⁸ carioca também foi uma época de choques e sobressaltos para seus cidadãos.

O Rio Nu registrou algumas das reações a esses tempos de simultânea exaltação do progresso e profunda desordem do mundo conhecido — ainda que pelo viés da pilhéria e do apelo sexual. O objetivo central deste capítulo consiste, assim, em visualizar alguns dos sentidos atribuídos nas páginas do bissemanário à experiência urbana desse alvorecer da modernidade para melhor apreender as especificidades do contexto histórico em relação ao qual os seus pornógrafos elaboravam os modos de existir no mundo.

Indaga-se aqui, portanto, sobre alguns dos maravilhamentos, as aversões e as ambivalências instauradas pelo moderno e como essas experiências se articularam à sociedade do Rio de Janeiro. Se por um lado, o moderno era associado ao avanço, a ciência e ao

²⁰⁸ Velloso (2015) concebe a modernidade chegando ao país a partir de finais do XIX. Corroborando tal perspectiva Carvalho (2018) refere a esse período como o alvorecer da modernidade carioca, nomenclatura que adotamos no presente trabalho.

desenvolvimento humano, por outro, também foi atrelado ao perigo do novo e até da subversão de valores tradicionais. Muitas dessas sensações, novidades e rupturas instauradas pelo alvorecer da modernidade foram representadas nas páginas d'*O Rio Nu* — um artefato tão moderno quanto depravado, mas nem por isso livre do diálogo e/ou da reprodução de moralismos ou mesmo a temores de deformação dos costumes.

Esta investigação está dividida em três subcapítulos. No primeiro (4.1), analisamos os discursos d'*O Rio Nu* sobre os choques e sobressaltos que marcaram a experiência urbana carioca na virada do século XX. O foco é examinar a representação de certas invenções modernas, refletindo sobre as expressões de maravilhamento e ambivalência diante das transformações na vida mental, subjetiva e sensorial dos cidadãos cariocas no alvorecer da modernidade.

O segundo subcapítulo (4.2) explora os usos conotativos do adjetivo "moderno" em *O Rio Nu*, especialmente em relação às representações de condutas sexuais. Buscamos compreender como a qualificação de certas práticas sexuais como modernas no humorístico pode desvelar uma série de pânico morais e o duplo padrão sexual que tensionavam a ordem de gênero carioca durante esse período de intensas transformações na sociabilidade urbana.

O último subcapítulo (4.3), dividido em três partes, examina a representação dos projetos de modernização e profilaxia do Distrito Federal, realizados durante a gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), em *O Rio Nu*.

Na primeira parte (4.3.1), analisamos as representações de Pereira Passos, consagrado pela historiografia carioca como uma espécie de “Hausmann brasileiro”. Nomeado pelo presidente em 1902, o prefeito e engenheiro liderou a frente municipal da reforma urbana que transfigurou irrevogavelmente a materialidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Na segunda parte (4.3.2), focamos na representação da classe médica em *O Rio Nu*. A partir do século XIX, esses profissionais modernos buscaram se consolidar como a principal autoridade científica à serviço da cura e do combate as influências negativas do ambiente sobre a saúde física e a moral dos brasileiros. Apenas depois, em um terceiro momento (4.3.3), analisamos a representação do bissemanário do médico e bacteriologista Oswaldo Cruz, nomeado como Diretor-Geral da Saúde Pública com o objetivo principal de combater os surtos epidêmicos que periodicamente, assolavam a Capital Federal.

4.1 – “*Eu que era inteiro, senti-me de repente, fracção*”²⁰⁹: A experiência urbana carioca e os chocantes aparatos modernos

Escrito por Georg Simmel e publicado pela primeira vez em 1902, o ensaio “A Metrópole e a vida mental” propôs a urbanidade moderna como uma nova configuração do mundo fenomenal — impactante, portanto, da subjetividade e da psique de seus habitantes. Configurava-se na sua perspectiva uma verdadeira intensificação da vida nervosa: “O rápido agrupamento de imagens em mudança, a descontinuidade acentuada ao alcance de um simples olhar e a imprevisibilidade de impressões impetuosas: essas são as condições psicológicas criadas pela metrópole” (Simmel, 1973, p.15). Conforme o autor, a metrópole apresentava-se, portanto, como um cenário exponencialmente mais propício à padronização do tempo, à monetarização das diferenças qualitativas entre as coisas e ao desenvolvimento de comportamentos de natureza social negativos expressos por uma atitude *blasé* e menos comunitária (Simmel, 1973).

Diretamente influenciado pelo trabalho de Simmel, seu contemporâneo Walter Benjamin, em “A Modernidade e os Modernos”, também abordou as demandas introduzidas pelo capitalismo industrial na cultura urbana — a expansão das massas, a aceleração chocante da mobilidade, a maior estimulação visual, a crescente hipertrofia do individualismo, etc. Transformações que afetaram a subjetividade e a vida mental dos sujeitos, e conseqüentemente, as maneiras pelas quais o próprio cotidiano urbano passou a ser percebido e até artisticamente elaborado (Benjamin, 2000).

Como bem sintetizaria Ben Singer (2001) quase um século depois, mais do que simplesmente apontar para o “alcance das mudanças tecnológicas, demográficas e econômicas do capitalismo avançado” desde o olho do furacão das transformações modernas, Simmel e Benjamin denunciaram os modos pelos quais essas mudanças “transformaram a estrutura da experiência urbana”, evidenciando como

A modernidade implicou um mundo fenomenal - especificamente urbano - que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana. [...]. A metrópole sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos. O ritmo de vida também se tornou mais frenético, acelerado pelas novas formas de transpor rápido, pelos horários prementes do capitalismo moderno (Singer, 2001, p.95-96)

²⁰⁹ O Rio Nu, ed. 1316, 25/02/1911, p.3

São contingências de transformação das quais o Rio de Janeiro não escapou na virada para o século XX — momento de alvorecer da modernidade na capital (Carvalho, 2018). Em meio à turbulência de uma multidão crescente, reformas, bota-abaxos, novos barulhos, vitrines e anúncios de bens e serviços, os cariocas também se defrontaram com uma nova intensidade de estimulação sensorial e psíquica — uma cadência própria de bombardeio de novas impressões, choques e sobressaltos. A imprensa foi um importante veículo de elaboração e representação de toda sorte de ambivalências desse momento crítico de (des)ajustamentos técnicos, políticos e culturais.

“Perplexidade, nonsense e humor” de acordo com Velloso (2015, p.35), várias foram as reações registradas pelos periódicos cariocas frente aos novos aparatos que desembarcaram na cidade no período finissecular e início do século XX. O próprio inventar, uma das forças motrizes desses tempos de inovação científico-tecnológica, demonstrou-se passível do riso e da ironia nas páginas d’*O Rio Nu*. Nas figuras 27 e 28, as novidades técnicas parecem estar a serviço de demandas ínfimas ou mesmo vexatórias dos seus consumidores.

FIGURA 27: “Invenções Modernas”. *O Rio Nu*, ed. 728, 28/06/1905, p.4.²¹⁰



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

²¹⁰ Legenda da Imagem: “Talher apropriado para os homens barrigudos, para as mulheres grávidas e para todos os que, tendo o rei na barriga, não podem aproximá-la da mesa para comer”

FIGURA 28: “Como é Moda”. O Rio Nu, 1316, 25/02/1911, p.4.²¹¹

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

As fictícias invenções da “moda” expostas nas gravuras (figuras 27 e 28) serviram à finalidade humorística de ridicularizar o aspecto corporal de seus protagonistas. É sabido que, no início do século XX, o temor da escassez ainda tinha uma influência cultural significativa — a saber: era preferível um corpo robusto a um corpo muito magro (Sant’Anna, 2016, p.23). O padrão de beleza da época tendeu, portanto, a ser consideravelmente mais tolerante ao acúmulo de gordura corporal do que o dos dias atuais (Sant’Anna, 2016, p.17-67). Nada obstante, os corpos gordos grandes, em especial quando envelhecidos, já eram tidos como menos desejáveis, mais abjetos e mais passíveis ao riso (Sant’Anna, 2016, p.23). O que também pode ser observado na figura a seguir, na qual o ano novo de 1907 é representado pela figura de uma moça jovem, consideravelmente mais magra e menos flácida que a alegoria do ano de 1906, que estava prestes a ser escoraçada pelo velho Tempo:

²¹¹ Legenda da Imagem: “Como é moda, para os casais que fazem da rua um prolongamento da alcova, andarem abraçados, os homens casados com mulheres muito gordas usam esta invenção para poderem abraçá-las em público”

FIGURA 29: "As Brejeirices do Tempo". O Rio Nu, ed. 886, 02/01/1907.²¹²

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Não por acaso o ano novo foi imagetivamente significado como mais belo, desejável e estimulante (figura 29). Desde pelo menos o século XVIII, a ideia de um tempo cíclico — ou qualquer outra concepção de tempo — vinha sendo desafiada e paulatinamente suplantada no Ocidente e suas periferias pela concepção de um “progresso temporal linear”, que privilegiava “sistematicamente o moderno”, o novo como viés de superação do passado (Le Goff, 1990, p. 179).

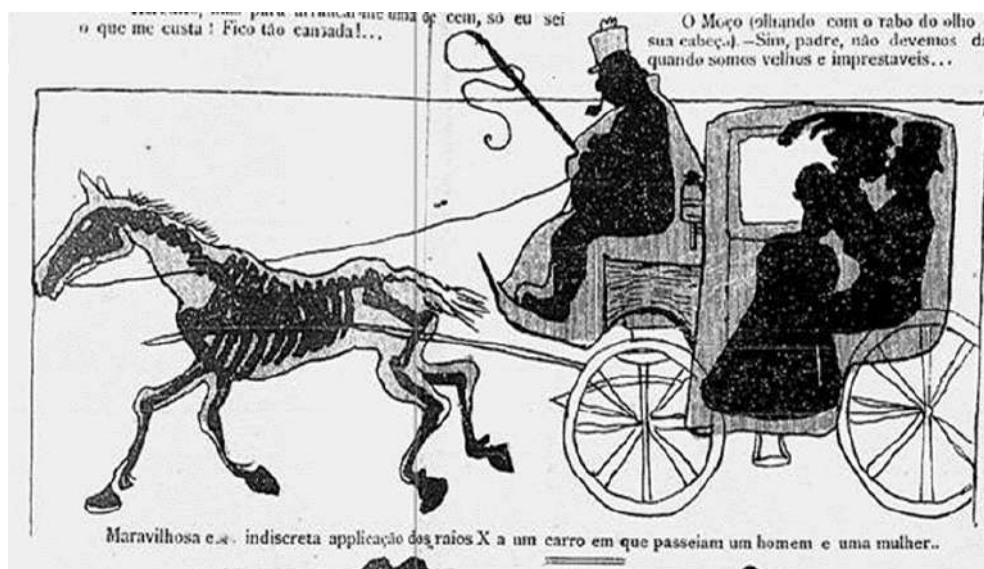
Esse sentido de novidade foi impulsionado no Rio de Janeiro do início do século XX também pelo mundo de novas experiências e sensações oportunizadas pelas inovações tecnológicas que chegavam do além-mar. De forma que, à lista de reações referidas por Velloso (2015) e registradas pela imprensa perante os novos artefatos, seja possível acrescentar o desejo, em última instância, até o tesão. Tornava-se cada vez mais cabível fantasiar com as máquinas

²¹² Legenda da Imagem: “Vá, madama! Eu sou o único velho que resiste! Vá sabendo que eu só gosto de fruta nova e de bons anos!”

extraordinárias cujas aplicações, segundo *O Rio Nu*, poderiam servir até mesmo para fins sexuais e voyeurísticos.

É o caso, por exemplo, da máquina de radiografia, invenção de 1895, que poucos anos depois figuraria nas páginas do bissemanário a serviço de um flagrante para lá de indiscreto:

FIGURA 30: “Maravilhosa e indiscreta aplicação dos raios X”. *O Rio Nu*, ed. 693, 25/02/1905, p. 4-5.²¹³



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

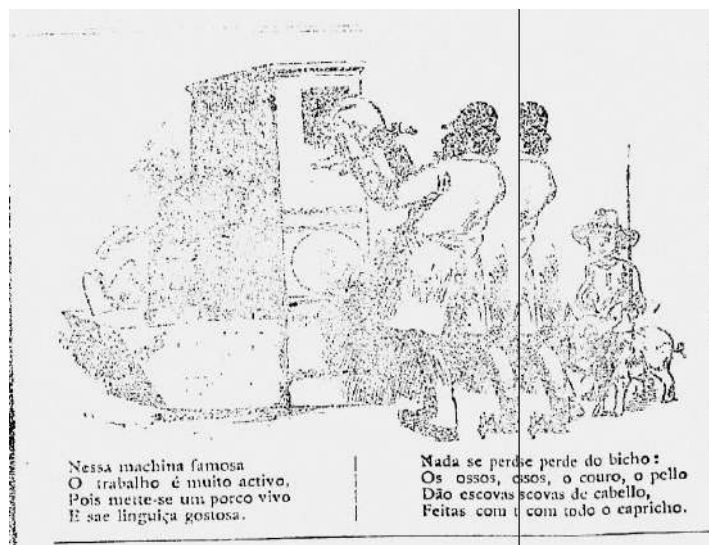
Proporcionando um vislumbre das intimidades de um casal resguardado dentro de um veículo de tração animal, a figura 30 sugeria que os “raios X” poderiam ser aplicados em prol de uma nova modalidade de voyeurismo que permitiria ver através de divisórias, paredes, e até roupas. Essa aplicação extraordinária — e àquela altura, fantasiosa — era, segundo a composição, digna de maravilhamento.

Para além de servirem de conteúdo para fantasias sexuais, a representação de artefatos modernos (reais ou não) nas páginas do bissemanário desvela tempos nos quais passava a ser

²¹³ Legenda da Imagem: “Maravilhosa e indiscreta aplicação dos raios X a um carro em que passeiam um homem e uma mulher.”

possível fantasiar também com a substituição, pelas máquinas, da força de trabalho humano na desgastante produção material da vida:

FIGURA 31: “Máquina Famosa”. O Rio Nu, ed. 1412, 31/01/1912, p.4-5²¹⁴



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

A máquina representada na figura 31 pode até ter se tornado realidade nos abatedouros cada vez mais automatizados do século XXI. Entretanto, no início do século passado, um dispositivo capaz de produzir automaticamente linguiças “gostosas” sem o auxílio humano e a partir de um porco vivo não passava de um sonho. Que dirá um que evitasse ainda todo e qualquer desperdício no processo, transformando os ossos, o couro e os pelos do animal em escovas de cabelo “no capricho”.

Esse otimismo/maravilhamento não foi incondicional ou irrestrito, concorrendo também com expressões de medo e desconfiança. Desde, pelo menos o final do século XIX, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, muitas grandes cidades ao redor do globo tiveram suas experiências de urbanidade tensionadas por uma ambivalência bastante particular. Se, por um lado, nunca se divulgou tanto a crença nos tidos avanços capitalistas das ciências e da vida burguesa; por outro lado, esse otimismo não foi capaz de sufocar os estranhamentos, mal-estares e nem mesmo os “movimentos críticos às transformações que os modernos Estados burgueses efetivavam” (Carvalho, 2018, p.51). De acordo com Zygmunt Bauman (1999, p.23), a ambivalência foi uma dimensão inseparável dos projetos modernos de ordenação e racionalização da existência. Refugo da modernidade, ela se desdobrou da percepção moderna

²¹⁴ Legenda da Imagem: “Nessa máquina famosa/ O trabalho é muito ativo/ Pois mete-se um porco vivo/ E sai linguiça gostosa. / Nada se perde do bicho;/ Os ossos, o couro, o pelo/ Dão escovas de cabelo. / Feitas com todo o capricho.”

“da subdeterminação/ambivalência/contingência como condição humana duradoura; na verdade, o aspecto mais importante dessa condição” (Bauman, 1999, p. 24). Ao contrário “de outros inimigos derrotados e escravizados” essa dimensão cresceu em força entre os sujeitos a cada aparente “sucesso dos poderes modernos” (Bauman, 1999, p. 23).

Exprimindo a dimensão ambivalente da experiência moderna, observa-se que, ao passo que se tornava concebível que artefatos modernos poderiam substituir a mão de obra humana, surgiam também temores sobre as possíveis consequências dessa substituição. Entre eles, o receio da mediocrização dos próprios processos criativos e artísticos — uma temática bastante sensível a classe artística da época:

FIGURA 32: "Art Noveau". O Rio Nu, ed. 868, 31/10/1906, p.4.²¹⁵



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Com a introdução de novas tecnologias e a emergência de novas linguagens, acirrou-se a polêmica sobre os rumos da arte e o papel do artista na sociedade moderna, tornando-se “permanente a tensão entre arte e técnica”. Temia-se que, ao recorrer às novidades modernas, o artista pudesse perder os traços que deveriam distingui-lo perante a sociedade: “imaginação, colorido, impetuosidade e *finesse*” (Velloso, 2015 p. 38). Não por acaso, o pintor representado na figura 32 demonstra pouquíssima *finesse* ao recorrer a um processo automatizado de pintura. Utilizando-se de um artifício referido como “barato”, o homem “sequer precisava pegar no

²¹⁵ Legenda da Imagem: “Novo processo de pintura a distância; é cômodo, barato e não requer grande aprendizagem, tendo ainda a grande conveniência do pintor não pegar no pincel para pincelar...”

pincel para pincelar”. A prática artística representada na figura 32 era totalmente distinta daquela empregada pelos pintores tradicionais, comumente representados n’*O Rio Nu* e valorizados justamente por pincelarem²¹⁶ suas modelos por horas a fio.

As preocupações relativas às tensões modernas no mundo artístico podem ter sido especialmente significativas para os artistas que produziam as ilustrações d’*O Rio Nu*. No entanto, isso não significou que nas páginas do bissemanário as únicas inovações técnicas que figuraram sob suspeita tenham sido aquelas ligadas à produção artística. De maneira mais ampla, mesmo a industrialização, apesar de todo o seu potencial de aliviar o trabalho humano na produção material da vida, ocasionalmente também foi representada como uma possível ameaça ao futuro:

FIGURA 33: “Profecia Ilustrada para 1906”. *O Rio Nu*, ed.789, 27/06/1906, p.4.²¹⁷



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bdigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Publicada em julho de 1906, a profecia ilustrada não exprimia uma visão nada positiva do futuro. Uma previsão que, diga-se de passagem, tampouco se limitava apenas àquele ano,

²¹⁶ O termo pincelar foi utilizado em referência ao pênis, era comum que o termo pincel fosse usado para referir a esse órgão sexual n’*O Rio Nu*, logo o verbo pincelar era utilizado no sentido de penetrar.

²¹⁷ Legenda da Imagem: “Do sábio astrólogo groenlandês Pthjkmuscki (este nome recebemos pelo cabo submarino aéreo, a seguinte profecia para 1906 (ou qualquer ano que quiserem) / Neste ano haverá tantas fábricas que será preciso inventar outra para desfabricar o produto das primeiras. / A fumaça dos respectivos canudos fabris será tanta que qualquer bocó poderá ter as fumaças que quiser. / Os porcos correrão mais que os automóveis. / As galinhas d’Angola mamarão nas porcas que terão umas sete tetas e serão trepadas pelos patos. / Os galos cantarão por música de tambor furado. / As vitelas seguirão de condutor telefônico entre os burros e os homens. / Os caçadores farão uso das seguintes armas de fogo: Trança de porco, cabo de vassoura, guarda-chuva, etc./ E, finalmente as famílias *onestas* que se compõem de mulher, marido e primo trocarão o último por um cãozinho amestrado.”

pois segundo a legenda, podia servir em “qualquer ano que quiserem”. A imagem visualmente poluída, dispunha de uma série de personagens e acontecimentos simultâneos, reforçando a impressão de testemunho de um cenário caótico. Justapostos, representantes de tempos tradicionais e das inovações industriais dividiam o mesmo enquadramento: chaminés de fábricas e máquinas de transporte modernas ao fundo e, mais a frente, animais de fazenda, porcos, galinhas e patos circulando livres pelas ruas (figura 33).

Os elementos representativos do progresso do capitalismo industrial — o automóvel, o trem, a fábrica — foram representados como forças deformadoras da sociedade. O céu foi ilustrado encoberto pela fuligem da locomotiva e das chaminés da usina ao fundo. Um pouco à frente dos trilhos, uma carroça foi disposta sendo ultrapassada por um automóvel que, ao fazê-lo, atropelava um pedestre, sem que a postura de seus condutores indicasse qualquer perturbação pelo ocorrido.

Segundo a legenda, não demoraria muito para que a indústria fosse exacerbada ao ponto da inutilidade, contando com tantas fábricas que “será preciso inventar outra para desfabricar o produto das primeiras”. Previa-se ainda que, em breve, “galinhas mamarão nas porcas”, “vacas servirão de condutor telefônico” e “caçadores” usarão armas de fogo como “cabo de vassoura, guarda-chuva”. Além disso, até as “mulheres onestas” (grafia proposital, para denotar o sentido oposto) se relacionarão com cachorros em detrimento dos seus primos. Isto é, segundo a profecia, não tardaria nada para que mesmo as inversões da honestidade²¹⁸ fossem exacerbadas a níveis bestiais.

Há um elemento na imagem que nos indica que talvez essa representação pessimista do futuro pode ter sido importada pelo *O Rio Nu* do além-mar. Perceptível logo em frente dos trilhos, encontra-se uma placa com a palavra “Paris” em letras garrafais, acompanhada de dizeres pouco legíveis, aparentemente em francês. Na época da publicação da imagem era comum que *O Rio Nu* reproduzisse gravuras da imprensa ilustrada francesa. Frequentemente,

²¹⁸ Paulo Sérgio do Carmo (2019, p. 82) elucida que as restrições historicamente impostas as moças da alta sociedade, fazia com que elas convivessem mais com rapazes próximos da família, como os primos. Essa proximidade, assim como incidência nas classes altas de casamentos endogâmicos entre primos (no geral para manter os bens na família), alimentava o imaginário popular de que eram práticas comuns os casos pré-nupciais e até extraconjugais entre mulheres desonestas e seus primos.

ilustrações eram importadas e modificadas antes de serem publicadas com novas legendas nas páginas do bissemanário (Schettini, 2020, posição do Kindle 2160)²¹⁹.

Para Walter Benjamin, Paris foi a capital do século XIX (2009, p. 42), palco de várias exposições científicas e pioneira na reorientação de seu espaço urbano para o comércio moderno, criando vastos boulevards por onde circulava uma multidão crescente. Regiões inteiras da cidade foram demolidas e substituídas por avenidas largas que facilitavam o trânsito de consumidores, o acesso a novas mercadorias, mas também o movimento das tropas do governo para resguardar o *status quo* em tempos de barricadas²²⁰, protestos e distúrbios contra a ordem burguesa (Benjamin, 2009, p.42). No velho mundo também foram gestadas expressões de ambivalência, e até ressentimento, relacionadas “à metamorfose das suas vilas em grandes cidades” (Carvalho, 1994, p. 16). Antes de outras regiões do globo, as metrópoles europeias precisaram acomodar “velhas e novas imagens” — expressões de otimismo e euforia em relação ao progresso científico, mas também “sentimentos de pânico”:

São testemunhos repletos de deslumbramento e pavor os que ecoam dos textos de literatos, médicos, filantropos e estadistas do século XIX europeu: deslumbramento pelo triunfo da indústria, sugerindo a vitória do homem sobre as limitações naturais; pavor pelo que este processo continha de radicalmente novo, pela visão do intempestivo crescimento demográfico e econômico daquelas sociedades, a ilustrar o desmoronamento da ordem conhecida e o surgimento das primeiras cidades massivas da história (Carvalho, 1994, p. 17).

Independentemente de sua origem, a veiculação da “Profecia para o ano de 1906” no *O Rio Nu* nos permite, no mínimo, conjecturar que os temores em relação às contradições sociais provocadas pela emergência do capitalismo industrial europeu também ressoavam por aqui. Com as devidas especificidades, mas de forma semelhante ao que aconteceu por aquelas partes do mundo (Singer, 2001, p. 118-119), no Rio de Janeiro do início do século XX, o antigo tampouco teve tempo para se transformar em um conceito abstrato peculiar e distante; era ainda uma memória vital e tangível, que acentuava constantemente a novidade e o trauma de um contexto urbano em vias de modernização.

²¹⁹ É possivelmente o caso da “Profecia Ilustrada para o Ano de 1906”, o que explicaria o porquê de a figura 33 ter sido publicada já no meio do ano, e a razão de o pseudônimo que assinou a ilustração não ter aparecido em nenhuma outra edição consultada.

²²⁰ Para Walter Benjamin a “verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris. Com essa intenção Luís Filipe já introduzira o calçamento com madeira. Mesmo assim, as barricadas desempenharam um papel na Revolução de Fevereiro. Engels se ocupa com a tática das lutas de barricada. Haussmann quer impedi-las de duas maneiras: a largura das avenidas deveria tornar impossível erguer barricadas e novas avenidas deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Os contemporâneos batizam esse empreendimento de ‘*embellissement stratégique*’” (Benjamin, 2000, p.42);

Trata-se de traumas impactantes do que se concebia como belo, arte, moda, mas de maneira não menos subjetiva, e talvez até mais ampla e arrebatadora, também das “coordenadas de espaço e tempo” (Velloso, 2015, p. 35-36). Em uma crônica publicada em 1894, Machado de Assis afirmava haver “dúvida que os relógios” andavam “muito mais depressa”. Uma sensação de aceleração²²¹, para qual concorreriam as transformações dos meios de comunicação. Em finais do século XIX, a Guerra do Paraguai provocou uma expansão das linhas terrestres de telégrafos ²²²(Silva; Moreira, 2007, p.59). Após o conflito, as notícias das terras distantes passaram a chegar com maior rapidez, porém mais abreviadas, sintetizadas.

Como bem observou Velloso (2015, p.37), “O tempo dispara, as notícias chegam mais rápidas, porém jamais da mesma maneira”. O que, naturalmente, não agradou a todos: “Antes, não tínhamos ainda esse cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, e a dividir novidades em talhadas finas, poucas e breves” (Assis, 1959, p. 224-225), reclamou Machado de Assis em um de suas crônicas para a imprensa.

Desde suas periferias, o célebre literato carioca registrava — aparentemente um tanto desgostado — os impactos dos avanços do capitalismo industrial. Juntando-se ao “abreviador” telégrafo, novidades como o cinematógrafo, a fotografia, o bonde elétrico e mesmo os aviões e automóveis modificavam a percepção e a sensibilidade urbana, colocando em xeque protocolos sociais e hábitos cotidianos. Essa série de novidades podiam ser percebidas tanto como maravilhosas, quanto como opressoras ou até castradoras. Nas páginas d’*O Rio Nu*, mesmo a tida mais antiga profissão do mundo foi representada afetada pelas tendências protocolares modernas:

²²¹ Hartmut Rosa (2019) concebe a modernidade para além os processos de separação entre indivíduos e meios de produção, de racionalização, de diferenciação social e de individualização, também contemplando-a a partir da dimensão da aceleração. A aceleração seria uma categoria transversal, que atravessaria as dimensões do moderno destacadas pelos clássicos da sociologia (Marx, Weber, Simmel e Durkheim). Transversalidade lograda uma vez que, simultaneamente, a modernidade deflagra a aceleração dos meios técnicos — dos meios de comunicação, de transporte e de produção —, da mudança social e do ritmo de vida. Ver mais em: ROSA, Hartmut. *Aceleração. A transformação das estruturas temporais da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019, 681 p.

²²² Um dos motivos dessa expansão foi a Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança. O conflito foi um dos maiores conflitos armados internacionais ocorridos no Sul da América Latina. O embate foi travado entre o Paraguai e uma Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, e as repúblicas da Argentina e do Uruguai e se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. O fim da Guerra do Paraguai é frequentemente considerado pelos sul latino-americanos como um divisor simbólico entre os tempos antigo e moderno (Velloso, 2015, p.37). Para ver mais sobre o conflito: SALLES, Ricardo (1990). *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. CASTRO, Cesó; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004. SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. *Povo, Pátria e Imperador: os voluntários da pátria no Rio de Janeiro (1865-1875)*. Dissertação (Mestrado) – UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015, etc.

FIGURA 34: “O Tempo ‘delas’”. O Rio Nu, ed.1386, 01/11/1911, capa.²²³



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

As discussões sobre a criação de uma hora oficial e de fusos horários ganharam força, no Brasil, sobretudo a partir de 1911 — ano de publicação da figura 34 e ocasião em que a França aderiu ao horário internacional (Luz; Vergana, 2015, p.8).²²⁴ Na busca por argumentos que endossassem o nosso pertencimento ao restrito hall das tidas nações civilizadas, representantes de entidades comerciais e científicas locais defendiam a integração das

²²³ Legenda da Imagem “Ela — O meu amigo ficou de vir tomar comigo uma taça de champagne à meia-noite e atrasou-se meia hora. Não gosto disso, porque tenho o meu tempo dividido; a uma hora em ponto, devo receber a visita de um outro amigo. Fique avisado. /Ele — Queira desculpar o meu atraso: procurarei aproveitar com vantagem os trinta minutos que me concede...”

²²⁴ Em outubro de 1884, 40 delegados de 25 países, tanto do mundo da diplomacia quanto da ciência, se reuniram na cidade de Washington para erigir um acordo entre nações sobre o meridiano de longitude zero e começar a contagem do tempo a partir de um ponto comum. Com exceção da França que votou contra a escolha do Meridiano de Greenwich como marco zero, e do Brasil e São Domingos que se abstiveram, todos os outros países presentes foram favoráveis a padronização proposta. Nas primeiras décadas do século XX a questão da unificação das longitudes deu grandes passos. Em 1905, na Europa, apenas a Irlanda e outros três países ainda não haviam mudado suas referências longitudinais para o referencial do meridiano de Greenwich (Bartky, 2007, p. 132). Dentre eles estava a França, principal opositora à adoção do sistema. Esta, no entanto, também adota o meridiano de Greenwich em março de 1911 (Gapaillard, 2011). Desta forma, a organização de um sistema horário internacional ganhou fôlego e o Brasil seguiu este movimento. Ver mais em: BARTKY, Ian R. *Selling the true time: nineteenth-century timekeeping in America*. Stanford: Stanford University Press, 2000; LUZ, Sabina Alexandre Luz; VERGANA, Moema de Rezende, “Do Congresso de Washington à adoção da Hora Legal Brasileira”, *Terra Brasilis*, v.6, 2015.

atividades e relações mútuas do país a um tempo estável e padronizado (Luz; Vergana, 2015, p.9) e que tomasse como referência o sistema internacional do meridiano de Greenwich,²²⁵ em 1884.

Referindo-se aos impactos da padronização temporal na vida mental das grandes metrópoles, desde a Europa — referência primeira dos defensores nacionais da padronização temporal —, Simmel observou a pontualidade, calculabilidade e exatidão “introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana” (Simmel, 1973, p.14). Tais valores exasperadores da impessoalidade moderna foram transpostos pelo *O Rio Nu* ao pessoalíssimo comércio “delas”, das prostitutas, conforme mostra a figura 34, e enquadrados, portanto, como potenciais estorvos ao próprio prazer. Não por acaso, beber uma “taça de champagne” com a bela dama da imagem demandava adequar-se à regulação rigorosa e castradora do relógio, objeto que, ao fundo, auxiliava a moça na tarefa de fragmentar/padronizar mecanicamente o tempo e, conseqüentemente, as possibilidades e a duração do próprio gozo sexual dos seus clientes.

O tempo como duração, como possibilidade da experiência subjetiva do gozo, gradativamente perdia espaço diante do tempo mercadoria, bem à moda do moderno lema “tempo é dinheiro.” Ao passo que a defesa da Hora Legal ganhava adeptos, se desenhava em um horizonte muito próximo a própria modificação da consciência do tempo, que gradativamente passava a

[...] a ser concebido como matéria abstrata, linear e uniformemente dividido de acordo com as convenções humanas. Em contraposição ao passado, onde o tempo era associado à categoria do eterno e do sublime, agora, com a “cultura do modernismo”, ele se transforma em algo exterior ao próprio homem — frações marcadas pelos ponteiros do relógio (Velloso, 2015, p. 36).

Embora *O Rio Nu* possa ter reverberado temores relativos à impessoalidade, acirrada pela então em curso reconceitualização fragmentária do tempo, o fato é que o bissemanário foi parte de uma modalidade de impressos concretizadores da própria transitoriedade temporal: os periódicos (Velloso 2015, p. 88). Mais acessíveis, os periódicos proporcionavam experiências de atualização da realidade mais aceleradas, dinâmicas e possíveis até em trânsito, a bordo das novas modalidades de transporte (Oliveira; Velloso; Lins, 2010, p. 12). Aos poucos, a prática da leitura individual ia se desprendendo dos gabinetes de trabalho e/ou escritórios domésticos

²²⁵ Em 1913, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei 2784 que instituiu a Hora Legal no Brasil, institui-se à Divisão Serviço da Hora o encargo de cumprir todas as convenções internacionais já estabelecidas e gerar e disseminar da Hora Legal Brasileira (HBL) a todo território nacional conforme a legislação, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento no campo da metrologia de Tempo e Frequência.

para ser realizada também nas ruas — um “passatempo” que podia se misturar aos ruídos, movimentos e imagens da cidade (Velloso, 2015, p.88-89).

Deixando de ser artigos de luxo acessíveis apenas para poucos, os periódicos puderam servir até como artifícios mitigadores da nova escala de proximidade física imposta pelos modernos “espaços de passagem”, como os bondes.²²⁶ Dessa forma, auxiliavam no distanciamento psíquico exigido pela ampliação da sociabilidade pública em uma metrópole cada vez maior ²²⁷. Não é impossível conjecturar que até mesmo a crítica de Machado de Assis à aceleração temporal tenha sido lida por alguns cariocas em movimento, ou seja, a bordo dos novos — e paradoxalmente mais acelerados — meios de transporte que chegavam à capital."

Inaugurada em 1892, a primeira linha de bondes elétricos do Rio de Janeiro apresentou para muitos cariocas a possibilidade de experimentar, pela primeira vez, um transporte público movido a eletricidade e, portanto, livre do barulho do galope comum aos veículos movidos a tração animal. Conduções mais adequadas para a leitura de “passatempo”, os bondes elétricos tampouco passaram incólumes a pena afiada de Machado de Assis. O célebre literato também repercutiu na imprensa a chegada desses veículos à capital — outro momento de colisão entre o conhecido e o desconhecido, o antigo e o moderno:

Não tendo assistido à inauguração dos bondes elétricos, deixei de falar neles. Nem sequer entrei em algum, mais tarde, para receber as impressões da nova tração e contá-las. Daí o meu silêncio da outra semana. Anteontem, porém, indo pela praia da Lapa, em um bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar. Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade (ASSIS, 1994, p. 63-54).

Com sua habitual ironia, Machado de Assis afirmou não ter se impressionado pela novidade, mas sim pelo sentimento de superioridade que até um condutor — não por acaso na narrativa referido como mero “cocheiro” — podia nutrir devido ao seu vínculo/acesso ao avanço tecnológico do momento. A crônica reitera o caráter transformador de inovações técnicas modernas inclusive em dimensões mais subjetivas da vivência urbana. Daí o humor

²²⁶ No artigo “Modernidade nos Trilhos” Clara Natalia Steigleder e Claudia Ferraz de Souza postulam a importância dos bondes para a inserção do indivíduo na cidade moderna, tanto em relação à sua adaptação ao ritmo imposto pela modernização, como individualizando-se, desenvolvendo-se, aprendendo a lidar com os outros e com si mesmo, com suas mazelas, dificuldades e inabilidades. As pesquisadoras referem a esses veículos como “espaços de passagem” físicos e simbólicos que contribuíram para adaptar o indivíduo ao processo de modernização pelo qual passaram as cidades modernas

²²⁷ Ainda e acordo com Steigleder e Ferraz “No interior dos bondes, durante as viagens, também ocorria uma proximidade física maior, entretanto, como forma de se preservar, desse contato, o indivíduo desenvolvia um distanciamento psíquico, manifestado numa atitude de reserva que, numa perspectiva moderna, faz parte das relações que se estabelecem no espaço público” (2019, p.10). Ou seja, a nova “sociabilidade” das grandes cidades requereu uma individualização crescente: “olhares concretos ou imaginados dos outros [...] provocavam a pensar sobre si, e, ao fazer este movimento, desenvolver-se social e individualmente”.

evocado pela oposição da suspeita machadiana em relação ao novo e o sentimento de superioridade daquele “cocheiro” sem cavalos, vaidoso — muito embora o seu papel na introdução daquela novidade no cotidiano carioca fosse subordinado por uma relação trabalhista.

Cortando a cidade, as linhas dos bondes propalavam entre a população urbana “a força da técnica em sua subjetividade e racionalidade; caminhos fixos que, cotidianamente, adaptaram corpos a um espaço em transformação” (Steigleder; Souza; 2019, p.1). Como símbolos, portanto, da própria modernidade ocidental, não é de se admirar que os bondes também tenham sido representados em factual choque contra corpos metropolitanos. Tal fenômeno passou a ser, segundo Ben Singer (2001, p.107), bastante recorrente na imprensa ilustrada nova-iorquina em finais do XIX, e situa o surgimento de uma nova consciência social de vulnerabilidade física diante de uma esfera pública cada vez mais desafiadora das concepções tradicionais de “segurança, continuidade e destino autocontrolado” (Singer, 2001, p.107).

Não se pode dizer que *O Rio Nu* chegou a compartilhar dessa predileção temática. Houve pontualmente alertas sobre “os perigos do progresso” representado por certos bondes elétricos reincidentes em “cortar pernas e braços a torto e a direito” (*O Rio Nu*, ed. 841, 28/07/1906, p.2). Porém, de maneira mais frequente, os bondes figuraram nas páginas do bissemanário como cenários de bolinagens²²⁸, flertes e até trocas consensuais de carícias clandestinas. Por si só, isso já remete a toda uma gama de prazeres e modalidades de voyerismos²²⁹, possível devido a ampliação da proximidade física com estranhos oportunizada por esses “espaços de passagem”²³⁰. Nada obstante, também nos parece bastante significativo da ambivalência moderna que além de gozar das novas possibilidades de bolinação/gozo

²²⁸ Na linguagem popular, bolinar significa apalpar uma pessoa maliciosamente, tocar alguém com intento sexual, principalmente em locais públicos e sobretudo em aglomerações, no cinema, na praça, na praia etc. No geral, é uma ação que ocorre sem o consentimento da pessoa bolinada. Segundo o Dicionário Moderno de Bock, um léxico de 1903 que reunia gírias de duplo sentido bolinar: “Bolinar: verbo transitivo de sensação oculta. Sentar junto, encostar o joelho, roçar, sentir um tremelique. Alguns sentam no banco de trás, abrem *A Notícia* e bolinam no posterior” (Brito *apud* PRETI, 1984, p. 46).

²²⁹ O bonde, além de facilitar o transporte entre as várias partes da cidade, permitia também a possibilidade de comunicação, de novos conhecimentos, de amizades e de namoros. Os bancos comuns para vários passageiros tornaram possíveis intimidades entre eles, pelo próprio contato físico (PRETI, 1984, p. 43).

²³⁰ Segundo Steigleder e Souza, o bonde foi um meio de moderno de aprendizado de individualização, visto que os “olhares concretos ou imaginados dos outros passageiros provocam o indivíduo “a pensar sobre si, e, ao fazer este movimento, desenvolver-se social e individualmente”. Desenvolvimento no qual é possível que o olhar do outro (real ou imaginado) possa ter sido ser elaborado eroticamente, tornado um elemento de prazer ao ser burlado ou mesmo violado por exhibições impudicas.

propiciados pelos bondes, o Vagabundo, mais célebre malandro do bissemanário, tampouco tenha conseguido escapar de um literal choque contra um desses veículos.

Segundo o próprio personagem narrou, o seu infortúnio começou quando, após uma jogatina, que por pouco não escalou para uma briga generalizada, o brejeiro colaborador d'O Rio Nu meteu seu “cartolame” na cabeça e, muito contrariado, resolveu “cair no mundo” antes que acabasse se esbofeteando com os seus camaradas do “bar do Jacú”. Os planos do Vagabundo de jogar “bagatela para levar a vida na flauta” haviam ido por água abaixo. Todavia, mal sabia ele que aquela frustração não seria o maior revés da sua noite: em meio as suas andanças no largo da Carioca, região central da cidade, o flâneur desordeiro foi atropelado por um bonde elétrico.

O estrago foi grande, o veículo “passou mesmo por cima”, partindo-o ao meio:

Fiquei dividido em dois!! Que triste posição a minha. Eu que era inteiro, senti-me de repente, fracção, podendo ser representado por esta forma matemática, salvo a “Cacofonia”:

$V \text{ (Vagabundo)} = \frac{1}{2}$

(O Rio Nu, ed. 1316, 25/02/1911, p.3).

Em outro de seus causos um tanto surrealistas — visto que em narrações passadas o Vagabundo já havia afirmado ter sido catapultado aos chutes para o espaço sideral e em outra ocasião, obrigado a fugir de mortos-vivos pervertidos depois de invadir o túmulo de um Gouveia²³¹ — o malandro sobreviveu. Não apenas sobreviveu como ainda prosseguiu com suas andanças:

Transformado em concorrente às fórmulas demonstrativas da falta de água nos canos de Xerém, mandei a ponte “sub-umbelical” para os lados de botafogo e sai com a parte pensante, isto é, aquele que continha a cabeça, para a Avenida Central. Mas o rolo e escândalo foram levados da carepa. A polícia ao ver as minhas pernas caminharem em plena rua julgou tratar-se de um crime monstruoso. Por uma “alta influência vital” as pernas andavam sem o tronco... Provavelmente o delito havia sido cometido a dois passos. O movimento foi extraordinário! O povo correu em massa! Paralisou de repente o serviço de bondes!

Que revolução! (O Rio Nu, ed. 1316, 25/02/1911, p.3).

Ser repartido em dois por um bonde, embora escandaloso, não foi letal. O ocorrido até teria lhe rendido certas vantagens:

Afinal aos meus ouvidos de homem decapitado chegaram os rumores longínquos do estardalhaço. Corri logo e sem mais nem menos tomei um bonde. Quando o condutor chegou paguei apenas um tostão.

– Tenha paciência. São dois.

– Dois? Você está maluco. Quanto é a Passagem?

– Duzentos reis.

– Por homem?

²³¹ Gouveia era uma gira utilizada na época para referir homens ficcionados por sexo anal. Ver mais no capítulo 4.

–Sim senhor.
 –Então paguei bem.
 –Como?
 –Cem reis!
 –Duzentos!
 –Não sou homem.
 –Não é...
 – Metade...Olhe... Daqui a pouco poderei ser inteiro, porque vou em busca de outra metade.
 O condutor não quis discutir e cobrou o “nicolau” de 100.
 Ao chegar ao local do sarilho gritei: – Passagem para a PARTE DE CIMA DO MEU EU.
 Todos se afastarem. Então, sem mais nem menos arranjei um pouco de “cola tudo” e passando na parte “sub umbilical”, pus em posição e sai colado pelas ruas da cidade até o largo do Rocio, onde esbarrei com o Chupa-Crianças, caixeiro do Jacú, que a gemer novamente, murmurou: – Oh! Vagabundo!
 Voltei-lhe as costas:
 – Oh! Moço, eu sou de bronze! (O Rio Nu, ed. 1316, 25/02/1911, p.3).

Com muito humor, a narrativa do atropelamento do Vagabundo elevava às últimas consequências algumas marcas da experiência urbana moderna: o choque, a fragmentação do sujeito perante a multidão, a resposta *blasé* como uma atitude mental de reserva à atomização psíquica; a rua como local de experiência de uma nova configuração de vulnerabilidade física, permeada por múltiplos e heterogêneos estímulos sensoriais — não havendo nada mais sensorial que um corpo literalmente partido que, todavia, perambula.²³² Dramatizando surrealisticamente os tensionamentos impostos pela modernização às concepções tradicionais de segurança e coletividade, a desventura do Vagabundo nos desvela também a persistência, no contexto social carioca, de práticas subversivas à ideologia burguesa de trabalho organizado.

Frustrado por não ter conseguido ganhar algum dinheiro em jogos de azar, o malandro se utilizou do desastre que o vitimou para, pelo menos, pagar só meia passagem. Isto é, mesmo se chocando contra um símbolo do progresso capitalista, o Vagabundo prosseguiu com as suas andanças pela cidade em sua missão de “levar a vida na flauta” (O Rio Nu, ed. 1316, 25/02/1911, p.3), suturando a experiência fragmentadora da multidão urbana na base da “cola tudo”, da gambiarra²³³. Uma espécie particular de metropolitano moderno, hiperestimulado e

²³² “Nervos superexcitados e esgotados” criaram um modo de percepção “fatigada” ou “blasé” que imaginava o mundo “em um tom uniformemente insípido e cinzento”. Sensações cada vez mais fortes eram necessárias para penetrar os sentidos atenuados, para formar uma impressão e redespertar uma percepção. O sensacionalismo popular aparentemente encaixava-se nesse padrão. A demanda por excitações intensificava-se à medida que a percepção blasé exigia impressões cada vez mais intensas (SINGER, 2001, p. 117-118).

²³³ A palavra gambiarra possui diversos significados no Brasil, entre os quais os mais predominantes são extensão de luz irregular e como uma gíria para improvisação. No Dicionário Online de Português: “Solução improvisada para resolver um problema ou para remediar uma emergência; remendo. Extensão ilegal com o propósito de roubar energia elétrica” (GAMBIARRA, 2024, s.n.). GAMBIARRA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gambiarra>. Acessado em 24/01/2025.

blasé, porém ainda malandramente avesso as crescentes demandas produtivas e laboralmente disciplinares do capitalismo.

Desprendido de certas demandas da disciplina laboral capitalista moderna, o Vagabundo não se demonstrou, porém, de todo livre das amarras das convenções sociais, mantendo, por exemplo, a sua identidade ligada à uma performance de uma masculinidade viril, reiterada pela negação de avanços sexuais de outros homens. Ao cruzar a praça Tiradentes, o malandro rejeitou o “Chupa-Crianças” recorrendo a uma frase, na época, de acordo com Luís Edmundo consagrada por ter sido dita pela própria estátua de Dom Pedro I na tentativa de se desvencilhar do desejo dos frequentadores noturnos daquela praça:²³⁴

Ao centro o jardim. Um jardim à Luís de Vasconcelos e Sousa, bosque selvagem e hirsuto, sem grandes perspectivas, todo ele um espesso tapa-vistas de folhagem, com ruazinhas de macadame mal varridas, e por onde passeiam, depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua. De Sua Majestade lhes dizer, do alto de seu cavalo, como a outros já disse, figuradamente, em uma certa revista do ano: – Meninos, olhem que eu sou de bronze... (EDMUNDO, 2003, p. 90)

Bronze, um material de dureza aparentemente impenetrável, simbólico, portanto, de uma masculinidade idealmente incorruptível. Expressão que reflete o até hoje persistente tabu associado aos corpos masculinos que aceitam ser penetrados. Afirmando sua macheza, o Vagabundo rejeita ser o receptáculo de uma prática sexualmente penetrativa, na época popularmente referida como “moderna”, “modernismo”, ou até “sistema moderno”: o sexo anal.

4.2. O reverso era moderno? O “sistema moderno”, o duplo padrão moral sexual carioca e as ameaças impudicas do progresso

O sexo, como outras atividades corporais, pode ser visto como uma experiência natural e até espontânea. Geralmente, a prática resulta de estímulos externos ou internos que levam à excitação de certos órgãos e à busca de formas de satisfação compartilhadas ou individuais (Preti, 1984, p. 158). Essas experiências corporais muitas vezes escapam à nossa tão estimada racionalidade: os corpos se expandem, brocham, vibram, se contraem, se constringem, muitas vezes até à revelia da vontade. No entanto, isso não exclui que a prática seja também um fato

²³⁴ Luís Edmundo de Melo Pereira da Costa (1880-1961) foi um jornalista carioca e memorialista do Rio de Janeiro. Autor igualmente de *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* e *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, Luís Edmundo era jornalista do extinto *Correio da Manhã*. Sua obra com literato circunscreveu-se, basicamente, à história de sua cidade e, nos últimos anos de sua vida, às suas memórias.

cultural²³⁵ (Luckman; Berger, 2007, p. 238). Mesmo quando removidos do olhar público — protegidos pela privacidade de quatro paredes —, os sujeitos tendem a elaborar os seus circuitos de experiências corporais também a partir de aprendizados sociais (Connell, 2005, p.62).

A própria ideia de realizar essas práticas apenas dentro de quatro paredes é uma convenção socialmente determinada. Os comportamentos que concernem à satisfação da necessidade e do desejo sexual demonstram-se, portanto, impregnados de construções sociais. Estudos dos processos histórico-culturais mostram que certos atos sexuais, amplamente aceitos por determinados grupos em períodos específicos, podem ser proibidos ou censurados em outros contextos, alterando como as pessoas vivenciam suas sensações corporais (Luckmann; Berger, 2007, p. 239-241).

Representar qualquer modalidade de sexo pode implicar, portanto, em qualificar condutas, sujeitos, tipos de relações humanas e, como veremos a seguir, até mesmo a distinção moral entre temporalidades. Afinal, ao adjetivarmos qualquer prática sexual, remetemos também aos juízos de valores convencionados para cada marcador descritivo utilizado. Se o sexo “dá o que pensar”, afirmação semelhante pode ser feita a respeito do moderno:

A cada época são criados novos valores, inventos e denominações. Quando nos referimos aos tempos modernos, à mulher moderna, ao espírito moderno, estamos nos reportando à associação entre tempo e história. [...] Em tempos de globalização o moderno atingiu tamanha organicidade, caráter tão complexo, passando a ser de tal maneira integrado ao circuito da nossa vida cotidiana que deixou de ser um mero vocábulo. Tornou-se parâmetro de referências, moldando pensamentos e juízos de valores sobre artes ciências, vida política, social e econômica. Também no âmbito das relações internacionais, o termo confere sentido a visões, atitudes e sensibilidades em relação a outros povos, outras culturas e outras etnias (Velloso, 2010, p. 11-12).

De acordo com uma consulta recente ao dicionário Michaelis, o adjetivo “moderno” designa “hábitos e o gosto dominante da nossa época”, e, ao mesmo tempo, tudo aquilo que “rompe com os modelos tradicionais ou convencionais”. O conceito refere-se ainda a um sentido de “avanço científico” e “tecnológico” (Moderno, 2024). Isto é, um adjetivo de uso peculiarmente paradoxal — descritivo tanto do que está na “moda” (Moderno, 2024), quanto daquilo que transfigura o estado atual das coisas, o *status quo*. De natureza “esquiva, ambígua

²³⁵ De acordo com Thomas Luckmann e Peter Berger: “A sociedade penetra também diretamente no organismo no que diz respeito ao funcionamento deste, principalmente quanto à sexualidade e à nutrição. Embora ambas sejam fundadas em impulsos biológicos, estes impulsos são extremamente plásticos no animal humano. O homem é compelido pela constituição biológica a procurar o alimento. Mas sua constituição biológica não lhe diz onde deverá procurar a satisfação sexual e o que deverá comer. Abandonado a si mesmo, o homem pode ligar-se sexualmente a aproximadamente qualquer objeto e é perfeitamente capaz de comer coisas que o matarão. A sexualidade e a nutrição estão canalizadas em direções específicas mais socialmente do que biologicamente, canalização que não somente impõe limites a estas atividades, mas afeta diretamente as funções orgânicas” (LUCKMANN & BERGER, 2007, p. 238).

e mutável” (Velloso, 2010, p.11), o termo demonstra ser de uma intrínseca transitoriedade, “uma qualidade que se desvanece assim que enunciamos”. O que, por sua vez, exprime justamente o caráter tênue e um tanto abstrato da própria “experiência humana de distinção entre o passado e o presente” (Seed, 2002, p.3).

"Moderno" fala da percepção humana de mudanças. Em particular, rotula uma consciência da divisão entre o presente e o passado. Essa experiência humana de uma divisão permanece difícil de articular. Há mil pequenos detalhes que compõem a experiência mundana do aqui e agora. Experimentamos o presente em uma explosão de pensamentos, expressões, sentimentos e atitudes simultâneos, que podemos destilar analiticamente, mas raramente com grande facilidade no momento. A maioria dos usuários da palavra ao longo do tempo não definiu "moderno" em nenhum sentido sistemático. Em vez disso, eles a usaram para transmitir a sensação inacabada e informe do presente, a consciência vaga de que as coisas não são como eram antes. Isso tem sido verdade da palavra desde seu primeiro uso conhecido no que às vezes é chamado de latim bárbaro (Seed, 2002, p.3-4)²³⁶

O primeiro uso registrado do adjetivo "moderno" remonta ao século VI, em uma cidade do norte da Itália sob o domínio dos Ostrogodos. Segundo Rachel Seed (2002), o termo foi utilizado por um escriba do monarca Teodorico, O Grande, para distinguir a arquitetura dos edifícios públicos em construção daqueles anteriormente edificadas pelo Império Romano. Era do interesse político de Teodorico minimizar as diferenças, de modo que "[...] a oposição entre a arquitetura moderna e a mais antiga pareceu neutra e ambos os estilos de arquitetura foram aprovados" (SEED, 2002, p. 4). Essa neutralidade, evidentemente, não foi sustentada por todos os interlocutores do indissociável par moderno/antigo nos séculos que se seguiram.

No Renascimento, a antiguidade greco-romana era considerada exemplar. Havia então, uma verdadeira cruzada em defesa dos ideais projetados a esse passado (Velloso, 2010, p. 13). Foi, sobretudo, a partir do século XVIII que a consciência do presente começou a ser orientada por noções lineares de progresso histórico. Com o Iluminismo e o fim do Antigo Regime, o tempo passou a ser visto não mais como cíclico, tipológico ou negativo, mas como positivo, linear e cumulativo (Carvalho, 2018, p. 56). Muitos passaram a conclamar a consciência do presente e o experimento do novo, visando um desenvolvimento humano futuro. Porém, os interlocutores dessa visão evolutiva do progresso social não foram capazes de suplantar as tensões culturais deflagradas pelo capitalismo industrial emergente. Avançando para finais do

²³⁶ No original: “Modern” speaks of human perception of changes. In particular it labels an awareness of the divide between present and the past. This human experience of a divide remains difficult to articulate. There are a thousand tiny details that make up the mundane experience of here and now. We experience the present in a burst of simultaneous thoughts, expressions, feelings, attitudes that we can analytically distill but rarely with great ease at the moment. Most of the word’s users over time have not defined “modern” in any systematic sense. Rather, they have used it to convey the inchoate and unformed sense of the present, the vague awareness that things are not as they once were. This has been true of the word from its first known use in what is sometimes called barbarian Latin (Seed, 2002, p.3-4)

XIX, a defesa do moderno coexistiu com “a valorização do espírito decadentista; o apreço às forças irracionais inconscientes disputava espaço com a razão instrumental, o experimentalismo com o construtivismo” (Velloso, 2010, p. 18).

Como um significante preenchido pela própria percepção dos seus interlocutores sobre o que torna o seu tempo histórico diferente do passado, a noção de moderno remete à juízo de valores relativos à passagem do tempo (Seed, 2002). A cada nova época, nova localidade e até mesmo novo enunciador, as categorias antigo e moderno adquirem conotações distintas (Velloso, 2010, p.12; Le Goff, 1990, p.), tendo seus sentidos disputados em meio às lutas de representação. Isto é, embora a oposição cultural operada pelo par antigo/moderno tenha se consolidado historicamente como “elementar” para o modo de vida ocidental²³⁷, os seus significados se mostraram socialmente variáveis: “qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras” (Le Goff, 1990, p. 169). No entanto, como o polo identificado com o presente, quem conduz o par é o moderno, cabendo aos indivíduos, às sociedades e às épocas defini-lo perante o passado (Le Goff, 1990, p.170).

De acordo com Cardoso (2022, p. 20) o emprego jornalístico dos adjetivos modernos se tornou corriqueiro nas primeiras décadas do século XX, geralmente com o intuito de qualificar algum processo ou atividade como novidade. Com efeito, em uma consulta ao supracitado “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” de 1899, constatou-se que os sentidos oficiais do adjetivo moderno designavam já em finais do XIX a novidade, mas também o que era atual, o que estava em voga, a saber: “relativo aos tempos mais próximos, recentes, usado desde pouco tempo, atual, m.pl. os homens de hoje” (Figueiredo, 1899, p.140).

No contexto estudado, o moderno não apenas serviu como um juízo descritivo do presente, mas também como um marco para aquilo que era percebido como transformado ou em processo de transformação — para o bem ou para o mal. Isso também pode ser observado a partir de outro léxico, um dicionário nada oficial, um bocado malicioso e de autoria de ninguém menos que José Ângelo Viera de Brito, mais conhecido nas páginas d’*O Rio Nu* pelo pseudônimo de Bock.

²³⁷ O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de 'modernidade', que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de 'modernização', nascida do contato com o Ocidente (LE GOFF, 1990, p. 190).

O "Dicionário Moderno" foi publicado em 1903 pela coleção "Biblioteca d'O Coiô". Autoproclamado um "Hebdomadário Ilustrado e Humorístico", *O Coiô* teve uma breve existência, circulando no mercado carioca de 1901 até 1904. Durante esse período, a direção do periódico buscou diversificar seu catálogo de publicações, também investindo na comercialização de uma coleção de brochuras humorísticas e alegres. Entre essas brochuras esteve a compilação satírica de Brito da "tecnologia completa da gíria carioca, significados positivos do calão nacional e a maneira especial de dizer as coisas que não se dizem" (Brito, 1903, p. 1 *apud* Preti, 1984, p.211).

Justamente por ter tratado das maneiras pelas quais se diziam as coisas que naquela época não podiam ser ditas, o léxico de Brito serve-nos hoje como uma fonte valiosa para a decifração dos jogos de duplo sentido da imprensa humorística alegre do início do século XX. Com 143 páginas e 1718 verbetes, a obra foi um "levantamento muito original" e "historicamente pioneiro de um ângulo pouco estudado da cultura popular: a linguagem erótica e suas várias manifestações na gíria, no vocabulário obsceno, e nos processos linguísticos de expressão da malícia" (Preti, 1984, p. 3). Dentre os seus verbetes, não há uma definição para o termo “moderno” *per se*. Contudo, como observado por Preti (1984), a palavra aparece no dicionário associada à uma série de comportamentos dissidentes do sexo heterossexual, com fins eminentemente reprodutivos. Como no caso, por exemplo, da definição conferida ao advérbio "modernamente": “Adverbio que anda atrás da civilização. De maneira moderna, como se usa hoje. Pelo novo sistema...Uma coisa caída do céu para mulheres que se não querem comprometer” (Brito, 1903, p.90 *apud* Preti, 1984, p.254).

A menção à “atrás” e à sua suposta serventia para as mulheres que não quisessem se comprometer (leia-se: arriscar a sua virgindade ou mesmo engravidar) evidencia a caracterização do sexo anal como uma forma moderna de relação sexual. Outras 64 menções do “sistema moderno” no léxico referiam-se ao ato do sexo anal, além de 44 alusões a outros tipos de práticas sem fins reprodutivos e “ligados ao conceito de modernismo” (Preti, 1984, p. 35).

Por outro lado, do total de 10 verbetes que aludiam ao “sistema antigo”, todos se referiam ao sexo penetrativo via vaginal e com o pênis. O próprio vocábulo “antigo” foi definido como “Adjetivo de sistematização, o normal, que vem do começo do mundo. Sistema antigo” (Brito, 1903, p.6 *apud* Preti, 1984, p. 212). Referindo-se ao órgão sexual reprodutor feminino, a palavra “frente” figurou no dicionário como um “substantivo antigo de localização”, “sítio próprio de trabalho honesto. Sistema antigo” (Brito, 1903, p.39 *apud* Preti, 1984, p.228).

A caracterização do sexo heterossexual e potencialmente reprodutivo como normal e honesto não foi casual; pelo contrário, ela subentendia as práticas sem fins reprodutivos como distorções desonestas da normalidade. Essa distinção, uma vez associada ao moderno, opunha-se a um modo antigo — que remontava “ao começo do mundo” — criando uma dicotomia entre decência, igual a passado, vs. depravação, igual a presente. Dicotomia essa, elucidadora do porquê as práticas sexuais não-reprodutivas eram majoritariamente ridicularizadas por Brito, cuja censura escapava

[...] nas entrelinhas de alguns verbetes em que são consideradas processos de “devassidão”, “depravação” e “indignidade”. Os julgamentos se aplicam não só à sodomização [sic] (em relação à mulher sodomizada, estado considerado indigno e desonroso), mas também a homossexualidade (11 referências no texto) e a outros comportamentos eróticos anormais (32 alusões no Dicionário). O próprio ato onanístico, atribuído aos adolescentes ou colegiais, é classificado como “indigno” e “depravado” (Preti, 1984, p. 36).

Desde o título de sua obra, “Dicionário Moderno”, Brito sugeriu uma associação do adjetivo “moderno” com a depravação. Uma conotação conveniente às suas intenções comerciais e que nos desvela que a percepção daqueles tempos como particularmente depravados pode ter sido compartilhada por muitos contemporâneos do escritor alagoense. Hipótese essa apenas reforçada pelo fato de que as práticas consideradas modernas — sobretudo o sexo anal, mas nas devidas proporções também a masturbação e o sexo oral —, na verdade, estavam longe de serem novidades em termos históricos. O próprio tabu relativo a tais práticas já era, àquela altura, secular e bastante difundido no Ocidente e suas zonas de influência (Blank, 2012; Vainfas, 1997; Ranke-Heinemann, 2019;). Tal desqualificação é anterior, inclusive, ao próprio cristianismo.

Muito embora, dentro de convenções culturais específicas, o sexo entre homens gregos tenha sido comum, desde pelo menos o século I a.C. a corrente filosófica do estoicismo já arguia contra atos sexuais sem fins reprodutivos (Ranke-Heinemann, 2019, p. 24). O estoicismo é justamente a vertente filosófica helénica mais proeminente incorporada pelo cristianismo primitivo (Ranke-Heinemann, 2019, p. 101). Somando-se aos estritos códigos de conduta sexual herdados do Torá, o imperativo pelo autocontrole e a visão negativa do prazer venéreo estoicos foram fundamentais para que o sexo fosse, eventualmente, enquadrado pela cosmogonia cristã apenas como um meio de procriação, negando sua dimensão recreativa ou de passagem de conhecimento (Ranke-Heinemann, 2019, p. 20).

De acordo com Howard Bloch (1991), essas noções antigas de desqualificação do prazer sexual e de negatividade em relação aos corpos e suas paixões impregnaram terminantemente o desenvolvimento da ética teológica-cristã. O que pode ser observado, por exemplo, a partir

das obras de dois dos seus maiores expoentes: Agostinho de Hipona (354 d.C.- 430 d.C.) e Tomás de Aquino (1225 d.C. – 1274 d.C.). O pensamento agostiniano foi fundamental para que, através de séculos, muitos cristãos sustentassem a "convicção de que o prazer do sexo estava associado a concupiscência de modo que, mesmo no matrimônio, era rara a ausência de pecado" (Kosnik, 1982, p. 61). Por sua vez, Aquino consagrou a concepção de *peccatum contra naturam*, designando “antinaturais²³⁸” quaisquer relacionamentos sexuais que não visassem à procriação (Vainfas, 1997, p.154). A saber: "a busca de poluição sem coito com o fito do prazer venéreo", assim como a “felação, a cunilíngua e o coito anal heterossexual; a bestialidade”, a sodomia, na sua perspectiva tida como a "união sexual de homem com homem e mulher com mulher" (Vainfas, 1997, p. 154-155), tendo a sua forma mais grave na cópula entre dois homens.

A estigmatização de práticas sexuais não-reprodutivas foi historicamente perpetuada no Brasil pela violenta infiltração colonial da cosmogonia cristã nas tramas de nossos tecidos culturais. No início do século XX, esse componente moralista era acionado também devido à singularidade chocante e transformadora do alvorecer da modernidade no Rio de Janeiro. Com a emergência de novas formas de experiência e sensibilidade urbanas, houve também uma progressiva sensação de enfraquecimento dos laços tradicionais de controle comunitário sobre os indivíduos (Simmel, 1973; Romero, 1976). Conforme observado por Simmel, que viveu em primeira mão a experiência de modernização das urbes alemãs, a percepção de uma maior maleabilidade do controle social era oportunizada pelo aumento do individualismo resultante do súbito crescimento das multidões:

À medida que o grupo cresce - numericamente, espacialmente, em significado e conteúdo de vida - na mesma medida, a unidade direta, interna, do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através das relações e conexões mútuas. Ao mesmo tempo, o indivíduo ganha liberdade de movimento, muito para além da primeira delimitação ciumenta. O indivíduo também adquire uma individualidade específica para a qual a divisão de trabalho no grupo aumentado dá tanto ocasião quanto necessidade. Quanto menor é o círculo que forma nosso meio e quanto mais restritas aquelas relações com os outros que dissolvem os limites do individual, tanto mais ansiosamente o círculo guarda as realizações, a conduta de vida e a perspectiva do indivíduo e tanto mais prontamente uma especialização quantitativa e qualitativa romperia a estrutura de todo o pequeno círculo (Simmel, 1973, p. 19)

O crescimento vegetativo e o êxodo rural, somados à imigração, caracterizaram o alvorecer da modernidade nas principais urbes latino-americanas em finais do XIX.

²³⁸ Seus escritos referiam aos argumentos do apostólico-cristão Paulo, em Romanos 1:26-2, apenas a relação entre homem e mulher é caracterizada natural.

Conjunturas, segundo José Luís Romero (1976, p. 260), propiciadoras da experiência de novas contingências de confusão e transformação social:

[...] o resultado das transformações urbanas, migração, imigração e “questão social” foi que a estrutura não conseguiu resistir a tantas novas inclusões e começou a se dismantelar. De repente, a velha aristocracia descobriu, antes de qualquer um, que sua cidade, “a grande aldeia”, começava a se transformar em um conglomerado heterogêneo e confuso, no qual se perdiam pouco a pouco as possibilidades de controle da sociedade sobre cada um de seus membros, à medida que desaparecia a antiga relação direta de um com os outros (Romero, 1976, p.260)²³⁹.

As percepções de mundo revirado, de um presente particularmente mais ameaçador da moral, relacionavam-se a uma multidão cada vez maior, mais diversa, e por essas razões, potencialmente mais ameaçadora das estruturas de controle social. Frente a uma população que crescia exponencialmente, um mercado de toda sorte de entretenimentos também em franca expansão e o avanço no país de ideias liberais, racionalistas e cientificistas, não é de se admirar, por exemplo, que a tarefa de impedir que os cordeiros cariocas se desgarrassem possa ter parecido mais difícil aos olhos de conservadores de orientação católica. Em uma consulta ao primeiro número de *O Apóstolo*, “periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade”, de 1866, é possível observar como, naqueles tempos, os dogmas católicos, sua moral e sua disciplina eram sentidos sob ameaça:

Todos sabem, todos sentem quanto a sociedade está ferida no coração. [...] Verdadeira e nova babel tem substituído a antiga torre de granito por lâminas de outro e de safiras. O pensamento do homem voa pelos fios elétricos, enquanto seu corpo corre pelo impulso da locomotiva. Amontoando invenções sobre invenções, a razão humana sobe ao ápice de todas essas pirâmides maravilhosas, que a seus esforços erguei, contempla as com satânica soberba e se proclama onipotente. [...] Como outrora na confusão das línguas, os obreiros do progresso esquecidos de sua origem, recuam espavoridos ante a confusão dos pensamentos. [...] Eis porque a religião católica parece aos espíritos do século um anacronismo retrogrado. Ela é o amor e a unidade, enquanto o racionalismo, que traduz toda a licença intelectual, moral e social, quebra todos os laços do dever desde a família até a Divindade. Liberdade sem freio, sem critério, sem fim possível; tomando como a hidra da fabula diversas cabeças, mas sempre o mesmo erro fatal com nomes diversos: na ordem pública — anarquia: na política — republicanismo: no domínio das ideias — filosofismo; na religião — protestantismo (*O Apóstolo*, ed.1, 07/01/1866, p.1-2, ANO I).

Mesmo antes do fim do Império, *O Apóstolo* já vislumbrava a ordem tradicional ferida, progressivamente empalada pela edificação de uma nova “Torre de Babel” que tomava forma

²³⁹ No original: “[...] el resultado transformaciones urbanas, migracion, imigracion y la question social fue que el armazón no pudo resistir tantas nuevas inclusiones y comenzó a dislocarse. De pronto, el viejo patriciado descubrió, antes que nadie, que su ciudad, “la gran aldea”, comenzaba a transformarse en un conglomerado heterogéneo y confuso, en el que se perdían poco a poco las posibilidades del control de la sociedad sobre cada uno de sus miembros, a medida en que desaparecía la antigua relación directa de uno con los otros (ROMERO, 1976, p.260).

em amontoados de novas invenções, licenças morais e liberdades sem freios ou critérios religiosos. Um exemplo de como, mesmo as noções de progresso e desenvolvimento material/tecnológico, tão caras às esferas oficiais, podiam ser apreendidas com desconfiança por grupos ligados a fé católica. Nas páginas do periódico religioso carioca era latente o temor que o “*Progresso*, puro e simples” passasse a significar “o desenvolvimento do homem em conhecimento e poder até chegarem a igualá-lo a Deus”, enquanto a “*Civilização*, em contrário ao antigo uso dos nossos melhores escritores”, exprimisse somente “o bem-estar material, em vez de ser restringido a descrever a ilustração mental ou moral de uma nação” (O Apóstolo, ed.15, 15/04/1866, p.4, ANO I).

Entre os séculos XVIII e XIX, foi intensificado o processo de secularização na Europa e, em seguida, nas Américas, tendo como resultado uma eventual “maior autonomização do indivíduo e da sociedade em relação à Igreja, embora com especificidades e ritmos diferentes” (Silva, 2020, p.7). Novas formas de estar no mundo, percebê-lo, conceber o sentido da existência e do viver comum, aos poucos, foram oportunizadas pelas diversas revoluções políticas e sociais decorrentes da ascensão burguesa (Silva, 2020, p.7). Em contrapartida, a Igreja Católica, tendo interesses ligados ao Antigo Regime e ao mundo colonial, buscou em vários momentos legitimar, institucionalmente, posições contrárias às forças tidas “modernas” (Silva, 2020, p.8).

A segunda metade do século XIX representou uma etapa importante desse recrudescimento católico em relação ao moderno. Durante um dos mais longevos papados da história, o de Pio IX, eleito em 16 de junho de 1846 e morto em 7 de fevereiro de 1878, colocou-se em curso uma aguda campanha contra o “mundo moderno” (Silva, 2020, p. 9). Em 1864, a bula papal *O Sílabo dos Erros da Nossa Era* promulgou uma lista de oitenta preceitos modernos condenados pela Igreja romana²⁴⁰. O Sílabo, que suscitou controvérsias a nível global ao

²⁴⁰ Preposições agrupadas em: § I. Panteísmo, Naturalismo e Racionalismo Absoluto, § II. Racionalismo Moderado, § III. Indiferentismo, Latitudinarismo, § IV. Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedades Clérigo-Liberales, § V. Erros Sobre a Igreja e os Seus Direitos, §VI. Erros de Sociedade Civil, tanto Considerada em Si, como nas Suas Relações com a Igreja, §VII. Erros acerca da Moral Natural e a Moral Cristã, § VIII. Erros Acerca do Matrimônio Cristão, § IX. Erros acerca do Principado Civil do Pontífice Romano. O Papa Pio XI lançou-se com convicção ao confronto contra o moderno, clamando que os católicos que não fraquejassem, seguindo o exemplo dos ímpios católicos do passado: “Por isso, Nossos Predecessores, com apostólica fortaleza resistiram sem cessar às iníquas maquinações dos malvados que, lançando como as ondas do feroz mar a espuma de suas conclusões, e prometendo liberdade, quando na realidade eram escravos do mal, trataram com suas enganosas opiniões e com seus escritos perniciosos de destruir os fundamentos da ordem religiosa e da ordem social, de retirar do meio toda virtude e justiça, de perverter todas as almas, de separar os incautos - e, sobretudo, a inexperiente juventude - da reta norma dos costumes sadios, corrompendo-a miseravelmente, para enredá-la nas armadilhas do erro e, por último, arrancá-la do seio da Igreja católica. (...). (...), condenamos os erros principais de nossa época tão desgraçada, excitamos vossa exímia vigilância episcopal, e com todo Nosso poder avisamos e exortamos a Nossos caríssimos filhos para que abominassem tão horrendas

proibir, por exemplo, a participação de católicos na maçonaria e condenar o racionalismo, ao mesmo tempo representou um marco importante de difusão de preceitos ultramontanos²⁴¹ entre eclesiásticos ao redor do mundo (Silva, 2020, p.15). Caracterizados pela sua aversão ao mundo moderno, os ultramontanos advogavam pelo centralismo na doutrina católica, reivindicavam o Papa como autoridade máxima e combatiam qualquer tipo de liberdade secular e/ou de expressão que colocasse em risco a influência ou contrariasse dogmas da Igreja Católica (Manoel, 2004. p. 9).

Sobretudo na década de 1870, quando foi instituído o dogma da infalibilidade do Papa, ocorreu no Brasil Imperial — assim como em outros países católicos da Europa e das Américas — um verdadeiro assomo ultramontano, com a ascensão de vários padres “romanizadores ao episcopado” (Silva, 2020, p.17). De maneira geral, foi então exasperado o conservadorismo católico, o que, por sua vez, forneceu aos seus adversários munição para argumentar como impossível conciliar algumas das doutrinas da Igreja com a tão sonhada evolução material e social prometida pelo ideário do progresso burguês (Manoel, 2004; Silva, 2020). Esse ideário, por sua vez, ganhava força no país em finais do XIX, manifesto pelo sonho “do Brasil como construção futura” (Miskolci, 2012, p.21) e gestado também sob influência de teorias políticas republicanas favoráveis à secularização.

Desde pelo menos 1868, o meio político-partidário no Brasil passava por uma inflexão. Naquele ano ocorreu uma forte dissensão entre os conservadores e liberais, com intensas repercussões parlamentares, culminando no fortalecimento de tendências partidárias radicais/reformistas que, a curto prazo, formaram agremiações políticas questionadoras do *status quo* da instituição monárquica nacional (Silva, 2020, p.17-18). O movimento republicano foi se consolidando em partidos provinciais e, em vista de ocorrências como a Questão Religiosa²⁴², passou a defender, entre outras bandeiras, a separação entre o Estado e a Igreja

doutrinas e não se contagiassem delas” (Pio IX, 2007, p.1). Ver mais em: PIO IX, Papa. Quanta Cura - sobre os principais erros da época. (1864). Disponível em <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura&lang=bra>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

²⁴¹Ivan Manoel (2004) define o movimento ultramontano, que ocorreu entre 1800 e 1960, como um importante momento de ajuste da autocompreensão institucional e em alguns, pontos, até hierárquica da Igreja Católica. Opostos a qualquer forma de tutela do Estado, o ultramontanismo ou ultramontanos, referiram inicialmente aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que, após a Revolução Francesa, defenderam uma composição do poder religioso com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquele que tinha sua sede “ultra montes, além das montanhas, dos Alpes”, isto é, o papa em Roma.

²⁴²No Brasil, desde a Independência a Maçonaria serviu como um importante espaço de sociabilidade para as elites e convivia com práticas religiosas tradicionais, congregando inclusive eclesiásticos de convicção religiosa. Todavia, desde pelo menos a década 1850, ganhava força entre muitos sacerdotes católicos a visão ultramontana de “supremacia da obediência ao papa” que então proibia a participação de membros maçons em irmandades

Católica. Esse posicionamento se desdobrava também do projeto embraquecedor²⁴³ e civilizatório projetado pelas elites à imigração europeia:

Era preciso desatar o nó que enlaçava as duas instituições. E a urgência impunha-se não só para pôr fim aos potenciais conflitos, mas devido à necessidade que o país tinha de recrutar imigrantes num contexto de crise do sistema escravocrata, tarefa dificultada, pelo menos em relação à imigração de não católicos, pelas limitações de direitos civis (como a do acesso ao funcionalismo público) impostas pelos que não perfilhavam a religião de Estado (Silva, 2020, p.20).

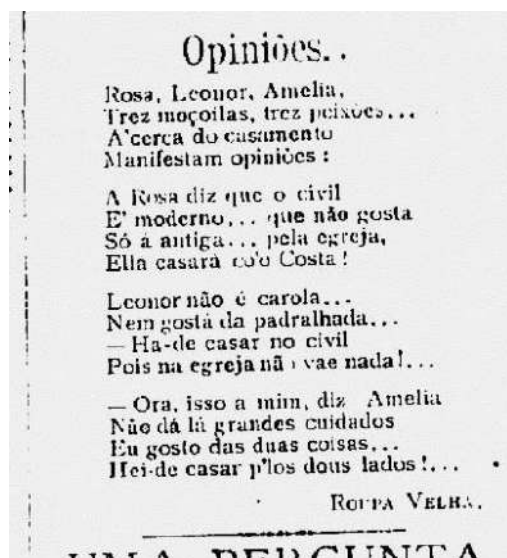
Crítico a laicização que ia sendo instituída por vários países tidos como expoentes de civilização ao redor do globo — na perspectiva d’*O Apóstolo*, uma “conquista do progresso moderno” —, ainda em 1866, o periódico carioca alertava seus leitores que tal “doutrina” já havia obtido “passaporte” para o Brasil e que “outras ainda mais atrevidas aí o estão reclamando e o obterão dentro em pouco”. Na sua perspectiva, não tardaria para que, dentre outros males, fosse proclamada a “liberdade de não só praticar privadamente qualquer religião, mas de professá-la em público [...] ensiná-la... e assim por adiante até que cheguemos a uma prática de negação da fé e lei católica” (*O Apóstolo*, ed.15, 15/04/1866, p.4).

De fato, a primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, viria a instituir não somente a liberdade de culto religioso, mas também a separação oficial entre a Igreja e o Estado. O § 2º de seu art. 11 proclamou “vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embarçar o exercício de cultos religiosos” (Brasil, 1891). Na esteira dessas mudanças, outra “doutrina” moderna que conseguiu obter passaporte para o país foi a secularização do casamento — um evento de grande repercussão na, ainda majoritariamente, católica sociedade carioca e que, como tal, não escapou ao humor alegre d’*O Rio Nu*:

católicas. As tensões oriundas dessa proibição alcançaram volume crítico nos anos 1870, quando ocorreu a chamada Questão Religiosa. Antônio de Macedo Costa, bispo católico brasileiro, foi nomeado em 1860 como Bispo do Pará; depois foi arcebispo da Bahia. Juntamente com D. Vital, bispo de Olinda, Costa se opôs a tradicional permissividade da Igreja no Brasil em relação a participação de eclesiásticos na maçonaria. Os bispos suspenderam padres maçons e interditaram a atividade de leigos maçons nas dioceses. O então Primeiro-Ministro, Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria, condenou publicamente o ocorrido. O Imperador D. Pedro II tomou o partido de Rio Branco. Os bispos foram presos, processados e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, depois recolhidos, para prisão simples, na fortaleza da ilha das Cobras. Devido à intervenção do Vaticano, visto que a questão estava repercutindo internacionalmente, os padres foram, eventualmente, anistiados. Ver mais em: HAUCK, João Fagundes, et al. *História da Igreja no Brasil. Segunda Época: a Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1922. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

²⁴³ Nas palavras de Chalhoub (2017, p.51)., esse projeto se desdobrou da “(...) a configuração de uma ideologia racial pautada na expectativa de eliminação da herança africana presente na sociedade brasileira. Tal eliminação se produziria através da promoção da vinda de imigrantes, do incentivo à miscigenação num contexto demográfico alterado pela chegada massiva de brancos europeus, pela inércia, e também pela operação de mal confessadas políticas específicas de saúde pública.”.

FIGURA 35: "Opiniões". O Rio Nu, ed. 189, 28/04/1900, p.2.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

A precedência do casamento civil em relação ao religioso²⁴⁴ desdobrava-se de uma tentativa institucional pela autonomização das esferas religiosas e jurídicas. Todavia, o país não deixou simplesmente de ser uma nação esmagadoramente católica depois de 15 de novembro de 1889. Nos primeiros anos que se seguiram a secularização do casamento, muitos fiéis permaneceram se casando apenas no religioso (Ciarallo, 2009, p. 258). Repercutindo jocosamente essa tensão, em “Opiniões”, o casamento “civil” foi identificado com o “moderno”, referindo uma nova forma dessacralizada de regular a unidade familiar e, portanto, diferente de um modo antigo, sacramental, “carola” (figura 35). A novidade do casamento civil intervinha em uma ordem antiga das coisas e que era concebida por muitos como uma afronta à tradição católica — daí o emprego de um duplo sentido que referia ao sexo anal, prática abjeta segundo a norma cristã.

Se nesse contexto, o governo do Estado Republicano — o poder temporal — buscava pelo menos oficialmente tornar restrita à sua própria esfera a jurisdição sobre as questões civis, a Igreja Católica — o poder espiritual —, maior representante da esfera religiosa no país, adotava em contrapartida medidas visando estreitar os laços do clero com os fiéis²⁴⁵ (Rabello,

²⁴⁴ O Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890 promulgou o casamento civil no país. Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁴⁵ Por meio de um processo de reestruturação, a Igreja Católica buscou aumentar a capilaridade do seu discurso em todas as camadas da sociedade. Prova disso é o crescimento de dioceses nos primeiros anos da República. Durante o período imperial a Igreja permaneceu com apenas uma arquidiocese e onze dioceses. No novo regime, o Brasil passou a ter 12 arquidioceses, 39 dioceses, 20 prelazias e 3 prefeituras apostólicas (Rabello, 2019, p. 22-23).

2019, p.25), buscando direcioná-los em prol da conservação da instituição familiar católica e da obediência aos sacramentos (Ciarallo, 2009; Gomes, 2012; Silva, 2020).

Muitos exemplares da imprensa católica nacional mantiveram-se, nesse sentido, ferrenhos opositores à infiltração de ideias modernas entre as famílias (Cardoso, 2019, p. 60-62). O supracitado *O Apóstolo* circulou, por exemplo, até 1901, advertindo seus leitores dos perigos da “moderna sociedade” e visando resguardar a integridade dos “costumes e ensinamentos cristãos” — na sua perspectiva de teor ultramontano, os únicos antídotos eficazes contra o “germe” da “imoralidade e depravação” que contaminava aqueles tempos (*O Apóstolo*, ed. 80, 02/02/1901, ano XXXVI, p.1).

Embora a imprensa católica tenha de maneira mais contundente alardeado supostos perigos dos novos tempos, de acordo com Cardoso (2019), não foi raro que mesmo entre “entusiastas dos projetos civilizacionais amparados na ideia de progresso” fossem reconhecidos “aspectos nefastos da modernidade, associados à uma alegada desmoralização dos costumes” (Cardoso, 2019, p.62). Em 1888, um colunista do *Diário de Notícias*, ao passear pela rua do Ouvidor — ponto famoso de encontro da boêmia carioca —, testemunhou “senhoras passeando livremente sós, sem cavalheiro”, o que o levou a concluir, resignado, que “Infelizmente, em uma grande cidade, a civilização caminha a par com a desmoralização” (*Diário de Notícias*, 24/09/1888, p.2.). O próprio debate relativo à regulação da pornografia de que se ocuparia a imprensa a partir de finais do XIX foi permeado por recorrentes associações entre a propagação de materiais sexualmente apelativos e a circulação, no país, de “ideias modernas” (Cardoso, 2019, p.52).

Não por acaso, ao confeccionar o seu léxico satírico, Brito — um pornógrafo que lucrou com várias modalidades de impressos tidos imorais —, dialogou com juízos moralistas que respondiam à sensação de maior afrouxamento moral moderno, apropriando-se deles para promover sua obra alegre, chegando até a reproduzi-los em seus verbetes. Trata-se de uma espécie de perversão um tanto reacionária, cuja superficial dissonância parece-nos também bastante significativa da supracitada ambivalência que permeou as experiências sociais masculinas do alvorecer da modernidade carioca.

Afinal, modernas eram as intervenções oficiais que visavam tornar o centro um espaço civilizatório, os novos regimentos de regulação da sociabilidade pública, os manuais de bom tom cada vez mais acessíveis graças às novas tecnologias de impressão, às campanhas sanitaristas, às novas avenidas etc. Porém, também o eram as modalidades de prazer e voyeurismo/exibicionismo oportunizadas pela nova escala de proximidade física, pelo escuro dos cinemas e o anonimato da multidão; moderna era também a imprensa humorística

pornográfica que fez da vida noturna e das fofocas do Demi-monde “o seu chamariz incorporando a gíria à linguagem culta nesses jornais; moderno, o tratamento dos temas da vida sexual, o erotismo das narrativas, a ousadia dos desenhos e caricaturas” (Preti, 1984, p. 32-33).

Se em um espaço idealmente subordinado de intimidade doméstica eram assentados a maioria dos projetos burgueses de feminilidade higiênica, algo diverso se passou com a masculinidade que, mesmo no plano das idealizações mais conservadoras, carecia ser construída também no contato com outros homens “— no espaço público do trabalho ou do lazer — onde ela encontrava reconhecimento ou contestação” (Miskolci, 2012, p. 160). Contato homosocial que, a despeito do que advertiam os manuais médicos e de boa conduta da época, também ocorreriam no Demi-monde. Várias redes de sociabilidade masculina eram construídas em meio aos prazeres proibidos da vida noturna carioca. Nas penumbras de seus jardins, teatros alegres e prostíbulos, muitos projetos de hombridade incluíram o gosto pelo imoral e a fetichização do socialmente abjeto — algo já observado, por exemplo, em nossa análise do modelo de masculinidade boêmia projetado nas páginas de *O Rio Nu*, à Bock e aos próprios fundadores do periódico.

O chamado duplo padrão moral²⁴⁶, que até hoje sustenta pactos sociais de convivência com os desregramentos sexuais masculinos — permitindo mais facilmente a eles o trânsito entre a esfera familiar e outros espaços de experimentação/vivência de sua sexualidade (Crawford; Popp, 2002) —, já era uma realidade da ordem de gênero carioca no início do século XX (Miskolci, 2012, p. 160). A gramática relacional burguesa em ascensão não conseguiu apartar a instituição familiar dos amores ilícitos e da prostituição (Miskolci, 2012, p.173). Não era incomum que a monogamia masculina fosse conservada apenas no plano das aparências, enquanto os casos extraconjugais, o prazer pago e as relações com pessoas tidas do mesmo sexo, permaneceram, no geral, relegados as “sombras e o segredo” (Miskolci, 2012, p. 173-174).

A manutenção, consciente ou não, desse duplo-padrão permitiu que os homens cariocas pudessem se identificar com elementos de discursos sexualmente puritanos, históricos sustentáculos da dominação masculina sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, reinterpretá-los ou até relativizá-los por completo nas esferas mais íntimas de seus prazeres. Isso explica por

²⁴⁶ O duplo padrão moral pode ser entendido como um desdobramento da ordem de gênero na apreensão social da sexualidade dos indivíduos, respondendo a histórica convenção de que homens e mulheres são inerentemente distintos. Ele é informado e, em certa medida, legitimado pelos estereótipos e papéis sexuais de gênero, os quais definem as características e os comportamentos sexuais apropriados e proibidos para homens e mulheres. É manifesto, por exemplo, nas dicotomias homem sexual vs. mulher emocional e homem ativo vs. mulher passiva (Crawford; Popp, 2022).

que, mesmo um periódico como *O Rio Nu*, foi permeável à infiltração ocasional de certos pânicos morais, sobretudo no tocante à sexualidade feminina.

Stanley Cohen (2011, p.46) define o pânico moral como o fenômeno no qual “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas” emerge para ser definido como uma “ameaça aos valores e interesses sociais” tendo a sua natureza “apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelas mídias”²⁴⁷. Essa é uma chave de interpretação preciosa para apreensão da infiltração de pânicos morais²⁴⁸ no próprio *O Rio Nu*, visto que, nesse mesmo periódico que organizava concursos para premiar profissionais do sexo —nos quais o critério de escolha era, em muitos casos, a maior angariação de células compradas junto com as suas edições —, a prostituição também podia figurar como um sinal da degradação moral moderna:

Família Moderna

Não é muito grande a família de que ora me vou ocupar. Compõe-se de três pessoas, que são – o Sr. Bezerra, (o pai) um homem já de sessenta anos, pobre e pouco escrupuloso no diz respeito a moralidade social; a Sra. Bezerra (a mãe) gorducha matrona, quase da idade do marido escandalosamente libidinosa e interesseira como uma mulher de baixa esfera; e menina Bezerrinha (a filha) de dezoito primaveras apenas, mas já conquistada e explorada, primeiro por um primo que comeu a isca e cuspiu o anzol, e depois... por todos os homens que a quiseram conquistar, a explorar.

Hoje, Bezerrinha é uma mulherzinha fácil.

Como possui um palminho de cara sedutor e umas formas verdadeiramente cativantes, consegue prender, sem dificuldade muitos homens, e com isso gozam extraordinariamente os seus progenitores, que aproveitam o dinheiro ganho por ela para o sustento de si próprios (*O Rio Nu*, ed. 1720, 07/10/1916, p.6)

Desde seu título e passando pela descrição dos seus protagonistas, a “família moderna” repercutiu uma série de pânicos morais, atrelando-os a experiência presente daquela temporalidade, ou seja, ao moderno. Os temores relativos à disfunção familiar não eram uma novidade do início do XX, no entanto. Durante todo o século XIX, a família nuclear, organizada

²⁴⁷ Por isso não queremos excluir a possibilidade de que mulheres cariocas no início do XX tenham também elas mesmas subvertido discursos puritanos na sua intimidade. Apenas reforçamos que tais subversões eram e ainda são facilitadas aos homens devido a manutenção de um duplo padrão moral sexual.

²⁴⁸ De acordo com Stanley Cohen esse fenômeno no qual “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelas mídias de massa; barricadas morais são fortalecidas [...]; peritos socialmente acreditados pronunciam os seus diagnósticos e soluções; modos de lidar são desenvolvidos ou (mais frequentemente) é procurado refúgio nos já existentes; a condição desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se menos visível. Às vezes, o objeto do pânico é bastante novo e, outras vezes, é algo que já existe há muito tempo, mas que de repente aparece no centro das atenções” (COHEN, 2011, p. 46). No original: “A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashionably the mass media; the moral barricades are manned [...]; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible. Sometimes the object of the panic is quite novel and at other times it is something which has been in existence long enough, but suddenly appears in the limelight” (COHEN, 2011, p. 46).

segundo os padrões burgueses, tornou-se cada vez mais central na vida coletiva ocidental capitalista, sendo referida como a "célula mater da sociedade" (Miskolci, 2012, p. 67). Para muitos, a sua valorização representou uma busca pela preservação de um espaço seguro para as velhas hierarquias em meio à rápida dessacralização das relações sociais da sociedade capitalista moderna (Miskolci, 2012, p. 68).

Naquele contexto, a representação de uma família pobre degenerada — composta por um “pai pouco escrupuloso”, uma mãe “escandalosamente libidinosa” e uma filha prostituta — expressava os temores elitistas de que a sexualidade dos populares, cada vez mais numerosos, não pudesse ser suficientemente contida ou ordenada, ocasionando a transmissão geracional de traços de degenerescência moral. Era uma época de infiltração de discursos deterministas pautados pelo darwinismo social — possivelmente a razão por que os Bezerra não foram referidos pelo nome, mas por um sobrenome que os bestializava. Semelhantemente a animais, eles não exibiam disposição à vergonha ou a moralidade; eram representados quase que demasiadamente primitivos para isso. Como um bicho, Bezerrinha “caçava” clientes pelas ruas da cidade:

E quando bezerrinha nada consegue arranjar – porque há ocasiões em que a sorte não favorece ninguém – o papá Bezerra esbraveja, insulta-a, e só não a espanca porque a pequena se apronta para ir dar um giro pelas zonas, a ver se algum pato se encosta a ela e está disposto a se deixar depenar, a troca de algumas fingidas cariciais de amor. Bezerrinha sai de casa. Se é dia ainda; entretém-se a passear, esperando a noite, e se há estrelas no firmamento, começa a *sua caça ao homem*, regressando tarde a casa, farta de visitar hospedarias, é verdade, mas levando a bolsa quase sempre recheada.

Tal sistema não agrada, porém ao papá Bezerra, que acha mais acertado que a filha arranje um marchante. Com um homem só, um velho rico, por exemplo, a pequena não se estafaria tanto, não correria o risco de *estragar*, e não haveria sobressaltos na família, porque teriam sempre dinheiro suficiente para as despesas. Conhecendo essa vontade de seu pai, Bezerrinha meteu-se a procurar o tal marchante velho e rico e encontrou-o. Foi desde então que aquela gente se julgou invejavelmente feliz.

Mas o velho não prestava, era velho em... tudo; e Bezerrinha começou a enfastiar-se dele. Aturou um mês... dois meses... até que não podendo mais brigou e abandonou-o. O pai bezerra e a Bezerra mãe, desesperaram-se, e, como outra vez faltasse o dinheiro para os gastos da casa, de novo bezerrinha se viu apoquentada pelos insultos do autor de seus dias. Suportou esses insultos o mais que pode; por fim, farta já, revoltou-se contra eles.

Antes não o fizesse! Papá Bezerra apegou em uma tranca e – zás! – zás! – zás! – descascou o lombo da pobre Bezerrinha. Oito dias esteve ela de cama, mas ao fim deles, levantando-se, com medo de apanhar nova série de pancadas, a primeira coisa que vez foi mandar chamar o velho e fazer as pazes com ele (O Rio Nu, ed. 1720, 07/10/1916, p.6)

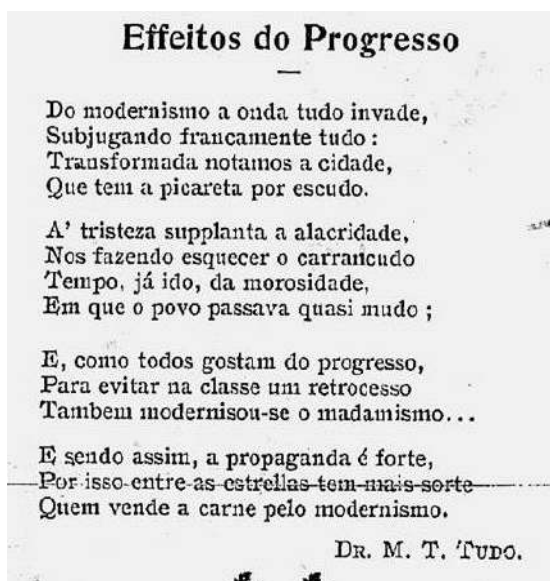
Expressando o duplo padrão moral da época, a repreensão aos clientes de Bezerrinha foi mínima e tampouco a existência da demanda para os seus serviços foi particularmente problematizada. Em certa altura seus fregueses parecem até passivos, “caçados”, como se não

tivessem escolha perante as “formas verdadeiramente cativantes” de Bezerrinha. O foco da abjeção da narrativa era o ambiente que originou aquela “mulherzinha fácil”, não aqueles que financiavam o seu modo de vida. Trata-se de uma narrativa de disfunção familiar que corroborava desconfianças bastante elitistas e machistas em relação à pobreza, à autonomia feminina — associando a circulação feminina desassistida no espaço público à prostituição, e depreciando a conduta sexual de mulheres que não restringissem o exercício da sua sexualidade ao matrimônio.

Isso não significa que os mesmos leitores que tiveram os seus pânicos morais contemplados pela citada narrativa não desejassem, eles mesmos, ocasionalmente desfrutar das inversões tidas modernas. Esses mesmos leitores tinham em suas mãos, afinal, um artefato tão moderno quanto depravado: *O Rio Nu*.

Schettini (2011) argumenta que a ideia de “moderno” no *O Rio Nu* envolveu tanto uma acepção “associada às mudanças civilizadoras, à noção de progresso”, quanto, de maneira mais específica, às “imoralidades elegantes como as revistas francesas de nus artísticos”, englobando também noções “de inversão e do mundo de ponta-cabeça” (Schettini, 2011, p. 342). Já Carvalho (2018, p.204) chama atenção ao fato de que o próprio cosmopolitismo, atingível através do consumo de seus modernos artefatos imorais, chegou a ser divulgado por muitos pornógrafos da imprensa carioca. Acrescentemos, nesse sentido, que tanto as iniciativas modernizadoras oficiais e flagrantemente normativas quanto os tidos modernismos depravados chegaram a, inclusive, figurar no jornaleco malcriado *O Rio Nu* ambos como “efeitos” de um mesmo “progresso”:

FIGURA 36: “Efeitos do Progresso”. O Rio Nu, ed. 998, 01/08/1908, p.6.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Nos versos da figura 36, o “modernismo” foi proposto como uma onda que tomava a capital. Em referência as reformas urbanas colocadas em curso a partir de 1902, o poema de 1908 refere-se a uma cidade transformada e que assumiu a “picareta” por escudo. A presença de verbos como “invadir” e “subjugar” indica que tais processos tinham um caráter impositivo, quiçá forçoso. O desconforto é implícito, não chegando a ser exasperado em uma crítica contundente. O autor até aludiu às medidas autoritárias²⁴⁹ a que recorreram as esferas federal e municipal para dar cabo dessa transformação — referindo-se a um tempo “em que o povo passava quase mudo” —, colocando, porém, esse passado como “ido”; algo em vias de esquecimento.

Para “Dr. M. R. T. Tudo”, àquela altura a felicidade já suplantava a tristeza, impulsionada pelo gosto do “progresso”. A “morosidade”, isto é, a lentidão, a demora, não tinha mais lugar. Modernizava-se até a prostituição: “Por isso entre as estrelas tem mais sorte/Quem vende a carne pelo modernismo”. Dava a entender que eram mais bem sucedidas as trabalhadoras sexuais que proovessem a experiência da prática anal para os seus clientes — uma presunção deveras interessante considerando que, na época e mesmo nos prostíbulos, o sexo anal era concebido como bastante ultrajante para as mulheres penetradas (Carmo, 2019, p. 256-258).

Historicamente, foi prática comum dos bordéis brasileiros a realização de “acordos” entre as profissionais do sexo designando os procedimentos reprováveis entre quatro paredes

²⁴⁹ Mais sobre isso será tratado no próximo subcapítulo.

(Carmo, 2019, p. 256) — acordos que, diga-se de passagem, costumeiramente repercutiram as interdições de práticas, na sociedade em geral, tidas como especialmente degradantes, violadoras e/ou sujas (Carmo, 2019, p. 256). Recorrendo à obra "Os delitos contra a Honra da Mulher", a primeira jurisdição brasileira sobre crimes sexuais, é possível visualizar a dimensão do ultraje socialmente convencionado em relação à penetração anal, mesmo para as mulheres.

Na obra, o jurista Viveiros de Castro (1897, p. 127) propôs que uma esposa poderia denunciar o marido por estupro marital somente se pudesse provar que havia sido violada analmente por ele. Em outras palavras, na mesma seção em que advogava a validade de "quaisquer meios empregados" pelo marido para "vencer a resistência" da esposa ao sexo vaginal, o jurista advertia contra a consumação da "sodomia conjugal" (Castro, 1897, p. 125). Na sua visão, essa sim constituiria uma prática atentatória "contra o pudor por excessiva libertinagem ou depravação moral" (Castro, 1897, p. 125).

O posicionamento do jurista explicita, nesse sentido, que o caráter de desvio da genitalidade projetado ao sexo anal podia ser tão significativo que, mesmo quando consumado entre indivíduos de sexos opostos, a prática poderia ser enquadrada como um tipo de sodomia — equiparada, portanto, ao mais "nefando" dos pecados da luxúria (Vainfas, 1997, p. 157).

Esse enquadramento, por sua vez, sustentava a desconfiança popular de que se uma profissional do sexo brasileira²⁵⁰ fosse muito requisitada ou bem remunerada, só podia ser porque aceitava se submeter a tal "prática condenável" (Carmo, 2019, p. 256). Sendo a penetração anal considerada particularmente degradante para o corpo do receptor, era esperado que, em termos mercadológicos, o acesso a profissionais dispostas a oferecer esse serviço fosse mais difícil, caro e, de certa forma, exclusivo. Isso explica por que, na perspectiva dos apreciadores dessa "prática condenável", o ato podia ser visto como uma espécie de depravação "chic".

²⁵⁰ Presentes em quase todas as capitais do país, as prostitutas estrangeiras, — em especial francesas e polacas —, eram mais famosas por performarem práticas sexuais menos ortodoxas (Carmo, 2019, p. 256)

FIGURA 37: “Verso e Reverso”. O Rio Nu, 11/11/1908, ed.1079, Capa.²⁵¹

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Na capa da edição 1079, aludiu-se a um “sistema” sexual que era “moderno”, ou seja, consumado pelo ânus e não pela “moda antiga”, a via vaginal. Segundo a legenda da composição, já naquela época havia quem visse “o modo reverso” como algo “chic”, “de bom tom” — evidenciando que, perante certos círculos masculinos, consumir tal prática com uma bela mulher podia até servir como uma espécie de emblema de refinamento (figura 37). Nos versos, o apelo conferido ao ato foi grande, supostamente tentador até mesmo para os seus opositores. O poema chegou a sustentar que, diante da pose da fotografada, mesmos os homens puros haviam de conceder a “beleza do reverso”.

Ao que tudo indica, *O Rio Nu* pressupunha haver potenciais leitores entre os homens tentados a experimentar esse prazer moderno — mesmo que pagando, por isso, preços

²⁵¹ Legenda da Imagem: “**Verso e Reverso** / Há tempos — ouvi contar/ Que, desejando apontar/ O lado mau de um negócio/ dizia qualquer bocio, / Se a memória não me falha;/ — É o reverso da medalha! /Mas isso era moda antiga;/ já hoje não há quem diga /Tão refinada tolice /E houve alguém que já nos disse/ Que o que é Chic e do bom tom/ É achar o reverso bom... /Esse é o sistema moderno, / E o homem mais puro e terno / Há de convir que é correto/ Olhar, por qualquer aspecto / E encarar apaixonado /A mulher, por qualquer lado.../ E diante de um quadro assim, / Já compreendeste por fim, / Oh Leitor arguto e amigo! / Que a razão fala comigo / Quando afirmo e juro em verso / A beleza de um *reverso*...”

diferenciados. O bissemanário optou, recorrentemente, a aludir sensualmente à penetração anal de corpos femininos, chegando a zombar daqueles que, quando apresentados com a oportunidade, se negassem a consumá-las:

FIGURA 38: “Nem Assim?”. O Rio Nu, ed. 1119, 03/04/1909, p.1.²⁵²



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Publicada em 1909, a composição apresentava como ponto focal uma figura feminina de formas curvilíneas empinando o seu dorso sensualmente. Ao fundo da imagem, foi representado um homem fumando, de postura desinteressada e que sequer mirava na direção da mulher que se contorcia languidamente perante ele.

Embora referida na legenda como “trigueira²⁵³”, Elisa, a protagonista da composição, foi imagetivamente elaborada de maneira bastante embranquecida. Em outras palavras, apesar de recorrer ao supracitado imaginário colonial fetichista da mulher não-branca de volúpia abrasadora, “Nem assim?” vinculava tal lubricidade à uma dama cuja aparência não transgredia em nada os padrões estéticos racistas de desejabilidade feminina da época.

²⁵² Legenda da Imagem: “**Nem assim?** / A linda e trigueira Elisa/ Que é bastante esquentadiça.../ Põe-se, antes o Jorge, em camisa/ A ver se o... o *calor* lhe atica... / Saltam-lhe os seios frementes... / Os ombros nus, perfumados/ As curvas roliças... quentes... e os braços bem contornados. / Fitando beleza tanta / Que o nosso cérebro enferma... / Nem mesmo assim se levanta... / O... *entusiasmo* do palerma!.../ Até de... *costas* voltada.../ (Vejam só que caiporismo!...)/ O Jorge, ali, nem por nada,/ obedece ao *modernismo*!”

²⁵³ Com a cor do trigo maduro, escura; morena, escura.

Com proporções clássicas e um temperamento ardente, Eliza detinha uma beleza “tanta que o nosso cérebro enferma”. O uso pronominal possessivo “nosso” propunha o autor dos versos e os seus leitores como cúmplices em um mesmo desejo voyeurístico. Esse viés quase “camarada” exasperava o enquadramento negativo de Jorge, o fumante indiferente. Afinal, diante daquela que deveria ser um consenso de beldade, aquele homem se mantinha apático, incapaz de “se levantar” — isto é de ficar rijo, excitado, mesmo sendo ofertado o proibido e potencialmente mais caro deleite de um “*modernismo*”.

Desde o seu título inquisitivo, passando pela imagem provocativa e sua legenda empática ao desejo do leitor, a “Nem assim?” pressupunha o convite de Eliza para sexo anal como particularmente apelativo, algo que supostamente deveria animar até o mais apático homem — salvo, é claro, se ele fosse um palerma. Nesse sentido, a desqualificação masculina de Jorge, subentendido na composição como tolo e, pior, impotente, desvela-nos que, a despeito do caráter ultrajante que era relegado aos corpos assim penetrados, inversamente, o sexo pela via moderna podia servir para a afirmação viril do polo masculino penetrador.

Em contrapartida, não foi incomum que em sua cobertura do cotidiano das zonas do meretrício, *O Rio Nu* chacoteasse das mesmíssimas profissionais que proporcionavam tal deleite potencialmente virilizante. Um exemplo desse duplo padrão moral aparece no dia 11 de junho de 1904, na coluna “Tipos e Tipas” — segmento do bissemanário em que figuras da noite carioca eram caçadas sem serem nomeadas —, na qual zombou-se de uma “tipa” trabalhadora sexual na zona Riachuelo (*O Rio Nu*, ed. 619, 11/06/1904, p.6). Tendo perdido a proteção financeira de um rico comendador, a “infeliz” “hoje atira-se ao jogo dos bichos por todos os sistemas, menos pelo antigo”, uma adepta “ao modernismo, essa moda altamente altruísta que só serve para provar como se pode cair de quatro sem ter mais que duas mãos” (*O Rio Nu*, ed. 619, 11/06/1904, p.6).

Tanto a desqualificação do ficcional palerma Jorge, quanto da “tipa” da zona Riachuelo, reiteram como o duplo padrão moral intrínseco à ordem de gênero da época podia fundar verdadeiras dissonâncias cognitivas na apreensão das trajetórias sexuais dos sujeitos. Dois polos de uma mesma relação sexual tida dissidente podiam então ser inversamente qualificados — chegando certas depravações a serem concebidas perante certos círculos como virilizantes para os homens e, ao mesmo tempo, manterem-se abjetas e depreciativas para as próprias mulheres com quem esses homens se relacionavam.

Segundo Daniel Welzer-Lang (2001, p. 465-466), historicamente, os papéis masculinos nas sociedades patriarcais são ensinados através de imagens hierarquizadas das relações entre homens e mulheres. Na opinião do autor, em geral, “os homens que aceitam os códigos de

virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres” e sobre outros homens. É nesse duplo poder que, segundo Welzer-Lang, se estruturam as hierarquias masculinas:

As ofensas, o roubo, a ameaça, a gozação, o controle, a pressão psicológica para que o pequeno homem obedeça e ceda às injunções e aos desejos dos outros... Há um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto. Todas as formas de violência e de abuso que cada homem vai conhecer, seja como agressor, seja como vítima. Pequeno, fraco, o menino é uma vítima marcada. Protegido por seus colegas, ele pode agora fazer os outros sofrerem o que ele tem ainda medo de sofrer. Exorcizar o medo agredindo o outro e gozar dos benefícios do poder sobre o outro é a máxima (Welzer-Lang, 2001, p. 464).

Evidentemente, em ordens de gênero patriarcais a agressividade masculina não esteve limitada apenas a contextos de socialização entre homens. Em um nível fundamental, ela repercute o imperativo viril de superioridade em relação a tudo que possa ser identificado com o feminino, concernindo, portanto, em primeira instância, as próprias mulheres (Welzer-Lang, 2001, p. 464). Especificamente, no contexto histórico analisado, é possível observar que a agressão à dignidade feminina (inclusive por meio da consumação de práticas sexuais tidas, para elas, como degradantes) pode ter sido uma forma de exorcizar também ansiedades relacionadas ao alvorecer da modernidade. Trata-se de uma espécie de depravação potencialmente compensatória para eles, em tempos em que nem a concretude de contornos urbanos seculares parecia garantida:

FIGURA 39: “Figurino Novo”. O Rio Nu, ed. 937, 29/06/1907, p.4.²⁵⁴

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Vestindo apenas roupas de baixo, a protagonista da composição foi representada com os seios expostos, a pele alva, uma cintura finíssima e quadris desproporcionalmente largos. A mulher circulava em uma via pública com aparente conforto, sem demonstrar vergonha ou constrangimento, apesar de exibir trajes demasiadamente reveladores. Segundo a legenda, tais vestes reveladoras consistiam no novo figurino que deveria ser adotado por todas as senhoras cariocas. Proclamava-se que "as reformas devem ser completas" em referência à remodelação urbana que, desde o início do século, vinha inaugurando "avenidas e ruas modernas" na capital.

Ainda que em um primeiro momento o texto pudesse parecer, em algum nível, crítico às restritas convenções sociais de recato feminino — tão valorizadas na sociedade da época —, já na sua terceira sentença, a legenda revelaria o seu caráter reacionário: "já que a moda é levantar a saia o mais possível, o melhor é retirá-la logo". Esse comentário evidencia a sensação

²⁵⁴ Legenda da imagem: “As reformas devem ser completas. Agora que temos avenidas e ruas modernas, as sras. Deviam passear com toilette ao gênero desta. Saia é uma moda antiga e já que a moda agora é levantar a saia o mais possível, o melhor é tirá-la logo de uma vez. Demais, o progresso constitui-se no alargamento de todas as ruas, de todas as vielas, de todos os becos. Pois, muito bem, se as mulheres adotarem o figurino há de aumentar tanto o movimento desta cidade, e todas as vias em pouco tempo hão de se alargar”

do seu autor de que uma progressiva deterioração do pudor público estava em curso. Havia uma interlocução com os tensionamentos das fronteiras morais decorrentes das novas possibilidades de sociabilidade urbana (os bondes, os cada vez mais numerosos cafés, restaurantes e vitrines pelas novas avenidas) e a gradual extensão dessas experiências também entre as mocinhas da sociedade. Se ocupação e os sentidos morais do espaço urbano estavam mudando e, gradualmente, elas também estavam se tornando o público de cafés e restaurantes (Schettini, posições do Kindle 372-373, 2020), muitos moralismos, contudo, persistiam, inclusive, entre os editores do jornalismo alegre.

Adotando um viés ressentido e masculinista, "Figurino Novo" sugeria que as mulheres aderissem logo ao total despudor, não porque isso as beneficiaria, mas para que, assim como as ruas, tivessem todas as suas vias — inclusive a anal — “alargadas”. A própria ideia de que a penetração peniana frequente fosse capaz de “alargar” orifícios²⁵⁵ repercutia a mácula simbólica, na época projetada irreversível, aos corpos receptáculos de penetração. Para os homens, a posição é tida como emasculadora e feminilizante; para elas, como uma expressão de posse de um outro (geralmente masculino) sobre o seu corpo.

4.3. – *O alargamento de Sebastiana: entre bota-abaxos e as injeções dos doutores*

4.3.1. – *“A se o Passos aguentou e não gemeu, um recurso só tem, casar com ele!”: A “Ditadura” de Pereira Passos nas páginas d’O Rio Nu*²⁵⁶

²⁵⁵ Mácula que ainda se mantém atualmente, o que pode ser observado a partir da longa duração de dizeres populares como “Uma chave que abre várias fechaduras é uma chave-mestra. Já uma fechadura que abre com qualquer chave, não serve para nada”

²⁵⁶ O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p.2

FIGURA 40: “Melhoramentos do Porto”. O Rio Nu, ed. 506, 29/04/1903, capa.²⁵⁷



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>.

Em 29 de abril de 1903, a cidade do Rio de Janeiro foi representada na capa d’*O Rio Nu* de maneira bastante peculiar: como uma mulher branca, vestida com trajes de criada cheios de remendos (figura 40). Esses trajes rotos mal continham suas curvas. A alegoria da Capital Federal trazia os seios expostos, escapando do decote. Além de sexualmente apelativo, esse detalhe nos parece também remeter à célebre figura de Marianne, representação alegórica da República Francesa, cuja feição foi globalmente consagrada à imagem da Liberdade personificada de Eugène Delacroix, em sua clássica pintura homenageando a Revolução de Julho de 1830²⁵⁸:

²⁵⁷ Legenda da Imagem: “CAPITAL FEDERAL — Venho pedir a V. Ex. a sua opinião sobre os melhoramentos deste Porto.../ R.A. — (interrompendo e olhando para a garrafa) Antes de provar nada poderei dizer, mas, pela aparência parece ser bom. / C.F. — Perdão, Exmo. Sr., eu me refiro aos melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro, este benefício que tanto preciso. / R. A — Ah! Sobre isto nada há resolvido de positivo, temos ainda que fazer 1069 conferências, e antes de terminado o quatriênio do meu sucessor ele resolverá essa coisa”

²⁵⁸ Nos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830, conhecidos como os três dias gloriosos, o povo de Paris e as sociedades secretas republicanas, liderados pela burguesia liberal, fizeram uma série de levantes contra Carlos X. Levantaram-

FIGURA 41: La liberté guidant le peuple. DELACROIX, Eugène, 1831, (óleo sobre a tela).



Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/La_Libert%C3%A9_guidant_le_peuple#/media/Fichier:La_Libert%C3%A9_guidant_le_peuple_-_Eug%C3%A9ne_Delacroix.jpg.

Delacroix, nascido em 1798, filho de político, frequentou a Escola de Belas Artes em 1816. Por volta de 1820, o artista se voltou às obras históricas, produzindo, 11 anos depois, a sua mais famosa tela — “A liberdade guiando o povo”, de 1831 (vide figura 41). A tela de 2,6m x 3,25m de dimensão dispôs em seu ponto focal uma alegoria à liberdade, uma figura feminina de proporções clássicas que empunhava uma baioneta e a bandeira da França. Embora seja protagonizada por uma alegoria feminina, a tela não fazia referência às francesas revolucionárias²⁵⁹. Entre a multidão fervorosa guiada pela Liberdade, não havia nenhuma mulher, excluindo da representação a participação dessa parcela da população nos levantes populares de 1830. Dito de outra forma, tais agentes existem como ausências, omissões que assombram o ideal de liberdade burguês, expondo os limites da sua real universalidade.

se barricadas na capital francesa e generalizou-se da luta civil, o que culminou com a sua abdicação e o fim do período conhecido como Restauração Francesa.

²⁵⁹ Elisabeth Badinter (1989) afirma que “As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção. Umas anônimas são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras e fiandeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...] Mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] mulher de letras que mal sabiam escrever, como Olympe de Gouges; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam às sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos (BADINTER, 2003, p. 9)” Ver mais em: BADINTER, Elisabeth. Palavras de homens (1790 – 1793) – Condorcet, Prudhomme, Guyomar. [et al]; tradução de Maria Helena Franco Martins - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

De acordo com Murilo de Carvalho (1990), um dos elementos mais notórios da simbologia republicana francesa foi a representação do regime através da alegoria feminina. Todavia, esse modo representativo não esteve relacionado a nenhum reconhecimento da atuação feminina na Revolução Francesa, e tampouco expressou quaisquer projetos revolucionários de elevar de maneira específica a condição social dessa parcela da população.

Segundo o historiador, a decisão de representar o regime através do feminino repercutia os esforços dos republicanos franceses em distinguir simbolicamente o novo regime do monárquico, tradicionalmente representado pela figura masculina do rei (Carvalho, 1990, p. 75). Após a deposição da monarquia francesa, “[...] novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a república, a revolução, a própria pátria [...]” (Carvalho, 1990, p.75).

Como em vários outros países ao redor do globo, o símbolo da República personificada em uma figura feminina também foi apropriado pelo francófono Brasil. Não era incomum que as representações da república brasileira chegassem a trazer na cabeça até o barrete frígio, adereço símbolo dos republicanos franceses, o que pode ser observado na ilustração da *Revista Ilustrada* a seguir:

FIGURA 42: “A República contempla o heroísmo”. REVISTA ILUSTRADA, Rio de Janeiro 1897, n. 729.²⁶⁰



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/332747/per332747_1897_00729.pdf.

A representação da República Brasileira publicada pela *Revista Ilustrada* remetia à heroica figura da Liberdade de Delacroix (figura 42). Em meio a um cenário caótico, ela sustentava uma postura altiva, carregando consigo uma espada e uma bandeira. Impávida, a República Brasileira coroava os esforços dos “seus defensores”, os soldados do exército durante a Guerra de Canudos²⁶¹ (figura 42). Positiva-se, imagetivamente, a intervenção federal contra os membros da comunidade sociorreligiosa liderada por Antônio Conselheiro no interior do estado da Bahia. Em outras palavras, essa alegoria feminina coroava simbolicamente a violência estatal contra uma comunidade também composta por mulheres sertanejas de carne e osso ²⁶².

²⁶⁰ Legenda da Imagem: “A República contempla o heroísmo dos seus defensores na jornada deles nos sertões da Bahia, em luta homérica contra os inimigos da Pátria e oferta-lhes uma coroa de louros”

²⁶¹ A Guerra de Canudos foi um dos principais conflitos que marcaram o período entre a queda da monarquia e a instalação do regime republicano no Brasil. Aconteceu de novembro de 1896 a outubro de 1897 no sertão da Bahia, em uma fazenda improdutiva ocupada por Antônio Conselheiro e seus mais de 20 mil seguidores. Teve caráter messiânico, por conta das pregações do beato, que também era simpático a monarquia. Políticos da região que viram suas zonas de influência ameaçadas pela popularidade de Conselheiro acusaram-no de tramar a volta da Monarquia, pretexto sob o qual os governos regional e nacional tentaram dismantlar Canudos quatro vezes, porém sem sucesso, e somente destruindo a ocupação em uma quinta investida.

²⁶² De acordo com Luzilá Ferreira: [...] essas mulheres só aparentemente são frágeis. Se seu canto amedronta os valentes soldados do adversário, também sua ação os destrói. Quando o inimigo penetra nas ruas de Canudos e suas tropas se perdem no emaranhado das vielas, das ruelas, os soldados esfomeados e sedentos à procura de uma cuia de farinha, de uma moringa de água, as mulheres, que haviam se escondido nas penumbras dos cômodos

Essas mesmas inspirações alegóricas usadas por republicanos brasileiros para exaltar o regime e suas “lutas homéricas” também serviram às críticas dos rumos que o país tomou após o 15 de novembro: “[...] a virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida, prostituta [...]” (Carvalho, 1990, p.89). Em momentos de oposição, a analogia da mulher foi usada por cartunistas para evocar ideias de corrupção, imoralidade e degradação. Possivelmente, a violência simbólica contra alegorias femininas em debates políticos esteve ligada ao desconforto masculino perante a mácula da autoridade patriarcal. Na época, e em alguns círculos até hoje, acreditava-se que a violação e/ou degradação feminina pudesse indicar um exercício falho de domínio masculino (Soihet, 1989, p. 333). Não por acaso as mulheres receberam a alcunha de “sexo frágil”²⁶³. Em geral, foi — e para muitos ainda é — através do aparente resguardo da imagem das mulheres do lar que a honra familiar encontrava o seu maior respaldo social, atestando a integridade do poder parental e/ou marital (Soihet, 1989, p. 303).

Em “Melhoramentos do Porto” (figura 40), embora não houvesse uma alegoria feminina à República Brasileira, mas sim à sua Capital Federal, o intuito era claro: criticar a gestão presidencial de Rodrigues Alves. Já em seu discurso de posse, em novembro de 1902, o então presidente anunciara uma grande ação de reformulação urbana, sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da Capital Federal (Azevedo, 2003, p. 41). Todavia, impacientes, os redatores de *O Rio Nu* não pareciam convencidos de que Rodrigues Alves cumpriria sua promessa em tempo hábil, ainda que uma comissão já houvesse sido oficialmente designada e estivesse trabalhando no projeto de melhoramento do porto, e que a primeira demolição da frente federal da reforma urbana já tivesse ocorrido em fevereiro de 1903 — o bota-abaixo do prédio nº 27 da Rua da Prinha, para viabilizar a futura construção da Avenida Central (Mota, 2023).²⁶⁴

exíguos, atacam-nas (FERREIRA, 2002, p. 372–373). Ver mais em: FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Presença das mulheres em Canudos. In: FERNANDES, Rinaldo de. *O Clarim e a Oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 367-377.

²⁶³ Historicamente, nos arranjos sociais patriarcais, o “sexo frágil” foi visto como um receptáculo da moral familiar, devendo estar sob controle e proteção do pater família. Para saber mais, consultar: GOICOECHEA, Maria Carreras. “‘Sexo frágil, sexo devoto, bello sexo y sexo débil’: breve historia de cuatro combinaciones misóginas y deconstrucción de una falácia”. Iglesias Enrique, et al. (orgs) In: **Voces Disidentes Contra La Misoginia: Nuevas perspectivas desde la sociología, la literatura y el arte**. Madrid: a Fundación para el Fomento en Asturias de la Investigación Científica Aplicada y la Tecnología (FICYT), 2022.

²⁶⁴ Principal elemento do empreendimento urbano federal, a obra do porto esteve sob a coordenação política do Ministro da Viação e Obras Públicas de Rodrigues Alves, o ex-governador de Santa Catarina, Lauro Müller. Este organizou a Comissão de Obras do Porto, que concedeu a chefia ao engenheiro Francisco Bicalho, figura eminente do Clube de Engenharia e influente no interior da corporação. Desta comissão também fizeram parte Gabriel Osório de Almeida, J. F. Parreira Horta, Domingos Sérgio de Sabóia e Silva e Manoel Maria de Carvalho, todos associados do Clube de Engenharia. Esta comissão apresenta um relatório em 30 de abril, com base nos estudos

Ainda assim, persistia a desconfiança da imprensa carioca, que não parecia convencida de que o melhoramento do porto, *per se*, sairia do papel. Publicada apenas cinco meses após a posse de Alves, a figura 40 explicita que esses temores que durante o seu mandato o porto carioca não fosse reformado também pairavam n’*O Rio Nu*. Por essa razão, a sua alegoria da Capital Federal apareceu vestida de forma pobre e remendada, com uma postura passiva, quase servil. Representada como uma criada do presidente, ela lhe servia vinho enquanto praticamente implorava por melhorias em sua zona portuária. A mensagem era clara: desconfiava-se que o chefe do Executivo não estava verdadeiramente a serviço da cidade. Muito pelo contrário, Rodrigues Alves surgia como um governante negligente diante do estado deplorável da Capital.

Essa ansiedade era parcialmente justificada: Rodrigues Alves era identificado pela maioria dos eleitores cariocas com uma espécie de continuidade da impopular administração anterior do também paulista Campos Sales, e que deixou a capital sob vaias e protestos (Sevcenko, 2018, p. 54). Entretanto, para além de reverberar o desconforto carioca com a hegemonia política paulista, *O Rio Nu* também dialogava com a pressa de setores ligados à exportação de commodities, assim como aqueles que dependiam da importação de bens estrangeiros. O estado da zona portuária carioca eram um obstáculo ao acesso dos estrangeiros ao nosso meio e, como tal, dos nossos investidores aos recursos externos (Sevcenko, 2018, p. 58-59).

Muito embora a cidade fosse uma das principais entrada das novidades do estrangeiro no país, no Rio de Janeiro, o escoamento de mercadorias era dificultado por um porto com a infraestrutura defasada e uma malha viária de contornos coloniais (Sevcenko, 2018, p.18). Os limites do cais e a pouca profundidade impediam a atracação dos grandes transatlânticos estrangeiros, o que obrigava “a um complicado, demorado e custoso sistema de transbordo de mercadorias e passageiros para embarcações menores”. Além disso,

[...] uma vez transpostas as mercadorias para terra firme, os problemas continuavam. O espaço das docas era muito pequeno para armazenar os artigos que se destinavam ao mercado nacional, assim como ao internacional. Os produtos deveriam ser levados para os entroncamentos ferroviários, que ligavam o Rio de Janeiro aos quadrantes do país, em coordenação com a navegação de cabotagem. Mas as ruas da cidade ainda eram vielas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos. O tráfego dos veículos que começavam a ser usados nessa atividade, como carroças, charretes e carrinhos de mão, se embaraçava nessa rede confusa de ruelas (Sevcenko, 2018, p. 59).

O recurso narrativo/visual de feminilizar a capital não foi uma invenção d’*O Rio Nu*, e tampouco foi invenção seu uso em críticas à infraestrutura do Rio de Janeiro. Por exemplo, desde a última década do século XIX, nas páginas do jornal ilustrado *Don Quixote* (1895-1903) de Ângelo Agostini, as críticas aos problemas da estrutura urbana cariocas já recorriam a representação da capital como uma mulher degradada, de aspecto miserável:

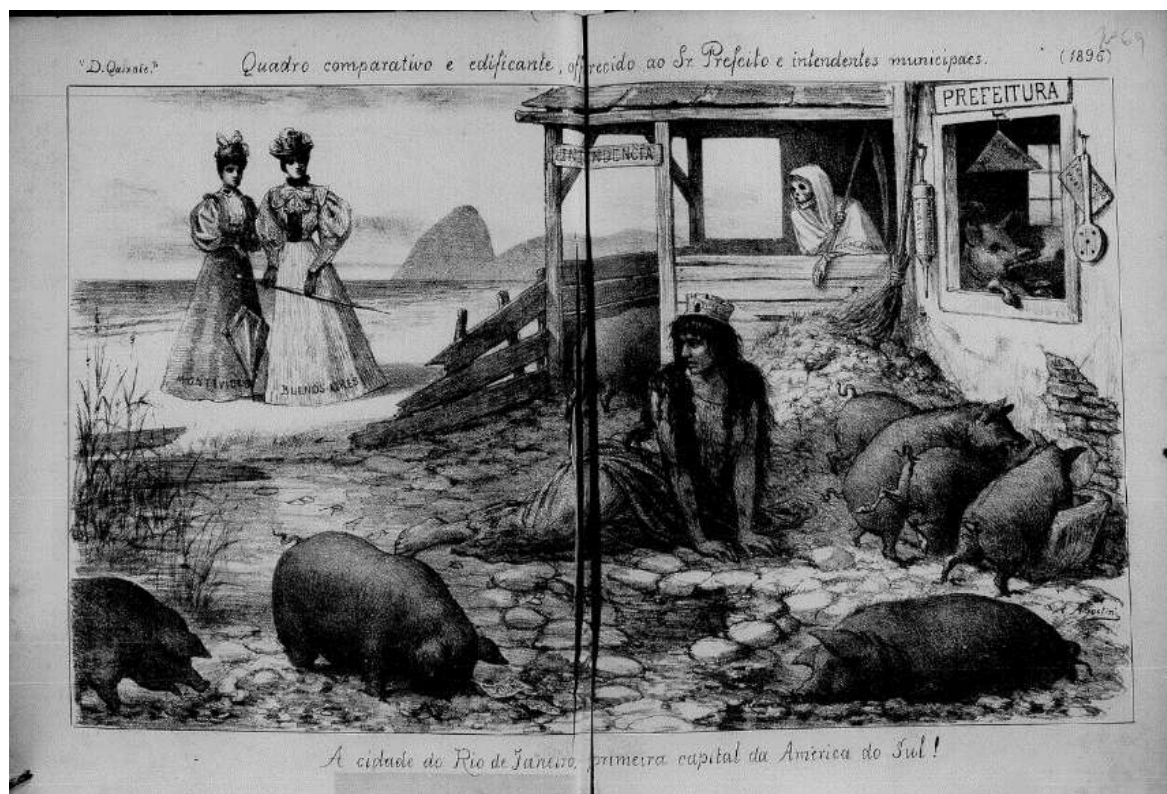
FIGURA 43: “Heroica Capital Federal”. DON QUIXOTE, ed.53, 20/02/1896, p.4-5.²⁶⁵



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/714178/per714178_1896_00053.pdf.

²⁶⁵ Legenda da Imagem: “Esta heroica e federal cidade, continuará pois a ser mal caçada e a mais suja e imunda de toda a América do Sul até do Norte”

FIGURA 44: “Quadro comparativo e edificante oferecido ao Sr. Prefeito e intendentes municipais”. DON QUIXOTE, ed. 69, 08/08/1896, p.9.²⁶⁶



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/714178/per714178_1896_00069.pdf.

Nas duas composições (figura 43 e figura 44) publicadas no periódico *Don Quixote* em 1896, a capital federal brasileira foi representada com vestes rasgadas, aparência suja e posturas lamentáveis. Outro elemento comum entre elas foi a comparação do Rio de Janeiro com outras grandes cidades americanas. Na primeira figura, a legenda afirmava que a “heroica capital federal continuará a ser a mais mal calçada, suja e imunda de toda América do Sul e até do Norte”. Exasperando imageticamente esse viés comparativo, a figura 44 dispôs duas alegorias femininas, muito bem-vestidas e limpas, representando Buenos Aires e Montevidéu. Ao fundo, as capitais vizinhas testemunhavam o estado deplorável da cidade do Rio de Janeiro, enlameada e jogada aos porcos. Esse contraste colocava a capital da república brasileira em uma posição bastante vexatória perante o cenário internacional.

Àquela altura, aos olhos de muitos intelectuais brasileiros, Buenos Aires e Montevidéu eram consideradas cidades “modernas, e era necessário igualar-se a elas, ou mesmo superá-las” (Pinheiro, 2011, p. 122). Em ambas as capitais platinas citadas na imagem estavam em curso extensivas campanhas públicas de remodelação urbana. Costuma-se apontar nessas reformas

²⁶⁶ Legenda da Imagem: “A cidade do Rio de Janeiro, primeira capital da América do Sul!”

uma grande influência dos princípios urbanísticos que orientaram as reformas que o Barão Haussmann levou a cabo em Paris, entre 1853 e 1870, e que a consagraram como a capital da modernidade (Araujo, 2012; Silva, 2016). De acordo com Viviane da Silva Araujo, a reforma de Buenos Aires²⁶⁷

se sustentava sobre uma ideia de inserção na modernidade fundamentada em grande medida no desenvolvimento dos espaços urbanos, por reunirem a maior parte das atividades econômicas, políticas e culturais de seus países, além de uma população cada vez mais numerosa. Tal noção de modernidade se baseava, ao menos para as elites políticas que geriram esse processo, para intelectuais de inclinação otimista e setores médios entusiastas, numa crença nas virtudes pedagógicas do espaço urbano (Araujo, 2016, p.177)

O Rio de Janeiro também concentrava um contingente populacional cada vez mais expressivo e, por esse motivo, aos olhos de suas minoritárias elites, cada vez mais assustador e carente de pedagogias civilizatórias. Em 1906, o então Distrito Federal alcançou a marca demográfica de única cidade do Brasil com mais de 500 mil habitantes, enquanto São Paulo e Salvador tinham pouco mais de 200 mil habitantes cada (Chalhoub, 2001, p. 43).

Essa população, por sua vez, não era necessariamente imbuída de uma rígida ideologia de trabalho burguesa. O fim da escravidão impôs aos detentores do capital o desafio de garantir a continuidade do suprimento de mão de obra, o que exigia uma transformação radical na concepção de trabalho em uma sociedade historicamente escravista. Para isso, era necessário para esses setores que o trabalho fosse atribuído de uma valoração positiva, articulando-o a ideais como "ordem" e "progresso", de modo a impulsionar o país em direção ao "novo" e à "civilização", ou seja, à consolidação de uma ordem social burguesa (Chalhoub, 2001, p. 48-49). Todavia, na época, grande parte dos cariocas recorria, temporária ou definitivamente, ao desempenho de atividades autônomas as margens do restrito mercado de trabalho formal²⁶⁸, composto pelo setor portuário, o comércio, o funcionalismo público e uma indústria crescente,

²⁶⁷ Em 1887, o “Consejo General de Obras Públicas” de Montevideu havia decidido favoravelmente pela adoção de um plano urbanístico apresentado pelo arquiteto Norberto Maillart (Silva, 2012, p. 275) promovendo a expansão da cidade, a construção de importantes avenidas, a extensão da orla e a implementação de infraestrutura como bondes, iluminação pública e edifícios administrativos (Silva, 2012, p. 276). Após a sua federalização em 1880, Buenos Aires também se viu imersa em empreendimentos modernizantes identificados pelos projetos urbanísticos de Torcuato de Alvear (Araujo, 2016, p.176). Entre eles, destacam-se o alargamento e pavimentação de várias ruas, a reforma de cemitérios, a regulamentação de matadouros e mercados de abastecimento, a fundação da Assistência Pública, a construção e reforma de hospitais e a implantação da vacinação obrigatória contra varíola (Araujo, 2016, p.177).

²⁶⁸ É preciso observar que para além das poucas vagas o racismo também figurava entre as causas da não inserção de muitos cariocas no mercado formal no início do XX. O Rio de Janeiro concentrava na época um contingente de ex-escravizados significativo, o maior do sudeste. Mão de obra, todavia, frequentemente preterida em favor de imigrantes europeus (Chalhoub, 2001, p.80-81; Velloso, 2015, p. 44). De acordo com Chaloub (2001, p.113) havia na capital uma clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como um “mau trabalhador” e em reconhecer o contrário no imigrante, o que em termos práticos significou “[...] que os indivíduos que tinham o poder de gerar empregos tendiam a exercer práticas discriminatórias contra os brasileiros de cor quando da contratação de seus empregados”.

mas ainda incapaz de absorver a esmagadora maioria da mão de obra disponível (Chalhoub, 2001, p. 113).

Com o alvorecer da república, “[...] cerca de 50% da população da capital vivia sem profissão declarada ou de tarefas domésticas, incluindo-se aí biscateiros, camelôs e diaristas” (Velloso, 2015, p.43). Muitas destas pessoas tinham as ruas do centro da cidade como locais de moradia, sociabilidade e sustento, fazendo uso do espaço público de maneiras frequentemente avessas aos códigos burgueses de civilidade urbana importados do Velho Mundo:

Nesse período, o espaço público do Rio de Janeiro era ocupado por figuras como capoeiras, ex-escravos biscateiros – muitos dos quais foram negros ao ganho antes da abolição –, carroceiros, vendedores de perus, de vísceras, de leite retirado diretamente da vaca, trapeiros, rezadeiras, tatuadores, entre outros. Como cidade tropical e de tradição escravista, era comum ver-se nas ruas estreitas e sinuosas do Rio de Janeiro o contraste entre os “cavalheiros” cariocas trajados de paletó, dividindo o espaço com negros descalços e sem camisa, anunciando aos gritos seus serviços e produtos. Somava-se a este cenário a presença de migrantes e imigrantes de diversas partes – quase sempre rurais – do Brasil e do mundo em roupas surradas e não raro de pés descalços (Azevedo, 2016, p. 166).

Essa população era ainda frequentemente assolada por problemas de saúde pública. A cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: “febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica, tuberculose, entre outras. Destas, a febre amarela e a varíola eram as que ceifaram o maior número de vidas” (Sevcenko, 2018, p. 60). Este é o motivo pelo qual, ao fundo da imagem em que a capital foi representada jogada aos porcos (figura 44), a morte testemunha a sua miséria, vestido com um manto estampado com a inscrição “febre amarela”:

FIGURA 45: Detalhe da figura 44, publicada em DON QUIXOTE, ed. 69, 08/08/1896, p.9.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/714178/per714178_1896_00069.pdf.

A recorrência das epidemias dessas doenças era um empecilho para a atração de capital e mão de obra estrangeiros. Em finais do XIX, o Rio de Janeiro já era conhecido internacionalmente como uma cidade pestilenta, um “cemitério do homem branco” (Azevedo, 2016, p.16). Em 1902, a emigração italiana subvencionada para o país chegou a ser proibida —

um cenário demasiado contraproducente para a crise de mão de obra que afligia a cafeicultura sudestina após a abolição e, de uma maneira ainda mais ampla, para os fins embranquecedores almejados pelo estado nacional brasileiro.

Embora o remodelamento da capital já fosse projeto desde os tempos do Império²⁶⁹, com a República, mais do que nunca, o desenho colonial do Rio de Janeiro e a tradicional apropriação popular do seu centro pareciam em desalinho com as iniciativas oficiais para atrair capitais, imigrantes, técnicos e equipamentos que colocariam o Brasil nos trilhos do progresso (Sevcenko, 2018, p. 61). Para as oligarquias no poder, alçar o Brasil ao status de país evoluído, civilizado, demandava modernizar a feição urbana de sua capital, tornando-a um exemplo mais bem acabado da “civilização nacional” (Carvalho, 1994, p. 36) — o que, na época, paradoxalmente, se manifestava como um “quase desejo de ser estrangeiros” (Saliba, 2002, p. 67-69). Não qualquer estrangeiro, é claro: estrangeirismo bom era o europeu.²⁷⁰

Seguindo a tendência das capitais platinas vizinhas, por aqui os projetos de renovação do centro da cidade também se inspirariam nas reformas das grandes urbes europeias. Durante o primeiro ciclo de modernização urbana brasileira a “cidade europeia, seus traçados, suas formas e sua gestão” eram as mais importantes referências (Pinheiro, 2011, p.19). A palavra de ordem era suplantiar os elementos urbanos aquém dos moldes burgueses europeus de refinamento e conduta, quer isso se manifestasse na arquitetura ou nos hábitos dos cidadãos (Pinheiro, 2011, p.19). Tais projetos de saneamento e remodelamento arquitetônicos de fato saíram do papel durante o mandato de Rodrigues Alves, contrariando as expectativas pessimistas dos redatores d’*O Rio Nu*.

Segundo André Nunes de Azevedo (2016), durante o processo de reforma urbana no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas frentes de intervenções urbanísticas: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller (1863-1926) na zona portuária e nas principais vias de trânsito de mercadorias, e outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro no centro da cidade, encabeçada pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913).

²⁶⁹ Durante o Império, uma Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro chegou a ser criada, produzindo relatórios de 1874 a 1876. Porém, a despeito dos seus prognósticos favoráveis a remodelação urbana, tais planos não se concretizaram durante o Império. A crise político-financeira pela qual passou o Império com o término da Guerra do Paraguai dificultou que as medidas apontadas nesses documentos saíssem do papel durante o reinado de Dom Pedro II.

²⁷⁰ Talvez a razão pela qual, em 1903, ao mandar abater os cachorros que vivam nas ruas da cidade o prefeito Pereira Passos arguiu que os animais conferiam a capital “o aspecto repugnante de certas cidades do oriente” (Passos apud Leitão Junior e Anselmo, 2011, p. 442).

De maneira geral, as intervenções federais foram orientadas pelo intento de favorecer o posicionamento do Brasil na rede de relações de interdependência do sistema-mundo capitalista moderno (Azevedo, 2016). Em contrapartida, a reforma urbana empreendida pela municipalidade visou integrar a população carioca a um *ethos civilizado*, transformando o centro da cidade em um “espaço pedagógico” de gostos e modos burgueses de conduta e sociabilidade (Azevedo, 2016).

Francisco Pereira Passos foi nomeado prefeito em finais de 1902. Tendo recebido a posteriori a alcunha de “Hausmann tropical” pela historiografia brasileira (Benchimol, 1990), Pereira Passos foi um importante engenheiro carioca, formado pela Escola Militar, e importante membro do Clube de Engenharia²⁷¹. Do alto dos seus 66 anos — idade em que assumiu o posto —, o engenheiro havia, inclusive, presenciado em primeira mão as reformas de Paris, tendo residido na cidade e estudado como aluno ouvinte da École des Ponts e Choses durante os anos intensos da remodelação parisiense (1856-1860).

Pereira Passos contava com uma vasta experiência tanto na esfera pública quanto na área privada, tendo se beneficiado em mais de uma ocasião também dos entrecruzamentos desses setores ao longo da sua extensa trajetória profissional. Logo após a sua formatura da Escola Militar, em 24 de dezembro de 1856, foi nomeado adido de 2ª classe na legação brasileira na França, iniciando a sua carreira no funcionalismo público. Foi através do cargo que o engenheiro pode viver em Paris, frequentar seus centros de produção de conhecimento e testemunhar a modernização da capital francesa.

Em 1860, retornou ao Brasil e ingressou na Diretoria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Pouco menos de 10 anos depois, foi nomeado consultor técnico do Ministério de Agricultura e Obras Públicas (Furtado, 2006, p. 148). No ano seguinte, Pereira Passos rumou novamente para a Europa, dessa vez para Londres, onde permaneceu até 1873 na função de inspetor especial das ferrovias subvencionadas pelo governo brasileiro, encarregado de firmar

²⁷¹Conscientes das vantagens advindas do relacionamento econômico entre o Estado e o capital privado, que a República inaugurara, os engenheiros buscaram delimitar o seu campo de atuação, a fim de usufruir as oportunidades oferecidas pelo poder público. O Clube de Engenharia era a principal instituição incumbida de cumprir este intuito. Através dela, os engenheiros faziam gestões junto ao parlamento brasileiro, criavam eventos, organizavam estudos, seminários e debates, além de produzirem uma série de discursos que buscava ampliar o espaço de atuação do engenheiro na cidade. Tais discursos eram, em parte, publicados através da revista do Clube de Engenharia. Eles dão nota do esforço que a corporação dos engenheiros operava em prol da delimitação do campo técnico brasileiro. [...] Uma das dimensões da luta dos engenheiros brasileiros, associados ao Clube de Engenharia, era o empenho pelo reconhecimento do espaço que a administração técnica deveria ter na sociedade na aceitação de que algumas funções somente poderiam ser exercidas por engenheiros e não por outros profissionais, posto que somente estes teriam a competência técnica para exercê-la (AZEVEDO, 2013, p.280–281).

um acordo sobre o capital garantido à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (AZEVEDO, 2009, p.14).

Em 1874, foi promovido a engenheiro do Ministério do Império. Nesse mesmo ano, ele se juntou à Comissão de Melhoramentos²⁷² da Cidade do Rio de Janeiro (Benchimol, 1990, p.138). Constituída em um momento do recrudescimento das epidemias (Benchimol, 1990, p. 138), o apontamento da Comissão evidenciava a crescente visibilidade e influência política dos engenheiros (Carvalho, 1994), grupo que então tentava se projetar capaz de intervir e sanar os problemas urbanísticos e até sanitários da Corte. Apesar disso, sem apoio institucional, financiamento público ou mesmo suporte do setor privado, os “melhoramentos” propostos pela Comissão, incluindo a vacinação compulsória, não se tornaram realidade no Império (Azevedo, 2009, p.14). Isso, por sua vez, não foi suficiente para azedar a relação de Pereira Passos com o Império.

Em 1876, o engenheiro foi nomeado diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, uma das posições mais altas do escalão burocrático imperial, onde permaneceu por quatro anos (Joffily, 2006, p.14). Circulando entre cursos na Sorbonne e no Collège de France e seu trabalho de consultoria à Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens, o engenheiro voltou ao Rio de Janeiro em 1882, assumindo a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão (Azevedo, 2009, p.15).

Dois anos depois, o seu envolvimento em projetos de reforma urbana da capital novamente se intensificou. Em 1884, propôs aos acionistas da Carris a aquisição do projeto do italiano Giuseppe Fogliani para a construção de uma grande avenida no centro da cidade. Apesar da aprovação dos acionistas da companhia e da licença para construção obtida, o projeto tampouco saiu do papel devido à instabilidade política e financeira dos anos finais do Império. Nada obstante, esse projeto anunciava o que viria a se tornar uma característica marcante da sua gestão como prefeito quase 20 anos depois: a retificação, alargamento e expansão de avenidas conectando diferentes pontos ao centro da cidade.

Em 1902, Pereira Passos assumia a prefeitura com a missão explícita de "consertar os defeitos da capital que afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional", conforme a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em maio de 1903 (Furtado, 2006, p.150). Sua indicação esteve, nesse sentido, intimamente ligada a toda uma trajetória

²⁷² [...] nomeada pelo imperador em 27 de maio de 1874, da qual faziam parte Jerônimo K.M. Jardim, Marcelino Ramos da Silva (Benchimol, 1990, p. 138)

profissional indissociável da produção discursos sobre a urbanização, os seus impactos na saúde pública e no cultivo da civilização:

[...] um engenheiro formado pela Escola Militar (1839-1874) – cujas origens remontam à Real Academia Militar, criada ainda no século XVIII, que objetivava a organização de um exército regular e de engenheiros ligados à política do Estado – e como tal fortemente influenciado pelas ideias de “progresso”, “civilização” e “ordem” que serviram de, [...], “argamassa” para as formulações teóricas desta e de outras instituições e, consequentemente, de seus alunos. Para compreender esse processo, foi preciso entender Pereira Passos como um indivíduo inserido em um conjunto de práticas, técnicas, habilidades e conhecimentos – materiais e sociais – que o tornou parte intrínseca do grupo ao qual pertencia: a elite intelectual, econômica e política do Império, engenheiro formado na primeira metade do século XIX na Escola Militar, aluno ouvinte da École des Ponts e Choses durante os intensos anos da reforma empreendida pelo engenheiro Eugénie Haussmann em Paris e imerso nas concepções cientificista e evolucionista de sua época (Furtado, 2006, p. 151).

Naturalmente, *O Rio Nu* não se furtou de representar tão importante figura de seu tempo. Em uma nota de rodapé, Carvalho (2018, p.336) afirmou que, ao pesquisar pelo nome de Pereira Passos no bissemanário, “a grande maioria das ocorrências com seu nome não traziam críticas à sua política ou à sua pessoa”. Segundo a pesquisadora, embora tenha criticado a “proibição de foguetes”, de modo geral, *O Rio Nu* teria louvado o Prefeito, elogiando “a agilidade de suas obras” e até repercutindo “o aborrecimento do ex-prefeito ao ver suas ordens não continuarem sendo seguidas com o fim do seu governo” (Carvalho, 2018, p.336). Aparente “defesa” que, de acordo com Carvalho, pode ser interpretada como “proveniente da adesão dos editores ao projeto de transformação do Centro do Rio de Janeiro em espaço pedagógico da civilização” (Carvalho, 2018, p.336).

Longe de disputar a hipótese de Carvalho (2018) sobre a prevalência de discursos favoráveis a figura de Pereira Passos, pretendo aqui, no entanto, densificar a análise das representações d’*O Rio Nu* do citado prefeito carioca e dos processos de modernização urbana colocados em curso durante o seu mandato. Este objetivo decorre do fato de que muitas composições do bissemanário, mesmo aquelas que inicialmente parecem elogiosas, utilizam figuras de linguagem e duplos sentidos que desvelam doses de ambivalência, inclusive no tocante às dinâmicas de competição, violência e hierarquia características das relações entre homens — aspectos pouco visibilizados em trabalhos anteriores sobre o bissemanário.

A força física, a agressão, a oratória, a ostentação financeira e outros fatores culturalmente específicos (como habilidades manuais, intelectuais, potência sexual e aparência física) foram e ainda são elementos que podem ancorar a construção de determinados projetos de masculinidades, conforme apontam Connell (1995, etc) Almeida (1995), Leczneski (1995)

e Welzer-Lang (2001). Esses elementos podem servir como sinalizadores sociais desejáveis e até invejáveis de projeção viril. No entanto, isso não significa que a recepção de exposições de virilidade por outros homens, sobretudo nos contextos altamente competitivos de suas relações, não provoque também instâncias de desconforto e ambivalência, mais ou menos sutis. A exemplo disso, foi observado que, em diferentes medidas, expressões de admiração, mas também de emasculação parecem ter permeado os discursos d'*O Rio Nu* sobre Pereira Passos, um dos principais nomes ligados aos projetos de modernização urbana da Capital Federal no início do século XX.

Tais doses de ambivalência são compreensíveis, afinal, na época, os códigos de virilidade e a autoridade patriarcal podiam ser afirmados através do uso de violência para com mulheres e com outros homens. Pereira Passos foi representado como uma figura masculina cujo potencial violador abarcava até a materialidade da cidade,

Semana Despida
O nosso bom prefeito continua,
A arrombar a cidade aqui e ali,
A cada canto abrindo nova rua,
Embasbacando de alegria os povos,
É natural não acham, porventura,
Que arrombe, fure e abra caminhos novos
Um cidadão que está com a ditadura!
(O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p.2)

Na edição de 2 de maio de 1903, os versos da "Semana Despida" comentavam a gestão de Pereira Passos, repercutindo o início dos seus bota-abaixos e o autoritarismo da sua gestão desde o seu princípio. De acordo com Benchimol (1992) e Sevchenko (2018), para viabilizar os seus planos de remodelação urbanística da Capital o presidente Rodrigues Alves concebeu, primeiro, uma série de instrumentos jurídicos e financeiros. Esse arranjo viabilizador incluiu medidas de arrocho fiscal, centralização administrativa e a alterações na organização do Distrito Federal. Sevchenko (2018, p. 65) afirma que parte desse movimento foi motivado por exigências do próprio Pereira Passos. Antecipando a extensão das demolições e obras que deveria executar na capital, a rapidez com que era esperado que assim o fizesse e prevendo as inevitáveis resistências e reações populares, Pereira Passos teria exigido maior liberdade de ação como condição para aceitar o cargo, temendo que sua empreitada pudesse ser dificultada por embaraços legais, orçamentários e/ou materiais (Sevchenko, 2018, p. 65).

Por meio da Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902, aprovada um dia antes da nomeação de Pereira Passos, Rodrigues Alves suspendeu o Conselho Municipal, órgão do Poder Legislativo da cidade, por 180 dias (Brasil, Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902). Essa norma

alterou a leis do Distrito Federal, reorganizando-as a partir de uma ampliação dos poderes do Executivo Municipal.

Nas disposições transitórias, além da implementação do recesso de seis meses do Conselho Municipal, Pereira Passos recebeu plenos poderes para demitir funcionários e até suspender aposentadorias. Para Américo Freire, a Lei nº 939, foi a “mais profunda intervenção produzida no sistema político administrativo da cidade”, visto que limitou a força de intervenção de poderes locais atuantes no Conselho Municipal:

Foi extinto o voto distrital e reduzido o número de intendentes de 27 para 10. Estes seriam eleitos por apenas um distrito eleitoral. O presidente do Conselho Municipal perdeu também a prerrogativa de substituir automaticamente o prefeito em caso de necessidade. O prefeito e seu substituto passaram a ser indicados pelo presidente da República, sem a anuência do Senado. Este continuaria apenas a apreciar os vetos do prefeito. O Conselho sofreria ainda redução nas suas atribuições político-administrativas (Freire, 2015, p.33).

Os mecanismos de possível oposição foram enfraquecidos, instituindo um período popularmente denominado por seus críticos como a “ditadura Passos”. No início do seu mandato o prefeito engenheiro pôde legislar por decretos, com exceção de criar e elevar impostos. Assim sendo, “a capital federal e a sua população foram submetidas, sem nenhuma consulta ou esclarecimento, a uma lei de exceção” (Sevcenko, 2018, p. 68). Esse autoritarismo era endossado pelos aliados do governo federal no Congresso. Em maio de 1903, o deputado Cassiano do Nascimento, líder da ala governista da Câmara Federal, chegou a propor um novo adiamento das eleições para o Conselho Municipal, prorrogando a inatividade do poder legislativo do Distrito Federal (Benchimol, 1990, p. 269). Na ocasião, Bernardo de Mendonça, um dos deputados opositores à proposta, clamou que caso fosse aprovada, essa prorrogação causaria um estado de sítio permanente na Capital; uma “ditadura permanente” (Benchimol, 1990, p. 269).

Naquele mês, nas páginas d’*O Rio Nu*, as reações de políticos cariocas que acusavam Pereira Passos de instituir uma “ditadura” serviram para várias troças de duplo sentido que aludiam ao órgão sexual masculino. Diante de alguns bota-abaxos já colocados em curso, o bissemanário glosou que Pereira Passos estava a “arrombar” a cidade, “a cada canto abrindo nova rua” associando tal ação ao fato de que ele sustentava a sua “ditadura” – termo usado tanto no sentido de regime autoritário, quanto em referência à uma ereção (dita dura).

Essa jocosidade, com o seu falocentrismo e alusões à penetração enquanto expressão positiva de hombridade, prescrevia a noção de que a masculinidade deveria ser, naturalmente, desejosa de vias alheais “arrombar”. Em uma consulta a um dicionário da época, verifica-se que esse verbo designava “fazer rombo a; romper; despedaçar; arruinar; vencer (De rombo)”

(Figueiredo, 1891, p. 134). O que, por sua vez, denota o caráter forçoso, até violento implícito aos usos desse vocábulo. A violência das transformações nos tecidos urbanos do Distrito Federal figurava, nesse sentido, equiparada a mácula projetada aos corpos receptáculos de penetração sexual.

De maneira geral, a perda da virgindade feminina na época era emblematicamente associada com a dor, o sangramento e a ruína irreversível de uma condição física²⁷³ caracterizada por um canal vaginal estreito, fechado e praticamente selado²⁷⁴ por um hímen (Esteves, 1989, p. 61; Carmo, 2019, p.187). Durante as três primeiras décadas do século XX, especialistas brasileiros em medicina legal produziram numerosos estudos sobre a morfologia feminina para distinguir seu suposto estado virgem, algo geralmente estabelecido pela análise da integridade hímen e pela averiguação da dilatação/alargamento do canal vaginal (Carmo, 2019, p. 187; Soithet, 1989, p. 332). Era, portanto, bastante difundido mesmo entre homens da ciência a noção que a frequente penetração peniana fosse capaz de alargar a mulher.

Isso explica por que, na citada edição da "Semana Despida", a cidade do Rio de Janeiro figurou feminilizada, “arrombada”, referida como uma “senhora” já “esburacada” demais para requerer respeitabilidade:

Mas a maior novidade,
Havida na municipalidade,
Foi o berreiro, que aí estão fazendo alguns sujeitos, muito convencidos,
De que estão defendendo a honra e a autonomia da cidade,
E mostram-se esses tais
Dispostos, *resolvidos*
A fazer bulha insana,
Para impedir que continua a dita-
Dura do Passos por um ano mais.
- “Pois (dizem eles à sociedade)
Assim o exige a honra da cidade!”
Ora, afinal, D. Sebastiana
Filha de Mem de Sá, senhora invicta

²⁷³ Historicamente o mito do “estado físico” da mulher virgem foi convencionado a partir de uma série de supostos sinais, como por exemplo o sangramento durante a primeira relação e/ou a ruptura do hímen após a primeira vez. Como se sabe hoje, nenhum desses fatores são de fato evidências precisas e/ou indiscutíveis para estipular se houve ou não uma primeira relação sexual. Atualmente, entende-se que, com o relaxamento adequado não é imperativo que haja sangramento algum. Em condições normais, o hímen tampouco é fechado, nem recobre por completo o canal vaginal; ou seja, é elástico, flexível, podendo se esticar com a de dedos, objetos, ou mesmo do pênis, sem que haja rompimento, e encontra-se aberto, possibilitando a saída de fluídos e secreções (Amorim, et al. 2022, p. 181). O que não significa que até hoje não seja bastante recorrente a visão errônea de que o hímen “intacto” seria um indicativo confiável de virgindade na mulher. Ver mais em: AMORIM, A. O.; GARCIA, D.; SOUSA, L. M. A. e. (Ir)rompimento do hímen: uma análise discursiva dos sentidos de virgindade feminina. Revista do GELNE, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 177–191, 2022. DOI: 10.21680/1517-7874.2022v24n1ID27449. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/27449>. Acesso em: 25 jun. 2024.

²⁷⁴ Já em finais do XIX havia médicos que observaram que práticas não sexuais também podiam acarretar o rompimento no hímen, todavia, esses mesmos profissionais advogavam que as moças fossem educadas de forma a preservarem esse importante indicativo de virgindade (Amorim, et al. 2022, p.18)

E que de capital nos faz as vezes,
 Não deve mais em honra nos falar,
 Assim como tanta ênfase, depois
 Que aguentou firme uma porção de meses
 A dita do prefeito,
 Julga, pois,
 Que alguém a honra possa conservar
 Após isso? Nem mesmo a virgolina
 Certas coisas a gente não restitui:
 Agora é prosseguir na sua sina,
 Já que provou a dita... continue
 Porquanto ao homem forte que a domina,
 Uma senhora séria não repele,
 Deve ficar com aquele que a venceu
 Se o Passos aguentou e não gemeu
 Um recurso só tem, casar com ele,
 Bem vê, no estado que ele a pôs agora,
 Com rua nova aberta e arrombada....
 Ninguém de certo, invicta senhora,
 Pode querê-la assim esburacada
 (O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p.2).

Nos versos, a Capital é referida como Sebastiana, nome alusivo ao padroeiro da cidade, São Sebastião.²⁷⁵ Em resposta aos opositores do governo de Pereira Passos, afirmava-se que, naquela altura, já não se podia mais falar de honra, pois Sebastiana já havia suportado a “dita” do prefeito por meses e “certas coisas não se restituem”. Passos, um homem branco, estudado, de família rica e boa posição social foi retratado como forte e dominador, enquanto a cidade, cujos contornos urbanos estavam começando a ser desmantelados por bota-abaxos, foi personificada como uma senhora que, após ter sua vontade vencida, tinha como único recurso “casar com ele”, isto é, submeter-se à sua vontade. Utilizada como figura de linguagem, a consumação sexual penetrativa — aparentemente tida como irrevogável e irreversível — foi subentendida n’*O Rio Nu* como um processo subjugante para a mulher e, ao mesmo tempo, virilmente afirmador para o homem.

A tensão instaurada na arena de gênero da época por projetos antagônicos de sexualidade para homens e mulheres²⁷⁶ resultava na formação simultânea de tipos sociais como

²⁷⁵ Em 1555, o território hoje compreendido pelo Rio de Janeiro foi o refúgio para os protestantes franceses, chamados huguenotes. Em 20 de janeiro de 1567 (Dia de São Sebastião), os portugueses conseguiram expulsar os huguenotes. Uma antiga lenda carioca conta que o próprio São Sebastião apareceu com uma espada na mão para lutar ao lado dos portugueses na batalha. Então o local foi batizado como São Sebastião do Rio de Janeiro. Posteriormente, o nome do santo seria suprimido da nomenclatura da cidade, mas São Sebastião permanece até hoje o seu Santo Padroeiro oficial.

²⁷⁶ Naquela época, era bastante comum idealizar as relações entre homens e mulheres como constituídas, por um lado, por um polo feminino, visto como o receptáculo da honra familiar e, por outro, por um polo masculino, frequentemente afirmado através de uma dupla moral que valorizava a conquista sexual. Para ver mais sobre essas idealizações, consultar: CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, ENGEL, M. G. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004, ESTEVES, M. A. Meninas Perdidas:

a mulher desgraçada, o patriarca desonrado e o conquistador viril — este último frequentemente exaltado em certos círculos justamente por desafiar os domínios masculinos de outros homens. Assim sendo, não era incomum o estabelecimento de dinâmicas triangulares de homosociabilidade que perpetuavam relações, práticas e rivalidades através de eixos femininos, cujas sexualidades acabavam servindo como arenas de disputa e afirmação máscula para os homens do seu convívio.

Transpondo esse arranjo social para a sua análise da remodelação urbana carioca, a “Semana Despida” convidava os defensores da honra de Sebastiana (em sua maioria nomes ligados à política carioca) a resignarem-se a aceitar o “casamento” da capital com Pereira Passos. Em outras palavras, embora houvesse algum reconhecimento do caráter violador do que estava ocorrendo — tanto à materialidade da cidade, descrita arrombada, quanto à autoridade/autonomia dos políticos locais, os defensores da sua honra —, esse processo era, àquela altura, demasiadamente irreversível e, como tal, comparável ao caso de uma donzela que por meses houvesse sido submetida a “dita” de algum homem forte.

Outro aspecto interessante dessa metáfora é o fato de que ela era poderia muito bem ter sido levada às últimas consequências pelo bissemanário. É flagrante que *O Rio Nu* não tenha, por exemplo, clamado perante a “desonra” de Sebastiana que os seus defensores buscassem uma reparação mais sanguinária — uma saída na época bastante popular entre homens que tivessem o recato das mulheres do seu círculo, de alguma forma violado²⁷⁷ (Soihet, 1989, p. 278). Entretanto, ao feminizar a capital e representá-la arrombada, *O Rio Nu* não o fez para propor uma reparação mais ferrenha, quiçá até violenta. Pelo contrário, a sua abordagem era bastante resignada perante a condição “esburacada” de Sebastiana — o que revela a adesão do seu autor, naquele momento, ao sonho da capital federal transformada, aburguesada.

Esse sonho de transformação chegou a ganhar forma na esperança de alçar a cidade à condição de “Primeira Cidade do Mundo”, algo expresso por outro colaborador na mesmíssima edição d’*O Rio Nu*, de fato na mesma página, mas em uma coluna diferente (“A Vida no Rio”):

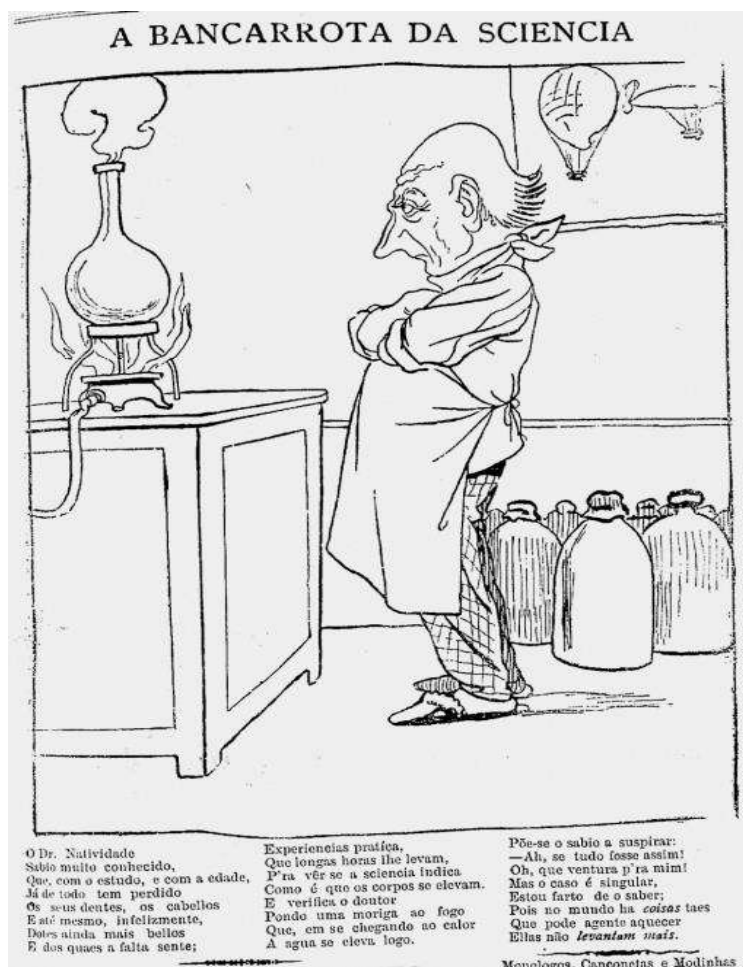
O grande caso é que o Sr. Passos é hoje o homem mais popular do Rio de Janeiro, e a nossa população, reconhecida faz votos para que ele, apesar de sexagenário, fique por muito tempo com a ditadura!

os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, MARTINS, A. P. V. Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. E-book, SOIHET, R. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁷⁷ Os crimes passionais eram bastante masculinos, apoiados na “tradição de um patriarcalismo brasileiro, onde a honra foi sempre lavada com sangue — a honra dos maridos traídos como a de pais cujos filhos foram desleais ou a de coronéis indignados com a traição dos seus capangas” (Soiht, 1989, p.278).

O Rio de Janeiro está se transformando, e nenhuma outra cidade tem tantos elementos para ser a primeira do Mundo. Peço A Deus, todos os dias, que me faça chegar à idade do Sr. Visconde de Barbacena ou Sra. Suzana Castera, para ver o que será o Rio de Janeiro de hoje a oitenta anos (O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p.2).

Referindo Pereira Passos como “o homem” mais popular do Rio de Janeiro, o trecho da coluna novamente projetava um duplo sentido malicioso na palavra “ditadura”. Em 1900, a expectativa de vida no país era de, em média, 33,7 anos (Kalache, 1987, p. 219). Naquele contexto, Pereira Passos, com 66 anos, podia ser facilmente encarado como um senhor de longevidade invejável. Porém, a inveja em relação a longevidade masculina não era algo recorrente no bissemanário. Mais do que celebrar a velhice masculina, nas páginas d’*O Rio Nu* o que prevaleceu foi a zombaria com os senhores de idade, em geral representados como tristes e frustrados por não conseguirem mais manter seus falos eretos. Um exemplo disso foi o “Dr. Natividade”, um cientista enrugado, calvo, com os poucos cabelos que lhe restavam brancos, e que, frustrado, constataria que algumas coisas simplesmente “não se levantam mais” com a idade (figura 46):

FIGURA 46: “A bancarrota da Ciência”. O Rio Nu, 01/07/1903, ed.520 p.5²⁷⁸

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1903_00520.pdf.

Segundo Peçanha (2013, p. 77), desde o século XIX o tema da reprodução foi amplamente debatido por médicos e intelectuais, ganhando ainda mais relevância no século XX, quando o tema da infecundidade foi atrelado “aos debates sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie”. De acordo com a pesquisadora, a impossibilidade da “posse sexual do corpo feminino” popularmente associada à impotência sexual masculina levou *O Rio Nu* a abordá-la de maneira bastante achincalhadora, em especial ao mencionar a faixa etária masculina mais vulnerável à disfunção erétil: a terceira idade (Peçanha, 2013, p. 78). Pereira

²⁷⁸ Legenda da Imagem: “O Dr. Natividade/ Sábio muito conhecido / Que, com o estudo, e com a idade; / Já de todo tem perdido / Os seus dentes, os cabelos / E até mesmo, infelizmente, / Dotes ainda mais bellos/ E dos quais a falta sente; / Experiências práticas, / Que longas horas lhe levam, / Para ver se a ciência indica, / Como é que os corpos se elevam. / E verifica o doutor/ Pondo uma moringa ao fogo / que, em se chegando ao calor / A água se eleva logo. / Põe-se o sábio a suspirar:/ — Ah, se tudo fosse assim! / Oh, que ventura para mim! / Mas o caso é singular, / Estou farto de o saber: Pois no mundo há coisas tais/ Que pode a gente aquecer/ Elas não *levantam* mais.”

Passos, por outro lado, parece ter escapado dessa chave representativa, apesar de sua idade bastante avançada para os padrões da época.

Embora a suspensão do Conselho Municipal tenha sido uma iniciativa federal, muitos colaboradores do jornal bissemanal parecem ter atribuído positivamente a dureza dessa medida à figura de Pereira Passos. Essa defesa entusiástica pressupunha que o autoritarismo do prefeito engenheiro poderia acelerar o progresso da cidade rumo a uma posição de destaque no cenário internacional, tornando-a "A primeira do Mundo" — quiçá em menos de um século (O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p. 2). Paradoxalmente, tamanho otimismo pode ter decorrido justamente de um sentimento de descrença, na época bastante generalizado, da classe jornalística em relação à classe política tradicional carioca.

Embora tenha ocupado cargos técnicos no setor público, na ocasião de sua posse, Pereira Passos se beneficiou da imagem de alguém apartado do jogo político tradicional, “uma figura associada à técnica e não à política” (Azevedo, 2016, p. 169). Esse suposto distanciamento, de acordo com importantes diários cariocas da época²⁷⁹, o tornava o “*right-man*” para reformar a capital — opinião estampada com todas as letras n’O Paíz um dia após a nomeação do prefeito engenheiro:

[...] não se compreende muito facilmente como a cidade está tão descurada, ao saber-se a cifra a que atinge sua renda, bastante para ter já operado uma transformação radical da sua fisionomia, se tivesse encontrado administradores de regular envergadura. Ao Distrito Federal tem faltado positivamente um homem. É verdade que os presidentes da República nunca compreenderam bem a necessidade de dar à capital do Brasil os progressos materiais que a sua civilização reclama e o crédito da União impõe, e assim foi que nomeação do prefeito obedeceu sempre as conveniências da amizade ou as sugestões da política, e nunca ao desejo de reformar energicamente a administração da cidade, de defender os interesses dos munícipes, o seu direito

²⁷⁹ Algo que pode ser observado em 4 dos 5 mais importantes diários da época. Não se pode averiguar apenas a posição do jornal do Comércio, pois não há exemplares desse período disponíveis. Dia 28 de dezembro de 1902, antes mesmo da nomeação oficial do novo prefeito, *O Correio da Manhã* afirmou que “A nomeação do ilustre engenheiro será, certo, acolhia com aplausos, porque ninguém mais nas condições de exercer o importante cargo do que o dr. Pereira Passos, de quem muito se deve esperar na administração municipal” (*O Correio da Manhã*, ano II, ed.566, p.1, 28/12/1902). Em 30 de dezembro de 1902, o *Correio* publicou outro artigo afirmando que ao indicar Pereira Passos, Rodrigues Alves havia escolhido “um homem sem ligações partidárias, que se tem distinguido principalmente como administrador. O presidente da República só se preocupou, na escolha, com os interesses da cidade, pouco se lhe dando das conveniências da politicagem, que tanto mal tem feito a administração municipal” (*O Correio da Manhã*, ano II, ed.568, p.1, 30/12/1902). No mesmo dia, em um artigo chamado “Esperança” *A Gazeta de Notícias* elogiou a suspensão do Conselho Municipal, defendendo que “os grandes dotes administrativos do notável engenheiro que se vai encarregar de gerir a cidade, poderão vencer, pouco a pouco, todas as barreiras, desbravando o caminho, por onde há de seguir, inalterável, não atendendo a sedução da politicagem, a trilha governamental traçada” (*Gazeta de Notícias*, ed. 354, ano XXIX, 30/12/1902, p.1). Naquele mesmo dia, *O Jornal do Brasil* deu a entender que a corrupção na forma de gratificações indevidas e trocas de favores acabariam com a posse de Pereira Passos. O periódico descreveu a agitação de “padrinhos e afilhados, protetores e protegidos” pela prefeitura no dia anterior a posse de Pereira Passos, por parte daqueles que tentavam se beneficiar dos “últimos atos” do prefeito interino seu predecessor (*Jornal do Brasil*, ano XII, ed. 364, 30/12/1902, p.1).

de ver aplicada em obras de real utilidade a grande soma que lhe pagam anualmente. A prefeitura foi sempre uma instituição política, e os prefeitos, intendentes, deputados do Distrito não procuravam na sua quase totalidade, senão garantir a sua influência, amparar grupos partidários, favorecer candidaturas, aumentar, com os seus desmandos e as suas proteções as despesas do município sacrificado. [...]

Ao nomeado sobram qualidades que justificam as esperanças da população. Energético, superiormente preparado, com um excepcional tino administrativo, sem outras ambições que não sejam as de bem servir o seu país e de dignificar seu nome, o Dr. Passos afigura-se ser o *right-man* que todos queriam ter a testa da administração municipal (O Paíz, ed. 6657, 30/12/1902, p.1, ano XIX,).

Mesmo em um veículo da imprensa respeitável e séria, é notório como a crítica às gestões prévias da capital recorria a um discurso bastante masculinista, sugerindo que apenas um verdadeiro “homem” teria a “envergadura” necessária para solucionar a situação “descurada” do Distrito Federal. Percebe-se, portanto, que ao exaltar a “dita dura” de Pereira Passos, certos colaboradores d’*O Rio Nu* apenas repercutiam — ainda que de forma consideravelmente mais maliciosa — masculinismos não incomuns entre comentaristas políticos da época. Trata-se de um campo no qual até era admissível representar importantes instituições com alegorias femininas, mas que se mantinha permeado por clamores por líderes “positivamente” masculinos para conduzi-las. Poucas coisas foram tão positivamente masculinas nas páginas d’*O Rio Nu* quanto envergar um falo ereto, o que justifica porque o falocentrismo do bissemanário no tratamento da figura de Pereira Passos, pôde assumir formas bastante extremadas:

FIGURA 47: "Cavacos". O Rio Nu, ed.867, 27/10/1906, p.1.²⁸⁰

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1906_00867.pdf.

Na imagem, uma moça atraente e consideravelmente mais jovem que Pereira Passos demonstra espanto perante o “instrumento enorme” envergado pelo prefeito (figura 47). Embora estivesse mais vestido que ela, Pereira Passos empunhava uma parte significativa do cabo de sua picareta entre as pernas. Duvidando que alguém naquele mundo fosse capaz de aguentar tudo aquilo, a moça hesitava em manter relações sexuais com o sexagenário, muito embora sorrisse impressionada (figura 47). Publicada no final do seu mandato, em outubro de 1906, essa figura e sua legenda virilizavam o prefeito engenheiro, afinal, apresentava-o, apesar dos cabelos brancos, dotado de uma “picareta” grande que nunca relaxava, alargadora de “vias”.

Porém, ao notabilizá-lo como alguém quase que descomunalmente dotado, essa composição também nos remete a ambivalência constitutiva desse tipo de posituação falocêntrica extrema, geralmente atestada por alguma escala de brutalidade. “Cavacos... na alcova” repercutia a virilização da dureza com que o prefeito engenheiro conduziu suas

²⁸⁰ Legenda da Imagem: “— Homem! Que é isso? Que instrumento enorme/ O que o doutor, agora, me apresenta! / Vá saindo! Não venhas! Que disforme/ Troço! Quem, diabo, neste mundo o aguenta!?! — Este instrumento, filha, eu não relaxo;/ este instrumento é o encanto dos meus dias;/ é a picareta com que boto...abaixo! / É a picareta com que alongo... as vias!”

reformas da capital, postura que lhe foi possibilitada por uma série de arranjos políticos desenhados para centrar na sua figura as decisões dos rumos da capital durante o seu mandato.

O Conselho Municipal carioca voltou à ativa em julho de 1903. Nesse mesmo mês os aliados do governo federal no Congresso prontamente começaram a discutir uma reforma da lei orgânica do Distrito Federal, visando novos cerceamentos aos poderes dos conselheiros municipais. Essa reforma foi aprovada com várias modificações,

transformando-se no referido Decreto n. 1101 de 19 de novembro de 1903. Ela removeu vários obstáculos legais que comprometiam a viabilidade dos melhoramentos da capital, e proporcionou a Pereira Passos os poderes e atribuições necessários para dar efetivamente início as obras, até então executadas de maneira muito lenta. O decreto autorizou-o a contrair o empréstimo de 4 milhões de libras, com o prazo de 50 anos; a permutar ou vender em hasta pública as sobras de terrenos e prédios adquiridos ou desapropriados para a abertura de ruas e praças, independentemente de autorização do Conselho Municipal (a lei anterior exigia votações em dois anos sucessivos para que a municipalidade pudesse alienar terrenos); a contratar a exceção de serviços de melhoramentos; resolver sobre demandas e acordos; regulamentar a abertura de ruas; aceitar doções e dividir o Distrito Federal em circunscrições fiscais e organizar a estatística municipal. Entretanto o decreto conservou em mãos do legislativo uma atribuição importante – a aprovação do orçamento – que lhe serviria, daí por diante, como arma de pressão ou barganha com o executivo (Benchimol, 1990, p.270-271).

Aportado pela reforma da lei orgânica e eventualmente tendo de barganhar com o Conselho Municipal, em 1904 Pereira Passos acirrou o seu “alargamento” das vias de Sebastiana. A elaboração do plano de intervenções ficou a cargo de uma comissão encabeçada por Alfredo Américo de Souza Rangel que, sob comando do prefeito engenheiro, propôs uma nova Carta Cadastral para o Distrito Federal²⁸¹, projetando expandir suas antigas artérias urbanas e o abrir de novas para diminuir distâncias, contornando obstáculos naturais e unindo diferentes pontos da cidade: norte-sul, leste-oeste, algumas em diagonal e outras de contorno do litoral. Segundo Pinheiro (2011, p. 127), a Diretoria de Saúde Pública e Higiene, o Ministério de Obras e Vias Públicas e o Clube de Engenharia — instituições que publicamente e entusiasticamente endossavam a remodelação urbana — também influenciaram esse projeto com suas ideias, o que, praticamente os converteu em “corresponsáveis pelas intervenções”.

A reformulação municipal da malha viária do Rio de Janeiro, detalhada em relatórios da Comissão da Carta Cadastral, incluiu cinco operações principais de remodelação (Azevedo, 2016, p.171-175). A construção de novas avenidas e o estabelecimento de vetores de conexão

²⁸¹ A Carta Cadastral do município ou Planta de Referência Cadastral Municipal estabelece oficialmente a área urbana do município e a sua subdivisão em distritos e setores. Serve de referência à codificação dos setores e das quadras fiscais.

entre diferentes pontos da cidade foram elementos fundamentais do projeto de reordenamento e “saneamento” da capital de Pereira Passos (Benchimol, 1990, p. 235).

Sua primeira intervenção visou aliviar o tráfego entre o centro e o sul da cidade. Para tanto, foi projetada uma avenida traçada entre o início da Rua Chile e o fim da Praia de Botafogo, margeando o litoral (Azevedo, 2016, p.172). Uma segunda operação procurou estabelecer uma ligação entre o litoral da região central e os bairros do oeste da cidade, formando uma linha que incluía as ruas da Assembleia e Carioca, praças Tiradentes e da República, ruas Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá (Azevedo, 2016, p.173). Essa linha de comunicação demandou o alargamento — demolindo todas as casas do seu lado par — das ruas da Assembleia e da Carioca, assim como o alargamento do trecho da Rua Frei Caneca desde a Praça da República até o canto da Rua General Caldwell, similarmente demolindo todos os prédios do lado par (Azevedo, 2016, p. 173).

A terceira operação viária prevista pela Comissão pretendeu ligar o litoral da região central aos bairros localizados no sentido norte e oeste da cidade. Para efetivar essa operação, foi construída a linha de comunicação pelo boulevard de São Cristóvão, rua Visconde de Itaúna, praça da República e rua Marechal Floriano Peixoto, que foi prolongada até o mar. Nesse processo, demoliram-se todos os prédios da rua de São Joaquim, alargando-a e prolongando-a até o Largo de Santa Rita, botando também abaixo os prédios do lado par da Rua Visconde de Inhaúma (Azevedo, 2016, p. 173).

Uma quarta intervenção viária teve como objetivo ligar a região portuária ao centro da cidade a partir do estabelecimento de duas outras grandes linhas de comunicação (Azevedo, 2016, p. 174). Para edificar a primeira, alargou-se a rua da Prainha até o alargamento da rua Uruguaiana terminando no largo da Carioca (Azevedo, 2016, p. 175). A segunda foi formada pelo prolongamento da rua Sacramento, até alcançar a rua Camerino e o alargamento desta até o cais da Saúde (Azevedo, 2016, p. 175). Por fim, a quinta intervenção viária mirou articular os bairros da região sul com aqueles no sentido oeste da cidade, o que motivou a construção de uma ampla avenida entre o Largo da Lapa e a Rua Frei Caneca, na esquina da Rua de Santana, passando sobre os Arcos da Carioca (Azevedo, 2016, p.175).

Foi estabelecido, portanto, um novo arranjo radial de avenidas e linhas de comunicação (Pinheiro, 2011, p. 130) que visava assegurar as comunicações dentro da área do Centro; entre a zona portuária e o Centro; entre as zonas portuária, ferroviária e industrial de São Cristóvão; entre o Centro e os novos bairros da Zona Sul por um lado, e entre a Zona Norte e os subúrbios por outro; e, por fim, entre a Zona Sul e a Zona Norte. Com a derrubada de quarteirões inteiros ou pelo menos dos edifícios de um dos lados das ruas alargadas, foi introduzido um novo apelo

estético as vias cariocas reformadas: “o perfil convexo da caixa da rua com as sarjetas nas laterais e os cruzamentos chanfrados ou em curvas” com calçadas “mais amplas e regulares, adornadas com árvores e postes de iluminação”, enquanto, por baixo, passavam “tubulações de água, gás e esgoto, além dos coletores de águas pluviais” (Pinheiro, 2011, p.131).

De acordo com Azevedo, (2015) estas cinco operações viárias traduzem como o projeto civilizatório do prefeito engenheiro para o Rio de Janeiro esteve diretamente ligado à ambição de concretizar na capital uma visão organicista de cidade. Nesta, seu “órgão principal, emanador da civilização no corpo urbano”, seria a sua área central:

Pereira Passos considerava que o papel de espaço exemplar da civilização caberia ao Centro do Rio de Janeiro, pois nele estariam a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, o comércio, os teatros, teatros líricos, a Escola de Música, a Escola de Belas Artes e todas as principais referências da cultura europeia na cidade. O prefeito reforçou esse papel do centro urbano, construindo nele o Teatro Municipal, o aquário público e reformando diversos jardins e praças do Rio de Janeiro. O aquário público fora construído no centro da cidade, bem como a maior parte dos parques e jardins, nos quais Pereira Passos colocou coretos com bandas de música para tocar em alguns fins de semana, a fim de oferecer lazer aos cidadãos no centro da urbe. Ainda, agiu de maneira mais vigilante e rigorosa nessa área quanto à fiscalização do cumprimento das posturas municipais (Azevedo, 2003, p. 40)

Tentando concretizar essa visão, por anos a cidade se converteu em um monumental canteiro de obras (Pinheiro, 2011, p.130). Ao final do período de 1902 a 1906, entre as intervenções realizadas pela Prefeitura, pelo Governo Federal e as demolições de imóveis condenados pela Saúde Pública, um total de 2.240 edificações foi atingido, resultando em aproximados 36.900 desalojamentos (Vaz, 1985, p. 226). Foram tempos de reorganizações radicais do espaço urbano carioca²⁸², um período decisivo para reformulação da imagem

²⁸² De acordo com o Instituto Pereira Passos as principais obras da administração do prefeito engenheiro foram em 1903, a inauguração do Pavilhão da Praça XV; prolongamento da Rua do Sacramento (atual Avenida Passos) até a Rua Marechal Floriano; inauguração do Jardim do Alto da Boa Vista; início do alargamento da antiga Rua da Prinha — atual Rua do Acre. Em 1904, término do alargamento da antiga Rua da Prinha — atual Rua do Acre, demolições do morro do Castelo; construção do Aquário do Passeio Público; Melhoramento da Rua 13 de Maio. Em 1905, início da construção do Theatro Municipal; inauguração da nova estrada de rodagem da Tijuca; alargamento e prolongamento da rua Marechal Floriano até o largo de Santa Rita; decreto de alargamento da Rua do Catete; alargamento e prolongamento da Rua Uruguaiana; Decreto de construção da Avenida Atlântica em Copacabana; inauguração da Avenida Central (atual Av. Rio Branco), marco da Administração Pereira Passos; inauguração da Escola-Modelo Tiradentes. Decreto de abertura da Rua Gomes Freire de Andrade, entre a Rua do Riachuelo e a do Núncio; Decreto de abertura da Avenida Maracanã. Em 1906, alargamento da Rua da Carioca (janeiro e fevereiro); inauguração da fonte do Jardim da Glória; inauguração da nova Fortaleza na Ilha de Lage; inauguração do palácio da exposição permanente de São Luiz (futuro Palácio do Monroe); inauguração do alargamento da Rua Sete de Setembro no trecho entre a Av. Central e 1º de Março; conclusão da obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro e do Canal do Mangue; inauguração das obras de melhoramento e embelezamento do Campo de São Cristóvão — jardim e escola pública; inauguração da Avenida Beira-Mar; melhoramento do Largo da Carioca; inaugurações dos quartéis do Méier, da Saúde, São Cristóvão e Botafogo; aterramento das praias do Flamengo e Botafogo, com construção de jardins; Construção do Pavilhão Mourisco, em Botafogo; construção do Restaurante Mourisco, próximo à estação das barcas, no Centro; melhorias no abastecimento de água para a capital. Além destas, merecem registro: melhoramentos da zona suburbana do

pública da capital de “cidade pestilenta”, em 1902, para “cidade maravilhosa”²⁸³, em 1908 (Azevedo, 2016, p.280).

No entanto, esse processo também legou ao agravamento de problemas sociais, em especial, para os cidadãos mais socialmente vulneráveis (Benchimol, 1990, p. 231; Vaz, 2002, p. 54; Pereira, 2011, p.134).

Desde 1869, pelo menos, dados oficiais apontam que vinha crescendo o número de residentes de habitações coletivas — como cortiços, estalagens e casas de cômodos —, passando de 9,65% para 20% da população carioca em 1891 (Vaz, 2002, p. 36). Essa concentração populacional em modalidades, muitas vezes, pouco salubres de habitações multifamiliares era sintomática de um grave déficit habitacional entre os cariocas (Vaz, 2002, p. 36). No início do XX, a construção de tantas avenidas, praças e prédios, apesar de gerar empregos ligados ao setor da construção civil (Abreu, 2004, p.165), provocou também o acirramento dessa crise, com todas as suas sequelas: aumento dos aluguéis²⁸⁴, superlotação e deterioração das condições higiênicas de moradias coletivas que resistiram aos bota-abaixos e o recrudescimento da ocupação irregular dos morros centrais²⁸⁵ (Benchimol, 1990, p. 231; Vaz, 2002, p. 53).

Tal conjuntura não foi sanada pelas contramedidas da gestão municipal ao problema da moradia no distrito federal:

Distrito Federal; saneamento da Cidade; arborização de diversas áreas da cidade; renovação do calçamento da cidade; e inauguração de calçamento asfáltico na capital; alargamento da Rua Camerino; abertura da Avenida Salvador de Sá; canalização do Rio Carioca (da Praça José de Alencar ao Cosme Velho); construção da Avenida Atlântica; inauguração da Escola-Modelo Rodrigues Alves, no Catete; liberação de verbas para a construção da Biblioteca Nacional; início da construção do novo edifício da Escola Nacional de Belas Artes; e início das obras do edifício do Congresso Nacional.

²⁸³ Segundo Azevedo (2016. P.280): “O efeito da Grande Reforma Urbana foi decisivo para reformulação da imagem pública da cidade. Uma reflexão mais detida não pode deixar de registrar essa transformação simbólica, que dificilmente seria obtida em um período de tempo tão curto, não fosse a efetivação dessas ações reformadoras articuladas. De “cidade pestilenta, o Rio de Janeiro passa a “cidade maravilhosa” em 1908, alcunha que, segundo José Murilo de Carvalho, por conta da expressão extasiada de uma francesa que chegava ao Rio de Janeiro “C’est une ville merveilleuse!”, e que teria sido reverberada na imprensa da capital pelo escritor Coelho Neto.

²⁸⁴ Também segundo Lia Aquino de Carvalho (1995, p.136), à época da administração de Pereira Passos, encontrávamos um pedreiro ganhando uma diária de 7\$ a 9\$, um carpinteiro, de 8\$ a 10\$, um canteiro de 9\$ a 12\$, um calceteiro, de 4\$ a 5\$, um servente de 3\$ a 4\$, trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$. Enquanto isso, não se encontrava alojamento por menos de 20\$ mensais, preço de um quarto em casa de cômodos, sendo que uma família que necessitasse de um alojamento maior, o de duas peças, por exemplo, cobravam 35\$ mensais. Por uma casinha de cortiço, pagava-se a quantia de 50\$ a 60\$ e as casas de avenidas então, tornaram-se verdadeiro, luxo, devendo-se pagar por elas a exorbitante quantia de 80\$ a 100\$.

²⁸⁵ Em meio aos bota-abaixos, muitos cariocas optaram por subir os morros centrais, construindo ali casebres de infraestrutura precária (Vaz, 2002, p. 59), mas também sem qualquer obrigação para com as normas municipais ou “a classe de especuladores capitalistas” (Carvalho, 1995, p.136). Todavia, a gênese da favela carioca não decorreu das reformas de 1902-1906. Diferentes pesquisas localizam o começo da ocupação dos morros em finais do século XIX. De acordo com Valladares (2000), o Morro da Favella, embora frequentemente referido como a primeira favela, não foi o primeiro morro ocupado, visto que outros datam seu povoamento por volta de 1881 e a ocupação do Morro da Favella data de 1897.

Ao não apontar solução adequada ao histórico problema habitacional carioca – as vilas operárias de Pereira Passos ficaram longe de responder à altura da gravidade e da demanda desse problema urbano –, a Grande Reforma Urbana colaborou no processo histórico de aprofundamento da crise habitacional do Rio de Janeiro, deixando essa contradição como um dos seus legados, que nos chegam até os dias atuais (Azevedo, 2016, p. 284).

A hipótese de que o programa de reformulação urbana de Pereira Passos, à semelhança da reforma de Haussmann, visou a expulsão das camadas populares do centro da cidade permeou a produção historiográfica sobre o tema, especialmente a produzida na década de 1980²⁸⁶. Contrapondo-se a essa abordagem, André Nunes Azevedo (2016, p.262) defendeu que, embora não haja dúvida quanto ao agravamento da crise habitacional causado pela reforma, Pereira Passos não teve meramente o objetivo de expulsar os pobres do centro, mas sim tornar essa região um “espaço pedagógico” — onde, inclusive aqueles com menor poder aquisitivo, poderiam ter acesso a padrões de civilidade de matriz europeia. A tese elucidaria, por exemplo, porque a mais populosa freguesia do centro da cidade, a de Santana — local com grande população em situação de extrema pobreza e o maior números de cortiços da área central —, não sofreu bota-abaixo algum durante as reformas urbanas de 1903–1906 (Azevedo, 2016, p. 262).

Em outras palavras, a prefeitura não pretendeu remover a “arraia-miúda” do centro, mas efetivar entre os cariocas como um todo o aprendizado de um *ethos* civilizado (Azevedo, 2016, p. 284-285). Sobre esse projeto, Carvalho (2018, p. 214) pontua que o centro do Rio de Janeiro, “entendido como espaço pedagógico, acentua o caráter produtivo das relações de poder, isto é, não apenas a exclusão e sim a produção de subjetividades normatizadas”. Na tentativa de produzir tal normatização, Pereira Passos instituiu medidas hostis à cultura urbana tradicional da cidade, especialmente às práticas das camadas populares. O prefeito sexagenário Nunca foi capaz de compreender a singularidade do caráter da cidade: “Daí os resultados apenas parciais que obteve a sua reforma urbana” (Azevedo, 2016, p. 286).

Para promover o progresso por meio de ações civilizadoras, mesmo antes de reformar a materialidade da cidade, o prefeito engenheiro implementou uma série de Posturas Municipais. Logo no início do seu mandato, estipulou regulamentos que visavam fomentar uma nova ética de utilização do espaço urbano e costumes alinhados aos códigos burgueses de civilidade. Foram reforçadas as interdições ao entrudo, proibido andar descamisado, sem paletó e/ou descalço, escarrar na rua e nos bondes, a circulação de cães de rua, a esmola, fazer fogueiras nas ruas da cidade, soltar fogos de artifício, soltar balões, expor carnes à venda pelas ruas, o

²⁸⁶ Entre os principais trabalhos dessa historiografia devem ser destacados os de Jaime Larry Benchimol, Lia de Aquino Carvalho, Maurício de Abreu, Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão e Oswaldo Porto Rocha.

trânsito de vacas leiteiras e a venda ambulante (Del Brenna, 1985). Ao mesmo tempo, Pereira Passos tentou incentivar a importação de novas práticas, como as batalhas de flores ou, ao derrubar os quiosques do centro da cidade, estimular a abertura de lojas para o chá da tarde, bem à moda inglesa (Azevedo, 2016, p.205).

Baseando-se em uma ideia de civilização exógena à realidade carioca, a administração de Pereira Passos desconsiderou elementos chaves da historicidade da capital. Durante o século XIX, o Rio de Janeiro foi o maior centro de trabalho cativo urbano do Brasil e, na virada para o XX, era marcado “por uma miríade de culturas não europeias, ou mesmo europeias rurais, distantes dos padrões de civilidade urbana” idealizados pelo prefeito engenheiro (Azevedo, 2016, p. 284). Historicamente, a cidade foi sustentada pela prestação de serviços na lógica da “economia da salvação diária”, mantendo-se, mesmo após o advento da República, repleta de carregadores de pessoas e mercadorias, camelôs que berravam pelas ruas, vendedores de leite de porta em porta com suas vacas, acompanhados por tantos outros que vendiam miúdos, jogos de azar, bebidas, quitutes e toda sorte de quinquilharias, de sapatos a brochuras sensacionais (Azevedo, 2016, p. 285; Velloso, 2015, p. 43; El Far, 2004, p.).

Nas páginas d’*O Rio Nu*, ninguém sentiu mais a “dureza” de Pereira Passos do que o Vagabundo, tipificação do bissemanário do homem despossuído e malandramente viril:

– O dono quase sou da Rua do Ouvidor.
E o prefeito não tem força aparelhada
Para mandar que eu pinte a frente da sacada!
Que terra, Santo Deus! Azar e desgraceira!
O Passos na intendência é tenebrosa asneira!
E o sujeitinho quer; (enorme cara dura!)
Ficar um ano mais com a rija ditadura!
Se sem ela o doutor tem feito o que tem feito,
O que fará com a dita o raio do sujeito?
É capaz de esfolar, de um modo carnicheiro,
Toda a população do Rio de Janeiro!
Vou plantar, oh! Se vou! Feroz revolução!
Meu jornal romperá em franca oposição
E tal bulha fará na pena e no cacete,
Que logo acordará o *arara* do Catete!

– Vagabundo (*O Rio Nu*, ed. 519, 27/06/1903, p.7)

O excerto foi retirado da seção “Revista Carioca” d’*O Rio Nu*, onde, através de diálogos com uma prostituta chamada Suzana (uma referência à famosa cafetina carioca), o Vagabundo comentava “de tudo” o que se passava na cidade e “especialmente das cocotes e dos rapazes boêmios, desvendando com graça os assuntos locais e apontando os defeitos” (*O Rio Nu*, ed. 516, 17/06/1903, p. 2). Contrariando o entusiasmo de seus colegas de folha com os alargamentos promovidos por Pereira Passos, o Vagabundo temia o que o doutor faria caso continuasse com sua “rija ditadura” ” (*O Rio Nu*, ed. 516, 17/06/1903, p. 516, p. 2). O malandro

também se recusava terminantemente a pintar a frente da sua sacada. Apesar da bravata, o Vagabundo se mostrava temeroso de ser esfolado pela "dita" do prefeito e despido, portanto, da admiração constatada em outras composições do bissemanário, elogiosas aos alargamentos de Sebastiana. Ele chegou a prometer que seu jornal faria uma "franca oposição", capaz de chamar a atenção até de Rodrigues Alves (o "arara do Catete") para os desmandos de Pereira Passos.²⁸⁷ Essa dimensão opositiva, todavia, nunca se generalizou n'O *Rio Nu*, apesar de, ocasionalmente, Vagabundo continuar a ser representado amargando as mudanças instituídas pela prefeitura.

Meses depois, o Vagabundo acabou perdendo o seu querido Joli devido à medida municipal de captura de cães de rua. Tratava-se de um "cão francês" que ele havia comprado há menos de um mês quando foi levado pela carrocinha. No "Teatro do Rio Nu" da edição do dia 02 de setembro de 1903, a cançoneta do Vagabundo "Pela Cachorrada" relatava a sua tristeza em ter tido o seu "Joli" expulso do bonde elétrico e jogado na rua, local onde foi capturado por uma "carroça com cachorros dentro", pois estava cruzando publicamente com uma cadelinha no cio (O *Rio Nu*, ed. 538, 02/09/1903, p.5).

Tendo testemunhado a captura, como o trecho a seguir atesta, O Vagabundo nada pôde fazer,

Quente como brasa,
Tendo os membros lassos,
Disparei para casa,
Maldizendo o Passos!
Muito descontente,
Fui chorar na cama,
Que é lugar mais quente!
Au! Au! A!
Ih! Ih! Ih! Ih!
Eu não encontro, nem a pau,
Um cão melhor que o meu Joli!
Ih! Ih! Ih!
Au! Au! Au! Au!
Ai meu Joli, Joli, Joli! (O *Rio Nu*, ed. 538, 02/09/1903, p.5)

Cançonetas eram canções ligeiras, populares, publicadas pelo bissemanário para serem reproduzidas por seus leitores para divertir seus ouvintes, nem que às custas da própria desgraça.

Impotência, revolta, frustração. O fato de um tipo popular ter ocasionalmente figurado como violentado pela "dita" de Pereira Passos, explicita-nos algum nível de interlocução d'O *Rio Nu* com a vulnerabilidade de certos grupos em meio ao embelezamento autoritário da

²⁸⁷ De acordo com o Dicionário Moderno de Bock, Arara era "Adjetivo de atrapalhão. Sujeito bocó" (Brito, 1903, p.7 *apud* Preti, 1984, p. 212)

capital — algo que nunca escalou para um posicionamento crítico generalizado e/ou contundente. De fato, três meses depois do infortúnio de Joli, o bissemanário novamente celebrou que D. Sebastiana estava “contente”, pois com o anúncio da construção de mais uma nova avenida planejava-se alargar tudo o “quanto ela tem de estreito”, “enchendo-a de ar, luz e vivacidade” (O Rio Nu, ed.564, 02/12/1903, p.1), e em uma crônica no ano seguinte chegou a repreender aqueles que reclamavam da poeira das demolições (O Rio Nu, ed. 616, 01/06/1904, p.1). No entanto, as eventuais interlocuções críticas de tipos populares as reformas n’*O Rio Nu*, evidenciam-nos uma realidade social sob radical intervenção, ao ponto em que mesmo entre círculos majoritariamente entusiastas do “melhoramento” da capital como parece ter sido a sua redação, pôde haver alguma ciência dos limites do projeto normatizador levado a cabo por Pereira Passos.

O espectro de atributos viris projetados pelos colaboradores do bissemanário aos seus personagens, e mesmo às suas próprias personas, incluía tanto a performance de refinamento e o gosto pelas frivolidades da civilização quanto alguma medida de malandragem e a burla das regras e convenções sociais — em especial na forma de consumação de prazeres ilícitos e da ofensa às prescrições sexualmente puritanas de civilidade burguesa. Deste modo, a exaltação da estética urbana moderna e das novas modalidades de sociabilidade e refinamento inauguradas pelo “embelezamento europeizante” da Capital pôde coexistir n’*O Rio Nu* até mesmo com narrativas que erotizavam justamente a afronta à compostura e à ética urbana que deveria ser pedagogicamente promovida pelo centro renovado.

Em 15 de julho de 1903, frente aos preparativos para a primeiras batalhas de flores da capital — festividade que o município preparava para agosto daquele ano —, *O Rio Nu* afirmou que o Dr. Passos certamente seria exitoso, pois com certeza no evento se reuniriam muitas pessoas “às voltas com flores brancas” — expressão popular que, na época, referia às secreções de cor esbranquiçadas sintomáticas de infecções sexualmente transmissíveis. Zombava-se vulgarmente, assim, de uma festividade que na época era considerada por muitos como refinada e decorosa.

Criada na França em 1886, a festividade da batalha de flores contou com entusiastas locais desde finais do XIX, pois era vista como um evento de especial requinte e beleza. Em 1888, por exemplo, o jornal *O Mercantil* sugeriu a prática como uma alternativa mais “civilizada” ao tradicionalíssimo entrudo, “com seu cortejo de fluxos e selvagerias” (O Mercantil, ed.5, 25/01/1888, ano XXXII, p.1).

Tradição de origem ibérica, o entrudo consistia em uma brincadeira geralmente realizada três dias antes da Quaresma. Seus participantes lançavam uns nos outros farinha,

limões de cheiro²⁸⁸ ou mesmo água, utilizando baldes ou seringas. Em 1888, uma alemã, Ina Von Binzer, horrorizada com a prática descreveu como ela envolvia todo tipo de carioca — “senhores elegantes, mulatinhos sujos [sic], caixeiros, vadios e até senhoras nas sacadas pareciam transformadas em demônios, rindo-se todos juntos” (Binzer, 1980, p.85). Era um momento permissivo, com algumas doses de transgressão da rigidez dos códigos de boa conduta e suas prescrições sociais, e que admitia até mesmo certos contatos indecorosos. Como lembrou Machado de Assis em uma crônica para a *Gazeta de Notícias*:

Cheguei a lembrar-me, apesar de ir a caminho do céu, dos episódios de amor que vinham com o entrudo O limão de cera, que de longe podia escalavrar um olho, tinha um ofício mais próximo e inteiramente secreto. Servia a molhar o peito das moças; era esmigalhado nele pela mão do próprio namorado, maciamente, amorosamente, interminavelmente (*Gazeta de Notícias*, ed. 42, 12/02/1893, p.1)

Desde meados do século XIX, foram progressivas as tentativas de regradar os festejos anteriores a Quaresma e eliminar o entrudo (Araujo, 2020, p.17). Muitas das imagens que passaram a circular na imprensa sobre o entrudo com o intuito de exterminá-lo associavam-no ao atraso, à barbárie, ao mau gosto e a tudo o que fosse sinônimo desses adjetivos (Cunha, 2011, p. 369). Apesar do fato dessa campanha ter crescido exponencialmente entre o final do século XIX e início do XX, o uso das bisnagas por foliões se manteve, em menor escala, no carnaval carioca, demonstrando a resistência de muitos cariocas em renunciar a esse catártico divertimento.

Diante de uma parcela significativa de cariocas que em fevereiro se entregavam às bisnagadas, Pereira Passos tentou introduzir um novo divertimento, consideravelmente mais decoroso, uma prática “com um cunho todo pessoal de refinada beleza” (*Gazeta de Notícias*, 16/08/1903, p. 1). Embora tenha sido realizada em agosto, a introdução da Batalha das Flores na capital teve o objetivo de apresentar aos cariocas uma alternativa ao entrudo (Azevedo, 2016). O evento foi realizado na atual Praça da República e contou com um desfile de charretes e automóveis ornados com flores, nos quais se exibiram famílias da alta sociedade carioca (*O Correio da Manhã*, ed.792, 12/08/1903, p.1). Os veículos votados por uma comissão julgadora como os mais bem decorados foram premiados pelo próprio presidente Rodrigues Alves com “objetos de arte e pendões de seda pintados a gouche” (*O Correio da Manhã*, ed.792, 12/08/1903, p.1).

O evento foi uma iniciativa exaltada pelo *O Correio da Manhã* por proporcionar uma “delicada e gentil diversão que faz as delícias dos povos cultos” (*O Correio da Manhã*, ed. 725,

²⁸⁸ Os chamados limões de Cera, limões de cheiro ou laranjas de cheiro, eram as pequenas bolas de cera recheadas de águas perfumadas característica do carnaval do Rio de Janeiro no século XIX.

10/06/1903, p.1). O diário matinal chegou a afirmar que a população do Rio de Janeiro não ficaria devendo a Pereira Passos apenas “o saneamento e embelezamento da cidade”, mas também “o início de divertimentos de uma fina e encantadora feição”, a exemplo de “todas as grandes capitais civilizadas da Europa” (O Correio da Manhã, ed. 725, 10/06/1903, p.1). O Jornal do Brasil (16/08/1903, ed. 228, p.1, ano XIII) chegou a saudar a iniciativa do prefeito como o “início de uma nova era”. Por sua vez, *O Rio Nu* insistiu em perverter tão refinada ocasião.

O bissemanário não se mostrou disposto a renunciar às possibilidades de diversões indecorosas propiciadas por festividades que reuniam grandes aglomerações, por mais civilizatórias que fossem as pretensões dos seus idealizadores. Em 22 de agosto, referindo-se à Batalha da Flores que ocorreu alguns dias antes, *O Rio Nu* apresentou uma narrativa escrita em primeira pessoa descrevendo um tórrido encontro sexual entre uma mulher “cor de chocolate, dona de umas suculentas formas capazes de fazer um homem subir ao céu”, e um malandro “Pé Espalhado” que, encantado com a sua exibição em cima de um carro florido, tratou de arrumar um canto escondido da praça para “batalhar com a mulata enquanto outra batalha era travada no meio do jardim” (O Rio Nu, ed. 535, 22/08/1903, p.6). Nas páginas do jornaleco malcriado fez-se da Batalha das Flores um verdadeiro carnaval²⁸⁹.

E essa não foi a primeira vez em que elementos da campanha de Pereira Passos pelo cultivo da civilização entre os cariocas foram pervertidos n’*O Rio Nu*. Em 2 de maio de 1903, na mesma edição da “Semana Despida” em que se aconselhou que os defensores de Sebastiana aceitassem a ditadura de Pereira Passos, a proibição do prefeito de escarrar na rua serviu como pretexto para aludir a masturbação masculina e a prostituição carioca:

Outra lei do prefeito, uma beleza!
Tornando proibindo um crime atroz,
Um feio crime contra a natureza,
Quero falar dessa proibição de escarrar no chão,
Ideia genial, de audaz civismo,
Que dá golpe de morte no onanismo.
Consta-me até que um grupo de senhoras
Das muitas conhecidas, moradoras
Das ruas de S. Jorge, do Regente,
Nuncio, Catette, Sete de Setembro
E outras ruas das quais já não me lembro,
Vão ofertar um colossal presente
Ao Dr. Passos, que as protege assim,
É justa essa homenagem porque, enfim,
Depois desse decreto

²⁸⁹ Nas páginas do bissemanário o carnaval, com suas fantasias, máscaras, aglomerações e bailes era celebrado enquanto um festejo especialmente propício a conquista amorosa e aos encontros ilícitos.

Que eu admiro tanto,
 Ninguém pode escarrar, aí para um canto,
 Simplesmente a contar tábuas do teto,
 É claro, está provado,
 Quem de escarrar tiver a precisão
 Há depois de tal proibição fazer no lugar apropriado
 (O Rio Nu, ed. 503, 02/05/1903, p.2).

Os versos investiram jocosamente na ação de escarrar, o duplo sentido de ejacular. Assim, a proibição de escarrar no lugar errado tornava-se, para fins humorísticos do texto, uma proibição ao "onanismo".

Na literatura médica da época, a masturbação figurava como um problema, uma prática não-reprodutiva orientada apenas pelo prazer venéreo e, por essa razão, causadora da deterioração moral e física dos indivíduos. Nada obstante, a citada "Semana Despida" louvava jocosamente a proibição desse "crime contra a natureza", não para defender o sexo reprodutivo, mas para valorizar aqueles que, em vez de "contar tábuas"²⁹⁰ sozinhos, de fato mantivessem relações sexuais com mulheres.

Na narrativa, a masturbação não foi negatizada por seu teor pecaminoso ou moralmente ofensivo, mas porque nas páginas d'*O Rio Nu* a conquista sexual era concebida como algo mais masculinamente afirmador e preferível, portanto, do que o prazer solitário. No geral, o exercício da sexualidade masculina fora dos limites do matrimônio e além do desígnio reprodutivo era algo positivamente representado no jornaleco, inclusive se recorrendo ao sexo pago — isto é, aos serviços das moradoras das ruas "S. Jorge, do Regente, Núncio, Catete, Sete de Setembro", que também precisaram encontrar novos endereços devido a reforma urbana.

Desde fins do século XIX, uma vida noturna de diversões — embora marcada por segregações de classe e de gênero — começou a se articular na região central da cidade. No coração da capital, um centro urbano vivo e heterogêneo, cada vez mais iluminado e noturno, tornava-se um dos principais cenários dos encontros ilícitos e do trabalho sexual carioca (Schettini; Popinigis, 2010, p. 59).

Semelhante as discussões a respeito da pornografia, um dos grandes focos dos debates sobre a prostituição no início do século XX era o temor em relação à sua visibilidade diante do olhar público, considerado potencialmente impressionável e corruptível. As trabalhadoras sexuais não apenas eram "protagonistas da vida urbana noturna; sua mobilidade constante marcava também o movimento das fronteiras morais daquela região, que iam mudando de acordo com a presença delas" (Schettini, posições do Kindle 338-371, 2020).

²⁹⁰ A expressão contar as tábuas do teto era uma maneira popular de referir a masturbação.

Em seu projeto de fazer o coração da cidade pulsar civilidade e ordem, as reformas de Pereira Passos impactaram também na distribuição e nos usos sexuais do espaço urbano, contribuindo para a reorganização das fronteiras morais da urbe carioca (Schettini, posições do Kindle 338-1825, 2020). Por exemplo, ao colocar grades nos arredores da praça Tiradentes (conhecida como Largo do Rocio) a administração municipal dificultou as práticas de prostituição e de sociabilidade homoerótica habituais daquele local, expulsando-as para os arredores do mercado da Glória (Schettini, posições do Kindle 338-342, 2020). Os agentes de segurança pública a seu serviço, também buscaram obstaculizar a visibilidade do trabalho sexual feminino, coibindo a exibição de trabalhadores sexuais nas janelas e expulsando os *rendez-vous* das ruas movimentadas e de comércio para pontos menos transitados (Schettini, posições do Kindle 338-342, 2020).

Essas iniciativas desorganizaram a antiga ordem das coisas, tendo em muitos casos o efeito contrário, pois compeliram que algumas trabalhadoras comessem a sair pelas ruas para abordar potenciais clientes:

FIGURA 48: “Recursos Modernos”. O Rio Nu, ed.904, 06/03/1907, capa.²⁹¹

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/706736/per706736_1907_00904.pdf.

A composição publicada em março de 1907, alguns meses após o fim da gestão de Pereira Passos, aludia aos impactos da contínua intervenção policial na exposição de prostitutas às janelas, na primeira década do século XX (figura 48). Como já constatou Schettini (2011 p. 333), o título da composição, “Recursos Modernos”, aludia tanto à espécie de “cartão de visitas” estampado nos glúteos da mulher — parte do corpo associada ao sexo moderno, o sexo anal — quanto, ao mesmo, tempo referia à “desorganização de certa ordem prévia que termina por criar um quadro pior que o anterior, uma vez que as prostitutas passam a também estar diretamente nas ruas, à vista de qualquer senhora de família”, o caso da mulher ao fundo.

Sobretudo nos versos sob a composição (figura 48), reverberava francamente o duplo padrão moral vigente entre muitos homens. Por um lado, o texto criticava o fato de que “as famílias já não coram de as ver em exposição”, personificando essa instituição na figura feminina vestida com modéstia, ao fundo, que contrastava com a moça que levantava suas saias

²⁹¹ Legenda da Imagem: “A polícia, ultimamente, / Já não permite que as belas/ Se mantenham nas janelas/ Para provocar a gente. / E assim uma rapariga/ Não pode fazer negócio/ chamado qualquer bôcio/ O que no caso é uma espiga. / As famílias já não coram/ De as ver em exposição/ E a gente em compensação/ Já não sabe onde elas moram/ E é forçada, geralmente, / Toda a pequena bonita/ A andar mostrando à gente/ O seu cartão de visita.”

mais à frente. Por outro lado, a legenda reclamava que "a gente em compensação já não sabe onde elas moram" — sendo “a gente” uma maneira informal de se referir à primeira pessoa do plural e que, nesse contexto, claramente poderia ser substituído por "nós, homens". Expressava-se, assim, uma preocupação com o pudor das famílias e, ao mesmo tempo, com o acesso masculino a um comércio despudorado.

Em outras palavras, a modernização urbana do centro da capital federal foi capaz de deflagrar composições de particular dissonância, pois também tomou forma em iniciativas de controle do olhar público. Os regulamentos daquele espaço “pedagógico” visavam tornar menos visíveis as exposições desafiadoras da moral e do autocontrole burguês.

Em 27 de julho de 1903, sob o título “Casos e Coisas”, o recrudescimento das medidas contrárias a exibicionismos do corpo, como andar sem camisa, paletó ou mesmo mijar em público, foi ironizado. O empreendimento normatizador é representado como uma dureza que afligia os corpos, chegando a forçar os portentos, isto é, os bem-dotados, a esconderem suas “amostras”:

Casos e Coisas
Logo que viu da Prefeitura.
A nova lei severa, dura,
E que proíbe expor agora,
Amostras de sair para fora.
Do alinhamento,
Logo Deiró, que é um portento,
Passou a usar para não se expor,
De alguma multa atroz massada,
Sobrecasaca de rigor corretamente abotoada.
(O Rio Nu, ed.519, 27/06/1903, p.2).

Para além do controle da exibição dos corpos cariocas, durante o primeiro quinquênio do século XX os projetos nacionais pelo saneamento e modernização da capital também se desdobraram em iniciativas pelo aprimoramento da sua matéria humana em um nível microbiológico. O Rio de Janeiro era palco de uma série de epidemias e surtos regulares de doenças como febre amarela, varíola, cólera, peste bubônica etc., tendo a partir da modernização urbana da cidade, mais do que nunca, a ação e lancetas dos doutores se tornado pauta nas páginas d’*O Rio Nu*.

4.3.2 – Os doutores penetram os lares cariocas...

Hoje, estamos acostumados a reconhecer os médicos como as principais autoridades no diagnóstico e tratamento de doenças. Mesmo quando recorremos a outros profissionais de saúde, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos ou nutricionistas, isso geralmente ocorre sob

orientação médica e/ou com a recomendação de acompanhamento por um médico. No Ocidente e nas porções ocidentalizadas do globo, em geral, a medicina científica ocupa uma posição prioritária na definição do que é saúde e no tratamento das doenças (Edler, 2014). No entanto, essa prioridade é um fenômeno relativamente recente na história.

A imagem moderna do médico como a principal autoridade científica em assuntos relativos à corporeidade e seus processos demorou séculos para ser construída e dominar “o imaginário a respeito do corpo, da saúde e das doenças” (Martins, 2004, p.79). De acordo com Ana Paula Vosne Martins (2004, p.80), até o início do século XVIII o médico era um indivíduo que pertencia à elite, no geral pouco afeito aos conhecimentos práticos (algo da alçada dos cirurgiões) e até mesmo ao contato com os corpos doentes. Presos à tradição escrita da medicina, “os médicos ou físicos formulavam seus diagnósticos e terapêuticas baseados em analogias e na classificação das doenças, o que demonstra a formação excessivamente retórica e nada empírica dos médicos europeus” (Martins, 2004, p. 80).

Foi apenas por volta da segunda metade do século XVIII que os médicos europeus começaram a adotar uma postura mais prática e interventora nos corpos, e depois, nos tecidos sociais como um todo. A partir de então, esses profissionais se empenharam em ampliar sua esfera de atuação, incorporando em seu fazer científico questões de saúde pública, integrando-se cada vez mais aos órgãos oficiais dos governos e desenvolvendo uma série de métricas e regulamentos voltados ao bem-estar da população, abrangendo hábitos relacionados ao trabalho, à vida sexual e a outros aspectos da vida cotidiana.

Essa reorientação progressiva e fundamentalmente política foi motivada, em parte, por “alarmantes problemas de saúde pública, especialmente as epidemias que esporadicamente flagelavam as populações urbanas” (Martins, 2004, p.80). Em um processo secular não isento de atritos, fricções, intransigências e concessões, os estados nacionais modernos tenderam a gradualmente adotar alguma medida de medicalização das suas ações políticas, em reconhecimento do valor político das ações médicas (Costa, 1979, p.30; Martins, 2004, p.81).

Em outras palavras, desde pelo menos o século XVIII, foi crescente o interesse dos governos pelas condições de saúde das populações, vistas cada vez mais como fontes das riquezas e do poder do estado-nação moderno (Martins, 2004, p.81). Apesar disso, os reais níveis de infiltração da ação médica no cotidiano, nos lares e na intimidade dos indivíduos — assim como o reconhecimento/valorização social da autoridade desse grupo profissional sobre os assuntos do corpo — não foram, de pronto, socialmente generalizados ou mesmo uniformes (Martins, 2004; Sampaio, 2001; Edler, 2014). Inicialmente,

Pode-se perceber melhor os efeitos do que é chamado de medicalização da sociedade em algumas camadas sociais, especialmente na burguesia, e em algumas regiões urbanas da França, Inglaterra e Estados Unidos. Mas, mesmo nestes países, vários grupos sociais e regiões mais afastadas das grandes cidades continuaram alheios à nova autoridade médica, mantendo seus costumes e recorrendo a outros profissionais da cura, como curandeiros, benzedeiros e parteiras não profissionais. Países não-europeus como o Brasil, onde o ensino oficial da medicina só foi organizado no século XIX, são exemplos desta não uniformidade da medicalização da sociedade (Martins, 2004, p.79-80).

No Brasil, os médicos formados em faculdades eram praticamente inexistentes até pelo menos o início do Século XIX (Sampaio, 2004, p.24). Até então, toda sorte de curandeiros, barbeiros sangradores, parteiras, benzedeiros eram, majoritariamente, “os agentes de cura existentes, permanecendo bastante procurados durante todo o período imperial — para desespero da classe médica” (Sampaio, 2001, p. 25). A luta pela conquista e preservação do mercado de serviços de cura era uma constante. O monopólio médico, neste campo, não era ainda um fato dado (Neto, 2001, p.21).

Importantes instituições de ensino de medicina científica e agremiações de profissionais foram inauguradas no país no século XIX. A Escola de Cirurgia da Bahia foi fundada em 1808 e, no final daquele mesmo ano, foi criada no Rio de Janeiro a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia. Em 1829, foi estabelecida a Sociedade de Medicina da Corte, que, em 1835, passou a se chamar Academia Imperial de Medicina (Sampaio, 2001, p. 24). Embora essas escolas e agremiações não fizessem parte de um projeto estruturado de organização profissional, serviram como espaços de formação para médicos que, mais tarde, buscariam legitimar se contrapor à ação de outros agentes de cura por meio de sociedades e outras entidades. Foi um período de formação, de constituição do saber médico e de esforços pela afirmação da validade das suas práticas perante a sociedade, todavia, ainda sem grupos totalmente organizados que atuassem de forma conjunta pelos interesses da categoria (Édler, 2004; Sampaio, 2010).

Os oitocentos também foram uma fase de gradual e maior infiltração de representantes desse saber no serviço público, sobretudo na capital. Com o progressivo aumento populacional e a crescente preocupação dos administradores com questões de salubridade do Rio de Janeiro, o governo criou, na década de 1850, a Junta Central de Higiene Pública, composta majoritariamente por médicos higienistas, e responsável por atuar como órgão consultivo em questões de saúde pública (Sampaio, 2001, p. 101).

À despeito dessa maior presença em órgãos oficiais do governo, trabalhos de Flávio Edler (2004, p.9) e Gabriela dos Reis Sampaio (2001, p.149) elucidam que a medicina científica oitocentista não foi uma instituição tão homogênea ou tampouco um perfeito “instrumento do Estado”, hermeticamente coerente com os interesses das autoridades públicas (Sampaio, 2001,

p.45). A categoria era permeada por uma grande rivalidade e, muitas vezes, pela falta de consenso sobre os procedimentos da medicina científica, e isso influenciava a sua imagem perante o grande público (Sampaio, 2001, p. 37).

Longe de ser uma tarefa simples, a consolidação da autoridade médica científica diante da sociedade foi “um processo conflituoso e lento, atravessado sempre por novas dificuldades não imaginadas pelos doutores” (Sampaio, 2001, p.26). Embora o prestígio desses profissionais tenha aumentado progressivamente a partir da segunda metade do século XIX, no final do Império a prática terapêutica da medicina científica ainda “era algo rudimentar”, e dava seus “primeiros passos, muitas vezes não se diferenciando das suas concorrentes. Em contrapartida, a crença em práticas mais antigas como o curandeirismo era bem mais arraigada em diversos setores sociais” (Sampaio, 2001, p. 149).

De acordo com Sampaio (2001, p.28), a imprensa foi um importante registro da complexa relação entre a medicina científica e a sociedade carioca oitocentista. Em finais do XIX, muitas vezes os grandes jornais assumiram declaradamente a bandeira do combate a tudo que, com o aval da medicina, era considerado charlatanismo, denotando o crescente prestígio desse saber científico, sobretudo, entre os mais ricos (Sampaio, 2001, p.28). Em outros momentos, todavia, esses mesmos diários veiculavam inflamadas “críticas aos doutores, denunciando suas imperícias, criticando absurdos por eles cometidos e ironizando duramente a classe médica” (Sampaio, 2001, p.30).

Além disso, não eram incomuns ocasiões em que os próprios médicos levavam suas disputas e dissensos para os jornais cariocas, tornando públicas as tensões dentro da classe, até mesmo quando o assunto era a eficácia e os perigos dos procedimentos disponíveis:

Em discussões como essas, é possível perceber nas palavras dos próprios médicos o reconhecimento de que cometiam muitos erros e imprecisões, deixando seus pacientes no mínimo inseguros quanto aos procedimentos a que eram submetidos. A delicada questão dos honorários médicos era mais um motivo de acusação entre os doutores: os oponentes chamavam seus colegas de ladrões e exploradores, mostrando que provavelmente os preços das consultas eram abusivos. Ao atacar seus adversários, os médicos deixavam claro para os leitores dos jornais um outro lado daquela medicina científica: as falhas e os absurdos que os doutores tanto recriminavam quando se referiam aos praticantes de outras atividades de cura, os chamados “charlatães”, eram também cometidos, e muito, por eles mesmos (Sampaio, 2001, p. 33)

Apesar do seu crescente prestígio entre os mais ricos (Esteves, 1989, p. 28), a prática médica científica não escapou de ser motivo de ironias, suspeição e até medo na imprensa carioca (Sampaio, 2001, p.38). Por mais que muitos médicos influentes, “dentro e fora da corporação, tentassem frisar a superioridade de sua atividade, eles estavam longe de obter a legitimidade que almejavam em diversos setores sociais” (Sampaio, 2001, p.38). Isto fica claro,

especialmente, no caso dos profissionais da medicina científica que ocupavam cargos na Saúde Pública e que eram mais passíveis, portanto, à uma associação direta com uma máquina pública que vinha sistematicamente desiludindo a intelligentsia brasileira desde o advento da república.

A ambivalência em relação a esses agentes de modernização também permeou a vertente periódica alegre surgida em finais do XIX. No verão de 1900, a peste bubônica atingiu o Rio de Janeiro, fazendo suas primeiras vítimas no mês de janeiro (Nascimento; Silva, 2013, p. 1271). *O Rio Nu*, porém, manteve-se, durante aquele ano, bastante descrente da veracidade da sua chegada e dos protocolos da Saúde Pública no seu combate e prevenção.

Por exemplo, na seção “Pela Política” do dia 17 de janeiro, sob o pseudônimo de “Carlos Eduardo”, José Ângelo Vieira de Brito utilizou as últimas atualizações sobre a morte suspeita de um menino no bairro da Saúde para defender o seu negacionismo relação a peste bubônica. Inicialmente, a causa do óbito havia sido atribuída pelas autoridades à peste, mas exames posteriores esclareceram que a criança, na verdade, sofrera um quadro agudo de linfangite.

Enquanto isso morre um pequeno na Saúde, e depois outro fica doente; os jornais abrem a boca no mundo, a higiene abre os olhos na ladeira do Valongo; e depois de três dias de desespero e de ânsia; depois de Buenos Aires ter decretado dez dias de quarentena [...]; depois do câmbio ter descido mais um pouco — depois de tudo isso, a junta médica incumbida do exame veio dizer que o menininho Júlio fora apenas atacado de linfangite, não havendo motivo para suspeita de um caso de peste! Aí está! Aí está essa coisa bonita! Aí está como nós temos peste bubônica! (*O Rio Nu*, ed.160, 17/01/1900, p.1),

Repercutindo o caso do óbito do menino Julio, o pornógrafo descredibilizou os temores de que a bactéria *Yersinia pestis*²⁹², que assolava Portugal e Buenos Aires e já contava com casos em Santos (Silva, 2015, p. 49), também tivesse desembarcado no porto carioca. Todavia, os casos suspeitos continuariam a se avolumar, o que não impediu que colaboradores d’*O Rio Nu* seguissem descrentes.

Alguns dias depois, em 10 de fevereiro, a peste foi aludida como uma grande “lorota” (*O Rio Nu*, ed.167, 10/02/1900, p.1). O negacionismo do periódico alegre face a uma doença que naquele ano ceifaria a vida de 295 cariocas (Silva, 2015, p.117) chegou ao extremo de pintá-la como um “embrulho” (*O Rio Nu*, ed.199, 02/06/1900, p.1), uma “tramoia” da classe médica, que chamava “a ambulância da Assistência” até no caso de “unha encrava” (*O Rio Nu*, 27/06/1900, ed. 206, p.1). As notificações de casos da peste estavam sob suspeita no bissemanário. “Há de haver peste por aí ao menos enquanto houver médico pobre!” (*O Rio Nu*,

²⁹² Anteriormente denominada *Pasteurella pestis* é um cocobacilo gram-negativo, em forma de bastonete, imóvel e sem esporos. É um organismo anaeróbico facultativo que pode infectar o ser humano por via da pulga *Xenopsylla cheopis*, bastante comuns em ratos. A bactéria é a causa da doença peste, que pode assumir uma de três formas: peste pulmonar, peste septicêmica ou peste bubônica.

ed.199, 02/06/1900, p.), acusou o jornal malcriado em uma edição da “Semana Despida” de junho daquele ano. Nesse contexto, as ações autoritárias da Saúde Pública apenas alimentavam essas desconfianças.

Em junho de 1900, a breve ficção “A Peste” foi protagonizada por um desses médicos pobres, o Dr. X. O profissional diagnosticou com peste, Manoel, um homem que procurou seu consultório após levar “um coice” na virilha de uma prostituta. O doutor estava cavando uma nomeação na Saúde Pública e para garanti-la precisava recorrer “a todos os meios” (O Rio Nu, ed.199, 02/06/1900, p.1). Apesar do seu “pergaminho²⁹³”, Dr. X estava carecido de dinheiro. Nas suas palavras: “Preciso pagar o aluguel da minha casa e o do consultório, tenho a cartola ensebada e o frack roto, as calças, se estão em boas condições sanitárias, tenho-as furadas atrás...” (O Rio Nu, ed.199, 02/06/1900, p.1). Levado à força, o seu paciente Manoel foi metido na ambulância “em trajes de Adão, ao passo que as vestes do rapaz eram queimadas...[...] Eis aí, em síntese o que é a peste que por aí se proclama” (O Rio Nu, ed.199, 02/06/1900, p.1).

Poucos meses depois, publicou-se outro conto, sob o mesmo título e reverberando as mesmas desconfianças negacionistas sintetizadas meses atrás — dessa vez adicionando-as de uma boa dose de xenofobia. Na narrativa “A Peste” de agosto de 1900, o bissemanário ficcionalizou as suas suspeitas em relação à veracidade da epidemia compartilhadas também entre os mais populares. A narrativa em questão discorreu do adoecimento súbito de um “turco”, o que motivou um vizinho seu — um brasileiro suburbano — a apelar aos conselhos do taverneiro da esquina que “acumulava as funções de homeopata e advogado de gente pobre”. Chegando lá o vizinho brasileiro confessou seu temor de que o adoecimento do turco fosse notificado às autoridades, pois “se um médico aqui aparece, não escapa ninguém”.

A narrativa estabelecia uma interlocução com o potencial disruptivo ao cotidiano, das medidas adotadas pelos órgãos da Saúde Pública no combate à peste bubônica. Em 1900, a maioria dos médicos cariocas acreditava que a doença era transmitida pelo ar ou por objetos contaminados (Silva, 2015, p. 55), tendo o serviço sanitário do Distrito Federal instituído protocolos de desinfecção de residências, pertences pessoais e de isolamento compulsório das pessoas contaminadas (Silva, 2015, p. 67). Quando as autoridades sanitárias descobriam um doente, ele e sua família eram removidos — recorrendo à força se necessário — para hospitais de isolamento e sua casa e seus objetos, como roupas e móveis, passavam por agressivas desinfecções — ações que necessitavam ser repetidas também nas habitações contíguas (Silva, 2015, p.69).

²⁹³ Maneira de se referir ao seu diploma de ensino superior, uma verdadeira raridade naquele período.

Temendo que as casas da vizinhança fossem “fechadas”, o protagonista de “A Peste” foi aconselhado pelo taberneiro a não denunciar o adoecimento do seu vizinho turco “porque isso é o mesmo que dizer [que] acreditamos nela [na peste]!” (O Rio Nu, ed. 216, 01/08/1900, p.1). Na opinião do taberneiro de “A Peste”, a doença não passava de um artifício de “médicos pobres” para obter o seu sustento (O Rio Nu, ed. 216, 01/08/1900, p.1). De maneira bastante preconceituosa, no fim do conto o taberneiro e seu cliente chegam à conclusão de que o adoecimento do vizinho turco só podia ser causada por sua falta de higiene e não devido à peste — caso contrário não haveria um “único turco vivo” já que eles “não tomam banho, não tem pinico para fazer o que fazemos e as pulgas nas casas deles tão aos montões! [sic]” (O Rio Nu, ed. 216, 01/08/1900, p.1).

O comerciante curandeiro também desconsiderou a hipótese de que a doença fosse transmitida por ratos, pois caso o fosse, “até primeiro que os turcos”, os contagiados seriam os próprios “médicos, que são os ratos do Tesouro” (O Rio Nu, ed. 216, 01/08/1900, p.1). Lembremos que se a classe política carioca não contava com a melhor das imagens n’*O Rio Nu*, em grande parte, foi devido à sua ineficiência em resolver os problemas infraestruturais da cidade do Rio de Janeiro, inclusive os sanitários. Tal ineficácia também respingava nos órgãos oficiais da Saúde Pública, cuja popularidade tampouco se beneficiava do caráter bastante autoritário de seus protocolos de combate de epidemias que, apesar dos pesares, continuaram sucessivas e repetitivas na Capital na virada para o XX.

Durante o século XIX, a restrita clientela da clínica privada da capital foi disputada e praticamente monopolizada por um reduzido número de profissionais da cura (Edler, 2014, p. 55), dentre os quais ainda se incluíam outros agentes de saberes concorrentes, como os tradicionais curandeiros (Sampaio, 2004, p. 24). Em especial, a partir da segunda metade do século, não era incomum que as ambições profissionais de muitos médicos se voltassem para o Estado — “fonte relativamente abundante de empregos na Junta Vacínica, nos hospitais públicos do Exército e Marinha, na Junta Central de Higiene Pública, no Hospício Pedro II, etc.” (Edler, 2014, p. 55). Daí as acusações de que esses profissionais eram ratos do Tesouro Nacional.

O monopólio virtual dos empregos públicos foi uma peça fundamental da política de cooptação dos profissionais liberais pela oligarquia senhorial, valendo “dizer que tanto os cargos de direção política, quanto quaisquer outros sob o domínio estatal, eram distribuídos a partir da lógica do patronato” (Edler, 2014, p. 55). A antipatia com esses médicos cooptados pelos órgãos oficiais de Saúde Pública não isentou, todavia, que os representantes da medicina científica que seguiram como profissionais liberais — os médicos da família — também fossem

objetos de representações ambivalentes nas páginas d’*O Rio Nu*. Curiosamente, a penetração desses agentes privados da medicina científica nos lares das altas classes também foi um fenômeno frequentemente erotizado nas páginas do bissemanário. Nem mesmo as narrativas que faziam referência às prescrições de sexualidade higiênica da medicina científica escapavam da sexualização da relação terapêutica. Um exemplo disso foi o conto “Os óculos”, publicado em 28 de dezembro de 1898. O conto teve como protagonista o Dr. Ximenes, um médico “muito sábio”, “austero”, “professor da faculdade”. Em uma consulta particular, esse agente da medicina científica teve “uma missão espinhosa a cumprir junto da pálida e formosa Clarisse”: desvendar “a razão de sua fraqueza”, a “origem” do seu “depauperamento” (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1). Chamado à residência da família para um atendimento domiciliar, Dr. Ximenes foi descrito como um “poço de ciência”, mas também de “discrição” (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1). O fato de a família da jovem ter meios para financiar a visita de um médico tão ilustre demarcava, narrativamente, o segmento social de Clarisse e seu marido, que, não por acaso, ostentava “grossos óculos de ouro” (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1). No entanto, uma vez convidado a esse lar abastado, foi justamente essa autoridade da “ciência” que serviu como o interlocutor narrativo da erotização da adoentada Clarisse (Flores, 2021).

Foi através do ponto de vista do doutor e do contato físico que realizou com a moça durante o seu “exame” que o leitor foi brindado com uma descrição sexualmente apelativa das formas da “bela” recém-casada (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1). Após Dr. Ximenes apoiar sua cabeça sobre a “pele nua” do peito da enferma, a narrativa apresentou uma série de observações nada objetivas e bem pouco clínicas, um verdadeiro relato sinestésico das carnes de Clarisse (Flores, 2021) — “brancas, macias, cheirosas” (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1). O “olhar arguto” do médico “percorreu” o corpo da recém-casada, transfixando o leitor voyeristicamente com uma descrição que começava no “colo” da moça, e descendo, passava pela “cinta” até alcançar suas partes íntimas, sugeridas através de reticências (“...”) — um recurso comum à época para evitar linguagem explícita e deixar à imaginação a descrição de elementos ou práticas excessivamente impudicas (*O Rio Nu*, ed.51, 28/12/1898, p.1).

Após essa criteriosa avaliação, o médico descobriu marcas no baixo ventre da jovem que revelavam a causa do seu enfraquecimento: o sexo oral que vinha recebendo do seu marido que, ao fazê-lo, arranhava-a com seus grossos óculos. Na época, o sexo oral era considerado uma forma de onanismo e, portanto, advertido pela medicina como uma prática degradadora da saúde física e moral dos indivíduos. “Os óculos” repercutiu esse prejuízo respaldado pela medicina científica, pois representava Clarisse adoecida pela prática. Porém, ao mesmo tempo,

esse conto carregou de conotações eróticas, o olhar e o toque do Dr. Ximenes, subvertendo a suposta objetividade e neutralidade científica esperada de um exame médico.

Segundo Costa (1979), já no início do período joanino, teria se iniciado um processo de normalização médica da família patriarcal brasileira.²⁹⁴ Tal processo estaria estreitamente relacionado com o desenvolvimento urbano e a construção do Estado Nacional brasileiro. Segundo o pesquisador a norma familiar produzida pela ordem médica higienista do século XIX exigiu contínuas intervenções disciplinares por parte desses agentes da cura, impactando as condutas morais, características corporais e até sentimentais dos indivíduos— notadamente daqueles oriundos dos setores altos e médios. De acordo com Costa, essa norma foi capaz de produzir “cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria” (1979, p. 48). Assim, a ordem médica teria se imposto até mesmo sobre a tradicional vontade do *pater familias* (1979, p. 77), reposicionando o patriarca no contexto das relações familiares: não mais como o proprietário do núcleo familiar, mas como o responsável pela proteção material da prole, cujo verdadeiro proprietário seria a Nação (1979, p. 170).

Considerando tudo o que foi exposto sobre os limites dos poderes das elites médicas ao longo do século XIX, a historiografia das ciências médicas relativizou a real força da medicina científica em, durante o Império, regular tão efetivamente o contato entre indivíduos e famílias da elite, cidade e Estado, e até mesmo impor sua autoridade científica sobre a vontade do *pater familias* da elite. Contudo, é sabido que no final dos oitocentos, esse saber buscava se projetar na sociedade brasileira como capaz de, cientificamente e racionalmente, sanar as influências negativas do meio sobre a saúde física e moral. Em plena efervescência da racionalidade científica ocidental, esse foi um dos principais trunfos das elites médicas ao pleitearem junto ao Estado e à sociedade uma jurisdição formal sobre o exercício da cura e a formação de seus agentes (Sampaio, 2004, p. 111-112; Edler, 2014, p. 61; Chalhoub, 2017).

Um indício, nesse contexto, da progressiva justaposição da classe médica científica ao universo íntimo dos corpos e das relações familiares das elites foi o fato de a relação médico/paciente ter se apresentado como um terreno fértil para a imaginação perversa dos colaboradores d'O Rio Nu. Em uma possível reação à crescente autoridade médica científica

²⁹⁴ O “Período Joanino” começou em 1808 e foi marcado pela transferência da corte portuguesa para a colônia, com a vinda do regente Dom João, sua família e um contingente de quase 15 mil pessoas. Entre eles estavam nobres, servos, empregados domésticos que se radicaram no Brasil. A transferência da corte portuguesa para o Brasil estava relacionada aos eventos na Europa durante o período napoleônico. O imperador da França, Napoleão Bonaparte, determinou o Bloqueio Continental em 1806, proibindo as nações europeias de comercializar com a Inglaterra. Para impor o Bloqueio Continental, Napoleão ordenou a invasão da Espanha e de Portugal, e as tropas francesas invadiram Portugal oficialmente em 1807. Em resposta, D. João VI ordenou a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

nos assuntos do corpo e da saúde das elites, em várias narrativas do bissemanário, os médicos da família foram retratados como seduzidos ou, pior, sedutores. Em outras palavras, essa foi uma categoria profissional frequentemente ficcionalizada n'*O Rio Nu* adotando posturas ofensivas aos mesmos pressupostos modernos de higiene e autocontrole burguês dos quais, segundo a historiografia, foi uma importante interlocutora. Isso sugere que mesmo entre os setores mais abastados, a infiltração desse saber moderno pode ter implicado em ambivalências, fricções e suspeições.

Desde a segunda metade do século XIX, a reivindicação pública da neutralidade científica vinha sendo um importante recurso discursivo de autopromoção da classe médica (Chalhoub, 2017, p. 67). No entanto, sob um viés erótico, muitas representações desses profissionais n'*O Rio Nu* reverberavam a manutenção de desconfianças e ansiedades em relação à sua crescente influência nos lares das elites cariocas. No alvorecer da modernidade, a corporação médica carioca, campo quase estritamente masculino, ainda não parecia ter sedimentado sua credibilidade profissional ou autoridade acima das suspeições patriarcais. Para muitos, os agentes desse saber moderno eram vistos primeiramente como homens e não apenas como “homens da ciência”.

Exemplificando essas suspeições, enquanto o ficcional Dr. Ximenes se limitou a apenas apreciar platonicamente as formas de Clarisse, outros doutores d'*O Rio Nu* levariam, ou pelo menos tentariam levar, os seus “exames” ainda mais a fundo:

FIGURA 49: “Visitas Higiênicas”. O Rio Nu, ed. 492, 25/03/1903, p.1.²⁹⁵



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/706736/per706736_1903_00492.pdf.

Visivelmente doente, a mulher acamada de "Visitar Higiênicas" desapontou o médico, que, "com seus botões", expressou frustração com as verdadeiras "intenções" do encontro (O Rio Nu, ed. 492, 25/03/1903, p.1). Ali, evidenciavam-se desconfiças em relação aos possíveis objetivos escusos que podiam motivar os encontros entre médicos e suas pacientes — um verdadeiro perigo para a honra dos homens casados:

²⁹⁵ Legenda da Imagem: “O MÉDICO (com os seus botões). — Ora cebo! E eu que vim aqui com outras intenções!”

FIGURA 50: “Boa Receita”. O Rio Nu, ed.937, 29/06/1907, p.5.²⁹⁶



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/706736/per706736_1907_00937.pdf.

²⁹⁶ Legenda da Imagem: “— Que lhe parece dr.? Acha-me muito doente? / — Ao contrário minha sra., acho-a boa, acho-a até muito boa. / — Mas, eu sinto-me nervosa, inquieta. / — Isso é falta de forças. A Sra. Queira tomar ferro... em injeções.”

FIGURA 51: “Receita Nova”. O Rio Nu, ed.1068, 03/10/1908, p.8.²⁹⁷

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/706736/per706736_1908_01068.pdf.

As duas composições foram explicitamente protagonizadas por mulheres casadas (figura 50 e figura 51). Em “Boa Receita”, o médico é representado beijando o ombro desnudo de uma mulher acamada, referindo-se a ela como “senhora”, indicando que aquela bela — segundo o profissional, carente de “tomar ferro... em injeções” e que tão faceiramente expunha-se ao doutor — era a esposa de outro homem. De estado civil semelhante, a protagonista de “Receita Nova” (figura 51) procurou um médico porque não conseguia engravidar do marido. O médico, visivelmente mais velho que a jovem paciente, afirma que o seu “serviço” não seria eficaz, receitando-lhe buscar “um médico mais moço”.

²⁹⁷ Legenda da Imagem: “— Caro doutor, aqui venho/ Para pedir-lhe uma receita, / Pois, o marido que tenho/ Já quase nada se ageita.../ Há três anos que casados, / Nós somos, e no entretanto/ Eu, por mal dos meus pecados/ Não tenho um filho, um encanto. / — Minha senhora, se é isso/ Tão somente o que deseja. / Não lhe presto o meu serviço/ Para conseguir o que almeja... / Mas dou-lhe um conselho: aceita? — Guardá-lo ei como um poço. / — Vá buscar essa receita.../ Com um médico mais moço...”

Ambas as composições (figura 50 e figura 51) sugerem que as "receitas" mencionadas em seus títulos referiam a relações sexuais extraconjugais, repercutindo medos e fantasias masculinas relativas ao imperativo socialmente convencionado à fidelidade conjugal feminina. Como já foi exposto anteriormente, naqueles tempos, os corpos das esposas eram comumente vistos como posses dos seus maridos. Essa expectativa de controle sobre a sexualidade feminina não só alimentava o desejo masculino em estabelecer e consumir essa posse, mas também podia suscitar, em outros, o fetiche de desafiar o domínio alheio. Evidentemente, essa dinâmica podia gerar o receio — ou, de maneira menos confessa, até o tesão — em ser objeto desse tipo de emasculação; daí a popularidade dessa chave representativa em mídias alegres²⁹⁸.

Referindo-se às prescrições de domínio patriarcal sobre a sexualidade feminina, Laurinda, a protagonista do conto “O Médico” (figura 52) não se conformava que os homens pudessem se tornar "senhores de uma mulher" após a “possuírem” apenas "uma vez" (O Rio Nu, 31/07/1909, ed.1153, p.2)

²⁹⁸ Popularidade já constatada em trabalhos anteriores sobre o tema. Conforme visto em: Carvalho (2018), Peçanha (2013) e Pereira (1997).

FIGURA 52: "O Médico". O Rio Nu, ed.1153, 31/07/1909, p.2

O MEDICO

LAURINDA não era o que se chama uma sensual, não chegava mesmo a ser libidinosa ou erótica, era apenas curiosa. Seu corpo e principalmente seu espírito tinham a curiosidade constante de sensações novas.

Nunca tivera amantes por paixão ou por interesse, mas porque o seu corpo de mulher tinha uma alma de homem, isto é, uma alma sempre alerta, capaz de desejar todos os homens, em todas as ocasiões, sem amor, sem amálgama... unicamente para conhecer mais aquele.

Foi Laurinda que, uma vez, muito a sério, lamentou, diante de mim, que não houvesse homens... públicos, assim como ha mulheres publicas, homens discretos, que as senhoras pudessem procurar, nos dias em que desejam um pouco de amor physico, sem consequências e sem compromissos.

— Isso não é possível — disse eu.

— Como não? Pois não ha mulheres assim? Mulheres, que fazem d'isto profissão e aceitam qualquer homem, sem lhe indagar o nome? Deveria haver tambem homens assim, que as mulheres pudessem procurar e que se prestassem a saciar o seu corpo, immediatamente, sem ceremonias nem demoras.

— Mas, minha cara Laurinda — retorqui eu — reflecte um pouco, isto não é materialmente possível, porque os homens não são como vós mulheres. Uma mulher pode dar felicidade a quantos homens lhe appareçam, durante o dia inteiro... e um homem não poderia fazer isso.

— Lá isso é verdade — murmurou Laurinda, pensativa.

E foi então que ella me contou este caso:

* * *

Uma vez, que estava excepcionalmente nervosa, Laurinda sabiu, sem saber ainda o que iria fazer. Não pensava positivamente em rapaz algum, não estava com o corpo incendiado por desejos devoradores, não sentia os effeitos irritantes de muitos dias sem volúpia, mas apenas uma tentação irreprimível de se entregar a algum; e, n'esse momento, Laurinda lamentava, mais do que nunca, a falta de homens, que fossem como as cocottes, facéis, discretos e sem ceremonias.

Se houvesse homens assim — pensava ella — eu iria procurar um, e por algum dinheiro teria, por alguns momentos, o direito de exigir que elle tirasse de seu corpo todo o gozo possível.

E' claro que, moça e bonita como é Laurinda, não teria difficuldade para encontrar quem lhe prestasse esse serviço, gratuitamente e mesmo pagando-lhe ainda por cima; mas um homem, que ella procurasse e a quem dêsse a entender que o desejava, não se contentaria com a felicidade de possuí-la uma vez, julgar-se-ia, por esse facto, com o direito de importuná-la, de voltar, de exigir outras entrevistas, de exigir, talvez mais do que isso — a ignóbil comedia do amor.

E Laurinda irritava-se. Porque não ha de tambem a mulher ter o direito de procurar a volúpia da carne, por uma vez, para variar? Porque não de sempre os homens imaginar que se tornam senhores de uma mulher, desde que a possuíram uma vez?

La pensando assim, quando, ao passar por uma rua central, foi saudada por um velhote, que entrava em um sobrado.

Laurinda cumprimentou-o, sem conhecê-lo bem, e só depois que leu o seu nome, em uma placa, na porta em que elle entrára, é que se recordou. Era o dr. Medrado, um velho medico, que lhe fora apresentado por uma amiga.

Era de véras sympathico o dr. Medrado. Que idade teria? Cincoenta annos... talvez mais. Mas era o que se chama um velho bonito, com a cabeça toda branca, mas as suíças ainda pretas, o rosto barbeado, muito limpo, de pelle muito fina e corada.

E uma ideia surgiu no espirito fantasioso de Laurinda. Ora ahí está, os medicos é que podiam, muitas vezes, ser para as mulheres uns grandes... amigos. Um medico é naturalmente discreto, é quasi um confessor. Sendo moço, ainda pôde ter a

variados symptomas, que não se qual seja a minha molestia. O melhor é fazer um exame geral.

E a um gesto de aquiescencia do doutor, Laurinda foi logo desabotoando o corpete.

O dr. Medrado auscultou-a longamente e sacudiu a cabeça, com ar pensativo. Não encontrára absolutamente symptoma de mal; entretanto, o perfume d'aquella carne moça, o contacto d' aquellas formas rijas e harmoniosas, inspirára a seu espirito ideias vagas... talvez lembranças de sua mocidade...

Laurinda observava-o e disse:

— Os pulmões eu bem sei que tenho solidos, mas continue o exame. Devo deltar-me, não é, doutor?

O medico ascendeu que sim e ella, com rapidez, fez calhar as saias, desapertou o collete e recostou-se no sofá clinico, em posição de fazer admitir todos os primores de seu corpo.

O velho medico coçou a cabeça. Era evidente que suas mãos tremulas não se atreviam a tocar aquelle corpo, que parecia muito perfeito para estar doente.

Mas Laurinda esperava, com os olhos semi-cerrados. O dr. Medrado suspirou e decidiu-se. Começou a tactear com os dedos hesitantes sobre o ventre lizo e macio da gentil cliente, palpando, perscrutando, machinalmente. Mas via-se bem que elle pensava em outra coisa.

Elle sentia sob o tecido levisimo da camisa o enlór da carne, a doçura da pelle de Laurinda. Mas o exame se prolongava. Houve mesmo um momento em que o medico, abstracto, como que distraído, fleou a palpar, de leve, no mesmo lugar onde o ventre era muito macio.

Então Laurinda, colleando agilmente, foi puxando o corpo para mais acima, no sofá, de modo que os dedos do medico, sem se moverem, mudaram de lugar, pouco a pouco, até que se encontraram n'outro ponto, em que, sob a carne macia, havia um osso largo e forte.

Na surpresa, os dedos do dr. Medrado palpavam mais attentamente e julgaram sentir tambem sobre a carne, que attenuava a dureza do osso, qualquer coisa macia e aveludada como uma pellicia...

Retirou as mãos, n'um gesto de susto, e procurou com o olhar, attento, o rosto da cliente.

Laurinda continuava de olhos cerrados e tinha na face um fulgor risonho, como se dormisse e sonhasse... um lindo sonho!...

Uma de suas mãos apertava o seio esquerdo, fazendo surgir entre os dedos uma ponta rosea, que parecia espiar com um ar garoto.

O dr. Medrado tinha, com effeito, cincoenta annos, mas era um homem. E ha situações em que a idade pouco importa. A scena, a occasião tem tanto encanto, que a mocidade resurge, vigorosa, exuberante.

Depois, quando o medico se afastou discretamente, para que ella se vestisse, Laurinda, ainda em collete, perguntou-lhe com ar malicioso:

— Não reculta, doutor?

O dr. Medrado teve um sorriso fino e sentando-se á secretária, escreveu apenas isto:

«Volte á consulta duas vezes por semana.»

D. VILLAFLORES.



O doutor sentou-se á secretária e escreveu:
«Volte á consulta duas vezes por semana.»

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/706736/per706736_1909_01153.pdf.

De estado civil não especificado, Laurinda foi descrita com um temperamento sexual exacerbado e lamentava que não houvesse “homens públicos”, assim como havia “mulheres públicas, homens discretos que as senhoras pudessem procurar, nos dias em que desejam um pouco de amor físico, sem consequências e compromissos” (O Rio Nu, ed.1153, 31/07/1909, p.2). Frustrada sexualmente ao ponto de isso afetar seus nervos, Laurinda procurou um médico e fez dele seu “homem público”, o seu prostituto, a quem pagou por um encontro sexual inconsequente (O Rio Nu, ed.1153, 31/07/1909, p.2). A bela usou do momento do exame físico como pretexto para sedução, e no final foi receitada a, dali por diante, retornar para novos

exames duas vezes por semana. Na composição (figura 53), a erotização da relação médico-paciente também ocorreu durante um exame físico:

FIGURA 53: “O médico”. O Rio Nu, ed.1273, 28/09/1910, p.4-5.²⁹⁹



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/706736/per706736_1910_01273.pdf.

Sob o pretexto de desvendar um “peso” que a jovem sentia ao respirar, o médico prolongou o seu exame, aproveitando-se para tocar a pele desnuda da paciente (figura 53). A paciente chamou a atenção do doutor para a parte inferior do seu corpo — referindo-se à sua bunda —, onde, segundo a bela, realmente dispunha de peso e volume significativos.

A única protagonista feminina dessa série de composições que de fato aparentava estar doente — com olheiras, o cabelo bagunçado, uma pose nada provocativa — foi a mulher adoentada de “Visitas Higiênicas” (figura 49), que, acamada, tinha o aspecto físico cansado e nada sedutor.

Evidenciando as complexas interações entre ciência, moralidade e poder sexual, esta série de fontes nos é indicativa de outra dimensão de ambivalência a que esteve passível a percepção pública dos médicos durante o processo de consolidação da credibilidade social da corporação no início do século XX. Tal desconfiança não esteve apenas vinculada aos seus honorários ou à eficácia de suas práticas, mas também impregnada de ansiedades relativas à

²⁹⁹ Legenda da Imagem: “O MÉDICO — (prolongando o exame) Sim, ouço qualquer coisa... quer me parecer que a senhora tem aqui um volume... um peso.../ ELA — Ora qual, doutor! Não é aí, é mais abaixo que tenho um peso e um volume respeitável.”

ordem de gênero e as tensões nela geradas pelas crescentes prerrogativas dos médicos nos assuntos da intimidade familiar. Se por um lado esses profissionais se projetavam como figuras de autoridade científica da cura, por outro havia ainda temores quanto à sua imparcialidade e objetividade, especialmente no contexto de seu acesso aos corpos femininos.

Ao que tudo indica, muitos homens podem ter tido dificuldade em suspender seus temores em relação aos procedimentos científicos desses profissionais, dadas as liberdades possibilitadas pela relação terapêutica com as mulheres da casa. Não por acaso, a cobertura do bissemanário sobre a ebulição social contrária à ação modernizadora dos médicos higienistas na capital, que culminou na insurreição popular da Revolta da Vacina em 1904, também dialogou com essas suspeitas.

4.3.3 – As lancetas dos doutores, o mata-mosquito Oswaldo Cruz e Revolta da Vacina nas páginas d'O Rio Nu

FIGURA 54: "A Vacina". O Rio Nu, ed.661, 05/11/1904, p.8.³⁰⁰

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/706736/per706736_1904_00661.pdf.

Publicada em 5 de novembro de 1904, “A vacina” representou a imunização de uma bela mulher (figura 54). Vestida de forma bastante reveladora, presumivelmente em trajes de baixo, dado a visibilidade do seu espartilho e chemise, a protagonista da composição estava incomodada com a demora de um doutor em “meter o ferro”. Visivelmente mais velho que a sua formosa paciente, o médico retrucou: “Ah! Menina, bem se vê que a senhora não sabe quanto isso é trabalhoso para um homem da minha idade!” (O Rio Nu, ed. 661, 05/11/1904, p. 8).

Havia ali uma clara referência ao sexo penetrativo. A dificuldade do médico em “meter” a lanceta³⁰¹ na sua paciente aludia à recorrente chave humorística do homem velho impotente.

³⁰⁰ Legenda da Imagem: “— Ora, doutor, acabe com isso! A sua barba está me espinhando o braço! Parece que o senhor está com mais medo do que eu... Vamos meta o ferro de uma vez! / — Meter o ferro! Ah! Menina, bem se vê que a senhora não sabe quanto isto é trabalhoso para um homem da minha idade...”

³⁰¹ Invenção francesa do final do século XIX, “pena” ou “estilete” de vacinação era uma lanceta metálica, moldada na forma de ponta de flecha que era encaixada em um cabo de madeira ou de metal que servia como empunhadura. A técnica utilizada com esta lanceta era através da perfuração.

O humor vexatório da composição não apenas reforçava a abjeção da disfunção sexual masculina, mas também reverberava os pânicos morais que também permearam os debates relativos à lei de obrigatoriedade da vacinação contra a varíola — projeto apresentado ao Congresso em 29 de junho daquele ano, aprovado pelo Senado em 20 de julho e pela Câmara dos Deputados em 31 de outubro.

Em 5 de novembro de 1904, mesma data da publicação de “A Vacina”, uma multidão de opositores à medida — quase duas mil pessoas — compareceram ao Centro das Classes Operárias, em uma reunião presidida pelo Senador Lauro Sodré. Ali foi fundada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória. De acordo com José Murilo de Carvalho (2005, p. 131), nessa ocasião, importantes interlocutores da causa enfatizaram a ideia de que a vacinação obrigatória resultaria na invasão do lar e na ofensa à honra do chefe da família, devido às supostas liberdades oportunizadas a estranhos pelo procedimento com as mulheres da casa.

O deputado federal pernambucano, positivista, de origem militar, Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931), foi uma das principais autoridades a se valer de argumentos moralistas para se opor à lei da vacinação obrigatória. No evento em questão, o político reafirmou acusações que já havia bradado anteriormente na Câmara dos Deputados (Carvalho, 2005, p. 132). Para o legislador a lei era “obscena” e “ignominiosa”, pois “só o médico da Saúde Pública” teria “competência para dizer se tal criatura mostra a cicatriz da vacina em membro inferior”, o que lhe daria assim “carta de corso para a mais infame pirataria” (Sevcenko, 2018, p. 11). Muito embora fosse protocolo a aplicação da vacina em um dos braços, os opositores da sua obrigatoriedade logo trataram de ressaltar a possibilidade de sua aplicação nos membros inferiores e nas coxas (Carvalho, 2005, p. 132). No boca-a-boca, essas especulações escalaram para alegações de que a vacina poderia ser aplicada nas nádegas ou até mesmo nas virilhas das mulheres (Carvalho, 2005, p. 132).

Desde a apresentação do projeto de lei perante o Congresso em 29 junho pelo senador governista alagoano Manuel José Duarte (1858-1914), a proposta da obrigatoriedade³⁰² da vacina antivariólica foi objeto de várias controvérsias. Sua proposição foi uma oportunidade valiosa para que diferentes segmentos opostos ao governo de Rodrigues Alves — militares ligados a Floriano Peixoto, intelectuais positivistas, republicanos radicais e até monarquistas —, unindo-se aos antivacinistas, tentassem angariar antipatia da população ao mandato do presidente paulista. (Sevcenko, 2018, p. 17-20; Needell 1987, p. 244-249). Foi desencadeado

³⁰² No Rio de Janeiro, a vacinação da doença era obrigatória para crianças desde 1837 e para adultos desde 1846, conforme o Código de Posturas do Município, mas isso não era reforçado.

um debate exaltado, que transpôs a esfera do Legislativo, para empolgar com fervor as páginas da imprensa e a população da capital federal (Sevcenko, 2018, p. 17-18).

Já no dia seguinte à apresentação da proposta, na sessão “Crônica política” d’*O Rio Nu* o colaborador que assinava como Armando Sacramento afirmou que era contínuo “[...] o sarilho contra a vacina obrigatória. Barbosa Lima, homem levado da carepa, não dá folga e protesta todos os dias contra a introdução da lanceta no povo e tem toda a razão” (O Rio Nu, ed. 633, 30/06/1904, p.4.). Contrário à obrigatoriedade vacinal, o comentarista político do bissemanário a equiparou, maliciosamente, à penetração sexual, convicto de que o povo carioca não ia gostar de ser “furado” sem consentimento:

A higiene pode dar a sua espetadela em quem quiser, uma vez que o homem ou a mulher não franza o sobrolho e consinta.
Mas obrigar um mortal a levar ferro contra a vontade, é demais! Não admito e já estou gritando.
[...]
Os médicos não olharão coisa alguma e meterão a torto e direito... eles estão doidos para meter...
Se eu tivesse sogra mandaria que o médico da higiene lhe empurrasse toda a linfa até gangrenar a velha por todos os lados. Vai ser uma verdadeira roda-viva³⁰³.
Zé povo não é arara, protesta, não quer levar coisa, não quer ser furado; a... higiene insiste e acompanhada de praças de polícia, empunhará o bisturi e grimpará como gente.
E não haverá mulher que não fuja horrorizada ao ver um doutor de ferro em punho a querer espetar a humanidade!
Isso não podia ser!
Tenha a santa paciência o governo!
É preciso muito cuidado com o negócio. Que por causa disso não surja uma revolução... na barriga do povo, obrigada a prisões... de ventre (O Rio Nu, ed. 633, 30/06/1904, p. 4.).

No trecho, os médicos foram referidos como homens pouco criteriosos e novamente subentendidos como um tanto pervertidos, “doidos para meter”. Por sua vez, o povo foi tipificado na figura masculina popular na imprensa ilustrada do “Zé Povo” — sob a ameaça de, mesmo a contragosto, ser furado. A convenção social do imperativo viril de se manter impenetrável foi colocada em jogo pela opção de masculinizar a população carioca — o que, por sua vez, apenas agravava a conjectura do comentarista de que, em caso de resistência, a Higiene, com o auxílio de “praças de polícia, empunhará o bisturi e grimpará como gente”³⁰⁴. O caráter obrigatório era narrativamente implicado, portanto, como uma violação da vontade e

³⁰³ Roda-viva é mesmo que movimento incessante; atividade, azáfama, inquietação, grande atrapalhão; barafunda, confusão.

³⁰⁴ “Grimpar: Investir, arremessar-se contra alguém, respingar; responder desabridamente, com insolência”. Figueiredo, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Lisboa: Editora Tavares Cardoso e Irmão. 1899, p. 681.

que, em última instância, podia implicar na violação dos próprios corpos cariocas. Daí o apelo humorístico do desejo punitivo expresso pelo comentarista em levar uma sogra — figura non grata historicamente para homens casados — para ser vacinada “por todos os lados”.

A proposta de obrigatoriedade vacinal à que *O Rio Nu* tanto se opôs desdobrava-se da regeneração urbana prometida por Rodrigues Alves para a Capital Federal. O seu projeto de modernização do Distrito Federal se estendeu por três eixos principais: o embelezamento e saneamento do Rio de Janeiro, e o melhoramento de seu porto. Pereira Passos foi designado para embelezar a cidade e Lauro Muller para reformar o porto. Já para sanar a Capital, em 1903, foi designado o médico e bacteriologista Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917), que ocupou a chefia da Diretoria-Geral da Saúde Pública, até 1909.

Tão ou até mais desafiadora quanto a missão de Pereira Passos de embelezar o centro do Rio de Janeiro, o encargo sanitário de Oswald Cruz também era bastante ambicioso: pôr fim às epidemias que assolavam a capital desde pelo menos meados do século anterior³⁰⁵. Estas contribuíam para a sua percepção, no cenário internacional, como uma cidade perigosamente pestilenta. Com pouco mais de 30 anos na ocasião da sua posse, mas detentor de um currículo invejável, Cruz contava com a experiência de ter participado do combate bem-sucedido à peste bubônica na cidade paulista de Santos.

Filho do Dr. Bento Cruz, médico que chegou ao cargo de inspetor-geral da Higiene, Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em 1872 (Fraga, 2005, p.33). Seguindo os passos do pai, Oswaldo graduou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, apresentando uma tese de doutoramento (Fraga, 2005, p.33). Em 1897, se mudou para Paris, onde permaneceu por dois anos estudando microbiologia, soroterapia e imunologia no famoso Instituto Pasteur (Fraga, 2005, p.38). Ao regressar da capital francesa em 1899, Cruz trabalhou na Policlínica Geral e se juntou à comissão de Eduardo Chapot-Prévost na pesquisa da proliferação da peste bubônica através do porto paulista (Fraga, 2005, p. 40). Pouco tempo depois, integrou o Instituto Soroterápico Federal (Fraga, 2005, p.43).

No final de 1902, em meio a divergências sobre a política de produção de soros e vacinas do Instituto Soroterápico Federal, o proprietário do instituto, Pedro Afonso de Franco (1846-1920), deixou sua direção. No dia 9 de dezembro 1902, Oswaldo Cruz foi nomeado diretor-

³⁰⁵ Há décadas, a imigração, o fluxo marítimo, o comércio internacional e a vida econômica da cidade vinham sendo dificultados ou até mesmo paralisados por emergências sanitárias. Dentre as muitas epidemias da história da cidade, pode-se destacar devastação causada por uma epidemia de febre amarela em 1850 e cinco anos depois um surto de cólera. Nos anos seguintes (1868, 1873 e 1876) a febre amarela voltou a atormentar os cariocas, causando milhares de vítimas. A varíola também era uma velha conhecida do Rio, visitando-o constantemente durante o Império e primeiros anos da República, quando desembarcou na capital a Peste Bubônica.

geral da instituição (Fraga, 2005, p. 44-45). Porém, mal havendo tomado posse do cargo, Cruz foi convidado a assumir a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em substituição a Nuno de Andrade (Fraga, 2005, p. 48). Empossado oficialmente como Diretor Geral da Saúde Pública em 23 de março de 1903, Oswaldo Cruz apresentou um plano detalhado para erradicar a febre amarela no Rio de Janeiro em até três anos. Além disso, comprometeu-se a combater a peste bubônica e a varíola na capital.

Semelhante a Pereira Passos, Cruz também possuía uma sólida trajetória técnica. No entanto, enquanto a "picareta" do prefeito foi celebrada nas páginas d'*O Rio Nu*, a mesma cortesia não foi estendida à sua "lanceta", ou às dos médicos e agentes de saúde sob seu comando. O “alargamento” de Sebastiana foi, em geral, representado pelos colaboradores do bissemanário como uma medida, apesar dos pesares, necessária para a elevação estética da urbanidade carioca. No entanto, os esforços de seus representantes em divulgar a eficiência e legitimidade da medicina científica não foram suficientes para inspirar os humoristas d'*O Rio Nu* a relevar as práticas dos agentes da Saúde Pública, consideradas autoritárias, mesmo que em nome de um bem maior. Isso pode ter sido influenciado, pelo menos em parte, pelo complicado histórico dos cariocas com as medidas oficiais de combate a doenças e epidemias.

Naquela altura, não era novidade o manejo impositivo, e às vezes até violento, das emergências sanitárias da capital, por parte dos órgãos de Saúde Pública. Os temores relativos aos isolamentos e desinfecções residenciais expressos nas páginas d'*O Rio Nu* durante a chegada da peste bubônica são indicativos disso. No entanto, mesmo muito antes do advento da República, as medidas oficiais de combate aos surtos e epidemias já se provavam pouco sensíveis, e em alguns casos até agressivas à cultura popular carioca.

Em “Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial”, Sidney Chalhoub (2017) localizou questões primordiais da Revolta da Vacina na incompatibilidade entre os ideais civilizatórios burgueses e racistas que se infiltram a partir de 1870 no país e a multifacetada realidade social no Rio de Janeiro. No seu trabalho houve uma especial ênfase em desmitificar a imagem do Regime Monárquico enquanto menos propenso ao combate da cultura popular (Chalhoub, 2017, p. 98). De acordo com o historiador, nas décadas finais do reinado de Dom Pedro II, as medidas da Saúde Pública de combate às doenças na corte já respondiam a um projeto político de “embranquecimento” do Estado Nacional brasileiro. Articula-se aí o crescente cerco das autoridades da corte às moradias coletivas e a prioridade conferida em frear mazelas, que mais proeminentemente afetavam os imigrantes europeus — a febre amarela e a varíola —, em detrimento, por exemplo, da tuberculose, mais comum entre afrodescendentes (Chalhoub, 2017, p.57).

Tendo acumulado quase mil óbitos em 1902 — ano anterior à sua posse —, a epidemia de febre amarela foi o primeiro alvo dos empreendimentos sanitaristas de Oswaldo Cruz.³⁰⁶ O médico microbiologista adotou o método profilático desenvolvido pelo cubano Carlos Finlay, defensor da tese da transmissão da febre pelos mosquitos *Stegomyia fasciata* (Carreta, 2011, p. 681; Carvalho, 2004, p. 94). Tratava-se de uma abordagem inovadora, que suspendeu todos os métodos higiênicos até ali empregados no combate à doença, reorientando a ação da Saúde Pública para o combate ao mosquito e o isolamento dos “amarelentos” em suas residências, provendo os quartos dos doentes com telas para impedir a entrada do transmissor (Carreta, 2011, p. 282).

Para dar cabo desse empreendimento, em 15 de abril de 1902 foi fundado o Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela (O Paiz, 18/04/1903, ed. 6766, p.1). Depois, foram criadas as brigadas sanitárias, constituídas

[...] por 1 inspetor do serviço, responsável por toda a execução das atividades e nomeado por decreto; 10 médicos que o auxiliam, destacados dentre os inspetores sanitários pelo diretor geral de saúde pública, mediante indicação do inspetor do serviço; 70 auxiliares acadêmicos e 9 chefes de turma, nomeados pelo diretor geral de saúde pública; 1 administrador do serviço, 1 almoxarife e 1 escrivão-arquivista, nomeados por portaria do Ministro; 200 capatazes, 18 guardas de saúde de primeira classe e 18 de segunda classe, 18 carpinteiros e pedreiros, bombeiros, cocheiros, nomeados pelo inspetor do serviço; e quantos mais trabalhadores fossem necessários (Brasil, 1905).

De acordo com Carvalho (2004, p. 94), cerca de 2.500 “mata-mosquitos” — como eram popularmente conhecidos os funcionários de Cruz — passaram a circular pela cidade, concentrando suas ações nas áreas mais pobres e densamente povoadas. Somente entre 22 de abril e 31 de dezembro daquele ano, dados oficiais contabilizaram 59 isolamentos, 2.692 expurgos completos de casas infeccionadas, a destruição de 788 focos de larvas e 302 visitas de vigilância médica (Carreta, 2011, p. 683). No ano seguinte, em 1903, para acabar com os transmissores da peste bubônica, Oswaldo Cruz instituiu o combate aos ratos através da sua caça, a aplicação de raticidas pela cidade, além da obrigatoriedade do recolhimento do lixo.

Na edição 495, de 4 de abril de 1903, ao comentar a posse do novo diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, a coluna “A Vida no Rio” reconheceu no “Dr. Oswaldo Cruz” um “moço de reconhecido merecimento”, capaz, portanto, de fazer com que “a população do Rio de Janeiro não veja mosquitos nem mesmo por cordas” (O Rio Nu, 04/04/1903, ed. 495, p. 2). Todavia, o autor da coluna, X, compartilhava da amplamente difundida suspeita de que o

³⁰⁶ Não obstante a oposição que encontrou, a campanha de Oswaldo Cruz rendeu resultados positivos e o número de casos de febre amarela foi reduzido. Os mil óbitos de 1902 caíram para 548 no ano seguinte. Em 1904 foram apenas 48 mortes, 289 em 1905, 42 em 1906, 39 em 1907, 04 em 1908 e nenhuma em 1909.

mosquito não era o único vetor da febre amarela.³⁰⁷ X chegou a atribuir a proliferação da doença à falta de asseio, afirmando que “é forçoso pôr a vergonha de lado e confessar que, se o Rio tem elementos para ser a primeira cidade do mundo, nem por isso deixa de ser a mais porca” (O Rio Nu, 04/04/1903, ed. 495, p. 2).

Em 11 de abril daquele ano, a mesma seção passou a ironizar as excursões científicas de Cruz à América Central para estudar métodos de combate aos vetores da doença. Contrariado, o autor chegou a afirmar que, se conhecesse o “doutor”, encomendaria “uma caixa de charutos”, pois “ao menos para alguma coisa serviria o passeio a Cuba” (O Rio Nu, ed. 497, 11/04/1903, p. 2). Em 2 de maio de 1903, Oswaldo Cruz foi apelidado de “Oswaldo Stegomia Cruz”, numa ironia aos seus esforços pela erradicação dos mosquitos do subgênero *Stegomyia* (O Rio Nu, 02/05/1903, p. 2)³⁰⁸.

Em outubro, a seção “Sob os Ciprestes”, onde se publicavam falsos anúncios fúnebres, afirmou ironicamente que “Oswald Cruz (...) Morreu... de medo, ainda jovem. Por num olho o ter picado um stegomia-fasciata!” (O Rio Nu, ed. 553, 24/10/1903, p. 3). Já em 6 de abril de 1904, a coluna “Semana Despida” afirmou existir uma crescente “grita popular” contra as medidas de higiene com as quais Oswaldo Cruz “pensa salvar de todo mal o Rio de Janeiro” (O Rio Nu, ed. 600, 06/04/1904, p. 2). Ou seja, no período de um ano, Cruz passou de uma figura de certo mérito para alguém que, segundo a “Semana Despida”, não estava de fato salvando a capital, mas apenas acreditava estar fazendo isso, para o desgosto dos populares.

É bem possível que muitos estivessem realmente desgostosos com Oswaldo Cruz e seus “mata-mosquitos”. Essas brigadas sanitárias eram frequentemente acompanhadas por policiais e suas visitas muitas vezes causavam “rebuliços” pela cidade, especialmente nas áreas mais pobres (Carvalho, 2004, p. 94). Os habitantes dessas localidades eram, com maior frequência, obrigados a receber os agentes de saúde e a deixar suas casas para vistorias e desinfecções (Carvalho, 2004, p. 94). Essas visitas sanitárias eram no mínimo desconfortáveis, podendo

³⁰⁷ Entre a Imprensa era bastante difundida a desconfiança em relação a “Teoria Havanésca” de que o mosquito era o único vetor da doença. De acordo com Fraga (2005, p.90), “A campanha agressiva da imprensa se fazia em tons diversos de expressão, desde o artigo veemente, passando pela análise azeda, o comentário humorístico, a sátira mordente ... Represava no Congresso, como motivo de oposição ao governo; no Conselho Municipal, sob pretexto de defesa da população, escondendo o verdadeiro intuito de propaganda eleitoral; também a ciência oficial não faltou ao debate, manifestando-se sem conformidade com as aquisições recentes, na fidelidade aos velhos processos de desinfecção já gastos e desmoralizados em largos anos de aplicação inútil e dispendiosa. Aos que o cercavam dizia Oswaldo Cruz - *minha resposta será a extinção da Febre amarela.*”

³⁰⁸ A grafia errônea de “Stegomia”, com a supressão do “y”, pode muito bem ter sido uma opção humorística para maximizar a ridicularização de Oswaldo Cruz, ao não referenciar sequer o nome correto do subgênero de mosquitos que o sanitarista tentava combater.

ocasionar desde intromissões indesejadas na intimidade, possíveis danos a bens e, no pior dos cenários, até a condenação dos imóveis (Needell, 1987, p. 257).

Os donos de estalagens e cortiços também sofreram grandes prejuízos nessa época. Muitos tiveram que reformá-los ou até mesmo demoli-los por ordem da Diretoria de Saúde Pública (Carvalho, 2004, p. 94). Mesmo antes do projeto de lei da vacinação antivariólica obrigatória ser apresentado ao Congresso, já proliferava na imprensa séria,

[...] denúncias de abusos cometidos pelos agentes da higiene. Em 20 de maio o *Correio da Manhã* descrevia o entreviro entre um oficial do exército, morador da Praia de Botafogo, e uma brigada de mata-mosquitos. Segundo o jornal, os funcionários invadiram atrevidamente a casa do militar, de balde, vassoura e creolina nas mãos para realizar a desinfecção. Sujos e malcheirosos, eles sequer tiraram os chapéus! Alguns dias depois, nova arbitrariedade. O dr. Serafim, Comissário da Saúde Pública, realizou a desinfecção em uma casa da rua do Comércio, destruindo móveis e roupas, além de sujar as paredes e portas do local. Os produtos usados ainda causaram incômodos à saúde dos moradores. Um deles chegou a ser preso, pois se trancou em sua casa e impediu a entrada dos funcionários da saúde. Alegava que uma desinfecção anterior afetara a sua irmã e não consentiria que ela fosse feita novamente (Carreta, 2011, p. 684).

Uma das ocorrências mais graves, atribuída pela imprensa à ação das brigadas foi a morte da pequena Iracema. Referido como um “Homicídio Higiênico”, em uma reportagem do *Correio da Manhã* de 17 de julho de 1904, o óbito da menina residente de uma habitação multifamiliar foi atribuído a queimaduras por contato com ácido fênico, uma substância usada nas desinfecções e que, supostamente, foi deixada empossada no local pelos agentes da Saúde Pública (O *Correio da Manhã*, ed. 1130, 17/07/1904, p. 1). Essa fatalidade ganhou repercussão em vários jornais e foi levada à Câmara dos Deputados por Barbosa Lima, cuja oposição ao projeto de lei da vacinação obrigatória se beneficiava em pintar os “mata-mosquitos” de Oswaldo Cruz como vis ameaças (Carreta, 2011, p. 685).

Representar negativamente os “mata-mosquitos” também foi uma estratégia adotada nas páginas d’*O Rio Nu* — de uma maneira bastante sexualizada, é claro, como era comum na publicação. Em 24 de agosto de 1904, meses antes da aprovação da lei, foi publicada uma fictícia entrevista do Vagabundo com ninguém menos que o próprio Oswaldo Cruz, referido como “Dr. Os Valdo +”. De acordo com a narrativa, o Vagabundo foi convocado por *O Rio Nu* para entrevistar tão ilustre figura após duas mulheres, referidas como “creolas”, terem ido à redação do bissemanário para denunciar que uma delas havia sido agarrada “à força” por um “mata-mosquitos” que, acompanhado por outros homens, queria forçosamente “meter” o “ferro” nela (O *Rio Nu*, ed. 640, 24/08/1904, p. 2).

Questionado pelo Vagabundo sobre o que motivou seus “mata-mosquitos” a agarrarem duas “creolas”, no meio da rua como “se fossem os cachorros do Passos”, o Dr. “Os Valdo”

respondeu que a razão era “muito simples”: para meter-lhes “de uma vez só (...) toda [a] lanceta” — algo que o doutor ficcionalmente admitiu ser adepto de fazer com “meninas” (O Rio Nu, ed. 640, 24/08/1904, p. 2). Na mira ameaçadora das lancetas dos doutores estavam, até as meninas virgens, cuja “pele macia do corpo”, os doutores desejavam “furar” bem “devagarinho” (O Rio Nu, ed. 640, 24/08/1904, p. 2). Apelava-se não apenas aos temores sobre a truculência dos agentes de saúde, mas também ao imperativo de proteger meninas virgens, historicamente associadas a noções de pureza e fragilidade.

Em uma sociedade patriarcal como aquela, fazia muito sentido recorrer a representações que evocassem a suposta vulnerabilidade de mulheres e crianças. Não é à toa que *O Correio da Manhã*, o mais importante diário a se opor à obrigatoriedade vacinal³⁰⁹ apelou recorrentemente aos instintos protetivos de seus leitores. A morte de Iracema não foi a única atribuída à ação da Saúde Pública em suas páginas. No mesmo mês, o diário noticiou mais dois supostos óbitos de crianças, atribuindo-lhes ao “despotismo sanitário do sr. Oswaldo Cruz”. Segundo foi noticiado, uma das mortes teria sido causada pela vacinação antivariólica, e a outra devido à uma intoxicação causada pela substância utilizada pela Higiene na desinfecção das residências. Sob o título “Proezas da Higiene – Duas Mortes”, foi relatado:

Mais duas criaturas tombam no abismo insondável do tumulto, vitimadas pelas medidas de defesa sanitária postas em prática pelos nossos higienistas. A nossa ciência médica oficial parece atravessar o seu *diaes irae*. Á proporção que ela, cega pelo seu fanatismo, quer impor os seus arbitrários meios profiláticos, o povo vai, com os factos, argumentando a desconfiança que alimenta pela eficácia de tais medidas.

[...] .

Hoje, a pena do noticiário compungido tem de registrar o óbito de mais dois entesinhos, nessa idade inocente dos risos e pensamentos bons, nessa idade em que nem ao menos as vítimas podem ter uma exclamação de dor vingativa e contra seus martizadores. Uma loura menina, de dois anos, vivia robusta e sadia, cercada dos carinhos extremados de pais orgulhosos de um fruto tão belo do amor que lhes unia. Um dia, em hora maldita, apresenta-se naquele lar feliz um homem da ciência. Pinta aos pais atemorizados os perigos que corria filhinha querida, presa facilíma da varíola impiedosa, que tantas vítimas faz. Cega-os a ideia sinistra de verem morta ou deformada a filha extremada e, sem mais refletir, os pais interessados entregam-na ao representante da higiene. Em breve o bisturi rasga-lhe a carne terna e rosada, inoculando no débil organismo infantil não a vacina salvadora, mas a morte cruel.

[...] O outro mártir do despotismo sanitário do sr. Oswaldo Cruz é também uma criança, de um mês e cinco dias de idade. Chamava-se Oswaldo e faleceu, em meio a torturas horríveis, sufocado pelo ácido fênico com que desinfetaram

³⁰⁹ No que diz respeito aos grandes diários cariocas, os jornais de linha governista, como o *Jornal do Comércio* e *O País*, mantiveram-se favoráveis ao projeto da vacina obrigatória, apoio inicialmente compartilhado também por *A Gazeta de Notícias*. Nos meses que se seguiram à apresentação da proposta ao Congresso, porém, *A Gazeta* acabou se unindo ao bloco oposicionista, encabeçado pelo popular *O Correio da Manhã* e que também contava com o *Jornal do Brasil*, de viés monarquista, e o *Comércio do Brasil*, dirigido pelo deputado positivista Alfredo Varela.

a casa n. 133 da sua Quitanda.[...] Maldita higiene essa, que para matar epidemias, precisa ter como troféus esquifes de crianças e lágrimas maternas! (O Correio da Manhã, ed. 1139, 26/07/1904, p. 3).

Apenas seis dias após a aprovação da lei da vacina antivariólica obrigatória no Senado, em 20 de julho de 1904, *O Correio da Manhã* optou por detalhar, sensacionalmente, a morte de uma "loura menina de dois anos" em decorrência do procedimento imunizante. Como argumentaram Barbosa (2007) e Sodré (1966), apesar das mudanças decorrentes da crescente orientação empresarial dos jornais da imprensa tradicional que começam a se delinear com século XX, fórmulas narrativas bastante antigas persistiram em suas páginas. Ainda que àquela altura, os textos já houvessem começado a ser separados entre colunas opinativas e aqueles escritos em terceira pessoa, a cobertura de crimes persistiu recheada de floreios folhetinescos, imprecisões, suposições e até opiniões explícitas.

Isso justificaria as liberdades d'*O Correio da Manhã* ao narrar como a suposta vítima "vivía robusta e sadia, cercada dos carinhos extremados dos pais" até a chegada em seu "lar feliz" de "um homem da ciência". Essa figura, tampouco identificada pelo nome, foi incutida de ares monstruosos, descrita "rasgando" a "carne terna e rosada" da menina e "inoculando no débil organismo infantil não a vacina salvadora, mas a morte cruel" (Correio da Manhã, 26/07/1904, Ano IV, 1139, p. 3).

O uso do verbo "rasgar" para se referir à vacinação, em vez de "aplicar", reforçava, narrativamente, a imagem monstruosa do médico e acentuava uma percepção de dor. Tal escolha, possivelmente, foi evocava traumas profundamente arraigados entre os cariocas, decorrentes do histórico de procedimentos rudimentares e dos "descaminhos técnicos e burocráticos do serviço de vacinação ao longo de um século" (Chalhoub, 2017, p. 151).

Instituído na Corte em 1804, o serviço de vacinação enfrentou diversas dificuldades ao longo do século XIX, desde a custosa aquisição da linfa europeia, o constante questionamento sobre a eficácia da vacina, a concorrência com práticas populares de variolização, além de escândalos envolvendo a transmissão da mortífera sífilis através do procedimento de vacinação braço a braço (Chalhoub, 2017, p. 142). Durante séculos, o protocolo vacinal oficial contra a varíola exigia que, após ser inoculado com o vírus, o indivíduo retornasse dias depois para que a pústula variólica fosse extraída lenta e dolorosamente de seu braço, a fim de ser aplicada no próximo paciente (Chalhoub, 2017, p. 141). Esse procedimento sem dúvida contribuiu para a "repugnância que a população mostrava pela vacina" em 1904, mesmo que, àquela altura, já estivesse em desuso (Chalhoub, 2017, p. 141).

Alimentando essa repugnância, *o Correio da Manhã* não se limitou a apenas cobrir enviesadamente as "proezas da higiene". Cerca de um mês depois, em 18 de agosto, o diário

matinal começou a publicar uma coluna fixa intitulada “Contra a Vacina Obrigatória”, traduzindo e veiculando apenas a opinião de autoridades estrangeiras — filósofos, estadistas e até de outros médicos — contrários à vacinação. Nela eram evocados princípios constitucionais de liberdade, aludidos os perniciosos efeitos adversos e até pânico morais relativos à ação dos “mata-mosquitos”. Entretanto, mesmo com a oposição contando com um diário tão popular e tentando a todo custo reforçar a resistência à medida, postergando a aprovação do projeto, por desenho da política dos governadores, os debates em relação a obrigatoriedade na Câmara de Deputados decorriam favoravelmente a causa governamental.³¹⁰

No dia 28 de outubro, a “Semana Despida” da edição 650 d’*O Rio Nu* repercutiu, amarguradamente, a então eminente regulamentação da medida. Para tanto, recorreu a uma descrição do procedimento vacinal, menos funesta que a do *Correio da Manhã*, contudo infinitamente mais maliciosa, novamente erotizando as lancetas dos doutores — dessa vez, com mais detalhes:

Vamos ter a vacina obrigatória,
Aprovado já foi o tal projeto,
Horrífico, abjeto!
Que leve para o inferno o demo da história!
Vai ser uma massada,
Ninguém escapará
De uma boa e valente *lancetada*
Assim ao Deus dará.
As meninas já fogem pressurosas,
Esquálidas de horror,
Já trêmulas nervosas,
Do ferro imenso do senhor doutor,
Pare brincadeira!
O projeto passou de cambulhada,
[...]
Ai! Não posso admitir jamais sequer
Que um *roxo* doutorzinho,
Embora com carinho,
Empurre na mulher,
A linfa colossal de uma vacina,
Gomosa, horrenda e preta,
Na ponta muito *fina*,

³¹⁰ A Política dos Governadores, ou Política dos Estados, como a denominou seu idealizador, o presidente Campos Sales (1898-1902), não foi instituída por meio da Constituição, mas resultou de um “pacto não escrito” entre os principais atores políticos do período: o governo central, representado pela Presidência da República, as oligarquias estaduais e os chefes políticos locais — os coronéis” (Davalle, 2011, p. 231). Nesse arranjo o governo federal concedia poder, liberdade política e benefícios econômicos às oligarquias estaduais. Em contrapartida, essas oligarquias garantiam a escolha dos candidatos por meio do voto aberto, comandado e manipulado pelos coronéis, que representavam a força política local. Assim, as elites regionais monopolizavam o poder político e econômico dos estados, muitas vezes sob o controle direto dos coronéis. Para ver mais: DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1134>. Acesso em: 25 fev. 2025.

De uma *grossa* lanceta!
 O negócio é deveras decidido;
 Mas pergunto uma coisa:
 Quem tem direito de espetar a esposa?
 — Simplesmente o marido!
 Eu vaticino ao caso horrível sina,
 Uma funesta glória!
 Abaixo essa vacina obrigatória,
Desobrigada seja essa vacina! (O Rio Nu, ed.650, 28/09/1904, p.2).

Em outro exemplo de duplo padrão moral esse mesmo periódico, que frequentemente explorava a infidelidade conjugal com fins voyeurísticos, também se opôs à obrigatoriedade vacinal priorizando argumentos que evocavam pânico morais relacionados à moralidade sexual e à honra familiar. Descrevendo a lanceta como uma série de adjetivos alusivos ao falo — “*grossa*”, “de ponta *fin*”, “gomosa”³¹¹ —, os versos da citada “Semana Despida” sexualizavam a prática médica, mais uma vez aproximando a vacinação da consumação sexual violadora. Essa violação, que até podia ser engraçada para as sogras, no caso das esposas, ameaçava o “direito” do marido pela exclusividade de penetrar, “espetar” aquela que deveria se tornar “sua” mulher através do matrimônio.

Dois meses depois, a vacina antivariólica foi “desobrigada”, tal como clamavam os supracitados versos da “Semana Despida”, mas isso teve um alto custo: A Revolta da Vacina, uma insurreição generalizada com grande adesão popular e que ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904 na Capital Federal³¹². Durante cinco dias de fúria, o Rio de Janeiro foi palco de uma das maiores revoltas urbanas da história da cidade. A capital em reforma se tornou uma praça de guerra. Dos escombros dos “bota-abaiços”, os populares ergueram verdadeiras barricadas:

[...]a rebelião ganharia um vigor inimaginável, prorrompendo a legião dos amotinados numa fúria incontida contra praticamente todos os veículos que se achavam nas ruas centrais da cidade, destruindo todas as lâmpadas da iluminação pública, arrancando os calçamentos das ruas, onde eram erguidas verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas, assaltando delegacias e repartições públicas, redistribuindo armas, querosene e dinamite roubadas da polícia ou das casas de comércio, mas não raras vezes presenteados pelos pequenos lojistas, que colaboravam ativamente com o movimento. As autoridades perderam completamente o controle da região

³¹¹ Mesmo que gosmenta, pegajosa, viscosa, uma referência aos fluídos do pênis.

³¹² Para ver mais sobre a Revolta da Vacina ler: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca carioca, 1992. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. ROCHA, Oswaldo P. A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995. SEVCENKO, Nicolau (org). História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa, densamente habitados por grupos populares (Sevcenko, 2018, p. 30).

Em 29 de junho de 1904 o governo enviou ao Senado um anteprojeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola para todas as pessoas. O projeto enviado ao Congresso em 1904, foi aprovado no Senado em 20 de julho e na Câmara no fim de outubro. Todavia, a revolta não ocorreu imediatamente após a aprovação da lei da obrigatoriedade vacinal na Câmara, no dia 31 de outubro. O seu estopim foi o vazamento, em 9 de novembro, pelo jornal *A Notícia*, do plano de regulamentação da implantação da lei, redigido por Oswaldo Cruz (Sevcenko, 2018, p. 17-18). Visando maximizar o sucesso no combate à varíola, esse plano estipulava de forma compulsória a vacinação e, posteriormente, também a revacinação de todos os cidadãos maiores de seis meses de idade (*A Notícia*, ed. 265, 09/11/1904, p. 1). O regulamento vazado também estipulava a exigência de atestados comprovando a realização desses procedimentos, previa multas e demissões sumárias para os que não cumprissem as determinações, e ainda limitava a interposição de recursos, defesas e omissões (*A Notícia*, ed. 265, 09/11/1904, p. 1). O objetivo da Saúde Pública era uma campanha maciça, rápida, sem embaraços de mais amplo sucesso no menor prazo: “Não se cogitou da preparação psicológica da população, da qual só se exigia a submissão incondicional” — uma insensibilidade “política e tecnocrática” que foi “fatal para a lei da vacina obrigatória” (Sevcenko, 2018, p. 26).

No clássico “Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpora Rebeldes”, Sevcenko (2018, p. 114) identifica as raízes dessa violenta sublevação a partir dos conceitos de “capitalização, aburguesamento e cosmopolitização”. O autor argumenta que a Revolta da Vacina foi um dos mais “cruéis” efeitos da “metamorfose urbana” iniciada na capital federal em 1902 (Sevcenko, 2018, p. 114). De acordo com Sevcenko, os partidários da “regeneração nacional” almejavam modernizar a aparência do Rio de Janeiro, transformando-o em um cartão de visitas representativo dos ideais burgueses de estabilidade, segurança, higiene e identidade cosmopolita (Sevcenko, 2018, p. 110). A explosão da revolta em 1904 e o subsequente amotinamento popular foram, para o pesquisador, uma reação daqueles que mais arcaram com os ônus sociais desse projeto modernizador, numa expressão de resistência popular ao processo de aburguesamento da capital e aos desmandos dos seus administradores.

De acordo com dados oficiais do Centro Cultural do Ministério da Saúde, violentamente reprimida, a revolta resultou em aproximadas 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos. Durante o curso dessa insurreição por quase uma semana, o governo, submerso no caos, lançou mão de todos os recursos imediatamente disponíveis para a repressão da revolta popular (Sevcenko,

2018, p. 31-31). Além da força policial local, foram acionados todos os reforços imagináveis, tropas do Exército e da Marinha, convocando-se também as suas unidades acantonadas em regiões limítrofes: fluminenses, mineiras e paulistas e, eventualmente, até a Guarda Nacional (Sevcenko, 2018, p. 31-31).

Paralelamente à revolta popular, e agravando a sensação geral de desordem, houve também uma sedição militar naquela semana. Usando o motim civil como pretexto, um grupo de oficiais do Exército e estudantes militares tentou dar um golpe de Estado. Ao contrário de muitos opositores, os líderes dessa revolta militar não eram necessariamente avessos ao intento modernizador republicano ou mesmo à ciência por trás da vacina, como observado por Needel (1987, p. 247). O que eles rejeitavam era apenas a imposição política da sua obrigatoriedade, embora, de longe, essa não fosse a sua principal motivação para tomar o poder. Esses militares nutriam, eles próprios, ambições "modernizadoras", mas buscavam uma alternativa política oposta à política dos governadores liderada pela oligarquia paulista, que consideravam anacrônica, atrasada, incapaz de verdadeiramente regenerar a nação³¹³ (Castro; Gagliardi, 2009, p. 62; Needel, 1987, p. 247).

Esse movimento foi influenciado por Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) e Barbosa Lima, mas factualmente orquestrado pelos generais Silvestre Travassos e Olímpio da Silveira, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes, que se reuniram no dia 14 de novembro de 1904, no Clube Militar, com o objetivo de derrubar o governo de Rodrigues Alves — missão que teve um resultado canhestro:

Gomes de Castro foi preso, ao tentar sublevar os cadetes da Escola do Realengo, pelo próprio comandante da instituição, o general Hermes da Fonseca. Já o general Travassos, em companhia de Lauro Sodré e Alfredo Varela, consegue depor o general Macedo Constalat, comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, e obtém o apoio dos alunos, cerca de trezentos, para o seu projeto de marchar sobre o Catete. Apercebem-se, entretanto, de que o arsenal da Escola dispõe de muita pouca munição. Tentam, então, entrar em contato com outras unidades para conseguir armas, munição e reforços, mas são malsucedidos. Dispõem-se finalmente, a marchar assim mesmo para o palácio presidencial. Haviam, porém, perdido muito tempo nessas manobras indecisas. Tomada a Escola às 18h30, somente às 23h iniciaram sua ofensiva. O governo, já informado de tudo, reforçou de todas as formas que pôde a sua sede administrativa (Sevcenko, 2018, p. 44-45).

Após um tiroteio noturno nas proximidades da sede administrativa e que durou cerca de meia hora, vitimando fatalmente um aluno da Escola Militar, um sargento e o próprio Silvestre

³¹³ De acordo com Castro e Gagliardi (2009, p.62): “os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos jacobinos, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais”.

Travassos (?-1904), as forças militares insurgentes foram subjugadas (Sevcenko, 2018, p. 51). A Escola Militar da Praia Vermelha, onde começou o levante militar, também foi bombardeada e, em seguida, ocupada por forças do governo. Os seus alunos foram exilados para regiões de fronteira ao sul e depois desligados do Exército; os líderes civis foram encarcerados e processados por tribunais militares; os populares que a eles se uniram foram perseguidos e presos (Sevcenko, 2018, p. 51-52).

Suprimido o levante militar no dia 15, as preocupações com as proporções que o motim popular assumia foram redobradas. Em 16 de novembro foi decretado o estado de sítio e revogada a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Com a repressão sistemática que se seguiu nos focos de resistência popular e a extinção da causa deflagradora, o movimento perdeu força e foi gradualmente suprimido, deixando um rastro de destruição e violência estatal (Sevcenko, 2018, p. 46).

No dia 23, logo após o fim a revolta, a crônica semana d’*O Rio Nu* retomou essa “semana pândega”:

A coisa estava feia;
 Por causa da vacina
 Fui ver de perto o China
 E nas vendas levei uma candeia
 Que grande sarrabulho,
 Na Gamboa, Saúde...
 Levou um tipo um tiro no pandulho
 De um modo horrendo e rude.
 O povinho grudou,
 Trincheiras preparou
 E, como na quadrilha, fez um tour,
 Armando então com arte
 Um forte baluarte.
 Ao qual o nome deu de Porto Arthur.
 Armados como gente
 Os cabras escovados
 Diziam para os soldados
 Nós brigamos a pedra, a pau, a dente!
 E a soldadesca infrene
 Olhava aquela fúria
 Sem grito, sem lamuria
 Que armada estava até de querosene.

 Foram bonds ao chão
 Arrebentados!
 Ficou a urbe em plena escuridão.
 E os homens, assombrados,
 Fugiram. Quem diria! E por um triz não fiquei sem nariz
 E um tiro não levei pelo *quo vadis*.
 Levei tanta pancada na caveira
 Que não sei mesmo como vivo estou.

Mas, somente, a vacina foi pretexto
 Para depor o governo
 E nos lançar depois em triste inferno,
 E a cabeça do povo pôr num cesto.
 Quantos dias de mísera tristeza!
 Quantos dias de mísera amargura!
 Pudera! Se houve até fuzilaria
 Atrás de um cidadão!
 [...]
 Não suportava o povo com certeza
 A ditadura!
 Porque não sei, leitor, si já te disse,
 Que a ditadura é dura de roer,
 Não houve ainda um homem que a sentisse
 Sem gemer!..
 Eu não desejo mesmo suportá-la, Per Omnia...
 Porém se meu leitor quiser chuchá-la
 Não faça cerimônia...

D. Rodrigues mostrou ser um turuna;
 A força preparou
 E, tendo a seu favor sorte e fortuna,
 O negócio abafou
 Nunca vi tanta tropa pela rua,
 Armada de espingarda!

[...]

Mas o tal Porto Arthur deu que fazer
 E por fim se rendeu,
 Quando oh! Céus, percebeu
 Que tinha o que perder.
 O comandante, o negro Prata Preta,
 Negro matriculado,
 Comandante da praça, sem ter cheta,
 Afinal foi pegado
 E pagando já está as suas obras
 Lá na Ilha das cobras.
 E tomada a trincheira
 Verdadeira
 Não houve nada mais
 E a cidade voltou a paz
 - Job Olinda

[...] (O Rio Nu, ed.666, 23/11/1904 p.2)

Em primeira pessoa, os versos da "Semana Despida" de Job Olinda descreveram dias de fúria, representando um cenário que nos remete a uma guerra urbana: trincheiras, veículos revirados, o perigo iminente de levar tiros, pancadas "na caveira", e até de ser atingido por uma "candeia nas ventas" (O Rio Nu, ed. 666, 23/11/1904 p. 2). Durante os tumultos, mais de 20 bondes da Companhia Carris Urbanos foram destruídos — destino compartilhado pelos lampiões da iluminação pública do centro, o que fez com que a sublevação também ficasse conhecida na imprensa como "Quebra Lampiões" (Sevcenko, 2018).

Sob ordens de Rodrigues Alves, nunca foram vistas tantas tropas pelas ruas da cidade. Job Olinda alegava ele mesmo ter quase sido alvejado, escapando por pouco de levar um tiro nos fundilhos. Com a “sorte” de ter saído vivo apesar das pancadas recebidas na “caveira”, o colaborador sobreviveu para narrar onde os populares se entrincheiraram para resistir à ação das forças armadas. Segundo observou o pornógrafo, os principais redutos da resistência durante a revolta foram bairros pobres, descritos por ele como repletos de um “povinho” que, atrás de barricadas, improvisava armas e munição, utilizando até querosene, “pedra, pau e dente!” (O Rio Nu, ed. 666, 23/11/1904, p. 2).

Em sua cobertura do ocorrido, os versos de Job Olinda distanciaram-se do subtexto sexualmente moralista frequentemente utilizado pelo *O Rio Nu* em sua oposição à obrigatoriedade vacinal. Não houve menções erotizadas ao procedimento imunizante; o perigo das lancetas “pervertidas” dos doutores saiu de foco. Admitiu-se, inclusive, que a reatividade da revolta popular não se limitou a esses temores puritanos. Pelo contrário, nessa “Semana Despida” a oposição à vacina foi apresentada principalmente como um “pretexto” para que o povo reagisse à “ditadura” em que vivia (O Rio Nu, ed. 666, 23/11/1904 p. 2).

Em outras palavras, a insurreição foi representada como uma resposta às duras medidas de exceção impostas à cidade com o aval de Rodrigues Alves para viabilizar suas promessas de reforma e profilaxia da capital. A experiência social nesse contexto autoritário foi admitida como difícil de suportar e até mesmo um tanto violadora, sendo comparada metaforicamente à dificuldade de um homem em não gemer de dor ao ser penetrado contra sua vontade — uma figura de linguagem contundente, considerando que essa era uma das mais graves violações que um corpo masculino podia sofrer na ordem de gênero vigente.

Era — e ainda é, em muitos círculos — praticamente inconcebível admitir que o suposto protetor masculino da honra familiar pudesse ser vulnerável a uma violência sexual sem comprometer sua imagem de macho viril. Não por acaso, nas ocasiões em que algum colaborador d'*O Rio Nu* optou por escusar ou justificar a “ditadura” de Pereira Passos, era comum que o fizesse feminilizando a cidade. Nas páginas do jornaleco malcriado, o Rio de Janeiro se tornava “Sebastiana” quando algum colaborador d'*O Rio Nu* parcial ao projeto de modernização precisava relativizar o autoritarismo do prefeito engenheiro, propondo que o caráter forçoso dos seus alargamentos seria reparável, desde que o “casamento” do prefeito com a cidade produzisse bons frutos — no caso, o embelezamento da capital.

No entanto, enquanto alguns viam nos alargamentos promovidos pelo prefeito a consumação de uma espécie de “lua de mel” que resultaria na elevação estética da cidade, muitos outros sentiram os duros impactos de seus bota-abaxos, que se somavam às

intervenções cada vez mais frequentes das brigadas sanitárias no cotidiano da cidade. Como já foi mencionado, essas operações higiênicas eram mais comuns em áreas pobres, como o bairro da Saúde, local que não por acaso, foi descrito nos versos de Job Olinda como uma espécie de "Porto Arthur" durante a Revolta da Vacina. Esse apelido fazia referência a uma importante base militar disputada na Guerra Russo-Japonesa daquele ano. Situada no extremo sul da península que separa o golfo da Coreia do mar de Bohai, a base russa de Porto Arthur ganhou notoriedade, inclusive na imprensa local, por resistir ao cerco japonês por meses (Kowner, 2017).

Com suas barricadas que impediram as numerosas forças de repressão de entrar por dias a fio, a resistência no "Porto Arthur da Saúde" somente foi sobrepujada em 16 de novembro, através de uma verdadeira operação de guerra (Sevcenko, 2018, p. 46). Após o decreto do estado de sítio na capital, as barricadas que ocupavam a praia e a Rua da Harmonia foram derrubadas: o Exército avançou por terra, enquanto a Marinha, com um couraçado, subjugou os revoltosos pelo mar. A maioria dos entrincheirados se rendeu, e seu líder, Horácio José da Silva, estivador e capoeirista conhecido como Prata Preta, foi preso. Na "Semana Despida" de Job Olinda, a descrição da captura de Prata Preta e da queda da resistência na Saúde precedeu diretamente a afirmação de que "a cidade voltou a ter paz" (O Rio Nu, ed. 666, 23/11/1904 p. 2). Estabeleceu-se ali, portanto, uma relação de causalidade, uma opção narrativa que não nos parece ter se resultado puramente de um esforço de encadear cronologicamente os fatos. Afinal, longe de ser para todos factual, a "paz" que se seguiu à revolta não se estendeu muito além das refinadas confeitarias do centro da cidade.

O espectro ameaçador de uma nova insurreição popular continuou a assombrar as autoridades, que aproveitaram o estado de sítio como pretexto para penitenciar, sem qualquer embaraço legal, não apenas os revoltosos, mas também todos aqueles cuja simples existência já era vista como uma ameaça potencial à ordem — negros, pobres, loucos, capoeiristas, desempregados, prostitutas, entre outros (Sevcenko, 2018; Needell, 1987). Como relatou Lima Barreto, em um diário íntimo em 1904, a República mais uma vez se mostrava um terreno fértil para terrores de ares senhoriais e escravocratas:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrebanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatavam-lhes os côses das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o do Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau. [...] Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a esta história. Durante quatrocentos anos não se

fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos (Barreto, 1956, p. 65)

Enquanto Rodrigues Alves figurou, pela pena de Barreto, associado ao tronco e bacalhau, objetos de violência escravocrata, nas colunas “Semana Despida” após a revolta, o paulista foi referido como um “turuna” — termo que na época designava a esperteza, rapidez de raciocínio e arrojamento (Velloso, 2015, p. 15). Por sua vez, Prata Preta, capoeirista retinto, foi ridicularizado naqueles versos como “um negro matriculado” que, por isso, pagava “as suas obras, lá na Ilha das Cobras”. Ao que tudo indica, Prata Preta e o seu “povinho” eram demasiadamente desordeiros para as sensibilidades boêmias de Olinda. O líder popular chegou a ser subentendido como um homem que não sabia seu lugar, pois tentou bancar o “comandante” sem ter “cheta” — sem dinheiro e boa posição social.

Ou seja, embora criticasse a “ditadura” como algo duro de roer, não a desejando *per omnia* (pela eternidade), Job Olinda parecia disposto a até suportá-la por mais algum tempo. Diante de tudo o que havia ocorrido, a real dimensão de sua insatisfação não superava seu apego à ilusão de paz proporcionada pela restauração do *status quo*, por mais excludente e desigual que fosse. Afinal, o seu relato comemorava o desfecho daquela “semana de pândega”, mesmo que ela tenha sido concluída com a instauração de um formal estado de sítio que para tantos longe daquela redação trouxe apenas tronco e bacalhau.

5 CAPÍTULO 4: “EM TERRA DE CEGO QUEM TEM UM OLHO É REI”³¹⁴ – DISSIDÊNCIA SEXUAL, O FALO E O DESEJO MASCULINO NAS PÁGINAS D’O Rio Nu

Em 19 de outubro de 1904, na terceira página da edição 656 d’ *O Rio Nu*, publicava-se uma nova edição de “Notas de um Boêmio”. Assinada por Jota-Jota, a seção costumava reunir relatos em primeira pessoa sobre as aventuras sexuais de um autointitulado boêmio. O seu protagonista era um homem de muita lábia, sem dinheiro, mas avesso a disciplinar-se à um regime de trabalho formal, preferindo às farras e as conquistas amorosas da noite carioca — em outro exemplo das fronteiras pouco precisas entre a malandragem e a boêmia nas páginas d’O Rio Nu.

³¹⁴ O Rio Nu, ed.69, 06/03/1899, p. 3.

Em meio ao acirramento dos debates sobre a lei da vacinação antivariólica obrigatória e aos rumores sobre as liberdades permitidas aos doutores que penetrassem a intimidade dos lares cariocas com suas lancetas, Jota-Jota subverteu tais temores e tomou ele mesmo liberdades com um belo rapaz que invadiu seu domicílio sob o pretexto de vaciná-lo. Publicava-se então uma das mais minuciosas narrativas do bissemanário alegre centrada em um encontro sexual entre dois homens.

Deitado em sua cama rasteira, Jota-Jota consentiu a entrada do suposto doutor que batia a porta de seu quarto alugado. Logo de cara, o malandro se encantou pela aparência do sujeito:

Abra-se a porta e aparece um cavalheiro alto, possante, de bela aparência, trajado a rigor, calças justinhas, paletó curto, colarinho baixo e bem penteado. As faces pareciam pintadas; um rosto sedutor, olhos grandes e pretos e um ar risonho, deixando ver uma boca lindíssima, completava o tipo (O Rio Nu, ed.656, 19/10/1904, p.3).

A descrição do rapaz de rubras faces e calças “justinhas” evocava a estética popularmente associada, na época, aos chamados “frescos” — homens conhecidos por usar paletó curto, calças que acentuavam as pernas e o bumbum e rugue no rosto (Green, 2019, p. 102). Embora, em seu sentido literal, o adjetivo fresco remetesse à ideia de frescor e à jovialidade, no Rio de Janeiro da virada do século, o termo também integrou a gíria popular, carregado de um duplo sentido malicioso. “Fresco” era frequentemente empregado como sinônimo de “puto”, referindo-se de maneira pejorativa a homens efeminados ou àqueles que, por dinheiro ou prazer, participavam de relações anais de maneira passiva (Green, 2019, p. 72). Esse uso figurou inclusive no Dicionário Moderno de Bock. No léxico depravado, constata-se que o termo “fresco” foi definido como:

[...] adjetivo arejado de modernização depravada. Quase frio, ameno, suave, que não tem calor nem quenturas. Que faz frescuras, que tem o sopro da brisa. Encontra-se muito nos morros e no largo do Rócio (Bock, 1903, p.39 *apud* Preti, 1984, p. 228).

Tal definição, carregada de conotações ambíguas referia veladamente à indivíduos masculinos, adeptos de práticas sexuais homopassivas. Daí, por exemplo, a menção à modernização, algo que, como já vimos no capítulo 3, era frequentemente associado ao sexo anal.

Também referindo veladamente a esses sujeitos, “Notas de um Boêmio” descreveu o suposto médico que visitava Jota-Jota caracterizando-o a partir de vestimentas então comumente usadas por eles para sinalizar a sua disponibilidade sexual a outros homens. Nesse contexto, essa descrição pode ter funcionado como um indicativo para o leitor de como acabaria aquela inspeção higiênica, especialmente, para aqueles iniciados nos códigos do comércio

sexual carioca e familiarizados com a prostituição masculina que prosperava nas sombras do Demi-monde da capital.

Nosso protagonista-narrador, Jota-Jota, aparentemente estava bastante familiarizado com tal cenário. Diante daquela “fresca” visão, o malandro desdobrou-se em cortesias e gentilezas, oferecendo ao seu visitante a única cadeira que dispunha em sua residência como um verdadeiro cavalheiro:

- Desejo falar-lhe.
 - Pois não; queira sentar-se, disse-lhe eu apontando para a única cadeira que tinha,
 - Oh! Não é preciso, venho encontrá-lo justamente como queria, assim deitado melhor nos entenderemos.
 - O que? Deitado? O senhor quer se deitar comigo?
 - Não se assuste, é que sou médico e venho vaciná-lo.
 - Quer então empurrar-me a coisa?...
 - Exatamente, interrompeu o tal senhor, exatamente, eu venho aqui para empurrar... a vacina e como não tenho tempo a perder, peço que se prepare que vou já sacar o aparelho.
- E sacou mesmo, e que aparelho! Santo Deus! Grande como o diabo! (O Rio Nu, ed.656, 19/10/1904, p.3).

Ainda que, naquele ano, os instrumentos dos doutores houvessem sido frequentemente descritos nas páginas d’*O Rio Nu* de maneira assustadora, aludindo a falos, Jota-Jota não demonstrou intimidação diante do imponente “aparelho” do suposto médico que vinha vaciná-lo. Pelo contrário, ao ser confrontado com tal visão, tirou a própria roupa:

- Fiquei nu e propus ao médico que o fizesse o mesmo, porque o calor era muito e aquilo com fresco era melhor.
 - O diabo do homenzinho não se fez esperar, tirou a roupa toda e fechou a porta.
 - Para que fecha a porta, Doutor? Perguntei lhe.
 - Eu não grito, sou homem, aguento calado.
 - Bem bom, disse o esculápio.
 - Quando vi o tal Doutor nu, confesso meu caro leitor, que senti um desejo bestial, tal era a perfeição daquele corpo, que mais parecia estar diante de uma mulher do que de um homem. Houve um momento que o julguei louco: foi quando ele se atirou no leio fofo do assoalho com o Quo Vadis para cima, e que Quo Vadis?...
 - Deita aqui, disse o doutor.
 - Ah! Agora percebo, disse eu com os meus botões, ele não é doutor nem nada, o que ele quer eu sei, veio por informações...
 - Não lhes conto nada, deitei mesmo e Zás! – quem levou a vacina foi ele, quem empurrou a truta fui eu.
 - E como ele gostou da... *vacina*, santo Deus!
- Jota-Jota (O Rio Nu, ed.656, 19/10/1904, p.3).

Apesar da descrição do tamanho avantajado do “aparelho” do rapaz que se fazia de doutor, o despertar de um desejo “bestial” de Jota-Jota foi narrativamente justificado pela visão de um corpo “perfeito” — não por sua aparência máscula, mas por lembrar mais o corpo de “uma mulher” do que o de um homem! (O Rio Nu, ed.656, 19/10/1904, p.3). Ao atribuir

características femininas a médico, reafirmava-se o papel dominante e viril do narrador Jota-Jota.

Em outras palavras, mesmo que a narrativa tratasse de um encontro sexual entre dois homens — algo consideravelmente dissidente do habitual conteúdo sexualmente apelativo do bissemanário, que geralmente explorava cenas envolvendo um homem e uma mulher —, “Notas de um Boêmio” preservou uma característica recorrente: a feminilização do polo receptor da penetração sexual. Essa opção buscou resguardar a imagem do “boêmio” Jota-Jota alinhada ao um ideal masculino-ativo patriarcal, mesmo em um contexto que subvertia as normas sexuais hegemônicas da época.

De acordo com Carlos Figari (2007, p. 115-116), a colonização lusitana contribuiu para a consolidação, no Brasil, de projetos de masculinidade baseados no domínio senhorial cristão patriarcal. O machismo brasileiro foi moldado a partir de um dualismo que diferenciava os indivíduos entre polos de suposta atividade e passividade. Ao longo de séculos de violência colonial, nativos e nativas indígenas, escravos e escravas africanas e até mulheres e crianças brancas configuraram um “mundo” idealizado “por, do e para” o senhor colonial cristão, isto é, que, idealmente deveria ser subordinado — passivo —, à sua vontade, e como tal, corroborante da sua macheza e autoridade (Figari, 2007, p. 276).

O importante de se entender é a distinção entre atividade e passividade, atribuindo-se o primeiro papel ao masculino e o segundo, a outras subalternidades, como o feminino, a escravidão, a infância. Passividade e incapacidade também são associações metonímicas importantes. Não em vão a legislação civil considerará o homem como responsável pelos menos capazes ou incapazes, concedendo-lhe a pátria potestade³¹⁵ sobre as mulheres e as crianças (Figari, 2007, p. 116).

Esse padrão machista dualista sustentou para além do período convencionado colonial e até mesmo, juridicamente, projetos de masculinidade baseados em expectativas de domínio de seres considerados passivos: mulheres, crianças e até outros homens assimilados socialmente à “passividade”³¹⁶ (Figari, 2007, p. 277). No caso das mulheres, como vimos anteriormente, era importante o controle de sua sexualidade para que o homem não fosse visto como um “chifrudo”; no caso de outros homens, provar maior virilidade era essencial, e isso podia se refletir até nas dinâmicas mais íntimas entre eles. (Figari, 2007, p. 277)

³¹⁵ Conjunto de direitos e deveres que os pais têm sobre os seus filhos menores de idade e seus tutelados. Estes direitos e deveres incluem a proteção, educação e administração dos bens daqueles sob sua tutela

³¹⁶ Apenas em 1962, com o “Estatuto da Mulher Casada” (Lei 4.121/ 1962) a mulher deixou de ser considerada civilmente incapaz, não precisando legalmente da autorização do marido para trabalhar fora receber herança, comprar ou vender imóvel, assinar documentos ou até viajar.

Considerando os impactos desse machismo dualista, este capítulo busca investigar as representações d'*O Rio Nu* de desejos sexuais masculinos e alguns dos cerceamentos impostos a esse desejo pelos arranjos normativos próprios à ordem de gênero da época. O objetivo é evidenciar alguns dos subterfúgios de transgressão, as ambivalências e desidentificações geradas pelos próprios arranjos heteronormativos que, em tese, deveriam domesticar as subjetividades e vivências eróticas masculinas.

Para tanto, o subcapítulo a seguir (5.1) investiga como *O Rio Nu* representou comportamentos homoeróticos masculinos e as masculinidades associadas aos sujeitos envolvidos em episódios de dissidência sexual. Esse empreendimento se desdobra em duas subseções. A primeira (5.1.1) parte da análise da representação dos chamados “frescos” e “meninos bonitos”, homens associados no periódico, sobretudo, à prostituição e à homopassividade. Já a segunda subseção (5.1.2) examina a figura do “Gouveia”, personagem consagrado no bissemanário como um aficionado pelo sexo anal e, por essa razão, representado ora como uma ameaça, ora como um ícone de virilidade, devido à sua performance sexualmente ativa.

Dando continuidade às discussões sobre os sentidos culturais projetados à penetração sexual, o subcapítulo seguinte (5.2) problematiza as representações dos pênis em *O Rio Nu* e como o aspecto e a funcionalidade desses órgãos impactavam os juízos sobre a masculinidade de seus portadores. Dividido em três partes, esse tópico recorre também à análise do enredo “A Vingança de um Sapateiro”, primeiro folhetim publicado no bissemanário por José Ângelo Vieira de Brito, também autor de “O Buraco”. A sua primeira subseção (5.2.1) introduz a trama, a dinâmica relacional entre seus protagonistas e a forma como o controle sobre a mulher no espaço doméstico se relacionava com o reconhecimento público de uma masculinidade bem ajustada. A segunda (5.2.2) aprofunda a análise da dinâmica homosocial de rivalidade masculina, central ao triângulo amoroso que estrutura o folhetim. Por fim, a última parte desse subcapítulo (5.2.3) examina o desfecho da narrativa, examinando o fatalismo com que *O Rio Nu* representava as atribuições do “chefe da casa” e os ideais de domesticidade burguesa.

5.1 - “Se o Gouveia te seguras, perdes a fala menino!”³¹⁷: os frescos meninos bonitos do rócio, os fanchonos e os Gouveias

³¹⁷ *O Rio Nu*, ed. 836, 11/06/1906, p.2.

Dado o caráter, quase socialmente indispensável, hoje atribuído à identificação como uma das várias categorias de orientação sexual disponíveis — ou, no mínimo, da rejeição daquelas que consideramos não nos representar —, pode parecer surpreendente, pelo menos inusitado, que até a tão familiar e normalizada “heterossexualidade” e o “heterossexual” sejam termos cujas origens datam de pouco mais de 150 anos (Blank, 2010; Figari, 2007). Consideradas hoje por líderes de setores reacionários como balizas fundamentais de normalidade humana³¹⁸, esses conceitos foram criados por pessoas cujos nomes e correspondências são conhecidos e ainda acessíveis a nós (Blank, 2012, p. 10).

Embora homens e mulheres tenham se relacionado sexual e afetivamente desde que o mundo é mundo, a heterossexualidade é uma “forma histórica ligada ao tempo — um modo historicamente específico de organizar os sexos e os prazeres” (Katz, 1966, p. 46). Sua adoção e progressiva integração na cultura ocidental foi um processo notável, relativamente recente em termos históricos — iniciado em finais do XIX e decorrido, majoritariamente, durante o século XX —, e que Jonathan Ned Katz, o primeiro historiador a referi-lo, apropriadamente chamou de “invenção”³¹⁹.

Como bem sintetizou Hannah Blank,

Em um momento em que a autoridade moral estava passando da religião para a sociedade secular a uma velocidade vertiginosa, “heterossexual” oferecia uma forma de vestir antigas prioridades religiosas com jalecos imaculadamente brancos, que se pareciam exatamente com os usados pela nova hierarquia de poder dos cientistas. Em um momento histórico em que as águas da ansiedade sobre família, nação, classe, gênero e império estavam em um nível bastante histórico, “heterossexual” parecia oferecer um lugar seco e firme para a autoridade se apoiar. Esse novo conceito, adornado com uma mistura distorcida de línguas mortas de som impressionante, deu às antigas ortodoxias um novo e vibrante fôlego ao sugerir, em tons autoritários, que a ciência as havia efetivamente declarado naturais, inevitáveis e inatas³²⁰ (Blank, 2012, p.12).

³¹⁸ Exemplificando essa obsessão com a heterossexualidade como baliza de normalidade é possível citar os inúmeros projetos que nas últimas décadas tentaram homenageá-la a partir da criação de datas comemorativas oficiais. Como ocorreu em 2019, quando à Câmara de Deputados foi apresentado um projeto de lei para instituir o Orgulho Heterossexual no terceiro domingo de dezembro, sob o argumento de celebrar a “[...] opção pela nossa família cristã, que deve ser alardeada com orgulho, como apregoa a Palavra de DEUS, evitando assim a pretendida inversão de valores, Homens e Mulheres gerando Filhos, tudo criado por DEUS, diferente do que nós mesmos buscamos fazer com as nossas opções sexuais, mesmo sabendo que o homem nasce com Pênis e a mulher nasce com a Vagina, que biologicamente com seus encaixes perfeitos, destinam-se para a procriação e preservação da raça humana, ensejando para nós também o perfeito e sadio relacionamento sexual”. Na ocasião e por pressão de movimentos sociais, projeto não foi aprovado, mas variações da ideia continuam sendo apresentados em diferentes instâncias governamentais.

³¹⁹ Ver mais em: “The Invention of Heterosexuality” de Jonathan Ned Katz (1966).

³²⁰ No original: “Heterossexual” became a success, in other words, not because it represented a new scientific verity or capital-T Truth. It succeeded because it was useful. At a time when moral authority was shifting from religion to the secular society at a precipitous pace, “heterossexual” offered a way to dress old religious priorities in immaculate white coats that looked just like the ones worn among the new power hierarchy of scientists. At a historical moment when the waters of anxiety about family, nation, class, gender, and empire were at a rather

Paralelamente e retroalimentando essa construção, a partir de finais do XIX, também passou a ser elaborado o conceito de homossexual, dando novo fôlego às teorias científicas sobre a natureza dos sujeitos envolvidos em relações afetivas e eróticas com pessoas tidas do mesmo sexo. Evidentemente, do ponto de vista fenomenológico, a atração sexual entre indivíduos identificados com o mesmo sexo existiu através dos séculos e em todas as culturas. No entanto, como bem observou Figari (2007, p. 17), o “sujeito homossexual” é uma construção histórica e social, e não um fenômeno uniforme ou estável ao longo do tempo.

Em *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*, Michel Foucault argumentou que a homossexualidade — que, não por acaso até pouquíssimo tempo atrás era considerada uma patologia e popularmente acrescida do sufixo “ismo”, “homossexualismo”³²¹ — emergiu como parte de uma nova taxonomia de indivíduos produzida pela moderna *scientia sexualis* ocidental (Foucault, 1999). Coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo industrial, essa taxonomia sexual serviu para disciplinar os indivíduos e assegurar a manutenção e reprodução da força produtiva. Homo e heterossexualidade foram construídas como formas mutuamente exclusivas de subjetividade e trajetória humana, categorizando os sujeitos de desejo entre os considerados normais — os heterossexuais — e os desviantes (Miskolci, 2012, p. 80). Em outras palavras, a lógica de formação de identidades sexuais modernas baseia-se em uma “dinâmica da diferença-ausência”: ou seja, subjetivamente, sexualmente e até biologicamente “o heterossexual define-se principalmente por aquilo que não é — o homossexual” (Carvalho, 2018, p. 201).

Evidentemente, a marginalização de relações eróticas e afetivas que divergiam das normas sexuais dominantes não foi um fenômeno exclusivo do contrato social burguês capitalista moderno. Como já mencionado anteriormente, práticas sexuais não reprodutivas, especialmente entre pessoas do mesmo sexo, foram historicamente alvo de abjeção e subalternização no Ocidente.

Nesse contexto, a sodomia se destacou como uma das categorias mais recorrentes para designar e estigmatizar tais práticas através da história. Originada no âmbito da Igreja Católica, que durante séculos exerceu autoridade máxima sobre questões de comportamento e moral

hysterical high, “heterosexual” seemed to offer a dry, firm place for authority to stand. This new concept, gussied up in a mangled mix of impressive-sounding dead languages, gave old orthodoxies a new and vibrant lease on life by suggesting, in authoritative tones, that science had effectively pronounced them natural, inevitable, and innate (BLANK, 2012, p.12).

³²¹Foi só em 17 de maio de 1990, há 34 anos, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados Saúde (CID).

(além de muitas outras áreas), a noção de sodomia consolidou-se como uma crucial ferramenta ideológica de controle e repressão sexual (Blank, 2012, p. 26).

Em dado momento da história ocidental, praticamente todos os atos sexuais não eminentemente procriativos chegaram a ser classificados como sodomia (Vainfas, 1997, p. 153; Blank, 2012, p.26). Durante a Alta Idade Média, a reprovação generalizada do sexo fez com que o conceito de sodomia se tornasse quase sinônimo da ideia de luxúria e da noção de fornicação (Vainfas, 1997, p. 153). Foi nos séculos XI e XII, com o processo de sacramentalização do casamento e da cópula conjugal, que a sodomia passou a designar de maneira mais específica os desvios da genitalidade, incluindo práticas entre indivíduos do mesmo sexo ou mesmo entre sexos opostos, com destaque para o coito anal (Vainfas, 1997, p. 164).

Apenas a partir da escolástica católica, especialmente dos tratados de Tomás de Aquino no século XIII, que as esferas oficiais do pensamento cristão passaram a reservar o termo "sodomia" para designar as práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. Nesse contexto, a forma mais “perfeita” — ou seja, a mais grave e condenável — da sodomia foi identificada como o sexo anal entre homens (Vainfas, 1997, p. 154-155). Esse enfoque na cópula anal como ato definidor da sodomia derivava do fato de que as instituições cristãs julgavam as ofensas à moral sexual com base, principalmente, na observação e condenação de atos (Vainfas, 1997, p. 155).

De acordo com o historiador Ronaldo Vainfas (1997, p. 154-155), devido a esse “apego excessivo” ao ato definidor anal, as autoridades católicas não estabeleceram um personagem sodomita *per se*, chegando apenas a um “meio caminho da posterior noção de homossexualidade”. Como resultado, ao longo da história, o sodomita foi oficialmente identificado e processado, sobretudo, pelos supostos atos danosos que perpetuava contra às leis divinas e da natureza e não necessariamente por uma preferência por um indivíduo deste ou daquele sexo (Revenin, 2013, p. 463). Sobre esse aspecto, Vainfas destacou:

A sodomia constituiu um campo de atividade mais inespecífico e aberto que o da atual homossexualidade, atitudes defensivas, linguagem peculiar ou até gestos de hostilidade contra os agressores externos não encobriam a fluidez da solidariedade grupal e a ausência de uma “consciência homossexual” entre os sométicos (Vainfas, 1997, p. 164).

Essa violenta agressão externa aos perpetradores desses usos sexuais dos corpos não esteve limitada somente às instâncias inquisitórias da Igreja Católica, desdobrando-se também por meio de aparatos jurídicos estatais. No decorrer dos conflituosos processos de emergência dos Estados nacionais europeus ocidentais, a sodomia acabou se configurando como uma

espécie de pecado-crime — uma transgressão à ordem divina que também foi tipificada por vários dos códigos penais:

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, não apenas a Espanha, Portugal, França e Itália católicas, mas também a Inglaterra, Suíça e Holanda protestantes puniam severamente a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as mais sádicas imaginações, variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marcas com ferro em brasa, execração e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte na fogueira, empalamento e afogamento (Trevisan, 2000, p. 127).

Apenas no final do século XVIII e início do XIX, que alguns códigos penais europeus passaram por transformações significativas, alterando o tratamento jurídico relativo à sodomia. Segundo Revenin (2013, p. 464), por boa parte da Europa Ocidental estabeleceu-se, gradativamente, um consenso tácito: a não penalização de práticas homoeróticas em troca de sua "invisibilidade", ou seja, desde que permanecessem fora da esfera pública. Em 1791, a França aboliu o crime de sodomia, classificando-o como um "crime sem vítimas" e inserindo-o na categoria de "crimes imaginários", juntamente com a bruxaria, blasfêmia, heresia e sacrilégio (Revenin, 2013, p. 463-464), restringindo punições apenas a casos que envolvessem atentados públicos ao pudor.

Sob a influência do Iluminismo, das mudanças político-sociais francesas e do expansionismo napoleônico, outras legislações ao redor do mundo também passaram a descriminalizar a prática privada da sodomia (Revenin, 2013, p. 464). No Brasil Imperial, por exemplo, o Código Penal de 1830 aboliu o *Liber Terribilis* — o Livro V das Ordenações Filipinas —, removendo a tipificação da prática como crime (Figari, 2007, p. 161). Nesse contexto, os comportamentos privados, mesmo que ainda sem uma margem ou limites tão bem definidos, ficavam, pelo menos em princípio, legalmente fora do alcance da autoridade policial (Figari, 2007, p. 161).

Todavia, semelhantemente ao caso francês (Revenin, 2013, p. 464), a polícia brasileira continuava autorizada, por meio das leis de coerção aos “atentados ao pudor”, a exercer poder discricionário contra práticas sexuais e condutas libidinosas realizadas em espaços públicos (Figari, 2007, p. 161). No contexto carioca, onde era crescente o número de habitações coletivas e multifamiliares — logo, de menor discrição e privacidade —, tal regime jurídico contribuiu para a penalização desproporcional dos menos favorecidos economicamente.

Essas dinâmicas urbanas, intensificadas pelo vertiginoso crescimento populacional, despertaram uma série de pânicos morais, chamando a atenção dos homens da ciência para questões ligadas à moralidade e a degeneração do futuro nacional. A partir da segunda metade

do século XIX e avançando para o século XX, a jurisdição sobre atos sexuais, anteriormente classificados como vícios morais, passou a ser gradativamente reivindicada por representantes da medicina científica e outras disciplinas emergentes como a psiquiatria e a sexologia.

Os especialistas disputavam não apenas o mercado da cura, mas também a regulação dos princípios de intimidade e domesticidade, os quais estavam sendo impactados pela ascensão de padrões burgueses de conduta, higiene e recato. Contudo, como discutido no terceiro capítulo, a irrupção e legitimação dos saberes e das práticas profiláticas desses “pardais” no nosso “país de araras” (Figari, 2007, p. 241), foi marcada por um processo lento e desigual. Uma transição atravessada por ambivalências, fricções, suspeitas e, em certos casos, como no Rio de Janeiro, até por episódios de insurreição civil.

Entre 1870 e 1920 — período quando, mais sistematicamente, a sexualidade passou a ser tematizada pelas teses dos doutores cariocas (Figari, 2007, p. 246) —, os tratados que abordaram questões relativas ao homoerotismo tenderam a reforçar o imperativo do deslocamento da apreensão desses comportamentos do campo criminal para o campo médico³²². Contudo, esse movimento não chegou a precisar uma explicação orgânica ou exclusivamente endógena para a origem do comportamento homossexual, revelando a coexistência de múltiplas perspectivas etiológicas de interpretação desse fenômeno. Essas primeiras tentativas de definição do “homossexualismo” e do “safismo” situavam-se em uma zona limítrofe, ainda bastante ambígua, entre a transgressão moral e a patologia (Figari, 2007, p. 245). Nesse sentido, a virada para o século XX representou uma fase ainda muito incipiente da construção do “personagem homossexual” no imaginário brasileiro.

Com base nessas premissas, este tópico investiga como *O Rio Nu* representava comportamentos homoeróticos masculinos, seus sujeitos e as masculinidades a eles associadas, problematizando esses elementos no contexto histórico estudado — anterior a consolidação da medicalização da sexualidade e à total emergência de categorias científicas de homossexual e heterossexual no Brasil. Mesmo ao analisar períodos anteriores ao surgimento do conceito de homossexualidade, é possível interpretar comportamentos e fenômenos hoje associados a esse termo, desde que considerados “nos sentidos que adquiriram em diferentes épocas e lugares, conforme as condições sociais de produção dos corpos” (Figari, 2007, p. 19). Afinal, a

³²² Como visto nos trabalhos: *Da prostituição em geral e em particular em relação ao Rio de Janeiro* de autoria do Dr. Francisco Ferraz Macedo, publicado em 1872, *Memória sobre a Profilaxia da sífilis no Rio de Janeiro* do dr. J. M. Caminha, de 1890 e *Homossexualismo: A libertinagem no Rio de Janeiro de 1906* de autoria do Dr. Pires de Almeida, publicado em 1906. Cabe ainda destacar o já citado *Atentados ao pudor estudos sobre as aberrações do instinto sexual* de Viveiros de Castro e publicado 1894. A obra de Viveiros embora tenha sido produzido por um jurista reuniu algumas das últimas teorizações biomédicas do além-mar sobre o tema.

homoafetividade, de acordo com Noletto (2014, p.79), conforma-se “plural, contextual e historicamente situada”.

A representação do homoerotismo entre homens n’*O Rio Nu* já foi abordada em trabalhos anteriores. Em sua dissertação, Peçanha (2013, p. 73) partiu do pressuposto de que o bissemanário carioca traçava “os limites morais de uma classe média burguesa em formação na cidade do Rio de Janeiro” e, por isso, limitava-se a expor de forma degradante “situações que envolviam homossexuais”, convertendo-se em uma “ferramenta a serviço das políticas públicas que tentavam minar essas práticas, com um forte cunho moralizante, no qual esse personagem era sempre associado à vergonha e à degeneração.”

De fato, *O Rio Nu* veiculou várias composições abjetificadoras do homoerotismo, motivo pelo qual, em sua tese, Carvalho (2018, p. 207) observou que, no corpus que denominou como “potências pornô-eróticas masculinas” — leia-se, nos periódicos de gênero alegre —, “a homossexualidade masculina, especialmente a figura do ‘passivo’, era motivo recorrente de deboche e zombaria”. Todavia, para além do puro intento moralizador e/ou de zombar da “homossexualidade” e dos indivíduos associados à passividade sexual, ocasionalmente *O Rio Nu* chegou a assinalar a deseabilidade dessas figuras “passivas” — como no caso do supracitado falso doutor em *Notas de um Boêmio* — e, em alguns casos, até expressou alguma tolerância em relação a personagens que, em encontros homoeróticos, mantinham o papel sexual ativo, isto é, de penetrador.

Deste modo, contrariando o papel de mera “ferramenta a serviço das políticas públicas” para minar tais práticas, essa ocasional tolerância d’*O Rio Nu* com performances homoeróticas ativas sugere-nos certo reconhecimento de que o desejo ou, no mínimo, a curiosidade sexual dos seus leitores podia, eventualmente, se voltar para outros homens. Esse reconhecimento, também mercadológico, do apelo do homoerótico entre o público do bissemanário, levou o seu corpo editorial, inclusive, a publicar dois livros eróticos sobre o tema. Algo evidenciado por anúncios de brochuras cujos títulos eram compostos por adjetivos então associados ao homoerotismo, como: *Fanchula*, adjetivo derivado de *fanchono*³²³, e *O Menino do Gouveia*, estampado com o sobrenome português que, como veremos em um subtópico adiante, também adquiriu uma conotação homoerótica a partir de 1906.

³²³ Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa *Fanchono* era “homem lúbrico, que procura prazeres nos indivíduos do próprio sexo; aquele que se presta aos prazeres sensuais de indivíduo do seu sexo (Figueiredo 1899, p.598)

FIGURA 55: “Biblioteca do Solteiro”. O Rio Nu, ed.1033, 03/06/1908, p.8

8 O RIO NU—3 DE JUNHO DE 1908

BIBLIOTHECA DO SOLTEIRÃO

Leitura boa por pouco dinheiro

Recomendamos aos solteiros e especialmente aos velhotes, a leitura dos engraçados e sobretudo suggestivos romances abaixo mencionados.

Fromont Junior Romance illustrado de costumes parisienses, Não é preciso dizer mais para o leitor avaliar que leitura deliciosa não deve ser. 1\$, pelo Correio 1\$500.

 **FANCHULA** Historia escaldante de um sujeito DOENTE... contada com todos *ff* e *rr* pelo VAGABUNDO. 1\$, pelo Correio 1\$500.

 **O CABO DE ESQUADRA** Impagavel romance de PAC, onde se contam as scenas da conquista de uma noiva entre militares. 1\$, pelo Correio 1\$500.

Voragem--Pamphilo Romance amoroso cheio de situações pitorescas. Contém perto de 300 paginas. 1\$, pelo Correio 1\$500.

 **Talisman contra o Divorcio--** Succulento methodo para evitar a *friagem*... no lar, entre o marido e mulher. 1\$500, pelo Correio 2\$000.

A Dama das Camélias Extraordinario e conhecido romance de Dumas Filho. 1\$, pelo correio 1\$500,

 **THEREZA PHILOSOPHA** = Querem saber o que é? Tenham paciencia, mas... não se póde dizer porque... sim, porque só mesmo vendo o que elle é e as gravuras que tem, de fazer um cidadão ficar com agua na bocca... Este romance custa 3\$000, pelo Correio 4\$000.

Os pedidos devem ser dirigidos a A. VELLOSO, rua da Alfandega n. 173, loja, acompanhados de vales postaes ou dinheiro. Pede-se toda a clareza no endereço para não haver extravio.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1908_01033.pdf.

FIGURA 56: “Anúncio do Menino do Gouveia”. O Rio Nu, ed.1581, 07/02/1914, p.3.




Já leu O MENINO DO GOUVEIA o n. 6
dos Contos Rapidos!! E' um successo sem
igual a sua leitura.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1914_01581.pdf.

N'O *Rio Nu* a pulsão sexual pelo homoerótico até foi admitida, sobretudo por meio da feminilização discursiva dos objetos de desejo. Como também reconheceu Carvalho (2018, p. 207), no “imaginário social” da época o “grande problema não era o homem/macho curioso,

pois esse mantinha as performances de gênero viris da masculinidade, bem como se apresentava como o ‘ativo’ da relação”. De tal forma que nos parece que a própria zombaria (emasculação) dirigida aos indivíduos masculinos passivos, paradoxalmente, pode ter funcionado também como uma espécie de subterfúgio para justificação de vivências homoeróticas.

5.1.1 – *A homopassividade abjeta e sedutora dos “frescos” “meninos bonitos” cariocas*

Historicamente, a herança escravista do patriarcalismo brasileiro cristão consolidou projetos de masculinidades hegemônicas centrados no domínio viril — frequentemente violento e violador — sobre outros (mulheres, crianças, escravos e até outros homens), inversamente, feminilizados (Miskolci, 2012, p. 84-85; Figari, 2007, p. 56). Assim, homens relegados à esfera inferior da passividade, do feminino, podiam ser socialmente deslocados de sua masculinidade, que por muitos naquele contexto era “[...] entendida como sinônimo de dominação e branquitude, direcionando-os para a esfera da subordinação”.

Essa hierarquização calcada pelo desejo do exercício de um domínio viril compôs, secularmente, um elemento cerne das dinâmicas do erotismo brasileiro (Miskolci, 2012; Figari, 2007). De acordo com Peter Fry e Edward MacRae (1991, p.28), no país as relações entre homens e mulheres não foram caracterizadas apenas por uma suposta complementaridade de suas funções reprodutivas, mas sim, por diferenças de poder. Ao longo de séculos, os papéis sexuais tidos “masculinos” e “femininos” foram, deste modo, enquadrados em termos hierárquicos, conformando a ideia bastante generalizada de que “quem penetra é de certa forma o vencedor de quem é penetrado” e até hoje:

A superioridade social do “ativo” sobre o “passivo” é nitidamente expressa nas palavras de gíria que usamos para falar das relações sexuais como “comer” e “dar”, “ficar por cima” e “abrir as pernas”. Quem “come”, vence, como um jogador de xadrez que tira as peças de seu adversário do tabuleiro, “comendo-as”. Quem “come” está “por cima” e quem está por cima é quem controla. Quem “dá” ou quem “abre as pernas” é quem se rende (Fry; MacRae, 1991, p. 43).

Remetendo-se ao contexto de finais do século XIX, Miskolci (2012, p. 85-86), também percebeu o erotismo brasileiro residindo predominantemente nessa hierarquização dos gêneros, entendidos como binariamente divididos entre masculino (superior/ativo) x feminino (inferior/passivo). Hierarquia essa que, por sua vez, não se limitou a opor apenas homens e mulheres, mas que também permeava as relações entre eles — visto que, no geral, as emasculações próprias às rivalidades masculinas frequentemente desdobravam-se em esforços pela feminilização do outro (Miskolci, 2021, p.86; Fry; MacRae, 1991, p.43).

Nesse contexto, certos projetos de masculinidade podiam se apropriar desse machismo dualista de forma que o "domínio sexual" sobre outros homens fosse encarado como uma extensão da capacidade fálica do tido sujeito dominante (Figari, 2007, p.56). O que, em certos círculos, paradoxalmente, podia até reforçar simbolicamente determinadas hombridades – um aspecto pouco explorado em análises anteriores d’*O Rio Nu* e que também pretendemos investigar mais a fundo aqui.

Mais do que modernas e rígidas categorias de orientação sexual (homossexual, heterossexual etc.), na conjuntura estudada, eram sobretudo as relações de poder e a aderência a padrões de gênero e performances patriarcais que moldavam as apreensões e representações das performances sexuais masculinas (Miskolci, 2012; Figari, 2007). O que, por sua vez, possibilitava estratégias conscientes ou não de experiência homoerótica, mesmo que pelo viés da afirmação violenta de um padrão masculino-ativo (Figari, 2007). Não por acaso, nas páginas d’*O Rio Nu* o desejo inicial por mulheres pôde justificar, narrativamente, a consumação posterior e, por vezes violenta, de comportamentos homoeróticos.

Tal foi o que ocorreu com o protagonista de “O Hábito”, breve conto publicado em 28 de outubro de 1900, na sexta página da edição de número 250. A narrativa girava em torno das peculiaridades de Jacintho, um homem que fazia tudo pela força do hábito — todos os dias ele repetia a mesma rotina e fazia questão de sempre colocar as suas coisas nos mesmos lugares. Tão forte era essa tendência que, mais de uma vez, Jacintho saiu de casa vestindo o chapéu da sogra, pois a “velha dos diabos” havia pendurado o chapéu dela onde ele habitualmente pendurava o seu (O Rio Nu, ed. 250, 28/11/1900, p.6).

Em uma dessas ocasiões, após ser avisado por um amigo que estava vestindo um chapéu feminino, Jacintho engatou uma conversa com o colega, confidenciando-lhe algumas das enrascadas que já havia se metido por ceder a “influência do meio muito facilmente” (O Rio Nu, ed. 250, 28/11/1900, p.6). Relatou então que essa sua tendência já havia causado uma verdadeira “desgraça” na sua família:

- Tenho por costume dormir aconchegado à mulher, nas noites frias principalmente, e lá pelas tantas ela, põe se a virar e a mexer de tal modo, que eu afinal... não sou de ferro.
- Percebo.
- Um dia meu cunhado foi visitar-me e levou a mãe, os filhos, a mulher... Foi a tropa toda. À tarde caiu uma chuva copiosa que se prolongou até alta noite, e as visitas tiveram de dormir em minha casa.
- Que espiga!
- Como tenho só dois quartos, as mulheres dormiram todas em um, e eu e meu cunhado dormimos em outro na mesma cama.
- Alta noite, chegaste para o rapaz e começaste a abraçá-lo?
- Se fosse só isso...

— Que? Pois...
 — Foi um verdadeiro desastre! Agarrei o rapaz pelas costas, num meio sono sonambúlico e, abracei-o...
 — Que desgraça! E ele? Que fez ele?
 A princípio riu-se: mas quando viu que o negócio era sério...
 — Deu-te uma bofetada?
 — Não; fugiu pelo quarto a fora e fez um barulho de mil diabos... (O Rio Nu, ed. 250, 28/11/1900, p.6).

O caráter jocoso de “O Hábito” decorria justamente da confusão causada por Jacintho ao agarrar seu cunhado, acreditando tratar-se de sua esposa. O mecanismo narrativo de produção do humor do conto residiu, portanto, na “desgraça” causada pelo “hábito” de Jacintho de manter relações sexuais com a sua companheira em dias frios. Aqui a tentativa forçosa de um contato sexual com outro corpo masculino figurou como uma inversão de uma ordem cotidiana e que, justamente por essa razão, entretinha, deflagrava o riso. Nada obstante, Jacintho não foi o único nas páginas d’*O Rio Nu* a gerar confusões avançando sonolento sobre outros homens. Em uma breve passagem por um mosteiro, o próprio Vagabundo tentou agarrar um frade na madrugada.

Em 1906, o malandro decidiu ser frade e encontrando-se na frente de um mosteiro com um conhecido seu, o Frei Pistola, requisitou uma audiência com o Abade dali, pois queria se recolher “do mundo” (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3). O motivo? Segundo ele, sua série de relacionamentos com “as mulatas” havia quase que dado “cabo” do seu organismo (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3). Aceito na ordem, o Vagabundo foi metido em um hábito “cor de porco quando mama”, teve a cabeça raspada e passou a viver muito bem alimentado com “boas peixadas” e “magníficos vinhos” (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3).

Nada obstante a boa comida e bebida, logo o Vagabundo eventualmente descobriu que não aguentava “ficar longe das mulatas” (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3):

Todas as noites na minha cela, eu via coisas tenebrosas, mulatas nuas, ceroulas de blocos avantajados. E o meu organismo ia ficando feito pau ferro!
 — Oh! Aço!
 Uma noite, porém, a coisa foi demais.
 No melhor dos sonhos, com um entusiasmo, saí pelos corredores e disse com meus botões:
 — Hoje não respeito caras.
 E não respeitei mesmo.
 No fim daquele andar empurrei uma porta e meti o carão em uma cela mal iluminada. Recuei. Um fradalhão dormia de pança para baixo, deixando à mostra...Ai! que alvuras! Que dimensões! Não vi mais nada e avancei no forte de Coimbra maroto.
 O Camarada acordou soltando um berro e com o berro alvoreceu o convento.
 O Abade apareceu!
 — Oh! Sem vergonhorum qui non respitorom cara de fradorum!

E todos eles tiraram os cordões da cinta para me meterem uma sova. Dance de velho na frente deles, espalhei tudo e soltando um pulo hercúleo cai na rua do Ouvidor [...]

O Vagabundo (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3).

Se Jacintho, em um “entusiasmo” sonâmbulo, tentou penetrar o cunhado adormecido ao seu lado, o Vagabundo, de forma semelhante, perambulou pelos corredores do mosteiro no “melhor dos sonhos”, igualmente “entusiasmado” (O Rio Nu, ed.789, 27/01/1906, p.3). Isto é, as narrativas têm como pano de fundo comum a penumbra, desdobrando-se em ambientes mal iluminados e em meio a devaneios entorpecidos pelo sono. As subseqüentes violências sexuais realizadas por seus protagonistas contra corpos masculinos também foram tratadas humoristicamente e justificadas por desejos anteriormente despertados por corpos femininos. Em especial na anedota do Vagabundo, o desejo sexual masculino foi representado como uma força insaciável, arrebatadora, uma prerrogativa masculina que relegava as mulheres à passividade e, na ausência delas, admitia outros corpos, mais fracos e subjugados, como receptáculos do seu “entusiasmo” (O Rio Nu, p.789, 27/01/1906, p.3).

De modo parecido, em “Mau dormir”, narrativa publicado em 1903, a frustração sexual serviu para justificar um episódio de erotismo entre homens. Tudo começou quando o protagonista do conto, Eusébio, resolveu fazer uma viagem acompanhado por sua esposa até Cantagalo, município fluminense. Lá eles se hospedaram em um pequeno hotel. Durante a pernoite, por força do hábito, Eusébio se remexeu muito na cama. Já a sua esposa, excessivamente fadigada do passeio, além de muito se contorcer, também gemeu bastante durante a madrugada devido ao cansaço. No dia seguinte, ao requisitar a conta para o hoteleiro, Eusébio foi surpreendido pela cobrança de duas estadias sob a justificativa de que havia feito muito barulho:

— Que é isso?! Perguntou admirado o Eusébio, com o pedaço de papel entre os dedos.

— Não me pediu a sua conta?

— Com efeito..., mas deve haver algum engano, de certo.

— Vejamos: — dois jantares e duas camas...

— Perdão! Eu tive uma cama apenas...

— É verdade; mas é que...

— Não temos — é que nem meio é que! Eu só pago dois jantares e uma cama!

— O meu amigo sabe que nestas casas não se vive de ar...

— Nem eu o exijo.

— Ora, eu tinha aqui um hospede antigo, que me pagava muito bem, e esta noite perdi o por sua causa...

— Por minha causa?!

— Era meia-noite em ponto quando ele bateu à porta do meu quarto. Vinha furioso! Parecia que as tripas lhe queriam sair dos intestinos!

— E que tenho eu com isso?

— Disse-me ele que o senhor o não deixava dormir, porque, muito encostado ao tapamento que dividia o seu do quarto dele, toda noite bufou, soprou e

mexeu, ao passo que sua senhora gemia de modo a exaltar o mais calmo dos homens.

— Ora Essa! Então ele sabia o que é que nós estávamos sentindo?

— O caso é que o homem ficou em tal estado de exaltação que saiu em menores para a rua, depois de ameaçar-me com um estoque, que ainda me roçou pelas pernas!

— E como ele deixou a cama vazia...

— Vazia de todo não, porque há pouco encontrei lá um soldado; mas decididamente ele não paga a cama desta noite, e neste caso, como a culpa foi sua e eu vivo disto...

— Vá lá; podia ser pior...

— Isso podia! Vi o jeito do homem arrombar a porta e meter o estoque no senhor...

— Safa! E eu que me conservei de costas para cima a toda noite! Estas ouvindo, Ermelinda? (O Rio Nu, ed. 546, 30/09/1903, p.2)

O diálogo de Eusébio com o hoteleiro, em “Mau Dormir”, sugeria que o desejo masculino, embora exaltado pelos gemidos de uma senhora, também podia ser satisfeito pela penetração de um corpo masculino. Essa percepção não foi disputada nem estranhada pelos personagens que, na manhã seguinte, discutiam o ocorrido. Mais do que a direção do desejo — voltado para o mesmo ou para o sexo oposto —, a narrativa o representou como uma vontade arrebatadora de exercer o papel de penetrador e dominante. Daí o horror de ser “estocado”, ou sexualmente assimilado à passividade por outro homem — esse sim, um medo compartilhado tanto pelo hoteleiro quanto por Eusébio, que, ao ouvir sobre a confusão causada pelos barulhos em seu quarto, lembrou, apavorado, que havia passado a noite anterior de braços.

De forma semelhante às narrativas anteriores, “Mau dormir” mostra uma tensão entre certa leniência com o contato homoerótico — motivado por frustração sexual ou indisponibilidade feminina e perpetuado na posição ativa — e o temor em ser associado, ou pior, forçado à passividade por outro homem.

Como apontou Figari (2007, p. 276), paradoxalmente, uma das formas de reforçar o machismo dualista da época podia envolver a vivência do homoerotismo mantendo o padrão masculino-ativo. Em termos chulos, tratava-se de assumir o papel de “comedor” (penetrador) e não o de “comido” (penetrado) (Figari, 2007, p. 276). Deste modo, em certos círculos, a transgressão do homoerotismo do penetrador podia até ser relativizada, desde que ele também mantivesse relações com mulheres e/ou afirmasse o seu desejo pelo feminino, nem que para isso fosse necessária a feminilização ou, no mínimo, alguma emasculação discursiva do polo receptor, do “comido” (Figari, 2007, p. 276).

Em uma edição de sua coluna “O Rio à Noite”, o cronista da vida noturna carioca Notívago chegou a reclamar que a ação policial em certas regiões da cidade estava favorecendo a procura de homens à prostituição masculina: “O largo do Rócio, as ruas do Espírito Santo,

Lavrado, Senado e circunjacentes, cuja animação noturna era fornecida pelo mulhério da vida” (O Rio Nu, ed.259, 19/12/1900, p.4). Segundo o cronista, “a polícia lembrou-se de impedir que essas mercadoras do amor saíssem a dar a nota alegre por aquela zona; não lhes permitindo mesmo pôr na rua o nariz para aspirar um ar” (O Rio Nu, ed.259, 19/12/1900, p.4). A partir daí aqueles locais tornaram-se “mares ermos e abandonados” onde campeavam “impunemente” “meninos bonitos”, que por esse motivo, davam “íntimos agradecimentos a quem com as medidas de rigor empregadas contra as mulheres lhes proporciona ocasião de verem aumentada a fêria diária”³²⁴.(O Rio Nu, ed.259, 19/12/1900, p.4).

De acordo com Green (2019, p. 98), se comparado ao comércio das prostitutas, que precisavam cada vez mais driblar campanhas policiais de repressão ao seu comércio e à sua visibilidade pública, o controle sobre os homens profissionais do sexo tendeu a ser menos efetivo nos anos iniciais da República. O duplo padrão moral da época admitia que a circulação de homens desacompanhados à noite não fosse vista como uma ameaça tão significativa à moral e aos bons costumes, dificultando a repressão policial da circulação dos prostitutos³²⁵. (Figari, 2007, p. 240; Green, 2019, p.98).

Em *Rio à Noite*, o “rigor” contra a prostituição feminina foi lamentado como um fator que aumentava a demanda por “meninos bonitos”. Havia, portanto, uma depreciação implícita dessa atividade, sugerindo que o mais adequado seria satisfazer-se com o “mulhério” da vida. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela maior demanda aos serviços sexuais desses rapazes foi transferida para a polícia, pois, na ausência de prostitutas disponíveis, pareceu apenas consequente que o público masculino recorresse aos “meninos” do Rocio para suprir suas necessidades.

Esses profissionais do sexo, não por acaso, foram em alguma medida infantilizados pelo notívago, ao serem referidos como “meninos”, isto é, foram deslocados de uma masculinidade inteiramente desenvolvida para um estágio mais delicado, incompleto, inferior. A meninice e a mocidade, então, designavam esferas de indivíduos vistos como ainda carentes de domínio,

³²⁴ Em um dicionário da época “Féria” foi definido como “Salário de operário; soma de salários de uma semana; rol de salários” (Figueiredo, 1889, p. 607), ou seja, é o mesmo que pagamento, ordenado.

³²⁵ Dificultando, mas naturalmente, não impossibilitando por completo a repressão policial. Embora o Código Penal de 1890 não proibisse expressamente o coito entre pessoas do mesmo sexo, o seu Artigo 379, tornava, por exemplo, o travestismo ilegal ao proibir “disfarçar o sexo, tomando trajes impróprios de o seu e trazê-lo publicamente para enganar” (Brasil, 1890). Nesse sentido, embora fosse mais fácil repreender a exibição pública das prostitutas, as autoridades da época ainda podiam se valer das bastante subjetivas provisões contrárias ao travestismo e a vadiagem para tentar coibir a circulação dos homens transgrediam publicamente a norma sexual da época (Green, 2019, p.57).

considerados mais fracos e, portanto, mais facilmente associados à passividade e ao feminino, por seus sêniores (Figari, 2007; Miskolsci, 2012).

Em “*Frescuras*”, ilustração publicada em 1906, recorreu-se imagetivamente à semelhante infantilização: o “fresco” que abordava “seu Jonjoca” foi representado de forma tão menor e com traços tão mais delicados que, apesar do bigode, poderia facilmente ser tomado por um adolescente, especialmente em comparação à figura parruda que ele tentava seduzir.

FIGURA 57: “Frescuras”. O Rio Nu, ed. 869, 03/11/1906, p.5.³²⁶



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1906_00869.pdf.

Frequentemente referidos como “meninos”, os trabalhadores sexuais do Rocio —como o “fresco” representado na figura 57 — eram também recorrentemente ilustrados ou descritos como portadores de glúteos arredondados e proeminentes, uma característica então mais associada à época aos corpos femininos. Em outras palavras, esses indivíduos podiam ser alvo de abjeções simultaneamente infantilizantes e feminilizantes, desqualificados, portanto, de um ideal viril de aparência máscula — forte, bruto, robusto e alto. De acordo com Sant’anna (2014, p.28-29), em várias regiões do país, concordava-se que “[...] a beleza com algum aspecto feroz ou mesmo brutal cabia muito bem aos homens. Aliás, segundo boa parte da propaganda, as mulheres tinham rostos ou faces, mas os homens possuíam caras”. Essas desqualificações em um primeiro nível emasculadoras, podem, paradoxalmente, ter proporcionado o eventual reconhecimento da beleza e desejabilidade dessas figuras. Afinal, ao tratá-los como menos masculinos, menos *homens*, essa chave representativa permitia, em alguma medida, que fosse desculpada a apreciação estética e/ou o desejo por seus corpos.

³²⁶ Legenda da Imagem: “— Oh! O Seu Jonjoca, por aqui, com este calor? Por que não vai tomar fresco na Avenida Beira Mar? — Vai saindo, pequena eu não gosto de fresco...”

“Versos Camoneanos (adaptados aos nossos dias)” era uma seção em que o colaborador Escaravelho publicava poemas jocosos sobre o Rio de Janeiro integrando entre parênteses e em itálico trechos d’*Os Lusíadas*, de Camões³²⁷. Em uma das suas edições de 1909, “os frescos” do “ex-largo do Rócio” foram referidos como “moços-moças”, “híbridos seres do carnal desejo”:

FIGURA 58: "Versos Camoneanos". O Rio Nu, ed.1118, 31/03/1909, p.6.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1909_01118.pdf.

Escaravelho afirmou que não satisfazia seus desejos com esses “frescos”, pois “[...] rosto macho jamais beijo / Embora lindo seja, alvo e macio” (O Rio Nu, ed.1118, 31/03/1909, p.6). Em outras palavras, apesar de rejeitar a possibilidade de se relacionar com esses corpos, o autor reconhecia a beleza daqueles que descrevia como “moços-moças” — atributo calcado, não por acaso, em predicados frequentemente usados no bissemanário para elogiar a forma feminina: alvura, maciez e juventude. De modo geral, *O Rio Nu* reduziu a existência dos “frescos” à preferência pelo papel sexual receptor, à performance de feminilidade e ao trabalho sexual. No entanto, as experiências reais desses sujeitos certamente podem ter extrapolado esses parâmetros.

No entanto, a insistência dessa escolha editorial nas representações do bissemanário pode muito ter respondido, não somente ao preconceito de seus autores, mas também ao reconhecimento de que a prostituição desses corpos era uma das opções de satisfação sexual

³²⁷ Publicado originalmente em 1572, o clássico poema épico de Luís Vaz de Camões narrou a descoberta, pelo navegador português Vasco da Gama (1469-1524), de uma rota marítima para a Índia — um importante marco nas relações comerciais e exploratórias ultra-marítimas ibéricas do século XV.

disponível para a demograficamente majoritária população masculina da capital. Ademais, se as denúncias d'O *Rio Nu* sobre as consequências das campanhas policiais republicanas de controle da prostituição feminina indicam algo, havia sim um público que, ao contrário de Escaravelho, estava disposto a recorrer a esses serviços e compartilhar seu “doce fruto” com esses rapazes pelos jardins e grandes largos. Ainda que a justificativa fosse a escassez de mulheres.

Em “Faz... quase tudo”, crônica publicada em março de 1914, a expulsão das “madamas” da região do Senado, próxima à rua do Espírito Santo, foi novamente associada ao aumento da demanda pelos serviços desses “moços” (O *Rio Nu*, ed.1588, 28/03/1914, p.3). Segundo informou o texto, anteriormente, havia “mulherzinhas” que alugavam quartos na área, abordando clientes pelas ruas e através das janelas (O *Rio Nu*, ed.1588, 28/03/1914, p.3). Com a “expulsão” dessas mulheres pela polícia, o proprietário das casinhas da rótula — “cabra sabido, patriota e escovadíssimo” — resolveu aquela “triste” situação alugando os cômodos para “moços solteiros” (O *Rio Nu*, ed.1588, 28/03/1914, p.3). Substituindo as madamas que seduziam os transeuntes pelas venezianas, sussurrando com voz “gosmenta”, “Entra, senhor... faz tudo!”, passaram a ser rapazes de “vozinha aflautada e doce” a convidar: “Entra, senhor... faz... quase tudo!” (O *Rio Nu*, ed. 1588, 28/03/1914, p. 3). Nesse contexto, embora os “moços bonitos” não pudessem oferecer tudo —leia-se, o sexo vaginal —, eles se apresentavam como uma opção para consumir uma prática que, apesar de possível para as mulheres, era malvista até mesmo entre as prostitutas: o sexo anal.

Já, em uma edição de “Telegramas”, seção que parodiava as colunas dos jornais sérios que concentravam breves notícias do mundo, satirizou-se a crise dos fundos portugueses: “LISBOA, 31. — A baixa violenta dos fundos portugueses, tem sido o diabo. As Raparigas rejubilam-se pela falta de cotação dos ditos fundos, que lhes faziam grande concorrência” (O *Rio Nu*, ed. 973, 02/11/1907, p.2).

Acompanhada pelo anúncio de uma outra edição da brochura “O Fanchula”, “Classificações Horizontais”, uma ilustração que ocupou toda a última capa da edição 880 d'O *Rio Nu*, representou humoristicamente uma gama de diferentes perspectivas sexuais: da cortesã de luxo coberta de joias — o “Farol pintado” — à idosa despuerada — a “Vovó” —, incluindo também uma figura masculina de quadris protuberantes, identificada como “Olho Vivo (Concorrente Desleal)”.

FIGURA 59: "Classificações Horizontais". O Rio Nu, ed.880, 12/12/1906, p.8.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1906_00880.pdf.

Reiterando a chave representativa utilizada anteriormente (vide figura 58) o rapaz de “Classificações Horizontais”, trajava um terno justo que enfatizava seus glúteos arredondados que ele arrebitava. Essa escolha de composição imagética, somada a forma como aquela figura foi textualmente referida — aludindo ao ânus por meio da palavra olho — sugere-nos que o aspecto “desleal” da sua concorrência no mercado sexual carioca estava ligado justamente à sua oferta de sexo anal.

Outra composição d’O Rio Nu permitiu, inclusive, o vislumbre da existência daqueles que concebiam a penetração dos “fundos” desses trabalhadores sexuais, como uma espécie de forma de “variar”, quebrar a rotina. Na coluna “À Margem” da edição 1719, onde o colaborador Padre Amaro comentava os acontecimentos da semana, um dos assuntos tratados foi a prisão de um “par surpreendido em flagrante delito de amor num recanto da rua escusa e mal iluminada” (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1):

O esquisito é que o par era constituído de homens — um alto, espadaúdo e de bela aparência, outro de aspecto tímido, pequeno corpo e de feições simpáticas. Interrogado pelo comissário este último confessou que fazia concorrência às mulheres por sentir a profissão rendosa, e cômoda, principalmente agora que a carestia da vida é um fato. Mais lhe valia ter o afago dos homens do que calejar as mãos na pesada tarefa de empunhar a enxada para cavar a terra.

O outro — o homem de verdade — sorriu piscou o olho ao comissário austero, que lhe lançou um olhar iracundo, e disse que “aquilo” era bom para variar: — A carne de vaca todo dia enjoa, seu doutor; é preciso a gente comer de vez em quando um quartinho de porco...

A autoridade não achou graça e recolheu os infratores da moral a xadrezes separados, por causa das dúvidas...Padre Amaro (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1).

A descrição d’*O Rio Nu* do interrogatório daquele “esquisito” par, novamente referiu-se ao trabalho sexual masculino em termos de concorrência “às mulheres” (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1). Todavia, se anos antes Notívago lamentava a “triste vida” dos trabalhadores sexuais masculinos, em “À Margem”, o prostituto preso em flagrante libidinoso confessou que tinha uma vida “cômoda” e que, naqueles tempos de crise econômica, preferia o “rendoso” “afago dos homens” à labuta braçal com a “enxada”³²⁸ (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1)

Em várias ocasiões, *O Rio Nu* veiculou narrativas positivas sobre homens que evitavam o regime laboral convencional, no geral, valorizando-os por recorrerem ao talento literário e/ou à esperteza para arranjar algum “arame” para sustentarem seus modos de vida viris e desregrados — leia-se: suas noitadas e conquistas sexuais de mulheres. Entretanto, a preferência do prostituto em questão pelos “afagos dos homens”, em detrimento ao trabalho pesado, não recebeu o mesmo tratamento positivo; não foi vista como uma malandragem positiva, pelo contrário, em um contexto de austeridade econômica causada pela Primeira Guerra Mundial essa escolha foi ironizada como um sinal de falta de disposição para o esforço físico.

O prostituto figurava na narrativa como alguém delicado, frágil. A própria descrição física do rapaz recorreu a características convencionadas pouco másculas, como tamanho pequeno, postura tímida e aspecto “simpático” — um contraste flagrante com seu cliente, descrito como “homem de verdade”, alto, robusto e de costas largas (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1). Confiante, o cliente em questão chegou a tentar justificar o flagrante ao delegado, comparando sua rotina de relações com mulheres (“carne de vaca”) a algo que, repetido em excesso, “enjoava” e sugerindo que, ocasionalmente, era necessário “variar” com “um quartinho de porco” (O Rio Nu, ed. 1719, 30/09/1916, p.1).

³²⁸ Devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o país passou por dificuldades fiscais, levando a uma inflação acelerada e o aumento dos custos de vida e moradia.

Essa metáfora indica-nos que, para alguns, o sexo com outros homens podia ser até concebido inconsequente, um exotismo esporádico, desculpável desde que não fosse uma preferência exclusiva ou prática habitual. Embora essa perspectiva não tenha sido acolhida pelo delegado responsável pela prisão, parece que, pelo menos para o autor da coluna essa visão justificou a manutenção da imagem máscula do cliente, o “homem de verdade” do par (*O Rio Nu*, ed. 1719, 30/09/1916, p.1).

Para a maioria dos projetos de masculinidade da época, a performance sexual ativa/penetradora era essencial para reforçar a dissociação do sujeito ao feminino e, assim, evitar a subordinação ao domínio de outros homens. A passividade sexual, era vista como uma extensão natural da feminilidade, o que podia implicar em julgamentos morais diferenciados para penetradores e penetrados em relações homoeróticas.

O receio de ser penetrado fomentou, historicamente, discursos e zombarias voltados a preservar o ânus masculino como uma área morta de prazer — interdição, que por sua vez, não necessariamente se manteve igualmente estendida aos “fundos” femininos ou daqueles feminilizados. Como já foi estabelecido anteriormente, embora o sexo anal fosse considerado particularmente degradante para o seu polo receptor, a prática foi recorrentemente aludida sensualmente nas páginas d’*O Rio Nu*. Dessa forma, entre homens zelosos de sua macheza, mas dispostos a experimentar esse “sexo moderno,” instalava-se uma tensão particular: o desejo de possuir/penetrar ânus e o temor de ser possuído/penetrado analmente.

Essa tensão encontrou sua máxima expressão no bissemanário por meio do personagem Gouveia. Essa figura ganhou fama nas páginas d’*O Rio Nu* em 1906, após um caso de violência sexual contra um homem e permaneceu citado pelos anos que se seguiriam em troças e piadas sobre sexo anal.

5.1.2- “*Quem não conhece o Gouveia?*”³²⁹

Em 18 de junho de 1906, na primeira página do jornal *O País*, sob o título garrafal “REVOLTANTE! Atentado contra um homem respeitável”, discorreu-se sobre um suposto crime sexual perpetrado por Manoel Gouveia, um comerciante idoso que, com ajuda de outros dois indivíduos, teria violentado sexualmente um homem embriagado no seu estabelecimento:

O que chegou ao conhecimento da polícia da 15ª circunscrição revolta e enoja. Um homem respeitável, de 40 anos, chefe de família e carregado de filhos, segundo sabe a polícia, foi vítima, na noite de 11 do corrente, de um atentado

³²⁹ *O Rio Nu*, ed.841, 28/07/1906, p.3

brutal, cometido por um indivíduo de idade avançada, negociante, que para executar o crime fez-se auxiliar de dois outros indivíduos, assim, tornados cúmplices de tal ignóbil ato. O que foi levado ao conhecimento da polícia é que a vítima esteve nessa noite no botequim que confina com armazém da rua Vinte e quatro de Maio esquina da de Antunes Garcia, até às 10 horas, quando se fecharam as portas da casa. Nessa ocasião, estando um pouco alcoolizado, esse homem tentou sair, mas não o deixaram. No espírito do dono da casa, Manoel Gouveia, parara e tomara vulto uma ideia de libidinagem doentia e asquerosa. Ele fez agarrar o homem que ali estava, cujo aspecto lhe deveria inspirar somente respeito, e subjugá-lo por dois indivíduos, que se prestaram a essa covardia imoral. Esses indivíduos foram um caixeiro daquele armazém e um conhecido por Domingos Carpinteiro. E foi o pobre homem violentado por Gouveia, que deu, desse modo, pasto a uma estranha e monstruosa bestialidade. A polícia da 15 circunscrição que recebeu a queixa do próprio ofendido, assim como narramos, mandou o homem a exame de corpo de delito no gabinete médico legal (O Paíz, ed.7928, 18/06/1906, p.2).

A notícia foi apresentada com um tom marcadamente sensacionalista. Enquanto Gouveia era retratado como a personificação de uma libidinagem doentia e repulsiva, sua vítima era descrita como um homem “respeitável”, um “chefe de família carregado de filhos” (O Paíz, ed. 7928, 18/06/1906, p. 2). Essa construção narrativa estabelecia uma oposição nítida entre a violência cometida e o papel da vítima no contexto da família nuclear. A menção à paternidade do abusado funcionava como um agravante simbólico do ultraje sofrido, reforçando a gravidade do crime. O objetivo era intensificar o caráter chocante do episódio, delineando papéis claros de vítima e algoz e apelando ao moralismo dos leitores para causar maior impacto emocional.

Essa abordagem pode ter sido bem-sucedida. O caso parece ter gerado certo burburinho na capital, pois, semanas depois, em 11 de julho de 1906, ainda repercutia nas páginas d’*O Rio Nu*. Sem autoria indicada, foram publicados versos intitulados “O Gouveia”: “Não fujas, meu querubim / Não fujas, minha sereia / Não tenhas medo de mim / Eu não sou Gouveia” (O Rio Nu, ed. 836, 11/06/1906, p.2). Apesar de breves, essas rimas sugerem que o tal Gouveia estava na boca do povo, tendo o seu suposto crime chocado homens (querubins) e mulheres (sereias).

Sugestivo desses temores, o torneio “Concurso de Respostas”, publicado do mês seguinte, para a pergunta “Porque é que todos fogem do Gouveia?” dispôs uma de série de envios que aludiam ao Gouveia como uma figura assustadora:

É porque tem o defeito,
De ser mau,
E se nos apanha a jeito,
Mete o pau.
Ribeiro
Ora essa! Então é brinquedo?!
Deixem lá que a coisa é feia!
Quem não conhece o Gouveia?
É que quem tem...*pé*, tem medo!
Dr. Murabixaba
É por ser o tal Gouveia,

Um tipo muito doente cujo fraco é ir ao *bloco*
De toda a gente!...

Ato

Em responder eu me achego,
Com receio de ser ofendido!
Dizem que ele é bem servido
E em quem ele meter o dedo
Fica com o negócio perdido
Por isso todos fogem de medo.

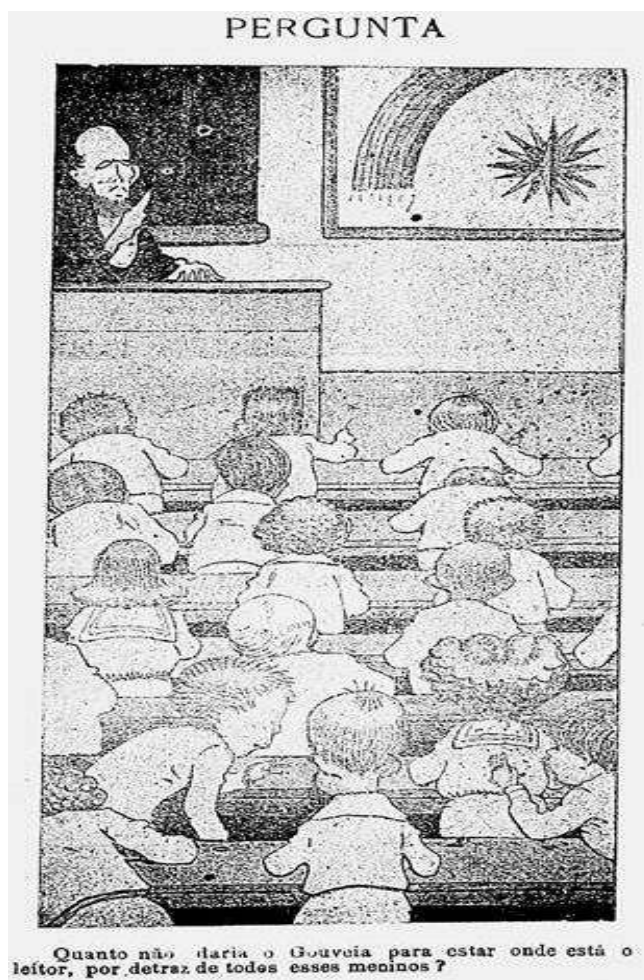
K. Mello (O Rio Nu, ed.841, 28/07/1906, p.3).

Fazendo jus à violência do caso, que o levou à imprensa, Gouveia foi representado por essas respostas como uma figura assustadora, descrita como “má”, “doente” e uma ameaça à integridade dos “blocos” (ânus) alheios (O Rio Nu, ed.841, 28/07/1906, p.3). Curiosamente, essa ameaça foi estendida a “toda a gente”: homens e mulheres (O Rio Nu, ed.841, 28/07/1906, p.3). Ao extrapolar o perigo de Gouveia para ambos os sexos, essa seleção de respostas evocou um espectro de medos que ia além da violência física e do dano à integridade corporal. A curadoria das submissões dialogava também com as expectativas sociais de recato sexual feminino e impenetrabilidade masculina. Em outras palavras, repercutia-se ali a supracitada irreversível mácula simbólica, então projetada aos corpos receptáculos de penetração.

Não por acaso, corroborando esse subtexto, entre as respostas enviadas para esse torneio, destaca-se ainda o fato de que o temor pela violação sexual foi intensificado por especulações sobre o tamanho avantajado do pênis de Gouveia — “Dizem que ele é bem servido / E em quem ele meter o dedo / Fica com o negócio perdido” (O Rio Nu, ed.841, 28/07/1906, p.3). Esse detalhe, vale notar, não havia sido mencionado na reportagem original d’*O País*, que pouco descreveu fisicamente Manoel Gouveia para além de um homem de idade avançada. Nessa ocasião, o comerciante foi, inclusive, acusado de recorrer a dois cúmplices para subjugar fisicamente sua suposta vítima. Todavia, nas respostas do torneio d’O Rio Nu, Gouveia parece ter sido representado como alguém mais forte, de maior aptidão física para a violência do que na denúncia original.

Acusado de atacar um homem adulto, pai da família, naquele mesmo ano, Gouveia chegou a ser descrito como ameaçador até para faixas etárias bastante distantes daquela do patriarca que ele supostamente havia violado:

FIGURA 60: “Pergunta”. O Rio Nu, ed. 868, 31/10/1906, p.4.³³⁰



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1906_00868.pdf.

³³⁰ Legenda da Imagem: “Quanto não daria o Gouveia para estar onde está o leitor, por detrás de todos esses meninos?”

FIGURA 61: "Trocadilho". O Rio Nu, ed. 869, 03/11/1906, p.5.³³¹

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1904_00661.pdf.

Tanto “Pergunta” quanto “Trocadilho” (Figura 60 e Figura 61) representavam em seus pontos focais crianças claramente pré-púberes — pequenas, com as formas arredondadas e as cabeças grandes em relação aos ombros e corpos. A figura 60, publicada em outubro de 1906, mostra uma sala de aula cheia de crianças, com a legenda: “O que não daria O Gouveia para estar onde está o leitor, por detrás de todos esses meninos?” (O Rio Nu, ed. 868, 31/10/1906, p.4.). Com esse questionamento, a perspectiva da imagem, que exibia a turma de costas, foi acrescida de uma camada de sentido bastante sinistra, sugestiva do possível interesse predatório de Gouveia pela parte “detrás daqueles meninos” — isto é, de penetrá-los sexualmente. Enquanto nessa ilustração (Figura 60), as crianças representadas pareciam inconscientes do perigo representado pelo Gouveia, na segunda imagem (Figura 61), o pequeno não só estava ciente da sua existência, como se mostrava preocupado.

Após o menino perguntar a um padre se havia perigo de cruzar com Gouveia no caminho que seguia, o sacerdote lhe recomendou seguir com “fé em Deus” (O Rio Nu, ed. 869,

³³¹ Legenda da Imagem: “— Oh seu Padre! Eu indo por aqui, não haverá perigo de me encontrar com o Gouveia? / — Qual, meu filho! Vá com fé em Deus... / — “Fé em Deus?”! Não vê que eu embarco nessa canoa!”

03/11/1906, p.5.). Essa resposta devota foi prontamente contestada pelo menino, que comparou aquele tipo de fé a uma “canoa” na qual não pretendia “embarcar”, indisposto a confiar a sua integridade física apenas ao desígnio divino (O Rio Nu, ed. 869, 03/11/1906, p.5.). De teor claramente anticlerical, a composição utilizou a figura assustadora de Gouveia para criticar a fé abnegada na intervenção divina e no próprio sacerdócio católico, cujo representante naquela situação se limitou apenas a fazer votos pela proteção do menino, sem oferecer ajuda mais concreta.

Dado o teor violento das acusações contra ele, não surpreenderia se a figura do Gouveia fosse representada unicamente sob essa perspectiva monstruosa nas páginas d’*O Rio Nu*. Afinal, tratava-se de um periódico voltado a um público masculino, ao que tudo indica, alinhado ao imperativo social da impenetrabilidade do homem viril. A ocasional extensão desse perigo às mulheres e crianças pode ter sido apenas uma estratégia sensacionalista, visando envolver figuras consideradas mais passivas e frágeis e, portanto, necessitadas de proteção masculina. Intensificava-se, assim, o apelo emocional da sua ameaça entre os leitores.

Porém, para a nossa surpresa, os usos do termo “Gouveia” no periódico não se limitaram apenas a narrativas centradas em temores de violência sexual. Apesar de sua origem vinculada a um crime “revoltante”, o termo também integrou o léxico malicioso d’*O Rio Nu*, designando homens entusiastas do papel ativo no sexo anal, sem necessariamente se restringir àqueles que recorriam à violência e/ou ao abuso para satisfazer essa preferência. Foi algo muito comum, por exemplo, em composições voltadas a explorar o homoerotismo. Nelas, o termo “Gouveia” foi usado pelos colaboradores d’*O Rio Nu* para se referir aos homens de performance ativa nas relações sexuais anais. Este é o caso da composição a seguir (Figura 62), que ilustrou como havia “quem” gostava “de ser montado”, como o “homem égua” que exibia uma “carinha gostosa... sentindo o Gouveia montado nele”.

FIGURA 62: "Montado". O Rio Nu, ed.1124, 21/04/1909, p. 5.³³²

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1909_01124.pdf.

Reiterando a feminilização comumente associada pelo *O Rio Nu* à experiência sexual homopassiva, o centauro “montado” consensualmente pelo Gouveia foi representado, não como um “homem-cavalo”, mas como um “homem-égua”.

Um artifício representativo semelhante foi utilizado por Deiró Junior, em uma das breves ficções versadas que publicava semanalmente na seção “Semanatográfico”, que novamente feminilizou os homens que, consensualmente, procuravam “Gouveias”. Os protagonistas da narrativa em questão foram descritos como dois rapazes “mui gentis, maneiras finas/ De olhares ternos... rosto escanhoad”, do tipo que “Grande inveja fariam certamente a muitas, a muitíssimas meninas” (*O Rio Nu*, ed. 1341, 27/05/1911, p.2)³³³. Esses dois belos rapazes se viram pela primeira vez no Jardim do Recreio e por lá trocaram olhares, e “como se viam/A vez primeira, ali /Cada qual os dois gajos calculava/Lá de si para si/Que a seduzir estava/A algum Gouveia” (*O Rio Nu*, ed. 1341, 27/05/1911, p.2). Referidos de “vocação” “passiva” ambos calcularam erroneamente “Que o outro era Gouveia” (*O Rio Nu*, ed. 1341,

³³² Legenda da Imagem: “— E digam depois que não há quem goste de ser montado... Reparem a carinha gostosa que fez esse homem-égua... sentindo o Gouveia montado nele”

³³³ Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de 1899, “Escanhoar” significa “barbear com apuro” (Figueiredo, 1899, p.534), ou seja, rostos “escanhoados” seriam faces lisas, macias, barbeadas de maneira muito rente.

27/05/1911, p.2), mal-entendido que infelizmente só foi esclarecido, algum tempo depois, entre quatro paredes:

Apenas os dois gajos se deitaram,
Cada qual a julgar o outro Gouveia...
Prontamente se voltaram...
Um para o outro de costas...
Esperando os efeitos de tal ceia....
Sem que, da parta a parte nada houvesse...
Furioso, então o convidado desce
Daquela vasta cama,
Que tanta, tanta coisa prometia...
E, surpreso, perplexo
A se vestir, exclama:
— Perdão, meu caro amigo, não sabia
Que fôssemos os dois do mesmo sexo!
(O Rio Nu, ed. 1341, 27/05/1911, p.2).

Os versos recorriam ao machismo dualista da época para tornar jocoso o encontro entre aqueles dois “gajos”, que, apenas na cama, perceberam compartilhar as mesmas preferências sexuais — algo, não por acaso, descrito como uma questão de pertencimento “ao mesmo sexo”. Essa caracterização alinhava-se à supracitada concepção de sexualidade que associava a performance de “masculinidade” e “feminilidade”, a “atividade” e “passividade”, respectivamente — numa hierarquização simbólica de “quem está por cima” e “quem está por baixo” no sexo (Fry; MacRae, 1991, p.28).

O humor da narrativa residiu, portanto, justamente no fato de que ambos, apesar dos “trejeitos” femininos, não haviam percebido suas “vocações”. De acordo com essa lógica, um homem, que competisse até com “meninas” em beleza e “trejeitos finos”, só podia ser passivo. Nesse contexto, Gouveia figurava como um adjetivo que se referia a homens de performance sexual ativa, os quais deveriam, portanto, apresentar uma performance de gênero mais masculina, mesmo que se relacionassem com outros homens.

O que foi o caso, por exemplo, do Gouveia referido pelo título da brochura publicada pela editora d’*O Rio Nu*, em 1914, como parte da Coleção Contos Rápidos, “O Menino do Gouveia”. Esta foi uma das primeiras ficções pornográficas brasileiras, publicadas em formato de livro, a tratar de forma central o homoerotismo³³⁴. Segundo James N. Green (2019, p. 69), “o título desse conto erótico faz um jogo com o termo, que na gíria da época se referia a ‘Gouveia’ como um homem mais velho que deseja garotos jovens.” A partir da análise dessa

³³⁴ Green (2000, p.68) chegou afirmar que *O Menino do Gouveia* o primeiro conto homoerótico publicado em formato de livro no país. Em outra obra “Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)”, GREEN e POLITO (2006) reafirmam essa informação. Todavia, há indícios de um enredo homoerótico anteriormente publicado pelo próprio *O Rio Nu* *O Fanchula*, anunciado nas páginas do bissemanário anos antes e a que infelizmente não tivemos acesso.

obra, Green chegou a afirmar que “Gouveia” era um sinônimo para fanchono (Green, 2019, p.79). Essa alcunha que, na época, designava popularmente homens, no geral mais velhos, que preferiam penetrar outros homens, não apenas devido à indisponibilidade feminina:

O fanchono não é simplesmente um homem casado, ou um soldado sexualmente frustrado, que sai pela cidade atrás de garotos porque não há mulheres disponíveis. Sua opção como objeto sexual é alguém que, embora feminilizado e jovem, não é uma mulher (Green, 2019, p.81).

Essa interpretação seria plenamente plausível se considerássemos apenas a representação do Gouveia de “O Menino do Gouveia”. Esse conto foi narrado por ninguém menos que Capadócio Maluco — uns dos regulares interlocutores da malandragem popular nas páginas d’*O Rio Nu* —, para quem um “fresco” chamado Bembem relatou em detalhes explícitos a história do seu desvirginamento por um “fanchono” chamado Gouveia. Nesse enredo, três homens — Bembem, o Gouveia e o próprio Capadócio — foram descritos em explícitas relações sexuais homoeróticas.

Apesar das relações sexuais que manteve com o Bembem, durante a narrativa, o Capadócio continuou se referindo ao rapaz com um certo distanciamento e até desdém, adjetivando-o como um “puto”, um “puto matriculado” e um “putíssimo rapaz”. Esses termos, à época, eram comumente usados de forma pejorativa para descrever homens vistos como femininos ou que se relacionavam com outros homens — uma depreciação que o malandro reproduzia sem constrangimento algum.

Era evidente que o Capadócio não se via em pé de igualdade com Bembem; mas aparentemente o seu padrão sexual ativo tampouco colocava-o exatamente na mesma categoria que o Gouveia. Como saberia um leitor habitual d’*O Rio Nu*, em meio às suas usuais trapaças e confusões, o Capadócio geralmente estava envolvido com um sem-número de mulheres, em sua maioria, hipersexualizadas e afrodescendentes. Em outras palavras, mais que um fanchono propriamente dito, o Capadócio aproximava-se mais do cliente de “À Margem” citado no tópico anterior, que após ser flagrado em ato libidinoso público com um garoto de programa, justificou que estava apenas “variando”.

Fisicamente feminilizado — dotado de uma “voz suave” e “mãos macias” — Bembem descreveu a si mesmo de forma flagrantemente pouca máscula para os padrões estéticos da época, aludindo aos seus “seios de qualidades femininas” e a suas “formas roliças e afeminadas” (Maluco, 2021, p. 27). O rapaz foi representado como alguém naturalmente predisposto a ocupar apenas o papel passivo em suas relações sexuais com outros homens. Por essa razão, ele era incapaz de sequer manter uma ereção, pois somente “na bunda que tinha tremuras” (Maluco, 2021, p. 27). Em uma passagem do texto Bembem chegou a conjecturar que, durante a sua

concepção, a sua mãe “no momento da estocada final” devia ter peidado “[...] de modo que teve todos os gostos no cu e eu herdei também o fato de sentir todos os meus prazeres na bunda” (Maluco, 2021, p.9).

Maravilhado com o físico do seu próprio tio, Bembem ainda bastante jovem o encurralou no banheiro, tocando-lhe as partes íntimas e suplicando-lhe por sexo. Expulso da casa do parente após esse incidente, o adolescente foi a procura de alguém lhe desse “uma porra” nos arredores do Rocio, local onde conheceu o Gouveia, o seu “iniciador na putaria” (Maluco, 2021, p.21-22). O homem foi descrito como um “[...] cidadão alto, magro, ossudo, com um bom palmo de nariz e um tanto maduro”. Apesar de “velho” revelou-se “um hábil fanchono” possuidor da “verdadeira arte de um amador de bons cus” (Maluco, 2021, p.21-22). Isto é, era alguém descrito como bem mais másculo que o garoto que desvirginava, pois além das formas angulares do seu corpo, sabia utilizar com maestria o seu falo.

A tríade de homens representados em relações homoeróticas em “Menino do Gouveia” foi diferenciada com base na adesão — ou falta dela — à performance máscula de um padrão sexual masculino-ativo. Narrativamente emasculado, Bembem, o único entusiasta declarado do sexo homopassivo na trama, foi representado como um “puto” e fisicamente feminilizado, dotado de uma androginia natural. Em contraste, o Capadócio — figura recorrente nas páginas d’*O Rio Nu*, com um histórico de relações com mulheres — e Gouveia, o deflorador ativo de Bembem, mantinham características mais comumente associadas à masculinidade: força, vigor sexual e capacidade de utilizar e sustentar seus falos eretos durante intercursos sexuais. Contudo, enquanto o Capadócio foi poupado de insultos, Gouveia foi identificado como um velho fanchono, termo que, embora menos pejorativo que putto, todavia, era ofensivo e demarcador de uma abjetificação pautada por uma grave transgressão da matriz normativa sexual da época: relacionar-se sexualmente apenas com outros homens.

Nada obstante, uma análise mais abrangente das narrativas que recorreram a esse termo n’*O Rio Nu* indica que ser identificado como “Gouveia” ou mesmo autointitular-se assim nem sempre implicava ser um fanchono, pelo menos não nos moldes definidos por Green (2019, p. 81) — leia-se: um homem ativo, mas exclusivamente atraído por outros homens. Isso pôde ser observado, por exemplo, na cançoneta “O Gouveia,” publicada na coluna “Teatro d’*O Rio Nu*” em 8 de agosto de 1906, na edição nº 840.

Assinada por T. Bandeira, a canção repercutia o crime atribuído a Manoel Gouveia meses antes: “Por toda a parte onde eu ando/ Na cidade e até na aldeia/ Ouço os rapazes gritando: — Abre o olho... olha o Gouveia!...” (*O Rio Nu*, ed.840, 08/09/2019, p. 2). Espectro ameaçador para alguns rapazes, o Gouveia foi evocado objeto de desejo para outros. Este era o

caso de um rapaz frequentador do Largo Rocio que o cancionista testemunhou abordar um sujeito para “brincar de Gouveia!” (O Rio Nu, ed.840, 08/09/2019, p.2), e também de Ventura, um amigo “bonito e galante” do autor: “Tem a fortuna segura.../Ganha dinheiro bastante!”, por também estar “Em casa constantemente/ Brincando com um Gouveia!”.

E, embora o suposto crime sexual tivesse vitimado um homem, na cançoneta o medo, o desejo ou mesmo as relações com “Gouveias” não se limitaram apenas aos rapazes. Já no primeiro verso, a sogra do narrador era ridicularizada por ser uma “velha” que ainda se considerava “tetéia” o suficiente para temer que um Gouveia lhe aparecesse no caminho (O Rio Nu, ed.840, 08/09/2019, p. 2). Ainda, segundo Bandeira, as moças já não chamavam carinhosamente os namorados de “Lulú”; a moda agora era chamá-los de “Meu Gouveia!”. Tampouco foram apenas os “meninos bonitos”, como o amigo Ventura, que teriam lucrado com Gouveias. A cançoneta afirmava que uma conhecida madame carioca também estava cheia de dinheiro, “E ganhava-o fazendo amor / Amor à moda Gouveia” (O Rio Nu, ed.840, 08/09/2019, p. 2).

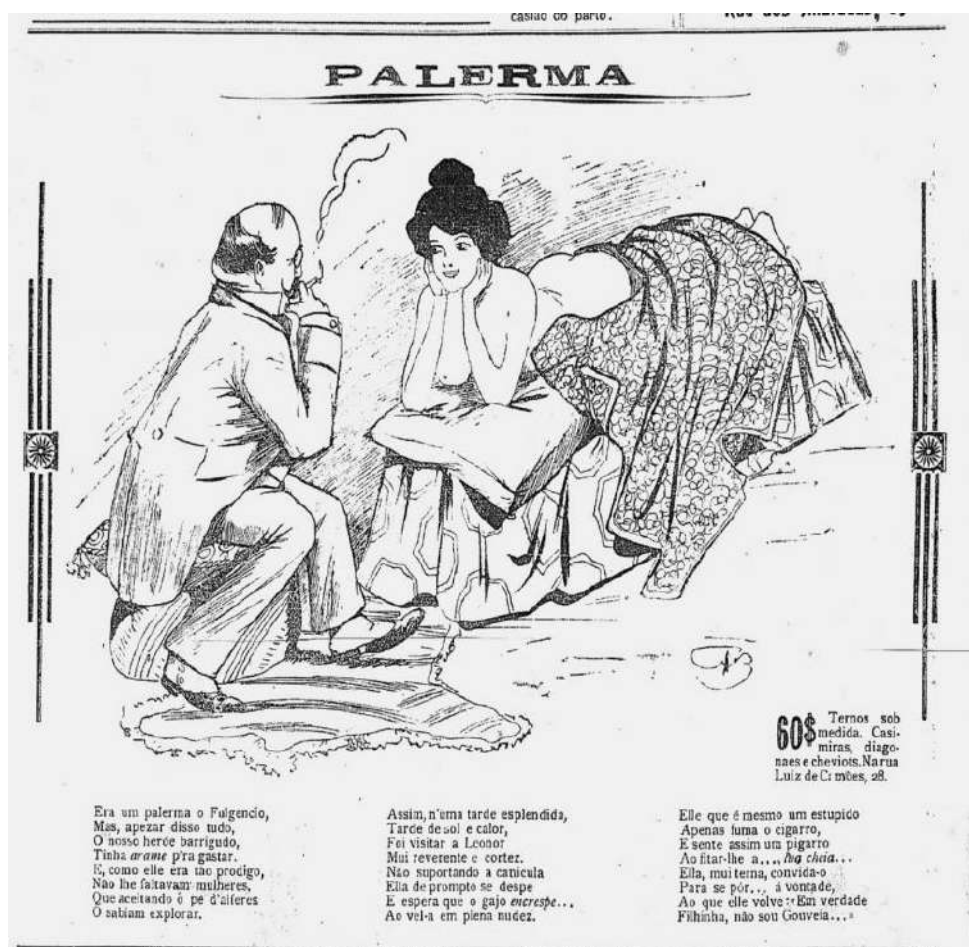
Também denotando à essa figura o sentido mais amplo de sujeito masculino aficionado pelo sexo anal em si — e não necessariamente apenas por penetrar rapazes —, outra ilustração daquele ano, “A Cartomante”, mencionou um Gouveia apaixonado por uma mulher e atrás do “às de copas” de sua amada:

FIGURA 63: "Na Cartomante". O Rio Nu, ed. 842, 01/08/1906, p.5.³³⁵

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1906_00842.pdf.

Segundo a legenda da figura 63, a mulher que consultava sua sorte foi informada pela sua quiromante de que havia um homem loiro que a adorava, um “valete de ouros” que buscava o seu “ás de copas”. A partir dessa descrição, que mencionava a carta de copas — objeto frequentemente evocado em piadas de duplo sentido sobre a bunda —, a mulher prontamente concluiu que seu admirador secreto era o “Seu Gouveia”. Embora a composição não tenha deixado claro se a mulher em questão se entusiasmou, com a perspectiva de existir um Gouveia atrás do seu “às de Copas”, houve moças representadas pelo *O Rio Nu* interessadas em fazer de seus amantes “Gouveias”:

³³⁵ Legenda da Imagem: “— Mas diga lá; veja e que dizem as cartas? / — As cartas indicam claramente que há um homem que a adora. Um homem louro. / — Ora essas? Quem será? / — Não lhe posso dizer, mas vejo aqui muito claramente. As cartas não me enganam e aqui aparece sempre o valete de ouros, atrás do às de copas. / — Atrás do às... Ah, então já sei quem é! É o seu Gouveia”

FIGURA 64: "Palerma". O Rio Nu, ed. 998, 29/01/1908, p.1.³³⁶

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1908_00998.pdf.

Na porção textual de “Palerma” (Figura 64), Fulgêncio foi descrito como um homem que “tinha arame para gastar” e, por isso, “não lhe faltavam mulheres”. Entre essas mulheres estava Leonor, representada nua e de bruços na imagem — uma moça alva, de cabelos negros e dona de uma figura sedutora. Segundo a legenda, Leonor posicionava-se daquela maneira estrategicamente, aguardando que o “palerma” Fulgêncio se “encrespasse” — ou seja, se excitasse. Contudo, mesmo diante da visão de suas nádegas, referidas poeticamente como sua “lua cheia”, e de um convite explícito para lá “se pôr... à vontade” (sugerindo a consumação do sexo anal), Fulgêncio permaneceu indiferente e respondeu: “Filhinha, não sou Gouveia”. Considerando o título da imagem, não ser um Gouveia naquele momento podia muito bem ser

³³⁶ Legenda da Imagem: “Era um palerma o Fulgêncio, / Mas, apesar disso tudo, / O nosso herói barrigudo, / Tinha *arame* para gastar / E, como ele era tão pródigo, / Não lhe faltavam mulheres, / Que aceitando o pé de alferes/ O sabiam explorar/ Assim, numa tarde esplendida,/ Tarde de sol e calor,/ Foi visitar a Leonor / Mui reverente e cortês/ Não suportando a canícula/ Ela de pronto se despe/ E espera que o gajo *encrespe*.../ Ao vê-la em plena nudez/ Ele que é mesmo um estúpido/ Apenas fuma o cigarro, / E sente assim um pigarro/ Ao fitar-lhe a.... *lua cheia*.../ Ela, mui terna, convida-o/ Para se pôr... à vontade, / Ao que ele volve: “Em verdade Filhinha, não sou Gouveia”.

interpretado como uma palermice. Essa abordagem indicava que a figura de Gouveia podia também ser utilizada como símbolo da performance sexual ativa anal, transcendendo o contexto homoerótico para ocasionalmente abarcar também relações heteroeróticas.

O apelo do sexo anal, parece ter permitido, inclusive, pontuais instâncias de explícita identificação masculina com a figura do Gouveia. O que pode ser observado na composição publicada em 13 de janeiro de 1909, na edição de número 1097, que veiculou uma fotografia intitulada “Quem resiste?”. A imagem retratava duas mulheres brancas, nuas e que, em pé, posavam de costas, arrebitando suas nádegas:

FIGURA 65: “Quem Resiste?”. O Rio Nu, ed.1097, 13 de janeiro de 1909, capa.³³⁷



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1909_01097.pdf.

Na porção textual à direita da imagem, construiu-se uma tentativa de diálogo com o observador, questionando-o sobre os efeitos provocados pelas figuras ali fotografadas nuas: “[...] não sentes uns arrepios... Vendo assim nesse frescor/ Esses corpos tão macios?” (O Rio Nu, 13/01/1909, ed. 1097, Capa). Em um esforço de criar uma espécie de cumplicidade voyeurística, o autor de “Quem resiste?” expressava seu desejo de penetrar analmente aqueles corpos, projetando essa mesma aspiração ao seu leitor. Intento em que se evocava a ninguém

³³⁷ Legenda da Imagem: “**Quem resiste?** / Ora dizer-me, leitor: / Não sente uns arrepios... Vendo assim nesse frescor/ Esses corpos tão macios?.../ Não sentirás porventura/ Qualquer coisa pela espinha.../ Qualquer coisa pela espinha/ Misto de frio... *quentura* / Que de pronto se advinha?.../ Deve sentir, é patente:/ salvo si tu, por teu mal, / Não podes... infelizmente/ Dar de ti prova cabal.../ Mas... vamos nós ao que serve, / Pois que o sangue ardendo em ânsias/ Dentro em mim, já pula e ferve./ Só de ver a *redundâncias*.../ Não te parece, meu caro, / Que o Gouveia, (herói eterno) / É de gosto fino e raro / Adotando o amor... *moderno*? São formas de ver, jocundas / Que podem não produzir.../ Mas... ao ver tão lindas *faces*/ Quem lhes pode resistir?”

menos que o Gouveia: “Não te parece, meu caro/ Que o Gouveia (Herói Eterno) / É de gosto fino e raro/ Adotando o amor... moderno?” (O Rio Nu, 13/01/1909, ed. 1097, Capa).

Essa figura, o Gouveia, outras vezes representada em *O Rio Nu* como abusadora e monstruosa, ora como fanchona, naquela capa surgia como um “herói eterno”. Seu “gosto fino e raro” parecia estar associado à predileção pelo papel ativo no sexo anal (“amor moderno”), algo que, supostamente, poderia gerar identificação no leitor. Afinal, diante da oportunidade, “quem resiste?”. Talvez apenas um “palerma”, como o protagonista da imagem à qual se refere a figura 64. Similarmente, outra capa publicada cerca de um mês depois, na edição de 27 de fevereiro de 1909 (nº 1109), também evocou o “Gouveia”:

FIGURA 66: “Que Beleza!”. O Rio Nu, ed.1109, 27/02/1909, capa.³³⁸



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1909_01109.pdf.

Na composição intitulada “Que Beleza!” (Figura 66), composta por um breve texto e uma fotografia, o leitor foi novamente interpelado, desta vez sendo instigado a refletir sobre o desejo suscitado pela imagem de uma jovem sorridente branca, nua, deitada de bruços sobre um sofá. O texto provocava o observador diretamente: “Vendo assim essa pequena/ Responde,

³³⁸ Legenda da Imagem: “**Que Beleza!** / Que adorável compostura!.../ Que atraente posição!.../ Faz até certa quentura/ De transtornar a razão!.../ Ao vê-la assim ninguém pode/ fugir a ideia voraz/ Que o nosso corpo sacode/ Num desejo pertinaz!.../ Nessa postura em que a vemos/ Tão provocante e tão linda.../ Vai um mortal aos extremos/ Do prazer, numa ânsia infinda!.../ Ai! Que quadris luxuriosos/ Onde vicejam desejos.../ E que suplicam sequiosos/ Mil coisas... a par de beijos!.../ É na verdade um conjunto/ De beleza e de escultura, / Essa que até um defunto/ Erguia... da sepultura!.../ Vendo assim essa pequena,/ Responde, leitor, sem peias:/ Não valia mesmo a pena/ Ser-se do rol dos Gouveias?...”

leitor, sem peias/ Não valia mesmo a pena/ Ser-se do rol dos Gouveias?...” (O Rio Nu, ed. 1109, 27/02/1909, Capa).

Reforçava-se, nessa composição, a representação dessa modalidade sexual como algo desejável para o público masculino da publicação. De fato, os versos em questão sugeriam que a simples visão daquela jovem nua seria suficiente para despertar no leitor o desejo de integrar o "rol dos Gouveias". Mas que rol era esse? O que significava pertencer a ele?

Em outras produções, integrar esse "rol" pareceu implicar em ser representado como uma ameaça ou, ao menos, identificado como um fanchono. Contudo, em “Que Beleza!”, esse pertencimento parecia estar relacionado não a uma preferência pelo mesmo sexo, mas ao desejo de assumir o papel ativo no sexo anal. Isto é, nas páginas d’O Rio Nu, como já dito, a figura de Gouveia não evocou apenas um ser monstruoso ou desonroso. Ainda que pontuais, em algumas produções do bissemanário, o Gouveia figurou como um símbolo de virilidade, associado à consumação ativa da penetração anal. Lembremos que essa prática sexual era, na época, cercada por tabus, o que não a eximiu, todavia, de ser representada n’O *Rio Nu* como desejável apesar de — ou talvez precisamente devido ao — seu de difícil acesso.

Em um dicionário da época, “sodomia” era definida simplesmente como “Ato sexual contra natureza” (Figueiredo, 1899, p.546). Fora de contextos eclesiásticos, a sodomia mantinha sua associação com o sexo anal e não no sentido mais “perfeito” definido por Tomás de Aquino de sexo entre machos, mas em um entendimento mais amplo, como desvio genital, prática sexual transgressora e realizada pelo ânus. Até mesmo o renomado jurista Viveros de Castro se referiu à prática anal entre marido e esposa referindo-se a sodomia conjugal. Essa associação pode ter favorecido a identificação de alguns colaboradores e leitores d’O *Rio Nu* — que podiam entender a si mesmos desejosos de “sodomizar” fundos de mulheres — com a figura do Gouveia, consolidada no bissemanário como a de um aficionado sodomizador.

Outro fator que pode ter contribuído para a oscilação de sentidos investidos à figura do Gouveia n’O *Rio Nu* foi o próprio imperativo da impenetrabilidade dos corpos masculinos. Se por um lado, o Gouveia podia ser representado como uma figura ameaçadora, em diálogo com o medo masculino de ser penetrado (e, assim, feminilizado); por outro, aparecia ocasionalmente como "herói," justamente por ser associado à posição sexual ativa e penetradora.

Nesse contexto, o caráter virilizante atribuído às práticas sexuais penetrativas — incluindo aí as anais — desdobrava-se em expectativas de exercício de domínio e afirmação masculinizante, que, inversamente, marcava a feminilização dos sujeitos receptores da penetração. Evidentemente, havia corpos considerados mais adequados para a consumação sexual do que outros, leia-se: de mulheres brancas, jovens e convencionalmente atraentes. No

entanto, em alguns círculos, mesmo em relações mais transgressoras, a penetração sexual podia ser entendida como uma extensão da capacidade fálica do sujeito ativo, posicionando-o como mais dominante e até masculino em relação ao polo receptor da relação — mesmo quando este último era outro homem. Nesses contextos, era, portanto, consideravelmente mais cabível alguma identificação com o penetrador, do que com o sujeito penetrado.

5.2. *“Os homens não são iguais às mulheres. Existe entre uns e outras uma diferença de um palmo:”*³³⁹ *O falo e a dureza das rivalidades masculinas*

Até aqui, muito se discutiu sobre o imperativo de impenetrabilidade atribuído na época aos corpos masculinos e sobre como, nas páginas d’*O Rio Nu*, a penetração sexual pôde ser representada como uma espécie de expressão de domínio e afirmação máscula. Muitos elogios do bissemanário à “Dita-Dura” de Pereira Passos, por exemplo, recorreram a projeções de potência sexual e capacidade fálica para enaltecer a figura desse prefeito engenheiro sexagenário, contrastando com as habituais representações de disfunção, associadas aos homens da sua faixa etária, no humorístico. Naquele mesmo ano, em um episódio de certo moralismo malicioso, os colaboradores do periódico também representaram as lancetas dos doutores cariocas como ameaçadoramente penetrantes, ecoando pânico morais em torno dos debates da lei de vacinação compulsória.

Tais opções narrativas, dialogavam com perspectivas profundamente falocêntricas, típicas daquele período, a partir das quais o ato de penetrar podia ser encarado como uma prerrogativa masculina e um exercício ativo de poder sobre os corpos receptáculos. Para muitos, uma mulher solteira desvirginada podia ser vista como uma perdida, uma “desgraçada”, assim como um homem de preferências sexuais homopassivas, como um irrevogável “puto”.

Já o pênis, instrumento central nesses jogos de prazer e domínio e então erroneamente concebido como alargador de orifícios alheios, podia ser elevado à condição de símbolo da própria hombridade. Como respondeu o colaborador João Duro à uma suposta leitora que escreveu para a coluna “Caixinha de Estados”, d’*O Rio Nu*: “Menina, os homens não são iguais às mulheres. Existe entre uns e outras uma diferença de um palmo” (*O Rio Nu*, ed. 1640, 27/03/1915, p.6).

Que desde os primórdios da espécie, uma parte significativa da humanidade dispôs entre as pernas desse órgão de aproximado “um palmo”, é apenas um fato biológico. Todavia, como

³³⁹ *O Rio Nu*, ed. 1640, 27/03/1915, p.6

os seus portadores “pensam a seu respeito, se sentem em relação a ele e o usam, não é” (Friedman, 2002, p.13). Como bem pontua David Friedman (2002), há milênios e através de diferentes culturas, o pênis foi muito mais que somente uma parte do corpo. No Ocidente e, conseqüentemente, no Sul Global, o falo tornou-se “[...] uma ideia, uma medida padrão conceitual, do lugar do homem no mundo” (Friedman, 2002, p.13). Na esteira da supervalorização moderna das supostas diferenças entre os corpos sexuais machos e fêmeas, a valorização ideológica do pênis grande ganhou um novo fôlego e até hoje é visto como um importante indicativo de virilidade e capacidade sexual masculina.

Essa estreita associação do pênis com juízos sobre a força, virilidade e competência masculina também pôde ser constatada n’*O Rio Nu*. Não por acaso em um concurso de respostas para a pergunta “Qual a fruta gostosa, que as moças lindas, gentis, gostam, faceiras, gráceis, por ser mais apetitosa?” os envios dos leitores — todos assinados sob pseudônimos masculinos — destacaram uma suposta preferência feminina por suculentas “bananas” (*O Rio Nu*, ed.191, 02/05/1900, p.3). Dialogando com as perspectivas correntes, de forte viés androcêntrico e falocêntrico, o periódico enfatizava costumeiramente que o verdadeiro gozo sexual feminino só podia ser alcançado através do sexo penetrativo:

FIGURA 67: "Lacuna". O Rio Nu, ed.1317, 04/01/1911, p. 5.³⁴⁰

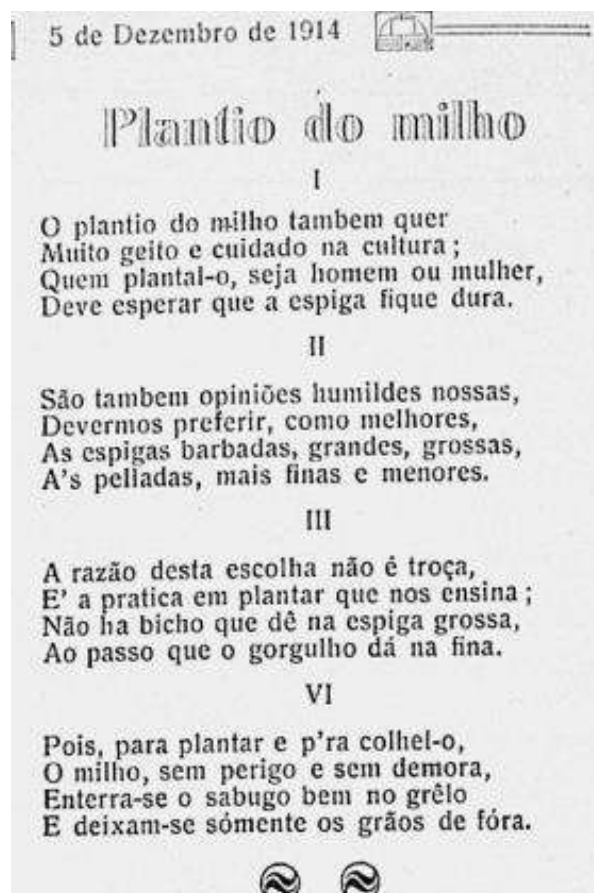
Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1911_01317.pdf.

Conforme elucidou a figura 67, utilizando-se de um diálogo entre duas belas beldades solteiras seminuas, a vida e o prazer feminino eram representados como incompletos, a menos que fossem “preenchidos” por um homem. Esse preenchimento tinha conotações flagrantemente sexuais, referindo à penetração sexual vaginal, prática convencionada aceitável para as mulheres, principalmente, após o casamento. No entanto, não bastava casar-se com qualquer homem para preencher tal “lacuna” de maneira satisfatória: ao que tudo indica, havia aqueles tidos como mais bem equipados para tanto.

Embora, à primeira vista, o falo pudesse parecer superficialmente eclipsado por meio dos jogos de duplo sentido recorrentes n’*O Rio Nu*— com suas alusões a bananas, espigas, linguças, pães —, esse órgão reprodutivo, revelou-se, ainda sim, um componente central, tanto em sua forma quanto em sua funcionalidade, para grande parte das narrativas e pilhérias do humorístico alegre carioca. Por exemplo, refletindo sobre o ideal fálico em voga, o texto “Plantio do milho” delineou, de maneira bastante elucidativa, os critérios esperados de uma boa “espiga”:

³⁴⁰ Legenda da Imagem: “— Não achas que devemos arranjar marido quanto antes? Esta vida de solteira é um horror! / — Tens razão: há na nossa vida uma grande lacuna, que só o homem pode preencher...”

FIGURA 68: "Plantio de Milho". O Rio Nu, ed. 1624, 05/12/1912, p.5.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1914_01624.pdf.

Junto a habilidade de sustentar uma ereção, o tamanho do membro parecia ser um fator de grande importância, fundamental até, para uma apreensão positiva do falo. Tal qual diria Alice, a protagonista do conto “O Santo Onofre”, publicado em fevereiro de 1915, “O tamanho é tudo” (O Rio Nu, ed.1633, 06/02/1915, p.2). A personagem chegou a essa conclusão pois, ingênua, foi convencida por uma criada de que o volume que o noivo trazia no cóis da calça só podia se tratar da imagem de algum santo (O Rio Nu, ed.1633, 06/02/1915, p.2). Aproveitando a primeira oportunidade em que ficaram sozinhos, longe da vigilância parental, Alice decidiu verificar se o “santo” era, de fato, um Santo Onofre (O Rio Nu, ed.1633, 06/02/1915, p.2).

No dia seguinte, após ver de perto o “avantajado” membro do noivo, a moça confidenciou à sua criada que chegou até a medir o seu volume — “um palmo e meio”, quase 30 centímetros —, recordando com gozo da “abundância de milagres do santo” na noite anterior (O Rio Nu, ed.1633, 06/02/1915, p.2). Diante do relato, a criada respondeu com humor: “Ah! Santo assim é que me enchia as medidas!” (O Rio Nu, ed.1633, 06/02/1915, p.2). Evocava-se ao pênis grande como uma característica masculina distintiva, associando-o as ideias de conquista e maior satisfação sexual.

Esse recurso de usar representações femininas para positivar falos grandes foi recorrente n’*O Rio Nu*. Em “Moléstia Desejável”, conto publicado em março de 1905, uma de suas protagonistas, Luizinha, moça de sorriso brejeiro e lábios vermelhos, ouviu falar sobre “acromegalia” — uma condição que fazia crescer desproporcionalmente as extremidades do corpo — e confidenciou a uma amiga: “Eu, pelo menos, queria-a, não para mim, mas para o meu marido...” (*O Rio Nu*, ed. 695, 04/03/1905, p.2). Apelando ao fetiche da infidelidade feminina, *O Rio Nu* frequentemente representou o drama de mulheres casadas cujos maridos tinham pênis pequenos e/ou sofriam de disfunção erétil. Essas narrativas sugeriam que a satisfação feminina estava diretamente atrelada à performance fálica do esposo e, quando esta falhava, a sedução por outro homem tornava-se justificável.

Nas páginas d’*O Rio Nu*, para efeitos humorísticos, mesmo homens de físico robusto podiam ser ridicularizados, comparados a meninos, tendo sua masculinidade subalternizada em função do tamanho e/ou da disfuncionalidade de seus órgãos sexuais. Em outras palavras, uma aparência máscula e imponente não bastava para assegurar o reconhecimento da virilidade, caso não fosse acompanhada de uma performance sexual considerada viril, “alargadora” do corpo receptáculo. Algo inevitavelmente associado ao tamanho e a rigidez do falo. Um exemplo emblemático desse tipo de abjeção ocorreu com o “gigante” marido mencionado no brejeiro monólogo publicado pelo Teatro d’*O Rio Nu* em 1903, “Nada!”:

NADA!
Homens pequenos de alma grande
Nós encontramos neste mundo...
Antes a grandeza bem se expande
Quem tem em si amor profundo!...
Há homens grandes pequeninos...
Isto às mulheres não agrada...
No seu poder são quais meninos
O que eles têm é nada... é nada!
Tenho um gigante por marido,
Adamastor muito pançudo...
Mas que moleza! Sempre tido
Foi por um sujeito *nega tudo*...
Ele dizia ser potente,
Na valentia alma danada,
Mas era prosa unicamente!
Um homem nulo... Sim é nada!
Ninfa, ao destino de um gigante
Uni o meu. Só me consome fundo desgosto a todo instante...
Sou como quem morre de fome... (*O Rio Nu*, ed. 555, 31/10/1903, p.6).

Através de versos narrados em primeira pessoa, o eu lírico, a esposa de Adamastor — um malfadado gigante “nega tudo” —, afirmava que “homens grandes pequeninos” desagravam as mulheres (*O Rio Nu*, ed. 555, 31/10/1903, p.6). Comparando-os a meninos, a narradora

invalidou a própria masculinidade dessas figuras, referindo-se ao marido como um “homem nulo”, cuja suposta “potência” e “valentia” não passavam de mera “prosa”, isto é, uma bravata vazia (O Rio Nu, ed. 555, 31/10/1903, p.6). Na sua perspectiva, o seu casamento era triste e aborrecido, carente de “fartura” e “pimenta”, coisas que, por sua vez, não faltavam à esposa do seu avantajado primo:

Esta existência me aborrece...
 Não tem pimenta a triste empada...
 Não me abandone!... Eu faço prece...
 Viver não posso sem ter nada!...
 Viva meu primo! Que ventura!
 Si eu fosse dela esposa terna!...
 Quantas delícias! Que fartura!...
 Mas eu não sei passar a perna...
 Ele é casado... Assim não devo
 Roubar o bem da esposa amada....
 Naquele céu há luz e trevo;
 Porém aqui? Aqui? Ai! Nada!
 Esta pamonha — empata gozo
 Que há tanto tempo me acompanha —
 Tudo será, menos esposo...
 Feio! Cruel monte de banha!...
 Às vezes vem me dar um beijo,
 Quer me tornar amarrotada;
 Porém depois, triste, que vejo?
 Símio cansado, sem ter nada...
 Gelo com fogo não se liga!
 Nem um menino é tão pequeno
 E frio assim! Sorte inimiga!
 Isto não é gozo terreno!
 Se algum de vós de mim gostasse,
 Não sendo mais ludibriada
 O meu prazer talvez passasse...
 Ai! Sou casada sem ter nada!...
 Camisinha (O Rio Nu, ed. 555, 31/10/1903, p.6)

À época, a consumação sexual podia ser interpretada — e, para muitos, até hoje o é — como um importante indicativo de poder, virilidade e competência masculina. Nesse sentido, as conjecturas da esposa de Adamastor sobre a “fartura” do primo, combinadas ao convite final direcionado à plateia — “Se algum de vós de mim gostasse” — (O Rio Nu, ed. 555, 31/10/1903, p.6) dialogavam com os temores masculinos de não exercer o domínio fálico adequado, nem mesmo sobre aquela que, para todos os efeitos, deveria ser a “sua” mulher.

Simultaneamente, essas passagens apelavam também ao fetiche de seduzir a esposa alheia, fomentando a fantasia de consolar aquela fogosa “ninha”, e ainda por cima, provar-se mais homem que o seu “gigante” marido. Tratava-se, portanto, de um monólogo com um apelo narrativo duplo, humoristicamente sustentado pelos arranjos patriarcais e mononormativos do

período. De um lado, apelava-se ao medo da inadequação sexual masculina; de outro, ao fetiche de seduzir uma mulher casada, provando-se mais hábil em satisfazê-la que o seu marido.

A valorização positiva da masculinidade nas páginas d'*O Rio Nu*, em geral, esteve atrelada a uma determinada corporalidade, que se mostrava, objetivamente e anatomicamente, inalcançável para muitos. É bem provável que essa exigência acabasse por se tornar, com o tempo, insustentável para a maioria, senão todos, devido aos efeitos naturais do envelhecimento e à inexistência, naquela época, de tratamentos para disfunções eréteis comuns na velhice. Não surpreende, portanto, que esta fosse retratada n'*O Rio Nu* como uma fase marcada por frustrações e melancolia para os homens.

Sob lógicas profundamente machistas, as qualidades atribuídas ao pênis podiam ser diretamente vinculadas à masculinidade de seu portador — e, conseqüentemente, dele exigidas. Esperava-se, por exemplo, que o homem fosse “duro” com as mulheres da sua vida, em ambos os sentidos da palavra:

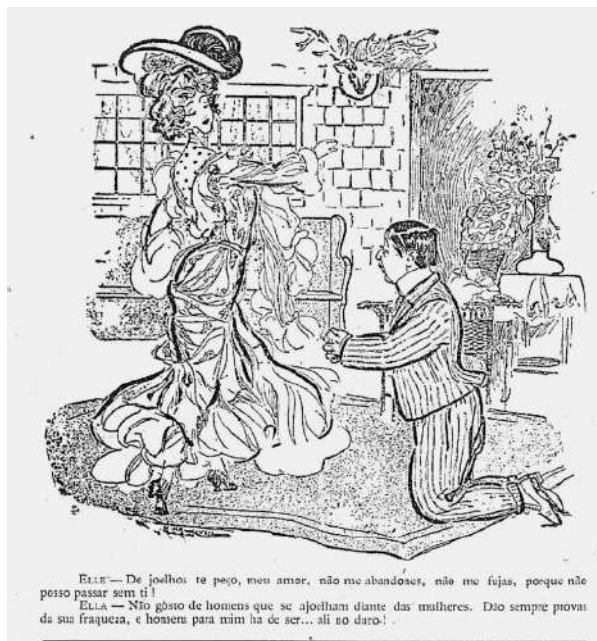
FIGURA 69: “Sempre Duro”. *O Rio Nu*, ed.1102, 30/01/1909, p.4.³⁴¹



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1909_01102.pdf.

³⁴¹ Legenda da Imagem: “— Ainda estás muito zangada comigo? / — Não, mas tu precisas ver que às vezes me tratas com muita dureza.../ — Que queres, filha! Com vocês, mulheres, um homem precisar ser assim, sempre duro...”

FIGURA 70: "Ali no Duro". O Rio Nu, ed. 1413, 03/02/1912, p.4.³⁴²



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1912_01413.pdf.

Em ambas as figuras (69 e 70), a “dureza” masculina foi exaltada de forma virilizante. As reticências após o adjetivo “duro”, na figura 69, aludem também à aptidão para manter o falo ereto, reafirmando a centralidade do desempenho sexual como medida da masculinidade. Não por acaso, na figura 70, a emocionalidade exacerbada do protagonista masculino foi associada à fraqueza e ele foi subentendido na legenda como mole, ou seja, impotente sexualmente. Seu gesto de jogar-se aos pés da amada subvertia lógicas masculinistas que atribuíam ao homem o papel de “cabeça” da relação — o polo que, portanto, deveria ser menos emocional e mais dominador.

Reforçando a erotização da performance de domínio masculino, as duas imagens (figura 69 e figura 70) sugeriram que a dureza masculina agradava às beldades ali representadas. Mesmo a protagonista da primeira figura, que segundo a legenda reclamava da dureza de seu companheiro, fazia-o sorrindo. Tal expressão implicava, senão aprovação plena, ao menos uma condescendência à perspectiva do parceiro, reforçando uma normalização desse traço como desejável no contexto dos projetos de masculinidades aspirados pelos autores das composições.

Houve, todavia, um folhetim d’*O Rio Nu* protagonizado por um homem pouquíssimo avantajado ou duro com a sua esposa: “A Vingança de um Sapateiro” de autoria de José Ângelo

³⁴² Legenda da Imagem: “Ele: — De joelhos te peço, meu amor, não me abandones, não me sujas, porque não posso passar sem ti! / Ela: — Não gosto de homens que se ajoelha diante das mulheres. Dão sempre provas da sua fraqueza, e homem para mim há de ser... Ali no duro!”

Viera de Brito, que assinava sob o pseudônimo Bock. Embora João da Cunha, um sapateiro impotente e mal-servido, tenha tido o seu domínio manchado pela infidelidade conjugal de sua esposa, nesse rocambolesco folhetim, a maior emasculação sobrou para o seu rival, o bem-dotado, Manezinho.

5.2.1 – “Era com efeito um dote e tanto: um dote como se costuma dizer, de encher o olho!”³⁴³

“A Vingança de um Sapateiro” foi um folhetim publicado no *O Rio Nu* entre 1º de março e 31 de maio de 1899, assinado pelo mesmo autor do folhetim problematizado no capítulo 2, “O Buraco: O Novo Escândalo de Bock”, lançado a partir de 21 de outubro daquele mesmo ano. A trama foi um sucesso. Tanto o título do segundo folhetim — como sua alusão à um novo escândalo do autor — quanto o curto intervalo de tempo entre a publicação dos dois folhetins são indicativos desse êxito. De fato, Bock parecia tão orgulhoso de “A Vingança” que chegou a referenciá-la através de Helena, a sedutora trigueira protagonista de “O Buraco” e fã declarada d’*O Rio Nu*.

Mas não foram apenas referências em trabalhos do próprio Bock que corroboram a percepção do sucesso do seu primeiro folhetim entre os leitores d’*O Rio Nu*. Após o término da publicação seriada, o primeiro folhetim do pornógrafo alagoano chegou a ser disponibilizado para a venda também em formato de livro. Promovido como um “Romance de fogo” e descrito como “o maior sucesso publicado no rodapé d’*O Rio Nu*” (*O Rio Nu*, ed. 166, 07/02/1900, p. 2), o título permaneceu por anos no catálogo de brochuras do bissemanário, sendo ainda citado em anúncios de 1911.

Originalmente seriada ao longo de 27 edições d’*O Rio Nu*, o enredo de “A Vingança de um Sapateiro” foi organizado em duas partes, apresentando um elenco significativamente reduzido de personagens, sobretudo se comparado ao diverso rol de “O Buraco”. Com praticamente a metade dos capítulos do posterior “escândalo de Bock”, no geral, a narrativa de “Vingança” focou nos encontros e desencontros de quatro figuras: João da Cunha, Manezinho, Rosinha e um misterioso Surdo-Mudo que integrou a história em seus últimos capítulos.

Um dos anúncios que promoviam a história em brochura, sintetizou o conteúdo do folhetim: “Neste livro se conta a muito galante e muito picante história de um marido que procurou sarna para se coçar” (*O Rio Nu*, ed. 112, 02/08/1899, p.4). Como um leitor poderia

³⁴³ *O Rio Nu*, ed.71, 13/03/1899, p. 3

deduzir facilmente, a narrativa girava em torno de temas como infidelidade conjugal e rivalidade masculina, elementos catalisadores da vingança aludida já no título da obra. Enquanto em “O Buraco” o gancho narrativo se desdobrava na revelação gradual dos meandros da escandalosa desgraça de Olga, uma moça virgem de boa família, em “A Vingança de um Sapateiro” a isca lançada para prender os leitores consistia em desvendar os detalhes do ultraje sofrido por João da Cunha — um sapateiro honesto e trabalhador traído pela esposa — e sua tentativa de retribuir o ocorrido, de “pagar na mesma moeda” (O Rio Nu, ed. 112, 02/08/1899, p.4).

A história de João da Cunha começou estabelecendo-o em um contexto virtuoso, tranquilo e até feliz. Inicialmente, João foi apresentado como um “diligente sapateiro”, um “robusto rapagão de 35 anos”, “muito trabalhador” com uma freguesia “numerosa e certa” e alguma economia “no fundo da arca” (O Rio Nu, ed.68, 01/03/1899, p. 3). Ele era casado com uma mulher “[...] bonita e nova, que fazia a vida correr brandamente, sem grandes sustos do homem casado que habita uma capital como a nossa. Feliz até ali! Feliz e sossegado!” (O Rio Nu, ed.68, 01/03/1899, p. 3).

A descrição desse personagem reunia, portanto, várias características socialmente desejáveis: João era robusto, trabalhador, correto e honesto — atributos que podiam fazer dele, em tese, um marido ideal. Contudo, esse honesto sapateiro possuía um grande (ou melhor, “pequeno”) defeito: ele era “muito mal servido” lá embaixo (O Rio Nu, ed. 68, 01/03/1899, p. 3). Em outras palavras, tinha um pênis diminuto e dificilmente entusiasmado.

Rosinha, sua bonita e nova esposa, por sua vez, tinha o “sangue quente” e por essa razão, embora também fosse muito honesta e correta, não era exatamente satisfeita com seu enlace:

A Rosinha, mulher de João, era o que se pode chamar um modelo de santidade. Ainda jovem, pois não tinha mais de 20 anos, com uma educação que recebera no convento, bonita e prendada, a Rosinha tinha consigo todos os predicados necessários para fazer um homem feliz. Em pontos de honestidade, então que se não falasse! Nunca dela se disse a mais pequena coisa: aquelas línguas terríveis da vizinhança criariam indolentemente a sua ferrugem, se não houvesse alguém mais de quem falar senão da mulher do sapateiro. Entretanto (e vem sempre esse maldito, entretanto), uma nuvenzinha pequenina e leve, toldava sempre a graça do sorriso daquela criaturinha amorenada e bem-feita. Havia um quer que fosse, que ninguém sabia o que era, — mas havia. A rosinha apresentava às vezes, mostras de uma pessoa que não vive contente, sinais de um desejo malsatisfeito (O Rio Nu, ed.68, 01/03/1899, p. 3).

Em um artifício bastante típico das narrativas folhetinescas da época, o primeiro capítulo introduziu um cenário inicial de relativa tranquilidade, ao mesmo tempo em que já prenunciava a iminente deterioração desse status quo — “e vem sempre esse maldito entretanto” (O Rio Nu, ed.68, 01/03/1899, p. 3). Lançava-se já no primeiro capítulo as sementes de uma reviravolta. O

destino de João e Rosinha estava prestes a cruzar fatidicamente com o de Manezinho, um “mendigo maltrapilho e faminto” que implorava por esmolas nas redondezas da sapataria de João.

Manezinho era mais jovem que João e foi descrito como “um rapagão daqueles, quase formoso”, embora, inicialmente, fosse bastante tímido. Por viver em condição de mendicância, o rapaz era frequentemente repreendido pelo sapateiro, que, apesar dos sermões sobre a importância de arrumar um emprego, passou a ajudá-lo com esmolas regulares. Certa vez, Manezinho pediu a João permissão para “verter água no muro” da sapataria, alegando estar muito apertado. O sapateiro consentiu e, ao flagrar o mendigo naquela situação íntima, descobriu que Manezinho era admiravelmente bem-dotado:

João da Cunha, perspicaz e ativo, viu antes que o homem se abotoasse que ele era o homem melhor prendado de todo este mundo que o sol cobre. O que via ele então meu leitor? Que coisa foi esta, leitora minha? Nada, se sabe, a não ser que o sapateiro ficou deliciosamente encantando [...] parecia que o homem havia sido mordido por alguma jaracuçu, tal era o espanto que o seu semblante traduzia (O Rio Nu, ed.69, 06/03/1899, p. 3).³⁴⁴

Nas passagens citadas, é difícil não notar como a apreciação do falo avantajado de Manezinho foi exacerbada, quase atingindo uma escala de conotação homoerótica. O pênis grande foi representado como um atributo tão desejável para os homens — e tão ambicionado — que quase parecia um objeto de desejo erótico para João da Cunha, descrito em estado de “encantamento” diante daquele órgão. Não se pode determinar se houve, de fato, alguma uma intencionalidade homoerótica de Brito por trás dessa escolha narrativa. Mas o fato é que essa representação de encantamento, provavelmente, só pôde ser publicada devido a algum alinhamento dos seus pares n’*O Rio Nu* com a estigmatização do pênis pequeno e a supervalorização do seu oposto. Isso torna admissível uma descrição tão passional da admiração de João — um homem “mal servido” — por essa característica, mesmo em um periódico amplamente alinhado ao imperativo tradicional da impenetrabilidade masculina.

Tamanha era essa supervalorização fantasiosa do pênis grande, que tal atributo figurou na narrativa como uma possível chave de ascensão social. Como se o mendigo detivesse em mãos um bilhete premiado, João passou a argumentar com Manezinho que ele era “Pobre porque simplesmente quer!” (O Rio Nu, ed.69, 06/03/1899, p. 3).

— Você de hoje em diante está com a vida ganha!
 — A vida ganha? O senhor não está brincando comigo?
 — Eu sou lá de brincadeiras. Está com a vida ganha, já lhe disse!
 — Mas, como senhor? O que é preciso fazer?

³⁴⁴ Também conhecida como conhecida como surucucu, é uma víbora venenosa encontrada na Bolívia, Brasil, Paraguai e Argentina.

— Coisa pouco, disse João da Cunha. Você tem a fazer somente isto: sair por estas ruas... verter água...

— Mas senhor...

— Deixa de moleza, seu Manezinho, você nunca ouviu dizer que em terra de cego quem tem um olho é rei? Pois, meu amigo, aqui você é rei!

— Mas aqui não é terra de cegos...

— Mas é terra de bilros sabe? De verdadeiros bilros³⁴⁵. Os homens daqui são umas misérias, meu amigo, umas misérias. É tudo mal servido. As mulheres andam, coitadinhas delas, reduzidas a meia porção! E você Manezinho, aqui é um rei (O Rio Nu, ed.69, 06/03/1899, p. 3).

Manezinho que antes de ter o seu “dote” revelado só vinha recebendo sermões moralistas de João da Cunha sobre procurar um ofício e largar a mendicância, passou a ser convencido pelo sapateiro de que deveria se aproveitar aquela sua “prenda de alto valor” para seduzir alguma mulher comprometida e se tornar uma espécie de michê³⁴⁶:

E João continuou a insistir na sua obra de misericórdia para que o outro fosse consolar todo um batalhão de criaturas aflitas, que se debatem nas torturas de uma meia razão, — e também para que ele, um rapagão como era, pudesse ganhar a sua vida honradamente com o suor do seu... rosto.

E, enchendo a mão, o sapateiro dizia, admirado:

— Vá, homem, não seja mole. Quando você vir assim uma janela ou na sacada uma moça com ares de ser casada ou mesmo que seja solteira, mas não faça muita questão disso, repare bem. Repare agora no que lhe estou a dizer. Olhe bem a moça. Se ela estiver alegre e satisfeita, passe adiante, meu amigo. Passe adiante e não perca o seu tempo. Mas se você vir uma moça bem-feita, pensativa e triste, como umas olheiras muito fundas, assim a olhar para tudo como quem não olha para coisa nenhuma — não tem o que saber: é aí.

— Aí, o que? Perguntou Manezinho, espantando.

— Aí que você ainda é muito tolo. Aí é que você se deve arrancar. Moça casada com olheiras fundas, que vem para sacada pensativa e triste... então não sabe o porquê é?

— Não, senhor. Não sei.

— Pois fique sabendo que ela vive triste e aborrecida porque lhe falta sabe? Porque lhe falta... preste bem a atenção no que estou lhe dizendo. Porque a ela lhe falta isto que a você lhe sobra, sabe seu Mané bobo?

— Ah! É?

— É, sim

— Que está dizendo?

— A pura verdade. Toda a sua felicidade está em que a pequerrucha veja a prenda que você tem. Se ela vir, manda-o chamar imediatamente pela criada e se não tiver criada, ela mesmo o chama. Ah! O senhor não quer saber o que é estar uma pessoa desejando comer uma boa fruta e ver de repente essa fruta aparecer-lhe debaixo dos olhos. E que boa fruta que tem você, seu felizardo (O Rio Nu, ed.69, 06/03/1899, p. 3).

João da Cunha demonstrou, porém, preocupação em orientar Manezinho sobre a execução adequada do seu plano de exhibir por aí aquela “boa fruta” para fisgar uma “pequerrucha”: que o rapaz fosse discreto, evitasse ser flagrado e, principalmente, se

³⁴⁵ Agulha pequena, no geral de madeira e em forma de fuso, usadas para fazer rendas ou trançar o cabelo.

³⁴⁶ Prostituto, espécie de profissional do sexo masculino.

resguardasse de homens que pudessem desejá-lo (O Rio Nu, ed.70, 08/03/1899, p. 3). Em suma, o sapateiro aconselhou Manezinho que “Fizesse a coisa com jeito, não facilitasse nem fosse agora mostrar aquilo a garotos e rapazes, tomasse as suas cautelas, mas que fosse!” (O Rio Nu, ed.70, 08/03/1899, p. 3).

Entre os conselhos de João da Cunha, a opção em incluir essa ressalva, ou seja, o perigo de se exhibir para “garotos”, nos parece servir a um propósito narrativo bem específico: pontuar a não-identificação e distanciar o personagem de figuras de masculinidades transgressoras à normatividade sexual. Preservando o seu protagonista de questionamentos sobre sua sexualidade — especialmente considerando seu entusiasmo inicial diante do membro de Manezinho —, essa passagem do folhetim recorreu à usual infantilização desdenhosa com que sujeitos associados a preferências homopassivas eram caracterizados, referindo-os como “garotos” e “rapazes”, também subentendendo-os como perigosos.

Essa tensão entre a exaltar o pênis grande — em interlocução com o presumido desejo dos seus leitores em possuir esse atributo físico — e os esforços de não extrapolar explicitamente os limites desse desejo para o campo de um querer erótico, permeou toda a construção narrativa de “A Vingança”. Afinal, tratava-se de uma história que dialogava diretamente com os juízos de valor então vigentes sobre esse órgão. Ao mesmo tempo, aquele era um contexto histórico em que o apelo sexual do pênis ainda permanecia um tabu entre os homens.

O quarto capítulo do folhetim, por exemplo, apresentou uma descrição particularmente detalhada e apelativa do pênis de Manezinho, retratando o mendigo enquanto ele acariciava o próprio falo, ponderando as sugestões de João da Cunha:

Aproximou-se da esquina e, fingindo satisfazer uma necessidade humana, Manezinho procedeu demoradamente a um exame no seu dote. Era com efeito um dote e tanto: um dote como se costume dizer, de encher o olho!

Mirou e remirou, virando de um lado para o outro, calculando dimensões, medindo mesmo, procurando saber a influência que poderia ter na balança das exigências galantes.

Com as carícias a que não estava acostumada, a felicidade do rapaz foi se azucrinando um pouco: com aquele passar e repassar de mão o dote ia crescendo, aumentando sempre a ponto do pobre moço quase o não poder abarcar, nem ocultar. Por fim, com dificuldade, agasalhou-o e deu um suspiro de alívio. ‘Ah! Era na verdade bem-dotado! Tinha toda a razão o sapateiro. Sim senhor! [...]’

Era rico de natureza; fora ela, essa Natureza generosa e farta que lhe dera! (O Rio Nu, ed.71, 13/03/1899, p. 3).

No entanto, na abertura capítulo seguinte, Brito deslocou o foco da narrativa, centrando-o na figura de Rosinha. Sua beleza e formosura foram então exaltadas como traços que supostamente deveriam justificá-la como a personagem mais “interessante” da história, —

mesmo sem que, em momento algum, seus predicados físicos fossem descritos com o mesmo grau de detalhe dedicado ao “dote” de Manezinho.

Certo, o leitor não terá esquecido uma criatura ideal, virtuosa e honesta a quem nestas linhas já se aludiu? [...] pensando lá muito no fundo do seu íntimo que há injustiça do narrador, deixando por tanto tempo na sombra aquele dos personagens que é justamente o mais simpático e o mais interessante, por isso mesmo se trata de uma mulher, moça e formosa, possuindo um corpo adorável e bem-feito, e que reúne em si toda a graça de uma desenvoltura perfeita de formas. Talvez até o leitor tenha tido saudades (O Rio Nu, ed.72, 15/03/1899, p. 3).

Depois de tanto ter se ocupado do pênis de Manezinho, chegando até a representar o rapaz masturbando-se, Brito tratou de, em seguida, versar justamente sobre a sua própria preferência sexual/afetiva — e as dos seus leitores — por belas mulheres:

E quem não terá saudades de uma bela mulher? Quem não sentirá um vazio em torno de si, se esse lugar foi há pouco preenchido por uma criatura adorável? Quem, tendo perto, a perfumar lhe o ambiente, um corpo cheiroso e púbere, não sentirá de repente as torturas do vácuo, assim que desapareça e fuja essa mulher e esse corpo (O Rio Nu, ed.72, 15/03/1899, p. 3).

Ressaltava-se ali uma predileção sexual pelo corpo feminino — e não qualquer corpo, mas um bastante idealizado, belo e jovem, conforme os padrões da época. Esse diálogo com um leitor presumido admirador de mulheres formosas, ratificava tanto as preferências do autor quanto do seu público, alinhados a um padrão erótico heteronormativo: pois, quem não teria saudades de uma bela mulher? Talvez não os meninos sobre os quais João da Cunha alertou Manezinho.

Ainda no que diz respeito as prováveis escolhas narrativas de Brito para tornar mais palatável a sua primeira e tão falocêntrica empreitada folhetinesca para *O Rio Nu*, destaca-se também a sua opção de dissociar sua história de grandes implicações de conteúdo racial — algo flagrante, sobretudo, por se tratar de uma narrativa que lidou com os juízos sociais vigentes sobre o falo no contexto das rivalidades masculinas. Então, a associação entre o tamanho avantajado de pênis e a envergadura sexual masculina podia tanto funcionar como um elemento de exaltação, mas também como um mecanismo de abjetificação de determinados corpos — notadamente, corpos semelhantes ao do próprio autor, um homem negro. Parece-nos deliberada, portanto, a sua decisão de não incluir elementos que remetessem a qualquer outra racialidade, para João ou Manezinho, que não a de homens brancos.

Tratava-se de um período histórico em que representantes do poder público, ao debaterem sobre a normatização das famílias brasileiras e a disciplina dos trabalhadores recém-libertos, aberta e frequentemente caracterizavam homens negros em termos de “depravação” “vadiagem” e “degeneração” (Esteves, 1989, p. 29; Chalhoub, 2001, p. 67). Nesse sentido, mesmo optando por atrelar sua narrativa de rivalidade masculina a questões relativas à

corporalidade, Brito evitou o vespeiro de tocar diretamente em um dos mitos mais profundamente arraigados nas dinâmicas agonísticas das masculinidades brasileiras: o abjetificante fetiche da hiperpotência peniana — e, portanto, sexual — do homem negro.

Ao longo de séculos, o contato colonial condicionou a representação do homem negro, sobretudo, em relação a um "outro": o homem branco.³⁴⁷ Historicamente, esse processo produziu concepções que identificavam no Ocidente e suas periferias, as masculinidades negras como deficitárias, porém, hipersexualizadas (Souza, 2023, p. 118; Restier, 2019, p. 42; Fanon, 2008, p.146). Como apontou Fanon, “o negro foi eclipsado. Virado membro. Ele é pênis” (Fanon, 2008, p. 146). Não por acaso, os órgãos genitais de homens africanos foram a ser objetos de inúmeros estudos científicos no velho mundo, transformados inclusive em atrações de feiras de curiosidades, sendo preservados em formol e exibidos pela “Europa causando frisson em uma plateia que ao mesmo tempo se espantava e desejava o que via” (Friedman, 2001, p. 98):

Apesar de pontos de partida diferentes, a maioria dos pensadores raciais baseou muitos de suas conclusões mais importantes no mesmo critério — o pênis do africano. Ele foi olhado, temido (e, em alguns casos, desejado), pesado, interpretado segundo as Escrituras, meditado por zoólogos e antropólogos, preservado em frascos de amostragem, e acima de tudo, calibrado. E, praticamente em todos os exemplos, o seu tamanho foi considerado prova de que o negro era mais um animal do que um homem (Friedman, 2001, p.98).

Por aqui, os homens negros também foram colonialmente transfigurados em símbolos fálicos por excelência: fetichizados, sexualmente hiperpotencializados e, ao mesmo tempo, socialmente destituídos das mesmas possibilidades de autorrepresentação, poder e domínio concedidas aos homens brancos (Lobo, 2018; Restier, 2019; Pinho, 2022). De maneira cruel e desumanizante, a suposta hiperpotência reprodutiva projetada a esses sujeitos, se consolidou como uma das neuroses centrais dos embates entre diferentes masculinidades dentro da ordem social racista brasileira (Restier, 2019).

Na virada para o século XX, o mito do monumental pênis negro, foi sendo introjetado desde o período colonial no imaginário erótico brasileiro, representava uma espécie de ameaça fantasmagórica a maioria dos projetos de masculinidades burgueses³⁴⁸. Afinal, a dimensão fetichista desse mito não apenas tensionava o status quo viril e superior do homem branco como, em última instância, ameaçava os planos de embranquecimento da nação, tão caros às elites

³⁴⁷ Esta discussão foi introduzida no capítulo II, consultar páginas 187-203.

³⁴⁸ De acordo com Friedman (2001, p. 95), relatos sobre homens africanos sobrenaturalmente macrofálicos aparecem repetidamente nos escritos de viagens portuguesas desde a chegada dos seus navios ao litoral ocidental da África, no início do século XV.

racistas da época. Como bem pontuou Miskolci (2012, p. 47-48) os contornos da homossexualidade compulsória à brasileira delimitaram um regime erótico próprio, vinculado a temores — e aqui acrescentam-se também fetiches — característicos de uma configuração de sociedade flagrantemente racista.

Isto é, tratando da temática da rivalidade entre homens, mas evitando a complexa questão imposta pelo mito do pênis negro no imaginário local, Brito representou o mendigo como extremamente bem-dotado, conferindo-lhe um ideal corpóreo que o virilizava, sem, contudo, atribuir-lhe o ônus da desumanização racista decorrente da hipervirilização do homem negro.

O seu dote pôde até ser fantasiado como uma possível chave para superar a dimensão periférica de sua vivência masculina, até então experimentada em condições de vulnerabilidade social e mendicância. Essa ascensão só foi possível graças ao laborioso João, mas de maneira involuntária e por intermédio de sua esposa que, em determinado ponto da história, passou a sustentar Manezinho. Nascida de pais burgueses, com “educação própria do meio”, a moça amorenada cresceu com uma “tal dose de romantismo” que, “quando a puberdade lhe bateu à porta já ela tinha ideado o seu futuro marido e vivia na contemplação” (O Rio Nu, ed.72, 15/03/1899, p. 3). Atiçada por suas leituras, Rosinha tornou-se demasiadamente nervosa na puberdade e, assustados, os pais trataram de logo procurar um noivo para a moça:

Foi precisamente por esse tempo que o João da Cunha apareceu. Naquele moço, trabalhador e modesto, os pais de Rosinha viram o salvador da situação. João apresentou-se como um pretendente declarado. Queria casar. Julgava-se no caso de dar esse arriscadíssimo passo, e como tal apresentou-se abertamente, sem rebuliços, indo direto ao fim. Vira a menina, gostara, achara que ela podia fazer a felicidade dos seus dias e declarou-se. Ele, que diabo! Podia casar. Trabalhava e ganhava honradamente a sua vida, era estimado por todos, não tinha dívidas, nem precedentes que o desabonassem (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3).

De acordo com Figari (2007, p. 101), já a partir de meados do século XIX, a burguesia carioca passou a vivenciar uma crescente tensão entre a emergência de novas expectativas de realização amorosa e o utilitarismo socioeconômico que, até então, orientava a formalização dos matrimônios entre os mais abastados. Com a gradual abertura para a constituição de subjetividades mais autocentradas, a autocompreensão dos sujeitos foi sendo transformada, influenciada por possibilidades inéditas de sociabilidade, consumo, autonomia e privacidade (Figari, 2007, p.101).

Divulgado por diversos produtos culturais da época — peças, romances, folhetins de grande sucesso, entre outros —, o ideal do amor romântico passou a lentamente também moldar as experiências e expectativas do ser burguês (Figari, 2007, 226; Del Priore, 2005, p.237).

Entretanto, isso não resultou em um rompimento abrupto e/ou completo com o caráter utilitário do contrato matrimonial. Em muitas instâncias, o casamento formal permaneceu vinculado a funções materiais relacionadas à aquisição, conservação e perpetuação geracional de status e capital (Figari, 2007, p. 227). Com a popularização das teorias da medicina científica, à essa dimensão utilitarista, somava-se, ainda, uma crescente faceta higiênica, “Os impactos da revolução científico-tecnológica se fez sentir nos hábitos do dia-dia, e por conseguinte nas formas de relacionamento” (Del Priore, 2005, p.238).

Gradualmente, foi se consolidando um consenso, respaldado pelos homens da ciência, de que, para efetivar o projeto regenerador nacional, era necessário ajustar as expectativas de realização amorosa dos sujeitos à formação de matrimônios pautados por um adequado equilíbrio afetivo e sexual. Leia-se: matrimônios monogâmicos e, em alguma medida, sexualmente e afetivamente satisfatórios para os cônjuges, mas que limitassem a mulher à vida privada e à educação dos filhos, enquanto orientavam o homem para a esfera pública como trabalhador/provedor — distanciando-se, portanto, dos vícios e doenças associados à vida noturna.

Essas múltiplas e, por vezes, contraditórias contingências concorriam tanto para o entendimento quanto para as expectativas afetivas/sexuais dos sujeitos em relação ao casamento, algo patente na representação do enlace entre João e Rosinha. João, um sapateiro bem estabelecido em seu ofício, desejava, sobretudo, casar-se. Ao “ver” Rosinha — veja bem “ver”, não exatamente interagir com ela ou muito menos propriamente conhecê-la —, julgou-a adequada para o casamento, tendo como base sua beleza e sua boa família, características que pareciam ideais para consumir aquele “arriscadíssimo passo” (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3). Essa maneira de proceder do sapateiro, “sem rebuliços, indo direto ao ponto”, revelava que, mais do que querer compartilhar a vida especificamente com Rosinha, o que João almejava era assumir o papel de chefe de família (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3). Para isso, era imprescindível encontrar uma mulher de boa procedência social, e por isso, supostamente menos propensa a comprometer sua imagem pública.

Embora, na contemporaneidade, a formalização de relacionamentos heterossexuais seja frequentemente concebida como preferível quando desdobrada do desejo, da afinidade e da simpatia mútuos entre um homem e uma mulher, isso é algo relativamente recente na história das dinâmicas relacionais no Ocidente. Jane Ward (2020, p. 33) chama a atenção para o fato de que, por séculos, a oficialização de uniões heterossexuais esteve amplamente organizada em torno da posse das mulheres — seus corpos, seu trabalho, seus filhos — pelos homens, e não

exclusivamente, tampouco necessariamente, pela atração ou pelo interesse genuíno desses homens por suas esposas.

No decorrer do processo de elaboração do conceito do personagem heterossexual, levou décadas para que duas ideias— a de que homens e mulheres deveriam sentir-se sexual e, sobretudo, emocionalmente atraídos um pelo outro, e a de que essa atração caracterizava a heterossexualidade — circulassem amplamente, a ponto de serem internalizadas pela maioria das pessoas (WARD, 2020, p.34-35). Até muito recentemente, finais do XX, segundo Ward (2020, p.35), homens não eram necessariamente generificados para “simpatizar” com as mulheres de forma semelhante a que a cultura heterossexual “contemporânea agora presume — ou pelo menos almeja. Gostar de mulheres dificilmente era entendido como uma característica fixa ou definidora da identidade ou ‘orientação sexual’ de alguém” (Ward, 2020, p. 42).

Assim sendo, para um típico homem oitocentista como João, não é surpreendente que sua identidade masculina tenha sido representada mais alinhada à aspiração de tornar-se chefe de família do que a uma relação afetiva ou emocional com mulheres. Isso apenas evidencia o alinhamento do projeto de hombridade do personagem com a ideia, amplamente difundida na época, de que a masculinidade e o respeito público atribuídos a um homem dependiam da sua capacidade de exercer controle sobre a mulher no espaço doméstico (Miskolci, 2012, p. 157).

Ser reconhecido como um homem bem ajustado estava ligado ao status de *pater familias*, o chefe incontestável do lar, cuja liderança se estendia a uma esposa dependente, tão subordinada quanto os filhos:

Qualquer desvio dessa progressão linear de filho a marido e pai, ou seja, de dependente a pater famílias, ameaçava a reputação e o reconhecimento do homem como partícipe da esfera do poder, compreendida como masculina e branca, a essência do que se compreendia como civilização (Miskolci, 2012, p. 80-81).

Considerada uma escolha relativamente segura para consolidar esse projeto devido à sua pouca idade, boa educação e nulo repertório sexual, Rosinha se viu, porém, diante da difícil tarefa de renunciar às suas próprias fantasias românticas. Apesar de ter crescido nutrindo aspirações idealizadas e sonhando com “galantes príncipes”, eventualmente, a jovem acabou aceitando se casar com aquele sapateiro que mal conhecia e que não lhe despertava grande entusiasmo.

Persuadida pelos pais sobre o potencial de João como um provedor confiável e um homem honesto, Rosinha resignou-se à ideia de que, embora o sapateiro estivesse longe de ser galante, ele teria os recursos necessários para oferecer algum conforto e, como qualquer homem médio, provavelmente dispunha também do mínimo para satisfazer o seu sangue quente de

moça nova. Contudo, já na noite de núpcias, Rosinha enfrentou sua primeira decepção com o marido, pois João se revelaria abaixo da média, frio e

[...] a menina, cujo sangue quente e insaciável pedia uma compensação digna, julgou-se deliciosamente roubada. Assim, desde essa primeira noite, nasceu aquela nuvem de tristeza que pairava sempre na frente da consorte do sapateiro. Julgara uma coisa e ela saíra-lhe outra muito diversa! Quem diria que o casamento fosse aquilo? Quem havia de dizer que isso de que tanto lhe falavam as amigas casadas fosse aquela rele miniatúra que o acaso lhe destinara por sorte? (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3).

A moça, todavia, recusou-se por muito tempo a trair João. “Educada no meio honesto em que foi, nunca lhe passou pela mente uma infidelidade ao marido” (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3), isso até, é claro, presenciar Manezinho mijar em um andaime na frente da sua casa, exibindo o seu dote:

Este, mal enfrentou com a moça, lançou lhe um olhar significativo e dirigindo-se a um andaime que ficava defronte a casa dela, se pôs a fazer, com a maior naturalidade deste mundo, isso que nós fazemos sempre, mas para o que procuramos primeiro um mictório. Ficando bem de perfil, o homem deixou ver abertamente toda a pungência do seu enorme talento. Rosinha, vendo teve apenas no seu espanto uma interjeição rápida e abafada: — Ah! (O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3).

O mendigo não teve a intenção de seduzir a mulher do amigo. Por uma fatídica coincidência, acabou se exibindo para Rosinha, que, ao convidá-lo para entrar, não contou a Manezinho que era casada justamente com o mais afamado sapateiro da região.

5.2.2- “A Coincidência”³⁴⁹

Engatando um caso tórrido com o mendigo, Rosinha assumiu de vez a sua função narrativa no folhetim: catalisar e demarcar a antítese fundante da rivalidade estabelecida entre Manezinho — bem-dotado, fogoso e eventualmente transformado num janota — e o seu marido, João — honesto, trabalhador, mas mal servido e frio. Não por acaso, para além do seu “sangue quente”, no geral, a outra característica mais destacada da moça foi a sua beleza. Foi o desejo sexual deflagrado pela aparência física de Rosinha que viabilizou a consumação do vínculo homosocial de concorrência entre João e Manezinho.

Sedgwick (1985, p. 21), em sua análise de triângulos amorosos da literatura anglo-saxã, sugeriu que as rivalidades eróticas podem servir para perpetuar e legitimar dinâmicas masculinas de homosociabilidade. Nesse contexto, a presença de um eixo feminino no centro de uma disputa masculina, não apenas pode funcionar como dispositivo para a canalização do

³⁴⁹ O Rio Nu, ed.74, 22/03/1899, p. 3

homoerotismo entre os dois polos masculinos, mas também para validar e delinear a competição entre eles, desvelando as expectativas vigentes em cada grupo social de competência e domínio másculo.

No caso de *Vingança*, torna-se evidente que a dinâmica estabelecida entre João e Manezinho dependia da apreensão de Rosinha como uma espécie de bem simbólico, cujo uso sexual não apenas alimentava, mas também definia a rivalidade entre os protagonistas masculinos. Narrativamente, a emasculação de João, incapaz de exercer controle sobre a sexualidade da “sua” esposa, demonstrou-se diretamente proporcional à afirmação máscula de Manezinho, que, ao conquistar e dispor de uma mulher casada, apropriava-se daquilo que deveria ser a propriedade de outro. Por essa razão, mesmo antes de tomarem consciência de que faziam parte de um mesmo triângulo amoroso, tanto João quanto Manezinho já se avaliavam mutuamente — e também a si mesmos — a partir da maneira como dispunham da sexualidade de Rosinha.

Quando, instigado pela fofoca de um vizinho, João começou a suspeitar que a esposa vinha recebendo visitas vespertinas desacompanhada, sua preocupação imediata voltou-se para a opinião pública — o que os outros pensariam e falaria de dele na vizinhança: “Sentia-se já ultrajado, vilipendiado, escarnecido e apontado a dedo” (O Rio Nu, ed. 78, 06/04/1899, p. 3). O sapateiro, embora soubesse que não satisfazia a esposa, sempre se mostrou zeloso em exigir a sua fidelidade. Contudo, essa exigência não parecia derivar de ciúmes, de um desejo genuíno por monopolizar o afeto e/ou a companhia de Rosinha, mas da expectativa de que a moça sustentasse uma performance pública de honestidade.

Ou seja, a principal preocupação do sapateiro perante a possibilidade da infidelidade da esposa não foi a quebra de um acordo afetivo baseado em confiança mútua, mas a possível mácula de sua imagem como o homem da casa. A partir dessa perspectiva, o suposto visitante vespertino de sua esposa — de identidade ainda desconhecida àquela altura — foi sentido pelo sapateiro como uma ameaça potencial, sobretudo, ao reconhecimento público da competência de João em exercer o domínio másculo esperado de um chefe de família.

Por sua vez, ao passo em que maculava a honra alheia, Manezinho transformava-se, sentindo-se cada vez mais virilizado pelo seu *affair*. Ao passar de um pedinte tímido, maltrapilho e sem experiências com mulheres, para uma espécie de teúdo e manteúdo de Rosinha, o rapaz começou a ser referido como um “chic” “janota”, um “conquistador”. É importante notar, no entanto, que, diferentemente de João, Rosinha não usava o sustento que proporcionava a Manezinho como uma forma de controlá-lo. Pelo contrário, tomava o cuidado de inclusive não o recompensar de forma muito ostensiva, para não ferir os brios do rapaz:

Aquelas visitas de Mazeninho sucediam-se diariamente e quase sempre duas vezes ao dia. Nas primeiras semanas a mulher vendo que o seu amante, rico em outras coisas, era pobre de fortuna, tratou de lhe adiantar delicadamente algum dinheiro, tendo o cuidado de fazê-lo sem humilhar o Manoel, deixando-lhe cair no bolso, quando o abraçava, algumas pategadas de regular quantia. Ao fim de poucos dias este já tinha uma nova feição. Encadernara-se de novo, comia sempre que tinha vontade e no fundo de sua carteira já se encontrava até um pequeno fundozinho de reserva para uma eventualidade qualquer. O homem tratava-se! E Rosinha ultimamente até ia lhe achando uma certa linha e não demoraria em dizer que o Manoel era chic (O Rio Nu, ed. 75, 25/03/1899, p. 3).

Toda essa transformação, inclusive estética de Manezinho — que a partir desse momento abandonou os diminutivos e passou a se apresentar como Manoel — parece ter sido resultado de uma forma singular de afirmação masculina, sustentada na conquista de uma mulher casada. Nos termos do próprio folhetim, “esse pomo dourado e tentador a que os entendidos chamam de fruto proibido” (O Rio Nu, ed. 75, 25/03/1899, p. 3).

A corriqueira representação de mulheres casadas adúlteras, em publicações do gênero alegre, é sugestiva de que, naquela época, tanto o medo e a desconfiança, quanto uma boa dose de fetichismo podiam moldar as percepções masculinas sobre as mulheres desse estado civil. De um lado, parecia existir entre eles o receio de se casar, de dar esse “arriscadíssimo passo” e poder acabar traído, exposto como um senhor de domínio masculino falho. Por outro lado, justamente esse medo parecia retroalimentar o fetiche masculino de desafiar, burlar o domínio alheio, seduzindo belas senhoras comprometidas. Afinal, se a reputação do *pater familias* dependia do êxito em controlar a sexualidade de sua esposa, o fracasso nesse domínio podia, paradoxalmente, reforçar a afirmação viril do amante.

Manezinho, por exemplo, passou a sentir-se tão másculo, ou, ao menos, mais homem que o marido de Rosinha — a quem julgava inferior e, portanto, mais fraco — que mesmo a possibilidade de ser surpreendido pelo corno, inicialmente não o intimidou. Pelo contrário, levou-o a conjecturar que seria capaz de se afirmar também por meio da violência física: “Manezinho até já falava em cena de sangue, caso ele [o marido] aparecesse” (O Rio Nu, ed. 75, 25/03/1899, p. 3, informação entre colchetes nossa).

Sem saber que havia seduzido a esposa de João, eventualmente Manezinho foi até a sapataria para agradecer os conselhos do amigo e, é claro, vangloriar-se de sua mais recente conquista. Entusiasmado, Manezinho narrou a João os detalhes de seu caso tórrido com uma mulher casada de extrema formosura, chegando a revelar que vinha sendo sustentado por ela — ou, mais precisamente, pelo marido dela. Totalmente alheio ao fato de estar diante do marido em questão, o rapaz reiterou o seu desprezo pelo “corno”, declarando, com arrogância, que não temia nem mesmo ser flagrado:

— É um pobre diabo que só vem de noite. Ela não faz caso nenhum dele; é um mané banana que vive para aí.

— E você não tem medo de que ele um dia os venha a surpreender?

— Absolutamente nenhum.

— E se vier?

— Nós brigamos.

— Você, Manezinho?

— Por que não? A mulher me disse que ele é um moleirão (O Rio Nu, 25/03/1899, ed.75, p. 3.)

Embora todo aquele plano tivesse partido dele, João, este ainda não desconfiava do amigo. Não obstante, o sapateiro já achava que ele próprio poderia estar sendo traído por sua esposa e, por isso, não conseguiu sentir alegria pelo sucesso de Manezinho. Pelo contrário chegou a demonstrar dó do marido da amante do rapaz. O ex-mendigo, todavia, não compartilhava da mesma empatia. Para ele, o “chifre” era merecido, pois, em sua opinião, o marido de Rosinha não era capaz de cumprir adequadamente as suas obrigações matrimoniais:

— Olhe que é triste a situação do coitado. É duro, é muito duro. Repare que isso é um tanto duro de roer-se.

— Ora o marido que se amole. Quem o manda não dar a mulher aquilo que ela tem direito?

— E você sabe se ele não dá?

— Não dá, não senhor! Não dá, que ela me disse.

— Em todo o caso...

— Em todo caso, o que, seu João. Eu lhe fazendo uma obra de caridade a ambos, ele e ela.

— Enfim, Manezinho, quando um homem é casado...

— Eu sei, quando um homem é casado como o senhor é, faz o que o senhor faz. Não deixa a pobre mulher morrer à mingua como o outro a deixa (O Rio Nu, 25/03/1899, ed.75, p. 3.)

Porém, o sapateiro não fazia com a esposa aquilo que Manezinho, por estimá-lo muito, acreditava que ele fazia, muito pelo contrário. E foi justamente a partir da menção do janota à suposta incompetência sexual do “Mané Banana”, casado com a mulher com quem o rapaz se relacionava, que João começou a suspeitar de que talvez ele fosse o corno daquela história. Com a pulga atrás da orelha, o sapateiro perguntou ao rapaz qual era o nome da felizarda que agora estava sendo bem satisfeita, sendo prontamente respondido: “Rosinha”.

Essa revelação bombástica encerrou o décimo quarto episódio do folhetim em um gancho dramático. Já o décimo quinto, foi centrado no tormento interno do sapateiro deflagrado por aquela terrível descoberta. Quando João da Cunha

“[...] ouviu dos lábios de Manezinho o nome de Rosinha, não lhe restou mais a menor dúvida sobre as pessoas de quem se tratava. A coisa ficara clara como água: o outro era ele; e a mulher, essa mulher de que Manezinho falava, essa mulher que chamara Manezinho, que vestira Manezinho, que fizera tudo com Manezinho, — essa mulher era a dele, era a sua legítima mulher, era aquela a quem ele um dia, diante de um padre gordo e de um alto com velas, dera a sua mão de esposo. Não havia, não podia haver menor dúvida. O nome da esposa, ouvira-o da própria boca do conquistador que viera, ele mesmo, inconsciente

e tolo, dizer-lhe ali, nas suas barbas, nas barbas do marido enganado, como se dissesse ao mais indiferente! (O Rio Nu, ed.81, 15/04/1899, p. 3).

Embora enfurecido, João decidiu não revelar a Manezinho que ele era o “mané banana” de quem o rapaz tanto tirava sarro. O sapateiro resolveu que lavaria sua honra com sangue, mas planejava fazê-lo apenas após flagrar Manezinho e Rosinha juntos.

João já concebera o seu plano de desagravo. Indagar da hora em que o outro iria no dia seguinte e surpreendê-los em flagrante, metendo uma bala na cabeça de cada um e entregando-se a prisão. Ah! Pensava, seria preso, seria processado, seria julgado e voltaria à sua liberdade, limpo, puro, sem mancha e de cabeça erguida! (O Rio Nu, ed.81, 15/04/1899, p. 3).

O plano de João reiterava como o sapateiro apreendia a infidelidade de sua esposa não apenas como uma transgressão pessoal, mas uma mácula pública à sua honra e que, por isso, demandava uma reparação, um “desagravo”, que também se tornasse público. Para ele, não bastava dar cabo do seu rival imediatamente, aproveitando que o “conquistador” estava ali, desavisado, em “suas barbas”; era necessário fazê-lo de uma maneira que, aos olhos da vizinhança, João reparasse a sua imagem, podendo novamente caminhar “de cabeça erguida” (O Rio Nu, ed.81, 15/04/1899, p. 3). O sapateiro planejava executar, o que outrora, era chamado de um “crime de paixão”:

Dos crimes passionais, aquele motivado pelo adultério era dos mais debatidos. No Brasil, segundo Mariza Corrêa, este seria um crime basicamente masculino. Apoiar-se-ia na tradição de um patriarcalismo brasileiro, onde a honra foi sempre lavada com sangue — a honra dos maridos traídos como a de pais cujos filhos foram desleais ou a de coronéis indignados com a traição dos seus capangas. Já o adultério masculino, via de regra, provocava acomodação por parte da mulher, especialmente aquela da burguesia e das camadas médias, cuja socialização constituía-se em fonte de dependência econômica e emocional, deixando-as despreparadas para enfrentar a vida ante uma ruptura matrimonial (Soihet, 1989, p. 278).

Essa convicção de João de que, após ser processado por um duplo homicídio, voltaria à liberdade “limpo” provavelmente se sustentava na indulgência então bastante proeminente nos julgamentos de maridos das classes altas e médias acusados de violência contra esposas adúlteras (Soihet, 1989, p.278-280).

De acordo com o Código Penal de 1890, apenas a mulher era formalmente penalizada por adultério, sujeita à prisão celular de 1 a 3 anos. O homem, por sua vez, só era considerado adúltero caso mantivesse uma concubina “teúda e manteúda” (Soihet, 1989, p. 278-279). Na prática, porém, prevalecia um entendimento tácito que legitimava o direito do homem de dispor da vida da mulher em casos de infidelidade (Soihet, 1989, p. 279). Mais do que a prisão, o destino das esposas infiéis frequentemente era a violência conjugal e, não raro, a morte. Maridos assassinos costumavam receber sentenças brandas ou até absolvições, sob a justificativa de que seus crimes passionais haviam sido cometidos em “estado de completa privação de sentidos e

de inteligência", ou seja, em um momento de "loucura ou desvario" provocado pela desonra (Soihet, 1989, p. 279).

Contudo, armar um flagrante que justificasse tal "desvario momentâneo" mostrou-se mais desafiador do que João havia antecipado. Em mais de uma ocasião, ele retornou mais cedo para casa e invadiu o quarto onde Rosinha estava, apenas para encontrá-la aparentemente sozinha. Nos dias seguintes a essas tentativas frustradas, Manezinho comparecia à sapataria e regozijava-se, contando ao que julgava ser seu amigo como havia enganado o "corno" e escapado de ser pego em flagrante. Na primeira vez, escondeu-se embaixo da cama; na segunda, dentro do guarda-roupa; e assim sucessivamente, sempre encontrando um novo esconderijo pela casa.

João ouvia aqueles relatos com crescente fúria. Manezinho, por sua vez, mantinha-se alheio, sem desconfiar que amigo sapateiro era o "mané banana" de quem tirava sarro. Chegou até a comentar que a voz de João era parecida com a do marido de Rosinha, mas destacou que a do amigo soava bem mais pacífica (O Rio Nu, ed. 84, 26/04/1899, p. 3). Farto daquela situação absurda, João decidiu tomar uma medida ainda mais drástica: já tinha formada "a intenção terrível e medonha para o dia seguinte. Queria a certeza de que ele tivesse entrado e, se não o encontrasse, atearia fogo consumidor e honesto. Queimava-o!" (O Rio Nu, ed. 84, 26/04/1899, p. 3).

Embora estivesse determinado a incendiar o rival, no último momento, antes de por fogo no seu imóvel, o sapateiro decidiu poupar Rosinha e devolvê-la à casa dos sogros, ajudando-a a carregar uma mala de economias para apenas então, iniciar o incêndio. Convencido de que havia enfim exterminado seu oponente, João fantasiava Manezinho reduzido a cinzas, queimado como um "camundongo" ensopado em "querosene" (O Rio Nu, ed.85, 29/04/1899, p. 3). No entanto, no dia seguinte, o amante de Rosinha apareceu mais uma vez na sapataria, desta vez para detalhar como escapara de morrer carbonizado: ele havia se escondido dentro da mala de economias que o próprio João carregara nas costas para fora da casa antes do incêndio. Descobrir que ele mesmo havia salvado nas costas o amante da esposa, foi devastador para o sapateiro:

O sapateiro estava aniquilado. Aquela tagarelice do outro era como uma estocada no coração. Era verdade! Todo o seu plano de vingança falhara; todo o seu satânico prazer de vê-lo morrer, queimado, ensopado em querosene como se mata camundongo, tinha dado aquele brilhante resultado: — ele carregara nas costas o homem a que sua mulher também já carregara! (O Rio Nu, ed.85, 29/04/1899, p. 3):

João, àquela altura sem casa, mal afamado corno e tendo devolvido sem grandes explicações a esposa para os sogros, decidiu partir. Envergonhado e sem revelar a Manezinho

que era o marido de Rosinha, o sapateiro partiu sem dar esclarecimentos ao “amigo”, mas prometendo vingança: “— Hei de vingar-me dizia ele, no silêncio doce daquela noite estrelada...” (O Rio Nu, ed.85, 29/04/1899, p. 3). A morte apenas já não era vingança suficiente. Encerrava-se ali a primeira parte do folhetim.

5.2.3 – *Quando a mulher alheia formalmente torna-se tua, finalmente a Vingança do Sapateiro*

A segunda e última parte do folhetim, dividida em nove episódios, foi iniciada com a descrição do desespero da família de Rosinha após o desaparecimento de João:

Aquela desgraça doméstica abateu profundamente os velhos e pôs-lhes naquela tranquila velhice um ponto negro, assustador, medonho! E o que era pior, que muitas vezes se transformava num formidável ponto de interrogação... “Qual seria a causa daquilo?” E esse ponto de interrogação ficou-lhes para toda vida atravessada na garganta! “O que teria sido?” E os dois velhos desmanchavam-se em lágrimas (O Rio Nu, ed.86, 03/05/1899, p. 3).

Na tentativa de preservar a sua imagem diante da família, Rosinha escondeu seu caso extraconjugal, adotando “o papel de uma viúva inconsolável”, vestindo-se de preto e lamentando-se pelos cantos o sumiço do marido (O Rio Nu, ed. 86, 03/05/1899, p. 3). Mal sabiam os pais da moça que as “grossas lágrimas que os velhos lhe viam cair pela face abaixo não eram para João, como eles supunham, mas unicamente para Manezinho” (O Rio Nu, ed. 86, 03/05/1899, p. 3). O Sr. João da Cunha “[...] não lhe fazia falta nenhuma! O outro sim, esse fazia muita falta, oh! Muita! Depois do dia do incêndio nunca mais o vira!” (O Rio Nu, ed. 86, 03/05/1899, p. 3).

O tempo passava e Rosinha sofria cada vez mais com a nova rotina de abstinência sexual, “E o diabo daquel sangue quente, que lhe corria nas veias, parecia mais exigente depois que conhecera o amante!” (O Rio Nu, ed. 86, 03/05/1899, p. 3). Para o seu desespero, embora a sua beleza chamasse muito a atenção dos rapazes da vizinhança, os pais de Rosinha insistiam em rejeitar os avanços daqueles que demonstravam a intenção de desposá-la. Os velhos “por entre lágrimas” sempre agradeciam os pedidos daqueles que se apresentavam pretendentes “informando que a menina já era casada e que o marido estava fora” (O Rio Nu, ed.86, 03/05/1899, p. 3).

Quando finalmente reencontrou Manezinho, Rosinha teve dificuldade de reestabelecer a antiga rotina de encontros furtivos devido à vigilância dos pais, que mantinham-se irredutíveis em seu zelo pelo matrimônio da filha com João da Cunha. Para contornar essa situação,

Manezinho apresentou-se à família como Manoel Paiva, um antigo amigo do marido de Rosinha que a visitava apenas por preocupação com o bem-estar da quase “viúva” (O Rio Nu, ed.86, 03/05/1899, p. 3).

O diabo era uma entrada. Os velhos não tinham tenda, nunca saíam de casa, e Manezinho não teve outro meio senão introduzir-se como amigo da família. Arranjou uma apresentação e lá se ia de visita (O Rio Nu, ed.86, 03/05/1899, p. 3).

Eventualmente Rosinha confessou aos pais que havia se apaixonado por Manoel pedindo-lhes que permitissem que fosse desposada pelo “amigo da família” (O Rio Nu, ed.87, 06/05/1899, p. 3). Foi durante as conversas em que tentava convencer os pais a apoiá-la na anulação de seu casamento, que Manoel finalmente descobriu: Rosinha era casada com ninguém menos que João da Cunha — o humilde sapateiro que, no passado, tanto lhe havia ajudado:

[...] nunca pensara que aquele bem podia ser o “pobre diabo” de que a mulher falara, que andava aí a trabalhar para que ele tivesse aquela roupa e rescendesse aqueles perfumes. Mas também ela nunca lhe dissera que o homem era sapateiro... Se o dissesse, ah! Se o dissesse muita coisa se teria evitado, e talvez ainda eles pudessem viver naquela doce e santa paz de antes... Mas nunca lhe dissera, nunca! (O Rio Nu, ed.87, 06/05/1899, p. 3).

Manezinho sentiu-se tremendamente culpado, chegando a conjecturar que o antigo amigo àquela altura provavelmente levava uma vida de mendicância:

Pobre João da Cunha! Por onde andaria ele agora, coitado! Abandonado, exilado, em terra estranha, sem família, sem tenda, sem freguesia, sem dinheiro e, quem sabia lá? Talvez sem pão...E Manezinho, enternecido, lembrava-se daquele pobre homem, a quem ele meses antes prometera a sua gratidão. Acudiam-lhe à mente aqueles pensamentos que tivera quando o outro lhe mostrava a estrada larga e dourada das coisas galantes (O Rio Nu, ed.87, 06/05/1899, p. 3).

Tomado por esses pensamentos, Manezinho decidiu que para: “reparar um pouco de toda a ingratidão do seu crime” de fato desposaria “aquela pobre moça, a quem podia ainda fazer feliz, minorando um pouco o sofrimento do outro, que andava que sabia lá por onde? Talvez sem dinheiro e com fome talvez...” (O Rio Nu, ed.87, 06/05/1899, p. 3).

Após muita insistência, os pais de Rosinha, comovidos pela ideia de que Manezinho desejava desposar a filha em retribuição à amizade de João — e completamente alheios à culpa que motivava o rapaz —, acabaram se deixando convencer de que havia algum precedente bíblico para aquele arranjo. Assim, permitiram que o casal se mudasse para longe, onde poderiam viver sua união sem interferências.

Manoel e Rosinha casaram-se em uma cidade longe da antiga vizinhança e por algum tempo até desfrutaram de uma espécie de lua de mel. No entanto aquela tranquilidade durou pouco: “Duros e magros dias aguardavam esses amores calmos de Manoel e Rosinha” (O Rio

Nu, ed.88, 10/05/1899, p. 3). Não demorou muito para que eles se vissem em apuros financeiros, afinal, o rapaz:

[...] não era sapateiro, não tinha ofício nem benefício, e era-lhe urgente ganhar a vida. Agora já não podia viver da sua recomendação, que tinha uma donadora da conservação da prenda. As economias, poucas demais, que ficaram de João da Cunha, iam-se embora todas, e marido e mulher sentiram a necessidade de fazer alguma coisa, para lhes não lhe faltasse o pão à hora do jantar (O Rio Nu, ed.88, 10/05/1899, p. 3).

Manezinho, que até então havia desfrutado das delícias da “estrada larga e dourada das coisas galantes”, via-se agora em um caminho bem diferente, obrigado a trilhar a trajetória de provedor e chefe de família (O Rio Nu, ed.88, 10/05/1899, p. 3). Enquanto João só buscou o matrimônio após estabelecer-se em seu ofício, quitar suas dívidas e conquistar respeito na comunidade, Manezinho casou-se com Rosinha em um arroubo de culpa, sem planejamento algum. Isso o colocou em uma posição precária, confrontado com sua incapacidade de completar a transição de dependente para *pater familias*.

O casal até chegou a adquirir uma hospedaria na cidade na esperança que gerir o local os salvasse do aperto financeiro, porém:

A freguesia do hotel, outrora tão pontual e tão certa, começava a escassear. A locanda ultimamente quase não tinha hóspedes, e os novos proprietários davam que fazer ao miolo para no fim do mês poderem saldar as contas do fornecedor e pagar a prestação à mulher que lhes transpassara o negócio (O Rio Nu, ed.89, 13/05/1899, p. 3).

Eles haviam caído em um golpe, a antiga proprietária sabia que a hospedaria se tornaria um mau negócio em breve, por isso a havia vendido:

De formas que o pobre Manezinho, há tão pouco tempo ainda janota endinheirado, estava-se vendo em uma crise tremenda, pior talvez de que aquela em que pedira esmolas na tenda de João da Cunha. Não tinha mais para onde apelar. Roupas, relógios, joias de Rosinha, tudo tinha sido já vendido, não para pagar as contas, mas para que eles não ficassem à brisa, jejuando, como se faz na quaresma. [...]. E já uma ideia de fuga tinha acudido ao espírito de Manoel, já Rosinha pensara em uma partida brusca fora de horas, quando um hospede providencial veio salvar aquela situação embaraçosa em que se achavam os dois (O Rio Nu, ed.89, 13/05/1899, p. 3).

Apresentou-se, então, uma figura misteriosa: um “homem já bastante grisalho, de cabelo e barba excessivamente crescidos, que parecia bastante doente e surdo como uma porta” (O Rio Nu, ed. 89, 13/05/1899, p. 3). Rosinha logo percebeu que o homem também era mudo, e ambos passaram a se comunicar por escrito para acertar os detalhes da estadia. O hóspede deixou claro que “não queria esmola” e que podia pagar suas despesas, “até com generosidade”, acrescentando que isso dependeria “do tratamento que tivesse” (O Rio Nu, ed. 89, 13/05/1899, p. 3).

Ao servi-lo no jantar, Rosinha confirmou que o homem de fato não mentia: o “surdo-mudo” carregava consigo uma grande quantia. Ela o viu contar uma grande quantia, e todo um “alvoroço” invadiu o “coração” da moça, “onde esse interesse pelo vil metal jamais encontrara abrigo. Se aquilo fosse nosso. Se ele nos desse aquilo”, pensava consigo, desmanchando-se em “carinhos e adulações para com o surdo” (O Rio Nu, ed. 89, 13/05/1899, p. 3). Em meios as suas adulações, Rosinha acidentalmente acabou roçando sua perna na perna do hóspede, que reagiu com um sorriso triste. Esse gesto levou a esposa de Manezinho — a mesma que, no início do folhetim, era elogiada por sua honestidade — a cogitar levar seus “carinhos” a outro nível, na esperança de aticar a “generosidade” do hóspede (O Rio Nu, ed. 89, 13/05/1899, p. 3).

Rosinha relatou o seu plano ao marido, que ficou profundamente ofendido. Manezinho considerou um absurdo que ela quisesse conquistar a simpatia do homem roçando-se nele, mesmo que a moça garantisse que não pretendia levar aquela sedução “aos finalmentes”, — isto é, a consumação sexual de fato. Ainda assim, seu marido temia por sua reputação, vendo o plano como um verdadeiro ataque à sua dignidade:

E Manezinho quando falava na “sua dignidade” tinha o ar de um homem que na vida só tinha tido até ali um procedimento de santo e umas intenções de serafim. Não se lembrava de que aquela mulher que tinha ali ao pé de si, a sua legítima mulher, obtivera-a ele pelo menos digno de todos os meios. [...]. Esquecia-se de tudo para só se lembrar de si, dos seus direitos de marido, e para encher a boca com a “sua dignidade”. [...]. Não queria também ser exposto ao ridículo...Não queria que o tal surdo fosse a dizer a Deus e ao mundo de que grossura era a perna de sua mulher. Não tinham, nem o surdo, nem sujeito de bolada nenhuma, necessidade de saber se a perna da mulher era fria o ou era quente! Não, não queria! Aquilo era uma indignidade. Não lhe fala se mais em semelhante coisa! (O Rio Nu, ed.90, 17/05/1899, p. 3).

Em uma inversão de papéis, Manezinho, que outrora fora um amante despreocupado com a exclusividade sexual de sua parceira, agora se via consumido pela angústia de imaginar o que os vizinhos diriam caso descobrissem que outro homem sabia de que grossura era a perna da sua mulher. Mais uma vez, o que estava em jogo não era apenas a fidelidade de Rosinha, mas, sobretudo, o reconhecimento público de seu domínio sobre a sexualidade da esposa — um “direito de marido” que sobrepujava qualquer desejo de posse por amor ou ciúmes.

E o que havia colocado Manezinho nessa rota de indignidade? Justamente sua inabilidade de cumprir os deveres matrimoniais — não os mesmos nos quais João falhara, mas os de ordem financeira. Em outras palavras, apesar de sua potência sexual, Manezinho se viu em uma posição muito semelhante à que João experimentara: ao tornar-se esposo “legítimo”, ele passou a estar sujeito não apenas a uma série de obrigações, mas também a novas ameaças ao reconhecimento público de sua dignidade masculina.

Em sua representação dos “deveres” conjugais dos maridos, Brito dialogou com os temores e ressentimentos em relação ao matrimônio formal, aos quais, à época, os homens estavam sujeitos, justamente devido às prerrogativas do modelo heteronormativo do casamento patriarcal. Seu folhetim evidencia também alguns dos paradoxos da masculinidade da época: se, por um lado, a performance viril podia ser afirmada pela recorrência de conquistas sexuais, por outro, uma vez casado, era necessário que o homem provesse o lar e garantisse o domínio e a fidelidade da sua esposa.

Não apenas em “Vingança”, mas de maneira geral nas páginas de *O Rio Nu*, as tradicionais incumbências masculinas dentro do casamento — como sustentar a casa e exercer autoridade/tutela sobre seus dependentes — eram acrescidas do imperativo de satisfazer sexualmente suas esposas, de “domesticar seus desejos”, ainda que essa satisfação fosse concebida sob uma ótica bastante falocêntrica.

Conforme examinado por Carvalho (2018), as representações do bissemanário sobre a sexualidade feminina eram fortemente influenciadas pelo imaginário libertino iluminista, que associava o feminino à natureza e o masculino à cultura. Segundo os pensadores libertinos iluministas, ser mulher significava não ser guiada pela racionalidade, mas, sobretudo, por uma imaginação afligida por uma sexualidade acentuada, que deveria ser domesticada por meio do cumprimento de seus “deveres naturais”: a sujeição a um homem e a reprodução (Carvalho, 2018, p. 30). Nesse sentido, a ameaça da indignidade pública decorrente da infidelidade feminina parecia exigir não apenas a capacidade de cumprir as prerrogativas tradicionais do provedor do lar e “cabeça do casal”, mas também de exibir potência sexual.

Essa combinação de atribuições do “chefe da casa” foi frequentemente retratada com um certo fatalismo no periódico alegre, cujos boêmios colaboradores, não raramente, demonstravam maior inclinação a exaltar as liberdades da solteirice em detrimento da rotina do lar, doce lar. Em algumas composições, como a cançoneta publicada em 1899 na coluna “Teatro do Rio Nu”, o fardo financeiro do matrimônio era motivo de verdadeiro horror:

Casar?... Não!
 Casar! Horror! Quem é que em tal se mete?
 Com o câmbio a sete, e o bolso a mais que zero?
 Tu nada tens, eu cá também sou pobre;
 Casar sem cobre não senhor, não quero!
 O pobre vive! Dizes tu; mas, bolas!...
 Batendo solas, ao martírio entregue;
 E, francamente, por tal preço é caro,
 E muito raro se encontrar quem pegue!
 Se amor trouxesse com que encher a pança,
 Assim, criança, talvez eu caísse;
 Mas, é sabido que só traz magreza,

Muita despesa, e... quando ao resto — disse!
 No fim do mês bate o tendeiro à porta,
 Furioso exporta, que não fia mais;
 O açougueiro, criadagem em peso
 Com menosprezo eis que nos deixa em paz.
 Mas afinal, debes convir comigo,
 Que é um perigo nessa crise atual,
 (O Rio Nu, ed.126, 20/09/1899, p.2)

Além do medo de arcar com o “caro preço” de “encher a pança” da mulher, lidar com os credores e enfrentar a criadagem cobrando salários no fim do mês, o eu-lírico também se via horrorizado pela perspectiva de convívio familiar, de lidar com uma sogra brava e a chegada de filhos que, como “dobadeiras”³⁵⁰ fariam barulho à noite... Aparentemente, para o autor da cançoneta, a vida de solteiro era a melhor opção – livre de todas essas responsabilidades e, não menos importante, mais permissiva à manutenção de muitos amores:

Casar, ter sogra de cabelo à venta³⁵¹,
 Que vem sedenta para nos fazer mal.
 Mais tarde os filhos, em seguida ama,
 Mais uma cama, um farnel de troços,
 Música à noite, dobadura ingente,
 Que deixa a gente reduzida a ossos!
 Tem paciência; o casamento é nobre,
 Mas quem é pobre deve ter critério:
 Celibatário pode ter amores
 De muitas cores, sem levar a sério!
 Gury (O Rio Nu, ed.126, 20/09/1899, p.2)

Outro adepto desses amores inconsequentes foi o eu-lírico o da cançoneta “O Conquistador”, publicada no “Teatro do Rio Nu” da edição 781. Este, além de desdenhar dos amigos casados, comentava as “mil delícias” que aproveitava descomprometido: “Oh! Que espantoso fogaréu! Se dou um tiro e bem certo! Nessas conquistas de solteiro o mundo é para mim um céu! Quantas pequenas, quantas, quantas...” (O Rio Nu, ed. 781, 30/12/1905, p.6). Uma vida bem diferente daquela pintada em um “Conto do Vigário”³⁵², cançoneta publicada anos antes no bissemanário e que alertava contra o “perigo” das “pequenas” que “passam a perna” em rapazes “Para encontrar casamento, motor de contentamento de um moço ao viver precário” (O Rio Nu, ed.478, 04/02/1903, p.3).

Embora o padrão moral duplo permitisse aos homens que levassem vidas paralelas, com maior facilidade se comparado às mulheres da época, isso não significava que tal escolha fosse

³⁵⁰ Artefato em que se dispõem as meadas de lã, algodão etc. para se processar a dobagem, o enovelamento.

³⁵¹ “De cabelo a venta”, mesmo que “Com cabelinho nas ventas”, expressão geralmente aplicada às mulheres de comportamento irritadiço, agressivo, algo tido enquanto tipicamente masculino, daí a alusão ao bigode, padrão de pelos sob o nariz (as ventas) mais comum aos homens.

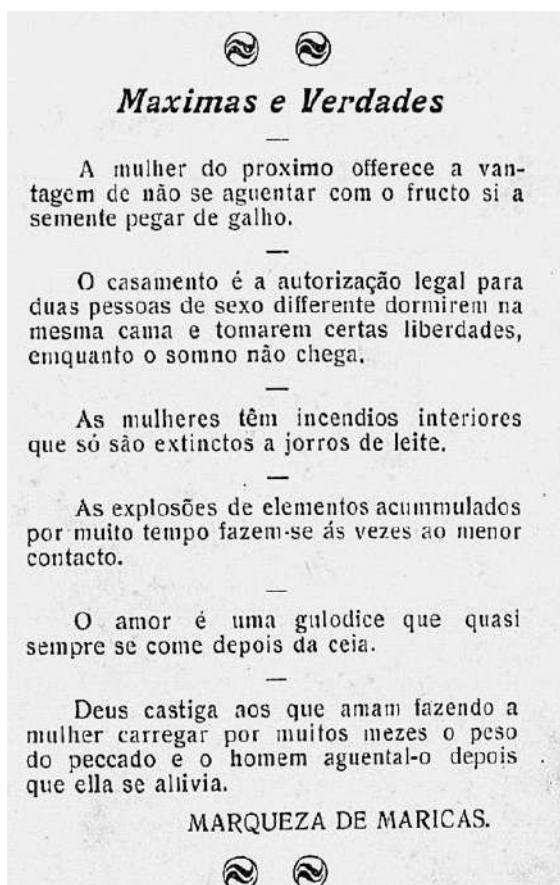
³⁵² Conto do vigário é uma expressão usada em Portugal e no Brasil significando uma história elaborada com o objetivo de enganar alguém, mesmo que engodo, artimanha, etc.

isenta de encargos. A emergente nova moralidade familista estimulava uma ordem erótica que exigia cada vez mais a associação a um regime de visibilidade em que determinadas dinâmicas de relacionamentos — heterossexuais, monogâmicas e formalmente reconhecidas — eram privilegiadas, exibidas e reconhecidas publicamente, enquanto outras eram proscritas, relegadas ao segredo, ao privado e à invisibilidade (Miskolci, 2012, p. 172).

Para muitos, não era fácil a tarefa de administrar os ônus desses amores ilícitos, os gastos com os prazeres da noite e os riscos dos amores extraconjugais — chantagens, filhos fora do casamento, doenças sexualmente transmissíveis etc. — dentro da economia doméstica, equilibrando as responsabilidades executivas do lar. Assim, o casamento, longe de representar apenas um vínculo amoroso ou um arranjo social estável, tornava-se um campo de tensões, diante do qual muitos homens precisavam conciliar expectativas sociais contraditórias para preservar tanto sua posição de provedor, imagem de “dignidade pública” quanto a sua liberdade sexual.

Nem mesmo a prole — tão referenciada por médicos e reformadores sociais como a continuidade esperada de um matrimônio bem ajustado, o propósito máximo da instituição, bem ao estilo “Crescei e multiplicai-vos” — escapava da conotação de negativas:

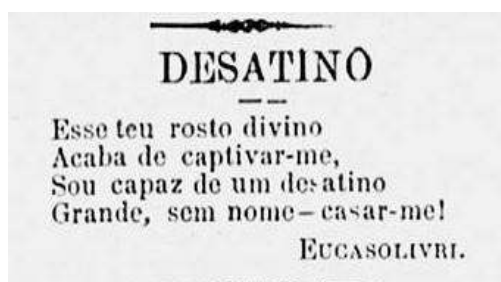
FIGURA 71: "Máximas Verdades". O Rio Nu, ed.1684, 29/01/1916, p.3.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1916_01684.pdf.

Em “Máximas e Verdades”, seção onde se reuniam aforismos malcriados, o casamento foi despedido de romantismo, enquanto os “frutos de si”, referidos como castigos divinos, foram pintados melhores quando criados por outros. Novamente a mulher boa, parecia ser a mulher do próximo. Não por acaso, contrair matrimônio, tornar uma mulher oficialmente sua, para muitos parecia um verdadeiro “desatino”:

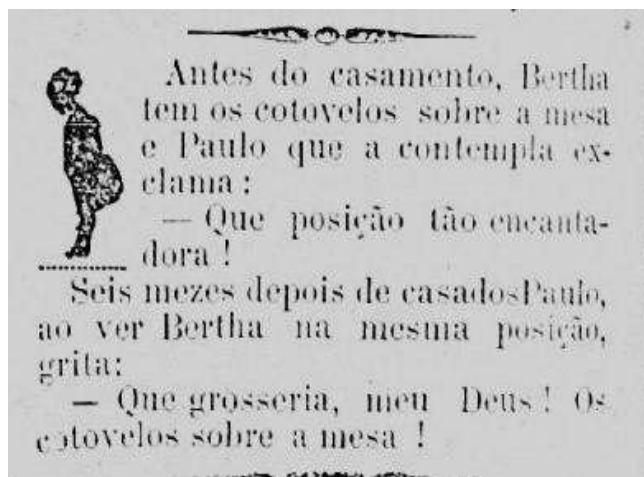
FIGURA 72: "Desatino" O Rio Nu, ed. 781, 30/12/1905, p.6.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1905_00781.pdf.

Afinal, enquanto as responsabilidades de chefe da casa, em tese, perduravam até que a morte os separasse, às vezes era questão de apenas meses para que o encanto com a parceira fosse perdido:

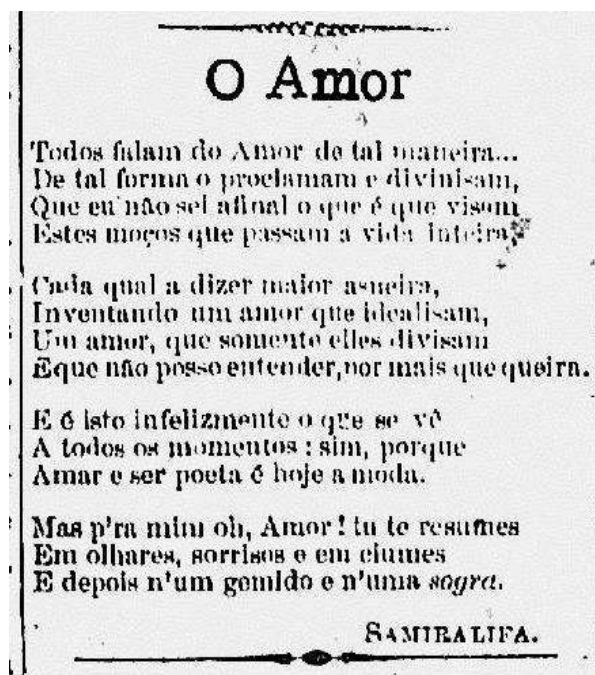
FIGURA 73: "Cotovelos". O Rio Nu, edição 746, 30/07/1905, p. 6.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1905_00746.pdf.

Em última instância o próprio “amor” podia parecer uma asneira, uma invenção de final previsível — culminando na consumação sexual, “um gemido”, e, depois, em uma “sogra”, isto é, na domesticidade burguesa.

FIGURA 74: "O Amor". O Rio Nu, ed.158, 10/01/1900, p.1.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706736/per706736_1900_00158.pdf.

Os sogros, especialmente a sogra — figura historicamente associada, na cultura popular brasileira, à participação e promoção de conflitos conjugais —, eram personagens emblemáticos do fatalismo doméstico retratado pelos colaboradores de *O Rio Nu*. Em uma edição de “Definições Contemporâneas”, seção que compilava uma série de significados jocosos para diferentes vocábulos, o casamento foi descrito como “isca que ternos olhos atiram e que o peixe-homem engole, quase sempre ignorando a sogra que leva” (*O Rio Nu*, ed. 814, 28/04/1906, p. 4-5). Já “mãe-sogra” aparecia como “varredura da humanidade” e como “o diabo dentro de casa ou surucucu”, enquanto “sogro” era definido como “verbo de encher nas questões sogrocidas” (*O Rio Nu*, ed. 814, 28/04/1906, p. 4-5).

As referências a parentes próximos como detritos, animais peçonhentos e até forças malignas (varredura, surucucu, diabo), somadas ao uso de neologismos que sugeriam um ímpeto homicida (o sufixo “-cida” em “sogrocida”³⁵³), reforçavam a ideia de que a domesticidade pós matrimônio era tudo, menos atraente. Nessa perspectiva, exercer o papel de chefe da família, de “pai” — definido como “executivo doméstico, quando a casa cheira a homem” — parecia exigir uma dureza de gerenciamento constantemente desafiada pela interferência dos parentes imediatos e pela postura permissiva da “Mamãe”, definida como

³⁵³ Neologismo que aludia ao termo patricida, relativo a ou aquele que comete parricídio, assassino dos pais.

“ternura dos filhos produzindo quase sempre a bilontragem³⁵⁴ dos mesmos” (O Rio Nu, ed. 814, 28/04/1906, p. 4-5).

Embora bastante comuns, o conteúdo dessas representações de descontentamento masculino em relação ao matrimônio n’*O Rio Nu* nunca atingiam um nível crítico de oposição real às desigualdades de gênero que sustentavam o modelo patriarcal dessa instituição. No geral, tratava-se de desfiliações ressentidas, que certamente dialogavam com as vivências masculinas da época e, talvez, até influenciassem as perspectivas dos seus leitores sobre o amor, a conexão, a intimidade e o cuidado com as mulheres. Contudo, permeadas por misoginia, o seu fatalismo não buscava remediar a disfuncionalidade afetiva central em muitos projetos de masculinidade da época — isto é, o seu androcentrismo, desdobrado da subalternização e da falta de identificação masculina, com aquelas que, em teoria, os homens deveriam se relacionar e se comprometer vitaliciamente. Em vez disso, apenas registrava o incômodo sentimento de aprisionamento, que muitos desses homens experimentavam, diante de certas convenções de domesticidade conjugal e da função reprodutora da família burguesa.

O personagem Manezinho ilustra bem essa dinâmica: embora tenha iniciado o relacionamento a partir de sua atração por Rosinha, sua principal motivação em se casar com ela parecia estar mais ligada à culpa que sentia em relação a João da Cunha do que a um compromisso afetivo genuíno com a esposa. Mais do que a própria Rosinha, Manezinho parecia reservar seu apreço e respeito a memória do amigo, evidenciando uma dinâmica de estreita homosociabilidade.

Nos capítulos finais do folhetim, João ocupava cada vez mais seus pensamentos; culpado, Manezinho o recordava sempre que os riscos à sua recém alcançada dignidade de “cabeça de casal” lhe tiravam o sono e lhe causavam terríveis dores de cabeça, alimentando fantasias de fuga. Seu sofrimento não parecia decorrer tanto de ciúmes da esposa, mas devido ao peso das expectativas impostas ao seu novo papel social, em especial perante os outros homens da vizinhança.

Prova disso é que, em meio às dificuldades financeiras, Rosinha conseguiu convencê-lo de que o roçar de suas pernas no abastado hóspede da casa não colocaria sua dignidade em risco, já que o homem era surdo-mudo e, portanto, não poderia se gabar para nenhum vizinho — argumento que fazia sentido, afinal aqueles eram tempos de altos índices de analfabetismo. “Manezinho arregalou os olhos, como se diante dele se tivesse aberto uma larga porta por onde

³⁵⁴ Má criação, comportamento travesso, má conduta, malandragem.

pudesse passar incólume toda a sua dignidade”, e, no fim, resignou-se: “Faça o que você quiser”, disse (O Rio Nu, ed. 91, 20/05/1899, p. 3).

A partir de então, em toda refeição, Rosinha passou a sentar-se bem juntinho ao surdo, que, para a fúria de Manezinho, passava o jantar acariciando a perna da moça por debaixo da mesa. A despeito do que Rosinha acreditava, aqueles afagos, todavia, não se mostrariam suficientes para o hóspede, que, eventualmente, lhe deixou um bilhete afirmando que conhecia “as dificuldades do casal” e que as sanaria caso ela aceitasse “conceder-lhe uma noite de amor” (O Rio Nu, ed.91, 20/05/1899, p. 3). Essa proposta indecorosa reacendeu as discussões entre Manezinho e a esposa, a respeito dos perigos à dignidade dele:

Toda essa noite foi tomada em uma discussão entre os dois. Rosinha alegava que o homem era surdo-mudo que não “diria nada a ninguém” e Manezinho passeava furioso no quarto a atirar os braços ao ar e falar da sua dignidade. Por fim, na manhã seguinte, estava combinado entre os dois que Manezinho, alegando uma falta de ar, iria dormir para a sala do meio, — e logo ao almoço, como resposta, o hospede foi informado de que uma falta de ar obrigava o Sr. Manoel a deixar nessa noite a comodidade do seu largo leito de casado, para ver se na rede da sala do meio poderia respirar mais facilmente. Tudo estava combinado. E aquele dia pareceu ao surdo uma coisa que não se acabava nunca. Manezinho não podendo estar a ver aquilo o dia inteiro saiu depois do almoço, só voltando as 8 horas da noite (O Rio Nu, ed.91, 20/05/1899, p. 3).

A edição 92 d’O Rio Nu contendo o penúltimo capítulo, infelizmente, não pode ser encontrada nos arquivos da Biblioteca Nacional. No entanto, seguindo a tradição dos bons folhetins, a descrição ponto ápice da história, a fatídica noite entre Rosinha e seu hóspede, se estendeu por mais de um episódio. Surpreendentemente, essa noite não envolveu apenas os dois. De madrugada, após horas tentando ignorar o que acontecia sob seu próprio teto — mais especificamente, em seu leito matrimonial — Manezinho foi conduzido de volta ao recinto por Rosinha:

No quarto, completamente às escuras, era difícil a passagem, e ele, guiado pela mulher que o segurava pela mão, foi tropeçando aqui e acolá até chegar ao leito. Sentia que Rosinha estava muito nervosa e, pela mão quente e tremula que ela ainda conservava na sua [...]. Percebia que a mulher estava assim, mas não podia compreender a razão de tudo isso. Já era quase quatro horas da madrugada e desde cedo o surdo ali estava. Como diabo seria aquilo? E chegando ao leito onde deixou a mão de Rosinha, o antigo janota não sabia ao certo qual o papel estava representando nem para que fim a mulher o tinha chamado. Julgou a princípio que o surdo tivesse saído sem que ele visse. Mas, que diabo! Ele não pregara o olho na rede! O animal não podia ter saído! E foi então que lembrou-se de que o outro saíra talvez quando ele estava a beber água na sala de jantar. Foi isso, pensou Manezinho, o diabo saiu...E já certo de que o outro saíra compreendeu o resto... A mulher o tinha ido chamar para ele acabar a noite com ela. A coisa já estava consumada e era inútil mais sacrifício. Mas, lembrava-se a agora, ao entrar a mulher dissera “preciso que me ajude... diabo de homem mole...”. Não sabia bem isso o que queria dizer. Naturalmente Rosinha achara o surdo demorou-se muito e então o chamava-o de mole.

E já quase aliviado, Manezinho foi se deitando comodamente no seu leito quando deu com um corpo estirado, cujos braços o quiseram abraçar. Julgou que fosse a mulher que já se tivesse deitado, mas ao botar as pernas para cima do colchão, tocou com elas na camisa de Rosinha que se conservava sentada aos pés da cama. Então recuando e cheio de horror, procurou com a mão a mão da mulher e encontrando-a foi-se chegando para até lhe poder falar ao ouvido:

— Então que diabo é isto?

— É ele, disse Rosinha, baixo (O Rio Nu, ed.93, 27/05/1899, p. 3).

Atordado pela presença de outro homem na cama, Manezinho interrogou a esposa, horrorizado, sobre o significado daquilo. Rosinha, envergonhada e nervosa, explicou que o surdo-mudo era um “desajeitado”, e que, apesar de seus esforços desde as onze horas da noite, ele não havia conseguido consumir o ato:

[...] e ela lutara ingloriamente desde as onze sem nada conseguir. Procurava, ajeitava-se, torcia-se e o homem nada! Era um horror! Já estava cansada e então se lembrara de chamá-lo. Bem ela sabia que aquilo era um pouco assim... Mas o queria era acabar de uma vez. Não podia prolongar por mais tempo aquela coisa que lhe repugnava...Ah! a necessidade obrigava a muito! Que Manezinho viesse e ajudasse um pouco e se acabava logo com aquilo. O diabo do surdo não acertava...Ela já estava cansada de tentar...Que Manezinho viesse, endireitasse e se fosse embora para rede. Era coisa de um instante. E puxando o marido pela mão, lá o foi conduzindo outra vez ao leito para onde subiu rápida.

Manezinho estava bestificado, e naquele seu espanto lembrava-se de que João da Cunha, que roera tantas coisas duras, nunca roera uma tão dura como essa... (O Rio Nu, ed.93, 27/05/1899, p. 3).

Convocado pela esposa a ajudá-la a deixar “duro” o membro do surdo, Manezinho lembrou-se novamente de João da Cunha, que havia suportado muitas humilhações, mas nunca uma tão extrema como aquela. O sapateiro nunca auxiliou em um nível tão íntimo o amante da esposa a consumir a mácula do seu próprio domínio masculino. Convocado a “resolver” a situação, Manezinho não chegou a “roer” nada, em vez disso, usou as mãos: “Por fim, na ocasião própria, ajeitou lá o que a mulher lhe pedia e voltou para a rede, não sem antes lavar as mãos na sala de jantar, às escuras” (O Rio Nu, ed. 93, 27/05/1899, p. 3). No entanto, seu envolvimento na situação não terminou aí. Mal se deitara, ele ouviu novamente a voz da esposa:

— Manoel, Manoel...

— Isto é o diabo! Disse Manezinho levantando-se.

Já tropeçando menos que da primeira vez chegou à porta do quarto donde perguntou com voz aborrecida:

— O que é?

— Entre, vem cá, disse Rosinha, numa aflição.

Foi direto a cama e às apalpadelas encontrou a mão da mulher que se estendia para ele, e que o foi puxando para perto até poder falar ao ouvido. Era aquilo! Ora quem já tinha visto uma atrapalhação daquelas? O diabo do homem não se mexia e para que não tivessem de passar o resto da noite assim, ela o chamava novamente. Era o diabo! Também nunca tinha visto uma moleza daquela! Ali estava o diabo quite e parado desde que ele acertara. E então ela o chamara. Que ele desse duas sacudelas boas. E puxando a mão do marido,

Rosinha fez com que ele a descansasse sobre o surdo-mudo. Depois pegando no pulso dessa mão foi calcando e suspendendo, até que Manezinho compreendeu o que ela queria. Então com as duas mãos o marido sacudiu fortemente o outro. Vendo que coisa ia bem, Rosinha disse:

— Assim, Assim...

E Manezinho quando viu que não era mais preciso por carvão na máquina e que ela com o vapor que tinha chegaria ao fim da viagem, deixou lá aquela história e voltou ao isolamento da sua rede.

— Ah! Que horror, dizia ele, que horror! E o diabo desta dor de cabeça que cada vez, me aumenta mais!

Deitou-se. Sentia que no quarto a cama rangia desesperadamente, e tapando os ouvidos com ambas as mãos olhou para o teto da telha vã por onde entrava já uma fraca luz da madrugada que vinha perto.

— Que noite! Que noite! Dizia Manezinho, baixo.

E vendo entrar aquela doce luz da madrugada, ele se lembrava de quando o sol viesse havia de encontrá-lo coberto daquelas glórias. Entretanto, no quarto, a cama continuava a ranger (O Rio Nu, ed.93, 27/05/1899, p. 3).

O capítulo final da história desenrolou-se no dia seguinte. Os três envolvidos evitavam qualquer contato entre si, evidenciando que o ocorrido havia sido violador em diversos níveis: desestruturara o casamento de Rosinha e Manezinho, ferira o orgulho da bela mulher e abalara profundamente a masculinidade do ex-mendigo. Respeitando o afastamento do casal, o surdo permaneceu trancado no quarto durante o dia, pagou pelos serviços e anunciou, por meio de uma nota, que partiria ao anoitecer.

Manezinho, evitando o hóspede, saiu de casa com o dinheiro recebido e passou o dia quitando suas dívidas. Rosinha, por sua vez, cumpriu suas atividades domésticas em profunda vergonha pelo ocorrido, especialmente pela participação “escandalosa” do marido:

[...] aflita e envergonhada, procurando esconder toda a angústia que a mortificava. Na verdade, a coisa tinha sido escandalosa demais. Se fosse só ela e o outro vá! — Mas aquilo do marido se meter... Como ele tinha sido condescendente!... E o outro? Que diabo de mole! Até parecia que o homem fazia aquilo de propósito, Diabo! Parecia que não tinha tato! E Manezinho....Que paciência! Ter de acertar e depois dar aquelas sacudidelas... Era verdade que ele as dera com força e com raiva...Pobre Manezinho! Por muito menos o outro marido tinha tacado fogo na casa. Ah! A necessidade obrigava-a a muito! (O Rio Nu, ed.94, 31/05/1899, p. 3).

Embora tivesse chamado o marido para ajudá-la, Rosinha não conseguia lidar com a passividade de Manezinho diante da situação. Alimentando um misto de pena e estranhamento pelo atual companheiro, lembrou-se de seu ex, João da Cunha, que, à luz do ocorrido, pareceu tão mais energético que Manoel em defesa da sua honra. O sapateiro, antes ridicularizado por sua suposta pequenez e falta de potência, passava agora por uma espécie reavaliação: sua violência — ainda que malsucedida e atrapalhada — parecia, de repente, um sinal de maior virilidade.

O fato de como uma espécie de fantasma do passado, o sapateiro continuar assombrando os pensamentos de Rosinha e Manezinho não foi, todavia, mera casualidade. Antes de partir, o

surdo deixou outro envelope, que Rosinha decidiu abrir apenas na presença do marido, acreditando tratar-se de mais dinheiro. Ao abrirem o envelope, o casal teve uma grande surpresa ao deparar-se com uma assinatura familiar no final de um bilhete de despedida:

A esse tempo o Surdo, que ia caminhando naquela cidade pacata e simples, murmurava estas outras duas palavras no doce silêncio daquela noite estrelada:

— Estou vingado!

E era João da Cunha!

FIM (O Rio Nu, ed.94, 31/05/1899, p. 3).

O hóspede era, na verdade, ninguém menos que João da Cunha. Disfarçado com barba e cabelos desgrehados, o sapateiro fingiu-se de surdo-mudo para concretizar sua vingança. Uma revanche que só foi possível naquela escala vexatória porque o casamento havia legitimado a autoridade de Manezinho sobre a sexualidade de Rosinha, concedendo-lhe um novo apreço por sua “dignidade” e sua imagem pública de chefe de família — atributos que se mostrariam mais facilmente violáveis do que a sua integridade física.

Com efeito, João não se limitou a transformar Manezinho em corno, maculando sua autoridade de marido; ele usou sua própria impotência como arma, forçando Manezinho a participar ativamente do próprio ultraje. Assim, o sapateiro, antes emasculado por sua pouca potência sexual, subverteu sua fragilidade em vantagem, exercendo, paradoxalmente, uma forma de domínio sexual tanto sobre Rosinha quanto sobre o próprio bem-dotado e mais potente Manezinho.

Se, por um lado, a representação desse contato sexual como artifício de vingança era reforçada pela interdição do desejo masculino pelo falo, por outro, ela permitia ao leitor vivenciar alguma escala de homoerotismo. Em um recurso que Brito repetiria posteriormente em “O Buraco”, o autor encerrava seu folhetim explorando uma relação sexual transgressora, mesmo dentro dos padrões ousados d’*O Rio Nu* — porém, de maneira estratégica, valendo-se do fator de choque dos atos descritos sem, necessariamente, endossá-los.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 30 de dezembro de 1916, os desejos de “Boas Festas” d’*O Rio Nu* estamparam a segunda página do então semanário:

Aos nossos amigos e leitores, anunciantes, agentes e assinantes, desta Capital, do Interior e do Estrangeiro, O Rio Nu apresenta os seus melhores cumprimentos de Boas Festas, com os desejos ardentes para o Ano Novo lhes seja propício em prosperidades. E que nós, apesar da crise, possamos assistir a essas prosperidades! Amém! (O Rio Nu, 30/10/1916, ed.1732).

Apesar dos votos otimistas de seus redatores, a crise enfrentada era severa demais, e *O Rio Nu* não sobreviveu por mais um ano para testemunhar a prosperidade de seus anunciantes e parceiros comerciais. Assim, chegava ao fim o mais bem-sucedido e longo empreendimento periódico carioca a receber o qualificativo de “gênero alegre” ou “gênero livre”.

Ao longo de seus 18 anos de circulação pela “Capital”, pelo “Interior” e até no “Estrangeiro”, o conteúdo sexualmente apelativo d’*O Rio Nu* entreteve, registrou os prazeres e as indiscrições da noite carioca, divulgou escândalos e, também, foi pivô de suas próprias polêmicas. Suas troças e ficções apelativas o tornaram parte das disputas de diferentes atores sociais pelo controle do olhar público e dos corpos excitáveis que circulavam na Capital Federal, no alvorecer de um novo século.

Foi sobre essa fonte ambígua e polissêmica — cujo humor sexual assustava os moralistas de seu tempo, mas que, ainda assim, era permeável à interlocução com discursos normatizadores bastante reacionários — que empreendi um estudo sobre masculinidades. Em uma cidade de maioria demográfica masculina, *O Rio Nu* representou homens de diferentes camadas sociais, qualificando distintos projetos de masculinidade, suas complexas relações entre si e com um cotidiano urbano cada vez mais transformado por novos códigos de espaço e tempo, inovações tecnológicas e novas possibilidades de prazer, consumo e sociabilidade.

A partir da problematização de uma série de representações de corpos e práticas corporais, tanto textuais como imagéticas, disseminadas pelas narrativas d’*O Rio Nu*, o presente trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo abordou o enquadramento d’*O Rio Nu* como material pornográfico, a despeito da rejeição de seu corpo editorial a esse rótulo sociocultural. Identificado com o chamado gênero alegre ou gênero livre, o periódico ilustrado tornou-se o maior expoente de um nicho da imprensa humorística carioca que, no início do século passado, proporcionou aos seus leitores — secretos ou não — a desopilação por meio do riso, do apelo sexual e da cobertura de um crescente mercado de entretenimento noturno no Rio de Janeiro, incluindo-se aí o meretrício e suas diversas ramificações.

Apesar de recorrerem, majoritariamente, a jogos de duplo sentido e a uma linguagem conotativa, periódicos como *O Rio Nu*, ainda assim, viabilizavam aos seus leitores a representação, inclusive imagética, de práticas corporais adversas ao decoro cristão. Além disso, promoviam, com a agilidade e o dinamismo próprios dos periódicos impressos modernos, as novidades dos itinerários do *demi-monde* carioca. Daí o perigo atribuído à sua circulação por grupos civis de orientação cristã e de militância antipornográfica.

Nesse sentido, a pretensão declarada de seu corpo editorial pelo reconhecimento d’*O Rio Nu* como uma leitura de “bom gosto”³⁵⁵ — não pornográfica, mas maliciosa — revelou-se como uma estratégia de distinção, nem sempre bem-sucedida, para negociar a sua dimensão sexualmente incitadora. Durante as quase duas décadas em que circulou, diversas foram as táticas empregadas para viabilizar sua existência no cenário editorial carioca, como sua desfiliação do periodismo sério, o rechaço à associação com a pornografia, a defesa da liberdade de imprensa etc. Essas estratégias respondiam aos crescentes debates públicos sobre os limites morais do impresso, que fervilhavam com a integração do Rio de Janeiro aos circuitos globais de produção e circulação de artefatos considerados obscenos, como ilustrações, fotografias, cartões-postais e livros proibidos. Ou seja, de materiais vistos como aportes daquilo que se mostrava, mas deveria ser ocultado — do pornográfico, do “sexo fora de lugar”, “do proibido, do não dizível, do censurado: daquilo que não deve ser, mas é” (Moraes; Lapeiz, 1985, p. 8-9).

Protegida por pseudônimos, a maioria da “cambada imoral” d’*O Rio Nu*, responsável por visibilizar o acesso dos seus leitores ao indizível e ao proibido, manteve-se anônima. Isso, por sua vez, não os isentou de terem suas próprias projeções de masculinidade qualificadas nas páginas do bissemanário. Por essa razão, no segundo capítulo da tese, problematizou-se a versão de masculinidade boêmia e permeada de estratégias de malandragem, codificada como hegemônica pelo *O Rio Nu*, para o seu corpo editorial.

Representados como homens habilidosos com a pena, os fundadores do periódico e um de seus colaboradores, foram ficcionalizados como conquistadores um tanto adversos ao destino social do homem burguês em “O Novo Escândalo de Bock – O Buraco”, folhetim publicado entre 21 de outubro de 1899 e 12 de setembro de 1900. A mais extensa narrativa a ficcionalizar o jornalismo alegre e os bastidores d’*O Rio Nu*, o folhetim em questão constituiu a principal fonte analisada para apontar o padrão de atributos e práticas — incluindo artimanhas e “jeitinhos” — por meio do qual os articulistas da folha foram nela projetados/afirmados como másculos.

Como já estabelecido por trabalhos anteriores, o autor desse folhetim, José Ângelo Vieira de Brito, escritor alagoano negro, teve acesso aos círculos masculinos de letrados cariocas — ainda bastante restritos e racistas — por meio de suas contribuições aos circuitos culturais alegres (Peçanha, 2013; Schettini, 2020). Em sua representação folhetinesca dos bastidores de *O Rio Nu* — uma das ramificações desses circuitos —, o literato nordestino sugeriu que ali existia um pacto de camaradagem homossocial. Permeado por hierarquias e

³⁵⁵ *O Rio Nu*, ed. 89, 13/05/1899, p. 1.

assimetrias, esse pacto sustentava-se por meio de dramatizações de ambivalências em relação ao ideal de domesticidade burguesa e ao trabalho organizado, além da manutenção de padrões misóginos nas relações afetivo-sexuais com o “sexo frágil”.

Ao ficcionalizar esse espaço e a si mesmo, Brito desafiou a ausência do homem negro como objeto de desejo na literatura brasileira do início do século XX. Sua subversão da dinâmica de miscigenação predominante nos cânones literários da época — geralmente centrada no homem “branco”, sua esposa “branca” e a amante “negra” ou “mestiça” (Moutinho, 2003) — não o isentou, contudo, de reproduzir estereótipos racistas sobre a sexualidade de mulheres negras.

Recorrendo à fetiches moldados pela própria abjeção colonial de certos modos de existir, *O Buraco* constituiu um aporte valioso para a problematização da construção conflituosa de sujeitos de masculinidades subalternizadas, generificados homens, mas atravessados por marcadores sociais limitantes de sua plena inteligibilidade como “homens como outros homens” (Fanon, 2008). Black, persona ficcional de Brito, não era como seus “mestres”, porém, seu jogo de cintura perante o precário reconhecimento social relegado à sua masculinidade, demonstrou ser por si só uma estratégia de malandragem possível para viabilizar o seu fazer artístico, o acesso à círculos abastados e até mesmo o seu contato virilmente afirmador com várias beldades.

Também recorrendo a estratégias de malandragem, muitos cariocas foram representados nas páginas d'*O Rio Nu* lidando com as experiências de urbanidade, cada vez mais fragmentadas e hiperestimulantes, que tomavam a capital de assalto desde finais do XIX. Aqueles foram tempos em que o antigo e o moderno, o Império e a República, o novo e o tradicional coexistiam como camadas pouco sedimentadas, uma verdadeira amálgama de “ritmos temporais diversos” (Saliba, 2002, p. 68). Uma conjuntura particular que não se deveu apenas à enxurrada de novas tecnologias que chegavam do além-mar, mas também a projetos oficiais que almejavam transformar o Rio de Janeiro na “Primeira Cidade do Mundo”, mas que acabaram superpostos a outra cidade, ainda marcada por dinâmicas e contradições sociais herdadas do período colonial e escravocrata.

Em vista desse complexo processo histórico, o terceiro capítulo da presente tese foi dedicado a investigar os sentidos atribuídos n'*O Rio Nu* a esses tempos de profunda transformações. Se, por um lado, o moderno era associado ao progresso e ao desenvolvimento humano, por outro também carregava a ameaça do desconhecido e da possível deformação dos valores tradicionais, inclusive no que dizia respeito à moral e aos bons costumes. Embora *O Rio Nu* fosse frequentemente categorizado por seus opositores como um periódico depravado,

o duplo padrão de moralidade vigente permitiu que até mesmo os pornógrafos da sua redação oscilassem entre o entusiasmo pelo tensionamento moderno de certas convenções sociais e a preocupação de que a adoção irrestrita de “modernismos” de conduta pudesse ameaçar os seus projetos de domínio patriarcal.

Não por acaso, ambivalência foi a palavra-chave para traduzir os registros do bissemanário daquela experiência histórica. Em suas páginas, o fetiche e o deslumbramento com as maravilhas tecnológicas modernas dividiram espaço com o medo e até a aversão às mudanças que essas inovações impunham à experiência urbana carioca. O alvorecer hiperestimulante da modernidade no Rio de Janeiro impactou profundamente a vida mental e sensorial dos seus cidadãos — uma experiência subjetivamente tão chocante quanto o bonde elétrico que, em certa ocasião, foi representado pelo *O Rio Nu* partindo ao meio um dos seus mais célebres tipos populares, o Vagabundo.

O cenário das aventuras desse e de outros malandros d'*O Rio Nu* encontrava-se em radical transformação, intervencionado em dimensões sem precedentes, inclusive na materialidade dos seus traçados arquitetônicos. Eleito em 1902, Rodrigues Alves buscou fazer jus as suas promessas de campanha ao concentrar esforços e alocar recursos na revitalização portuária, remodelação urbana e saneamento da Capital Federal. A palavra de ordem era elevar o Rio de Janeiro ao mais acabado exemplo da “civilização nacional” (Carvalho, 1994, p. 36). Para isso, projetava-se como imperativo otimizar o acesso de técnicos, produtos e recursos estrangeiros ao país, bem como e lapidar elementos urbanos que destoassem dos moldes burgueses europeus de refinamento e conduta, tanto na arquitetura, quanto nos hábitos dos cidadãos (Pinheiro, 2011, p. 68).

Nesse processo, Alves nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos para liderar a frente municipal de “embelezamento” do centro do Rio de Janeiro e o médico bacteriologista Oswaldo Gonçalves Cruz para o combate à febre amarela, peste bubônica e varíola, doenças cujos surtos periódicos prejudicavam a imagem da cidade no cenário internacional. Prontamente, ambos os indicados se tornaram presenças recorrentes nas páginas d'*O Rio Nu*. No entanto, as frentes de modernização lideradas por cada um — e, consequentemente, suas próprias figuras — foram representadas de maneiras bastante distintas no bissemanário.

Durante os “bota-abaxos” promovidos por Passos, o humorístico frequentemente feminilizou a cidade do Rio de Janeiro, representando-a como “Sebastiana” — uma senhora cujas vias estavam sendo “arrombadas” pela “Dita-dura” do prefeito sexagenário. Embora essa metáfora projetasse um caráter forçoso às demolições realizadas para o alargamento das avenidas cariocas, com poucas exceções, os comentaristas d'*O Rio Nu* optaram por virilizar a

figura de Pereira Passos, sugerindo que, em nome do tão almejado progresso, a cidade deveria aceitar o “casamento” com seu autoritário prefeito engenheiro. Dessa forma, a apreciação pelas mudanças estéticas do seu novo traçado urbano, pelas modalidades de sociabilidade e refinamento inauguradas pelo “embelezamento europeizante” da Capital, pôde coexistir n’*O Rio Nu* com narrativas que erotizavam a transgressão das normas de compostura urbana que o centro renovado deveria, idealmente, promover.

Essa indulgência, contudo, não se estendeu às medidas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz e suas brigadas de saúde. Enquanto a “picareta” arrombadora de Pereira Passos foi objeto de elogios e virilizações, as “lancetas” de Cruz e de seus doutores eram representadas como ameaçadoras à integridade corporal dos cariocas.

O controle das emergências sanitárias no Rio de Janeiro era uma preocupação antiga da *intelligentsia* carioca. No entanto, o histórico de protocolos autoritários e frequentemente ineficazes da saúde pública no combate a surtos epidemiológicos, ao longo do século XIX, pouco contribuiu para dissipar as desconfianças e até os negacionismos presentes na imprensa da capital, com a virada para o novo século. *O Rio Nu* posicionou-se contra a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, embora não tenha apoiado a convulsão popular que se seguiu. Chegou, inclusive, a endossar a repressão governamental à Revolta da Vacina.

Outro aspecto importante, para compreender a ambivalência d’*O Rio Nu* em relação à medicina científica, diz respeito às tensões instauradas na ordem de gênero carioca pelas crescentes prerrogativas dos representantes desse saber sobre a intimidade familiar. Mesmo antes do acirramento dos debates moralistas sobre a vacinação obrigatória, o bissemanário já repercutia inquietações de cunho moral quanto à gradual penetração dos médicos nos lares cariocas, frequentemente representando suas práticas de cura de maneira erotizada. Essa abordagem revela a complexa relação entre essa classe profissional, esmagadoramente masculina — e cuja autoridade científica ainda não estava plenamente reconhecida —, a moralidade vigente e as expectativas patriarcais de domínio sobre os corpos femininos, que eram muito caras a diversos projetos de masculinidade da época.

De caráter flagrantemente masculinista, essas expectativas desdobravam-se em uma particular significação do acesso sexual aos corpos femininos e da própria concepção do ato sexual, em que a penetração era compreendida como a expressão máxima do domínio masculino sobre o corpo penetrado. Nesse sentido, as “lancetas” dos médicos foram representadas como ameaçadoras justamente por evocarem a penetração sexual, sugerindo uma possível transgressão da exclusividade virilmente afirmadora desse exercício de domínio reservado ao homem da casa.

O patriarcalismo colonial exerceu — e ainda exerce — um impacto profundo na construção dos modelos de masculinidade brasileiros, estruturando muitos deles em torno de um regime erótico baseado na oposição hierárquica entre polos de atividade sexual (masculina) e passividade sexual (feminina). Não por acaso, os papéis sexuais de penetrador e penetrado foram historicamente associados a performances de dominação e submissão. Ponderando essa configuração de sentidos, o quarto e último capítulo da tese analisou as representações do desejo sexual masculino, dos cerceamentos impostos a essa pulsão pelos arranjos normativos da ordem de gênero da época e os subterfúgios que, dentro dessa mesma ordem, possibilitaram algumas formas de dissidência sexual.

O pênis, uma vez associado à penetração e ao papel ativo, foi tratado no *O Rio Nu* como um símbolo de poder e virilidade. No entanto, de maneira geral, permaneceu representado interdito ao desejo erótico masculino, reforçando a percepção de que a impenetrabilidade era um elemento central para muitos projetos de masculinidade da época. Isso, contudo, não significou que o bissemanário tenha se furtado de tematizar o homoerotismo.

Pelo contrário, ainda que frequentemente recorrendo à enviesamentos que construíam abjeção quanto à dissidência sexual masculina, algumas narrativas d’*O Rio Nu* também evidenciaram possíveis estratégias dos sujeitos para contornar o tabu do contato sexual entre homens. Esse fenômeno pôde ser observado, por exemplo, em certas narrativas dedicadas às atividades dos “frescos” e “meninos bonitos” da noite carioca, figuras infantilizadas, feminilizadas, tratadas como “menos homens” e, precisamente por isso, reconhecidas por alguns colaboradores como passíveis de despertar o desejo carnal de outros homens.

Em outras palavras, em um contexto histórico anterior à consolidação da atual taxonomia de orientações sexuais, o alinhamento ao papel ativo no sexo e a desqualificação/feminilização do polo passivo, tornaram-se subterfúgios possíveis para justificar a vivência de experiências homoeróticas. De fato, tamanha era a virilização atribuída às práticas sexuais penetrativas, que alguns colaboradores d’*O Rio Nu*, movidos pelo próprio desejo de sodomizar corpos femininos, chegaram até a expressar certo nível de identificação com a figura de “Gouveia”. Este que se torna um personagem recorrentemente evocado em narrativas homoeróticas, mas virilizado por seu papel ativo, penetrador dos “blocos alheios”.

Os sentidos virilizantes associados à performance masculina da penetração sexual, também permearam o enredo de “A Vingança de um Sapateiro”, primeiro folhetim publicado em *O Rio Nu*, de autoria do supracitado José Ângelo Vieira de Brito. A trama foi protagonizada por João da Cunha, um sapateiro acometido por problemas de disfunção sexual, sua fogosa esposa Rosinha e seu “bem-dotado” rival Manezinho. A representação desse triângulo amoroso

explicitou como diversas prerrogativas atreladas ao ideal de domínio masculino — amplamente difundidas e erotizadas na época — não apenas alimentavam rivalidades e antagonismos homosociais, mas também agravavam dinâmicas de disfuncionalidade afetiva nos relacionamentos entre homens e mulheres. Em outras palavras, *Vingança* expôs como os próprios homens podiam se tornar reféns das expectativas normativas que condicionavam a percepção pública de suas masculinidades.

Diante de tudo o que até aqui foi exposto, evidencia-se que, mais do que apenas disseminar um único padrão de masculino civilizado para formatar seus leitores a um projeto de conduta e autocontrole aburguesado, *O Rio Nu* também recorreu às fantasias e desejos deflagrados nas sombras desses projetos de normatização de conduta.

O bissemanário malcriado representou diversos tipos cariocas — malandros, chefes de família, padres, frescos, Gouveias, mulheres casadas, viúvas alegres etc. —, articulando juízos a seu respeito, sobre os seus usos da cidade e de seus corpos. Ao fazê-lo, o corpo editorial d'*O Rio Nu* não se furtou a também apelar aos fetiches de seus leitores oriundos das abjetificações correntes de muitos desses modos de estar no mundo, ou mesmo de explorar o apelo proibido de dinâmicas relacionais disruptivas ao ideal higienista e familiar de domesticidade burguesa.

Em suma, longe de eximir seu conteúdo da interlocução com discursos cientificistas, misóginos, classistas e racistas, o que se propôs nesse trabalho é que a mediação erotizada que *O Rio Nu* fez do cotidiano carioca e de seus cidadãos tampouco foi imune às ambivalências e subversões narrativas que, por vezes, revelavam as próprias limitações das retóricas da degeneração e do progresso.

Por fim, reafirmando o objetivo também político de contribuir para o campo da historiografia das masculinidades, este trabalho buscou visibilizar a maneira pela qual uma plethora de diferentes projetos de masculinidades foi elaborada e vivida no Rio de Janeiro do início do século XX. Ao desafiar a armadilha da nostalgia reacionária este estudo propôs, em última instância, que as experiências de masculinidade sempre foram multifacetadas, permeadas por tensões, contradições internas e, portanto, sujeitas a crises e transformações.

Com a compreensão de que os projetos de masculinidade sempre podem ser transformados, encerro esta tese deixando um convite, em especial, para os homens que a leem: que se permitam encarar suas próprias contradições internas e, sobretudo, entender em que medida as suas recalcitrâncias os convocam à transformação de si e do social.

7 REFERÊNCIAS

Fontes

- O Rio Nu

“SEMANA DESPIDA” O Rio Nu, 21/05/1898, ed.2, p.1

“AGENTES DO RIO NU” O Rio Nu, 26/10/1898, ed. 33

“PORTARIA” O Rio Nu, 20/10/1898, ed. 33, p. 4

“COMO SE FEZ O RIO NU” O Rio Nu, 12/5/1899, ed. 89, p.2

“EXPEDIENTE” O Rio Nu, 2/08/1898, ed. 112, p. 1

“CAPA CABEÇALHO” O Rio Nu, 2/8/1898, ed. 112.

“RECLAME: LEITURA QUENTE E ESCANDALOSA” O Rio Nu, 26/09/1899, ed. 119, p. 4

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 21/10/1899, ed. 135, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 25/10/1899, ed. 136, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 28/10/1899, Ed. 137, p.3

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 01/11/1899, ed. 138, p.1

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 04/09/1899, ed.139, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, ed.142, 14/11/1899, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 23/11/1899, ed.145 p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 29/11/1899, ed. 146, p.2

“SEÇÃO CAIXERAL” O Rio Nu, 10/01/1900, ed. 158, p. 1

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 10/01/1900, ed. 158, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 17/01/1900, ed. 160, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 07/02/1900, ed.166, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 14/02/1900, ed.168, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 24/02/1900, ed.171, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 07/03/1900, ed.174, p.2

“COMO SE FEZ O RIO NÚ” O Rio Nu, 12/05/1900, ed.193, p. 2.

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 16/05/1900, ed.194, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 19/05/1900, ed. 195, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 23/05/1900, ed.196, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 30/05/1900, ed.198, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 02/06/1900, ed.199, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 09/06/1900, ed.201, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 13/06/1900, ed.202, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 20/06/1900, ed.204, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 23/06/1900, ed.205, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 27/06/1900, ed.206, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 04/07/1900, ed. 208, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 07/07/1900, ed.209, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 14/07/1900, ed.211, p. 2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 18/07/1900, ed.212, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 18/07/1900, ed.213, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 02/08/1900, ed.216, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 11/08/1900, ed. 219, p.

“EXPEDIENTE” O Rio Nu, 15/8/1900, ed. 220, p. 1.

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 18/08/1900, ed. 221, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 22/08/1900, ed.222, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 24/08/1900, ed. 223, p. 2

“DE CARA NOVA” O Rio Nu, 01/09/1909, ed. 225, p.2

“O BURACO: O NOVO ESCÂNDALO DE BOCK” O Rio Nu, 08/09/1900, ed. 227, p.2

“MOTE À CONCURSO” O Rio Nu, 06/10/1900, ed.235, p.5

“PEGA” O Rio Nu, 18/03/1903, ed. 490, p. 6

“FÓRA E DENTRO” O Rio Nu, 01/04/1903, ed. 494, p. 2

“COISAS SANTAS (DA SANTA TERRA)” O Rio Nu, ed. 518, 24/06/1903, p. 2.

“A VIDA NO RIO” O Rio Nu, ed.519, 17/06/1903, p. 2

“AOS NOSSOS LEITORES E COLLABORADORES” O Rio Nu, 18/07/1903, ed. 525, p. 2

“MALHADAS” RIO NU, 21/10/1903, ed. 552, p. 2

“DESEJO NATURAL” O Rio Nu, 31/10/1903, ed. 555, p. 5.

“DEMETRIO ALVARES” O Rio Nu,21/05/1904, ed. 613, p. 2

“DEFINIÇÃO” O Rio Nu, 20/07/1904, ed. p. 1.

“COISAS!...” O Rio Nu, 28/09/1904, ed. 650, p. 4.

“AS RELIGIÕES NO RIO” O Rio Nu, 21/12/1904, ed. 674, p. 3.

“ALFREDO CALAINHO” O Rio Nu, 14/01/1905, ed. 681, p. 3

“HISTÓRIA GERAL DO Rio Nu” O Rio Nu, 13/05/1905, ed. 715, p.2

“O VAGABUNDO” O Rio Nu, 04/03/1904, ed. 1317, p. 4

“MOTE A CONCURSO” O Rio Nu, 28/03/1906, ed. 806, p. 3

“O NOSSO ANIVERSÁRIO” O Rio Nu, 12/05/1906, ed. 819, p.2

“CAIXINHA DE ESTALOS” O Rio Nu, 30/10/1907, ed. 972, p. 5

“EFEITOS DA LEITURA” O Rio Nu, 28/12/1907, ed. 989, p. 4.

“SEM DÚVIDA” O Rio Nu, 03/10/1908, ed. 1068. p. 1.

“ARTHUR AZEVEDO” O Rio Nu, 28/10/1908, ed. 1075, p. 2).

“ATRATIVA” O Rio Nu, 30/01/1909, ed. 1102, p. 1

“POR DE TRAZ” O Rio Nu, 10/03/1909, ed. 1112, p. 1

“O EFEITOO DA LEITURA” O Rio Nu, 28/08/1909, ed. 1161, p. 3

“A SÉRIO” O Rio Nu, 19/02/1910, ed. 1210, p. 2

“BELO ENCONTRO” O Rio Nu, 30/03/1910, ed. 1221, p. 1

“COMUNICADO” O Rio Nu, 30/03/1910, ed. 1221, p. 3

“O “RIO NU” E O CORREIO GERAL” O Rio Nu, 30/03/1910, ed. 1221, p. 2

“PROFISSÃO DE FÉ. A NOSSA ADESÃO. UMA CIRCULAR ENQUANTO O PAU VAI E VEM” O Rio Nu, 02/04/1910, ed. 1222, p. 2.

“EDIÇÃO DE HOJE, 50.000 EXEMPLARES” O Rio Nu, 07/09/1910, ed.1267, p. 2

“PERSEGUIÇÃO AO NÚ” O Rio Nu, 15/10/1910, ed.1278, p. 8.

“ALBUM DE VISTAS” O Rio Nu, 02/09/1911, ed. 1360, p. 3.

“CAIXINHA DE ESTALOS” O Rio Nu, 13/06/1914, ed. 1599, p. 7

“LUIZ MONTEIRO” O Rio Nu, 10/10/1914, ed. 1616, p. 2

“ENTRANDO NOS 18” O Rio Nu, 10/05/1915, ed. 1647, p. 1

“GALERIA ARTÍSTICA” O Rio Nu, 15/5/1912, ed. 1647, p.7.

“RUA DO OUVIDOR” O Rio Nu, 25/02/1911, ed. 1316, p.3

“OPINIÕES” O Rio Nu, 28/04/1900, ed. 189, p.2.

“FAMÍLIA MODERNA” O Rio Nu, 07/10/1916, ed. 1720, p.6.

“EFEITOS DO PROGRESSO” O Rio Nu, 01/08/1908, ed. 998, p.6.

“SEMANA DESPIDA” O Rio Nu, 02/05/1903, ed. 503, p.2.

“A VIDA NO RIO” O Rio Nu, 02/05/1903, ed. 503, p.2.

“REVISTA CARIOCA” O Rio Nu, 27/06/1903, ed. 519, p.7.

“TEATRO DO Rio Nu” O Rio Nu, 02/09/1903, ed. 538, p.5.

“CASOS E COISAS” O Rio Nu, 27/06/1903, ed.519, p.2.

“PELA POLÍTICA” O Rio Nu, 17/01/1900, ed.160, p.1.

“LOROTA” O Rio Nu, 10/02/1900, ed.167, p.1.

“SEMANA DESPIDA” O Rio Nu, 02/06/1900, ed.199, p.1.

“A PESTE” O Rio Nu, 02/06/1900, ed.199, p.1.

“A PESTE” O Rio Nu, 01/08/1900, ed.216, p.1.

- “OS ÓCULOS” O Rio Nu, 28/12/1898, ed.51, p.1.
- “CRÔNICA POLÍTICA” O Rio Nu, 30/06/1904, ed. 633, p.4.
- “A VIDA NO RIO” O Rio Nu, 04/04/1903, ed. 495, p. 2.
- “A VIDA NO RIO” O Rio Nu, 11/04/1903, ed. 497, p. 2.
- “SOB OS CIPRESTES” O Rio Nu, 24/10/1903, ed. 553, p. 3.
- “ENTREVISTA COM DR. OS VALDO +” O Rio Nu, 24/08/1904, ed. 640, p. 2.
- “SEMANA DESPIDA” O Rio Nu, 28/09/1904, ed.650, p.2.
- “SEMANA DESPIDA” O Rio Nu, 23/11/1904, ed.666, p.2.
- “NOTAS DE UM BOÊMIO” O Rio Nu, 19/10/1904, ed.656, p.3.
- “O HÁBITO” O Rio Nu, 28/11/1900, ed. 250, p.6.
- “O VAGABUNDO” O Rio Nu, 27/01/1906, ed.789, p.3.
- “MAU DORMIR” O Rio Nu, 30/09/1903, ed. 546, p.2.
- “O RIO À NOITE” O Rio Nu, 19/12/1900, ed.259, p.4.
- “FAZ... QUASE TUDO” O Rio Nu, 28/03/1914, ed.1588, p.3.
- “TELEGRAMAS” O Rio Nu, 02/11/1907, ed. 973, p.2.
- “À MARGEM” O Rio Nu, 30/09/1916, ed. 1719, p.1.
- “O GOUVEIA” O Rio Nu, 11/06/1906, ed. 836, p.2.
- “CONCURSO DE RESPOSTAS” O Rio Nu, 28/07/1906, ed.841, p.3.
- “SEMANATOGRÁFO” O Rio Nu, 27/05/1911, ed. 1341, p.2.
- “TEATRO DO Rio Nu” O Rio Nu, 08/09/2019, ed.840, p. 2.
- “CAIXINHA DE ESTALOS” O Rio Nu, 27/03/1915, ed. 1640, p.6.
- “CONCURSO DE RESPOSTAS” O Rio Nu, 02/05/1900, ed. 191, p.3.
- “O SANTO ONOFRE” O Rio Nu, 06/02/1915, ed.1633, p.2.
- “MOLÉSTIA DESEJÁVEL” O Rio Nu, 04/03/1905, ed. 695, p.2.
- “TEATRO DO Rio Nu” O Rio Nu, 31/10/1903, ed. 555, p.6.

- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 01/03/1899, ed.68, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 06/03/1899, ed.69, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 08/03/1899, ed.70, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 13/03/1899, ed.71, p. 3
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 15/03/1899, ed.72, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 22/03/1899, ed.74, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 25/03/1899, ed.75, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 15/04/1899, ed.81, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 29/04/1899, ed.85, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 03/05/1899, ed.86, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 06/05/1899, ed.87, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 10/05/1899, ed.88, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 13/05/1899, ed.89, p. 3. O Rio Nu, 17/05/1899, ed.90, p. 3.
- “TEATRO DO RIO NU” O Rio Nu, 17/05/1899, ed.90, p. 3.
- “TEATRO DO Rio Nu” O Rio Nu, 30/12/1905, ed. 781, p.6.
- “DEFINIÇÕES CONTEMPORÂNEAS” O Rio Nu, 28/04/1906, ed. 814, p. 4-5.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 20/05/1899, ed. 91, p. 3.
- “A VINGANÇA DE UM SAPATEIRO” O Rio Nu, 27/05/1899, ed.93, p. 3.
- Outros periódicos
- “HOJE” Correio da Manhã, 23/03/1910, ed. 3171, p. 1
- “AO CORRER DA PENA” Correio Mercantil, 01/10/1854, ed. 270, p. 2
- “RABISCOS” Gazeta de Notícias, 22/07/1904, ed. 204, p. 3
- “CONTRA A PORNOGRAFIA” Gazeta de Notícias, 07/02/1910, ed. 38, ano XXXVI, p. 4
- “AQUI...” Gazeta de Notícias, 31/03/1910, ed. 90, p. 3

“O CORREIO E AS PUBLICAÇÕES IMORAIS” O Jornal do Comércio, 04/04/1910, ed. 94, p. 3

“Dr. IGNÁCIO COSTA” O Jornal do Comércio, 26/04/1910, ed. 118, p. 3

“CÍRCULO CATÓLICO” O Século, 07/11/1906, ed. 69, p. 2

“CENSURA POSTAL” O Século, 22/03/1910, ed. 1098 p. 1

“A CENSURA POSTAL” O Século, 24/03/1910, ed. 1100, p. 1

“O ‘RIO NU’ E O SR. TOSTA” O Século, 06/08/1910, ed. 1215, p. 2

“ESCABROSO” O Malho, 28/03/1903, ed. 28, p.16

“SALADA DA SEMANA” O Malho, 09/04/1910, ed. 395, p. 36

“SEGUNDO CONGRESSO CATÓLICO: A SEÇÃO DE ONTEM” O Paíz, 21/07/1908, ed. 8702, p. 4

TRÊS TIRAS” O Paíz, 09/04/1910, ed. 9317, p. 2

“QUEIXAS” O Paíz, 24/05/1910, ed. 9362, p. 5

“AS PUBLICAÇÕES OBSCENAS” O Paíz, 23/06/1910, ed. 9392, p. 5.

“TORRE DE BABEL” O Apóstolo, ed.1, 07/01/1866, p.1-2, ano I.

“PEREIRA PASSOS” O Paíz, ed. 6657, 30/12/1902, p.1, ano XIX.

“BATALHA DAS FLORES” Gazeta de Notícias, 12/02/1893, ed. 42, p.1

“BATALHA DAS FLORES” O Correio da Manhã, 10/06/1903, ed. 725, p.1.

“HOMÍCIDIO HIGIÊNICO” O Correio da Manhã, 17/07/1904, ed. 1130, p. 1.

“PROEZAS DA HIGIENE – DUAS MORTES”, Correio da Manhã, 26/07/1904, ed. 1139, p. 3.

“REVOLTANTE!” O Paíz, 18/06/1906, ed.7928, p.2.

Bibliografia

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, M.; GALVES, C. A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”. In: ABREU, M.; GALVES, C. **Remate de Males**, v.1, n. 21, p. 109-125, 2007.

ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 161-177, 2004.

AGASSIZ, J. L. R.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMEIDA, J. R. P. **Homossexualismo**: A libertinagem no Rio de Janeiro: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ARCAND, B. **El jaguar y el oso hormiguero**: Antropologia de la pornografia. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

ALMEIDA, M. V. **Senhores de si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ARAUJO, P. V. L. Outros Tempos, Outros Carnavais: Brincadeiras De Entrudo E De Carnaval No Brasil (Século XIX). In: **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 10–37, 2020. DOI: 10.22228/rtf.v13i1.994. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/994>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ARAUJO, V. S. De grande aldeia à metrópole: reforma urbana, fotografia e discurso do progresso em Buenos Aires (1880-1885). In: **Revista Maracanan**, [S. l.], v. 12, n. 14, p. 175–189, 2016. DOI: 10.12957/revmar.2016.20868. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/20868>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ASSIS, M. **Obras completas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1959.

ASSIS, M. **Crônicas escolhidas de Machado de Assis** – Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994.

AZEVEDO, A. N. Um esboço biográfico de Francisco Pereira Passos. O Progresso sob a Égide da Civilização. **Intellèctus**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27657>. Acesso em: 17 ago. 2024.

AZEVEDO, A. N. A Reforma Pereira Passos: Uma Tentativa De Integração Conservadora. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 151–183, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12480>. Acesso em: 2 ago. 2023.

AZEVEDO, A. N. A cura pela técnica: o Clube de Engenharia e a questão urbana na cidade do Rio de Janeiro na virada do Século XIX ao XX. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20746>. Acesso em: 21 jun. 2024.

AZEVEDO, A. N. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro** – a arte de ser mais igual que os outros. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, O. **Bambambã!** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

BARRETO, L. **Diário íntimo** – memórias. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, L. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 10 ed. São Paulo, Editora Ática, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2000.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção tópicos).

BINZER, I. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BLANK, H. **Straight: The Surprisingly Short History of Heterosexuality**. Boston: Bacon Press, 2012.

BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (org.). **Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRANDÃO, S. S. **Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920)**. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

BRASIL. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Diretor Geral de Saúde Pública** – Atividades desenvolvidas pela Diretoria Geral de Saúde Pública no ano de 1904, referindo ao serviço de profilaxia de febre amarela. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BURY, J. B. **The Idea of Progress**. 2 ed. New York: Dover Publications, Inc., 1932.

BUTLER, J. **Corpos que Importam: Os limites normativos do sexo**. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

CANDIDO, A. Dialética da Malandragem - caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº 8, p. 67-89, 1970. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/69638>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOSO, E. N. “**E como não ser pornográfico?**”: Usos, sentidos e diálogos transnacionais em torno da pornografia no Brasil (1880-1924). 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CARDOSO, R. **Modernidade em Preto e Branco**: Arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARMO, P. S. **Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil**. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARRARA, S. **Tributo a vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do Século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARRETA, J. A. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, jul.-set. 2011, p. 677-70. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zvhd5ZJzy5KzdRN7qRspVzx/?format=pdf>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados**: O Rio De Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, L. A. **Contribuições ao estudo das habitações populares**: Rio de Janeiro: 1866-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

CARVALHO, M. A. R. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

CARVALHO, M. V. **Leituras do Prazer**: a criação pornô-erótica na alvorada da modernidade carioca. 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

CASTRO, C.; GAGLIARDI, J. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). **Militares e Política**, n.º 5, p. 47-64, jul.-dez. 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Tomo 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, R. **História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita** [recurso eletrônico]. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CHARTIER, R. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Revista Fronteiras, Dourados**, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CIARALLO, G. O matrimônio entre os poderes temporal e espiritual: o casamento civil e o processo de secularização da esfera jurídica no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 39, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5845>. Acesso em: 21 mai. 2024.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**. New York: Routledge, 2011.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 301–323, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VBKHCW36VZhsMjVx9pjZF9r/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CONNELL, R. Políticas de masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p.185-206, jul/dez. 1996.

CONNELL, R. **Masculinities**. Berkley: University of California Press, 2005.

CONNELL, R. **Gender in World Perspective**. Cambridge: Polity Press, 2009.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241–282, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt#>. Acesso em: 1 ago. 2023.

COONTZ, S. **The Way We Never Were**: American Families and the Nostalgia Trap. New York: Basic Books, 2000.

CRAWFORD, M.; POPP, Danielle. Sexual double standards: a review and methodological critique of two decades of research. **The Journal of Sex Research**, v. 40, p. 13-26, fev. 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12806528/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CUNHA, F. L. Carnaval X Entrudo: formas de regar o carnaval no Rio de Janeiro em fins do Século XIX e início do Século XX. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 24, n. 2, p. 01-17, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/19ff5524-43fe-4cd5-a238-c40d7605e594>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D'ANGELO, M. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 237–250, jan. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GM43rnT5rB8kvNJj8W7Bctc/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DARNTON, R. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEALTRY, G. F. **No fio da Navalha**: Malandragem na literatura e no samba. 2 ed. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2022.

EDLÉR, F. C. **Ensino e profissão médica na corte de Pedro II**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014.

EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Sendo Federal, Conselho Editorial, 2003.

EL FAR, A. **Páginas de Sensações**: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGEL, M. G. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGEL, M. G. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do Século XIX. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (orgs). **Impressos no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ERIBON, D. **Insult and the making of the gay self**. Tradução: Michael Lucey. London: Duke University Press, 2004.

ESTEVES, M. A. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

EXPILLY, C. **Mulheres e Costumes do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. M. Prefácio. In: FAUSTINO, D. M. (org). **Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 5-15.

FAUSTO, J. O. **Acerca da Menstruação, Seguida de Regras Higiênicas Relativas às Mulheres Menstruadas**. 1846. Tese - Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1846.

FEIJÓ, L.; WAGNER, M. **Rio - Cultura da noite**: uma história da noite carioca. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

FEIJÃO, R. **Moda e Modernidade na Belle Époque carioca**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

FERREIRA, D. W. Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa. **Revista (In)visível**, ed. 0, p. 47-56, set. 2011.

FERREIRA, L. G. Presença das mulheres em Canudos. In: FERNANDES, R. **O Clarim e a Oração**: Cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 367-377.

FIGARI, C. **@s Outr@s Cariocas**: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro Séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua, Volume I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1899-a.

FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua, Volume II. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1899-b.

FINDLEN, P. Humanismo, Política e Pornografia no Renascimento Italiano. In: HUNT, L. (org). **A invenção da pornografia**: Obscenidade e as Origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999. p. 49-114.

FLOOD, M. Men, sex, and homosociality: How bonds between men shape their sexual relations with women. **Men and Masculinities**, v. 10, p. 339-359, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1097184X06287761>. Acesso em: 14 out. 2024.

FLORES, I. L. F. A. As onanistas da belle époque carioca nas páginas d'o Rio-Nú. In: XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – “O Futuro do Futuro do Ensino de História”, II Encontro do ProfHistória – UEM e XXIV Semana de História – DHI/UEM, Maringá. **Anais eletrônicos**, 2021, p. 1-14. Disponível em: <https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=584&impressao&printOnLoad#I>. Acesso em 30 abr.2023.

FLORES, I. L. F. A. “Que Coisa Foi Essa Leitora Minha?”- Representações da Leitura Feminina de pornografia nas páginas d'O Rio Nu. In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**, 2022, p.1-15. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1661262710_ARQUIVO_4448356194b6bf6f6e875fd42a99c59b.pdf. Acesso em 30 abr.2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I - Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, A. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. FERREIRA, M. M. (coord.). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 20-50.

FRAGA, C. **Vida e Obra de Oswaldo Cruz**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 238 p. ISBN: 978-65-5708-099-3. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080993>. Acesso 04 jun. 2024.

FRIEDMAN, D. **Uma Mente Própria**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é a Homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FURTADO, J. L. O engenheiro e o político: as relações entre o discurso político e o discurso científico na trajetória de Francisco Pereira Passos. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 146–153, 2006. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/602>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GIACOMINI, S. M. Beleza Mulata e Beleza Negra. **Revista Estudos Feministas**, nº especial: Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105>. Acesso em 13 jul. 2023.

GOELLER, S. V. **Bela, Maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista de Educação Physica. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GÓIS, M. P. F. “Na Calada da Noite”: Modernidade e Conservadorismo na Vida Noturna Carioca (1760-1950). **Espaço Aberto**, Angra dos Reis, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2015.

GOMES, D. G. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). **Revista de História da UEG**, v. 1, n. 2, p. 11–22, 2013. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1302. Acesso em: 22 mai. 2024.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONZÁLEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. *E-book*.

GOULEMOT, J.-M. **Esses livros que se leem com uma só mão**: Leitura e leitores de livros pornográficos no Século XVIII. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GREEN, J. N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREGORI, M. F. **Prazeres Perigosos**: Erotismo, Gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HAMMARÉN, N.; JOHANSSON, T. Homosexuality: In Between Power and Intimacy. **Sage Journals**, Gothenburg, v.4. n.1., January 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244013518057>. Acesso em: 05 set. 2023.

HEILBORN, M. L. **Sexualidade**: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

HEILBORN, M. L. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HOOKS, B. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. Tradução: Vinícius da Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

HUNT, L. Obscenidade e as Origens da Modernidade. In: HUNT, L. (org). **A invenção da pornografia**: Obscenidade e as Origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999. p. 9-48.

IPEA. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA, 2016.

JOFFILY, B. **Brasil 500 anos - Atlas História do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, n. 3, p. 217-220, jul. 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JzrMDrhkDVvPnrW7CVWRzrB/#>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KATZ, J. N. **A Invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KENDRICK, W. **The Secret Museum**: Pornography in Modern Culture. Berkeley: University of California Press, 1996.

KOSNIK, A. **A sexualidade humana**. Novos rumos do pensamento católico americano. Petrópolis: Vozes, 1982.

KOVÁTZ, E.; POIM, M. **Gender as symbolic glue**: The Position and role of conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilizations in Europe. Brussels: FEPS - Foundation for European Progressive Studies, 2015.

KOWNER, R. **Historical dictionary of the Russo-Japanese War**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2017.

KRISTEVA, J. **Powers of Horror**: An Essay on Abjection. New York: Columbia University Press, 1982.

LEITE JÚNIOR, J. **Das maravilhas e prodígios sexuais**: a pornografia “bizarra” como entretenimento. São Paulo: Annablume, 2006.

LECZNEISKI, L. Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcos de masculinidade entre os guris de rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 95-111, 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/HorizontesAntropologico/article/viewFile/2585/1886>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÔBO, J. **“Defeito de fabricação”**: maternidades negras em Ilhéus/BA. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LOTIERZO, T. **Contornos do (in)visível**: A Redanção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOTIERZO, T.; SCHWARCZ, L. “Raça, gênero e projeto branqueador: ‘a redenção de Cam’, de modesto brocos”. **Artelogie** v. 5, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/artelogie/5242>. Acesso em: 10 out. 2023.

LUCKMAN, T.; BERGER, P. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUGONES, M. “Heterosexualism and the colonial/modern gender system”. **Hypatia**, v.1, n. 22, p. 186-209, 2007.

LUZ, S.; VERGARA, M. Do Congresso de Washington à adoção da Hora Legal Brasileira. **Terra Brasilis**, v. 6, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1617>. Acesso em: 15 set. 2021.

MACEDO, J. M. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO, R. **Danação da Norma**: Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACKINNON, C. Sexualidad. Título original: “Sexuality”. In: MACKINNON, C. **Toward a Feminist Theory of the State**. Traduzido para o espanhol pela Universidade do Chile. [S. l.]: Harvard University Press, 1987. p. 127-154. Disponível em: <https://crabgrass.riseup.net/assets/110700/mackinnon-sexualidad2.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MALANDRO. In: **Dicionário Michaelis online**. São Paulo: Autêntica, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/NyvGV/malandro/>. Acesso em: 2 out. 2023.

MALUCO, C. **O Menino do Gouveia**. São Paulo: CDB, 2021.

MANOEL, I. A. **O Pêndulo da História**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1889). São Paulo: Unesp, 1992.

MARTIN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. *E-book*.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**: clero, comunhão e confissão em uma paróquia rural. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, W. S. N. **Paschoal Segreto**: "Ministro das diversões" do Rio de Janeiro (1883 - 1920). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES, T. C. N. **A Cerveja e a Cidade do Rio de Janeiro**: de 1888 ao Início dos Anos 1930. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

MARZANO, A. A magia dos Palcos: O teatro no Rio de Janeiro do Século XIX. *In*:

MARZANO, A.; MELO, V. A. (orgs). **Vida divertida**: Histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. pp. 97-152.

MARZANO, A. MELO, V. A. Apresentação. *In*: MARZANO, A.; MELO, V. A. (orgs). **Vida divertida**: Histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 9-17.

MELO, V. A. “Temos apaixonados para o mar e para a terra”: representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-1855). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 4, p. 553-566, dez. 2013.

MELO, V. A. Educação do corpo: bailes no Rio de Janeiro do Século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 3, p. 751-766, jul./set. 2014.

MELO, V. A. Enfrentando os desafios do mar: a natação no Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista de História da Universidade de São Paulo**, n. 172, p. 299-334, jan./jun. 2015a.

MELO, V. A. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1866. **Movimento**, v. 21, n. 2, p. 363-376, abr./jun. 2015b.

MELO, V. A. Mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão: o jogo da bola no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). **História (São Paulo)**, v. 35, n. 105, p. 1-23, 2016.

MELO, V. A. Uma diversão civilizada: a patinação no Rio de Janeiro do Século XIX (1872-1892). **Locus**, v. 23, n. 1, p. 81-100, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/6xsyZYxn9dQpkCkcMCCqMWP/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MELO, V. A.; KARLS, T. S. Novas Dinâmicas De Lazer: As Fábricas De Cerveja No Rio De Janeiro DO Século XIX (1856-1884). **Movimento**, v. 24, n. 1, p. 147–160, jan. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/69803>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MENDES, L. The Bachelor's Library: Pornographic Books on the Brazil - Europe Circuit in the Late Nineteenth Century. *In*: ABREU, M. (Org.) **The Transatlantic Circulation of Novels Between Europe and Brazil, 1789-1914**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 79-100.

MISKOLCI, R. **O desejo da nação**. São Paulo: Annablume Editora, 2012.

MITCHELL, W. J. T. **Teoría de La Imagen**: Ensayos sobre representación verbal y visual. Tradução: Yaiza Hernández Velázquez. Madrid: Akal, 2009.

MONCORVO, L. M. A. **Algumas considerações médico-legais sobre o casamento e seus casos de nulidade**. 1848. Tese - Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro. 1848.

MONTENEGRO, A. T. **História das questões de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, M. Verbete Pereira Passos. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Atlas Histórico Brasileiro**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20realizou%20ainda%20obras,de%20Janeiro%20para%20a%20Europa.&text=FONTES:%20ABREU%2C%20M.,Bota%2Dabaixo>. Acesso em: 04 set. 2024.

MORAES, E. R.; LAPEIZ, S. **O que é pornografia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOUTINHO, L. **Razão, “cor” e desejo**: Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “interraciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp, 2004.

MUAZE, M. Da ama de Leite à Mãe Preta: arte, literatura, História e Memória. In: BATALHA, M.; ROCHA, V. (orgs.) **Literatura, História e Pós-colonialidade: Vozes em Diálogo**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. p. 83-115.

NASCIMENTO, D. R.; SILVA, M. A. D. A peste bubônica no Rio de Janeiro e as estratégias públicas no seu combate (1900-1906). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25343>. Acesso em: 20 mai. 2024.

NETO, A. F. P. **Ser médico no Brasil**: O presente e o Passado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

NEEDEL, J. The Revolt Against “Modernization” in Belle-Époque Rio de Janeiro. **Hispanic American Historical Review**, v.67 n. 2, 1987, p. 233–269. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/67/2/233/147837/The-Revolta-Contra-Vacina-of-1904-The-Revolt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

NUNES, M. G. **A outra**: estudos sobre a mulher. Rio de Janeiro: Record, 1991.

PANDOLFI, D. **Repensando a República**: democracia, cidadania e movimentos sociais no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

PEÇANHA, N. B. **“Regras de civilidade”**: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, C. S. **Um gênero alegre**: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PEREIRA, L. A. M. **O carnaval das Letras**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994.

PINHO, O. Qual é a identidade do homem negro? **Revista Democracia Viva**, n. 22, p. 64-69, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro. Acesso em: 20 out. 2022.

PINHO, O. O sacrifício de Orfeu: masculinidade negras no contexto da antinegritude em Salvador. In: JUNIOR, P. M.; CAETANO, M. (org.) **De Guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 146-169.

PORNOGRAFIA. In: **Dicionário Michaelis online**. São Paulo: Autêntica, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/Akp0m/pornografia/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PRECIADO, P. B. Museu, lixo urbano e pornografia. **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Salvador, n. 8, v. 1, nov. 2017-abr. 2018, p. 20-31.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacoponográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRETI, D. **A Linguagem Proibida**: Um Estudo Sobre a Linguagem Erótica. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1984.

PRIORE, M. D. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia De Gênero: Uma Falácia Construída Sobre Os Planos De Educação Brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 09–26, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/abstract/?lang=pt> Acesso em: 1 ago. 2023.

REIS, L. O corpo masculino como capital erótico: a valorização da virilidade e da estética entre homens em contextos homoafetivos. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 16, p. 73-94, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/134>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RESTIER, H. O duelo do viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: **Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 21-52.

REVENIN, R. Homossexualidade e virilidade. In: CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da Virilidade: O triunfo da virilidade – O Século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 462-502.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROMERO, H. **O Brasil de ontem e hoje: visão política**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1997.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica las ciudades y las ideas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1976.

ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador: A ideia de progresso**. Tradução: A. Lorencini. São Paulo: UNESP, 2000.

SALGADO, G. A Revolta da Vacina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 4, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/4bQjFZMxLFGyTzSx9tx39Mb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SALIBA, E. T. **Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALVADORI, M. A. B. **Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)**. 1990. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575131>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SARAMAGO, J. “A história como ficção, a ficção como história”. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.27, p. 09-17, abr. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23911/21418>. Acesso em: 2 out. 2023.

SAMPAIO, G. R. **Nas Trincheiras Da Cura - As Diferentes Medicinas No Rio De Janeiro Imperial**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

SANTOS, J. F. **A Belle Époque no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SCHETTINI, C. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHETTINI, C. **Clichês Baratos: Sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do Século XX**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. *E-book*.

SCHETTINI, C.; POPINIGIS, F. Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. **ArtCultura**, [S. l.], v. 11, n. 19, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11273>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SCHMITT, J.-C. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: Edusc, 2007.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEDGWICK, E. K. **Between Men** - English Literature and Male Homosocial Desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SEED, P. “Early Modernity: The History of a Word.” **CR: The New Centennial Review**, vol. 2, no. 1, 2002, pp. 1–16. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41949306>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SEIGEL, J. **Paris Bôemia**: Cultura, política e os limites da vida burguesa, 1830-1930. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SIGEL, L. Z. **International exposure**: perspectives on modern European pornography, 1800–2000. London: Rutgers University Press, 2005.

SILVA, I. P. O Papado de Pio IX e a dinamização transcontinental do Anticlericalismo Oitocentista: Ecos no Parlamento Imperial Brasileiro. **Almanack**, v. 26, ed. 619, 2020, p. 1-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/8SWqmZN7VWrfrzBcfdmrGGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, J. P. “**Desta para a melhor**”: a presença das viúvas machadianas no Jornal das Famílias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SILVA, M. A. D. ‘**O baile dos ratos**’: a construção sociotécnica da peste bubônica no Rio de Janeiro (1897-1906). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2015.tde-17112015-125157>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SILVA, M. C.; MOREIRA, I. C. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-62, jan.-jul. 2007, p. 47-62. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=82. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, R. **História do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, A. Z. O “pudor” perante as contravenções penais. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, v. 25, nº 18, maio de 1977, p. 275-297. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/838>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SIMMEL, G. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, O. G. (org.). **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-26.

SINGER, B. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHERNEY, L.; SCHWARTZ, R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SONTAG, R.; BOTELHO, L. O. S. “A relatividade própria do conceito de ultrage público ao pudor ou de ofensa aos bons costumes”. História da criminalização da pornografia (e outras obscenidades) no Brasil (1830-1923). **Revista Historia Del Derecho**, Buenos Aires, n. 62, 2021, p. 1-50. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-17842021000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2023.

SONTAG, S. **A vontade radical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, A. T.; ROSA, P. O.; CAMARGO, G. M. Gênero e sexualidade na guerra cultural: o conservadorismo no WhatsApp. **Argumentum**, v. 15, n. 1, p. 125–139, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38558>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SOUZA, F. A. De passos e Passos: um estudo sobre a atuação de Pereira Passos na reforma urbana do Rio de Janeiro (1902-1906). In: **Anais do I Seminário Brasileiro de História da Historiografia: biografia e história**. Mariana: UFOP, 2007. Disponível em: <https://www.seer.ufop.br/index.php/anais/article/view/2104/1643>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SOUZA, H. R. C. O Homem Negro Viril: Embates raciais e de gênero como discurso sobre virilidade. **Revista África e Africanidades**, Ano XVI, ed. 46, maio de 2023, p. 110-121.

SODRÉ, N. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

STORA-LAMARRE, A. Le livre et question: La censure au Congrès international contre la pornographie (Paris, 1908). **Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle**, n° 7, 1989, p. 89-110.

STEIGLER, C. N.; SOUZA, C. F. A modernidade nos trilhos. **Anais eletrônicos do 2 encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570584095_A RQUIVO_d7ec05f44c093817a431237342b3bade.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, vol. xxix n.127, p. 581-597, 1994. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/899/1/MD020%20->

%20FESSLER%2c%20Dos%20corti%c3%a7os%20%c3%a0s%20favelas%20e%20aos%20edif%c3%adcios%20%20de%20apartamentos.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 44, v. 15, p. 5-34, out./2000.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/?format=pdf&lang=pt>.

VALLADARES, L. P. **Modernidade e Moradia: Habitação Coletiva no Rio de Janeiro**. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VELLOSO, M. P. **História e Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: Turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, F. J. **Atentados ao Pudor**: Estudos sobre as aberrações do instinto sexual. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Batos, 1934.

VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: Turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

WARD, J. **The Tragedy of Heterosexuality**. New York: New York University Press, 2020.

WEEKS, J. Corpo e Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, n. 2, 200, p. 460-482. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2019.

WILSON, E. **Bohemians**: The glamorous outcasts. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000.

8 APÊNDICES

Apêndice 1: Tabela de edições regulares consultadas na íntegra por ano de publicação (Edições de Aniversário)

Tabela 1 – Edições regulares consultadas por ano de publicação

(Continua)

ANO	EDIÇÕES
1898 (Não tem os meses 01,02,03,04,06,07,08,09)	2
	33
	35
	37

1899 (Faltam os meses 6,7 e 12)

39

41

43

47

49

54

57

58

59

60

65

67

70

76

77

85

86

94

112

120

121

129

130

(Continua)

137

138

146

158

164

165

172

173

181

182

189

190

198

199

206

208

213

216

224

225

233

234

1900

1903

242

243

250

251

259

469

477

478

485

486

492

494

502

503

504

512

519

520

528

529

537

538

546

(Continua)

547

555

556

563

564

565

581

582

598

599

615

616

633

635

650

651

660

669

678

693

695

711

1904

1905

1906 (Faltam o mês 3 e 9)

712
728
729
746
747
763
764
781

789
791
815
816
831
841
842
868
869
880

886
902
903
919
920

(Continua)

1907

937
938
955
956
972
973
989

1908

998
1000
1014
1015
1032
1033
1049
1050
1067
1068
1084
1085

1909

1102
1103
1118

1910

1119
1135
1136
1153
1154
1170
1171
1187
1188

1205
1206
1221
1222
1238
1239
1256
1257
1273
1274
1291
1292

1301
1316

(Continua)

1911

1317
1333
1334
1350
1352
1368
1369
1385
1386
1403

1912

1412
1413
1428
1429
1444
1445
1462
1463
1479
1480
1497
1498

1913

1522
1523
1530
1531
1532
1533
1535
1536
1537
1538
1540
1541

1914

1580
1581
1588
1589
1597
1598
1605
1606
1614
1616
1623

(Conclusão)

1915

1624
1632
1633
1640
1641
1649
1650
1658
1659
1666
1667
1675
1676

1916

1684
1685
1692
1693
1701
1702
1710
1711
1719

	1720
	1727
	1732
TOTAL	232

Apêndice 2: Tabela de edições de aniversário consultadas na íntegra por ano de publicação

Tabela 2 – Edições de aniversário consultadas por ano de publicação

		(Continua)
Ano	Edições	
1899	89	
1900	193	
1903	507	
1904	611	
1905	715	
1906	819	
1907	923	
1908	Não tem	
1909	1131	
1910	1235	
1911	Não tem	
1912	1439	
	(Conclusão)	
1913	Não tem	
1914	1594	
1915	1647	
1916	1699	
TOTAL	13	